

**JOÃO PAULO RODRIGUES**

**O LEVANTE “CONSTITUCIONALISTA” DE 1932 E A FORÇA DA  
TRADIÇÃO: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934).**

**ASSIS-SP**

**2009**

**JOÃO PAULO RODRIGUES**

**O LEVANTE “CONSTITUCIONALISTA” DE 1932 E A FORÇA DA TRADIÇÃO: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934).**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

**Orientadora: Profa. Dra. Zélia Lopes da Silva**

**ASSIS-SP  
2009**

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R696L Rodrigues, João Paulo.

Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição. Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). / João Paulo Rodrigues. Assis, 2009. 320f.: il.

Orientador: Zélia Lopes da Silva.

Tese (Doutorado em História) ? Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

Inclui Bibliografia.

1 .Levante constitucionalista em São Paulo - Assis(SP)-Teses.2.Governo provisório – Assis(SP) - Teses.3. Memória – Assis(SP) – Teses. 4 Militantes vanguardeiro – Assis(SP) – Teses. I. Silva, Zélia Lopes da. II. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. III. Título.

CDU 981.082/.083

**A Viviane,  
Terezinha & Joaquim.**

## AGRADECIMENTOS

À prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zélia Lopes da Silva pela orientação competente e segura, conferida com talento singular, ao longo de toda a trajetória que envolve esta pesquisa. Pela confiança e a amizade desvelada na dedicação com que assumiu o desafio de, em brevíssimo tempo, conduzir uma transferência de nível. Pela excelência de sua orientação, Zélia foi fundamental para este trabalho; a partir de seu empenho incansável e sincero aprendi para a vida.

Aos professores, Dr. Milton Carlos Costa e Dr<sup>a</sup> Tânia Regina de Luca, pela leitura esmerada e as sugestões preciosas feitas durante o Exame de Qualificação, as quais contribuíram, singularmente, para o direcionamento metodológico e acadêmico assumido pela pesquisa.

Agradeço, também, aos funcionários do *Memorial'32*, em especial a Andrezza S. Moreira, e do *Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap)*, sobretudo a Marlene S. Gasque, pela presteza no atendimento, que viabilizaram a efetivação do trabalho. Recebe minha gratidão Zélia M. S. Barros, da Seção de Pós-graduação, pela solicitude no processo de transferência de nível, e Marilene Lucena pela gentil elaboração da ficha catalográfica.

Merecem agradecimento especial os amigos que estiveram presentes neste percurso: Josiani, Candido, Marcos e Sidinéia. Foram cruciais: meus pais e, também, Viviane, Vânia e Edevir. Sem eles tudo seria mais difícil.

Agradeço, igualmente, aos professores do Departamento de História da UNESP, de Assis, pelas contribuições para a minha formação, particularmente, aos Drs. Claudinei M. M. Mendes e Áureo Busetto, pela acolhida e o incentivo no período de graduação.

Sou, ainda, imensamente grato ao CNPq pelo financiamento concedido para a realização deste trabalho, em suas sucessivas etapas, o que propiciou cumprir os requisitos necessários para a consecução da tese de doutorado.

RODRIGUES, João Paulo. **O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a Força da Tradição: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)**. Assis, 2009. 346 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

### RESUMO:

Esta pesquisa almeja, fundamentalmente, problematizar o levante de 1932 em São Paulo, bem como a emblemática memória criada acerca dele, sobretudo, nos dois primeiros anos que lhe são subseqüentes, com o intuito de demonstrar que, mediante a ausência de uma plataforma, de fato, revolucionária, a tradição regional erige-se como preeminente trunfo simbólico para a luta, sendo apropriada pela burguesia insurrecta, no sentido de pugnar por uma nova partilha do poder no cenário nacional.

Tal apropriação apresenta diferenciadas nuances ao longo da conjuntura em apreço, mas é possível identificar, de modo nítido, dois eixos centrais. O primeiro, formulado ainda em meio às conspirações pela interventoria, associa o caráter *aguerrido* dos ancestrais paulistas ao presente do estado, acometido pela *invasão* “tenentista”, concitando, por conseguinte, a expulsão dos “estrangeiros”. Pouco depois, quando em outro patamar despontava o tema da Constituição, nova formulação ganharia corpo, sobrelevando não mais a tradição paulista de defesa do território, mas a condição histórica de militante vanguardeiro da formação da nação, atualizada na batalha pela lei.

Encerradas as hostilidades, a memória não ficou alheia às investidas, culminando sintomaticamente na controversa vitória moral do levante. Não obstante, dado o vigor atual dessa memória, evidencia-se meridianamente que a apropriação do passado regional não se constituiu em uma quimera da classe dominante e que, a despeito da suposta revolução predominantemente popular e democrática, em 1932 estava em pauta uma luta no âmbito da elite bandeirante, a fim de implantar novas diretrizes ao país.

Palavras-chave: Levante de 1932. “Revolução Constitucionalista”. Propaganda. Memória. São Paulo. Governo Provisório.

RODRIGUES, João Paulo. **The “Constitutionalist” Insurrection of 1932 and the Power of the Tradition**: from war confrontation to battle for the memory (1932-1934). Assis, 2009. 346 p. Thesis (History Doctorate) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

#### ABSTRACT

This research intends, fundamentally, to discuss the insurrection of 1932 in São Paulo. It also intends to discuss the emblematic memory about it, especially, two first years after insurrection, with the objective of showing that, without a platform, indeed, revolutionary, the regional tradition is built as symbolic preeminent asset for the fight. It was appropriated by insurrect bourgeoisie, for sharing national Power.

The appropriation shows different types in this conjuncture, but it's possible to identify two central axes. The first, created by interventor Office during conspiracies, enhances courageous character of paulistas ancestral to the present of the state, attacked by “tenentista” invasion, stirring up expulsion of “foreigners”. After some time, when Constitution subject was discussed, a new formularization would increase no more on paulista tradition of territory defense, but in historical condition of vanguard militant in Nation formation, brought up to date in Law battle.

Finished hostilities, the memory culminates symptomatically in moral victory controversy of Insurrection. However, considering current memory, appropriation of the regional past isn't a chimera of dominant class and, although supposed popular and democratic revolution, 1932 was the year of discussion on fight in bandeirante elite, to do new lines of direction to the country.

#### KEY-WORDS:

Insurrection of 1932. “Constitutionalist Revolution”. Propaganda. Memory. São Paulo. Provisory Government.

**LISTA DE IMAGENS:**

IMAGEM 1 – Comício realizado em 25 de Janeiro de 1932. <i>Dia de S. Paulo.</i>	67
IMAGEM 2 – Manifestação na Praça do Patriarca em maio de 1932.	78
IMAGEM 3 – Manifestação popular na Praça da República. Maio de 1932.	79
IMAGEM 4 – Mapa – Exército Constitucionalista. Situação em 12/07/1932.	112
IMAGEM 5 – Carta de Santos Dumont pela Constituição. Folha volante. SP, 1932.	121
IMAGEM 6 – Campanha em represália aos boateiros. Cartaz. São Paulo, 1932.	123
IMAGEM 7 – Desfile de “batalhões” infantis durante o levante.	128
IMAGEM 8 – Manual de Campanha do Voluntário Constitucionalista. MMDC: São Paulo, 1932.	139
IMAGEM 9 – PAULISTA eu já cumpri o meu dever... São Paulo, 1932.	141
IMAGEM 10 – Trabalho do voluntariado na retaguarda do combates.	146
IMAGEM 11 – Cartão-postal. MMDC: São Paulo, 1932.	147
IMAGEM 12 - Cartão-postal usado pelos combatentes para suas correspondências.	147
IMAGEM 13 – O Arrependimento chegará tarde! Cartão-postal. São Paulo, 1932.	148
IMAGEM 14 – Anhangüera Hymno (capa). Partitura Musical. São Paulo, 1932.	153
IMAGEM 15 – Visita de Dom Duarte Leopoldo e Silva à Liga de Defesa Paulista.	157
IMAGEM 16 - Soldado constitucionalista. <i>Jornal das Trincheiras</i> , 25/08/1932 – Página 3.	170
IMAGEM 17 – As aventuras de Jeremias e Zoroastro – “soldados ditoriaes”. <i>Jornal das Trincheiras</i> , 04/09/1932 – Página 2.	171



**LISTA DE TABELAS:**

<b>Tabela 1:</b> Balanço Comercial do Estado de São Paulo, Comércio Exterior.	195
<b>Tabela 2:</b> Balanço Comercial do Estado de São Paulo, Comércio de Cabotagem.	196

## **SIGLAS E ABREVIACÕES**

**BOC** – Bloco Operário e Camponês

**CIESP** – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

**DAF** – Departamento de Assistência aos Feridos

**FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**FUP** – Frente Única Paulista

**LDP** – Liga de Defesa Paulista

**MMDC** – Entidade Civil (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo).

**PD** – Partido Democrático

**PPP** – Partido Popular Progressista

**PRP** – Partido Republicano Paulista

**RM** – Região Militar

**LISTA DE ORGANOGRAMAS:**

Organograma – Entidades organizadoras centrais do levante paulista de 1932. 117

**LISTA DE QUADROS:**

Quadro 1 – Delegação do Comércio Paulista que negocia com o Governo Provisório, em janeiro de 1932.	62
Quadro 2 – Grupo que assina a proclamação de esclarecimento paulista.	102
Quadro 3 – Efetivos e Material Bélico dos combatentes na Região Sul.	113
Quadro 4 – Principais lideranças do levante paulista de 1932.	118
Quadro 5 – Departamentos organizados pela Associação Comercial no levante de 1932.	132
Quadro 6 – Departamentos coordenados pela FIESP na beligerância.	133
Quadro 7 – Serviços de campanha organizados pela MMDC.	143
Quadro 8 – Mortos e Feridos nos enfrentamentos do dia 10 de outubro de 1932.	213
Quadro 9 – Civis Brasileiros Exilados em Lisboa na viagem de 1º de novembro de 1932.	229
Quadro 10 – Militares Exilados em Lisboa na viagem de 1º de novembro de 1932.	230
Quadro 11 – Comissão encarregada de elaborar o Anteprojeto de Constituição pelo decreto de 26 de outubro de 1932.	240
Quadro 12 – Comissão dos “26” – Distribuição dos temas por deputados.	241
Quadro 13 – Candidatos da <i>Chapa Única por São Paulo Unido</i> para o pleito de maio – 1933.	261
Quadro 14 – Assembléia Nacional Constituinte – 1933-1934 (Bancada Paulista).	262

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1. Campanha Constitucionalista: uma guerra feita de papéis, palavras, símbolos e ações</b>	<b>45</b>
1.1 – <i>Os descontentes se manifestam</i>	47
1.2 – <i>O embate de palavras ganha as ruas</i>	63
1.3 – <i>O debate público em tempos de confronto</i>	90
<b>CAPÍTULO 2. Nas Trincheiras da Propaganda: o levante entre a adesão social e o oportunismo político</b>	<b>109</b>
2.1 – <i>A paulistanidade como arma de combate</i>	111
2.2 – <i>A organização proselitista dos insurrectos</i>	128
2.3 – <i>A propaganda nas trincheiras</i>	155
<b>CAPÍTULO 3. A Fluidez da Derrota à Vitória: malogrados na liça, consagrados nas urnas</b>	<b>179</b>
3.1 – <i>O armistício negociado e a desorganização pós-beligerância</i>	181
3.2 – <i>Uma política de conciliação?</i>	219
3.3 – <i>O Pleito de 1933. Em busca da rearticulação política</i>	250

<b>CAPÍTULO 4. A “Revolução Constitucionalista” de 1932: uma vitória moral</b>	<b>264</b>
4.1 – <i>A batalha pela memória em situação de derrota</i>	266
4.2 – <i>A nova partilha do poder. O enquadramento da memória</i>	291
4.3 – <i>A Constituição de 1934. “São Paulo Venceu!”</i>	315
<b>Considerações Finais</b>	<b>334</b>
<b>REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
<b>I – Fontes</b>	<b>338</b>
<b>II – Bibliografia consultada</b>	<b>340</b>

## *INTRODUÇÃO*

As disputas pela hegemonia política no cenário nacional brasileiro ganharam novo alento nas décadas de 1920 e 1930, contrapondo diversificadas tendências, grupos e visões de mundo que se propunham como caminhos seguros para o avanço do país. Desse embate resultou a modificação do papel assumido pela classe dominante paulista no palco diretivo das grandes questões nacionais e no comando de seu próprio território, condição rechaçada militarmente, ainda que sem o êxito presumido, em 1932. A análise da tentativa empreendida por esta elite insurrecta de redirecionar as transformações em curso na sociedade brasileira permite compreender melhor o significado das complexas disputas travadas entre ela e os grupos constitutivos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, e, ainda, a forma como perpetrava o relacionamento com as vozes dissonantes em seu estado, no limiar dos anos trinta.

Para investigar a problemática proposta, tomo como referência a manifestação dos atores na conjuntura nacional, no processo que vai da articulação da sublevação à reorientação da estratégia de ação após o fracasso bélico (1932-1934), período, a meu ver, decisivo para a análise do levante, já que torna possível lançar a hipótese de que, mesmo com a derrota militar, a classe dominante<sup>1</sup> prossegue com o mesmo ímpeto na luta, elegendo, porém, a Assembléia Constituinte de 1933/1934 como novo e profícuo caminho para atingir os fins não obtidos por meio da violência.

Por constituir-se, todavia, em tema amplo, que extravasa os domínios da política praticada via agremiações partidárias, pretendo segui-lo, ao longo deste texto, nas inter-relações que se instituem entre as redefinições do poder na sociedade e os atos eminentemente simbólicos que a acompanham. Trata-se de mapear, valendo-se da propaganda de massas e da disputa pela memória, os embates pela apropriação dos elementos que compunham o imaginário social paulista no decorrer do confronto, acreditando que pela sua observação seja

---

<sup>1</sup> Opta-se por este termo de modo preferencial, embora não exclusivo, ao longo do texto, a fim de acentuar o caráter excludente do entrincheiramento, cujo comando manteve-se inabalavelmente nas mãos de um conjunto unificado por disposições ideológicas e linhas de ação política comuns. Assim, embora seja possível identificar divergências sobre temas específicos no âmbito dos segmentos que compunham a burguesia paulista – como se verificará adiante –, o seu comportamento político é unânime na defesa dos interesses do grupo, notadamente no combate ao movimento operário. Isso fica patente na satisfação dos interesses da classe sobre os principais temas da Constituinte de 1933/34. Sobre tais questões ver: SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934.** Londrina: Ed. UEL, 1999; ANTONACCI, M. Antonieta M. **A Vitória da Razão (?)** São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1993 e DECCA, E. S. **O Silêncio dos Vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1981; entre outros.

possível esclarecer as motivações determinantes do comportamento político daquela sociedade, radicalizado na solução armada de 9 de julho e seu desdobramento na instantânea batalha pela memória dos enfrentamentos, executada em sintonia com os esforços em curso na Constituinte.

O interesse pela questão das disputas políticas e suas imbricações no campo do imaginário social paulista surgiu justamente em decorrência das celebrações realizadas assiduamente em homenagem a “*Revolução Constitucionalista de 1932*”. Um fato paradoxal chamou a atenção: por que, não raros, órgãos oficiais espalhados pelo estado de São Paulo e, ainda, vigorosas associações de ex-combatentes empenhavam-se obstinadamente em comemorar, decorridas várias décadas, um levante relativamente efêmero e que culminou com a derrota daqueles que pegaram em armas? Afinal, em todo estado são visíveis os esforços diários para manter acesa a chama da sublevação, seja na denominação de ruas e avenidas como 9 de julho e 23 de maio ou na oficialização de datas comemorativas, eventos, publicações e monumentos em desagravo a *trajetória épica* daqueles que se bateram na *luta gloriosa*. A celebração hodierna de uma memória triunfal, notadamente forjada pelos contemporâneos, ainda que não represente o renascimento do anseio paulista de impor belicamente ao restante do país os seus projetos, sinaliza no sentido de questões emblemáticas a serem exploradas. A historiografia, ao privilegiar, sobretudo, as motivações políticas para o levante de 1932, dedica pequeno espaço de reflexão para a conformação desse culto suntuoso e ufanista, por entender que se trata simplesmente de um reverberar das paixões despertadas durante a luta.<sup>2</sup> Penso, no entanto, que para além de não admitir a derrota, que feria o orgulho paulista, e evitar a transmissão de tal humilhação à posteridade havia outros interesses submersos, e nem tão nobres, nas raízes dessa vitória moral.

Dessa forma, ciente da complexidade que envolve o processo histórico em pauta, esta pesquisa investiga aspectos das inter-relações entre o confronto político, marcado pelas

---

<sup>2</sup> CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981; BEZERRA, Holien Gonçalves. **Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História). FFLCH – Universidade de São Paulo, 1982. Algumas análises têm versado, nos últimos anos, sobre o assunto, no entanto, o crucial período de 1932-1934 permanece praticamente inexplorado. A respeito da trajetória da memória ao longo do extenso fluxo de 1932 a nossos dias BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997 e ABREU, Marcelo Santos de. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 – 1955). **Estudos Históricos**, RJ, nº 40, julho-dezembro de 2007. As transformações da memória em instância local são alvos de SERRAZES, Karina Elizabeth. **As Faces da Memória: a Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais**. Franca, 2000. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista. 2000 e CARMO, Dulcinéia Souza do. **Voluntários de 32: perfiz de uma revolução no interior de São Paulo**. Franca, 1998. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista, 1998.



ações bélicas de 1932 e os embates na Constituinte de 1933/34, e o seu vértice simbólico, no qual a apropriação do imaginário social é fundamental, a fim de beneficiar-se de valores disseminados na sociedade para a luta e cristalizá-los numa memória triunfal e imediata da resistência, útil a continuidade da tentativa elitista de redirecionar os rumos do país.

Os estudos históricos sobre São Paulo, mais especificamente os que versam sobre a intelectualidade paulista, sugerem pistas importantes para pensar a potencialidade dessa problemática. Em tais estudos <sup>3</sup> evidencia-se a robustez de uma tradição regional – provinda de uma raiz comum que deriva particularmente do século XIX e das transformações vivenciadas pelo estado naquela conjuntura – que tendia a nobilitar São Paulo como *entidade formadora da nação*. Em linhas gerais, tem-se que a ascensão econômica de São Paulo, na esteira da cafeicultura, fez-se acompanhar pelo adensamento das correntes políticas estaduais que adquiriram grande notoriedade em seu próprio território e também em âmbito nacional, constituindo-se, em pouco tempo, um regime marcado pelo predomínio dos Partidos Republicanos – especialmente de São Paulo e Minas Gerais – e de práticas políticas favoráveis aos detentores do poder.<sup>4</sup> De certo modo, simultaneamente a esse processo político-econômico, a intelectualidade paulista procurou se auto-afirmar no campo cultural brasileiro, promovendo uma releitura do passado do estado a fim de agregar novo valor e edificar a cultura nacional do presente. Assim: “*Os atributos da nação – fronteiras definidas, conquista da soberania política, feitos históricos gloriosos, habitantes dotados de traços étnicos específicos, posse de uma língua e de uma cultura própria – acabaram sendo creditados exclusivamente aos paulistas...*”.<sup>5</sup>

Obviamente, não se trata de retomar aqui os passos dessa invenção histórica, nem tão pouco superestimar seu poder persuasivo na atualidade, todavia, fica patente nas fontes de época que na década de trinta a exclusão de São Paulo da liderança de seu estado e do país contrapôs-se radicalmente à corrente ufanista burilada desde o século XIX, criando um

---

<sup>3</sup> Refiro-me as análises que enfocam a atuação dos homens de letras de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX e, especialmente, as investigações sobre a invenção das tradições paulistas, de que se beneficiariam publicitariamente os “revolucionários” de 1932. ABUD, Kátia M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o Bandeirante**. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1986; FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002; LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Unesp, 1999; e SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das raças. cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SILVA, M. A. Políticas culturais na cidade de São Paulo. In: DEAECTO, Marisa M.; SECCO, Lincoln; SILVA, Marcos; GLEZER, Raquel. (Org.). **São Paulo - Espaço e História**. 1 ed. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1, p. 193-202, entre outros.

<sup>4</sup> CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>5</sup> LUCA, Tânia Regina. Op. cit. p.78.

ambiente propício para o desabrochar de rancores e ressentimentos. Esta constatação é essencial para a análise da conjuntura em questão, pois, como já sinalizara Marx, nas disputas políticas o ódio comum possibilita o esquecimento das divisões internas e assegura a união em uma mesma comunhão de ódio.<sup>6</sup> Pierre Ansart, nessa mesma perspectiva, sobreleva ainda as conseqüências da humilhação que “*não provém apenas de uma inferioridade. Ela é a experiência do amor-próprio ferido, experiência da negação de si e da auto-estima suscitando o desejo de vingança*”.<sup>7</sup>

Diante das questões indicadas, o estudo sobre a propaganda de massa,<sup>8</sup> comandada pela classe dominante com vistas a expressar-se no espaço público com discursos políticos, procurando fomentar e canalizar a insatisfação das multidões em direção à sua visão de mundo é preponderante. Não se trata, porém, de atribuir à propaganda política a capacidade de, em curto espaço de tempo, criar novos valores capazes de direcionar comportamentos, nem tampouco superestimar seu papel na sublevação, negando a participação popular no embate pelo campo simbólico; contudo, não se pode negligenciar a relevância da condição que a propaganda assume, ou seja, a de pólo de concentração das disputas e tentativas de atingir o imaginário social durante os confrontos.<sup>9</sup>

A hipótese de partida é a de que a elite paulista alheada do poder e sentindo-se humilhada beneficiou-se publicitariamente da seara de elementos e ressentimentos fundamentados nesse imaginário, filiando a campanha de 1932 à tradição épica regional que, apesar de ter perdido parte significativa de seu fetiche, ainda encontra adeptos nos meios oficiais. Essa memória oficial e oficiosa sobre 1932, cujo núcleo cristalizara-se em compasso

---

<sup>6</sup> Marx, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Col. “Os Pensadores”.

<sup>7</sup> ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. IN: BRESCIANI, M. S. e NAXARA, M. (orgs). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p.22.

<sup>8</sup> Apesar de não haver uma diferenciação precisa entre os termos publicidade e propaganda pelos publicitários, no âmbito da historiografia alguns esforços tem sido feitos no sentido de distinguir melhor seu emprego. Ana C. C. M. Figueiredo utiliza “*o primeiro [publicidade] como termo definidor da atividade voltada para a difusão de uma mercadoria específica, e o segundo, como definidor da atividade orientada para a difusão de uma idéia*”, conotação que parece adequada para esta pesquisa. FIGUEIREDO, A.C.C.M. “**Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada**”. **Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 18.

<sup>9</sup> É possível valer-se de alguns pressupostos da publicidade comercial para compreender a propaganda “constitucionalista” em 1932. Considerando ser o objetivo das técnicas de venda acelerar o consumo, suas linhas de ação concentram-se em tendências preexistentes no mercado e não na inculcação de disposições inéditas, cuja assimilação seria mais demorada e menos lucrativas. De modo semelhante, a propaganda paulista, para sensibilizar a população em grande escala, apropriar-se-ia de imagens e valores preexistentes na sociedade, adaptando-os à suas necessidades. Isso não significa, porém, que a propaganda reflita mecanicamente a realidade da época ou tenha a capacidade de manipular ilimitadamente a sociedade, já que se insere na dinâmica das práticas sociais. ARRUDA, Maria A.N. **A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1989; MARANHÃO, Jorge. **A arte da publicidade: estética, crítica e kitsch**. Campinas: Papirus, 1988.

com os embates na Constituinte, criou um campo interpretativo difícil de ser transposto, pelo qual transitam livremente apenas as análises afeitas à tese da vitória moral de São Paulo. Os estudos críticos permanecem praticamente restritos ao ambiente acadêmico. A expressividade dessa *memória viva*, defendida por pessoas, entidades oficiais e associações de ex-combatentes, pode ser aferida a partir da extensa lista de publicações de memorialistas que até o ano de 1995 perfaziam uma quantia próxima a duzentos e cinquenta volumes.<sup>10</sup> Entretanto, se à memória coletiva, fundada no estado, compete celebrar fatos que considere dignos de seu passado, função diversa a esta é a da história, como lembra Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento... A história é a reconstrução sempre problemática do que já não existe mais...

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea.<sup>11</sup>

Mesmo no âmbito crítico da historiografia, não obstante, outras dificuldades se interpõem nos estudos sobre o período. No campo conceitual, a variada gama de conotações empregadas para designar a insubordinação precisa ser esclarecida, a fim de delimitar a natureza das transformações que procuro analisar. Um olhar sobre as denominações utilizadas pelos contemporâneos e suas aproximações com as mais diversas – e divergentes – abordagens historiográficas é bastante elucidativo para a compreensão do problema exposto: na versão da burguesia paulista, por exemplo, imortalizou-se o *Movimento Revolucionário de Caráter Constitucionalista*,<sup>12</sup> ao passo que o Governo Provisório de Getúlio Vargas qualificou-os como *Insurreição Reacionária dos Rebeldes Paulistas*.<sup>13</sup>

As reflexões históricas sobre esse processo intentaram defini-lo afastando-se das imagens contraditórias vigentes, porém, ampliaram o leque semântico conceitual: Hélio Silva (1967), em um dos primeiros trabalhos dedicados especificamente a análise de 1932, excetuando-se os escritos por memorialistas, denomina a “Revolução Constitucionalista” como *Guerra Paulista*, enfatizando o poderio da *oligarquia cafeeira* que, mesmo imersa na crise econômica, desencadearia a reação armada contra a pesarosa administração nacional;

<sup>10</sup> Número citado por SERRAZES, Karina Elizabeth. **As Faces da Memória: a Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais**. Franca, 2000. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista. 2000. p.15.

<sup>11</sup> NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº. 10, p. 7-28, dezembro de 1993. p. 9. Em outras abordagens sobre história e memória tem-se ressaltado que, embora exista, de fato, diferenciações importantes entre as duas, a barreira que as divide é, no entanto, significativamente fluida. DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e ciências sociais**. SP-Bauru: EDUSC, 2004; RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>12</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/07/1932.

<sup>13</sup> *Correio da Manhã*, 30/09/1932.

por outros caminhos seguiram as obras vinculadas ao ambiente acadêmico posterior – Maria Helena Capelato (1981) considera 1932 um *Movimento*, no qual a classe dominante paulista se esforçara para retomar o poder que perdera em trinta e, também, manter sob controle as demais classes sociais; Holien Gonçalves Bezerra (1982) aceita *Revolução* por, em sua avaliação, tratar-se de *modificações de extrema importância para o processo histórico brasileiro* e o movimento ter-se consagrado com esta denominação mesmo entre estudiosos, que não seriam *sustentáculos do discurso dominante*; já Jeziel De Paula (1999) prefere *Guerra Civil* dada a atuação marcante da população de São Paulo no confronto.

Parece, pois, que a produção histórica – em seus diversos níveis – abriga o levante sob um corpo teórico difuso e nutrido por interpretações forjadas pelos contemporâneos, ao atingir conotações diferentes e até antagônicas como *revolução e rebeldia*.

Os termos *Revolução* e *Constitucionalista*, por exemplo, empregados pelos paulistas são emblemáticos, pois abrangem tanto as idéias de criação de *algo inteiramente novo* para a sociedade, quanto o valor de liberdade civil que, considerados na luta contra o Governo Provisório, indicariam a extensão dos ideais de São Paulo contra a *anarchia que impregnava o país desde a Revolução de 1930* e, ao mesmo tempo, legitimam a causa em pugna. Na mesma medida, *sedição e rebeldia*, cunhados pelo Governo Provisório, também intentam desqualificar os acontecimentos, representando-os como movimento de poucos, agindo, sobretudo, por desavenças políticas.

Ora, insistir neste dualismo parece problemático. De acordo com a filósofa Hannah Arendt, as revoluções têm sua origem na época moderna e são os únicos acontecimentos políticos em que enfrentamos inevitavelmente o problema do recomeço súbito da história. Por conseguinte, em qualquer definição intentada, certamente não será permitida a extensão do termo à simples mudanças ou sequer lutas civis como as que perturbavam a polis grega, por exemplo.

Como experiência de um novo princípio, pondera Arendt, a idéia de liberdade também é crucial nas revoluções, à medida que significa não apenas a liberdade constitucional, mais antiga, mas o ato de tornar os três grandes direitos – vida, liberdade e propriedade – inalienáveis aos homens. Esta relação implica em algo que modifique a textura da sociedade. Tal idéia parte da estrutura criada pela *Revolução Americana*, na qual, pela primeira vez, a pobreza aparece não mais como condição inseparável da humanidade.

Estas duas perspectivas – um novo começo e liberdade –, conforme Arendt, estão na base do tom enfático postulado na *Revolução Americana* e na *Revolução Francesa*, com

que se declara a grandeza de ambas como nunca vistas na história da humanidade. Contudo, a autora frisa restrições ao uso do termo: “*Só podemos falar de revolução quando esta característica de novidade está presente e quando a novidade se liga à idéia de liberdade. É evidente que isto significa que as revoluções são mais que insurreições bem sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil*”.<sup>14</sup>

Claude Lefort, de outra parte, recomenda cautela quanto à associação do caráter inovador da revolução a implantação da vontade transcendental na História Universal, isto é, da ascensão à Razão plena. Apesar dos discursos dos revolucionários, ao suporem encarnar a missão de promover a ruptura entre o antigo e o novo como a manifestação de um curso superior irrefreável, demonstra que a revolução não se explica a não ser em relação ao desenvolvimento do Estado Moderno e aos riscos associados a essa instância aparentar-se a um órgão particular.

Em detrimento a um plano predeterminado, sobreleva Lefort, a revolução é plural, não se concretiza senão como caudatária da sublevação das massas, motivadas não pela implantação consciente de uma nova ordem, mas por conflitos diversos e de múltiplos centros: “*nas fábricas, na Universidade, nos setores da cultura, no da informação...*” contra a configuração do Estado. Isso o conduz a acreditar que, em consequência da diferenciação do tecido das relações sociais, a sociedade se furta às garras do poder estatal e, então, propõe novos dimensionamentos. Portanto, para haver a revolução é preciso que: “*em toda a extensão da sociedade, camadas estratificadas no seio das quais se repetia a relação dominante dominado, possam de súbito ligar-se maciçamente ao Baixo e se sublevar contra o que aparece como o pólo adversário*”,<sup>15</sup> modificando radicalmente, com outra plataforma, a estrutura do poder.

As reflexões de Hanna Arendt e Claude Lefort, desta forma, tornam clara a incongruência do conceito de revolução para a resistência de 1932. Se a luta de São Paulo contra o Governo Provisório, de fato, perpassa o estado, de alto a baixo, não se pode afirmar que se trata de um movimento plural, desencadeado pela sublevação autônoma e espontânea das massas em centros diversos e, ainda, batendo-se pela liberdade ou a transformação inovadora do poder Estatal. Ao contrário, o que se evidencia na plataforma dos insurrectos, apesar de arvorarem-se de revolucionários, é o anseio de constitucionalização como caminho

---

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Lisboa: Moraes Editores, 1971. p.34.

<sup>15</sup> LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática**: os limites do Totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.128.

para a implantação da democracia burguesa, pouco interessada na modificação inovadora da conformação social brasileira.

Empregados pelos combatentes, os termos *Revolução Constitucionalista*, *Rebeldia* e *Contra-revolução* são representativos do período, mas como discurso dos contemporâneos – 1932 seria a revolução que expurgaria as falhas de outra revolução intentada em 1930 –, mesmo porque o tema *Constituição*, utilizado como motivação suprema para o conflito, não se sustenta, já que a Assembléia Constituinte estava marcada para o ano de 1933, antes mesmo dos confrontos bélicos – daí a utilização das aspas sobre o termo *Constitucionalista*, no título deste trabalho. É, portanto, terminologia mais adequada para denominar os violentos acontecimentos de 1932, que não se resumem a mera quartelada, *levante* – título, a meu ver, mais expressivo, pois traduz a ampla campanha de resistência e revolta armada que projetou praticamente todo um estado, de militares a civis, contra o resto do país, como pretendo demonstrar ao longo deste trabalho, enfatizando que, no entanto, não havia uma plataforma, de fato, radicalmente inovadora, que justificasse a classificação do confronto como uma revolução.

Além destas questões, a interpretação do período também apresenta outros problemas, sobretudo pelas divergências e ambigüidades sobre o assunto nas análises historiográficas. Por várias décadas estabeleceu-se uma associação entre as versões criadas no calor da hora – indícios da batalha pela memória – e os estudos históricos. Via de regra tomava-se as avaliações dos insurrectos paulistas, externadas nos vários órgãos de imprensa que se tornaram seus aliados e nas obras de memorialistas, ou do Governo Provisório, que empregava as mesmas armas, como balizas para a investigação do levante. A guerra travada pelos contendores no âmbito da representação e do simbólico, da propaganda política e da memória não foi devidamente considerada, principalmente pelas obras gerais da história do Brasil, que certamente trouxeram contribuições muito importantes para a compreensão do fenômeno, mas, em contrapartida, produzindo-se interpretações homogeneizadoras que nem sempre contemplavam as particularidades conjunturais e, ainda, confirmavam algumas das paixões despertadas pelo embate. A *História do Brasil* de Pedro Calmon (1959)<sup>16</sup> denominava o levante de São Paulo como *contra-revolução* – termo usado pejorativamente por Getúlio Vargas para desqualificar seus opositores em 1932. Em outras análises, simplificava-se o modelo interpretativo fazendo uso de polarizações generalizantes que tendiam a supervalorizar blocos explicativos, como “tenentismo”/ “oligarquia”, empregados pelos

---

<sup>16</sup> CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

contemporâneos com sentido negativo, em detrimento ao aprofundamento de outras questões específicas sobre o período.<sup>17</sup>

Algumas análises historiográficas, entretanto, vêm tentando – notadamente a partir da década de 1980 – amenizar as simplificações e equívocos que recaem sobre 1932. Essas obras guardam relação íntima com o conhecimento relativo a 1930, particularmente com as pesquisas de Boris Fausto, Edgar de Decca e Carlos Vesentini.

Em linhas gerais, o trabalho de Boris Fausto rejeita a explicação simplificadora que sugere se desencadear no período a instauração de uma nova ordem econômico-social, caracterizada pela substituição da oligarquia cafeeira e da economia preponderantemente agrária pela aliança entre “tenentismo” e burguesia industrial, com ênfase na modernização do Brasil. Na concepção de Fausto, não haveria vínculos estreitos entre os revolucionários de 1930 e a indústria, qualificada como pouco expressiva naquele momento, assim como os rumos tomados a partir da revolução não indicariam para mudanças estruturais na organização econômica, baseada na grande propriedade agrária, e nem para a substituição de classes sociais no comando do país. Desta maneira, a Revolução de 1930 foi entendida como uma reorganização social do poder em que diversas frações de classe, incluindo os militares e a burguesia industrial, constituíram um estado de compromisso, cujas funções centrais seriam a desorganização da classe operária e a expansão gradual do capitalismo.<sup>18</sup>

O esforço de Boris Fausto no sentido de reavaliar alguns aspectos do conhecimento sobre a Revolução de 1930 foi, contudo, analisado criticamente por Edgar de Decca e Carlos Vesentini<sup>19</sup> ao privilegiarem em suas pesquisas as faces da memória e seus discursos de poder no âmbito da historiografia. Dessa perspectiva, revisitaram a conjuntura e a participação dos diversos agentes históricos na revolução, emergindo em cena a presença do proletariado que, embora fosse expressiva no final da década de 1920, teria sido suprimida ideologicamente da memória histórica. Isso seria provável pelo fato de a historiografia assumir a revolução de 1930 como marco referencial e não a criação do Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928, momento em que operários e camponeses se uniram na mesma

---

<sup>17</sup> Sem discutir o mérito e a contribuição desses trabalhos no período de sua publicação, é preciso observar que, em sua maioria, analisam o levante de 1932 como um dos episódios da República Nova ou do ciclo do Governo Vargas, conseqüentemente, submergindo as especificidades das barricadas paulistas. CARONE, Edgar. **A República Nova (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel, 1974; SILVA, Hélio R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; GOMES, Ângela M. C. Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930 – 1935). In: FAUSTO, Boris e HOLANDA, S.B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1983. Col. O Brasil Republicano.

<sup>18</sup> FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

<sup>19</sup> VESENTINI, Carlos e DECCA, E. S. de. A Revolução do Vencedor. **Contraponto 1**. Niterói, Centro Noel Nutels, novembro, 1976; DECCA, E. S. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981. VESENTINI, Carlos A. **A Teia do Fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

proposta revolucionário-democrática, predispondo-se a atuar no campo político. Além disso, sob a homogeneização dos vencedores como “tenentes” e dos derrotados como “oligarquia cafeeira” abrigava-se o embate entre diversos grupos: os militares, os setores dissidentes da oligarquia dominante, especialmente o Partido Democrático paulista (PD); o Partido Republicano Paulista (PRP); o CIESP, representante das indústrias, em grande parte localizadas em São Paulo; e o BOC, canalizador do movimento operário comunista.

Em sintonia com os estudos críticos sobre o período,<sup>20</sup> a historiografia atinente ao confronto de 1932 passou a questionar também a memória desse levante e os seus mitos oficializados, refutando a interpretação então predominante: “tenentismo” versus “oligarquia”. Desse novo olhar, atores não considerados nos trabalhos anteriores adquirem autonomia própria, enfatizando-se a luta política entre partidos e a obsessão das classes dominantes pelo controle sobre as classes trabalhadoras. Nesse sentido, Maria Helena Capelato, em livro de divulgação lançado durante as comemorações do cinquentenário da “Revolução Constitucionalista” de 1932, retoma as afirmações de Vesentini e de Decca para ponderar que as investigações<sup>21</sup> sobre o *movimento paulista* interpretaram o processo histórico inebriadas pela memória da Revolução de 30, construída pelos próprios protagonistas, conseqüentemente, ocultando os conflitos de classe daquela década: “*A historiografia analisou o processo histórico a partir da memória da Revolução de 30. Nessa medida, a luta de classes esteve reduzida à crise das oligarquias e à ação do movimento tenentista. A Revolução Constitucionalista de 32 foi entendida como a continuação da luta entre esses dois agentes sociais, ficando novamente oculta a dimensão histórica do conflito de classes*”.<sup>22</sup>

O interesse pelo esclarecimento do significado dos enfrentamentos de 1932 também foi partilhado por Emília Viotti da Costa em brevíssimas laudas introdutórias à coletânea de documentos, publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo, na mesma comemoração. Emília Viotti, considerando que os mitos criados durante a luta teriam prejudicado a compreensão dos fatos, propõe a tese duradoura, embora pouco desenvolvida, de que a gênese do conflito remete aos complexos e contraditórios interesses que se aliaram pela Revolução de 1930: “*A oposição era um amalgama de interesses os mais contraditórios*

---

<sup>20</sup> Além dos trabalhos mencionados, novas reflexões surgiram nas últimas décadas sobre a Revolução de 1930, inclusive dos autores já citados, como se apresentará mais adiante, porém, para este momento, interessa mapear o núcleo que constitui a base pela qual partiram os primeiros estudos acadêmicos sobre 1932.

<sup>21</sup> A época da publicação a autora cita SILVA, Hélio, Op. Cit. e CARONE, Edgar, Op. Cit.

<sup>22</sup> CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 11.



*e dos mais variados projetos. Por um momento todos se tinham unido para derrubar o governo, mas encerrada esta fase, os conflitos já emergiam*".<sup>23</sup>

Tais contradições seriam mais agudas no estado de São Paulo porque ele reunia os interesses do PD, que apoiara os “tenentes” e Vargas em 1930, mas, não confiava neles; do PRP, derrubado do poder e descontente com o ostracismo a que fora submetido; e dos comunistas, que representariam uma ameaça às classes dominantes. Além dos conflitos entre partidos políticos, haveria crises mais profundas. Para a autora, o antagonismo entre capital e trabalho gradativamente ganhava corpo entre os industriais que tinham projetos freqüentemente contrários às exigências dos operários. A insatisfação entre setores militares também contribuiria para tumultuar o ambiente.

Desta conjuntura, Capelato seleciona e investiga a atuação do PD como fator preponderante, pois, a partir de sua fundação em 1926 – fruto de dissidências políticas do PRP –, o novo partido contrairia inúmeras e perigosas alianças a fim de alcançar o poder. A principal delas – e gérmen de 1932 – centrava-se no apoio à frações de amotinados em 1930 que propunham a superação do atraso nacional por meio da centralização política, ante a autonomia estadual: “... *no projeto dos liberais paulistas o progresso e a superação do atraso adviriam da autonomia e livre iniciativa dos Estados. No projeto do Governo Provisório privilegiava-se o papel do Estado como elemento impulsionador do progresso, e por essa razão defendia a centralização do poder*”.<sup>24</sup>

Assim, apesar de saírem formalmente vitoriosos do conflito de 1930, os *democráticos* não teriam ficado satisfeitos com a política intervencionista do Governo Provisório de Vargas e rapidamente se ligaram a outros partidos políticos frustrados, em São Paulo e fora dele, para se rebelar contra os aliados de outrora. Nessa tarefa, acionariam todos os veículos de comunicação, direcionando-os no sentido de sensibilizar o povo paulista para a *causa de São Paulo*.

Capelato classifica o papel dos meios de comunicação em 1932 como o de agentes legitimadores, voltados para o *domínio das consciências*. Isso se efetivaria por meio da produção e propagação de um discurso ideológico universalizador, que permitiria simultaneamente à burguesia paulista insurgir-se contra o governo centralizador de Vargas e ocultar as dimensões do conflito de classe. Contudo, não haveria exatamente um grau de superioridade entre os dois objetivos, pois a campanha era promovida *por São Paulo, pelo Brasil e igualmente pela ordem*.

<sup>23</sup> COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p. 9.

<sup>24</sup> CAPELATO, Maria H. Op. Cit. p.57

Apesar da natureza da publicação, os trabalhos de Capelato e Viotti da Costa contribuíram para tornar menos espessa a camada homegeneizadora que recobre o levante de 1932, ao lançar novas luzes sobre a relação entre São Paulo e o Governo Provisório após a Revolução de 1930. Justamente por tornar evidentes certas lacunas no conhecimento do período também inspiram questões a serem investigadas nesta pesquisa. É inegável, por exemplo, a atuação do PD na articulação para a luta, assim como seu posicionamento não intervencionista, como observou Capelato; entretanto, as disputas que resultaram no combate não ficavam, certamente, restritas à preponderância do âmbito político-partidário. Poder-se-ia, afinal, considerar a insatisfação do PD como fator suficientemente forte para a eclosão do confronto? Teria o discurso ideológico publicitariamente veiculado o poderio de criar, arbitrariamente, o consenso em favor da solução armada? Se assim fosse, como pensar a margem de recepção social à retórica formulada e qual a relevância dos outros interesses na conjuntura? Elementos para pensar acerca dessas questões são sugeridos pela própria Emília V. da Costa ao aludir sobre os múltiplos interesses em pugna em São Paulo, cuja investigação indica para a relevância ambivalente de outros grupos sociais além do PD. À propaganda, nessa perspectiva, competiria não a mera disseminação da ideologia dominante, com vistas ao *domínio das consciências*, mas a inserção na correlação de forças e a apropriação dos valores do imaginário coletivo, o que implica, indispensavelmente, em analisá-la sob novo enfoque.

Desta forma, sem negar o mérito das contribuições expostas, penso que o caminho para a reflexão sobre as questões levantadas passa pelo aprofundamento da análise das relações entre a sociedade paulista e o Governo Provisório na dinâmica do processo histórico, no qual se manifestam os diversos atores em suas disputas e indecisões, até a opção pela luta armada e suas conseqüências.

Os esforços da historiografia caminham nesse sentido quando trazem para o debate elementos de organização da sociedade do período. Holien Gonçalves Bezerra, selecionando parte das obras de memorialistas publicadas entre 1932 e 1937, intenta, especificamente, “*fazer uma análise dos mecanismos que sustentam a cooptação ideológica exercida pela classe dominante sobre o conjunto da sociedade*”.<sup>25</sup>

Sua obra leva em consideração principalmente a articulação entre as classes, procurando recuperar *as representações ideológicas que dão força a revolução* e, ao mesmo tempo, *perceber sua origem na concreticidade das relações sociais*. Assim, reconstitui com

---

<sup>25</sup>BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.26

perspicácia as tensões político-econômicas vivenciadas pela burguesia paulista, no início dos anos trinta, e os indícios deixados por suas ações nas memórias aludidas.

A tese central consiste na ponderação de que as classes médias, excluídas das questões econômicas mais destacadas, teriam combatido em 1932 em função de ideais emanados exclusivamente dos dominantes, enquanto seria notória “*a ausência do proletariado urbano e rural e da grande massa dos desempregados*”<sup>26</sup> na peleja:

Essa revolução é projetada e conduzida pelos interesses da burguesia paulista, que se vê espoliada de direitos tidos como adquiridos, portanto, próprios e inalienáveis. Para conduzir o processo revolucionário, esta classe procura envolver, além dos integrantes das classes conservadoras, um grande contingente da classe média paulista que assimila e reproduz as representações ideológicas dos donos do poder.<sup>27</sup>

A propaganda, perpetrada por meio das rádios, da imprensa e dos oradores, teria sido uma excelente arma de luta ao veicular artimanhas ideológicas como a *participação de todo o povo*, a *volta ao regime da lei* e a *paulistanidade* que, além de coibirem a ascensão popular, camuflando os conflitos sociais mais gerais, também promoveriam o regionalismo e o sentimento de superioridade paulista, essenciais na mobilização.

Ora, ainda que na obra de Bezerra o levante deixe de apresentar um aspecto restrito aos atos do PD – “*a Revolução Paulista de 32 é, portanto, apenas um complicado episódio que evidencia os meandros de uma luta repleta de sinuosidade pela definição do poder entre grupos*”<sup>28</sup> – o núcleo interpretativo dessa tese merece ressalvas, especialmente no que tange ao caráter da mobilização da classe média<sup>29</sup> e ao comportamento coletivo do operariado na conjuntura, um tanto fragilizado após a repressão sofrida, sobretudo, no ano de 1932, como se demonstrará ao longo deste texto.

Vavy Pacheco Borges, já na década de 1990, também contribuiu para a ampliação das discussões atinentes à natureza das transformações da sociedade em 1932, anunciando a ruptura com o enfoque que se baseava na análise das estruturas da luta de classes. No livro

---

<sup>26</sup> Idem, p. 113.

<sup>27</sup> Idem, p. 26.

<sup>28</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988, p.115.

<sup>29</sup> Os limites teóricos da abordagem de Holien G. Bezerra ficam nítidos diante das contribuições trazidas ao debate por Roger Chartier e Michel De Certeau, sobretudo quanto à importância do receptor na apreensão dos discursos. Torna-se problemática a atribuição da mobilização popular exclusivamente a propaganda ideológica, pois, sem negar o empenho da classe dominante em fazer valer sua visão de mundo, não se pode esquecer a existência de idéias, valores e sentimentos entre os outros grupos sociais que podem ser explorados, mas não a ponto de reproduzir passivamente as representações e discursos criados pela elite. CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986. Não obstante, mesmo entre os referenciais teóricos marxistas, assumidos por Bezerra, houve mudanças nas últimas décadas quanto à visada interpretativa. O papel dos “dominados”, por exemplo, ganhou maior espaço a partir de reflexões desenvolvidas por intelectuais ingleses como: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** (3 vols). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

*Memória Paulista*, a autora opta por caminhos teóricos diferentes dos adotados por Capelato e Bezerra, não apenas na escolha do tema a ser debatido, mas ao investigar o levante de um ponto de vista mais próximo da história cultural, ou seja, valorizando aspectos do cotidiano, dos indivíduos, do imaginário e da memória.

Valendo-se da documentação deixada pelo soldado Alfredo Feijó (mapas, pinturas e escritos), militar ordinário da Força Pública recrutado ao Exército “Constitucionalista”, Borges obtém uma visão mais aproximada do envolvimento do homem comum no confronto, com os traços de sua interpretação da situação e dos caminhos que julgava adequados para a conjuntura. Do delineamento de tais contornos do cotidiano, investigados em grau reduzido na escala de observação social, emergem outras possibilidades de compreensão do período. Isso não quer dizer, porém, que sua análise prescindia das indecisões que pairavam sobre a grande política em São Paulo após 1930, tomada, segundo a autora, em sua condição humana, com os medos e esperanças latentes na sociedade.

Para Vavy P. Borges, os políticos seriam os protagonistas da resistência de 1932, promovendo-a como resposta a situação periclitante a que haviam sido submetidos pelos vencedores de trinta. Em franco declínio financeiro, muitos ex-ocupantes de cargos representativos rentáveis teriam convencido as classes conservadoras, que não se interessariam pela política, a conspirarem contra o Governo Provisório e, em seguida, estendido o apelo ao restante da população. O chamado proselitista, contudo, não se restringiria a imposição ideológica, mas privilegiaria a exploração do imaginário social: “*Para conseguir o apoio das elites e do resto da população do estado, os políticos agitaram as inúmeras tensões que podiam ser percebidas na sociedade paulista*”.<sup>30</sup>

Há que se ressaltar que, sob nova coloração, Borges, contudo, mantém a tese de que os políticos levaram de roldão o povo, inclusive, a burguesia *politicamente lacunar*. Constatação problemática, se considerarmos a situação periclitante da cafeicultura e as ambições dos industriais e comerciantes quanto aos rumos da nação. Igualmente pouco provável parece ser a hipótese de que a população combate exclusivamente em função da agitação perpetrada aleatoriamente pelos políticos, afinal, quais são os elementos capazes de alavancar a adesão ao confronto em favor dos partidos?

De outra parte, a abordagem levanta questões importantes a respeito da memória da luta, preservada na sociedade paulista ao longo dos anos por órgãos e entidades oficiais de São Paulo, com a intenção de privar do esquecimento a imagem da vitória moral de um

---

<sup>30</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.69.

suposto feito glorioso passado. À opção pela tematização do assunto, ao envolver um amplo período – 1932-1997 –, permite visualizar o vigor da batalha pela memória. Todavia, ainda ressoante a este tema investigações que privilegiem com maior acuidade e sistematização questões pouco exploradas, como a controversa transmutação do sentido da derrota bélica para a memória triunfal nos instantes pós-beligerância.

Sob a perspectiva da memória, o assunto também foi abordado pelo fotógrafo e historiador Jeziel de Paula que, trabalhando com um amplo conjunto de imagens fotográficas da época, procura *reavaliar algumas versões interpretativas amplamente aceitas sobre o combate*.<sup>31</sup> Conforme o autor, além do caráter objetivo as fotografias, como fontes históricas, precisam ser analisadas em seu aspecto subjetivo, em que pesam fatores como a parcialidade e a intencionalidade do fotógrafo. Portanto, a imagem fotográfica pode construir uma memória histórica calcada, inclusive, em manipulações.

Aplicando estes pressupostos ao caso específico das barricadas de 1932, De Paula mostra como as fotografias teriam sido manipuladas pelos contemporâneos para fortalecer suas versões e construir a história. Segundo o autor, estas versões influenciaram as análises historiográficas posteriores provocando equívocos interpretativos, como, por exemplo, no que se refere à tese da manipulação das massas pelas elites. Para Jeziel De Paula, a historiografia, sobretudo a marxista dos anos de 1960 e 1970, aceitou a versão do Governo Provisório de que a sublevação de 1932 seria uma contra-revolução com preponderância dos políticos e, ao contrário, *“Uma das mais fortes vertentes interpretativas que as imagens fotográficas sugerem é exatamente a mobilização voluntária da população”*.<sup>32</sup>

A análise das fotografias também propiciou a revisão de outros aspectos negligenciados pela historiografia como a adesão do operariado, dos negros e das mulheres – que seriam maiores do que se afirmava – e até mesmo a singularidade do levante que teria sido ofuscada pelo discurso do vencedor. Além disso, as fotos teriam comprovado a brasilidade do enfrentamento ante o mito do separatismo, disseminado pelo Governo Provisório, apesar da existência de grupos radicais isolados.

A explicação encaminhada por Jeziel De Paula sobre o levante de 1932 em São Paulo constitui-se numa via interpretativa contraposta às anteriores, porque discorda da tese de que a resistência paulista seria uma reação, movida pela classe dominante, com preponderância política e ainda primando pela ordem social. De Paula, analisando as fotografias, privilegia não os motivos da elite para se rebelar, mas os da população de São

---

<sup>31</sup> DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

<sup>32</sup> Idem, p.101.

Paulo em geral. Assim, em sua ótica, a solução armada partiu da insatisfação de pelo menos cinco grupos representativos de toda a sociedade paulista contra a má administração do “tenentismo” e favoráveis a volta à Constituição: o PD, insatisfeito com os rumos da revolução que havia apoiado em 1930; as Forças Armadas, descontentes com as intervenções do “tenentismo” em sua hierarquia; a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a Associação Comercial, favoráveis à democracia e à autonomia estadual; os políticos do PRP, vendo no retorno à ordem legal uma chance de recuperarem seu antigo poder; e o quinto segmento, um conjunto amplo e indeterminado de pessoas que tinham por unidade mais um *sentimento* do que *idéias* concretas: “*as fontes mostram um gigantesco envolvimento popular das massas, sem precedentes em nossa história, inclusive com sólido apoio da maior parte do operariado paulista*”.<sup>33</sup>

Essa mudança de enfoque nos estudos historiográficos, que tendem a aproximar-se de uma perspectiva mais voltada para o papel dos indivíduos na sociedade, em detrimento as análises, de certa forma, homogeneizadoras – apesar da destacada importância dessas obras –, tem contribuído para o aprofundamento das reflexões sobre o período e serve como ponto de partida para a presente pesquisa. Porém, se procuro inserir o objeto numa perspectiva de investigação mais detalhada, vinculada a dinâmica de um processo histórico, no qual todos os caminhos para o avanço do país pareciam possíveis, como lembra Vavy P. Borges, e, ainda, se disseminava um clima de insatisfação e oposição espontânea ao “tenentismo” entre diversos grupos populares de São Paulo, como propõe De Paula, dedico atenção especial à propaganda de massas e à memória nessa conjuntura, tendo em vista que, se havia um significativo grau de descontentamento com o Governo Provisório, a avaliação popular quanto aos políticos profissionais e aos “grandes capitalistas” também não era diferente.

O que se pretende é analisar as relações entre a sociedade paulista e o Governo Provisório após a Revolução de 1930 e, especificamente, a interação entre a luta política e os valores culturais, identificando os temas e estratégias proselitistas, mas, também, sua inserção na articulação e nos interesses envolvidos no levante e no período que o sucede. Assim, se a atuação dos meios de comunicação foi importante para o levante, é preciso esclarecer como ela se engajou nos planos dos insurrectos e contribuiu, mesmo após a derrota, para a continuação da luta contra o Governo Central no âmbito da política e da memória.

Sem negar o mérito dos trabalhos supracitados, mas considerando suas ambigüidades interpretativas, esta pesquisa também se contrapõe a algumas teses sobre 1932.

---

<sup>33</sup> Idem, p.281.

Pela análise das fontes, a questão da mobilização voluntária das massas, por exemplo, se torna relativa ante o esforço empreendido por jornais e rádios para fomentar e canalizar as insatisfações, ódios e temores populares em direção a um confronto, cujo resultado positivo beneficiaria especialmente a burguesia paulista. Minha hipótese é a de que o levante de 1932 só se tornou possível por meio de uma campanha publicitária conduzida pela classe dominante paulista – e não apenas pela agitação dos políticos, como insistem Capelato e Borges, que detinha os meios capazes de convencer as massas, mas não arbitrariamente, a aderir à radicalização, valendo-se, sobretudo, de valores conexos à identidade e à sensibilidade regional. Desta forma, ao investigar essa conjuntura espero contribuir para a reflexão sobre os mitos da sublevação de 1932 que, graças aos esforços postos em prática pelos contemporâneos, ainda conservam parte de sua força na historiografia.

Pistas para pensar nesse sentido são sugeridas pela historiografia que trata do período, a qual, mesmo focalizando atores específicos, lança novas possibilidades de compreensão do assunto.

Zélia Lopes da Silva, em estudo sobre a atuação dos industriais e dos trabalhadores durante o processo da Constituinte de 1933/34, discorda da bibliografia especializada, que qualifica o levante de 1932 apenas como uma reação pela autonomia estadual ante a centralização federativa, uma vez que, “*o que estava em jogo para a classe dominante paulista, além de recuperar a hegemonia de São Paulo na direção dos negócios públicos em âmbito federal, era impor o seu projeto de ‘modernidade’, cujo campo de efetividade configurava-se em outra direção*”.<sup>34</sup>

Além disso, segundo a autora, o referido projeto de modernidade contava com a participação ativa do setor industrial, o qual em inícios da década de trinta se articulava em torno ao jornal “*O Estado de S. Paulo*”, tribuna que aglutinaria as oposições paulistas alijadas na partilha do poder após a Revolução de 1930, para lutar por novos termos para a mesma. Estas e as outras questões propostas, especialmente aquelas atinentes à campanha publicitária e a batalha pela memória, são importantes para a compreensão do levante de 1932.

Cumprir observar, todavia, que o tema continua polêmico, sobretudo pela celebração da memória por ex-combatentes, pelo Estado e pelos meios de comunicação, mas, também, por reflexões historiográficas como as de João Paulo Martino, em sua dissertação de mestrado “*Alguns fatores da crise paulista de 1930/1932*”, na qual procura reconstituir as diferentes visões dos protagonistas sobre o combate de 1932.

---

<sup>34</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999. p.41.

Nesse sentido, o autor examina detalhadamente as posições e transformações dos discursos de vários grupos durante os anos de 1930 – dentre os quais, a oligarquia (PD e PRP), as classes médias, os “tenentes”, a esquerda (socialistas, trotskystas, stalinistas e os anarquistas) e o Governo Provisório – o que lhe permite concluir que: “*Pegar em armas em 1932, nada mais foi do que a atitude extrema de um Estado que queria ser atendido a qualquer custo*”<sup>35</sup> e retomar a posição de destaque que ocupava na Primeira República.

Diante dos problemas teórico-metodológicos e ambigüidades interpretativas detectados nos estudos históricos a respeito do próprio caráter do levante paulista de 1932, e ainda da extensão do embate de forças e dos interesses em jogo no período, nesta pesquisa sobressai como problemática a análise da luta política e do vértice simbólico que a perpassa, expressos na propaganda política e na batalha pela memória. Não se trata de negar as contribuições dos trabalhos comentados, ou classificar o objeto em foco como o caminho derradeiro para a interpretação sobre 1932. Porém, nesta inter-relação se aglutinam os esforços da sociedade na oposição ao Governo Provisório, desde o recrudescimento, no início de 1932, até a reorientação da estratégia com vistas à atuação na Assembléia Constituinte de 1933/1934, de modo que examinar conteúdos, formas e a articulação da propaganda e da memória às lideranças político-econômicas de São Paulo pode contribuir para compreender o significado dos embates entre o Governo Vargas e a classe dominante paulista acerca da hegemonia política, econômica e cultural sobre as massas.

O encaminhamento desse estudo requer uma pesquisa de fontes muito diversificadas. A luta dos amotinados para atingir seus objetivos, mesmo após o fracasso bélico, serviu-se de programas radiofônicos, jornais da grande imprensa, jornais proselitistas criados pouco antes ou durante a sublevação, comícios – e os rituais que o acompanham – com farta distribuição panfletária, músicas, volantes, cartões-postais, opúsculos, manuais para voluntários, hinos, bandeiras, fotografias, caricaturas, livros, cartazes, obras de memorialistas e publicações comemorativas.

Em se tratando da propaganda de massas e suas vinculações às tentativas de atingir o imaginário social, os programas de rádio e os boletins das irradiações são fontes preciosas para esta investigação. Mais destacadas *mass mídias* na década de 1930, as três principais rádios de São Paulo encamparam – quando as articulações políticas já estavam em curso – a campanha “constitucionalista”, acolhendo em seus estúdios os porta-vozes da campanha e projetando seus discursos inflamados para todo o estado. A importância do rádio

---

<sup>35</sup> MARTINO, João Paulo. **Alguns Fatores da Crise Paulista de 1930 – 1932**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH – Universidade de São Paulo, 1999. p. 61.



no período pode ser aferida não apenas pela ampliação do número de aparelhos, mas, sobretudo, pelas transformações capitalistas em desenvolvimento, dentre as quais a radiodifusão se tornava elemento importante.

A Rádio Educadora Paulista fora criada em novembro de 1923, quando ainda predominava o amadorismo dos clubes sociais fundadores e o idealismo de Roquette Pinto, segundo o qual a radiodifusão destinava-se a espalhar o conforto moral da ciência e da arte em todos os lares do Brasil. Já a Rádio Cruzeiro do Sul iniciou suas transmissões no ano de 1927 passando, pouco tempo depois, para as mãos da família de empresários Byinton, o que significou o principiar de uma “*corrente indutora para que os ouvintes se transformassem em consumidores potenciais de produtos que não eram anunciados diretamente*”.<sup>36</sup> Contudo, foi com o despontar da Rádio Sociedade Record, fundada em 1928 e adquirida em 1931 por Paulo Machado de Carvalho, Jorge Alves Lima e João Batista do Amaral, que a radiodifusão paulista assumiu características empresariais modernas, consolidando-se como meio de comunicação de massas da época.

A programação das rádios procurava adentrar no mundo cotidiano da metropolização de São Paulo, “*diluindo as tensões provocadas pela produção capitalista*”. Como meio de comunicação de ampla penetração social, em julho de 1932 as rádios paulistas constituir-se-iam no principal veículo da propaganda política da classe dominante em armas. Do outro lado, o Governo Provisório também corresponderia, manifestando sua posição principalmente por meio da Rádio Philips, do Rio de Janeiro, o que redundaria, segundo Tota, numa verdadeira *guerra de ondas*.

Entretanto, se é o rádio o principal veículo da propaganda, não se pode negligenciar a importância do jornal na campanha oposicionista – antes, durante e depois do levante –, já que, além de difundir de modo mais bem sistematizado a oposição política, exerce papel de articulador de forças, tal como um partido, em favor de sua visão de mundo. Não por acaso escolhemos o jornal *O Estado de S. Paulo* para esta pesquisa. Apesar de integrar-se às transformações capitalistas em curso, constituindo-se num empreendimento voltado para a lucratividade, da mesma forma que os outros *mass mídias* em ascensão à época, este jornal se arvora de esfera pública, quando lhe convém, atuando no sentido de fomentar a crítica em favor de seus interesses políticos. No entanto, no caso de 1932 sua ação não visava reviver a função de que se revestira a imprensa durante o processo de formação da esfera pública burguesa – quando agia como órgão fiscalizador do Estado e incentivador de

---

<sup>36</sup> TOTA, Antonio Pedro. **A Locomotiva no Ar: Rádio e Modernidade em São Paulo 1924 – 1934**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ PW, 1990. p.58.

opiniões críticas na sociedade –, mas, sobretudo, de utilizar-se da crítica política para manipular os leitores em direção aos projetos de governo e interesses econômicos que defendia. Essa mudança no caráter da publicação se torna compreensível à medida que Estado e sociedade se despolarizam e interpenetram, e a burguesia adquire a chance de intervir diretamente na política, não havendo mais justificativa para a manutenção de um público e uma cultura crítica entre a população.<sup>37</sup> Ora, nos anos trinta, o jornal *O Estado de S. Paulo* possui um projeto articulado à classe dominante paulista de reordenamento do Estado brasileiro,<sup>38</sup> que seria propugnado na Assembléia Constituinte de 1933/1934, e, obviamente, valeu-se das potencialidades comunicativas que detinha em 1932 para desobstruir o caminho e efetivar seus intentos. Para tanto, simularia configurar-se como esfera pública.

De outra parte, se o jornal *O Estado de S. Paulo* em 1932 pode ser considerado representante da visão de mundo da classe dominante paulista, seleciona-se o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, como contraponto dessa visão. Fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, o *Correio da Manhã* declaradamente se posicionara contra as oligarquias da “República Velha” e o regime de fraudes eleitorais nela vigentes, e a favor do “espírito revolucionário” de 1930, embora não se comportasse como caudatário do Governo Provisório. Por autodefinir-se como órgão de opinião, a análise de sua presença no contexto em questão também é importante.<sup>39</sup>

Constituem, ainda, fontes de pesquisa duas coletâneas de documentos de época lançadas pelo Arquivo do Estado de São Paulo durante as comemorações do Cinquentenário da “Revolução Constitucionalista de 1932”. A coletânea *São Paulo: 1932* é fundamental para a realização deste trabalho. A obra contém uma série heterogênea de documentos fac-símiles, incluindo jornais, como *O Separatista* e o *Jornal das Trincheiras*, volantes, folhetos e cartões-postais, que, reunidos de distintos acervos e coleções particulares e reproduzidos em grande parte em tamanho original, permitem estudar as estratégias adotadas tanto pelos paulistas quanto pelo Governo Provisório, para angariar apoio entre os diferentes segmentos sociais. Além disso, também contribuem para a análise da percepção dos acontecimentos por correntes alternativas como os separatistas e o proletariado, entre outros.

<sup>37</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>38</sup> Ver: SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999 e ANTONACCI, M. Antonieta M. **A Vitória da Razão (?)** São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.

<sup>39</sup> ANDRADE, Jéferson Ribeiro. **Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

Outra coletânea documental é *1932: Imagens Contraditórias*.<sup>40</sup> Organizada por Emília Viotti da Costa, esta obra se destaca por agrupar artigos dos principais jornais do período e, também, alguns panfletos que trazem à tona interpretações díspares para a conjuntura, visando contribuir para a relativização das imagens contraditórias criadas pelos contemporâneos e vigentes no âmbito da memória histórica.

Optei pelo uso destes materiais, em decorrência de sua relevância como veículo para a difusão do discurso e da representação proselitista, uma vez que o cruzamento de documentos escritos com fontes imagéticas – frequente em volantes e panfletos – ambos dotados de códigos de leitura específicos, constitui um vigoroso meio de ação política. Ademais, a facilidade na distribuição, que poderia ser realizada porta-porta ou lançada por aviões sobre todo o estado e até mesmo além fronteiras, permitem supor que sua circulação fosse ampla.

Parte-se, assim, da hipótese de que no campo visual travaram-se renhidos combates no período que permeia a preparação e a luta “constitucionalista”, os quais, por sua vez, não devem ser subestimados ou equiparados a meros reflexos do real. Nessa perspectiva, Pierre Francastel sobreleva as aproximações entre a imagem e a arte, bem como a autonomia desta linguagem no âmbito social: “*nenhuma disciplina é mais apta que a disciplina dos artistas a nos oferecer o meio de penetrar mais profundamente nas energias do espírito, tomada não em si como uma realidade intrínseca, mas no exato momento em que se insere numa matéria para impor-lhe uma ordem de modo algum sobrenatural, mas imaginária*”.<sup>41</sup>

O que Francastel propõe, em última instância, é que as imagens construídas pela sociedade não estão desvinculadas da experiência social que as gera, por isso, participam, também, à sua maneira, das formas de representação coletivas – que são partes indissociáveis do real – e constituem-se em meios poderosos para atingir as sensibilidades dos indivíduos que pertencem à determinada cultura política ou grupo social. Por outro lado, Francastel rejeita explicitamente a suposta objetividade da imagem na descrição do real, enfatizando o papel do artista na construção intencional dos objetos.

A mesma constatação apresenta Boris Kossoy, tratando especificamente da imagem fotográfica. Na concepção de Kossoy, a fotografia contém em si realidades e ficções e, de modo algum, é um testemunho fiel da realidade da qual origina – a primeira realidade. Ela constitui uma segunda realidade, criada pelo fotógrafo – contratado ou não por terceiros –, em um tempo e espaço precisos, valendo-se de uma tecnologia determinada e privilegiando

---

<sup>40</sup> COSTA, E. Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

<sup>41</sup> FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p.5.

um assunto selecionado do real. Portanto, o fotógrafo é um “filtro cultural” que se interpõe entre a primeira realidade, a do período histórico, e a segunda realidade, a do documento fotográfico.<sup>42</sup>

De modo geral, tanto a análise de Francastel quanto a reflexão de Boris Kossoy, apesar de abordarem aspectos diversos, pretendem colocar em questão o propalado valor testemunhal da linguagem imagética, sublinhando, ao mesmo tempo, sua condição de representação do real e parte constitutiva da realidade. Em outras palavras, a imagem é, então, tida como objeto de disputa, já que participando ativamente do social leva vantagem sobre outras linguagens por, supostamente, apresentar um caráter de neutralidade.

Partindo dessas premissas, podemos retomar o discurso “revolucionário” paulista e indagar seus articuladores acerca do valor conferido por eles à linguagem imagética. Em que medida teriam se beneficiado da capacidade de “expressar a verdade” das fotografias? Como manifestaram, neste discurso, seu ressentimento contra os “revolucionários” de 1930? Enfim, qual importância atribuíam às imagens na tarefa de legitimar a eclosão e manutenção de um levante armado?

Ademais, em virtude da batalha pela memória que se trava logo após o armistício – em sintonia com o processo de convocação da Assembléia Constituinte – e repercute pela sociedade, selecionam-se também como materiais de pesquisa entre os aproximadamente duzentos e cinquenta relatos de memorialistas, aqueles que correspondem ao processo de consagração da insubordinação e, ao mesmo tempo, ao “soterramento” das perspectivas críticas à memória dominante, talhados entre os anos de 1932 e 1934. Tal escolha justifica-se, em primeiro lugar, pela impossibilidade de trabalhar todo este material em uma só pesquisa e, em segundo lugar, pela necessidade de delimitar as obras que compusessem o núcleo elaborador da memória ufanista aludida. Por estes motivos, tiveram prioridade na composição da base documental os textos de representantes da elite paulista, produzidos por intelectuais (Menotti Del Picchia, Alfredo Ellis Junior e Guilherme de Almeida), líderes militares (general Bertholdo Klinger, general Góes Monteiro, capitão Heliodoro Tenório da Rocha Marques e capitão Odilon Aquino de Oliveira), políticos (Getúlio Vargas) e outros civis (Antoine Renard, Arnon de Mello, Luiz Viera de Mello), e, também, militantes de esquerda (Florentino de Carvalho). São, por conseguinte, materiais valiosos para a definição sobre as disputas em questão e para a análise das estratégias utilizadas no jogo político – Vargas versus paulistas –

---

<sup>42</sup> KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 3ª.ed, São Paulo: Ateliê Editorial. 2002.

que permeava o período e polarizava os diferentes segmentos sociais, em favor de uma causa ou de outra.

Tomando como referência as reflexões de filósofos da Escola de Frankfurt a respeito da indústria cultural e da comunicação de massa, é possível problematizar a batalha, travada via luta armada e simbólica, pelo poder na década de trinta. O trabalho de Jürgen Habermas alerta para a mudança estrutural na esfera pública e o redirecionamento da função dos meios de comunicação na sociedade burguesa. De acordo com o autor, a imprensa foi criada para a informação pública, no intuito de incitar a reflexão e a crítica da sociedade à autoridade política, todavia, com o avanço dos empreendimentos capitalistas e a interpenetração entre a esfera pública e o setor privado, Estado e sociedade, ela foi gradativamente reorientada, desvirtuando-se de sua incumbência inicial. Essa tendência acentuou-se particularmente com a penetração da publicidade em faixas mais extensas da sociedade, transmutando-se o sentido de sua tarefa: do público pensador de cultura ao público consumidor de cultura.

Originariamente, a publicidade garantia a correlação do pensamento público tanto com a fundamentação legislativa da dominação como também com a supervisão crítica sobre o seu exercício. Entrementes, ela possibilita a peculiar ambivalência de uma dominação sobre a dominação da opinião não-pública: serve à manipulação do público na mesma medida que à legitimação ante ele. O jornalismo crítico é suprimido pelo manipulativo.<sup>43</sup>

Para Habermas, a configuração dos meios de comunicação ainda evoluiria, destinando-se não mais a informar a opinião pública sobre questões políticas, mas, a formar uma opinião “não-pública”, caracterizada pela ascensão de um público de consumidores *acríticos* e mais rentáveis aos jornais. Nessa nova configuração, a opinião pública torna-se mera ficção e a imprensa se especializa na propaganda de massas.

As considerações de Max Horkheimer, Theodor W. Adorno<sup>44</sup> e Marcuse<sup>45</sup> em torno ao conceito de indústria cultural também são importantes, à medida que esmiúçam a conversão da cultura em mercadoria. Apesar dos autores ponderarem que o conceito de indústria cultural não se refere especificamente aos meios de comunicação, mas ao uso dessas tecnologias por parte da classe dominante, sua análise permite compreender melhor as imbricações entre propaganda, política e cultura.

---

<sup>43</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 210.

<sup>44</sup> HORKHEIMER, Max e ADORNO, T. W. A indústria cultural. O Iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa. (org.) **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

<sup>45</sup> MARCUSE, Herbert. A arte na sociedade unidimensional. In: LIMA, Luiz Costa. (org.) **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

O que Horkheimer e Adorno tornam nítidas são as transformações da arte e da publicidade na era dos *mass mídias* e as conseqüências dessas mudanças para a sociedade. Considerando que a ampliação da capacidade dos veículos de comunicação em atingir grandes públicos na sociedade industrial e, ainda, transmitir suas mensagens de forma instantânea fez-se acompanhar pela redução do tempo de reflexão dos indivíduos sobre as informações que recebem, Adorno e Horkheimer apontam a perda da aura da obra de arte e da cultura nesse processo. À medida que o mesmo objeto aparece reiteradas vezes e em múltiplos lugares, já não se trata mais de conceder a arte um *valor de culto* e de contemplação, mas torná-la útil pelo *valor de exposição*, como um produto cultural que não requer a atenção do cliente. Por isso, propõem que na sociedade de massas publicidade e arte se confundem:

A publicidade torna-se a arte por excelência... propaganda de si mesma, pura exposição do poder social... Técnica e economicamente, propaganda e indústria cultural mostram-se fundidas. Numa e noutra a mesma coisa aparece em lugares inumeráveis, e a repetição mecânica do mesmo produto cultural já é a repetição do mesmo *slogan* da propaganda. Numa e noutra sob o imperativo da eficiência, a técnica se torna psicotécnica, técnica do manejo dos homens. Numa e noutra valem as formas do surpreendente e todavia familiar, do leve e contudo incisivo, do especializado e entretanto simples; trata-se de subjugar o cliente, representado como distraído ou relutante.<sup>46</sup>

Embora os objetivos da propaganda de massa veiculada pelas rádios, jornais e panfletos em 1932 não fossem exatamente os mesmos da indústria cultural – fortalecer a sociedade de consumo –, é inegável que a classe dominante em beligerância beneficiou-se da “despolitização” e do manejo dos meios de comunicação, especialmente do rádio que já se inseria no cotidiano de São Paulo em metropolização, com o objetivo de influenciar as massas, impondo sua visão de mundo. Visto que a publicidade se tornara pura *exposição do poder* e, ainda, adquirira *status* de propaganda, aparecendo em lugares inumeráveis e *sob repetição mecânica*, a campanha “constitucionalista” ocupava o espaço público com a oposição política, sem, contudo, almejar a constituição de uma opinião pública crítica. Tratava-se de legitimar sua postura insurrecta e, na medida do possível, valer-se da técnica do manejo dos homens para engajá-los numa luta que dificilmente se integrariam de modo espontâneo. Para pensar essa relação, o conceito de ideologia é efetivamente relevante.

Marilena Chauí, em livro de divulgação, discute o significado e a atuação da ideologia na sociedade. A autora esclarece que “...a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes”,<sup>47</sup> na qual os dominantes tentam

<sup>46</sup> HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. W. Op. Cit., p.198.

<sup>47</sup> CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.18.

ocultar sua dominação. Ela consiste precisamente na transformação dos ideais da burguesia em idéias válidas para toda a sociedade, tornando inválidas as idéias das demais classes.

Para que a ideologia seja possível, por conseguinte, a sociedade não deve perceber suas divisões internas. Para tanto, os dominantes convertem suas idéias em universais abstratos, representando-os como se pertencessem à sociedade em geral e veiculando-os pelos meios de comunicação, sobretudo, durante os momentos de agitação social.

Chauí afirma que ideologia é o resultado da divisão social do trabalho entre material e intelectual, no momento em que ocorre uma aparente autonomia dos pensadores e de suas idéias. Estas idéias, por sua vez, embora pertençam à classe dominante, aparecem desvinculadas de seus produtores e exatamente por ocultar a dominação e exploração, constituem-se num importante instrumento de dominação de classes.

De modo geral, a ideologia pode ser definida como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e de normas que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem fazer e como devem fazer. Na condição de corpo teórico e de conjunto de regras práticas que ocultam a luta de classes, a ideologia possui uma coerência racional pela qual paga um preço: a existência de lacunas que só podem ser preenchidas sob pena da destruição do discurso ideológico.

Tais premissas são importantíssimas para entender, por exemplo, a dimensão arbitrária assumida pela paulistanidade na sublevação, ao homogeneizar as esferas de conflito na sociedade, impondo a todos os paulistas o dever inapelável de unir-se a seus concidadãos e agir na defesa de seu território, o que era, também, a maneira da classe dominante assinalar novos termos à partilha do poder estabelecida em 1930. Na concepção de Chauí, entretanto, ainda que se refira à dominação de classes, refuta-se a definição clássica de ideologia como mero reflexo do real, supostamente reduzido ao vértice econômico. A ideologia, nesse sentido, não é sinônima de ilusão ou inversão da realidade, subserviente à reprodução, tal como um espelho, das divisões sociais econômicas. Ela é sim um elemento indispensável da luta de classes, no qual se travam disputas que emolduram a configuração social, a partir das relações de sentido e poderio.

Essa modificação conceitual cotejada por Chauí permite perceber pontes de contato proveitosas entre a noção de ideologia e as contribuições trazidas ao debate pela história cultural e o conceito de representação. Ainda que partam de princípios radicalmente diferentes, haja vista que a intenção da história cultural é justamente contestar a preponderância hegemônica das estruturas econômicas ou seriais sobre os “*conflitos de*

*classificações ou de delimitações*”<sup>48</sup> na construção do social, a convergência de ambas na valorização do simbólico como “*campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação*”<sup>49</sup> possibilita pensar em aproximações no caso específico de 1932.

Se a ideologia aparenta ser um elemento indispensável para problematizar as correlações de força, os ódios, orgulhos, rancores e ressentimentos que são, efusivamente, explorados e direcionados a ação pela burguesia insurrecta, a análise da forma com que os homens apreendem o mundo e organizam a sociedade não é inexpressiva. Trata-se de reconhecer que “*as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas... que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas*”.<sup>50</sup> Por esta visada se permite compreender, por exemplo, a campanha movida contra o interventor “tenentista”, classificado como inaceitável no estado por não seguir a fórmula: civil e paulista, tida como inata na estruturação da comunidade regional.

A hipótese metodológica, todavia, é a que tal representação é um dos vértices do levante, porém, não o único desencadeador do confronto – o que implicaria, também, em acompanhar a apropriação do discurso pelos receptores. Penso que a incitação capitaneada pelo apelo ideológico ao imaginário exerce função decisiva na conjuntura.

Nessa perspectiva, José Murilo de Carvalho, em estudo sobre a manipulação do imaginário na formação da República, sobreleva as possibilidades da relação entre imaginário social e propaganda que certamente podem ser aplicadas ao estudo sobre 1932:

O imaginário é constituído e se expressa por ideologias e utopias, mas também... por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.<sup>51</sup>

Sob tal assertiva abriga-se a compreensão de que as imagens construídas coletivamente pela sociedade são indissociáveis dela. Assim, as imagens por meio das quais as sociedades se representam, gestadas ao longo de sua trajetória, são fundamentais no processo de organização dessas mesmas sociedades, atingindo todas as suas instâncias. Por

<sup>48</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986. p.17.

<sup>49</sup> Idem, p.17.

<sup>50</sup> Idem, p.17.

<sup>51</sup> CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.11.



isso, Castoriadis afirma que até mesmo o que denominamos “realidade” e “racionalidade” são produtos indissociáveis do imaginário.<sup>52</sup>

Corroborando essa concepção as proposições de Baczko, ao lembrar que as formas de representação coletivas são parte constitutiva do real e não distorções dele. Tanto Castoriadis quanto Baczko propugnam que as ações humanas são indispensavelmente regidas por uma leitura do mundo e por uma elaboração mental da ação, as quais passam necessariamente pelas imagens, símbolos, idéias e representações, cujo conjunto constitui o tecido do imaginário. Por consequência, Baczko conclui que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva e, assim, justifica a potencialidade de sua manipulação:<sup>53</sup> *“Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio”*.<sup>54</sup>

Como os embates engendrados na perspectiva do imaginário não se resumem aos momentos de maior vitalidade dos conflitos sociais, é preciso deixar claro que a derrota paulista nos campos de batalha não coincidiu com o findar das aspirações da classe dominante de alcançar o poder e, menos ainda, com o abandono das investidas sobre o campo do simbólico. Sendo assim, o processo de convocação da Assembléia Constituinte de 1933/34 permeou-se pelas disputas pela memória do levante de 1932, cuja consolidação da *vitória moral* ocupava papel preponderante, a fim de garantir o apoio dos paulistas à Chapa Única por São Paulo Unido.

Quanto ao processo de consagração da epopéia de 9 de julho, visivelmente calcada no imaginário regional e nas tradições estaduais, pode-se pensá-lo, como diz Maurice Halbwachs,<sup>55</sup> como parte das tentativas mais ou menos conscientes de reforçar o sentimento de pertencimento individual à coletividade estadual e definir as fronteiras culturais que diferenciam São Paulo dos outros estados da nação, num momento político singular.

---

<sup>52</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>53</sup> Portanto, para esta pesquisa, parte-se do pressuposto que à propaganda de massas em 1932 não compete a tarefa de criar novos valores ou imagens para a sociedade – o que seria contraproducente. A ela caberia explorar as tendências preexistentes no imaginário social da época em favor da “Revolução Constitucionalista”. Dessa forma, a investigação da estrutura e dos conteúdos da propaganda “constitucionalista” permite, também, apreender o imaginário em movimento – com as representações coletivas criadas e as que os “revolucionários” procuravam reforçar nela – o que, sem dúvida, é fundamental para a compreensão do levante.

<sup>54</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.5. p. 299.

<sup>55</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

Cabe lembrar, todavia, que o processo de enquadramento da memória coletiva não se faz de modo harmônico. Michael Pollak,<sup>56</sup> contrapondo-se a Halbwachs, insiste no caráter destruidor e uniformizador da memória coletiva, que se produz a partir do silenciar das culturas minoritárias e individuais. Não obstante, mesmo em condições adversas, as memórias subterrâneas são perpetuadas entre gerações nos grupos excluídos ou silenciados. Desta forma, a materialidade do diagnóstico de Pollak acerca das imbricações entre o enquadramento da memória coletiva e a memória subterrânea, no caso de 1932, é sensível nas próprias contradições do ato de celebrar o feriado de 9 de julho, afinal, mesmo que a realização da Assembléia Constituinte em 1933/34 seja considerada uma *vitória moral* paulista pela elite estadual, outros grupos sociais, como segmentos mais combativos do operariado que não se alinham à classe dominante, aparentemente não têm motivos para participar da comemoração.

Sendo assim, tais questões serão problematizadas com maior vagar nos quatro capítulos deste texto.

No capítulo primeiro, *Campanha Constitucionalista: uma guerra feita de papéis, palavras, símbolos e ações*, enfoca-se as relações entre os grupos dirigentes de São Paulo e o Governo Provisório, sobretudo, nos primeiros meses de 1932, no intuito de compreender a dinâmica do processo histórico, no qual são realizados os lances decisivos que culminam no levante armado de julho. A opção pelo início da pesquisa neste período, que antecede a radicalização, justifica-se pelo agravamento dos problemas entre o Governo Central e seus representantes no estado e os partidos políticos, PD e PRP, que rompem relações com o mesmo e formam a Frente Única Paulista, cujo objetivo declarado, ao pressionar Getúlio Vargas, era a concessão de maior autonomia a São Paulo e a volta do regime constitucional. Neste momento, também se complicam as divergências econômicas relacionadas à cobrança de impostos, considerada excessiva pelos comerciantes e industriais paulistas. O desabrochar destas questões se traduz no debate público pela sociedade em São Paulo em favor do apoio popular aos interesses em pugna.

Inicialmente, retoma-se o momento em que os descontentes com o governo federal se manifestam de modo público e articulam propostas no sentido de viabilizar o atendimento a seus interesses, que não se resumem aos do PD, mas também não são formalizados pelo *revolucionário anseio popular*. Na segunda etapa da análise, discuto a campanha pública encabeçada pela Frente Única Paulista (FUP), a fim de sensibilizar a

---

<sup>56</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

população e pressionar o Governo Provisório numa verdadeira guerra de palavras e ações que, graças às demonstrações de força das massas, torna visível a solução armada para os impasses. Na última parte do capítulo examina-se a gradação do debate entre os contendores, em tempos de confronto, com vistas a melhor compreender o jogo de forças travado no âmbito da informação e do proselitismo em São Paulo e nos estados vizinhos.

No segundo capítulo, *Nas Trincheiras da Propaganda: o levante entre a adesão social e o oportunismo político*, problematiza-se com maior profundidade o período do confronto bélico, questionando seus articuladores sobre o valor que conferiam à propaganda de massas. Parte-se da hipótese de que a propaganda, coordenada pela elite paulista, desempenha função estratégica para os insurrectos – embora não seja a responsável pela radicalização – no sentido de viabilizar a integração de praticamente todo o estado na luta, a extremos das pessoas doarem suas maiores riquezas *por São Paulo*.

A investigação da propaganda “constitucionalista” permitirá compreender melhor tanto as disputas políticas quanto o imaginário social da época, já que com eles é que ela dialoga. Logo, o percurso da análise destaca o investimento maciço dos meios de comunicação na consolidação de uma imagem positiva do levante, ligada à identidade paulista. Também privilegia o apelo a ação voluntária nos serviços da retaguarda, que perpassavam o estado e atingiam diretamente os campos de combate, garantindo a afirmação de que *é São Paulo que se levanta*.

A derrota paulista nos campos de batalha e a emblemática continuidade da luta no âmbito simbólico e político serão alvos do terceiro capítulo, *A Fluidez da Derrota à Vitória: malogrados na liça, consagrados nas urnas*. Na primeira parte – *o armistício negociado e a desorganização pós-beligerância* – examina-se a situação de São Paulo no final do confronto, na qual sobressai a reflexão sobre a delicada conjuntura econômica e social do estado derrotado, que fica à mercê das ações do Governo Provisório. A reflexão subsequente enfoca a atuação do governo federal neste cenário, no sentido de consolidar sua posição, mesmo diante das dificuldades que se apresentavam e, também, salvaguardar a maior economia da nação. Na parte final do capítulo, ganha destaque a expressiva rearticulação de forças da burguesia no processo que recobre o pleito de 1933 e abre caminho a discussões quanto às divisões do poder no estado.

O quarto capítulo é dedicado ao estudo da batalha – no campo político e simbólico – pela consagração do modelo triunfalista de interpretação do levante e sua preservação nos domínios da memória paulista. Analiso a emergência, no âmbito cultural, de uma tendência a

interpretar as conquistas obtidas por São Paulo após a vitória pujante nas eleições de maio de 1933 como indícios legitimadores de uma suposta *vitória moral* da “Revolução Constitucionalista”. Essa corrente tem raízes díspares – atingindo intelectuais, meios de comunicação e memorialistas – porém, sem dúvida, filia-se às tradições épicas de São Paulo, forjadas desde o século XIX, e incorpora, então, 1932 como marco não apenas da luta para recuperar o poder, perdido em 1930, mas, sobretudo, da grandeza histórica paulista.

Em resumo, este texto problematiza o levante de 1932, refletindo sobre a atuação da propaganda política e da batalha pela memória na luta entre São Paulo e o Governo Provisório comandado por Getúlio Vargas.

**Capítulo 1:**  
**Campanha Constitucionalista: uma guerra feita de papéis, palavras,**  
**símbolos e ações**

Esta não é uma revolução política, é, antes, uma explosão humana; não é uma rebelião de partidos, é uma reacção de sentimentos, uma insurreição geral, unânime, irresistível, de um povo que se vira ludibriado até a degradação.

*José Maria Whitaker. (Departamento da Campanha do Ouro)*

Povo de São Paulo

Não vos deixeis illudir pelas artimanhas dos politiqueiros profissionaes, esses politiqueiros vulgares, que nas suas arremettidas para galgarem o poder não trepidam em usar o nome do Povo, como se fosse uma de suas camisas sujas.

*(Folha volante anônima que circulou em São Paulo)*

As correlações de forças malogradas nos limiares dos anos de 1930, cujo resultado mais evidente materializou-se no confronto armado de 1932, encontram no âmbito cultural e nas esferas do ressentimento, dos valores regionais e das rivalidades e manifestações hostis, vértices explicativos importantes para o desfecho dissonante que tiveram. Percorrendo todo o processo do relacionamento entre os paulistas e o Governo Provisório, as tentativas de apropriação do campo simbólico constituem, por conseguinte, objetos certamente não menos significativos que as violentas e acirradas disputas bélicas para problematizar o levante de 1932.

Manifesta-se clarividente que, em sintonia com os desentendimentos, rupturas e rearticulações partidárias, desenvolve-se uma guerra visceral entre os candidatos ao comando do país, feita inicialmente de papéis e palavras. Nela, antes mesmo da radicalização armada, traços culturais, rumores e anseios egocêntricos foram explorados com a finalidade primordial de arregimentar adeptos às idéias em pugna e demonstrar a imponência dos trunfos sociais que dispunham no cenário político nacional. O crepitar da sublevação, não obstante, veria o agravamento sistemático das disputas pelo domínio do âmbito espiritual, como um vetor estratégico da luta.

Os ecos desta batalha insofismável, que no anseio bélico perpassou os aguçados sentimentos e identidades regionais, deixaram marcas vigorosas na sociedade, algumas das quais ressoam candentemente nos debates acadêmicos hodiernos. Para Maria Helena Capelato, em livro de divulgação, os materiais produzidos pelos combatentes no nível discursivo são indispensáveis fontes de conhecimento, que, até então, permanecem ao aguardo do historiador: *“os panfletos, os artigos publicados em revistas, os jornais da época constituem material importante para a compreensão do ‘levante paulista de 32’, que continua ainda à espera de uma interpretação crítica”*.<sup>57</sup>

A relevância do enfrentamento pelo campo dos símbolos e das sensibilidades para o estudo da resistência paulista é sugerida mesmo pelos intérpretes que refutam a expressividade da campanha proselitista na arregimentação do voluntariado. O fotógrafo e historiador Jeziel de Paula afirma que a representação discursiva criada pelo governo de Getúlio Vargas, após o término do conflito tornou-se vitoriosa e teria sido oficializada, inclusive, pela historiografia de esquerda. Pois, *“é possível detectar, principalmente nos círculos acadêmicos dos anos 60 e 70, uma tendência em aproximar as versões explicativas do acontecimento ao discurso dos vencedores, propagado em pleno exercício do poder”*.<sup>58</sup>

Deste modo, neste capítulo, proponho-me a refletir sobre esta problemática, na medida em que as análises históricas produzidas no final dos anos de 1970 constituem o que podemos caracterizar como o “campo clássico” das pesquisas sobre 1932, e, a despeito da eventual aproximação historiográfica com o discurso dos vencedores, a versão dos vencidos é que se consolidou pujantemente na memória coletiva dos paulistas, como sinônimo da grandeza do estado.

Para tanto, buscando reavaliar e apreender a dinâmica do processo histórico que permitiu, a partir da fecunda imbricação entre os interesses políticos e a exploração das dimensões culturais da sociedade, a eclosão do confronto armado, retoma-se o itinerário percorrido por essas emulações discursivas e partidárias. Inicialmente, cumpre esmiuçar as complexas relações entre a sociedade paulista e o Governo Provisório que redundaram em ruptura no princípio de 1932, pensando-as como elemento imprescindível para a compreensão do levante, pois este processo foi reducionalmente entendido pela historiografia como de reação do Partido Democrático de São Paulo contra o “tenentismo” e suas tendências centralizadoras. Em seguida, evidenciados os descontentamentos da sociedade paulista e sua expressividade no cenário político, nem sempre considerados pela produção historiográfica, a

---

<sup>57</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.8.

<sup>58</sup> DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2<sup>a</sup>. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p.29

análise recairá sobre o momento em que a retórica perpetrada pela burguesia se avoluma, fomentando e canalizando a ação das massas nas ruas de São Paulo. Por fim, investiga-se a conformação do debate público travado nos tempos de confronto, com a função de vencer o adversário no plano discursivo e abrir caminho para a exploração massiva do imaginário social em meio à tentativa desesperada de conquistar corações e mentes, em âmbito nacional, para a batalha.

### ***1.1 – Os Descontentes se Manifestam***

A tomada do poder pelos grupos que formavam a Aliança Liberal, em outubro de 1930, foi mais que uma simples substituição de agremiações políticas nos cargos diretivos nacionais. No movimento, cuja interpretação continua polêmica e polarizada entre os círculos acadêmicos, estavam em jogo diferentes projetos de administração para o país que colocavam em choque os principais agrupamentos político-econômicos da época.

Desta feita, segundo sinaliza a bibliografia especializada, a própria aliança estabelecida para a revolução trazia elementos contraditórios em seu bojo, notadamente no que concerne ao papel a ser ocupado por São Paulo na nova conjuntura. Para Boris Fausto, os grupos jungidos para assumir o governo do país divergiam amplamente entre si, sobressaindo, no âmbito político, os seguintes segmentos: as facções da velha oligarquia regional, que objetivavam, sobretudo, aumentar seu poder pessoal; os setores da juventude, unidos temporariamente aos “tenentes” em prol a mudanças moralizadoras no regime político; o movimento “tenentista”, que militava pela centralização do poder e por modificações também no âmbito social; o PD, almejando, enfim, obter o controle do Estado Nacional; e a classe operária, que não aderira plenamente ao movimento de 1930.<sup>59</sup>

Conforme Fausto, predominava nesse conjunto heterogêneo de forças um sentimento, de certa forma, hostil contra São Paulo, visando diminuir sua preponderância política e econômica nos destinos da nação, uma vez que aí residiria destacada parcela da explicação para o fracasso da *República Velha*. Pelejaram, de fato, nesse sentido os homens que assumiram a nação após 1930, obtendo êxito no afastamento dos políticos do estado, e,

---

<sup>59</sup> FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: \_\_\_\_\_. (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 2 vol., São Paulo: Difel, 1977.

em contrapartida, agindo com maior cautela no trato com os setores produtores, que ainda detinham a hegemonia econômica nacional.

Em trabalho posterior,<sup>60</sup> Boris Fausto sobreleva que as transformações em curso no período conduziram o Brasil a um Estado de natureza diferente de seu predecessor, pautando-se pela recusa ao predomínio de um grupo específico e de seus interesses nos negócios nacionais, e pela ascensão de uma política de relacionamentos sociais mais amplos, inclusive com as massas. Por esse viés, o autor também demonstra a importância das alterações político-econômicas tanto no cenário nacional, quanto internacional, – as crises da cafeicultura e o endividamento do governo com o capital estrangeiro – convergindo para a constituição do Estado pós-1930, em que pesa a germinação da política de traços autoritários.

Investigando os atores e seus papéis na definição do Estado pós-1930, Boris Fausto define como características centrais do novo tipo de governo o maior grau de centralização do poder e a expansão do capitalismo nacionalista, inspirada no Estado, nas Forças Armadas, e na ação conjunta da sociedade – arrastada pela aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana. Tal Estado se caracterizaria pela substituição dos grupos oligárquicos tradicionais do centro decisório, em favor da ascensão ao poder de *“os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais”*.<sup>61</sup>

Conforme Ângela de Castro Gomes, o processo aludido acima se insere na trajetória de formação de uma proposta de Estado autoritário e corporativo. Concebendo a Revolução de 1930 como o primeiro passo para o Estado Novo, os conflitos de classes, grupos e facções que têm lugar nesse período, em sua ótica, correm em direção à eliminação dos mediadores entre governo e sociedade. A partir de 1930 criava-se uma nova democracia, a qual *“negava a idéia de uma sociedade fundada no dissenso, postulando a tendência à unidade em todos os aspectos, fossem econômicos, políticos, sociais ou morais”*.<sup>62</sup>

Em análise um pouco mais detida sobre a crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930, Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto procuram complementar a tese de

---

<sup>60</sup> FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

<sup>61</sup> Idem, p.182.

<sup>62</sup> GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCS, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.518.



Boris Fausto a respeito do Estado de Compromisso, valendo-se, porém, de outras fontes, especialmente manifestos e cartas trocadas entre membros da Aliança Liberal.<sup>63</sup>

Realizando uma bem organizada análise historiográfica sobre os modelos explicativos do contexto de 1930, as autoras aceitam e aprofundam as explicações de Boris Fausto para o processo, interligando os fatos posteriores à Revolução. Nessa concepção, o anseio de constitucionalização do país, cuja maior expressão fora o levante de 1932, aparece vinculado – mas não de modo causal – a Assembléia Constituinte de 1933/34 e, mais tarde, a Intentona Comunista de 1935 e a própria instauração do Estado Novo, em 1937.

Todos esses reordenamentos mencionados pela historiografia são indicativos às expressivas modificações na cena nacional após a revolução de 1930, e permitem aferir as vastas divergências entre os grupos que disputavam o poder na primeira metade do século XX. Apesar da profusão de investigações atinentes à porfia quanto a emolduração do Estado Nacional, no entanto, a movimentação dos atores de São Paulo, na conjuntura, ainda permanece circunscrita pelos estudiosos ao campo político e, de certa forma, factual, no qual se tem a impressão de que pouco se caminhou para saber as reações da sociedade paulista em geral à atuação do Governo Provisório e isso se desvela, notadamente, nos acontecimentos que recobrem o confronto armado de 1932.

Em linhas gerais, as explicações aventadas pela historiografia sobre o assunto se dividem em torno de duas matrizes interpretativas que propõem, respectivamente, que o conflito teria como causa central o desenvolvimento inevitável das contradições da Aliança Liberal jungida em trinta, caracterizado pela reação do PD (que apoiara a Revolução de 1930, mas ficara excluído da partilha do poder), com auxílio da classe dominante paulista, e ainda armados de ideais liberais-autonomistas;<sup>64</sup> ou de que praticamente todo o povo do estado de São Paulo estaria descontente com o Governo Provisório e teria reagido espontaneamente contra a ocupação militar de seu estado, em prol ao fortalecimento da democracia.<sup>65</sup> Posta

---

<sup>63</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **O tempo do liberalismo excludente**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. V.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano).

<sup>64</sup> Se inserem nesta vertente, sobretudo, os trabalhos de CAPELATO, Maria Helena R. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981; COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982; BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997 e MARTINO, João Paulo. **Alguns Fatores da Crise Paulista de 1930 – 1932**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>65</sup> Nesta perspectiva, principalmente, DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999; PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004 e Marco Antonio Villa, que afirma: “*O tesouro perdido de 1932 foi a defesa da democracia, de uma Constituição democrática, enfim,*

nestes termos, a discussão permanece aberta, pois, sem negar a contribuição e o mérito dos trabalhos aludidos, a vigência deste dualismo sinaliza na direção de um processo histórico que engloba indivíduos e ações ainda não contemplados em sua dinâmica própria.

A pesquisa aqui apresentada, entretanto, parte da hipótese de que a sublevação de 9 de julho não se restringe a uma reação capitaneada exclusivamente pelos partidos políticos em favor da autonomia estadual e da constitucionalização do país, e, por isso, apoiada pela sociedade como um todo; ou, de outra parte, sequer de uma resposta irrefreável das insatisfações de diversos grupos que compõem a população do estado contra a conquista de seu território, como afirma a historiografia. Afinal, quais são os interesses que estão embutidos na luta pela autonomia e constitucionalização? Por que a burguesia industrial adere prontamente ao chamado dos políticos na conspiração? E os operários, como e por que se aliam a classe dominante, com quem o inter-relacionamento na conjuntura havia sido dificultoso? Além disso, se a batalha é movida voluntariamente pela população, porque os contendores se empenham tanto na porfia pelo imaginário social?

As pistas sugerem que as inter-relações fluidas entre o vivido e o mito erigem-se em objeto alvissareiro de investigação, não se limitando, todavia, seus efeitos aos contemporâneos, mas alcançando o âmbito da memória histórica e levando ao equívoco interpretativo de tomar o resultado do processo histórico como se fosse seu início, ou seja, reduzir os embates às interpretações criadas pelos próprios protagonistas em torno de imagens contraditórias – “*reação dos políticos decaídos*” versus “*revolução constitucionalista contra a ditadura*” – com reduzido poder explicativo.

Examinarei a questão sob ótica diferente, já que, neste capítulo, interessa investigar, inicialmente, a correlação de forças entre os integrantes do Governo Provisório e os grupos sociais em São Paulo, no momento em que as divergências entre eles se avolumam e ganham as praças públicas, sendo reproduzidas na propaganda proselitista e na grande imprensa. São estes materiais que apresentam os descontentamentos, rancores, ressentimentos e, enfim, o encaminhamento das articulações para o levante.

Ora, as insatisfações contra a administração do Governo Central em São Paulo se manifestaram desde o processo revolucionário de 1930. Enquanto o PD acolhia jubiloso a passagem do trem da vitória, os derrotados e apeados de posição política, notadamente do PRP, recolhiam-se rancorosos ao ostracismo ao qual haviam sido condenados, almejando ardorosamente uma chance para se reerguer. O jovem jornalista Arnon de Mello, do periódico

*Diários Associados*, do Rio de Janeiro, demonstrou, em 1931, eloquentemente o estado material e emocional dos congressistas afastados dos cargos com o fechamento da Assembléia, denominando-os *Os Sem Trabalho da Política*,<sup>66</sup> – classificação que incluiria homens como os intelectuais regionalistas Alfredo Ellis Junior e Menotti Del Piccha, ambos membros do PRP.

De outra parte, antes mesmo do alastramento da frustração do PD com as reiteradas derrotas para o “tenentismo” na luta pela interventoria e o secretariado de São Paulo, definidas pela historiografia como o estopim da conspiração “rebelde”, a Força Pública paulista, que militou contra a revolução de 1930, melindrada, conforme os capitães Heliodoro Tenório e Odilon Aquino de Oliveira, pela ingerência dos vitoriosos de trinta nos seus postos de comando e na hierarquia interna, era alvo de um motim promovido por uma parte dos seus soldados, em abril de 1931, contra a liderança do “tenente” Miguel Costa.<sup>67</sup>

Dentre os militares, as rivalidades despertadas em 1930 também opunham grupos que participaram da Aliança Liberal e aqueles que não aderiram à causa, contribuindo para desencadear, ainda, outras divergências ideológicas, sobretudo, entre segmentos das forças armadas que apoiavam a intervenção dos militares na política e outros que consideravam indispensável a manutenção da oficialidade em suas funções, refutando visceralmente a transgressão da hierarquia interna e da ordem social.

As camadas de insatisfação não param por aí. No âmbito das intrincadas inter-relações envolvendo industriais, comerciantes e operários, as indefinições e embates quanto à gestão do Estado no mercado de trabalho atingem profundamente a sociedade. A despeito da vertente interpretativa que propunha a fragilidade da burguesia e dos trabalhadores perante a imposição do Estado-sujeito, Zélia Lopes da Silva demonstra a vigência de um acirrado processo de disputas acerca da questão, no qual tanto os industriais, quanto os operários, em suas diversas correntes sindicais procuram pautar ao Estado o curso da regulamentação.

Na plataforma de luta do operariado estavam, principalmente,

a defesa da implementação da jornada de oito horas; da igualdade entre os trabalhadores no mercado de trabalho, que se materializa na defesa do princípio de igual salário para trabalho igual; melhoria nas condições de trabalho e redução do ritmo de trabalho; aplicação da lei de férias, aumento

<sup>66</sup> MELLO, Arnon Afonso de Farias. **Os Sem Trabalho da Política**. Rio de Janeiro: Flores&Mano, 1931.

<sup>67</sup> TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). **São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933.

salarial; reconhecimento das entidades sindicais e dos representantes de fábrica.<sup>68</sup>

Ainda segundo Silva, o embate em campo aberto entre as proposições daria-se nas greves de maio de 1932, agregando milhares de empregados nos ramos da tecelagem, da metalurgia, dos calçados, dos lixeiros, dos ferroviários e dos padeiros, entre outros, tendo como foco, além dos itens que envolvem a gestão do mercado de trabalho, a questão do salário e do desemprego que, em decorrência da crise econômica mundial de 1929, atingiram drasticamente os trabalhadores.

Nesta conjuntura, aliás, ocorre uma expressiva defasagem nos rendimentos percebidos pelos empregados fabris de 1928-1932:

o esforço despendido pela família proletária não significava... o atendimento pleno de suas necessidades fundamentais. Tanto isso é verdade que a pesquisa de campo mencionada (Davis/ SP-1934) constata uma classe trabalhadora que gasta 50,2% de seus rendimentos com alimentação e, mesmo assim, tem que recorrer ao crédito da 'venda da esquina' para comprar as suas provisões....<sup>69</sup>

O resultado, no entanto, é que, enquanto a classe dominante participa ativamente das comissões nomeadas pelo Governo Provisório para discutir a legislação trabalhista, “*a greve foi estrangulada pela repressão, coordenada pela FIESP, sob o olhar cúmplice do governo federal, que aceitando a tese (da FIESP) do caráter subversivo do movimento não interfere no seu andamento como fizera nas anteriores*”.<sup>70</sup>

Esses descontentamentos se agravam para ambas as partes nos limiares dos anos de 1930, à medida que as conseqüências da crise externa de 1929 e a agonia da cafeicultura levam de roldão os trabalhadores rurais e urbanos, os comerciantes importadores e exportadores, os industriais e os grandes proprietários agrícolas, que se tornam, direta ou indiretamente, caudatários da capacidade administrativa de Getúlio Vargas para amenizar seus problemas.

Todavia, tal relacionamento não é monolítico. Embora o programa das compras de café de Vargas houvesse salvado os fazendeiros da ruína, conforme sublinha Hélio Silva,<sup>71</sup> quase todas as suas medidas econômicas subseqüentes desagradaram-lhes profundamente. De

<sup>68</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991. p.12

<sup>69</sup> Idem, p.39.

<sup>70</sup> Idem, p.123-124.

<sup>71</sup> SILVA, Hélio R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

acordo com Warren Dean, “os impostos decretados com o propósito de equilibrar o orçamento do país afigurava-se-lhes uma espécie de confisco. Era manifesto para os fazendeiros paulistas que o governo federal seria capaz de fazer novas exigências aos seus rendimentos”.<sup>72</sup>

Outros motivos haveria para o laivo no entendimento:

o que provavelmente mais desgostou os fazendeiros foi talvez a imposição feita por Vargas em setembro de 1931, do controle das divisas. Intimidados a vender suas divisas estrangeiras ao Banco do Brasil a uma taxa de confisco, acreditaram eles que o propósito da medida era sustentar uma horda de burocratas que viviam ociosos no Rio de Janeiro. Na realidade, o governo estava utilizando o dinheiro para saldar empréstimos estrangeiros contraídos, em grande medida, por presidentes paulistas.<sup>73</sup>

De outra parte, se Getúlio Vargas favoreceu os industriais no que tange às lutas com o operariado e, também, nas restrições impostas a importação (ver tabelas 1 e 2 p.195-196) – o que beneficiou a ampliação da produção em 1931:

por outro lado, durante a crise de câmbio, tornou-se quase impossível às fábricas dependentes de matérias-primas importadas continuarem a funcionar. A importação de ferro e aço, por exemplo, caiu, de uma média de 59.000 toneladas anuais de 1927 a 1929, para 9.352 toneladas em 1932...

Encarados em conjunto, os programas de ação do novo governo devem ter desalentado os fabricantes, sobretudo porque pareciam estar drenando todo o dinheiro do setor do café e de São Paulo em geral.<sup>74</sup>

Em contrapartida, na mesma conjuntura, a burguesia organiza-se em torno aos princípios da racionalização da produção e da sociedade, almejando agir mais eficazmente por meio da criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT),<sup>75</sup> em 23 de julho de 1931. Nele aglutinavam-se, por exemplo, Roberto Simonsen, presidente da FIESP, que “esteve preso durante as primeiras semanas da revolução [de 1930] por ser ‘membro de uma das firmas que contribuíram para o estado de crise do Brasil’”<sup>76</sup> e Armando de Salles

<sup>72</sup> DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.205.

<sup>73</sup> Idem, p.206

<sup>74</sup> Idem, p.208.

<sup>75</sup> ANTONACCI, M. Antonieta M. **A Vitória da Razão (?)** São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.

<sup>76</sup> DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.117

Oliveira, empresário, primeiro presidente do IDORT e comandante da sociedade anônima, que assumiu o jornal *O Estado de S. Paulo* após a morte de Júlio de Mesquita.<sup>77</sup>

Por conseguinte, apesar dos esforços do “tenentismo” no intuito de socorrer a economia do estado, notadamente a cafeicultura, a conduta do interventor João Alberto, que ocupou o cargo de dezembro de 1930 a julho de 1931, no entanto, não foi capaz de impedir a evolução da pressão interna, dos operários e da classe dominante, em São Paulo. Ao mesmo tempo em que o PD brigava pelo governo do estado com o “tenentismo”, que se mantinha irredutível nas disputas, setores do escol dirigente mais insatisfeitos com a situação – dentre eles, políticos do próprio PD, jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, que participaram da revolução de 1930 e almejavam partilhar do governo e dos destinos de São Paulo, e partidários rancorosos e idealistas do PRP – cogitavam o desfecho de um golpe contra a interventoria, com o auxílio da oficialidade descontente da Força Pública.

Indícios da esfera inquietante que se anuncia em São Paulo podem ser claramente identificados em iniciativas como a fundação da Liga de Defesa Paulista (LDP), em maio de 1931, aglutinando em sua composição tanto adeptos mais idealistas da trajetória ufanista regional, quanto políticos decaídos do regime anterior, além de diversos elementos militares e civis<sup>78</sup> dispostos a “*defender a autonomia de São Paulo ainda que belicamente se fosse preciso*”.<sup>79</sup>

A criação da LDP marca o extravasamento da passividade das classes dominantes, com o apoio das camadas intermediárias, diante da política implementada pelo Governo Provisório, e, em ambivalência, a gênese das tentativas de articular a oposição contra o “tenentismo”. É ela quem fornecerá as bases centrais do discurso a ser desferido no espaço público, aproximando as correntes intelectuais regionalistas dos destinos políticos do estado.<sup>80</sup>

<sup>77</sup> ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.5176.

<sup>78</sup> Assinam o manifesto de fundação da Liga mais de quatrocentas pessoas, entre elas Paulo Duarte, Alfredo Ellis Junior e Abelardo Vergueiro César. CALICCHIO, Vera. Liga de Defesa Paulista. In: ABREU, A. A. (Org.) ; LAMARÃO, S. T. N. (Org.) ; WELTMAN, F. L. (Org.) ; BELOCH, I. (Org.) . **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3117. Júlio de Mesquita Filho, diretor geral de *O Estado de S. Paulo* após a morte de seu pai, em 1927, também foi um dos principais articuladores da LDP. Aliado dos “revolucionários” de 1930, quebraria seu apoio, no entanto, aos “tenentes” junto com o PD, em abril de 1931, ocasião em que passariam a trabalhar pela criação da liga. ABREU, A. A. (Org.) ; LAMARÃO, S. T. N. (Org.) ; WELTMAN, F. L. (Org.) ; BELOCH, I. (Org.) . **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3789.

<sup>79</sup> DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-30**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

<sup>80</sup> O Grupo de intelectuais que forneceria subsídios mais acentuados à LDP adviria das divisões do modernismo. Alfredo Ellis, Cassiano Ricardo, Candido Mota Filho, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia formariam a corrente Verde-Amarela “*que sustentava a exaltação das tradições culturais brasileiras, contrastando com o criticismo ‘antropofágico’ do grupo Pau-Brasil, coordenado por Oswald de Andrade, Mario de Andrade e Raul*

Recém formada, a entidade passa à ação incitando a contraposição radical das dificuldades sociais do momento ao suposto lugar histórico e de direito de São Paulo dentro da federação. Elucidativo a esse respeito é a edição, em agosto de 1931, em parceria com o jornal *O Estado de S. Paulo*, dos artigos publicados por Vivaldo Coaracy no período, no alardeado livro *O Caso de São Paulo*. Na concepção do autor, que é também partilhada pelo político, homem de letras e membro da LDP Alfredo Ellis Junior – e o grupo de intelectuais “verde-amarelos”<sup>81</sup> – a difícil situação econômica e política enfrentada pelo estado advém da incompreensão da realidade nacional:

Enquanto outras unidades do país permanecem nos estados prévios de civilização em graus evolutivos inferiores, alguns destes representados por actividades que Alberto Torres, numa expressão pitoresca e feliz, qualificou de ‘assalto à natureza’, outras entregues aos longos lazeres semi-nômades do pastoreio, outras ainda já fixadas no sedentarismo da cultura sistemática da terra; São Paulo envereda decisivamente pela fase industrial da civilização.<sup>82</sup>

Por conseguinte,

para que não se destrua a obra realizada; para que prossiga a marcha evolutiva; para que se edifique uma civilização brasileira neste recanto da América; é necessário, é imprescindível que S. Paulo reconquiste o lugar que lhe compete e pertence dentro da Federação, o posto de orientador, de guia e condutor da marcha do Brasil. É mais do que um direito seu, dado pela sua civilização, comprovado pelo seu passado. É uma necessidade histórica para que este país não desminta o destino a que pode aspirar.

É para a obra desta reconquista que hão de se congregar todas as energias, que se hão de se exercer todos os esforços, por cima das divergências partidárias, por cima das diversidades de interesses, por cima dos antagonismos de opiniões, por cima das rivalidades de ambições, cimentando a sagrada união paulista, alicerçada na consciência da capacidade, das responsabilidades e dos destinos de S. Paulo.<sup>83</sup>

Sob os auspícios das “*sciencias positivas*” e das correntes literárias mais acerbamente regionalistas, portanto, legitima-se a reação contra a administração perpetrada

*Bopp*”. Em 1932, a defesa da nacionalidade se confundiria com a luta pelo federalismo na ótica do “verde-amarelismo”, expressando-se no aval do grupo a solução armada. A despeito das divergências internas, contudo, durante o confronto, homens de letras de correntes diversas participariam da pugna. Pouco mais tarde, os intelectuais egressos do “verde-amarelismo” constituiriam o grupo *Bandeira*, com considerável influência sobre a formação do integralismo. CALICCHIO, Vera. Liga de Defesa Paulista. In: ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3117.

<sup>81</sup> FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002.

<sup>82</sup> COARACY, V. de Vivaldi. **O Caso de São Paulo**. São Paulo: Ferraz, 1931. p.38.

<sup>83</sup> Idem. p.38

pelo Governo Provisório. A luta pela autonomia e a constitucionalização que, em última instância, seria uma fatalidade histórica indispensável para a unidade e o avanço da nação, coincide com os anseios da burguesia descontente, articulada pelo *O Estado de S. Paulo*, que encontra nas correntes de pensamento regionalistas o caminho ideológico para a constituição de uma Frente Única, aglutinadora das forças representativas do estado.<sup>84</sup>

A importância elementar da interpretação sociológica da conjuntura, ancorada em uma tradição épica regional forjada a partir da segunda metade do século XIX, reside, sobretudo, na homogeneização das diversas esferas de descontentamento presentes em São Paulo e resultantes, em parte, dos intentos do Governo Provisório em dar novos rumos à política nacional. Sob a capa da autonomia e da Constituição abrigam-se, assim, complexas correlações de força que, entretanto, escolhem esta trilha como forma de combate e agrupamento de aliados.

Prosseguindo na análise das relações entre os representantes de São Paulo e o Governo Provisório, se a LDP, desde o segundo semestre de 1931, procurava moldar, por meio de livros, publicações na imprensa e eventos públicos, a convergência entre o cultural e o político; o PD, todavia, ainda acreditava na possibilidade de chegar ao poder no estado, sem, necessariamente, romper o pacto selado em 1930 com o governo de Getúlio Vargas. Entrementes, o malgrado relacionamento com o “tenentismo” nos embates pela interventoria torna a convivência insustentável e, nos primeiros dias de 1932, o PD se pronuncia à nação, por meio de um longo documento que marca a ruptura política do partido com o Governo Central e a adesão plena à campanha em curso, capitaneada pelos demais insatisfeitos.

Enfatizando os propósitos de luta pela defesa de São Paulo envolvidos na fundação do PD, o texto explicita como justificativa para o desligamento do Governo Provisório, a participação do partido na revolução de 1930, com vistas a assegurar os direitos do estado, e a forma como Getúlio Vargas e, especialmente, os “tenentes”, haviam se recusado reiteradamente a conceder a administração de São Paulo aos paulistas, embora houvessem prometido, sob a argumentação protelatória e tangencial de garantir a ordem

---

<sup>84</sup> Segundo Coaracy os propósitos de *O Caso de S. Paulo* foram “para contribuir em mínima parcela embora, para esse esforço, focalizando sobre o mesmo a opinião pública... que, numa intensa campanha de imprensa, publiquei no Estado de S. Paulo uma série de artigos, alguns dos quais vão enfeixados agora neste volume”. Idem. p.59. Além disso, o princípio dos graus evolutivos diferentes da civilização, fornecido pelos regionalistas, seria uma arma importante para explicar a incapacidade política dos interventores vindos de outros estados para administrar São Paulo. Se originavam-se de regiões cem anos atrasadas, e que não haviam chegado à fase industrial, como poderiam governar o que não conheciam? O resultado seria a situação perturbadora do estado. COARACY, V. de Vivaldi. **O Caso de São Paulo**. São Paulo: Ferraz, 1931.



pública e de promover o escoamento das tropas do estado depois da revolução e, com o passar do tempo, com a efetivação do “tenente” João Alberto na interventoria.

Diante disso, fica evidente no manifesto do PD a estratégia de atribuir exclusivamente as dificuldades econômicas do período aos “revolucionários” de 1930 e, por conseguinte, canalizar as expressivas insatisfações populares na direção dos interesses que lhe convinhem no momento: a autonomia, para conquistar a interventoria, e a Constituição, a fim de redefinir a partilha do poder em âmbito nacional. O itinerário para tanto, assim, passava pela crítica em âmbito estadual e federal à administração dos “tenentes” e, por isso, afirmam que João Alberto como interventor teria implantado uma política desastrosa em São Paulo, tomando-o como *presa de guerra*, e a mesma linha se reproduziria com seu sucessor, o “tenente” Manuel Rabello, e no país inteiro:

Na ordem federal, ninguém se ilude sobre a situação do país. Ao lado de uma política que tem despertado nos Estados sentimentos de tédios, angústia e desapontamento de todos os seus filhos, a paralyzação de negócios, a fallencia do commercio, o definhamento das indústrias, a penúria da lavoura cafeeira, a fuga das espécies metallicas, o aviltamento do dinheiro nacional, a escassez do crédito, a derrocada da fortuna pública e privada, a falta de confiança... em summa, um mal estar geral, sombrio e doloroso.<sup>85</sup>

Ao mesmo tempo em que explora as falhas da administração pública, esquivando-se de qualquer parcela de responsabilidade nestes atos, embora tenha apoiado irrestritamente a Revolução de 1930, o PD preocupa-se, imediatamente, em endossar a campanha pela defesa de São Paulo e indicar o caminho capaz de evitar a radicalização maior, ordenando que: “*Entregue-se aos Estados o governo dos Estados; venha a Constituinte, e estaremos salvos*”.<sup>86</sup> Evidentemente, a entrega do posto máximo em São Paulo a um paulista e civil significa o afastamento do “tenentismo” do estado e a posse de um representante do PD, isto é, a realização de uma nova partilha do poder, na qual o partido pudesse realizar o seu antigo desejo de governar. Se não fosse assim, como compreender a argumentação de que o Governo Provisório teria conduzido o país da ordem ao caos se o próprio PD, tempos antes, apontava o governo anterior como a *era da corrupção e do cambalacho*? Por conseguinte, a despeito da ascensão da reação popular espontânea, ao que parece, no princípio de 1932, a burguesia está fomentando os rancores e o imaginário social no espaço público com o intuito evidente de beneficiar-se dele no momento oportuno. Se o descontentamento e o amor ao estado

---

<sup>85</sup> *O Estado de S. Paulo*, 15 de janeiro de 1932.

<sup>86</sup> *Idem*.

perpassam o povo, o convite a expressá-lo e a coordenação da ação fica sob tutela das entidades representativas da classe dominante, como a LDP.

Além disso, o clima de insatisfação que se avolumara com a ruptura do PD, principal representante político do estado depois do movimento de 1930, certamente abria espaço para a manifestação pública dos outros aliados da elite, o que, de fato, não demoraria a acontecer mesmo para atores anatematizados no cenário político nacional. Assim, poucos dias após a proclamação pedeísta, era publicado um manifesto de “reabertura” do Partido Republicano Paulista, tempos depois de ter sido derrubado do poder pelos “revolucionários” de trinta. Ancorado em princípios diferentes dos do PD, mas visando resultados semelhantes, o PRP celebra seu passado “glorioso” para a nação, e defende a volta à “vida constitucional” e à “liberdade do voto”, como formas de restaurar a ordem política do país, que estaria ameaçada pela “ditadura”. Nesse sentido, sua estratégia de luta passa pelo oportunismo em apresentar-se como representante das massas: *“O Partido Republicano Paulista que só na vontade popular tem procurado o norte das suas diretrizes, sente-se no dever de quebrar, hoje, o deliberado silêncio a que se recolhera, para definir com precisão a sua atitude neste decisivo momento da vida nacional”*.<sup>87</sup>

Também faz questão de deixar claro que sua insatisfação com o governo centralizador de Vargas, provém da preferência pelo modelo federalista – a mesma opção já conclamava a LDP –, no qual os estados têm maior autonomia para decidir sobre o seu destino: *“É pelo regimen republicano. É pelo regimen federativo... Reenceta, pois, a sua actividade como a começou a mais de sessenta annos, isto é, batalhando com denodo pela democracia e pela República sem prejuízo da união, da concórdia e da paz entre todos os brasileiros”*.<sup>88</sup>

A declaração pública da insatisfação dos dois principais partidos paulistas com relação aos rumos da revolução, em sintonia com as demonstrações de forças menos expressivas, da Força Pública e da LDP no ano de 1931, causou repercussões profundas em outros estados e o governo federal procurou atender algumas das solicitações, mas o fez parcialmente apenas. No Rio de Janeiro, onde parcelas da população também não estavam plenamente realizadas com o “tenentismo”,<sup>89</sup> o colunista Costa Rego, do jornal *Correio da Manhã*, analisa os manifestos entendendo estar em evidência interesses diversos, mas que se fundem numa base provável para futuros acordos, apesar de salientar que não havia consenso

---

<sup>87</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1932.

<sup>88</sup> *Idem*.

<sup>89</sup> COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...* 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956. p. 199.

sobre a ruptura com o Governo Provisório dentro do PD: “*Emquanto correligionários em plena actividade negaram sua assignatura ao do Partido Democrático, não houve quem a recusasse ao do Partido Republicano Paulista. Em relação a este último, deu-se mesmo o caso de reaparecerem velhas figuras que se tinham afastado nas horas do fastígio e que regressam na hora da provação*”.<sup>90</sup>

Ao refletir sobre o ambiente político nacional, Costa Rego demonstra que sua preocupação não se restringia à atuação dos políticos paulistas, mas no que ela poderia redundar, agravando a já precária estabilidade administrativa do país. Qualifica como ilusórios os regimes de força e teme que o PD intente novamente tomar o poder por meio de um golpe como o de 1930, que feria os princípios democráticos, asseverando: “*que os regimes de excepção, fundados na força, são illusórios e funestos... que o Partido Democrático, onde luzem tantas intelligencias de escolha, não tenha nunca mais a idea treta de apellar para a força quando lhe faltar o direito*...”.<sup>91</sup>

Do outro lado das divergências, os “tenentes”, que expressam concepções radicalmente contrárias às dos partidos paulistas, mas igualmente irredutíveis, não se furtam da peleja. Analisando a ótica dos “revolucionários” de 1930, cujos órgãos representativos eram a *Legião Revolucionária* e o *Clube 3 de Outubro*, detecta-se, em pronunciamento de alguns de seus membros, que as divergências com os chamados *políticos profissionais*<sup>92</sup> é sustentada pelo entendimento de que sua atuação na administração pública, sobretudo a do PRP, é sinônima de corrupção e de descaso com o desenvolvimento do país.

O “tenente” João Alberto, ex-interventor em São Paulo, em resposta aos dois manifestos, veiculada em 21 de janeiro de 1932, explica os motivos que o teriam levado a excluir o PD de seu governo, afirmando que nos poucos dias em que foi secretariado por pessoas deste partido, sentiu o retorno das *perseguições pessoais e das disputas de campanário*. Sobre outras acusações que lhe haviam sido feitas, notadamente acerca de sua ingerência nos negócios de São Paulo, mesmo depois de ter abandonado a interventoria, João Alberto justifica-se, apontando para a incapacidade dos políticos de resolverem os problemas financeiros estaduais e assinalando que a melhor iniciativa neste âmbito teria sido tomada ainda em sua administração, quando criara uma eficiente associação em favor da lavoura de

<sup>90</sup> *Correio da Manhã*, 20 de janeiro de 1932.

<sup>91</sup> *Idem*.

<sup>92</sup> Havia, segundo V. P. Borges, um desgaste significativo na imagem e no crédito conferido aos políticos à época. BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.68. Tal constatação é corroborada por Alfredo Ellis Junior. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933.

São Paulo, organização esta que lhe garantiria a simpatia de significativa parcela da opinião pública paulista.

No entendimento do “tenente” João Alberto Lins de Barros, a anarquia e desordem, provocadas pela interferência dos interesses pessoais dos políticos nos negócios públicos, só seriam sanadas pela substituição do presidencialismo por um regime com métodos liberais, nos quais o protecionismo conservador da Primeira República, em que o Estado defendia os negócios dos donos do poder, fosse convertido em favor dos interesses coletivos. A saída, para ele, seria o governo representativo parlamentar. Por agir neste sentido, estaria sendo perseguido:

O que se dá, realmente, é que eu falei em liberdade de indústria e de commercio, em procedimentos liberais, em reorganização geral fundada nos grandes interesses colectivos... Se ainda investem contra mim é pelo velho hábito de tudo personalizar a que nos levaram 41 anos de presidencialismo e de governo pessoal. Mas é preciso que dahi nos afastemos sem demora... Primeiro devemos quebrar a machina de exploração do interesse geral por meia dúzia de interesses privados em que o nosso systema tributário se organisou. Em seguida, para garantir sólida e efficazmente a liberdade econômica que assim conquistaremos, precisamos de uma nova ordem legal... e essa ordem legal só pode ser a que subscreve e assegura o governo representativo de forma parlamentar.<sup>93</sup>

A questão que norteia a correlação de forças é, deste modo, extremamente complexa. Afora as disputas de fundo que polarizavam grupos “tenentistas”, – dentre os quais havia membros favoráveis, inclusive, ao parlamentarismo, embora outros defendessem o fortalecimento do Estado, passando pela “ditadura”– e os partidos paulistas que pugnavam pelo regime presidencialista, republicano e federalista, havia diversos outros interesses envolvidos na conjuntura, que extravasavam a via partidária, como se demonstrou acima.

No âmbito da classe dominante paulista, que esboça reações com maior evidência,<sup>94</sup> a posição de insatisfação com a administração do estado pelo “tenentismo” perpassa suas atitudes, que não se limitam a ambição pelos cargos políticos, pois a situação da lavoura, da indústria, do comércio e, sobretudo, do trabalho encontra-se delicada. Examinando a questão sob o aspecto financeiro, dadas as dificuldades momentâneas e o estado de ânimos, verifica-se ainda no início de janeiro de 1932 a movimentação de uma

<sup>93</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1932.

<sup>94</sup> A grande imprensa, segundo Habermas, não serve mais à formação plena de opiniões críticas na sociedade. Por isso, não raramente, ela atua em favor dos interesses da burguesia, para a manutenção dos privilégios adquiridos, e não concede espaço livre para a manifestação das demais classes. HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 210.

ampla delegação do comércio paulista que foi até o Rio de Janeiro entender-se pessoalmente com o ministro da fazenda, Oswaldo Aranha, e o Governo Provisório, com relação à cobrança de uma taxa-ouro adicional sobre o comércio realizado pelo porto de Santos, a partir da Revolução de 1930. Entre as propostas da delegação estava o abatimento desta taxa ou sua aplicação também sobre o porto do Rio de Janeiro, opção considerada mais viável por Getúlio Vargas, a fim de amenizar os problemas econômicos do país. Ora, independentemente do resultado das negociações, torna-se evidente por este fato que a responsabilidade pelos destinos de São Paulo não recaía apenas sobre o PD, já que outros setores da classe dominante, embora não estivessem filiados a partidos políticos, tinham meios eficientes para a defesa de seus interesses político-econômicos.

A influência política da delegação paulista que, representando trinta e cinco corporações dos setores comercial, industrial e agrícola, se manifestou diretamente no Rio de Janeiro pode ser medida pela afirmação da grande imprensa daquele estado que classificou a atitude da Associação Comercial de São Paulo, de negociar diretamente com Getúlio Vargas, como um entrave à formação de uma Frente Única Paulista, que pretendia tomar a questão dos 2% ouro como base para uma aliança ampla contra o Governo Provisório. Na fala de Silva Telles, presidente da Câmara de Comércio Importador de São Paulo, em entrevista ao jornal carioca *Correio da Manhã*, tem-se o motivo da opção pela negociação autônoma ao invés da aceitação instantânea da proposta pela volta à Constituição encaminhada pelos políticos que, aliás, são caracterizados como mal informados e via pouco eficiente para a resolução dos problemas econômicos:

Pelo conhecimento imperfeito que tinham os seus membros das circunstâncias. Em São Paulo chegou-se a anunciar que a taxa de dois por cento ouro já iria ser dobrada imediatamente em Santos. Ante a eminência desse verdadeiro perigo, como quem entre dois males escolhe o menor, opinou a Associação Commercial Paulista pela fórmula... capaz de nivelar o regimen tributário entre Santos e o Rio.<sup>95</sup>

No quadro 1, tem-se alguns nomes de representantes e associações do setor produtivo presentes na viagem da delegação paulista à capital federal, realizada em 18 de janeiro de 1932.

---

<sup>95</sup> *Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1932.

**QUADRO 1** – Principais representantes da Delegação do Comércio Paulista, encarregada de negociar diretamente com o Governo Provisório sobre a taxa-ouro adicional cobrada no porto de Santos.<sup>96</sup>

Nome do Representante	Entidade
Adriano de Barros	Associação Comercial de S. Paulo
Armando Pereira	Federação das Indústrias
Ernesto Teixeira de Carvalho Filho	Liga dos Com. e Ind. Louças e Ferragens de SP
Esaú Silveira	Associação Comercial de Santos
Marcel da Silva Telles	Câmara do Comércio Importador
Oliveira Coutinho	Sociedade Rural Brasileira
	Associação dos Importadores de Santos
	Associação dos Industriais Metalúrgicos de S. Paulo
	Associação dos Varejistas de Santos
	Centro do Comércio e Indústria de Madeiras S. Paulo

FONTE: *Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1932; *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1932.

Assim, é simplificador acreditar que as disputas se restringiam em torno de concepções antagônicas que significariam apenas o confronto entre autonomia estadual e centralização, alavancadas arbitrariamente pelos partidos políticos e arrastando, de roldão, a classe dominante avessa a política. Tanto isso é verdade, que a delegação comercial paulista recebe tratamento diferenciado no Rio de Janeiro, sendo acolhida diretamente por Getúlio Vargas e o Ministro da Fazenda que discutem sua proposta econômica.<sup>97</sup> No entanto, por outro lado, se desvela também a insatisfação extrema da burguesia ao negligenciar a instância estadual, tomada pelo “tenentismo”, como via de negociação. Este episódio é bastante sugestivo, sobretudo, se considerarmos que a FIESP e a Associação Comercial paulista ocupam papel de destaque durante o levante, com alguns de seus membros servindo em postos estratégicos importantes da luta, como se analisa no capítulo seguinte.

Deste modo, nos limiares de 1932 predomina uma esfera de amplo descontentamento social e de sentimentos perturbadores em São Paulo, envolvendo tanto os partidos mais antigos, os comerciantes, os industriais e os militares, quanto os trabalhadores, que, todavia, como analisado, tinham motivos para se contrapor à burguesia e ao Governo Central. Se a revolta dos políticos coincide com a impaciência da burguesia, o caminho para estes segmentos, que detêm os meios materiais e os veículos de comunicação para levar adiante a oposição ao Governo Provisório, se mostra alvissareiro, desde que consigam

<sup>96</sup> Os espaços em branco nos quadros arrolados indicam que a informação relativa ao quesito não foi encontrada.

<sup>97</sup> Além disso, a bibliografia especializada informa que os setores industriais tinham projetos próprios de “modernidade” para o país, que se expressaram na Assembléia Constituinte em 1933. SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

explorar as insatisfações e ressentimentos candentes na sociedade na direção que preconizam. Significativa nessa tarefa seria a formação da Frente Única Paulista, em meados de fevereiro de 1932.

## ***1.2 – O Embate de Palavras Ganha as Ruas***

Um olhar sobre as investigações referentes ao levante de 1932 permite verificar a existência de certas lacunas no conhecimento do período, sobretudo porque nestes estudos se faz uso, como já disse antes, de explicações concernentes a luta entre o PD e o “tenentismo”, ou “reação de São Paulo como um todo contra a ditadura”. Tais análises, tomadas neste aspecto, deixam pendentes questões importantes para problematizar as relações sociais da época que redundam no confronto armado.

O grupo que atua por São Paulo na contestação ao Governo Provisório é definido por Capelato<sup>98</sup> em torno dos políticos do PD, que se aliam aos dos PRP e formam a Frente Única Paulista, mobilizando, posteriormente, os industriais, comerciantes e agricultores do estado. Nessa visão, o escol dirigente unido utiliza os meios de comunicação para *dominar as consciências* a favor do levante. Já na perspectiva de Jeziel De Paula,<sup>99</sup> o enfrentamento partiria da reação popular espontânea contra o Governo Provisório, contando com a presença de cinco grupos principais: o PD, os militares da Força Pública e do Exército em São Paulo, a Fiesp e a Associação Comercial (favoráveis à autonomia do estado e à democracia), o PRP e um conjunto complexo e indeterminado de pessoas que agiam mais por *sentimentos* do que por *idéias* concretas.

Ficam subjacentes nesses enfoques aspectos relevantes, afinal, quais são os elementos capazes de controlar as consciências populares, numa luta restrita à classe dominante contra o “tenentismo”? Ou então, se o movimento bélico já contava de antemão com o apoio potencial de cinco grupos que englobam quase que a totalidade da população paulista organizada, por que a insistência da burguesia aglutinada em torno de *O Estado de S. Paulo*, da LDP e da FUP numa campanha publicitária que, desde meados de 1931, explorava justamente o ressentimento popular e as tradições de São Paulo, que estaria tomado como

---

<sup>98</sup> CAPELATO, M. H. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>99</sup> DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

*presa de guerra* – expressão usada textualmente no manifesto do PD, em 15 de janeiro de 1932 – pelo Governo Provisório? Não seria tal campanha um dos caminhos para a “reação popular espontânea”? Estas questões submersas nas análises historiográficas, mas importantes para a compreensão do período, instigam a pensar sobre o papel que as disputas políticas no espaço público e a propaganda proselitista pelo simbólico ocupam nas correlações de forças envolvidas no levante armado.

A historiografia pesquisada sinaliza no sentido afirmativo de sua relevância, quando demonstra o caráter parcial aos insurrectos de órgãos como o jornal *O Estado de S. Paulo* que, conforme Rondon Martim Souza de Castro,<sup>100</sup> atua no processo como *agente mobilizador para a revolução* e durante a resistência armada toma a frente na divulgação de notícias, nem sempre verdadeiras, sobre os resultados das batalhas, movido, sobretudo, pelo intuito exclusivo de manter elevado o ânimo de todo estado. A análise menciona, inclusive, a participação de jornalistas de *O Estado de S. Paulo* entre os articuladores do levante, a ponto de afirmar que dois deles, dentre os quais o proprietário do periódico, eram os principais civis envolvidos no complô:

Estreitamente ligados ao Comando Revolucionário, os jornalistas de ‘O Estado’ estiveram na dianteira da divulgação das notícias, reais ou saídas da imaginação de seus redatores...

Foram, no entanto, Julio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, os elementos civis mais atuantes na conspiração.<sup>101</sup>

Todavia, apesar de considerar a inserção de alguns meios de comunicação e de seus diretores na articulação para a luta, as abordagens que comentam sobre a inter-relação entre a política e as disputas pelo simbólico em 1932 nem sempre levam em consideração o fato de que, nesse momento, o papel da imprensa não se resume apenas a criticar ou demonstrar insatisfação com a situação política, omitindo verdades, mas de, arvorando-se de esfera pública, conquistar o apoio de todo um estado, já conturbado, em favor de uma causa determinada.<sup>102</sup> Se até o início de 1932, para os diversos setores da classe dominante paulista, como mostrado acima, a oposição ao Governo Provisório atendia a motivos específicos, com a formação da FUP e sua definição pela sistematização da contestação, traduzida no tema *pró-*

---

<sup>100</sup> CASTRO, Rondon M.S. **Non Ducor, Duco – O Jornal “O Estado de S. Paulo” na Revolução Constitucionalista**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Instituto Metodista de Ensino Superior. 1992.

<sup>101</sup> Idem, p. 11.

<sup>102</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 210.



*Constituição*, tem-se as bases para o acordo que une a insatisfeita burguesia e a torna sensível à idéia lançada pela LDP de arregimentar adeptos à campanha desencadeada. Já neste momento, portanto, o aval das massas seria fundamental para, em primeiro lugar, demonstrar o viço da oposição e, em seguida, conceber alianças em outros estados, a fim de derrubar os “tenentes” da maneira que fosse possível. O amplo movimento da FUP e da grande imprensa que se pôs a seu lado em favor da Constituição, já nos primeiros meses de 1932, aponta nesta direção, evidenciando que o embate para *restaurar a honra de São Paulo* passa pelo campo simbólico. Esta perspectiva se torna ainda mais clara na composição das principais entidades que se articulam em torno à FUP, como a LDP e a Liga Pró-Constituinte,<sup>103</sup> responsáveis pela divulgação das manifestações “constitucionalistas” antes mesmo do levante.

Entretantes, isso não significa que a congregação de forças em São Paulo ou em outros estados estivesse livre de empecilhos. Se o “tenentismo” não atende plenamente aos anseios do escol dirigente paulista, ele também não abdica de disputar o apoio dos “bandeirantes”, tentando reunir aliados entre os cafeicultores, auxiliados pela política econômica, os soldados da Força Pública e até conquistar as massas, como projetaria Miguel Costa à frente do Partido Popular Progressista (PPP).<sup>104</sup>

Mediante o desafio, a burguesia unida investe no polissêmico e homogeneizador propósito da Constituição – que, não era, evidentemente, uma motivação qualquer, entretanto, como se verá adiante, também não constituía o objetivo central da luta –, com a finalidade ampla de arregimentar aliados em outros estados em prol ao restabelecimento da normalidade republicana e, em ambivalência, conquistar adeptos à constitucionalização em São Paulo, entendida no estado, todavia, como forma de *restabelecer a autonomia e expulsar os invasores*. Assim, entre os paulistas, o tema da lei aparece fortemente associado ao regionalismo historicamente datado e caudatário das bases discursivas já perpetradas nos termos exacerbados de Vivaldo Coaracy e da LDP.

Aliás, a disputa concreta pelo apoio da população inicia-se antes mesmo da formação da FUP. Ainda em 25 de janeiro, no aniversário da cidade, prosseguindo a proposta lançada em 1931, a LDP promovia um comício para congregar o povo na exaltação cívica de

---

<sup>103</sup> A Liga Paulista Pró-Constituinte era formada por acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo “*com o propósito de arregimentar a juventude, organizando-a em batalhões militarmente treinados para participar da luta armada que se aproximava*”. Atuou sob a presidência de Roberto Victor Cordeiro, estudante de Direito, que trabalharia com grande entusiasmo nos comícios e manifestações populares precedentes ao 9 de julho, quando os membros da liga passariam a integrar os batalhões de voluntários. ABREU, A. A. (Org.) ; LAMARÃO, S. T. N. (Org.) ; WELTMAN, F. L. (Org.) ; BELOCH, I. (Org.) . **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3789.

<sup>104</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.70.

São Paulo e, em simultaneidade, encaminhava a reivindicação para o atendimento dos interesses conjunturais do estado. No evento, classificado pelo *O Estado de S. Paulo* como *Uma Manifestação Cívica de Extraordinária Imponência*,<sup>105</sup> discursaram vários representantes de corporações profissionais proeminentes da sociedade paulista, dentre os quais Almeida Junior (Sociedade de Cirurgia e Medicina de S. Paulo) e Antônio Augusto Covelo (Instituto da Ordem dos Advogados de S. Paulo).<sup>106</sup>

O caráter da comemoração pelo *Dia de São Paulo* deixa claro que além de festejar uma data regional importante, o comício visava aprofundar outras questões.

Os discursos que conclamam uma numerosa multidão, estimada por José A. Vidigal Pontes em aproximadamente duzentas mil pessoas,<sup>107</sup> não raro, fazem menções à posição histórica de São Paulo dentro da federação, para expressar, em consequência, o desconforto com a situação política do presente. Nesse sentido, a campanha paulista retomava profusamente as tradições mais antigas de *Piratininga*, ainda no período colonial com a atuação “civilizadora” dos jesuítas, mas também, a “modernidade” representada pelo grande desenvolvimento econômico do estado. Na fala dos oradores, todo o progresso paulista estaria sendo prejudicado pelo Governo Central e seus aliados. Tal perspectiva pode ser observada numa folha volante anônima distribuída durante o comício, com os seguintes dizeres:

25 de Janeiro!  
Dia de São Paulo...  
Mas S. Paulo é hoje uma terra conquistada!  
Até quando paulistas?<sup>108</sup>

Nas imagens de época também ganha destaque, com clarividência, o teor do encontro, como desvela a fotografia abaixo:

<sup>105</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de janeiro de 1932.

<sup>106</sup> Além de advogado, A. A. Covelo também trabalhou em diversos jornais de São Paulo. Era um dos deputados paulistas aliados do cargo pela revolução de 1930. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.1713.

<sup>107</sup> PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta**: o caráter nacional de um movimento democrático. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.78.

<sup>108</sup> *25 DE JANEIRO!* São Paulo: Folha volante anônima, 25/01/1932. O termo “terra conquistada” era usado livremente pelo PD, tanto que foi estampado no livro de um de seus membros no início de 1932. VAMPRÉ, Leven. **São Paulo Terra Conquistada**. São Paulo: Paulista, 1932.



Imagem 1: Comício realizado em 25 de Janeiro de 1932. *Dia de S. Paulo*. PONTES, J. A. V. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. SP: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.78.

O enquadramento privilegia a aglomeração incontável de pessoas, principalmente de homens, tendo à frente, no alto das escadarias da Praça da Sé, diversos símbolos regionais, tais como bandeiras e faixas, conclamando “*COMO NO PASSADO PAULISTAS AVANTE*” e, antes mesmo da formação da Frente Única Paulista, propugnando a defesa da Constituição como caminho para obter “*SÃO PAULO PARA OS PAULISTAS*”.

A manifestação ganhou destaque tanto na imprensa paulista que, ufanando-se do indicativo de apoio das massas insatisfeitas, enfatizou o enorme contingente popular que se reuniu na Praça da Sé, mesmo debaixo de uma chuva torrencial, quanto no Rio de Janeiro, onde o *Correio da Manhã* classificou o acontecimento como *o aviso* da necessidade de mudanças na administração do país por parte dos “revolucionários” de 1930:

Todos os que esperaram um Brasil melhor devem collocar o espetáculo desta demonstração diante da consciência do governo provisório, no interesse mesmo da obra que lhe cabe realizar e cujo apreço, quando a História a tiver de recolher, estará mais, no respeito e acatamento que hoje revelar pela

vontade colectiva do que na transigência indefinida para com as formações transitórias e adventícias da força.<sup>109</sup>

Mas a aproximação da contestação política perpetrada pela FUP ao discurso formulado pelos “verde-amarelos”/LDP não limitaria, como evidencia-se na folha volante, as manifestações regionalistas aos parâmetros arquitetados por ela. A despeito dos esforços encaminhados pela FUP no sentido de amenizar a retórica exacerbada forjada na LDP, para não comprometer as alianças interestaduais e nem fornecer munições ao Governo Provisório, o sentimento que estava embutido na idéia de que São Paulo estaria em um estágio evolutivo superior e impedido de avançar por forças retrógradadas caminha às raias do renegado separatismo.<sup>110</sup>

Veja-se a exploração conferida pelos mais exaltados à situação de comerciantes e industriais no comício de janeiro de 1932. Valendo-se da ira dos *setores produtivos* com a cobrança da taxa-ouro adicional sobre o valor das transações efetuadas pelo porto de Santos,<sup>111</sup> imposto que reduzia suas rendas, alega-se, em um panfleto, que antes de 1930 os comerciantes já pagavam uma taxa de 442% superior às cobradas no Rio de Janeiro e, se não bastasse,

Queremos agora – Comerciantes Paulistas e Comerciantes Estrangeiros que conosco se irmanam – trazer ao conhecimento de todos, que por um golpe de força, tão inepto quanto impatriótico, acaba de ser desferido hoje contra SÃO PAULO, e por aquelle mesmo homem – (pasmem!) – uma sentença de morte ao seu comércio importador e ao seu povo, golpe que, antes da revolução era apenas uma ameaça e agora tornou-se realidade.

<sup>109</sup> *Correio da Manhã*, 27 de janeiro de 1932.

<sup>110</sup> Nesta conjuntura, um dos elos centrais de ligação entre a LDP e os separatistas seria o político e historiador Alfredo Ellis Junior, que, ao lado de outros estudiosos vinculados a literatura regional e as instituições que construíam desde o século XIX uma trajetória épica para São Paulo, produziu textos ufanistas ao extremo, enfatizando a grandeza do paulista, notadamente do bandeirante, dilatador das fronteiras nacionais. FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002. p.332.

<sup>111</sup> Esta questão, abordada como parte das estratégias para aglutinar apoios contra o Governo Provisório, acentuou as divergências entre a classe dominante paulista e os membros do “tenentismo”, cujos representantes, como João Alberto, defendiam o fim do protecionismo do Estado aos negócios de São Paulo. Tal postura pode ser detectada no pensamento do general Manoel Rabello – à época interventor em São Paulo –, em entrevista publicada no jornal *Correio da Manhã* no dia 18 de outubro de 1932, ao declarar que o porto de Santos até a Revolução de 1930 gozava de uma isenção portuária, que tornava a concorrência desleal com relação aos portos de outros estados: “*O governo federal quis cassar a isenção desta taxa ao porto de Santos, pois a concorrência que elle fez aos demais portos nacionaes, como Rio de Janeiro, Nietheroy, Paranaguá, Rio Grande etc, é enorme e desleal devido á esta taxa... Mas se todos os outros portos brasileiros pagam esta taxa (a não ser o de Santos e o do Pará) porque o porto de São Paulo não pagaria?*”. RABELLO, Manoel. **As falsas causas da Contra-Revolução**. Folheto Impresso. Ribeirão Preto, SP: 18 de outubro de 1932, p.14.

(...) Despesas de fretes marítimos e taxas portuárias, para a importação de 5.000 barricas de cimento procedentes do norte da Europa, computados já os 2% ouro:

Pelo Porto de Santos..... Rs. 84:044\$593

Pelo Porto do Rio de Janeiro.....Rs 64:993\$993

Este exemplo basta para vossa compreensão!

Numa simples partida de cimento, uma diferença apenas... de vinte contos de réis aproximadamente contra o porto Paulista – ou seja: A sentença de morte contra o porto de Santos, contra a importação de São Paulo e contra o Povo Paulista!

(...) E pensarmos que São Paulo é uma Nação, desde que abandone o cadáver brasileiro, e que o povo Paulista pode ser o povo mais feliz do mundo, desde que conquiste esse direito – A SUA LIBERDADE!<sup>112</sup>

Entre os intelectuais, o defensor mais conceituado do separatismo era Monteiro Lobato<sup>113</sup> que, num manifesto intitulado *Hegemonia ou Separação*, enumerava diversas críticas às intervenções políticas dos militares e à posição momentânea de São Paulo na federação, apontando o separatismo como solução possível: “*O dilema é sério. Ou São Paulo desarma a União e arma-se a si próprio, de modo a dirigir, doravante a política nacional a seu talento e em seu proveito, ou separa-se. Continuar como até aqui... corresponde a suicídio por imbecilidade*”.<sup>114</sup>

Um dos resultados das teorias regionalistas espicaçadas foi a criação do efêmero jornalzinho *O Separatista*, que com pequenas divergências em relação às matrizes intelectuais – sobretudo quanto a decisão de separar-se – reproduzia as nuances do violento discurso presente na LDP e incorporado na luta contra o Governo Provisório.<sup>115</sup> Fundado por Rubens Borba de Moraes,<sup>116</sup> *o Separatista* contava essencialmente com a colaboração de estudantes dos cursos ministrados por Alfredo Ellis Junior após o afastamento da Câmara dos Deputados.

*O Separatista*<sup>117</sup> circulou em São Paulo no ano de 1932, antes do confronto, com apenas três números, respectivamente nos meses de janeiro, abril e junho. Suas edições,

<sup>112</sup> *COMMERCIANTES de São Paulo!!!* São Paulo: Folheto Impresso, 1932.

<sup>113</sup> Referências ao apoio de Lobato ao confronto são mencionadas em VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 77.

<sup>114</sup> LOBATO, J. B. Monteiro. *Hegemonia ou Separação*. (Carta de Monteiro Lobato a Valdemar Ferreira). São Paulo, 10/08/1932. Reproduzida em SILVA, H. R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1967. p. 279.

<sup>115</sup> Em meio ao clima que cercava os primeiros meses de 1932, as idéias aguçadas também foram materializadas em séries de folhas volantes que passavam de mão em mão durante as manifestações públicas ou eram distribuídas nas residências. Com dizeres imperativos e idealistas, as volantes conclamavam o povo a atitudes extremas para alcançar o separatismo: “*Paulista! Cria vergonha! Liberta tua Pátria do jugo do Brasil!*”. *PAULISTA! Cria Vergonha...* São Paulo: Folha Volante Anônima, 1932.

<sup>116</sup> Rubens Borba de Moraes estava entre os aproximadamente quatrocentos signatários do manifesto de fundação da LDP, em maio de 1931. CALICCHIO, Vera. Liga de Defesa Paulista. In: ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3117.

<sup>117</sup> *O SEPARATISTA*. São Paulo: Tipografia Ferraz, 1932.

apesar de exíguas, eram lançadas em períodos estratégicos que permitiram ao jornal atuar simultaneamente a campanha publicitária oficial, comandada pela FUP/*O Estado de S. Paulo*, e participar do clima “revolucionário” que se criava. De acordo com Moraes, havia a preocupação de manter seu grupo no anonimato, por medo de represálias do “tenentismo”, por isso, as edições do jornal eram impressas na Tipografia Ferraz (curiosamente a mesma que sob a coordenação da LDP publicou *O Caso de São Paulo*) após o expediente e, em seguida, distribuídas de porta em porta por estudantes.

*O Separatista* defendia o separatismo como uma fatalidade histórica e econômica, procurando fundamentar sua opinião tanto com a apresentação de dados sobre as rendas e despesas de cada estado com a federação – retirados, sobretudo, das pesquisas de Ellis Junior<sup>118</sup> –, quanto pela exposição de exemplos históricos de separações bem sucedidas. Além disso, a argumentação era fortalecida pelo apelo às tradições épicas de São Paulo. Enfim, *O Separatista* fazia questão de demarcar sua posição política autônoma ao destoar da FUP e, ainda, conclamar adeptos para uma guerra pela independência de São Paulo. Esta postura assumida, quase sempre redundava em informações contraditórias e imprecisas com relação à conjuntura, já que o jornal tinha compromissos apenas com a causa separatista.

Se a idéia do separatismo já havia sido defendida em 1887 por Alberto Salles,<sup>119</sup> o grupo de *O Separatista* afirma que nunca o povo de São Paulo havia sentido com tanta evidência o custo de carregar esse *peso morto* que era o Brasil, governado pela *ditadura*. Em janeiro, o movimento era apresentado “apenas” como uma vontade da maioria, mas, já na terceira edição, em junho, o ideal teria se tornado uma unanimidade avassaladora, uma vez que pouquíssima gente não professaria o credo separatista: “*Hoje já não há meios de diminuir a velocidade ascensional, em que vae essa onda avassaladora. A princípio com timidez, o movimento foi ganhando vulto, alimentado pelos eventos, que se iam desenrolando, até que como uma pequenina bola rolando do alto de uma nevosa montanha, elle assume já as proporções hecatombicas de uma immensa avalanche*”.<sup>120</sup>

Evidentemente, esta afirmação de *O Separatista* remete ao equiparar fantasioso do separatismo com a campanha oposicionista oficial, pois a produção historiográfica e as fontes de época testemunham que em momento algum tais idéias foram unanimidades em São Paulo.

<sup>118</sup> Os escritos de Ellis Junior nesse sentido foram publicados em ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. São Paulo: Paulista, 1932.

<sup>119</sup> Político do Partido Republicano e autor de SALLES, Alberto. **A Pátria Paulista**. Campinas: Tip. Gazeta de Campinas, 1887.

<sup>120</sup> *O Separatista*, Junho de 1932. p. 1.

A principal estratégia utilizada para defender o separatismo como uma fatalidade econômica estava no emprego constante de dados referentes às contribuições e despesas dos estados com a federação. Intrigantemente, nas somas apresentadas, sempre transparecia a imagem de São Paulo como a do *pagador geral*, o qual, considerando o déficit da maioria dos estados, produzia recursos suficientes para a União cobrir as dívidas, principalmente, da região Norte e Nordeste.

Entre os dados apontados, é constante a divulgação de informações incompletas que beneficiam os paulistas, como ocorreu na edição de abril de 1932 com a comparação das contribuições de São Paulo e Minas Gerais à federação e o investimento do Governo Central nestes estados no período de 1881 a 1928. No artigo intitulado *São Paulo, a maior colônia brasileira*, por meio de números aludidos por Ellis Junior, afirma-se que a contribuição real de Minas Gerais, no período assinalado, seria de apenas 250 mil contos à União, ao passo que a de São Paulo superava os três milhões e meio de contos. Em contrapartida, o investimento do Brasil em estradas de ferro no estado de São Paulo no mesmo período não ultrapassaria os 151 mil, restando como saldo uma quantia ainda superior aos três milhões de contos. Contraditoriamente, em Minas Gerais a União teria gasto mais de 903 mil contos de réis na construção de vias férreas, perfazendo aproximadamente 735 mil contos de déficit para a nação: “*Quem pagou esse prejuízo?... tudo isso, foi feito com dinheiro paulista. É natural, pois, que elles, os brasileiros não queiram perder a gallinha dos ovos de ouro, que é nossa terra. Elles hão de fazer tudo o que for possível para conservar tão preciosa colônia*”.<sup>121</sup>

Cabe mencionar, ainda, que este artigo é bastante lacunar, pois o autor toma os números do período áureo da produção cafeeira como se fossem vigentes durante toda a história. Sabe-se que, a partir de 1929, a União ampliou sensivelmente seus gastos em São Paulo para diminuir os efeitos da crise no mercado cafeeiro. Isso não é aludido, no entanto, pelo texto.

A formação da *República Paulista* era tratada, também, como uma fatalidade histórica. Em todos os números do jornalzinho verificou-se esta discussão, inclusive com a utilização de referenciais teóricos como o publicitário francês Philippe Lamour, o qual destacava que a língua não seria um fator decisivo na formação dos países, pois existiriam inúmeros casos de países diferentes, que utilizavam o mesmo idioma, dentre eles os próprios povos descendentes da América espanhola. Assim, “*Porque no Amazonas se falla também portuguez isto não obriga S. Paulo collocar-se sob a mesma bandeira que os amazonenses. O*

---

<sup>121</sup> *O Separatista*, Abril de 1932, p. 2.

que determina a nossa nacionalidade é o nosso problema econômico e não a nossa raça e língua”.<sup>122</sup>

A argumentação do jornal torna-se mais agressiva ao apontar, tal qual Vivaldo Coaracy e Ellis Junior, como causa para as diferenças econômicas entre os estados os níveis díspares de evolução histórico-social que estes assumem. Pela lógica da argumentação, por estar em níveis diferenciados, cada estado precisaria de uma administração voltada especificamente para suas necessidades: “*O Amazonas ainda está na fase de caça e pesca; o Piauí e o Rio Grande do Sul, etc, ainda vivem em estado pastoril; o Nordeste, parte da Bahia, Minas, etc. são Estados Agrícolas e São Paulo já penetra na fase industrial*”.<sup>123</sup>

No decorrer da análise sobre *O Separatista*, detectou-se que a base dos ideais defendidos por este grupo, composto, sobretudo, por estudantes estava alicerçada sobre o regionalismo exacerbado, quase sempre acompanhado de propostas racistas. Era o discurso intelectual ufanista, construído sobre São Paulo, levado às últimas conseqüências, sendo comum ao pequeno jornal, inclusive como forma de incentivar os paulistas ao separatismo, apresentar a xenofobia contra os indivíduos originários de outros estados, mas residentes em São Paulo, qualificados pejorativamente como *verdadeiras sanguessugas das riquezas dos paulistas*.

Na edição de janeiro foi possível verificar que os insultos aos *estrangeiros* tiveram como alvos os habitantes de todos os estados, mas recaíam com maior intensidade sobre os oriundos do Rio Grande do Sul, por ser este um agente importante na revolução de 1930, Minas Gerais, principal concorrente econômico-eleitoral, e os nordestinos, que ocupavam variados cargos no estado de São Paulo. Os nordestinos se projetavam tanto nos postos mais elevados (como os “tenentes” João Alberto – interventor – e Góes Monteiro – líder da 2ª. Região Militar do Exército), como também nos cargos de nível médio e, principalmente, servindo como mão-de-obra pouco qualificada na capital.<sup>124</sup>

Por conviver mais de perto com os paulistas, os nordestinos eram alvos de historinhas e chacotas reiteradamente nas páginas de *O Separatista*, sendo considerados seres atrasados e, ainda, prejudiciais ao desenvolvimento da “paulicéia”.

Já no primeiro número do jornal, a capa traz uma coluna intitulada *Aventuras de Um Cabeça Chata*, na qual é narrada, em tom depreciativo, a história de um suposto retirante nordestino, Aniceto Linhares Barreto de Meneses, que nascera no Ceará e viera para São

<sup>122</sup> *O Separatista*, Janeiro de 1932, p.2.

<sup>123</sup> *O Separatista*, Janeiro de 1932, p.4.

<sup>124</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.73.



Paulo trabalhar numa empresa de Correio e *contribuir com sua sabedoria para a atrasada metrópole.*

Em meio às desventuras do cearense, que é apresentado como um ser avesso a modernidades do tipo arranha-céus, jardins, automóveis e iluminação, fica claro o desmerecimento aos nordestinos. Aniceto, também denominado como *Cetinho*, era descrito como “*Rapaz de bello porte. Magro e secco como um retirante. Cabeça classicamente chata. Bocca desdentada. Poeta, sabendo de cor Casimiro de Abreu e Olegário Marianno. Philosopho de alta metaphysica. Pae de 16 filhos, todos eles perfeitos, com as cabecinhas bem chatinhas*”.<sup>125</sup>

Em outra matéria publicada, porém, no momento de maior proximidade da radicalização, os nordestinos são equiparados aos *bárbaros*, que vindos do Norte invadiram o Império Romano, e a outras pragas contra as quais o separatismo seria o único remédio. O artigo é claro: “*A nuvem de gafanhotos ‘cabeça chatas’, que obscure o céu paulista, se fará ainda mais opaca. Os morcegos platycephalos que vem desse norte mefítico se irão multiplicar em nosso solo.*

*O único remédio será appellar para as armas e nos separar*”.<sup>126</sup>

Apesar de serem os mais perseguidos, os insultos, como já mencionado, não se restringiam apenas aos nordestinos. Mineiros e gaúchos, ao longo da campanha, também eram visados com ironias e provocações semelhantes. Na matéria anônima, intitulada *Alerta, Bandeirantes!*, veiculada na edição intermediária de abril, o sentimento regionalista, ancorado nas tradições paulistas, é enfatizado com palavras como:

Paulista! Reflete bem sobre o momento que por ora passamos. Pensa que o mineiro usario, que não tem uma só sacca de café nos seus reguladores... que é da mesma raça do execrando Arthur Bernardes – o jamais esquecido bombardeador da nossa famosa Paulicéa – só deseja, só desejou sempre e sempre explorar a nossa terra...

E o gaúcho burro, ignorante, pastoril, mas esperto, jamais perderá oportunidade alguma de nos cavalgar, fustigando-nos com afiadas esporas e açoitando-nos com robusto rabo de tatu.<sup>127</sup>

A análise das matérias publicadas por *O Separatista* traduz, de certa forma, o sentimento regionalista presente em São Paulo, que durante o levante seria explorado pelas classes dominantes, mas em favor das barricadas e não da separação. De todo modo, tal

<sup>125</sup> *O Separatista*, Janeiro de 1932, p. 1.

<sup>126</sup> *O Separatista*, Junho de 1932, p. 3.

<sup>127</sup> *O Separatista*, Abril de 1932, p. 3.

assertiva não diminui o caráter negativo de publicações como estas, que estabelecem diferenças evolutivas entre seres humanos a ponto de denominar pessoas como *morcegos platycephalos*. O separatismo defendido pelo grupo de *O Separatista* pode, sem dúvida, ser pensado como uma forma de discurso racista ao nível das idéias, pois, na tentativa proselitista de alcançar seus objetivos, contribui “*para a construção da imagem estereotipada daquele que é discriminado como o outro, o diferente do ponto de vista racial, étnico ou religioso*”.<sup>128</sup>

Ao denominar os habitantes de outros estados como cabeça chata, burro, ignorante e raça execrável, entre outros, *O Separatista* está compondo um discurso que poderia redundar em uma ideologia racista. Conforme lembra Maria Luiza Tucci Carneiro, “*Esta, por sua vez, está diretamente conectada com o inconsciente coletivo permeado de arquétipos e alimentado por mitos. Entenda-se aqui mito como representação deturpada de fatos ou personagens reais que, repetida constantemente, induz o indivíduo a elaborar uma interpretação falsa de um momento histórico ou de um grupo*”.<sup>129</sup>

Entretanto, a autora assinala que “*Tais idéias, para se transformarem em práxis, necessitam de ter a sua disposição meios adequados a sua circulação: é quando a doutrina se manifesta como discurso. Este só terá conseqüências se propagandeado, repetido insistentemente cooptando adeptos*”.<sup>130</sup> Se, por ventura, esta retórica racista não contaminou o sentir geral das massas, é inegável que, ao menos, o princípio da cidadania nela é violentamente atingido, desvelando o caráter excludente que estava embutido no discurso, que se auto-proclama revolucionário. Vale lembrar que, neste período, a São Paulo afluíam correntes migratórias advindas, sobretudo, do Nordeste.

Enfim, se a proposta de luta armada, defendida pelos estudantes do grupo de Rubens Borba de Moraes, era condizente com os projetos das classes dominantes paulistas que articulavam a resistência, os caminhos e os objetivos do enfrentamento eram diferentes.

Os separatistas se autodenominavam como uma terceira via entre o Governo Provisório, que se propunha como *salvador de São Paulo e do Brasil*, e os políticos da Frente Única Paulista, os quais não aceitavam o separatismo como uma fatalidade.

Esta visão pode ser notada na matéria intitulada *Um Pouco de Vergonha*, na qual *O Separatista* critica com veemência os diálogos travados entre os paulistas e Getúlio Vargas no meio do período conspiratório:

---

<sup>128</sup> CARNEIRO, Maria L. Tucci. *O Discurso da Intolerância: Fontes para o estudo do racismo*. In: DI CREDO, M. C. E. (Org.). **Fontes Históricas: Abordagens e métodos**. Programa de Pós-Graduação em história – FCL – UNESP, Assis, 1996. p.21.

<sup>129</sup> Idem, p.24.

<sup>130</sup> Ibidem, p.24.

Fallam os jornaes em negociações entre a frente única paulista e um indivíduo gordo e bêbado. O fim do entendimento é entregar o governo aos paulistas mediante o apoio de S. Paulo ao dictador gorduchinho... Será possível que... a frente única não enxergue que isso não é nada mais, nada menos que se prestar aos manejos politiquieiros de um dictador ridículo... S. Paulo tem vergonha!<sup>131</sup>

A oposição do grupo a soluções consideradas paliativas, como a obtenção de um interventor civil e paulista, de uma Constituição, ou mesmo da autonomia do estado também desvela as dissonâncias.

O autor anônimo salienta que na Constituinte *“se vae verificar que S. Paulo pleiteando um ponto de vista, terá contra si, toda a massa bruta dos outros estados brasileiros, que se empenharão pelo ponto de vista unitário...”*

*Os outros quererão o encosto da União para nella descarregar a resolução de todos os seus problemas”.*<sup>132</sup>

A disputa da FUP pelo apoio popular à contestação ao Governo Provisório, ao apropriar-se da retórica de que a LDP estava imbuída, teve que caminhar entre os excessos, valendo-se do importante trunfo do *amor a terra*, sem, contudo, aceitar plenamente o separatismo e a hierarquização entre os seres humanos, mesmo porque, conforme demonstrou Petrônio Domingues, a campanha bélica contaria com indivíduos excluídos desse discurso, como os negros.<sup>133</sup>

Entretanto, mesmo com a tentativa de suavização do discurso regionalista, no âmbito das intrincadas relações entre a classe dominante paulista e os elementos do Governo Provisório, o separatismo apresenta-se como justificativa para a repressão às movimentações oposicionistas. Na entrevista do chefe de polícia de São Paulo, Cordeiro de Farias, ainda em janeiro de 1932, após reunir-se com os “tenentes” Miguel Costa, empossado no comando da Força Pública, e Góes Monteiro, chefe da 2ª. Região Militar, aventa-se a possibilidade de implantar a censura à imprensa, caso não ficasse acertado o fechamento de alguns jornais e a prisão e exílio de pessoas acusadas ou suspeitas de idéias separatistas: *“É lamentável que de um caso regional se passe a um outro quase criminoso qual o do separatismo. O primeiro é perfeitamente defensável. Mas dahí a idea do desmembramento da Federação vae uma*

<sup>131</sup> *O Separatista*, Abril de 1932, p.3.

<sup>132</sup> *O Separatista*, Junho de 1932, p. 3.

<sup>133</sup> DOMINGUES, Petrônio José. **Os “pérolas negras”: a participação do negro na revolução constitucionalista de 1932.** *AfroÁsia*, nº. 29/30 (2003), p. 199-245. Disponível em: <www.afroasia.ufba.br>, acesso em 29/10/2008.

*grande distancia. Por esse motivo, vou agir com a máxima energia até junto da imprensa para evitar que tal propaganda tome corpo e vulto*".<sup>134</sup>

Se a conformação da retórica cunhada com vistas a angariar o aval da população para a campanha contra o "tenentismo" passa pela adaptação da produção regionalista ao contexto em pauta, estimulados os descontentamentos da sociedade paulista, as preocupações da FUP avançam no sentido de direcionar todas as atenções para o problema constitucional, pondo em xeque a obra de reestruturação nacional após 1930 e trazendo, em seu bojo, a crítica personalizada contra Getúlio Vargas e o "tenentismo".

As investidas neste tema ganham desenvoltura particularmente pela cogitação sobre a criação de frentes únicas pró-Constituição em estados politicamente expressivos no cenário da época, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a adesão de mais de setenta corporações de classe em todo o estado à FUP e a participação da população nos comícios e atividades públicas que se repetiam, levando a classe dominante a não se contentar com a nomeação de um interventor civil e paulista, – o que ocorreu no dia 2 de março de 1932 –, fato que, aparentemente, garantiria a cobiçada autonomia ao estado, como exigia a FUP. Ao examinar a nomeação do novo interventor federal, o jornal *O Estado de S. Paulo*, que ajudou a articular a FUP, assinala que o problema da administração em São Paulo não estava mais restrito à origem do governador, mas ao programa político ao qual deveria seguir. Por isso, o periódico se mostra cético quanto às possibilidades de Pedro de Toledo satisfazer o povo paulista: "*Paulista e civil é o novo interventor de São Paulo. Será, porém, do agrado dos civis paulistas o governo que s. exa. vai fazer?... Por maiores que sejam as qualidades pessoas do novo interventor, parece-nos que são grandes, o êxito do seu governo depende menos de s. exa. do que de outros factores com que s. exa. terá de contar*".<sup>135</sup>

A dúvida deriva do entendimento de que o "tenentismo" estaria utilizando o governo do estado para atender apenas aos interesses de seu grupo, exigindo *credenciais revolucionárias* para participar da administração, e insistindo no governo discricionário que, em sua concepção, poderia pender perigosamente para o *facciosismo do comunismo ou do fascismo*. Assim, mesmo paulista e civil, o interventor poderia ser obrigado a aderir o "espírito revolucionário" que, para o jornal, pouco havia feito por São Paulo.

A defesa da Constituição aparece nas páginas de *O Estado de S. Paulo* como um direito improrrogável da opinião pública nacional, sob a argumentação de que o regime discricionário já se mantivera por tempo suficiente, sem resultados positivos para o país. Ao

<sup>134</sup> *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1932.

<sup>135</sup> *O Estado de S. Paulo*, 09 de março de 1932.

contrário, a permanência deste regime poderia levar o Brasil ao caos econômico, como já vinha indicando o setor financeiro. Diante disso, o periódico admite a possibilidade de uma guerra civil, caso a Constituinte não fosse realizada imediatamente, embora considere o confronto uma insanidade: “... *uma guerra civil perfeitamente estúpida, sem nenhuma razão de ordem social ou de ordem política, que a justificasse, sem outra finalidade que o derramamento de sangue de irmãos, o desespero das famílias, o luto dos lares e a desorganização do trabalho. Uma guerra fratricida por causa da Constituição seria a demonstração pública da nossa doidice*”.<sup>136</sup>

A justificativa apresentada para a eventual guerra, longe de mencionar os interesses particulares da conjuntura, destaca o ímpeto “constitucionalista” como um consenso popular: “*Não é possível a prolongação da ditadura porque fere o sentimento popular, porque vae de encontro à massa geral da opinião pública, a boa política manda que se desista desse intento e que se faça a vontade à nação*”.<sup>137</sup>

A partir desta avaliação, a FUP insiste na promoção de comícios e integrações sociais em datas simbólicas que estimulam os sentimentos populares e aumentam a pressão sobre o Governo Provisório.

Como resposta à agitação das massas e a situação nacional, em 14 de maio, Getúlio Vargas faz publicar um decreto criando a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição e marcando eleições para o dia 3 de maio de 1933, fatos que, paradoxalmente, não alteram o clima em São Paulo, embora a bandeira de luta da FUP fosse a volta ao regime da lei. Ainda no âmbito das tentativas de apaziguamento, Oswaldo Aranha é enviado a São Paulo para negociar a formação de um secretariado paulista para o interventor. No entanto, no dia de sua visita, em 23 de maio de 1932, prorrompem-se novas manifestações públicas que redundam em motins de rua e culminam na morte de pelo menos quatro manifestantes durante um ataque repellido ao prédio do Partido Popular Progressista (PPP), reduto dos “revolucionários” de 1930 no estado.<sup>138</sup>

Na imagem 2, abaixo, apresenta-se as diretrizes das fotografias divulgadas pela grande imprensa quanto ao caráter das atividades. Acenando para a presença de uma ampla

<sup>136</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30 de março de 1932.

<sup>137</sup> *Idem*.

<sup>138</sup> Conforme o general Klinger, os nomes dos mortos neste episódio servem como título a uma entidade criada pela LDP que trabalharia na campanha por São Paulo antes e durante a guerra: a MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo). KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 114. Este dia também é referencial na adesão das rádios paulistas a campanha “constitucionalista”, pois teria sido durante a noite que um grupo de estudantes haveria invadido a Rádio Record e obrigado os “speakers” a lerem um inflamado manifesto popular.

multidão, a fotografia enquadra, no entanto, apenas uma parte dos presentes na Praça do Patriarca, sobressaindo, no centro da imagem, uma bandeira de São Paulo envergada acima dos participantes. Ora, o recorte conferido pelo fotógrafo à situação espaço-temporal não deixa dúvidas de que a intenção principal era enfatizar a imponência e a predominância de São Paulo humilhado, traduzida em um de seus mais expressivos símbolos, a frente dos acontecimentos:



Imagem 2 – Manifestação na Praça do Patriarca. Maio de 1932. MARTINS, J. B. **Álbum de Família: 1932**. SP: Martins, 1954.

Legítima portanto, na linguagem imagética, a violência das ruas, como se os manifestantes não estivessem agredindo, mas, comandados por seu proeminente estado, defendendo-se dos agravos.

No editorial, do dia 25 de maio, o jornal *O Estado de S. Paulo* interpretava os mesmos acontecimentos como culpa do Governo Provisório, por insistir em manter *o povo de São Paulo* sob a tutela arbitrária do personalismo representado pelos “tenentes”, que são descritos como ambiciosos e inexperientes na administração pública. Como Getúlio Vargas não ouvira *as massas*, elas tiveram que lutar e doar a vida para, em 23 de maio, libertar São Paulo definitivamente do jugo do “tenentismo”:

Tudo que era nosso, os nossos recursos financeiros, as armas dos nossos soldados, a liberdade e a vida dos nossos cidadãos, ficou, durante esses longos meses sombrios, ao serviço de um caudilhismo vexatório e doloroso.

Por causa desse caudilhismo, e para lhe saciar a sede, sangue paulista, o generoso e quente sangue da mocidade, foi derramado nas ruas desta capital.<sup>139</sup>

Nesse sentido, o periódico propõe que para evitar radicalização maior o Governo Provisório deveria respeitar a voz das massas, que foi manifestada nas ruas na *defesa de São Paulo*, de forma que nada que possa causar irritação ou despertar desconfiança seja mantido como obstáculo. Assim, defende a ruptura imediata entre o Governo Provisório e os “tenentes”, que, com seu ódio e ambição, estariam prejudicando o povo de São Paulo. O jornal, imerso no complô que se anunciava, dá a sentença ao Governo Provisório: “*Não ponha restrição alguma na entrega de São Paulo aos membros da frente única*”.<sup>140</sup>

E, por fim, nega a conotação partidária ao movimento: “*O povo de São Paulo, sem distinção de partidos, foi quem trouxe para a praça pública, e fel-as vencedoras, as suas reivindicações fundamentaes*”.<sup>141</sup>

A confiança na imponentia de São Paulo dentro da federação e da grandeza de seu povo como garantia de vitória, em qualquer batalha, perpassa as imagens de época, como se evidencia em outra fotografia atinente ao 23 de maio:



Imagem 3: Envolvimento das massas nas manifestações constitucionalistas de maio de 1932. MARTINS, J. B. **Álbum de Família: 1932**. São Paulo: Martins, 1954.

<sup>139</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de maio de 1932.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Idem.

No enquadramento selecionado uma incontável multidão, que não pode sequer ser abrangida pelo visor fotográfico, no centro, como protagonista, a bandeira de São Paulo, símbolo da motivação para a luta e, por conseguinte, é o norte de suas ações. Se São Paulo constituía uma *raça de gigantes*, como definira *Saint Hilaire* e acreditara a elite, quem poderia vencê-lo?

Por trás destes discursos públicos que exaltavam o desejo de vingança pela humilhação e o martírio dos paulistas havia interesses e projetos contrários aos rumos tomados pelo país e, via de regra, apesar do povo, obviamente, partilhar das insatisfações e freqüentar comícios e passeatas espontaneamente, a preponderância das manifestações recaía sobre as entidades representativas da elite. São elas que coordenam o curso da campanha, e como a fórmula passível de lhes garantir o acesso ao poder passava pelo apoio de toda a população, o qual asseguraria legitimidade à causa almejada, investem decididamente na exploração dos descontentamentos pré-existentes. A equiparação de São Paulo a uma *entidade sagrada*, que une milhares de pessoas em eventos públicos, pode ser entendida, nesse sentido, como a adoção de um símbolo que homogeneiza as insatisfações e aspirações sociais e, por conseguinte, encontra ressonância entre a população, como destaca Baczko: “*Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças*”.<sup>142</sup>

Assim, a idéia, cara à FUP em seus discursos, relativa a mobilização popular espontânea, no episódio de 23 de maio, fica seriamente comprometida, à medida que se o jornal *O Estado de S. Paulo* afirma que a população agiu sem a orientação dos conspiradores, os capitães Heliodoro Tenório e Odilon Aquino de Oliveira revelam que as manifestações haviam sido coordenadas pela FUP, com o intuito de demonstrar ao ministro o clima tumultuoso de São Paulo e pressioná-lo a atender os interesses do estado.<sup>143</sup>

Diante da demonstração de força da população o grupo de *O Estado de S. Paulo* e da FUP, que então se tornara praticamente hegemônico no estado –, criando, inclusive, uma entidade centralizadora dos conspiradores (a MMDC) –, no dia 01 de julho, declara o rompimento das tentativas de entendimento com o Governo Provisório. Sob a argumentação

<sup>142</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.5, p.311.

<sup>143</sup> TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). **São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933. p.163-164.



indignada de ter feito tudo para que o governo federal aceitasse a ordem constitucional – que na retórica da campanha publicitária seria vontade popular – mas sem ser correspondido, *O Estado de S. Paulo* alega que o futuro seria incerto e critica com veemência a intransigência com que o “ditador” negociava com as frentes únicas e o “tenentismo”, sem se decidir logo por algum dos lados. Enfim, declara que a ruptura de Getúlio Vargas com a FUP, e a provável adesão do mesmo ao “tenentismo”, poderia ter conseqüências trágicas: “*Não são risonhos os dias que nos esperam. Repellido o concurso das frentes únicas, o governo dictatorial vae entregar-se, naturalmente á influência dos extremistas intransigentes, cujo pensamento ainda não se libertou da obscuridade que o envolve e cujas aspirações ninguém sabe quaes sejam, oscilantes e contradictorias*”.<sup>144</sup>

A partir deste momento o amotinamento seria questão de tempo. O posicionamento duro do jornal deve ser visto como expressão de um grupo de jornalistas articulados ao conluio em curso, que sabiam perfeitamente das conseqüências desta ruptura e acreditavam profundamente que o apoio das frentes únicas de outros estados e, sobretudo, do povo de São Paulo representava o caminho capaz de conseguir não apenas um governo paulista, mas derrotar, de uma vez por todas, o “tenentismo”. Fora dessa perspectiva, como entender a continuidade das agitações se o Governo Provisório havia desencadeado o processo da Constituinte e aceitara até mesmo a nomeação de um secretariado composto aos moldes e ao arbítrio da FUP e das massas?

Nesse sentido, os conspiradores partem para o confronto, solicitando o incentivo popular aos brios dos soldados paulistas. Esta perspectiva é evidenciada numa folha avulsa distribuída aos oficiais e soldados da Força Pública de São Paulo, por uma corporação que apoiava a FUP.

Negando qualquer interesse partidário à campanha constitucionalista, e, conseqüentemente, interpretando as agitações dos primeiros meses de 1932 como resposta as afrontas do “tenentismo” a São Paulo, o panfleto explora as divergências históricas entre a Força Pública e os “tenentes”, lembrando que a entidade não teria sido batida pelos “revolucionários” em 1930, mas, sim, agido com a disciplina que lhe era peculiar ao declinar do combate. Em troca, a “ditadura” estaria sobrepujando suas tradições o que, naturalmente, exigiria uma resposta à altura. O apelo ao ressentimento se dá com os seguintes termos: “*Atravessaes uma hora de graves responsabilidades nos destinos de vossa instituição militar, a quem incumbe o sagrado dever da liberdade, da propriedade, da independência e*

---

<sup>144</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01 de julho de 1932.

*da grandeza de São Paulo. Todo esse patrimônio está sendo dilapidado de 24 de outubro de 1930 para cá*".<sup>145</sup>

Fica claro que os adversários em questão são os odiados "tenentes", caracterizados como:

gaúchos arrogantes destribuídos nos quadros de sua officialidade, como feitores e como espíões de uma senzala... A nossa culta Capital, acostumada a solidez de sua polícia civil, contemplou com espanto a invasão dos bandos desordenados que passeavam pelas ruas a vilania de seu chicote.

ESTÁ EM VOSSAS MÃOS, E SÓ EM VOSSAS MÃOS, A REDEMPÇÃO DE SÃO PAULO.<sup>146</sup>

Esse apelo de ordem emocional toca em questões centrais para os militares da Força Pública, sobretudo, se considerarmos o grau de desenvolvimento e de autonomia que este corpo policial tinha em relação ao Exército Nacional e a modificação deste cenário no início dos anos de 1930, como lembra Heloísa Rodrigues Fernandes:

Esta, por sua vez, responde às necessidades históricas impostas pelo período político, ou seja, sobretudo, amortecer o peso político do Exército Nacional, com suas tendências centralizadoras e propiciar, também pela força, a hegemonia de certos Estados na Federação. Deste prisma, a Força Pública é transformada pelo governo estadual em seu pequeno exército particular, e é desta ótica que se determinam suas necessidades fundamentais. Ressalte-se, entretanto, que essa inserção específica da Força Pública no quadro político é válida... apenas para o período que se encerra em 1930, ou, melhor, em 1932.<sup>147</sup>

O clima conspiratório que perpassa São Paulo, também atinge o Exército Nacional em sua sede local. Às vésperas do levante, num anúncio datado de 8 de julho de 1932, a *Congregação da Mocidade Paulista* convida o povo a participar de uma homenagem que seria promovida pela *Liga Paulista Pró-Constituinte* às tropas da Força Pública e da 2ª. Região Militar do Exército.

O método adotado pela *Congregação da Mocidade Paulista* e pelas sociedades que insuflavam as multidões consistia essencialmente, como demonstrado, em apelos às tradições do estado, a exemplo também do trecho a seguir, no qual os soldados paulistas são equiparados aos *heróicos bandeirantes*: "*Que paulista nenhum se escuse de exaltar e apotheosar o soldado bandeirante, guarda zeloso e digno dos brios e das tradições de*

<sup>145</sup> MANIFESTO distribuído à Força Pública onde foi bem compreendido. São Paulo: LL de SP, 1932.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> FERNANDES, Heloisa R. **Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Histórico-Sociais**. São Paulo: Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973.

*Piratininga! Cubramos de applausos e de bênçãos os defensores intemeratos da autonomia e da grandeza de S. Paulo! Honra e glória ao soldado-bandeirante!”*.<sup>148</sup>

Com o intenso movimento de opinião fomentado desde o princípio de 1932, nos instantes que precedem a beligerância, poucos grupos em São Paulo eram sistematicamente contrários a campanha em curso, e os que o faziam, não tinham condições de combater em paridade com a burguesia. Em um boletim intitulado *A Camorra de Cima*,<sup>149</sup> por exemplo, denota-se uma crítica anônima à suposta associação secreta *Burschenschaft*, Confraria de Camaradas, a qual sob inspiração comunista estaria tentando barrar o programa de reformas implantadas pelos militares que fizeram a revolução de 1930. O boletim informa que a “*Bucha*” teria se originado na Alemanha, em 1815, e trazida para o Brasil, onde encontrou adeptos entre os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, espalhou-se por todo o território, a ponto de comandar a campanha abolicionista e a Proclamação da República.

Entretanto, muitas informações fornecidas no documento, publicado no dia 5 de julho de 1932, são contraditórias e até fantasiosas, quando, por exemplo, propõem os nomes de representantes que integrariam a associação. No mesmo bloco estariam unidos professores acadêmicos de São Paulo, membros do PD, o interventor Pedro de Toledo, a direção do jornal *O Estado de S. Paulo*, o político mineiro Wenceslau Brás e ainda representantes do próprio “tenentismo”, como Flores da Cunha e o general Góes Monteiro, que intentariam assassinar os líderes de 1930.

O texto enfatiza que: “... desde a vitória, a revolução é sabotada pela camorra: João Alberto é solapado; Isidoro, anulado por Macedo Soares, Miguel Costa, por seu homem de confiança, Raphael Sampaio Filho, filho do atual chefe supremo da Bucha, Getúlio Vargas, por Whitaker, e assim é brechado todo o programa revolucionário, até que a Bucha consiga dominá-lo, dando marcha-ré”.<sup>150</sup>

No trecho citado, a participação do general Góes Monteiro, membro proeminente do Governo Provisório, no grupo que articulava o levante parece fantasiosa, pois não há indícios de seu envolvimento com a FUP. Por outro lado, o general Isidoro Dias Lopes que participara ativamente das articulações em São Paulo é caracterizado como *militar sincero* à Revolução de 1930.

Outro grupo que ousou interferir no clima “revolucionário”, em decorrência do ceticismo quanto à política da classe dominante paulista que comandava as articulações, foi

<sup>148</sup> AO POVO de São Paulo. São Paulo: Congregação da Mocidade Paulista, 08/07/1932.

<sup>149</sup> A CAMORRA de Cima. São Paulo: Boletim Anônimo, 05/07/1932.

<sup>150</sup> Idem.

composto por segmentos mais combativos do operariado, conforme indica uma folha volante anônima que circulou antes do confronto.

Proletários!

Si a memória não vos falha, deveis lembrar-vos de que os políticos perrepistas sempre consideraram a questão social como uma questão de polícia.

Vencendo a plutocracia paulista sereis fatalmente esmagados.<sup>151</sup>

O historiador Jeziel De Paula discorda da interpretação de que os trabalhadores não apoiaram a conspiração, classificando-a como legítima apenas às lideranças dos movimentos de esquerda, dentre os quais sindicalistas, ativistas políticos e intelectuais militantes, tanto anarco-sindicalistas como trotskistas e stalinistas. Entre os líderes anarquistas e comunistas haveria uma aproximação maior com o governo federal, como ficara claro no periódico do Partido Comunista *Tribuna Operária*.

Na opinião do autor:

Constatações dessa natureza podem ter levado ao equívoco interpretativo de se atribuir a postura ideológica de um reduzido grupo de pessoas, que se autodenominavam ‘liderança proletária’ a todo um universo de trabalhadores. No caso específico da guerra de 1932, seria bastante temerário reduzir o conceito de classe operária à atuação de sua suposta vanguarda ou expressão organizada.<sup>152</sup>

A retórica das frágeis lideranças, dessa forma, não teria se reproduzido entre a maior parte dos trabalhadores, dentre os quais a luta teria boa aceitação a ponto de se formarem batalhões de operários.

A saída encontrada por Ivete Batista da Silva Almeida, entretanto, em estudo específico sobre a visão do operariado a respeito da campanha de mobilização, perpetrada pela burguesia, consiste na conclusão de que, severamente reprimidos pela polícia e a classe dominante no período enquanto movimento organizado e, em ambivalência, premidos pelas agruras sociais, os grupos de trabalhadores que aderiram à *luta pela lei* o fizeram menos pelo

<sup>151</sup> *PROLETÁRIOS*. São Paulo: Folha Volante Anônima, 1932. De acordo com Carlos H. Davidoff, as principais organizações operárias como os empregados têxteis, ferroviários, metalúrgicos, sapateiros, entre outros, não apoiaram o movimento. DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

<sup>152</sup> DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p. 117.

anseio regionalista ou espontâneo do que pelos serviços assistenciais oferecidos aos voluntários e seus familiares.<sup>153</sup>

Nessa perspectiva, a argumentação de De Paula parece problemática, pois, afirmar que a grande maioria dos operários participa exclusivamente em função da repulsa a administração do Governo Provisório significa negligenciar as reais condições sociais da conjuntura e o candente embate travado entre empregados e patrões, que deixa ressonâncias negativas no relacionamento entre eles. Como se aliaram tão rapidamente se as divergências contrapondo burguesia e operariado eram, aparentemente, mais acentuadas que a oposição ao governo federal?

Já a assertiva atinente ao fato de as cúpulas dos movimentos anarquistas e comunistas serem favoráveis ao governo de força instaurado após 1930, não corresponde à realidade histórica, segundo a bibliografia especializada, pois os próprios anarco-sindicalistas, que se diferenciam marcadamente dos comunistas, eram renitentes à gestão arbitrária do Estado no mercado de trabalho.<sup>154</sup> De outra parte, o “tenente” João Alberto alegava sofrer perseguições dos comunistas contra seu governo em São Paulo, depois de proibir a divulgação de suas doutrinas: “*Da mesma forma que tive que desembaraçar-me da colaboração do Partido Democrático na obra do governo, vi-me obrigado a demonstrar por actos de significação inequívoca, a minha desaprovação às tendências perturbadoras dos comunistas, no uso e abuso das franquias que lhes tinha concedido*”.<sup>155</sup>

Finalmente, se é provável que o posicionamento enquanto classe do operariado com relação ao levante tenha se pautado pela desorganização, abrangendo inclusive a formação de batalhões em prol ao retorno do Estado de Direito, isso não significa que “*a postura ideológica de um reduzido grupo de pessoas, que se autodenominam liderança proletária*”<sup>156</sup> não tivesse ressonância alguma entre os trabalhadores na conjuntura. Ora, o enfraquecimento do movimento operário mais combativo ocorre, conforme Zélia Lopes da Silva, somente a partir da greve geral dos empregados em São Paulo, em maio de 1932, na qual se envolvem diretamente mais de dezesseis mil trabalhadores e culmina na violenta repressão aos paredistas pela polícia, coordenada pela FIESP, e na prisão de aproximadamente quatrocentos líderes do movimento. Tudo isso se fez, afirma, sob o olhar

<sup>153</sup> ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz: o paulistano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>154</sup> SILVA, Z. L. da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

<sup>155</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1932.

<sup>156</sup> DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p. 117.

cúmplice do Governo Provisório.<sup>157</sup> Por conseguinte, embora não estivesse em condições de se posicionar publicamente como classe, certamente, o embate contra a burguesia, que implicou na derrota dos trabalhadores e na manutenção das péssimas condições de vida, influenciou negativamente na adesão a campanha constitucionalista, coordenada, entre outros, pela Associação Comercial e a FIESP.

Essa constatação desvela tanto o caráter falacioso da mobilização, a partir do “canto da sereia”, quanto o equívoco da luta exclusivamente espontânea contra o Governo Central, já que na conjuntura também havia razões para a oposição à classe dominante. Ao que parece, a propaganda ganha importância considerável na sublevação, a fim de soterrar as fissuras sociais abertas e explorar os problemas do período, representando-os como responsabilidade do governo federal, o grande adversário de São Paulo.

Não obstante, mesmo com a presença destas vozes sensivelmente dissonantes, que não seriam de fácil conversão, os preparativos e a busca de apoio para o confronto já se iniciavam em São Paulo. A crença absoluta na grandeza do estado e de seu povo inebriava a própria burguesia paulista, que não concedia a atenção necessária às reais condições materiais de São Paulo para o confronto e, pior, o estado concreto das conspirações em lugares importantes do ponto de vista das táticas militares, como o Rio de Janeiro.<sup>158</sup> Neste estado, aliás, o jornal *Correio da Manhã* – um dos mais expressivos órgãos da imprensa brasileira à época<sup>159</sup> –, desde o princípio das conspirações, observava criticamente os rumos tomados pelo caso de S. Paulo.

No âmbito da questão constitucional, o colunista Bastos Tigre,<sup>160</sup> na sugestiva matéria *Constituinte? Para que?*,<sup>161</sup> se manifesta contrário ao retorno imediato à ordem constitucional, pois entende que daí decorreria um desvirtuamento da “Nova República”, partindo do contato com os vícios antigos, sobretudo os do corrompido sistema eleitoral, o

<sup>157</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991. p. 123-124.

<sup>158</sup> Também em Minas Gerais e Rio Grande do Sul era promovida a conspiração, mas, segundo Hélio Silva, a adesão oficial destes estados estava condicionada a diversos e complexos fatores. SILVA, Hélio R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967. p.90.

<sup>159</sup> ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.1625.

<sup>160</sup> Manoel Bastos Tigre nasceu no Recife, em Pernambuco (1882), foi jornalista, poeta, compositor, teatrólogo, humorista, publicitário, além de engenheiro e bibliotecário. Sua vida de jornalista iniciou-se em 1902, quando colaborou na revista humorística *Tagarela*. Prestou, depois, seus serviços nos principais órgãos da imprensa carioca como: *A Noite*, *Gazeta de Notícias*, *A Rua*, *Careta* e *O Malho*, entre outros. Participou também da fundação da revista *D. Xiquete*. “No *Correio da Manhã*, manteve durante mais de 50 anos, *Pingos e Respingos*, uma das mais conhecidas seções da imprensa citadina, na qual, glosava com sadio humor, os fatos pitorescos do Rio, do país e até do mundo. (Usava, então, o pseudônimo *Cyrano e Cia*)”. Fonte: Disponível em: <<http://www.amigosdolivro.com.br/>>. Acesso em 28 de dezembro de 2008.

<sup>161</sup> *Correio da Manhã*, 23 de janeiro de 1932.

qual traria de volta figuras regionais identificadas com a *velha mentalidade*. Essa situação provinha da persistência das “*machinas de eleger*” locais, com as quais os “tenentes” não teriam afinidade e, portanto, seriam excluídos da cena política, levando consigo o *espírito renovador do país*, por isso, a Constituinte deveria ser postergada, até que este grupo alcançasse o reconhecimento popular e seus votos.

Ao analisar a conjuntura, Bastos Tigre questiona a necessidade tão urgente de uma Constituinte, mostrando-se cético quanto à eficácia da Constituição para solucionar o problema dos *direitos do homem e do cidadão no Brasil*. Na sua avaliação detecta que o poder legislativo nacional até 1930, via de regra, seria subserviente às determinações discricionárias do presidente do Executivo, constituindo-se como incapaz de opinar, pois, se o fizesse, teria condições e bases eleitorais suficientes para promover a revolução em trinta, sem o apelo a atuação política do Exército. Seguindo nesta argumentação, pontua que mesmo durante o período constitucional, após 1890, os problemas de ordem legal ficavam comprometidos pelos governos conduzidos em *Estado de Sítio*, e conclui que realizar uma Constituinte com esta *velha mentalidade*, pouco avanço traria ao país, responsabilizando por esta situação os políticos dos Partidos Republicanos.

Esta linha argumentativa é mantida no editorial do dia 26 de abril de 1932, no artigo intitulado *As Manobras da Politicagem*, no qual, embora enfocando as manifestações constitucionalistas em Minas Gerais, defende que a restauração constitucional é mero pretexto para a retomada do poder político pelos execráveis partidos depostos em 1930. Na interpretação do jornal, as tentativas políticas de derrubar o Governo Provisório partiam de Minas Gerais, sob liderança de pessoas com passado político digno de desconfiança: “*Basta ver que o insinua os srs. Bernardes, Wenceslau, Antonio Carlos e mais o dr. Virgílio de Mello Franco. Com o apoio dos três últimos, o primeiro desgraçou este paiz. Exerceu a mais criminosa e a mais odiosa de todas as dictaduras. Para o sr. Bernardes, quando mandava e desmandava a sombra do sítio infame, a Constituição era trapo immundo*”.<sup>162</sup>

Se a questão constitucional era mero pretexto e os seus defensores apenas oportunistas, na concepção do jornal, alguém estaria sendo injustiçado: “*São estes os indivíduos que querem congrajar e reconstitucionalizar o paiz. No fundo, o que elles planejam é assaltar o poder com a exclusão e o aniquillamento das suas vítimas que elles resumem numa só expressão: – o tenentismo*”.<sup>163</sup>

<sup>162</sup> *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1932.

<sup>163</sup> *Idem*.

Entretanto, para fortalecer sua argumentação, o periódico desvia o foco dos acontecimentos, efetivamente, transcorridos ao sugerir que a negociação partia dos políticos mineiros, quando, de fato, é notório que as articulações e movimentações mais expressivas, que inclusive redundaram na radicalização, provinham de São Paulo e não eram exclusivas à vontade dos políticos, mas de um conglomerado amplo que perpassa a classe dominante e a população: “*A Cantillena do conagraçamento, do constitucionalismo, vae sendo entoada para reunir outros politiqueiros, estejam elles no Rio, em São Paulo ou no Rio Grande do Sul*”.<sup>164</sup>

Tais posições, contrárias aos conspiradores, embora o periódico não seja um aliado político de Getúlio Vargas,<sup>165</sup> são recorrentes nas páginas do jornal e passam pelo entendimento de que a obra de restauração nacional, iniciada em 1930, não poderia ser obstaculizada, sobretudo por novas intervenções político-militares. Esta visão é exposta claramente no editorial do dia 24 de junho, intitulado *Frentes e Tenentes*, no qual se estabelece uma diferenciação entre estes dois grupos, considerados fundamentais para os destinos do país. Os políticos são caracterizados como *agentes do cambalacho* e de *retórica fácil*, cuja ação precisa ser combatida, ao passo que os “tenentes” são apontados como um grupo subdividido por questões pessoais, reincidentes em muitos erros, mas interessados no bem estar do país, *candidamente externando suas opiniões* e não representativos do negativo militarismo ditatorial, conhecido em outros países.

Entre as frentes e os “tenentes”, o jornal justifica sua opção pelo *espírito revolucionário* do “tenentismo”, contra o qual seria impossível manifestar-se: “*É o espírito nacional. Para conhecê-lo basta ter um coração que pulse ao mesmo rythmo que o coração de nossa terra. É a repulsa à desonestidade e á hipocrisia, o combate contra a ignorância e a preguiça. Dentro deste programma, que vale muito mais que todos os manifestos estylo ‘plataforma’, quem não está disposto a cooperar sinceramente?*”.<sup>166</sup>

No extremo oposto da campanha paulista, os “tenentes” também não se furtam ao debate público e demonstram que o sentimento, de certa forma, hostil contra São Paulo havia avançado.<sup>167</sup> No dia 28 de maio de 1932, o “tenentismo” publicou em seu jornal, *3 de Outubro – Jornal de Ideais Revolucionários*, do Distrito Federal, artigo inconformado,

---

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> ANDRADE, Jéferson Ribeiro. **Um jornal assassinado a última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

<sup>166</sup> *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1932.

<sup>167</sup> FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: \_\_\_\_\_. (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 2 vol., SP: Difel, 1977.



criticando veementemente a FUP e até a apatia do Governo Provisório de Getúlio Vargas com relação às manifestações de rua de 23 de maio em São Paulo:

Consumaram-se os vaticínios de toda a gente sensata e perspicaz. A imensa, a inaudita, a inqualificável tolerância ou a inconcebível indecisão do Dr. Getúlio Vargas culminou, desgraçadamente, na Victória da anarchia reaccionaria, implantada em São Paulo pelos elementos da situação deposta, mancomunados com os ‘carcomidos’ gaullos e outros politicóides immundos!<sup>168</sup>

Neste pequeno trecho em que os “revolucionários” de trinta ligados ao *Clube 3 de Outubro* utilizam termos negativos como *anarchia reaccionária* e *politicóides immundos*, fica claro que o embate central polarizava a classe dominante paulista e os “desvirtuados” de 1930. Se no movimento estão embutidas aspirações constitucionais e democráticas, insatisfações localizadas e adesões espontâneas, como insiste a historiografia, o enfrentamento mais vigoroso está sendo travado entre os agrupamentos que detém os meios materiais de transformar os descontentamentos em beligerância. Elucidativo, nesse sentido, é o fato de que mesmo assegurada a constitucionalização democrática e a autonomia de São Paulo, em maio de 1932, a FUP decide levar adiante o confronto.

Está clarividente, por conseguinte, que as esferas de descontentamentos sociais em São Paulo são amplas, volvendo-se tanto sobre os “tenentes” e o governo federal, quanto os políticos profissionais e a burguesia, pelos motivos aludidos anteriormente. Para se desencadear o confronto, não obstante, algum dos grupos precisa capitanear a campanha, e a hipótese central é a de que o escol dirigente paulista beneficiou-se da conjuntura propícia para deter a preponderância do movimento e canalizar os ressentimentos sociais em sua luta contra o “tenentismo”, afinal, sem os recursos da indústria e do comércio e, ainda, as influências dos partidos políticos, dificilmente se conformaria o levante.

Nessa perspectiva, a FUP chega às vésperas da sublevação necessitando muito mais da retórica regionalista, porém, não apenas para vencer o debate público contra o “tenentismo” ou incentivar as manifestações cívicas, mas para conquistar corações e mentes a favor da peleja. Como sobreleva Pierre Ansart, as questões que precisam ser enfrentadas nesse quesito remetem a “*como se operam os movimentos que conduzem à ação? Como os*

---

<sup>168</sup> *O 3 DE OUTUBRO – Jornal de Ideais Revolucionários*, 28 de maio de 1932.

*provocadores, os demagogos utilizam os ressentimentos para suscitar fusões emocionais e assegurar-se, desta forma, do apoio dos cidadãos?”<sup>169</sup>*

Contudo, na nova etapa da disputa, os excessos da paulistanidade precisam ser combatidos, pois a campanha proselitista não se restringirá a São Paulo e, nas outras regiões, ao contrário dos amplos triunfos que a burguesia goza no estado, encontrará combatentes dispostos a se valer das mesmas armas, forçando-a a readaptar o discurso.

### ***1.3 – O debate Público em Tempos de Confronto***

Inquirir sobre os duelos publicitários que se instalaram entre os contemporâneos no limiar da radicalização armada<sup>170</sup> implica, assim, indispensavelmente no diálogo com a historiografia que refletiu sobre o período, estabelecendo delimitações e conceitos que ora classificam a disputa inter-relacionando o político e o simbólico como parte da luta de classes e, portanto, já que subordinada aos interesses da classe dominante paulista, prescindível de outros esclarecimentos, ora como pouco expressiva no processo diante de fatores como a adesão voluntária de quase todo o estado. Essa percepção, entretanto, deixa de lado a tentativa de formação da assim chamada opinião pública, que vinha se realizando por iniciativa dos conspiradores desde meados de 1931, como se demonstrou anteriormente, e se tornou mesmo uma obsessão com o agravamento da movimentação bélica. Afinal, qual a importância conferida pelos contemporâneos à conquista dos valores e sentimentos populares para a eclosão da batalha? Como expressam tais anseios no debate público? De que modo procuram legitimar o levante diante de outros estados?

Pelos discursos e ações da época é possível perceber que o caminho para a luta passa pelas disputas aludidas que, por sua vez, são direcionadas, em grande medida, para elementos estratégicos capazes de canalizar a insatisfação social paulista e, ao mesmo tempo, não perder, com isso, o apoio de eventuais aliados em outros estados. Emblemático, neste sentido, é o discurso feito por Francisco Morato na Rádio Educadora Paulista, ainda nos

---

<sup>169</sup> BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia Regina (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004. p.22.

<sup>170</sup> Uma cronologia detalhada dos acontecimentos militares, bem como do desencadeamento dos fatos políticos da pugna pode ser encontrada em SILVA, Hélio R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967 e DONATO, Hernani. **História da revolução constitucionalista de 1932: comemoração aos 70 anos do evento**. São Paulo: IBRASA, 2002.

primeiros dias da sublevação, sintetizando o pensamento da burguesia para a difusão em larga escala.

Nutrido pela intenção evidente de seduzir o ouvinte de todas as classes sociais, Morato preserva as linhas mestras da campanha fomentada desde o princípio do processo conspiratório, projetando na entidade superior, São Paulo, o papel de principal agente da conjuntura e, portanto, a responsabilidade pelos “*belos fatos iniciados na noite do dia 9*”. Nessa concepção, os conluios políticos precedentes são postos em segundo plano, pois a seqüência lógica do fenômeno a ser apreendida por todos é a da efetivação de um dos episódios mais nobres da reluzente história de São Paulo, no qual *a alma de Piratininga revive gloriosa nos feitos da civilização*.

O diagnóstico apresentado é corroborado por duas idéias específicas que sustentam a argumentação e se ligam à representação de uma *guerra justa*, haja vista a insistência da “ditadura” em humilhar São Paulo e, ainda, o apoio unânime e avassalador da população à reação armada. Apesar de admitir os avanços alcançados pacificamente, como o restabelecimento da autonomia estadual e a escolha da data para a Assembléia Constituinte, Morato, “revestido por São Paulo”, toma como argumento a situação *tenebrosa* do resto do país, sinalizando para o compromisso histórico paulista com o Brasil e a contingência de lutar para livrá-lo da “ditadura”:

S. Paulo volve hoje suas forças para o problema da reconstitucionalização, da autonomia dos demais Estados e do bem estar geral dos brasileiros.

Satisfeito, em parte, não lhe é lícito eximir-se ao dever de colaborar com seus patrícios na mais íntima e fraternal das solidariedades... neste lance cívico de defender a cultura de nossa nação.<sup>171</sup>

Na outra ponta do comitê insurrecto, que reunia militares os mais diversos, mesclando homens da Força Pública estadual e até ex-membros da Aliança Liberal de 1930, também se fez largo uso da tentativa de justificar discursivamente a sublevação, a exemplo do general B. Klinger,<sup>172</sup> chefe das “Forças Revolucionárias”, ao distribuir notas legitimando o caráter unânime e nacionalista do levante. Tal manifestação mereceu ampla divulgação, sendo veiculada na grande imprensa, nas rádios e nos panfletos que circularam em São Paulo e em outros estados: “*A gloriosa insurreição paulista contra a ditadura foi uma realização*

<sup>171</sup> *Correio da Manhã*, 11/07/1932

<sup>172</sup> O general Klinger afirma que certa parte de seus discursos durante o confronto eram redigidos por civis da FUP. KLINGER, Bertoldo (general). *Narrativas Autobiográficas*. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p.254.

*irresistível, imediatamente consumada, sem um tiro, pela manifesta solidariedade das guarnições federal, estadual, organizações militares de civis e de toda a população outra... tudo está feito, no consenso fundamental das idéias de liberdade, unidade, paz e trabalho*".<sup>173</sup>

Se a interpretação proselitista encaminhada pela direção do comitê insubordinado é verdadeira no que tange ao envolvimento de diferenciados segmentos sociais no confronto, ela dissimula, propositalmente, alguns dos principais motivos que precipitaram o estado a pegar em armas. Assim, os interesses dos políticos da FUP, dos comerciantes, dos industriais e demais setores da classe dominante paulista que destoavam do projeto do Governo Provisório e detinham as condições materiais para iniciar um levante ficam submersos na *busca pela Constituição*.

Prosseguindo na campanha, o jornal *O Estado de S. Paulo*, cujos diretores estavam coordenando a luta armada, era ainda mais incisivo na articulação, consolidando como dogma a tese da reação geral de São Paulo à humilhação sofrida, e convocando a mobilização popular.<sup>174</sup> Em suas palavras, *a causa da lei* abraçada unanimemente por São Paulo, militante vanguardeiro na defesa do Brasil, não admitia hesitações por parte, sobretudo, dos descendentes dos bandeirantes. Traduzindo o *entusiasmo borbulhante que continuava a inflamar a alma dos paulistas*, o periódico pondera ser necessário substituir a contemplação passiva pelo engajamento imediato e vigoroso, a qualquer transe:

Habituemos-nos á idéia de que é preciso derramar o nosso sangue e de que temos que abrir os nossos corações a toda a sorte de angústias. Aceitemos tudo de ânimo sereno e com a vontade firme de aconteça o que acontecer não recuar na estrada de sacrifícios pela qual enveredamos.

O Brasil pode estar certo de que, mais uma vez, terá, em S. Paulo, um defensor intrépido de sua grandeza e do seu civismo.<sup>175</sup>

Percebe-se a dimensão que o embate político travado em simultaneidade com o confronto bélico adquiria no contexto da luta, pela resposta rápida e à altura que o Governo

<sup>173</sup> KLINGER, Bertholdo. (gen). *Camaradas, Civis e Militares*. São Paulo, 13/07/1932.

<sup>174</sup> Uma obra que se tornou referencial sobre a atuação de *O Estado de S. Paulo* na "Revolução Constitucionalista de 1932" pertence a PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, M. H. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980. O livro que se destacou por tomar pioneiramente o jornal como fonte e objeto de pesquisa, demarca que o envolvimento político dos representantes de *O Estado de S. Paulo* no levante estava vinculado a concepção de um projeto liberal para o Brasil que, por sua vez, contrastava com as tendências centralizadoras propugnadas pelo "tenentismo". Cumpre observar, entretanto, que nessa análise o alinhamento do periódico com as demais lideranças sublevadas é pouco desenvolvido, ficando submerso, por exemplo, o seu envolvimento efetivo na articulação da luta, como na campanha pelo alistamento de voluntários ou no combate publicitário contra a versão divulgada pelo governo federal.

<sup>175</sup> *O Estado de S. Paulo*, 12/07/1932.

Provisório conferiu aos “constitucionalistas”, provocando uma ampliação da guerra de palavras que já vinha sendo travada. Na ótica do “tenentismo” e de Getúlio Vargas, que, segundo Boris Fausto, desde a Aliança Liberal nutriam sentimentos hostis contra São Paulo,<sup>176</sup> a “Revolução Constitucionalista” seria um movimento visando exclusivamente rever os progressos alcançados pós-1930, por meio da exploração da boa fé da população do estado pelos políticos. O que estava em pugna para os “revolucionários” de trinta, como fica claro pelo rigor de suas falas, era manter o projeto encaminhado por eles, ao qual São Paulo deveria submeter-se.<sup>177</sup> Nessa perspectiva, para barrar o avanço paulista, Vargas lança mão de todos os recursos disponíveis, destacando-se a censura prévia aos meios de comunicação e a promoção de comícios em defesa do seu governo.

Com o acesso às notícias de São Paulo bastante reduzido – exceção feita às rádios paulistas, cujas ondas poderiam ser captadas além fronteiras; embora fossem desmentidas pelas emissoras cariocas – a população de outros estados teria como informação principal as notas e comunicados concedidos por órgãos oficiais do Governo Provisório. Pela explicação do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, capital da República, no entanto, torna-se evidente a intenção de se criar uma imagem negativa dos acontecimentos paulistas, sem compromisso com a verdade. Sua descrição, feita no dia 10 de julho e distribuída às rádios e jornais cariocas, qualifica os primeiros movimentos de São Paulo como uma rebelião circunscrita a capital, sem o consenso das forças militares do estado e, ainda, sob comando de pessoas com passado sombrio, como o próprio coronel Euclides de Figueiredo, responsável por um ataque à Escola Militar, em 5 de julho de 1922. Para as outras lideranças, a estratégia argumentativa não seria diferente, estando os elementos civis “*conduzidos pelos próceres do PRP*”,<sup>178</sup> cuja principal ambição seria restaurar a *República Velha*.

Se a versão paulista era difundida de modo mais bem sistematizado sobretudo em São Paulo, o governo federal se expressaria com liberdade praticamente irrestrita a toda nação. Publicada pelo *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, no dia 12 de julho, e reproduzida nas rádios cariocas e em panfletos, a resposta do chefe do Governo Provisório às acusações dos paulistas é encetada com habilidade peculiar, atacando a imagem da luta e lançando

---

<sup>176</sup> FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: \_\_\_\_\_. (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 2 vol., São Paulo: Difel, 1977.

<sup>177</sup> VARGAS, Getúlio Dorneles. **A Nova Política do Brasil. O ano de 1932: a Revolução e o Norte 1933**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938; FAUSTO, Boris. **Pequenos Ensaios de História da República (1889 – 1945)**. São Paulo: Cadernos Cebrap, 1972.

<sup>178</sup> *Correio da Manhã*, 11/07/1932.

dúvidas sobre a sinceridade dos líderes de São Paulo, os quais almejavam apenas satisfazer seus interesses político-pessoais.

Nas palavras de Getúlio: “*Essa desordem e facciosismo vêm interromper a atividade do Governo Provisório, precisamente no momento em que está a colher os primeiros frutos de sua vasta obra de reconstrução econômica e financeira*”<sup>179</sup> do país.

O manifesto procura deixar claro, logo de início, por meio de termos negativos como *desordem, facciosismo e confusão*, que o levante se resumiria ao caráter político reacionário, reduzindo os dirigentes da *rebelião* à condição de membros da oligarquia do PRP, contrária a obra de reconstrução nacional instaurada pelos próceres de 1930.

Em seguida, Vargas nega ao levante o caráter de luta pela constitucionalização e ataca explicitamente seus articuladores, pois segundo ele:

Se ao movimento sedicioso agora atado no grande Estado, se pretende emprestar como querem fazer crer seus promotores, o objetivo de levar á normalidade institucional, nada há que o justifique. Os propósitos do Governo Provisório a respeito já não mais podem ser postos em dúvida, sem má fé e declarado intento de iludir a opinião pública.

Os actos, mais do que as palavras, estão a documentá-los, com meridiana evidência: foi promulgada a Lei Eleitoral; marcou-se a data em que se deve efetuar as eleições; escolheram-se os Juizes Eleitorais; nomearam-se os funcionários que compõem as respectivas secretarias; abriram-se os créditos necessários e acaba de ser designada a comissão incumbida de elaborar o projeto de Constituição.<sup>180</sup>

Na argumentação do signatário, como já estaria em andamento o processo de constitucionalização, caberia ao povo brasileiro, durante as eleições no ano seguinte, julgar os atos do Governo Provisório e dos outros “revolucionários” de 1930. Antecipar esse pronunciamento pela força não seria, de modo algum, o melhor meio de garanti-lo.

Outro membro do Governo Provisório que se manifestou contra a campanha paulista foi o Ministro da Guerra, general “tenentista” Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, o mesmo que no começo de julho reformara administrativamente o general B. Klinger do comando sobre o Exército em Mato Grosso, aumentando as insatisfações que facilitaram a eclosão do conflito. Com relação à acusação circunstancial dos sublevados a quebra da disciplina e da hierarquia no Exército Nacional, que, comandado pelo “tenentismo”, estaria se desvirtuando das suas funções naturais de defesa da liberdade e da ordem no Brasil

---

<sup>179</sup> VARGAS, Getúlio. *À Nação*. Rio de Janeiro: *Correio da Manhã*, 12/07/1932. Reproduzido textualmente por COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p.13.

<sup>180</sup> Idem, p.13.

para servir a outros propósitos, como a continuação indefinida de um regime ditatorial, o general se pronuncia num manifesto lançado – à ausência de outro meio – por aviões sobre o *estado bandeirante* e intitulado *Ao Povo de São Paulo*: “*É falso que o Exército Nacional esteja ao serviço desses propósitos. Ele, fiel aos seus deveres de disciplina e movido pelo mais alto espírito de patriotismo, age agora e agirá sempre orientado no sentido de restabelecer a ordem e salvaguardar o progresso*”. Evidentemente, para ele, manter a ordem, naquele momento, significava combater a *reação oligárquica*.<sup>181</sup>

Além de negar ao *movimento sedicioso dos rebeldes paulistas* o caráter constitucional, outra estratégia adotada pelo Governo Provisório para conter o comitê insubordinado consistiu em rebater a assertiva de que a “ditadura” estaria intencionalmente prejudicando os paulistas. Para tanto, o povo de São Paulo foi qualificado como inocente e manipulado, por isso, “*caiu transviado e iludido pelas sereias da politicagem odienta, ambiciosa e sem alma*”. Esta tática pode ser verificada em folhetos lançados pelo “tenentismo” sobre São Paulo, como se procedeu com a palavra do Comandante das Forças Governamentais, general Góes Monteiro, o qual logo após a Revolução de 1930 havia trabalhado em São Paulo como líder da 2ª. Região Militar do Exército. No manifesto sugestivamente dirigido *Ao Povo de S. Paulo*, as acusações se faziam nos seguintes termos:

Paulistas! Iludidos por ambiciosos desalmados, fostes levados a esta guerra fratricida, convencidos de que defendíeis uma causa justa... Mas quem poderia premeditar a deshonra de São Paulo, quem poderia pensar em humilhar São Paulo... Só o criminoso despeito de políticos desesperados de alcançar os seus fins inconfessáveis, poderia imaginar e levar a efeito essa campanha sórdida de intrigas e mitificações que vos levaram a acreditar que o Governo Federal nutria sentimentos hostis ao vosso glorioso estado.<sup>182</sup>

Estas e outras críticas aos políticos foram divulgadas em São Paulo, por panfletos e pelo rádio, com a finalidade de conter a resistência bélica, evidenciando que, assim como isolou o comitê amotinado de possíveis aliados interestaduais e impediu a manifestação do povo em outros estados, o Governo Provisório também tentou evitar o alastramento das idéias da elite insurrecta em seu próprio estado:

Povo de São Paulo  
Não vos deixéis iludir pelas artimanhas dos politiqueros  
profissionais, esses politiqueros vulgares, que nas suas arremetidas para

<sup>181</sup> CARDOSO, A. I. Espírito Santo. *Ao Povo de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1932.

<sup>182</sup> GÓES MONTEIRO, P. A de. *Ao Povo de São Paulo*. Rio de Janeiro: Comando das Forças Federais, 1932.

galgarem o poder não trepidam em usar o nome do Povo, como se fosse uma de suas camisas sujas.<sup>183</sup>

Pelo exposto até então, revela-se a vigência de um duelo publicitário, que era a tradução do jogo de forças e projetos para o país no período, polarizado entre a elite paulista unida e os membros do Governo Provisório. Por entender que a retórica do governo federal poderia atingir o núcleo da campanha paulista, desacreditando seus líderes, o comitê insurrecto tratou de “neutralizar” as versões contrárias correntes no estado. Foi importante nessa empreitada a atuação conjunta dos meios de comunicação de massa que se complementavam, como destaca Tota: “*A modernização dos meios de comunicação na cidade de São Paulo dava-se pela sua integração, pelo fechamento desse ciclo. Mas, apesar de a notícia (no sentido mais amplo) ter partido no rádio, não há exatamente uma superioridade desse meio de comunicação sobre o jornal. Há, é claro, uma maior rapidez, mas o jornal escrito complementava-o*”.<sup>184</sup>

As apreciações feitas pelo “tenentismo” e pelo próprio Getúlio Vargas foram prontamente rechaçadas pelo escol diretor do levante paulista. Ainda em 25 de agosto, em um pronunciamento transmitido em cadeia pelas rádios Record, Cruzeiro do Sul e Educadora no programa *Rádio Jornal*,<sup>185</sup> o proeminente porta-voz da Associação Comercial de São Paulo, José Maria Whitaker,<sup>186</sup> defendeu os ideais que teriam motivado a atitude “*que as classes conservadoras paulistas assumiram, colocando-se decididamente ao lado da causa defendida pelos exércitos da lei e da ordem*”.<sup>187</sup>

<sup>183</sup> *POVO de São Paulo*. Folha volante que circulou em São Paulo em 1932.

<sup>184</sup> TOTA, Antonio Pedro. **A Locomotiva no Ar: Rádio e Modernidade em São Paulo 1924 – 1934**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ PW, 1990. p.107.

<sup>185</sup> O programa *Rádio Jornal* é criado em 30 de julho e transmitido pelas três emissoras de São Paulo. A Record transmite diariamente às 22 horas, constituindo-se por discursos de personalidades ilustres, leitura de comunicados oficiais e comentários dos atos da “ditadura”. A comissão de redação é formada por Plínio Barreto – diretor de *O Estado de S. Paulo* – (presidente), Eurico Sodré, Cantídio de Moura Campos, Jorge Americano, Leven Vampré e Mattos Pimenta. Informações consultadas em ROCHA, Vera Lúcia. **Cronologia do Rádio Paulistano: anos 20 e 30**. São Paulo: CCSP/Divisão de Pesquisa, 1993.

<sup>186</sup> José Maria Whitaker nasceu em 1878. Formou-se em 1896 na Faculdade de Direito de São Paulo e, inicialmente, aproximou-se das tendências monarquistas. Foi para o interior de São Paulo, onde abriu uma empresa de comércio de café que lhe garantiu prosperidade econômica, a ponto de em 1910 assumir a presidência da Associação Comercial de Santos. Em dezembro de 1920, a convite do presidente Eptácio Pessoa, comandou o Banco do Brasil baseado em princípios econômicos não intervencionistas, permanecendo no cargo até 1922. Como membro do PD, em 1930, assumiu a Secretaria da Fazenda na primeira interventoria indicada por Vargas, no entanto, devido à crise de relacionamento com os “tenentes”, abandonou o cargo. Em 1932 participou do levante, mas, graças ao seu prestígio no meio político-econômico, não sofreu perseguições após a derrota. (A questão da deposição de armas e a controversa retaliação a algumas lideranças do levante serão abordadas no capítulo seguinte). Faleceu em 1970.

<sup>187</sup> WHITAKER, José Maria. **São Paulo e a Revolução**. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo (Departamento da Campanha do Ouro), 1932. p.4.



José Maria Whitaker, ex-ministro da Fazenda, reafirma a motivação constitucionalista para o levante, pois, em sua concepção, o que estava em questão para as classes conservadoras – comerciantes e industriais – era a autonomia de São Paulo que, sem uma lei magna, o Governo Central tornara relativa aos seus interesses. O trecho faz alusão a incerteza e a desconfiança da Associação Comercial, quanto ao retorno do país à ordem legal: “*Queremos a nossa autonomia, queremos ser tratados como o são os Estados nossos irmãos e esse direito, essencial, absoluto, imprescindível, não o aceitamos da magnanimidade eventual dos que ocupem o poder, mas o exigimos escrito nas disposições intangíveis de uma constituição em que todos livremente colaborem*”.<sup>188</sup>

Quanto às argumentações de que a sublevação paulista seria revanchista e que o povo estaria iludido pelos políticos, Whitaker admite que a iniciativa partiu deste segmento, mas inverte o foco em direção ao momento presente, dissimulando os interesses partidários na conjuntura. Desta forma, consolida-se no discurso de uma figura proeminente da classe dominante a imagem falaciosa de São Paulo unânime, que se levanta em armas espontaneamente, sem outro interesse a não ser a própria defesa: “*Esta revolução não é uma revolução política, é, antes, uma explosão humana; não é uma rebelião de partidos, é uma reacção de sentimentos, uma insurreição geral, unânime e irresistível, de um povo que se vira ludibriado até a degradação. Aos partidos políticos competiu, talvez, a iniciativa, mas, deflagrado o movimento, ninguém discutiu, ninguém hesitou*”.<sup>189</sup>

A réplica das *classes conservadoras*, exposta por Whitaker, conclui-se com um argumento sobremaneira excludente, que desvela o caráter de classe do enfrentamento. Pela leitura do pronunciamento e considerando que a ação das camadas populares e dos grupos de esquerda no período eram tratados com violência, como destaca Silva,<sup>190</sup> o autor desqualifica o comunismo e acusa os membros do Governo Provisório de disseminá-lo no Brasil.<sup>191</sup> Whitaker é enfático na caracterização dos verdadeiros perturbadores da ordem: “*Quem*

---

<sup>188</sup> Idem, p.7.

<sup>189</sup> Ibidem, p.9.

<sup>190</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. SP: Marco Zero/CNPq, 1991.

<sup>191</sup> A acusação imputada aos “tenentes” relativa à sua tendência comunista, pode ser compreendida no contexto do período em que os mesmos fazem a Revolução de 1930. Havia grande temor de que o “tenentismo” debandasse para regimes totalitários, como o fascismo ou comunismo, e como João Alberto, o primeiro interventor em São Paulo no governo Vargas, aproximou-se, inicialmente, do Partido Comunista, os “tenentes” foram classificados como “extremistas” pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Porém, se para a população o comunismo era apresentado como algo macabro, isso se explica considerando que tal “radicalismo” derivava de idéias relacionadas a mudanças na estrutura social, por meio de medidas em favor dos trabalhadores, como, por exemplo, o direito de férias. Informações discutidas em Prado e Capelato, op. cit. p. 43-44.

*semeou a herva má do comunismo nesta terra disciplinada e farta, senão os próprios extremistas, que se apoderaram inexplicavelmente da direcção do paiz?”*.<sup>192</sup>

Com posicionamento ainda mais incisivo, o jornal *O Estado de S. Paulo* em notória campanha de guerra responde a todas as insinuações do Governo Provisório. No dia 13 de julho, em seu editorial, lia-se a seguinte mensagem: “*Para que a ditadura vencesse, seria preciso, antes, exterminar de São Paulo o povo que o habita. Ella perderá o seu tempo com as suas proclamações aos paulistas e com a propaganda telegraphica da sua força e do seu prestígio*”.<sup>193</sup> O jornal exalta a participação cívica na luta e orienta para que não se dê crédito às *fantasias da ditadura*, ao contrário, que se multiplique o voluntariado para as linhas de frente e a concentração social nos combates.

À acusação de que o levante seria obra de políticos desejosos de restaurar o passado que a Revolução de 1930 destruiu, a edição de 18 de julho nega, direcionando o foco para a atuação anônima de *São Paulo inteiro* e defendendo o direito dos políticos de participarem, doando a vida por sua terra natal, condição que, aliás, é considerada a melhor forma para pagarem por seus erros.<sup>194</sup> Além disso, remete a imputação ao Governo Provisório, criticando a aliança do mesmo com políticos desvirtuados de outros estados na conciliação de forças contra São Paulo.

Essa perspectiva, que desvia as atenções das denúncias feitas pelo governo federal, é recorrente nas páginas do jornal, ao privilegiar como notícia o envolvimento popular no momento do embate, em detrimento as articulações políticas precedentes e as divergências sociais reveladas em outros episódios, apontadas como pouco significativas: “*Se algum dia foi político, hoje nada tem de político. Hoje, é um movimento do povo inteiro que nenhum político será capaz de dirigir e a que todos os políticos são forçados a obedecer*”.<sup>195</sup>

É importante atentar para a semelhança do posicionamento político e das estratégias para rebater as denúncias do Governo Provisório entre o jornal *O Estado de S. Paulo* e os membros da classe dominante paulista que se manifestavam nos outros meios de comunicação. Da mesma forma que Whitaker e *O Estado de S. Paulo* dão respostas parecidas para a questão da natureza política da insubordinação, direcionando as atenções para a sociedade civil, ambos aproximam-se novamente na réplica à motivação constitucionalista. Como dito antes, o manifesto de Getúlio Vargas insistia na afirmação de que o caráter do

---

<sup>192</sup> Ibidem, p.8.

<sup>193</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13/07/1932.

<sup>194</sup> *O Estado de S. Paulo*, 18/07/1932.

<sup>195</sup> *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1932.

levante não poderia ser constitucionalista, pois a data para a Constituinte já estava marcada para o ano de 1933, Whitaker se mostrou cético quanto à realização efetiva desta Assembléia e *O Estado de S. Paulo* defendeu o mesmo discurso insatisfeito:

a simples promessa de constituição não é bastante para contentá-lo. Só com essa promessa ele não poderia e não pode depor as armas. O governo actual desmereceu por completo da confiança geral. S. Paulo só tem razões para duvidar da palavra desse governo. Desde os primeiros dias da revolução de Outubro elle tem sido victima das tergiversações e enganos da dictadura. As relações desta com S. Paulo foram um tecido de promessas falsas e compromissos illusórios. De bocca, nunca houve melhor amiga dos paulistas, mas de actos S. Paulo nunca teve adversário mais temível.<sup>196</sup>

Ante as semelhanças destes e de outros pronunciamentos, pode-se inferir que, durante o levante, a versão do jornal *O Estado de S. Paulo* para os fatos era a homogeneização da visão da classe dominante paulista que, em diversas manifestações nas rádios e panfletos seguiam as teses centrais deste periódico para explicar a resistência. No caso do discurso de José Maria Whitaker ao programa *Rádio Jornal*, é provável que a aproximação das versões tenha partido do presidente da comissão de redação do programa, Plínio Barreto, que, “coincidentemente”, também era um dos diretores de *O Estado de S. Paulo*.

Após dez dias do pronunciamento de Whitaker, o mesmo programa *Rádio Jornal* abria espaço, outra vez, para a alta sociedade paulista, com a palavra emblemática do ministro do Tribunal de Justiça do Estado, Júlio de Faria, rebatendo, em tom eufórico, às acusações atinentes ao tema do regionalismo e do separatismo, habilmente explorados pelo Governo Provisório. Pelo discurso de 4 de setembro, pode ser observado o nível de integração da sociedade civil na campanha “constitucionalista”, uma vez que o ministro, apesar de não se destacar entre os líderes do comitê “revolucionário”, defende a causa veementemente, ponderando que as idéias dos reduzidos grupos separatistas não teriam contaminado o sentir geral das massas paulistas e nem haviam conquistado a adesão dos seus mentores políticos ou culturais, os quais não desejavam o esfacelamento do Brasil.

A argumentação de Júlio de Faria é fortalecida pelo apoio da legislação de São Paulo que, ao contrário do estatuto de outros estados, como Pará, Maranhão, Paraíba e Rio Grande, garantiria aos cidadãos não paulistas a possibilidade de assumirem cargos públicos e até o posto máximo em sua hierarquia, como o governo estadual. Além disso, salienta que havia representantes de outros estados em todas as esferas da sociedade paulista, a exemplo

---

<sup>196</sup> *O Estado de S. Paulo*, 18/08/1932.

do próprio conferencista, que nascera no Norte, porém se mudara com sua família para São Paulo, a qual se identificava profundamente com o estado, a ponto de doar-lhe a vida, como acontecera com seu irmão, falecido há poucos dias na luta. Assim, justifica que a idéia de que São Paulo estaria guerreando para separar-se ou movido por sentimentos regionalistas advinha do diagnóstico incorreto elaborado pelo chefe das tropas governamentais acerca da situação ou da competição econômica de outros estados da Federação,<sup>197</sup> ansiosos por prejudicar o principal rival.

A posição do ministro Júlio de Faria também é compartilhada por intelectuais como Mário Pinto Serva que, num artigo intitulado *As Intrigas da Ditadura*, classifica o suposto intuito separatista de São Paulo como uma estratégia nefanda de Getúlio Vargas, para semear o ódio entre os brasileiros, salientando que, para facilitar o envenenamento da opinião pública nacional, o Governo Provisório estaria censurando a imprensa por toda parte e, ainda, espalharia boatos e intrigas. Minimiza o separatismo, ao afirmar que São Paulo, com o apoio de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, trabalhava pela unidade, mas as diferenças regionais eram espontâneas:

O fato é que não existem no Brasil nenhuma causa fundada de dissídio entre os brasileiros dos diferentes estados.

Aliás em todos os círculos de relações humanas sempre existem pequeninas divergências e insignificantes recriminações antes provenientes de raciocínios incompletos. Não há família em que entre os próprios membros não se constatem essas pequenas divergências, julgando-se uns mais favorecidos e outros se crendo vítimas de injustiças.<sup>198</sup>

Ao mesmo tempo em que se refere às intrigas da ditadura, ao diminuir os interesses separatistas, Mario Pinto Serva esclarece que a resistência paulista também não seria reacionária, pois o povo de São Paulo não estava satisfeito com o PRP:

Em outubro de 1930, quase toda a população do Estado de São Paulo, toda a sua opinião pública liberal e adiantada, era decididamente favorável à causa da Revolução de então, provocada pelos excessos do poder pessoal do senhor Washington Luís e também pelos múltiplos abusos da política vigente que se vinham acumulando há longo tempo... Porque o que tínhamos em vigor era o regime dos estelionatos eleitorais.<sup>199</sup>

<sup>197</sup> O MINISTRO do Tribunal de Justiça. São Paulo: Conferência Pronunciada ao programa “Radio Jornal”, 04/09/1932.

<sup>198</sup> SERVA, Mario Pinto. *As Intrigas da Ditadura*. São Paulo: A Platéia, 23/08/1932. Reproduzido por COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p. 36 – 40.

<sup>199</sup> Idem, p.36.

Estas versões em disputa, entretanto, não ficaram restritas ao estado de São Paulo, onde a propaganda proselitista predominaria, mas atingiram de modo menos expressivo também outras partes da Federação. Na maioria delas, todavia, os interventores ligados ao *Clube 3 de Outubro* mantiveram-se fiéis ao Governo Provisório e tolheram, principalmente pela censura prévia, o adensamento de correntes “constitucionalistas”.

A atuação dos “tenentes” foi dura contra qualquer manifestação conspiratória, reprimindo violentamente aqueles que se mostravam favoráveis aos amotinados. Tal linha de conduta é exposta claramente logo no início do levante, numa nota distribuída à imprensa pelo então chefe de Polícia do Rio de Janeiro, João Alberto, com os seguintes termos:

Chegaram ao conhecimento da Polícia os rumores de uma agitação de estudantes a realizar-se dentro de poucos dias ...

A polícia tratará sem distinção, como simples arruaceiros e portanto com o maximo rigor e energia, todos aqueles que procurarem perturbar a ordem publica, que será mantida á custa de quaesquer sacrifícios.<sup>200</sup>

Mediante ameaças deste nível, a versão paulista foi cautelosamente transmitida nos estados vizinhos, de modo clandestino, porém, durante todo o período dos enfrentamentos. De início, veiculava-se a idéia de que a vitória das *tropas da lei* se daria em pouco tempo e sem derramamento de sangue, conforme estampa uma folha volante anônima distribuída no Rio de Janeiro: “*Algumas horas mais e o Exército Constitucionalista transporá as fronteiras da Capital da República afim de restabelecer o regime da Lei e do respeito, o regime da Ordem e da hierarchia no Brasil*”.<sup>201</sup>

Em outro panfleto anônimo, a ofensiva crítica cresce em intensidade contra Getúlio Vargas e o Chefe de Polícia, indicando toda a indignação dos “constitucionalistas” com a censura às notícias de São Paulo e a interpretação do Governo Provisório para o caso: “*A dictadura mente, cinicamente, como no tempo do legalismo, á antiga. Os jornaes estão suffocados pela censura. A Chefatura de Polícia e o Catete só vomitam mentiras, falsidades e calumnias*”.<sup>202</sup>

Com o enrijecimento da peleja e a premência de fatores favoráveis expressivos, a propaganda além fronteiras valeu-se da desqualificação do governo instaurado após 1930, sobrelevando sua inexperiência na administração pública e a volúpia em perpetuar-se no poder, postergando repetidamente o regime discricionário.

<sup>200</sup> BARROS, João Alberto Lins de. **Nota à Imprensa**. Rio de Janeiro: Chefatura de Polícia, 1932.

<sup>201</sup> SÃO PAULO. *Ao glorioso povo carioca*. Rio de Janeiro, Panfleto anônimo datilografado, 1932.

<sup>202</sup> BRASILEIROS. *Não é São Paulo que se Dirige a vós*. Rio de Janeiro: Anônimo, 1932.

Por outro lado, também insistia no direcionamento da causa à sociedade civil, a fim de convencer os possíveis aliados que o conflito não provinha de desavenças políticas ou apenas de dois ou três grupos alijados, como insinuava Vargas ao Brasil. O entrincheiramento seria uma explosão de sentimento, movida por todas as classes sociais, agregando-se voluntariamente ao Exército “Constitucionalista”.

A análise da *Proclamação para Esclarecimento da Opinião Pública*, lançada por aviões sobre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, pode dar outras pistas para a compreensão dessa estratégia proselitista. O quadro seguinte oferece uma primeira amostragem dos representantes classificados como propugnadores do confronto armado:

QUADRO 2 – Grupo que assina a proclamação de esclarecimento paulista

<b>Nome</b>	<b>Função/Entidade</b>
D. Duarte Leopoldo	Arcebispo Metropolitano
Monsenhor Gastão Liberal Pinto	Vigário geral de S. Paulo
José Maria Whitaker	Diretor do Banco Commercial de S. Paulo
Francisco Paes Leme de Monlevade	Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana
Guilherme de Almeida	Academia Brasileira de Letras
Cantídio de Moura Campos	Diretor da Faculdade de Medicina
Antonio de Almeida Prado	Professor da Faculdade de Medicina
Antônio Carlos Pacheco e Silva	Diretor do Hospital Juquery
José Cássio de Macedo Soares	Diretor do Instituto “D. Anna Rosa”
Mattos Pimenta	Jornalista
João de Aguiar Pupo	Professor da Faculdade de Medicina
Theodoro A. Ramos	Professor da Escola Polytechnica
José Ayres Netto	Diretor da 1ªClínica Cirurgia Santa Casa Misericórdia
Plínio Barreto	Presidente do Instituto dos Advogados
Olympio Portugal	Diretor do Instituto “Dr. Clemente Ferreira”
Numa de Oliveira	Diretor do Banco do Commercio e Industria - S. Paulo
Alcyr Porchat	Advogado
Costa Manso	Presidente do Tribunal de Justiça - Estado de S. Paulo
Samuel Ribeiro	Engenheiro
Fabio da Silva Prado	Industrial
Alexandre Siciliano Junior	Presidente da Companhia Mecânica e Importadora-SP

FONTE: *AO POVO Brasileiro*. Panfleto distribuído no Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1932.

A primeira evidência é a de que se almejava representar o embate como um feito unânime, capaz de harmonizar pólos aparentemente antagônicos da sociedade como os advindos de ramos tradicionais (medicina, direito, religião) e os propulsores da “modernização” (instituições financeiras, industriais e de infra-estrutura capitalista). São Paulo sintetizado em sua tradição, burilada ao longo de quatro séculos, inclina-se rumo ao

futuro (das ferrovias e da industrialização), ansiando arrastar consigo a nação, projeto que, porém, demandava a imprescindível colaboração da Federação na dissolução da barreira arcaica denominada “ditadura”. Demonstrar a seriedade do levante parece ser a perspectiva mais original da proclamação de esclarecimento ao investir na idéia do consenso que aglutinaria a sociedade idônea de São Paulo: professores, clérigos, jornalistas, médicos, comerciantes, intelectuais, advogados, engenheiros e industriais.<sup>203</sup>

Curioso é observar, nesse processo *promovido pelo povo inteiro*, a ausência de qualquer menção aos trabalhadores rurais ou fabris e, ainda, de políticos, fazendeiros e militares. Se aos primeiros a presença é negligenciada, possivelmente se deva ao estreito potencial apelativo/mobilizador das classes trabalhadoras a época, em detrimento a sua imagem explosiva, ligada à perturbação da ordem; ao passo que os segundos são dissimulados para afastar a hipótese de uma sedição militar e política reacionária. Assim, não se trata de negar a importância adquirida pelo tema em São Paulo, entretanto, é preciso assinalar que a adesão ampla da sociedade civil – reportada nos estados vizinhos – efetivou-se apenas quando a alteração já estava em curso, o que torna relativa a hipótese alardeada acerca da origem popular dos atritos.

É sintomático, nesse sentido, o fato de que apenas um dentre estes supostos líderes civis que assinaram a proclamação, se encontraria entre os exilados do país ao final do levante, como se examinara mais adiante.

A campanha paulista ainda tentaria seduzir categorias específicas. A mulher brasileira, por exemplo, foi alvo de ardorosos pedidos, os quais a conclamavam a seguir os passos obstinados de suas irmãs paulistas que tudo faziam para contribuir com a “*causa nacional*”. À mulher que tinha o poder de orientar seus maridos, filhos, namorados e irmãos a aderirem à luta, se dirigiam pelo menos três pedidos iminentes, numa folha volante que circulou clandestinamente no Rio de Janeiro, datada de 15 de agosto.

1º) Preservarem-se de todos os divertimentos, de todas as festividades, de todas as reuniões nos clubs e confeitarias, evitando transitar pelas ruas centrais e avenidas à passeio, ou mesmo deixando de fazer pessoalmente as suas compras e que estas sejam de exígua necessidade;

2º) Pouparem o mais possível, afim de que indirectamente não venham beneficiar as rendas do governo ditatorial;

3º) Contribuírem com o seu prestígio junto dos seus maridos, paes, irmãos, noivos, parentes e amigos, para que não paguem já os impostos

---

<sup>203</sup> AO POVO Brasileiro. Panfleto distribuído no Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1932.

a ditadura agonizante que tudo devora no desespero de causa e contra o país.<sup>204</sup>

As orientações da versão paulista veiculada fora do estado parecem não ter alcançado a ressonância desejada. Averiguando o posicionamento do jornal carioca *Correio da Manhã*, detecta-se algumas das motivações ideológicas que ajudam a explicar o isolamento de São Paulo em sua campanha.<sup>205</sup>

Ao examinar as primeiras movimentações de São Paulo, o editorial intitulado *contra-revolução*,<sup>206</sup> classifica o levante como uma manobra política para a mera substituição dos grupos no poder central. Apesar de salientar que o clima de confusão em torno aos fatos era grande nos primeiros dias, o periódico pondera que a *contra-revolução* paulista surpreendeu apenas a população que trabalha e produz, encontrando os políticos e os interessados na politicagem de ambições e competições já preparados para um golpe dessa natureza.

Contra-pondo-se aos prejuízos decorrentes de uma *guerra civil*, o *Correio da Manhã* alinha-se a Vargas na crítica a hipotética razão constitucionalista, ponderando que as eleições estavam determinadas para o ano seguinte, mostrando-se desnecessária uma ação bélica exclusivamente para antecipá-la. Acrescenta que se a questão tem se arrastado morosamente, não é por interferência do Governo Provisório, mas por uma anomalia no Tribunal Superior Eleitoral que, mesmo depois das discussões sobre a Constituinte terem ganhado a sociedade, sequer havia estabelecido o seu Regimento Interno de funcionamento. Esta situação deveria ser sanada, porém, dentro das vias pacíficas.

A postura crítica do jornal quanto às movimentações paulistas decorre do entendimento de que, se a argumentação constitucionalista não se sustentava, outras explicações deveriam ser buscadas. Assim, os insidiosos políticos, os quais teriam sido historicamente responsáveis pela ruína do país, provocando com seus maus exemplos a desgraça nacional, estariam novamente maquinando barbáries ao articular uma guerra sem outra justificativa a não ser atender ao bem próprio, o que seria inaceitável: “A Luta

<sup>204</sup> *UM APELO ao Civismo da Mulher Brasileira*. Rio de Janeiro: Anônimo, 15/08/1932.

<sup>205</sup> Apesar da oposição do *Correio da Manhã* ao levante, o jornalista Oséias Mota, diretor do periódico *Vanguarda* (Rio de Janeiro), afirma, em carta para Júlio Prestes, que a imprensa carioca era amplamente favorável ao levante de São Paulo, com exceção apenas do *Correio da Manhã* e do *Radical*, que apoiaram o “tenentismo”. Afora isso, boa parte da população seria pela Constituinte, entretanto, ressalta que a censura impedia o desabrochar dessas posições. Informações consultadas em DEBES, Célio. **Júlio Prestes: 1932, uma tentativa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. O general Góes Monteiro também comenta que o povo do Rio de Janeiro pretendia auxiliar a “Revolução Constitucionalista”. COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956. p. 199.

<sup>206</sup> *Correio da Manhã*, 12/07/1932.



*fratricida, atirando brasileiros contra brasileiros, trazendo no seu bojo sinistro o desespero, o pânico e o terror, pode ser a aspiração dos políticos saudosistas ou daquelles que estão contrariados pela Revolução. Não o é, entretanto, a do povo”.*<sup>207</sup>

A edição seguinte traz como temática a defesa de um acordo para a cessação das hostilidades. Ressaltando a continuação das incertezas e boatos dos dias anteriores, o jornal reafirma a crítica ao pretexto constitucionalista – a Constituição também seria de interesse da “ditadura” – e a atuação da politicagem nos bastidores da *contra-revolução*. Seriam os políticos os articuladores da sublevação em São Paulo, visando, por meio da solução armada, restaurar o constitucionalismo de fachada que eles praticavam antes da Revolução de 1930 e que havia sido dissolvido. Diante desta guerra sem uma motivação justa, o Governo Provisório deveria agir com sabedoria, alinhavando um acordo que privasse a pátria da luta fratricida:

O chefe do governo provisório não se deve constringer em admitir um armistício... o sr. Getúlio Vargas não sairá diminuído nem no seu prestígio, nem na sua autoridade. Remova dificuldades que lhe cream os políticos desaffectedos ou despeitados. Dê um grande passo para a confraternização geral e pelo esforço que empregar, se for sincero, abnegado, coerente consigo mesmo, não lhe faltarão os aplausos de todos os bons brasileiros.<sup>208</sup>

Em vista da não realização de um acerto que atalhasse o derramamento de sangue no solo pátrio, o *Correio da Manhã* prossegue opinando contra a *rebelião*, sobretudo, pelo entendimento de que ela seria incitada por interesses mesquinhos de grupos aliados e, conseqüentemente, traria resultados negativos para o país, como a própria cobiça imperialista internacional. Na concepção do periódico, a restauração da ordem, fundamental para a gente que trabalha e produz – grupo que obviamente não incluía os amotinados paulistas – passava pela realização de um entendimento, no qual São Paulo fosse ouvido por mediadores que se preocupassem com a sinceridade e a lealdade.<sup>209</sup>

Se, manteve-se o tempo todo favorável a um acordo generoso que possibilitasse o armistício, o *Correio da Manhã* também persistiu na tese de que o levante teria como causa o interesse de poucos em reaver prerrogativas da *República Velha*, não poupando munições contra esses adversários históricos. Qualquer agitação constitucionalista desencadeada no Rio de Janeiro ou em outras partes do país era apreciada como uma perturbação à ordem,

---

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> *Correio da Manhã*, 13/07/1932.

<sup>209</sup> *Correio da Manhã*, 21/07/1932.

orientada pelo espírito sedicioso.<sup>210</sup> Nesse sentido, a análise sobre uma tentativa de levante no Pará é elucidativa: “*O major Paes Brasil confessou os seus propósitos, declarando que estava incumbido de fazer a propaganda no norte do paiz, para uma contra-revolução, a qual tinha por objetivo capital, uma vez vencedora, levar ao governo do paiz, como seu dictador, o marechal Isidoro Dias Lopes*”.<sup>211</sup>

Tratamentos semelhantes receberam as conspirações desmanteladas de Cruzeiro (SC) e Zona da Mata (MG), auto-definidas como constitucionalistas e divulgadas pelo *Correio da Manhã* como reacionárias.

As divergências interpretativas a respeito de pontos capitais da hostilidade entre os arautos da imprensa paulista e o *Correio da Manhã* explicitam a opção do segundo pela oposição aos amotinados, não pela recusa ao advento do Estado de Direito, mas pelo entendimento de que na luta estariam embutidas a possibilidade de retorno às práticas políticas corrompidas da “República Velha” e a ameaça a própria união nacional. Veja-se, a título de exemplo, como tornam públicas as manifestações populares ocorridas na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto, o jornal *O Estado de S. Paulo* e o seu congênere carioca:

Segundo *O Estado de S. Paulo*:

Mais uma demonstração de civismo se registrou hontem na avenida Rio Branco.

.... houve sérios distúrbios naquella avenida, principalmente nas imediações da Galeria Cruzeiro, onde estudantes, médicos, advogados, engenheiros e populares promoviam uma manifestação contra a dictadura. A polícia occupou a avenida militarmente, assentando metralhadoras que dispararam contra o povo, havendo dois mortos e vários feridos que tombaram em frente à Tabacaria Londres.

Em conseqüência desses acontecimentos, todo o commércio da cidade cerrou as portas, que não se reabriram durante todo o resto do dia.<sup>212</sup>

Já na interpretação do *Correio da Manhã* sobre os mesmos fatos:

Desde ante-hontem começaram a circular boatos destinados a fazer crer... numa possível sublevação de elementos da Marinha de Guerra...

Os agitadores, fizeram às 2 horas da tarde explodir na Praça de Santa Luzia dois petardos, com intuito de provocar alarme entre a população da cidade, fazendo acreditar em disparos provindos de alguma das unidades

<sup>210</sup> Ocorreram, conforme Jeziel De Paula, confrontos constitucionalistas em mais oito estados da nação. DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p.249.

<sup>211</sup> *Correio da Manhã*, 03/09/1932

<sup>212</sup> *O Estado de S. Paulo*, 23/08/1932.

navaes ancoradas na nossa bahia. Produziram, nessa ocasião, como facilmente se poderá imaginar, algumas correrias e momentos após, fechou uma parte do comércio, que logo reabriu e a cidade voltava á calma, e retomando as ruas o seu aspecto normal.<sup>213</sup>

Da mesma forma que é nítida a intenção do primeiro em superdimensionar a manifestação favorável como modo de manter viva a esperança de uma reação vitoriosa, evidencia-se o propósito do *Correio da Manhã* em demonstrar o caráter faccioso do evento e, por conseguinte, dos constitucionalistas cariocas, minimizando seus resultados e ressaltando o controle do Governo Provisório sobre a situação.

Também pela ótica do jornal, o leitor sequer saberia da participação ativa da sociedade civil de São Paulo na luta, criando-se a imagem reducionista de um movimento comandado pelos políticos, cujo braço armado seria unicamente as forças do Exército e da polícia estadual. Talvez por isso, a propaganda paulista tenha insistido radicalmente na tese da origem popular espontânea do confronto, como mostrado acima. Para corroborar a argumentação desfavorável, retomam-se as falhas dos políticos do PRP, do mineiro Artur Bernardes e do gaúcho Borges de Medeiros durante a vigência da Constituição de 1891, numa clara alusão ao retorno deste passado, caso a *contra-revolução* fosse vitoriosa:

Se tão grande era o seu apreço pela obra, certamente memorável, dos primeiros republicanos que elaboraram a Constituição, como se explica que não houvessem, as vestaes de hoje, defendido a sua integridade, montando-lhe guarda?... Ahi estão, para provál-o, as intervenções nos Estados, os sítios permanentes, a eliminação do Congresso de candidatos eleitos pelo povo.<sup>214</sup>

No âmbito dessa preocupação, o editorial conclui que a *rebelião* não poderia ser constitucionalista:

O movimento político e armado paulista cobriu-se da bandeira constitucionalista, para justificar a sua arremetida contra o governo provisório, instituído pela revolução vitoriosa em outubro de 1930... A verdade, porém, é que a invocação da Constituição vale por um mero pretexto para aquelles que, saudosos do mundo, indiferentes e até hostis à sorte do Brasil, procuram por todos os meios reconquistar as posições de onde foram corridos pela Revolução.<sup>215</sup>

Dessa forma, se o entrelaçamento político às formulações intelectuais relativas ao lugar a ser ocupado por São Paulo na federação logrou êxito no processo conspiratório,

<sup>213</sup> *Correio da Manhã*, 23/08/1932.

<sup>214</sup> *Idem*.

<sup>215</sup> *Correio da Manhã*, 04/09/1932.

inebriando com a presença das massas nas manifestações o escol dirigente paulista, no âmbito discursivo e também simbólico acenaria para o equívoco da classe dominante. Incapaz de vencer o adversário, que contra-golpeava todas as estratégias discursivas e militares perpetradas,<sup>216</sup> a burguesia é coagida a aceitar os limites regionais de sua retórica e transformar desesperadamente o debate público em São Paulo em propaganda política de massas, a fim de compensar no estado, os desencontros e desencantos da campanha malograda, em todos os sentidos, nas outras regiões.

---

<sup>216</sup> O veemente proselitismo realizado pelo Governo Provisório no Ceará, por exemplo, contra as Forças Insurrectas, é analisado por Raimundo Hélio Lopes, que informa “*ser inquestionável a intensa campanha que justificava a luta contra São Paulo. Daqui partiram três batalhões provisórios, dentre outros. Esses três batalhões eram formados por pessoas oriundas de diversas camadas da sociedade, inclusive retirantes da seca*”. LOPES, Raimundo Hélio. **A luta entre os “verdadeiros amigos do Brasil” contra os “inimigos da revolução”**: Política, alistamento e seca no Ceará em 1932. Disponível em: <<http://www.enapet.ufsc.br>>, acesso em 20/12/2008.

**Capítulo 2:**  
**Nas Trincheiras da Propaganda: o levante entre a adesão social e o**  
**oportunismo político**

“Entramos nesta luta para vencer. Não há outra solução possível. Por isso S. Paulo envergou as armas como paladino da vontade nacional. Com esta resolução é que o povo unânime de S. Paulo, sem medir sacrifícios, sem olhar a insídia de uns e a traição miserável de outros, congregou todas as suas energias para este combate de vida ou de morte.

E hoje quem domina em S. Paulo é a vontade do povo. Não são as conveniências dos políticos ou dos interesseiros, as aspirações dos partidos ou as ambições dos indivíduos. É a vontade colectiva, a vontade profunda e intransigente de uma população inteira que quer a victoria porque sabe o que quer”.

*V. Cy – Colaborador do Jornal das Trincheiras<sup>217</sup>*

No capítulo anterior, mencionei que a imbricação entre as disputas políticas e a busca discursiva de legitimação foi um elemento importante nas tumultuadas relações que projetaram São Paulo e o Governo Provisório em posições opostas, já no início de 1932, e se agravaram sensivelmente com a eclosão do confronto armado. A partir de 9 de julho, com a incansável resistência do Governo Central e do “tenentismo” nos outros estados e o fracasso da aliança entre as frentes únicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, como visto, os esforços do comitê insubordinado na campanha proselitista são redobrados no sentido de atingir e mobilizar, se possível, a totalidade da população de São Paulo e viabilizar efetivamente sua participação num levante que, considerando a fragilidade do Exército dos insurrectos, poderia custar a vida, como, de fato, sucedeu a numerosos voluntários.

As pistas sugerem que nesta intrincada tarefa, parte indispensável dos confrontos, a burguesia conspiradora e insurrecta depositou boa parte de suas esperanças, executando uma

---

<sup>217</sup> Estas iniciais, provavelmente, indicam que a autoria deste texto pertence a Vivaldo Coaracy, engenheiro civil e jornalista de *O Estado de S. Paulo*, ex-professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre e delegado da Associação Comercial de São Paulo no Rio de Janeiro. Embora os nomes dos organizadores do *Jornal das Trincheiras* não sejam revelados, é certo que Coaracy – autor de *O Caso de S. Paulo* –, segundo Vera Calicchio, responsável pelo serviço de publicidade da LDP, tenha participação preeminente no jornal. Ao final do levante, foi exilado em Portugal junto com as demais lideranças “revolucionárias”. CALICCHIO, Vera. Liga de Defesa Paulista. In: ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3117.

organizada “máquina de propaganda”, montada para atingir o núcleo da identidade paulista e os descontentamentos preexistentes, conseqüentemente, todas as esferas desta sociedade, seja no âmbito da classe dominante ou das camadas populares, na capital do estado ou no interior. O caminho trilhado para tanto passa, imprescindivelmente, pela integração irrestrita dos mais destacados meios de comunicação de massa da época, que converteram suas programações em instrumentos da luta armada. Nas rádios – estrategicamente guarnecidas pelas entidades organizadoras do levante – pronunciavam-se cidadãos ilustres e outros defensores intemeratos da causa; a grande imprensa, por sua vez, em tom de euforia apresentava manchetes vibrantes; e o cotidiano do estado era preenchido pelas músicas, cartões-postais, comícios, panfletos e jornais proselitistas, distribuídos até mesmo na linha de fogo. Tal campanha ainda poderia reverberar pela sociedade por meio de conversas e boatos dissemináveis com relativa facilidade entre os múltiplos grupos sociais.

Diante disso, neste capítulo pretendo discutir e problematizar sobre a referida “máquina de propaganda constitucionalista” e sua importância no contexto da peleja instalada entre 9 de julho e 2 de outubro. Não se trata de entender a ação dos meios de comunicação de massa como a de um agente *manipulador de consciências*, ou relacionado ao *mito do complô*, no qual a elite dominadora oculta manipula a sociedade, sem vontade própria, como dão a entrever algumas análises; mas recuperar a dinâmica do processo histórico em que o comitê amotinado se vê abandonado, despreparado para a intensidade da batalha e em apuros e a propaganda surge, acionada com retóricas de convencimento voltadas para as insatisfações e sentimentos regionalistas, como a maneira de redobrar a adesão social a pugna e tentar suprir, com a garra despertada, a disparidade entre os contendores. Se não fosse assim, como entender as estreitas vinculações entre os demagogos e publicitários e o comando da insubordinação? Seria esta campanha um mero detalhe, sem maior efetividade no processo histórico?

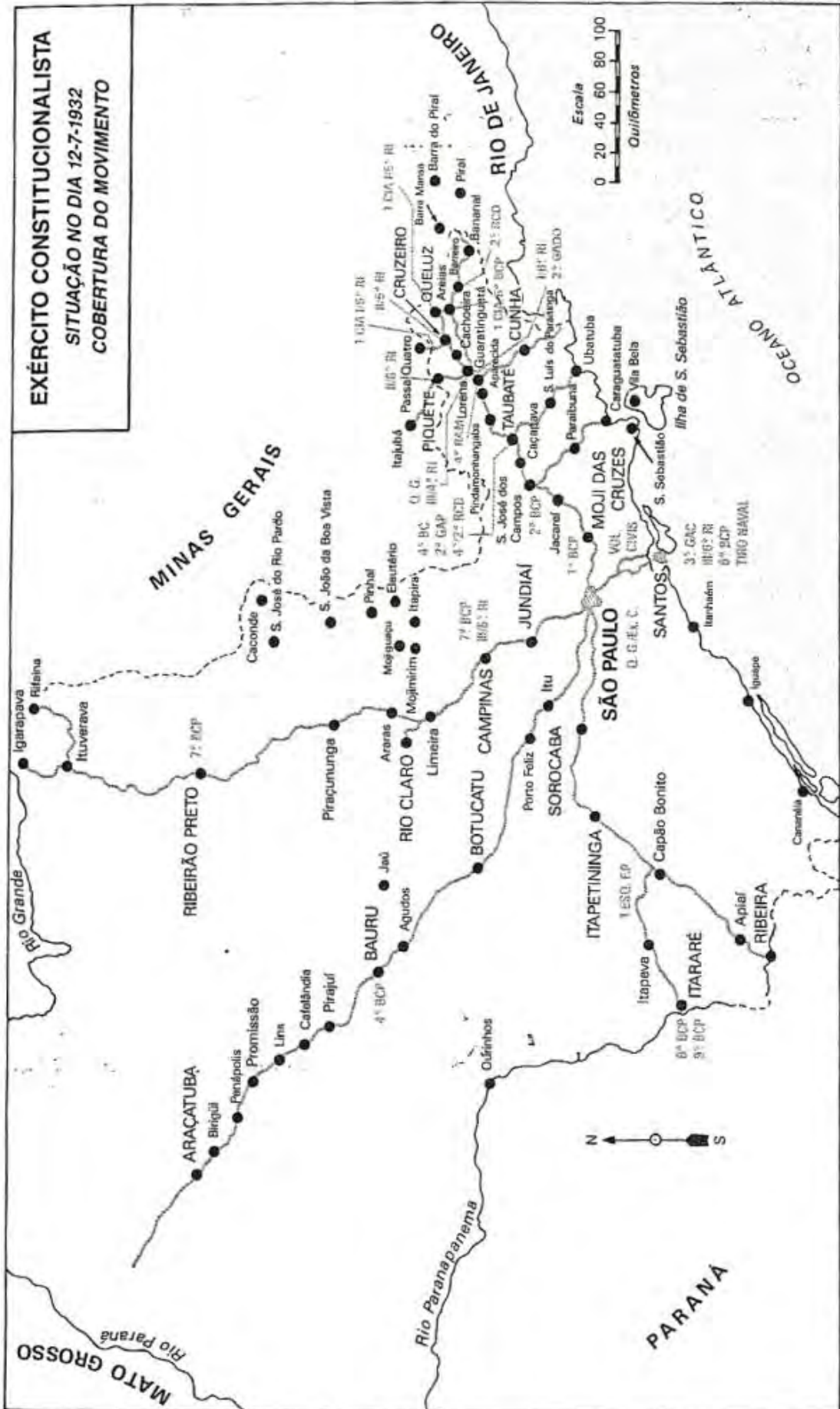
Cumprido destacar que o percurso da análise enfoca, inicialmente, a composição da retórica do comitê “revolucionário”, postulada pela propaganda em torno a imagem revolucionária e aos valores a ela associados, visando conquistar corações e mentes para a ação – nesta reflexão, ganham destaque os elementos vinculados a exaltação à paulistanidade. Em seguida, a atenção recai sobre a utilização orquestrada da propaganda, pelas lideranças do levante, no trabalho de organização da retaguarda dos enfrentamentos que envolveram os paulistas em todo o estado, direta ou indiretamente, nas disputas; e, por fim, examino as táticas da campanha publicitária veiculada diretamente no *front* e sua importância no decorrer

do combate, a ponto de contribuir, de modo oportunista, para o direcionamento dos rancores, necessidades e anseios populares na direção de um confronto mal preparado e militarmente fadado ao fracasso.

### ***2.1 – A paulistanidade como arma de combate***

Com o entrincheiramento estabelecido sob a coordenação política da FUP, tornou-se fator de grande relevância para ela a arregimentação de voluntários que dessem sustentação às atividades bélicas em curso. Esta demanda, já essencial na tentativa de combate a uma corporação militar superior, como era, em efetivos e armamentos, o Exército Nacional, segundo o próprio coronel Herculano de Carvalho Silva, comandante da Força Pública, converte-se, por vários motivos, na condição mais elementar para a continuidade da luta, sobretudo, quando se tem a confirmação das deserções de aliados decisivos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, ainda, do fracasso da almejada “revolução branca” que se resumiria ao assalto ao Governo Central, não devendo se estender por mais do que dez dias.

A fragilidade e o despreparo do Exército “Constitucionalista”, isolado em suas fronteiras, fica latente à medida que observamos, numa perspectiva comparativa, sua proporção em relação ao Exército Nacional. O mapa atinente à conformação das tropas em combate, no dia 12 de julho de 1932, demonstra a complexidade da tarefa imposta aos beligerantes (ver mapa abaixo):



Fonte: Euclides de Figueiredo, *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*, São Paulo, Livraria Martins Editora S.A., 1954. (croquis n.º 1.)



Como analisa Hernani Donato, a luta concentra-se em quatro zonas principais. A *Frente do Vale do Paraíba* (sub-setores do Vale, litoral e do sul de Minas), onde o exército governamental, sob o comando do general Góes Monteiro, realizou seu maior esforço; a *Frente Mineira* (estendida ao Rio Paraná, dividia-se nos setores de Ribeirão Preto, Guaxupé, Ouro Fino, Passa Quatro, Cruzeiro), drasticamente carente de meios e de efetivos por parte dos paulistas; a *Frente de Mato Grosso*, alvo de disputas também pelo contato com o exterior e a possibilidade de transações de armamentos; a *Frente Sul ou do Paraná*, que assistiu a duríssimas batalhas e ao avanço sonante do destacamento governamental; e a *Frente do Litoral*, almejando o predomínio sobre a costa e a região portuária de Santos.<sup>218</sup>

Para pelear em todas estas regiões, sobreleva Donato, “São Paulo terá alistado ao redor de 60.000 voluntários”,<sup>219</sup> enquanto “a mobilização do Governo Provisório alcançou alinhar cerca de 350.000 combatentes, gente do Exército, da Marinha, das Forças Públicas estaduais, de ‘provisórios’, ‘patriotas’ e outros”.<sup>220</sup>

O quadro abaixo, relativo especificamente a uma das frentes de luta, apresenta uma amostra bastante elucidativa do que era o embate de forças, no que diz respeito às condições materiais (ver quadro 3 abaixo):

QUADRO 3 – Efetivos e Material Bélico dos combatentes na Região Sul

	<i>Exército do Governo Provisório</i>	<i>Exército “Constitucionalista”</i>
<b>Comandante</b>	Gen. Waldomiro Castilho de Lima	General Taborda
<b>Bases do efetivo</b>	Regiões Militares (RS, SC e PR), Brigada (RS), Polícias (PE e MA) e Batalhões de Caçadores (PB).	2ª Região Militar, Força Pública, Grupo de soldados (MT) e voluntários civis.
<b>Efetivo aproximado</b>	20 mil homens	9 mil combatentes
<b>Artilharia pesada</b>	100 canhões de 105 m/m e 75 m/m	2 canhões de 37 m/m, 2 de 75 m/m e mais e 1 de 150 m/m
<b>Armas automáticas</b>	1 arma para cada 3 soldados	1 arma para cada 50 soldados

FONTE: DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

Apenas na região Sul, a diferença entre os efetivos superava dez mil homens em favor dos federais. Quanto à artilharia pesada, o contraste é ainda maior, pois, se o Exército

<sup>218</sup> DONATO, Hernani. **História da revolução constitucionalista de 1932: comemoração aos 70 anos do evento**. São Paulo: IBRASA, 2002. p.132-134.

<sup>219</sup> Idem, p.131.

<sup>220</sup> Idem, p.132. Informações detalhadas sobre a movimentação das tropas podem ser encontradas em: KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. RJ: scp, 1949-1953. 6v.; FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira. **Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Martins, 1954; SILVA, Hélio. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Governmental dispunha de quase cem canhões de 105 m/m e de 75 m/m, os “constitucionalistas”, nessa região, precisavam se sustentar com apenas cinco e de calibres inferiores.

Dessa forma,

as centenas de milhares de brasileiros envolvidos na luta confrontaram-se em 64 combates principais e em outros tantos de menor envergadura...

Alguns desses choques, Buri, Túnel, Eleutério, Vitorino Carmilo, travados segundo os ensinamentos clássicos das academias militares. Outros, nos campos sul-mato-grossenses e no pampa gaúcho, combatidos a cavalo, revólver e punhal como nos velhos dias caudilhescos...<sup>221</sup>

Embora na definição do general Klinger não se tenha verificado, na ocasião, manobras e táticas militares dignas de uma guerra de proporções mais significativas,<sup>222</sup> pelos dados listados permite-se aferir a esmagadora desvantagem de São Paulo no confronto e inferir a forma como a população das diversas cidades do estado é atingida pelos recuos forçados e o abandono de propriedades. Diante da diminuta chance de êxito em tal empreitada, depreende-se também que a insistência na integração da sociedade civil aos esforços de batalha, ao lado da busca obstinada pelo redirecionamento político-ideológico de aliados em outros estados, ocupa papel de destaque entre as estratégias do alto comando insurrecto paulista.

No plano social, os resultados desta atitude culminam, inicialmente, na confirmação do apoio total das elites de São Paulo que, em detrimento de suas divergências político-econômicas, se manifestam unidas em ocasiões diversas, como a própria *Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo*, mas, também, na opção por uma ampla movimentação publicitária que atinge e aglutina todos os meios de comunicação da época, a fim de convocar o restante da sociedade civil para suprir as deficiências bélicas diagnosticadas pelo comando beligerante e, ainda, abrir caminho rumo a *restauração do regime da lei* o que, em última instância, significaria a solução para as turbulências econômicas enfrentadas por São Paulo em inícios da década de 1930.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> DONATO, Hernani. **História da revolução constitucionalista de 1932: comemoração aos 70 anos do evento**. São Paulo: IBRASA, 2002. p.136-137.

<sup>222</sup> “*Não se pode, em rigor, falar em ‘dispositivo’ das tropas, inicialmente estabelecido, porque a não ser no Vale do Paraíba, nas demais fronteiras tudo ficou precaríssimo, como estava nos tempos de paz*”. KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p.283.

<sup>223</sup> Obviamente a motivação constitucionalista fazia parte dos anseios dos “revolucionários”, não obstante, a “guerra” desencadeia-se primordialmente pela “*defesa de São Paulo*”, que não teria outra justificativa a não ser a entrega do governo aos paulistas. Ora, quem assumiria o poder no estado senão a classe dominante, já que em

Esse movimento de opinião que ganha corpo, vinculado aos demais esforços de “guerra” e tendo à frente das articulações jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, se avoluma, compondo-se o quadro dos representantes da grande imprensa na conspiração pelos jornais: *A Gazeta*, *A Platéia*, *Correio de São Paulo*, *Diário de S. Paulo* e *Diário da Noite* (pertencentes à rede dos *Diários Associados*), *Diário Nacional* (órgão do PD), *Diário Popular*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *O Estado de S. Paulo*. Pelo rádio, que nos anos 1930 se consolidava gradativamente como o meio de comunicação com área de penetração mais ampla, destaca-se a atuação da *Rádio Sociedade Record*, propriedade de Paulo Machado de Carvalho,<sup>224</sup> ao lado da mais antiga Rádio Educadora Paulista e da Rádio Cruzeiro do Sul.

Simultaneamente a estruturação da propaganda e sua transformação em arma de combate em São Paulo – que, como ficou dito, idealizava espalhar a ação além fronteiras –, é notória a reação do Governo Provisório neste âmbito, sobretudo, por meio da utilização de instrumentos extremamente rigorosos como o estabelecimento da censura prévia aos órgãos da imprensa. Fora de São Paulo, portanto, o noticiário referente ao amotinamento passava pelo crivo do Chefe de Polícia e tinha como principal fonte de informação os comunicados oficiais por ele transmitidos, sob pena da proibição à circulação do jornal que infringisse as determinações. No Rio de Janeiro, por exemplo, onde a chefatura de polícia ficava a cargo do “tenente” João Alberto, dois jornais foram apreendidos ainda nos primeiros dias do movimento, instigando a uma crítica comedida do *Correio da Manhã* ao exagero na punição: “*Ora, se o governo tem a faculdade de exercer a censura prévia, é claro que não necessita de impedir a circulação de nenhum jornal. Nós protestamos contra isso*”.<sup>225</sup>

Além da censura prévia aos jornais, o Governo Provisório, ainda, estabeleceria o isolamento telefônico e telegráfico de São Paulo sob a argumentação de agir para evitar a

---

maio de 1932 ela desarticulava violentamente o movimento grevista e os principais opositores sociais? Sobre as relações entre a burguesia e os trabalhadores no período ver, entre outros, SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

<sup>224</sup> A partir de 9 de julho, a *Rádio Sociedade Record* torna-se o palco das manifestações proclamando o slogan “*São Paulo vencerá porque com ele vencerá o Brasil*”. Os *speakers* Nicolau Tuma, Renato Macedo, Licínio Neves destacam-se e César Ladeira é considerado “a voz da Revolução”, ao mesmo tempo em que o hino francês da guerra “Paris Belfort” se torna o cântico oficial do “movimento constitucionalista”. Já no dia 10 de julho a rádio interrompe a programação para dedicar-se exclusivamente a luta, transmitindo três boletins diários: À noite são transmitidos discursos de autoridades e das 2 às 4 horas da manhã, boletins retrospectivos. A emissora também distribui boletins mimeografados com o título “*Irradiação de ontem da Rádio Sociedade Record*”, trazendo resumos das notícias em troca de cigarros para a campanha do “Cigarro do Soldado”. Em 18 de julho, instala-se um enorme alto-falante Philco diante de sua sede, na Praça da República, para os paulistanos acompanharem o desenrolar dos acontecimentos. Informações citadas por PIRES, José Mauro Martins. **O Resgate da história do rádio paulista Am até anos 60**. São Paulo, 2000. Dissertação (mestrado em Comunicação). Unip, 2000 e TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou: Do Galena ao Digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

<sup>225</sup> *Correio da Manhã*, 12/07/1932.

perturbação do espírito público com supostos boatos levianos. Escaparia à “malha fina” apenas as emissões de ondas radiofônicas e a distribuição de panfletos de modo clandestino; ações que também eram praticadas pelos partidários do Governo Provisório em São Paulo. Por outro lado, na capital federal, o *Clube 3 de Outubro* trataria de reunir os aliados e simpatizantes da Revolução de 1930 na *Legião Cívica 5 de Julho*,<sup>226</sup> diligenciando para que se realizassem manifestações públicas em defesa dos ideais propalados pelo “tenentismo” e na repulsa a resistência paulista.

Nesta dimensão e considerando a produção historiográfica, como explicar o significado do levante de 1932, se os estudos insistem em reduzir a propaganda a um elemento inexpressivo no embate, ou até a afirmar que a mobilização popular foi espontânea? A questão assim colocada exige o aprofundamento das investigações, a fim de elucidar aspectos referenciais do discurso dos contemporâneos atinentes ao intercurso entre o embate bélico e os valores culturais da sociedade, pouco explorados e consolidados na memória histórica.

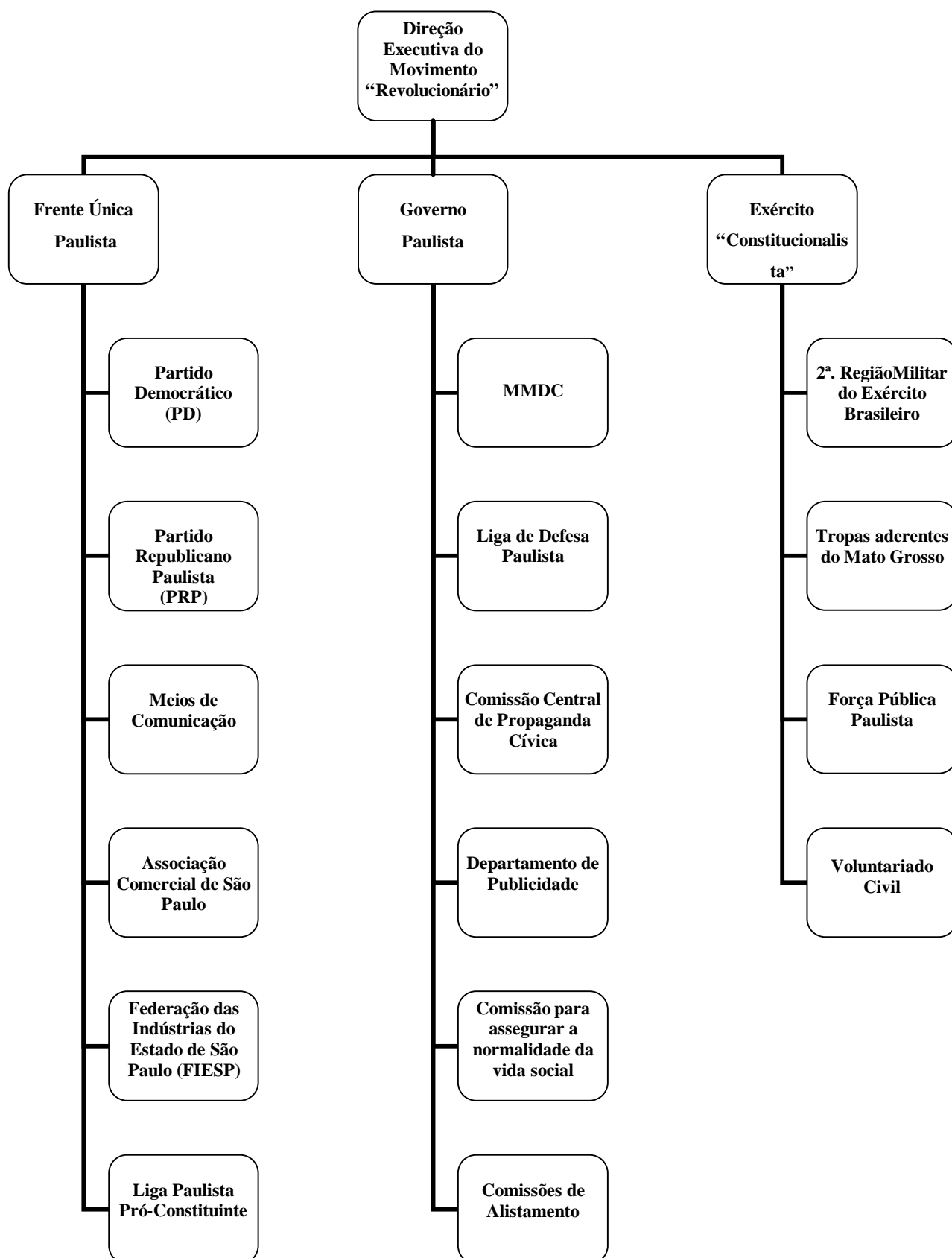
Analiso esse processo sob ótica diversa já que as fontes sinalizam no sentido de que a propaganda, valendo-se do simbólico, é um elemento valioso, embora não seja o único, nas relações de força que motivavam o debate público projetado no confronto de 1932. Afinal, se a movimentação publicitária não fosse importante, não se justificaria a preocupação do governo federal em isolá-la ou, ainda, as inúmeras iniciativas das entidades organizadoras paulistas, diretamente subordinadas ao comitê amotinado neste campo.

O organograma e o quadro 4 possibilitam uma visão panorâmica da indexação dos meios de comunicação de massa aos principais articuladores da sublevação, assim como distinguir quem eram esses homens e as instituições que dirigiam e que foram mobilizadas para a causa:

---

<sup>226</sup> A Legião Cívica 5 de julho compunha-se, sobretudo por membros do *Clube 3 de Outubro* e do Governo Provisório. No dia 16 de julho de 1932, de acordo com o jornal *Correio da Manhã*, essa agremiação teria reunido uma expressiva multidão em frente ao Teatro Municipal, a fim de ouvir os oradores sobre: “a necessidade inadiável de todos os bons brasileiros apoiarem fortemente o governo”. *Correio da Manhã*, 17/07/1932.

## Entidades organizadoras centrais do levante paulista de 1932



QUADRO 4 – Principais lideranças do Levante Paulista de 1932.

Nome	Função nos esforços de “guerra”
Pedro de Toledo	Governador de São Paulo durante o levante
General Bertholdo Klinger	“Direção executiva do movimento revolucionário”
General Isidoro Dias Lopes	“Direção executiva do movimento revolucionário”
Francisco Morato	“Direção executiva do movimento revolucionário”
Antonio de Pádua Salles	“Direção executiva do movimento revolucionário”
Paulo de Moraes Barros	Secretário da Fazenda no Governo Paulista
Francisco da Cunha Junqueira	Secretário da Agricultura no Governo Paulista
José Rodrigues Alves Sobrinho	Secretário da Educação e Saúde Pública no último Governo Paulista. Diretor das <i>Bandeiras Cívicas</i>
Francisco Egídio da Fonseca Teles	Secretário da Viação no Governo Paulista
Waldemar Ferreira	Secretário da Justiça no Governo Paulista
Tirso Martins	Chefe de Polícia no Governo Paulista
Goffredo da Silva Telles	Prefeito Municipal no Governo Paulista
Joaquim Antônio Sampaio Vidal	Diretor Departamento Municipal Governo Paulista
Júlio de Mesquita Filho	Membro da comissão de alistamento do interior e articulador da aliança beligerante
Coronel Herculano Silva	Comandante da Força Pública paulista
General J. L Pereira de Vasconcelos	Comandante da 2ª. Região Militar durante o levante
Capitão Pietcher	Comandante geral da MMDC
Carlos de Sousa Nazareth	Chefe do setor de abastecimento das tropas MMDC e membro do conselho consultivo da LDP
Antônio Carlos Pacheco e Silva	Chefe do setor de transportes da MMDC
Brenno Ferraz	Chefe do setor de propaganda da MMDC e da LDP
Galeno de Revoredo	Superintendente dos Serviços Auxiliares de Saúde
Roberto Simonsen	Presidente da Federação das Indústrias e do Serviço de Cadastro e Mobilização Industrial
Armando de Salles Oliveira	Comissão de Solução dos Problemas Sociais
Francisco de Salles V. de Azevedo	Dirigente geral da LDP
Roberto Victor Cordeiro	Presidente da Liga Pró-Constituinte e membro LDP
Plínio Barreto	Presidente da comissão central de propaganda cívica
Fernando Costa	Membro da comissão central de propaganda cívica
Paulo Duarte	Membro da comissão central de propaganda cívica
Aureliano Leite	Membro da comissão de alistamento da capital
Sylvio de Campos	Membro da comissão de alistamento da capital
Prudente de Moraes Netto	Membro da comissão de alistamento da capital
Cesário Coimbra	Membro da comissão de alistamento do interior
Tenente-Coronel O Vilabela e Silva	Chefe do Estado-Maior das Forças em Operações
Coronel Euclides Figueiredo	Comandante da 2ª. Divisão Infantaria Operações
Guilherme de Almeida	Membro do Conselho Consultivo da LDP
Luís Américo de Freitas	Presidente do Instituto do Café
José Maria Whitaker	Presidente da “Campanha do Ouro”

FONTE: *O Estado de São Paulo* – julho de 1932; SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934.** Londrina: Ed. UEL, 1999. p.37.

É nítida, por conseguinte, no organograma e no quadro 4, a inserção estratégica da propaganda entre os beligerantes, atuando, principalmente, como caixa de ressonância para as idéias do comitê insurrecto. No primeiro momento, a tarefa se restringe a conquistar a “opinião pública”, unindo-se às insatisfações de políticos e *classes conservadoras*, reunidas na FUP, missão que, entretanto, ganha novo *status* durante a luta, ao se tornar responsável pela mobilização popular. A partir de então, os grandes meios de comunicação se subordinam ao comando “revolucionário”, culminando na criação de programas de rádio, jornal e propaganda, cujo ponto de intersecção mais destacado é a Comissão Central de Propaganda Cívica, ao reunir políticos, comerciantes, agricultores, intelectuais e jornalistas, entre outros.

Ademais, o caráter excludente da campanha é sensível nesta amostragem em que não figuram operários ou sindicalistas, mas, apenas a alta sociedade do estado e seu braço armado. É ela, como se observa no quadro 4, a despeito das preocupações democráticas e sociabilizadoras, aludidas pela historiografia,<sup>227</sup> que predomina unida nos principais postos de comando do levante e dirige o curso da resistência, em detrimento ao *entusiasmado povo de São Paulo*, relegado ao voluntariado de menor relevância.

A veiculação massiva das idéias do comitê “rebelde” expõe com eloquência a condição beligerante assumida pelos meios de comunicação. Valendo-se do estímulo ao conceito de que o combate pela Constituição era um dever cívico dos paulistas pelo Brasil, como se detecta pela fala dos principais articuladores da insubordinação, a retórica veiculada na propaganda perpetrada em São Paulo, notoriamente com maior alarde que nos meses anteriores, recuperava de modo reiterado a tradição regional do estado – cuja aproximação mais significativa advinha da LDP, que, aliás, coordenava a campanha “constitucionalista” –, classificando-o como predestinado a redenção da pátria. Pertencer à terra de Piratininga, o principal pólo de desenvolvimento econômico da América do Sul, era um motivo de orgulho que, em troca, exigia a comprovação da dignidade e vigor do legítimo bandeirante.<sup>228</sup>

<sup>227</sup> Principalmente, DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999; PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004 e VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

<sup>228</sup> Classificar a paulistanidade como instrumento ideológico, entretanto, não significa considerá-la, exclusivamente, um ideal abstrato que acrescenta o ilusório à realidade social, em favor das disputas econômicas, como alerta Chauí. CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. De fato, em 1932 São Paulo já nutria um grande desenvolvimento material, que serviria como base para as formulações discursivas proselitistas. A indústria era um desses pilares, nos dizeres de Warren Dean: “*a economia regional de São Paulo foi-se tornando cada vez maior. Por volta de 1920, substituíra a área do Rio de Janeiro e da capital federal como o centro industrial mais importante do Brasil. No correr da década de 1940 possuía o Estado, indubitavelmente, a maior aglomeração de capacidade manufatureira em toda a América Latina*”. DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.20.

Esta era uma base importante sobre a qual se sustentava o discurso proselitista, sendo largamente difundida na arregimentação de combatentes, seja por meio da grande imprensa ou mesmo em pequenos textos distribuídos anonimamente. Em um folheto intitulado *SÃO PAULO: sua terra e sua gente*, atribuído estrategicamente a um cidadão carioca não identificado, que teria exercido o cargo de prefeito no interior do estado, exaltava-se a superioridade tanto do território, fruto de um processo histórico excepcional, iniciado pelo clima e o solo encontrados pelos primeiros povoadores, quanto da população paulista, de soberbo e esplêndido gênio empreendedor. O autor ufana-se com a exaltação da “modernidade” e grandeza de São Paulo, comparando-a a outros estados, com vistas a demonstrar quem, de fato, deveria governar a nação e não poderia permanecer subjugado. Elogiando o presente insere, também, no discurso a contribuição da imigração que ocorrera à região em profusão nos séculos XIX e XX, sem, contudo, negar a importância da tradição.<sup>229</sup>

O culto aos valores, mitos, heróis e símbolos que compunham a identidade paulista continha, assim, a intenção nítida de tornar sensível a materialidade das tradições de São Paulo e, ainda, transpô-las para o tempo vivido, orientando sobre a possibilidade de se realizar novos feitos de semelhante envergadura. Nesse sentido, a busca por heróis contemporâneos, capazes de ligar o passado e o presente, o visível e o invisível, legitimando a “nova cruzada” – desta vez pela Constituição – é clara. Atletas de futebol e de outros esportes, artistas e músicos de prestígio que aderem ao movimento recebem divulgação notória. O apoio de nenhum deles, entretanto, foi mais incensado que o de Santos Dumont. Sintomaticamente, em 14 de julho, o comitê “revolucionário” pediu ao proeminente brasileiro, que estava adoentado em São Paulo, para que escrevesse uma mensagem reivindicando o retorno do país à ordem constitucional e, logo no dia seguinte, o texto era divulgado massivamente por todos os meios de comunicação. No dia 23 de julho, após a morte de Dumont, a mensagem ganharia repercussão e prestígio ainda maior.

Como se sabe, Santos Dumont destacou-se como uma personagem ilustre por suas grandes invenções tecnológicas – da mesma forma que São Paulo por sua *tradição* e *modernidade* – e, provavelmente, por isso a força de suas palavras já teria boa aceitação entre os cidadãos, confirmando a legitimidade do levante. Não obstante, para garantir o poder de persuasão, o tema da Constituição é transformado em seu último apelo, como se fosse a batalha derradeira de um herói por sua pátria. No panfleto, antes das palavras finais de Dumont, é apenso o seguinte comentário: “*Último apelo de SANTOS-DUMONT aos seus*

---

<sup>229</sup> *SÃO PAULO: Sua Terra e sua Gente*. Rio de Janeiro: Folheto anônimo, 1932. p.3.



*patrícios, pela volta da pátria brasileira ao regime legal, pouco antes de profundamente acabrunhado exhalar o seu último suspiro”.*<sup>230</sup>

Em seguida, vem o desejo pouco menos entusiasmado do missivista pela constitucionalização: “... os problemas da ordem política e econômica que ora se debatem, somente dentro da lei magna poderão ser resolvidos, de forma a conduzir a nossa Pátria á superior finalidade dos seus altos mistérios”.<sup>231</sup>



Imagem 5: Carta de Santos Dumont pela Constituição. Folha volante. SP, 1932

Destaque-se que o tema da Constituição, apresentada como sinônima de liberdade, também é um elemento significativo da retórica “revolucionária”, pois, de certo modo,

<sup>230</sup> *ÚLTIMO* Apelo de Santos-Dumont aos seus Patrícios. São Paulo, 14/07/1932.

<sup>231</sup> Idem.

contraposto à constitucionalização estaria o inimigo da lei, da ordem, da justiça e da paz, contra o qual seria preciso lutar, como fariam os heróis do passado. Negligencia-se, contudo, no anúncio, que o processo de formação da Assembléia Constituinte já estava em progresso e com data marcada para o ano seguinte.

Diante de tão elevada missão, não demoraria a surgir novos heróis mártires de São Paulo, laureados pela propaganda. Este foi o caso do voluntário Fernão Moraes Salles, do Batalhão Paes Leme, que morreu num combate em Pouso Alegre a 21 de julho e teve o caso amplamente repercutido pelos meios de comunicação “constitucionalistas”.

Morto na *defesa de São Paulo*, o *soldado-herói* foi elevado a exemplo de conduta para os demais jovens, que, segundo *O Estado de S. Paulo*, deveriam se alistar imediatamente nos batalhões da peleja e, se preciso, doar o próprio sangue pelo estado, como apontam os versos em sua homenagem, tornados folhas volantes:

Fernão Salles, dorme em paz  
 Nas brancas azas da Glória  
 Na saudade de teus paes  
 E nas páginas da história. (...)  
 Tiveste morte sublime,  
 Paulista herói e gigante!  
 Numa peleja que exprime  
 O valor de um bandeirante.<sup>232</sup>

Essa mobilização intentada também assume caráter autoritário, ao supor a adesão irrestrita e imediata da população aos esforços de combate, seja no voluntariado engajado no *front* ou nos trabalhos indispensáveis da retaguarda. Qualquer hesitação no cumprimento deste dever ou, pior, a oposição à campanha beligerante implicaria em classificações pejorativas em níveis variáveis, estendendo-se de boateiro e mentiroso a traidor dos ideais sagrados. Os rumores e as falsas notícias espalhadas perturbavam até mesmo os próprios soldados, permitindo-se aventar a hipótese de que não eram tão poucas as vozes discordantes ao discurso oficial que se projetava.

Em São Paulo, no dia 17 de setembro, por exemplo, foi publicado um texto do soldado Romeu Pinto, do 4º Batalhão “Florian Peixoto”, intitulado *Escuta, aqui!!!*, no qual o boateiro, em comparação com o soldado “constitucionalista”, é descrito como um medroso que preferiu ficar no conforto de seu lar a enfileirar-se na luta pela lei de que também necessitava. O *traidor de São Paulo* ainda teria como atributo o mau hábito de difundir

---

<sup>232</sup> *HOMENAGEM a um Herói Paulista*. s.1, Tipografia Papelaria Paupério, 1932.

notícias falaciosas com intuito exclusivo de levar o desespero aos familiares dos voluntários em armas.

O autor sobreleva, diante da covardia: “*Fica em casa. Não saias ahi pelas ruas, pelas praças, por toda a parte, a pregar petas ao próximo e dizer tremendo que tudo ‘está preto, que morreram 50 mil, um milhão’ e outros absurdos que só podem nascer no teu e nos cérebros dos teus companheiros de medo!*”.<sup>233</sup>

O clima de tensão criado pelo levante e fomentado pelos meios de comunicação de massa estampava patamares surpreendentes pela sociedade, reverberando, no caso dos “derrotistas”, em soluções radicais como a reclusão, conforme se visualiza no cartaz abaixo, afixado pelas cidades paulistas:



Imagem 6: *O BOATEIRO é inimigo da pátria...* Cartaz 1932.

Representado em meio às sombras, como alguém que teme a claridade e o prevalecimento da verdade, o boateiro também é associado ao adversário dos tradicionais laços familiares e da simbolicamente relevante pátria. Há, claramente, uma inversão da realidade, com vistas a impedir violentamente a oposição ao chamado proselitista.

<sup>233</sup> PINTO, Romeu (soldado). *Escuta Aqui!* São Paulo, 17/09/1932.

Se a retórica persuasiva erige a paulistanidade como foco central, insistindo em ligar a tradição do passado regional ao presente, pela instituição de novos heróis e por meio da intimidação às discordâncias internas, naturalmente, faz parte desta propaganda “revolucionária” a construção gradativa de uma imagem estereotipada do adversário a ser batido. Nesse ínterim, ganha destaque a indisfarçável tentativa de explorar as responsabilidades dos membros do “tenentismo” e de Getúlio Vargas pelas dificuldades enfrentadas pelos paulistas após a crise econômica de 1929 e o degradingolamento da cafeicultura. Pela lógica da argumentação publicamente defendida, São Paulo era há tempos o primor da civilização brasileira, tomá-lo como *presa de guerra*, como fizera o governo federal ao impedir que os membros do estado decidissem sobre seu próprio rumo, representaria, simbolicamente, o maior dos *casus belli*.

Em meio à campanha publicitária, portanto, o ataque ao Governo Provisório e ao “tenentismo” foi uma arma utilizada repetidas vezes, especialmente por meio de críticas personalizadas contra os *inimigos de São Paulo*. Não se tratava de desqualificar a Revolução de 1930, da qual, em grande medida, fizeram parte, mas de acertar as contas com “*aqueles que a atraçoaram, mudando seus rumos*”.<sup>234</sup> Desse modo, os membros do *Clube 3 de Outubro* foram os maiores perseguidos a exemplo do “tenente”, ex-interventor, João Alberto, descrito como causador de intriga e ainda acusado de querer retomar o agradável posto na interventoria paulista que lhe havia sido tirado em 1931. Contra ele, um folheto em versos, intitulado *A Volta do Tenente* e assinado por Judá Ribeiro da Luz, conclamava a população a reagir militarmente:

Agora, quer outra vez  
 Voltar de onde saíu? ...  
 Ao lado meu queiram vir  
 Num batalhão para guerra  
 Vamos todos reunir  
 Para com toda essa gente  
 Dessa São Paulo querida,  
 Irmos, firmes, na frente  
 Na cata de um atrevido,  
 Que, lá de longe acuado,  
 Rosnando, sointillam os dentes  
 Por ver-se, em breve, levado  
 Pr’avenida Tiradentes.<sup>235</sup>

<sup>234</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13/07/1932.

<sup>235</sup> LUZ, Judá Ribeiro da. *A Volta do Tenente*, 1932.

A perseguição contra esses militares “estrangeiros”, classificados como atrevidos, prosseguia na desmoralização do general Waldomiro Castilho de Lima, comandante das tropas do Governo Provisório na Região Sul, que também teve sua ficha comercial e moral contestada nos meios de comunicação.<sup>236</sup> O general, supostamente comerciante no Distrito Federal e participante de uma firma falida, teria sido acusado de desvio de bens da mesma, tendo, conseqüentemente, sua prisão solicitada por um advogado da empresa.

A argumentação contra o “tenentismo” e seu poder passa pelo entendimento de que eles teriam ocupado militarmente São Paulo, ao assumir arbitrariamente a interventoria em 1930. Em decorrência da instabilidade política, social e econômica do período, não seria difícil encontrar munições contra sua administração em São Paulo, sobretudo, se considerarmos a rivalidade com o PD – um dos articuladores do confronto – nas disputas pela interventoria.

Em âmbito geral, a crítica aos *traidores de 1930* recaía incisivamente sobre a figura do Governo Provisório, instigando o povo a combatê-lo. A extensão da campanha pode ser verificada na proclamação intitulada *Maldito Sejas*, na qual Getúlio Vargas foi representado como o mal que precisava ser combatido para que as forças do bem – que obviamente seriam os paulistas – prevalecessem. No texto, Vargas é descrito como o *rei dos traidores*, superando Judas, traidor de Cristo, Nero, que incendiou Roma, e igualando-se a Satã, contra os quais deveriam ser proclamadas as seguintes palavras:

MALDITO sejas até a última geração.  
MALDITO sejas homem por fora, Satan por dentro ...  
MALDITA seja a hora do teu nascimento e bendita a hora da tua morte, que livrará a humanidade de teu contágio perigoso.<sup>237</sup>

Até as crianças deveriam amaldiçoar o “ditador”:

As creanças paulistas devem decorar e repetir esta quadra:  
Sobre ti, rei dos traidores,  
Desça, Deus, a maldição;  
Que tenha, em vez de flores,  
Só braças em teu caixão.<sup>238</sup>

No campo da representação negativa daqueles que *traíram a terra dos bandeirantes*, a própria ação da Marinha contra as forças amotinadas é considerada uma

<sup>236</sup> FICHA *Commercial e Moral do general Waldomiro Lima*. São Paulo: panfleto anônimo, 1932.

<sup>237</sup> MALDITO *Sejas*. Boletim anônimo distribuído no Rio de Janeiro, 1932.

<sup>238</sup> Idem.

afronta, repreendida em uma proposta de conferência atribuída a um suposto oficial dos mais graduados da Armada Nacional.<sup>239</sup>

No texto, o suposto oficial critica a atitude de sua corporação ao lutar contra *São Paulo* por dois motivos principais: 1º) “*Os canhões dos vasos de guerra são creados para atirar do lado do mar; não para o coração da pátria*”. 2º) O movimento revolucionário de São Paulo e Mato Grosso assume enorme importância na federação, pois “*O Estado de São Paulo, por si só, representa a síntese, da economia e da cultura mental do Brasil*”.<sup>240</sup> O autor conclui a argumentação enfatizando detalhadamente a grandeza de São Paulo pelo desenvolvimento dos transportes, da eletricidade e de todo o setor produtivo do estado que, com suas avantajadas contribuições para as rendas federais, são motivos de ufanismo para os paulistas e para a pátria e, conseqüentemente, não poderiam ser atacados pelo governo federal.

A envergadura desse discurso proselitista era ampla, sobressaindo também no campo da arte, como lembra André Toral:

O aspecto propagandístico desse material se fazia numa linguagem naturalística de origem acadêmica, na qual a imagem, seja ela pintura, charge, caricatura, ou fotografia, estava a serviço das idéias que pretendia transmitir. Tal consideração é importante porque ... estabelece um padrão de representação do real que fica, entre uma concepção estética funcionalista e uma concepção naturalista. É bonito o que é útil ao movimento, e é bonito aquilo que representa uma cópia fiel da realidade. Enquanto o meio artístico internacional reflete uma arte marcada pelo realismo e pela preocupação social, a propaganda política utilizava-se das idealizações neoclássicas acadêmicas, tão ao gosto de regimes imperiais e conservadores desde o início do século XIX, como mostram as alegorias de Oscar P. da Silva, por exemplo, sobre a campanha do Ouro para o bem de São Paulo.<sup>241</sup>

Essa exaltação ao espírito cívico paulista, divulgada nas rádios, jornais, panfletos e na arte, portanto, deve ser vista como um indicativo da importância conferida ao simbólico pelos contemporâneos e, por conseqüência, da propaganda na arregimentação de voluntários. Ainda que houvesse camadas de insatisfações, a desigualdade material entre os exércitos, decorrente de alianças mal articuladas, impunha a abnegação extrema para sustentar o confronto e impedir que a realidade da luta demovesse os combatentes.

<sup>239</sup> *A ATITUDE da Marinha*. Rio de Janeiro: Folheto impresso anônimo, 1932.

<sup>240</sup> *Idem*, p.4.

<sup>241</sup> TORAL, André. A imagem Paulista do Caipira ao Bandeirante. In: CAMARGO, Ana M. de Almeida (org). **São Paulo, Uma Longa História**. São Paulo: CIEE, 2004. p.87.

Dessa forma, a reiterada insistência na paulistanidade não era meramente casual. Sem dúvida, no apelo ao enredo regional são perceptíveis acentuados traços de continuidade com a construção de tradições abertas no passado, sobretudo a partir do final do século XIX, quando se torna obsessiva a busca pela afirmação de uma identidade gloriosa paulista em âmbito interno e com vistas a espalhar-se nacionalmente. Segundo Antônio Celso Ferreira,<sup>242</sup> o núcleo elaborador desta criação é composto pela união fecunda entre história e literatura, no ponto em que se adota o modelo épico de representação do passado regional pelos letrados paulistas.

O marco inicial da criação remete a 1870, com os primeiros textos eloqüentes relativos ao bandeirante, “esgotando-se” apenas na década de 1940, em meio ao advento da universidade e dos estudiosos ligados a ela, não sem antes perpassar a intelectualidade de São Paulo e ser propagado por instituições e atividades públicas, como as celebrações do *Centenário da Independência*, em 1922. É representativa do universo analisado pelo autor, a produção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Paulista de Letras, assim como dos renovadores intelectuais modernistas que, sob a aparência de ruptura, erigiam a metrópole paulista como sinônimo de modernidade para o país.

Esse sentimento preexistente ajuda a entender a persistência da propaganda “constitucionalista” nos valores regionais e, também, a adesão da população ao chamado, afinal, 1932, para os contemporâneos, seria simbolicamente o ápice da trajetória triunfalista de São Paulo, a extremos de empunhar armas e martirizar-se pela liberdade da nação, em mãos impuras. Se não fosse assim, como explicar, por exemplo, mesmo diante da argúcia do fotógrafo e das seleções envolvidas na imagem, a formação de simbólicos batalhões infantis (ver fotografia abaixo) que em momentos mais exacerbados carregavam faixas proclamando, com eloqüência admirável, que “*Se for preciso nós também iremos ao ‘front’?*”

---

<sup>242</sup> FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002.





**Imagem 7** – Desfile de batalhões infantis em 1932. MARTINS, J. B. **Álbum de Família: 1932**. SP: Martins, 1954.

O superdimensionamento da epopéia bandeirante levou a historiografia ao equívoco interpretativo de acreditar que o amotinamento partia da população, insatisfeita com o tratamento dado pelo governo federal a São Paulo, quando a hipótese que parece mais provável é a de que o comando dos insurrectos estimulou estas insatisfações e os valores preexistentes no imaginário popular para canalizá-los em favor da resistência armada. Sinaliza neste sentido a inexistência de representantes populares nos cargos diretivos do levante, como visto antes.

## ***2.2 – A Estrutura Proselitista dos Insurrectos***

Se, o mais notável fundamento da propaganda paulista estava alicerçado no imaginário regional, saltando a vista os laços destinados a vincular o levante de 1932 à tradição oficial de São Paulo – criada a partir das últimas décadas do século XIX –, a argumentação relativa ao apoio consensual da sociedade ao confronto, cara ao proselitismo propagado nos estados fronteiriços, só se tornou possível por meio da articulação perspicaz das diversas classes sociais, capitaneada pelos grupos que compunham a FUP. São eles que, em primeiro lugar, consolidam o Governo estadual beligerante, aglutinando o restante dos políticos, comerciantes, e industriais na batalha e, em seguida, promovem esforços na difusão



da causa para todo o estado, organizando, em simultaneidade, os combates e a retaguarda do *front*.

Aclamado o Governo Paulista, sob a coordenação política do aderente a conspiração Pedro de Toledo, descortina-se a fase seguinte da pugna, pautada pela legitimação das lideranças insurrectas e a constituição apressurada de comissões e departamentos organizadores do levante.<sup>243</sup> Sobressai nessa etapa, pela importância e pelo carácter em certa medida curioso, a investidura da “Direcção Executiva Superior do Movimento Revolucionário Nacional”, em 13 de julho, na qual Pedro de Toledo, Francisco Morato (PD) e Antonio de Pádua Salles (PRP), na condição de delegados da FUP, nomeiam os generais Isidoro Dias Lopes e Klinger aos cargos superiores do levante, benefício que lhes é retribuído pelos generais, no pedido formal de colaboração a Francisco Morato e Pádua Salles à direcção executiva – por estes quatro singularizada, sob a coordenação de Pedro de Toledo.<sup>244</sup>

Essa movimentação não para por aí. O secretariado do Governo Beligerante, valendo-se da projeção social e económica dos homens que o compõe, empenha-se na conjugação de forças com a burguesia industrial, partícipe da conspiração,<sup>245</sup> traduzindo-se tal intento na realização de reuniões na Secretaria da Agricultura, da Fazenda e da Educação e, ainda, na visita do governador e do prefeito municipal à sede das indústrias e da Associação Comercial de São Paulo. Os objetivos das negociações encaminhadas pelo Governo Paulista eram contribuir para o sucesso da movimentação bélica, como tem assinalado reiteradamente a historiografia,<sup>246</sup> mas, em igual proporção, responder ao emparedamento a que o estado é submetido, isolado no transporte de pessoas, comunicações e, sobretudo, nas relações comerciais de importação e exportação, portuárias e rodoviárias, que ficaram completamente suspensas. Nessa conjuntura, paralisar internamente a produção e o comércio de gêneros de primeira necessidade significaria abrir margem à ameaçadora hipótese da desordem social. De

---

<sup>243</sup> Alfredo Ellis Junior classifica a demora da FUP em organizar as comissões de sustentação e preparo do combates como uma das causas centrais da derrota de São Paulo. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933.

<sup>244</sup> *O Estado de S. Paulo*, 14/07/1932.

<sup>245</sup> Quanto à participação dos industriais no período conspiratório, segundo Warren Dean, “*Simonsen escreveu cinco anos depois que não tivera qualquer papel ‘de alguma significação’ no seu planeamento. As ‘circulares’ do CIFTSP em maio e junho continham misteriosos convites para reuniões em que seriam discutidos ‘assuntos delicados e confidenciais’*”. DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.208.

<sup>246</sup> DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p.126-137; PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o carácter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.130-142.

outra parte, o isolamento e a carestia materiais produzidos em outras regiões<sup>247</sup> impunha a doação total paulista na batalha, mesmo porque durante o enfrentamento as condições de sensibilização são diferentes dos tempos rotineiros.

Assim, à Secretaria da Agricultura, sob o comando de Francisco da Cunha Junqueira, caberia zelar pelo fornecimento de gêneros de primeira necessidade à população e da respectiva fiscalização desse serviço, coibindo o aumento abusivo dos preços. Para levar a efeito sua tarefa na viabilização do confronto bélico, o secretário traz a seu gabinete o prefeito municipal, Goffredo da Silva Telles, o presidente da Associação Comercial, Carlos de Souza Nazareth, o presidente do Instituto de Engenharia, Alfredo E. Filho, e outros representantes de classe, deliberando a indicação de José Vergueiro Steidel para o cargo estratégico de Intendente Geral dos Mercados.

Enquanto Francisco da Cunha Junqueira geria o abastecimento público, na Secretaria da Fazenda a preocupação recaía sobre os transtornos não menos significativos emergentes no sistema bancário, dependente das filiais do Banco do Brasil em São Paulo, que estavam paralisadas pelo rompimento das relações com o Governo Provisório. Diante do desarranjo financeiro anunciado, que poderia por em risco a organização da sublevação na retaguarda, a solução é preconizada por José Maria Whitaker, do *Banco Commercial do Estado de S. Paulo*, na emissão de um bônus que suprisse os déficits ocasionados pela anormalidade.

No ramo industrial, a aliança entre o Governo Paulista e as *classes conservadoras* tem como alvo fixar os estoques de matérias-primas destinadas às fábricas, estabelecendo ainda os limites de preços das mesmas, o que, certamente, visava garantir a continuidade da produção de artefatos indispensáveis ao consumo interno e, também, impedir a vadiagem de grupos populares de trabalhadores. Concorre para esse fim, a presença de Goffredo da Silva Telles, prefeito municipal, na Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (FIESP), sendo recebido por Roberto Simonsen e pelos líderes industriais, os quais correspondem entusiasmadamente ao apelo do Governo.

Simonsen, embora apareça pouco mencionado na imprensa durante o levante, assim como Armando de Salles Oliveira, ambos envolvidos na fundação do IDORT, exerce função capital na sublevação. De acordo com o general Klinger, era ele que, paciente e

---

<sup>247</sup> “Grandes estoques de café de baixa qualidade, excedentes da grande crise, foram queimados para substituir o carvão nas caldeiras; carros foram adaptados para rodar com motor a gasôênio...”. PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta**: o caráter nacional de um movimento democrático. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.132.

incansavelmente, estabelecia a ligação da indústria com o comando militar. Além disso, assumia tarefas importantes, tanto na organização dos industriais, quanto nas comissões criadas para a administração de São Paulo insurrecto.<sup>248</sup>

José Alfredo Vidigal Pontes classifica sua atuação como decisiva, a fim de, recém, investido na presidência do Conselho Consultivo da Federação, abortar “*eventuais paralisações cogitadas por empresários inseguros quanto ao pagamento das encomendas militares dos revolucionários*”.<sup>249</sup>

Já Armando de Salles Oliveira participou do esforço de mobilização da população:

integrando uma comissão do setor de abastecimento da cidade de São Paulo. A finalidade dessa comissão era ‘indicar ao governo, de acordo com as classes interessadas, as providências para se garantir o abastecimento regular da população, das indústrias e dos serviços públicos, e indicar as medidas a serem tomadas para se restabelecer o comércio de importação e exportação e o mercado de câmbio.’<sup>250</sup>

Desenvolvia, ainda, outras atividades como elemento de ligação entre os beligerantes e o comércio e a indústria do estado.

Por conseguinte, a questão da estabilidade da vida no estado ainda evoluiu, atingindo a criação de um departamento incumbido de encaminhar e coordenar o estudo de todas as medidas de caráter civil, necessárias para que não se alterasse a normalidade das condições sociais em São Paulo, podendo a mesma se segmentar em quantas subcomissões fosse necessário.

O resultado desse processo é surpreendente, culminando na adesão em diferenciados níveis das *classes conservadoras*, seja na almejada organização das comissões para assegurar a normalidade, seja no incentivo aos empregados para o ingresso nos batalhões de voluntários ou, ainda, na criação espontânea de departamentos mantenedores da peleja.

<sup>248</sup> KLINGER, Bertholdo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 122.

<sup>249</sup> PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.131.

<sup>250</sup> ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.5176.

QUADRO 5 – Departamentos organizados pela Associação Comercial no levante de 1932.

<b>Departamento</b>	<b>Integrantes</b>
I - Comissão incumbida de assegurar a normalidade da vida no Estado	Antônio Carlos de Assumpção, Corinθο Goulart, Armando de Salles Oliveira, Aldo Mário de Azevedo, Alcebíades de Oliveira, Samuel Augusto de Toledo, Luís Nazareno Teixeira de Assumpção e Gastão Vidigal.
II – Direção geral do serviço de recebimento e distribuição de ofertas e donativos para o movimento.	Benedicto Sant’Anna (diretor geral), Alfredo da Silva Carmo (secretário), Otaviano Canellas (chefe da secretaria).
II – a) Depto. Donativos em dinheiro	José Monteiro (dir.), C. Montesano (contador)
II – b) Depto. donativos mercadorias	Corinθο Goulart (diretor).
II – c) Departamento central de ofertas de serviços pessoais	Vivaldo Coaracy (diretor).
II – d) Departamento central de ofertas de armazéns, veículos e utensílios por empréstimo	Henrique P. Ribeiro (diretor).
II – e) Departamento de fiscalização do recebimento de donativos	Francisco Pires de Castro (diretor).
II – f) Comissão distribuidora das mercadorias doadas que não forem utilizáveis pela Milícia Civil	Corinθο Goulart, José Ermírio de Moraes, Arlindo Camargo Pacheco e padre Gastão Liberal Pinto.
III – Serviço de requisições e compras do MMDC	Corinθο Goulart (diretor).
IV – Comissão de donativos da Associação Comercial de São Paulo	Adriano de Barros, Feliciano Lebre de Mello, Alfredo Aranha de Miranda, Benedicto Servulo Sant’Anna, José Monteiro Pinheiro, João Baptista de Almeida, Antônio Gonçalves e Pedro de Assis Oliveira.
V – Depto. auxiliar de serviço de alistamento nos batalhões civis	Alfredo Aranha de Miranda
VI – Depto. de Informações sobre os serviços auxiliares de guerra	Alfredo da Silva Carmo, Antônio Lopes da Costa.
VII – Departamento de reclamações sobre requisições militares	Mário C. de Oliveira Filho
VIII – Depto. de Estatística para serviços auxiliares	
IX – Depto. Estatística de donativos	
X – Depto. de Revisão de Faturas	
XI – Comissão Central de Donativos	Antonio Carlos de Assumpção (presidente)
XII – Depto. Donativos de Metais	
XIII – Depto. Filme da Revolução	
XIV – Depto. de Preços Tabelados	
XV – Depto. de Trocos	
XVI – Depto. Capacetes de Aço	
XVII – Depto. Campanha do Ouro	José Maria Whitaker

FONTE: *O Estado de S. Paulo*, 10/08/1932; KLINGER, Bertholdo (general). **Narrativas Autobiográficas**. RJ: scp, 1949-1953. p. 120.

QUADRO 6 – Departamentos coordenados pela FIESP na beligerância.

<b>Departamento</b>	<b>Subdivisões</b>	<b>Responsáveis</b>
Secretaria Geral		Roberto Simonsen (presidente)
Conselho Técnico Consultivo		
Comissões Especializadas	Combustíveis, metais, explosivos, armamento, alimentação, viaturas e transportes, sugestões, defesa social	Roberto Simonsen (superintendente)
Gabinete de Estudos		
Laboratório de Experiências		
Serviço de Arregimentação de Pessoal Técnico		
Mobilização Industrial	Cadastro Industrial, Determinação da Potencialidade Industrial, Mobilização Industrial, Serviço de Previsão	Roberto Simonsen (presidente)
Departamento Central de Munições	Sector de adaptação de máquinas de contabilidade, de transporte, estatística, desenho, reaproveitamento de material usado, seção de granadas de mão e explosivos	Gaspar Ricardo Junior (presidente), Jayme Ulhoa Cintra, Mariano de Oliveira Wendel, R. Simonsen (membro)

FONTE: KLINGER, Bertholdo (gen.). **Narrativas Autobiográficas**. RJ: scp, 1949-1953. p. 122; SILVA, Z. Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: UEL, 1999. p.71; PONTES, J. A. Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.131.

Os quadros 5 e 6 possibilitam um contato mais detalhado com a forma de participação do comércio e da indústria no enfrentamento, os serviços prestados e o auxílio dispensado à articulação dos combatentes. Em posição de horizontalidade com a denominada *Direcção Executiva do Movimento Revolucionário Nacional*, percebe-se a junção nítida da Associação Comercial e da FIESP ao Governo Paulista e também às entidades organizadoras dos arranjos bélicos, coadunando-se em tarefas indispensáveis à ordem social e ao encaminhamento do levante. Sua ação pode ser dividida em duas frentes principais, como demonstrado, a exemplo, no quadro 5: manutenção das condições da vida social (departamento I, XIV e XV) e organização da retaguarda dos combates (todos os outros

departamentos).<sup>251</sup> Cumpre observar, porém, que as razões para tal comprometimento devem ser buscadas nas divergências econômicas entre o comércio e a indústria paulista, com posicionamento tênue, e as iniciativas do Governo Provisório neste âmbito, sobretudo por meio de taxas e perspectivas frontalmente opostas às idealizadas pelas *classes conservadoras* de São Paulo para o país.<sup>252</sup>

Outros segmentos da classe dominante paulista não ficaram alheios ao arranjo de forças em coadunação, realçando-se, na difundida união de todas as classes sociais, a participação das *classes liberais*, representadas por Antônio Carlos Pacheco e Silva, e das “*classes estudantinas*”, sob responsabilidade do estudante de Direito Roberto Victor Cordeiro – ex-presidente da Liga Pró-Constituinte, incorporada à MMDC e a LDP no início dos combates. O apoio ao entrincheiramento provém até mesmo de instituições supostamente identificadas ao “tenentismo”, como o Instituto do Café, que, além de promover o alistamento de todos os seus funcionários para incorporá-los aos batalhões *da lei*, dispôs-se a fornecer alimentação e alojamento às forças em beligerância, auxiliando-as estrategicamente com sua influência também em pontos mais afastados no interior do estado.

Obtida a unanimidade e a integração no âmbito da burguesia, sequiosa por reaver o domínio nacional anterior a 1930, no qual poderia por em prática os projetos que julgava adequados para a nação, restava ao comando “rebelde”, recém-nomeado, o encargo de maior envergadura, atinente à difusão da retórica regionalista formulada no interior do estado e, em sintonia, promover o engajamento e a manutenção do entusiasmo cívico da sociedade paulista. Assim, para convencer o povo de que a vitória era possível e integrá-lo ao amotinamento, a propaganda foi acionada ocupando papel de relevo em meio aos principais departamentos e comissões de “guerra” que se criavam na ocasião. Não se trata, obviamente, de selecioná-la nesta pesquisa em grau superlativo, negligenciando a complexidade das relações políticas, econômicas e militares aludidas, entretanto, é preciso observar a abrangência de sua tarefa para a beligerância e a importância que os próprios contemporâneos conferiam-lhe.

---

<sup>251</sup> Segundo José A. V. Pontes, nas diversas comissões criadas pelo comércio e a indústria, além de seus proprietários estavam envolvidos mais de setecentos engenheiros e trezentos profissionais especializados, juntando-se a outros tantos professores, estudantes e militares. PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta**: o caráter nacional de um movimento democrático. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.131.

<sup>252</sup> A historiografia que versa sobre 1932 interpretou o levante sob o vértice político, deixando de considerar a posição autônoma das *classes conservadoras* no trato com o Governo Provisório. Nessa perspectiva, a pugna teria sido comandada pelos políticos, e os comerciantes e industriais levados a reboque. A pesquisa aqui apresentada não conflui nessa direção, pois as articulações para a beligerância não se resumiram ao campo político, como as fontes indicam acima.

No plano dos insurrectos, a propaganda, massivamente veiculada pelos mais avançados meios de comunicação da época, cumpria papel estratégico, subdividida tenuemente em duas direções: a primeira voltada, exclusivamente, para a convocação de voluntários e o ordenamento dos serviços da retaguarda e a outra para (in)formar a opinião pública estadual – em contraposição à campanha perpetuada pelo Governo Provisório – sobre os motivos que teriam levado os paulistas a deflagrarem o combate. Cada uma dessas tarefas seria levada a efeito lado a lado com as duas principais entidades organizadoras do levante – MMDC e LDP –, compondo-se, porém, por comissões separadas, constituídas por especialistas da área e pessoas da confiança da “Direcção Executiva do Movimento Revolucionário Nacional”.

À Comissão Central de Propaganda Cívica, criada por iniciativa do secretário da Educação e Saúde, Rodrigues Alves Sobrinho, atribuíam-se, nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, as seguintes competências: “*promover, por todos os meios, diariamente, a divulgação de notícias no interior do Estado e de manter uma intensa propaganda cívica que facilite a organização das tropas auxiliares e conserve, inalterada, nos diferentes pontos do território paulista, a comunhão de sentimentos*”.<sup>253</sup>

Para tocar em tão altos mistérios – que abrangiam a difusão da campanha e a censura as notícias indesejáveis –, o secretário elege ao rol da propaganda cívica, inicialmente, Oscar Rodrigues Alves, Cantídio de Moura Campos, Fernando Costa,<sup>254</sup> Henrique Bayma, Clovis Ribeiro, Paulo Duarte e Plínio Barreto.

A nomeação de homens de prestígio político e experiência no campo do jornalismo, notadamente Paulo Duarte e Plínio Barreto<sup>255</sup> pertencentes ao grupo de *O Estado de S. Paulo* e certamente situados entre os mais competentes profissionais da comunicação no estado, está imbuída da clara intenção de efetivar um padrão de excelência no âmbito da propaganda proselitista, da mesma forma que demonstra a seriedade com que os meios de

<sup>253</sup> *O Estado de S. Paulo*, 12/07/1932.

<sup>254</sup> Fernando Costa era membro do PRP e tinha atuação destacada na administração de cidades do interior de São Paulo. Foi prefeito de Pirassununga por quinze anos e depois se elegeu a Câmara Estadual, permanecendo como deputado até 1927. A experiência no jornalismo, embora fosse formado engenheiro agrônomo, advinha da direção da *Gazeta de Piracicaba* nos anos anteriores. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.1658.

<sup>255</sup> Plínio Barreto no ano de 1932 ocupava também o cargo de Presidente do Instituto dos advogados de São Paulo, de onde concitava a adesão de seus pares ao levante; no jornal *O Estado de S. Paulo* exercia a função de redator chefe, que assumiu em 1927 após a morte de Júlio de Mesquita. Em 1930 ocupou o cargo de interventor federal em São Paulo, porém, em virtude das pressões “tenentistas”, deixou o governo com menos de um mês no exercício. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.539.

comunicação aderiram à causa e articularam o levante, refutando a simples cobertura publicitária pelo engajamento ativo.

Não por acaso, a sede da Comissão de Propaganda Cívica estava alojada no mesmo prédio em que a Comissão Central de Alistamento da MMDC, responsabilizada, segundo o comando beligerante, pela transmutação de voluntários e donativos em batalhões, guardiões públicos, auxiliares médicos, ou, ainda, diversos outros membros do *Exército da Retaguarda*.

Para implementá-la, Plínio Barreto e Fernando Costa, que assumiram a direção da comissão, fomentaram a organização de caravanas cívicas destinadas a percorrer o interior do estado, estrategicamente segmentado em quinze zonas de ação, como lembra Paulo Nogueira Filho,<sup>256</sup> nas quais se realizariam desfiles, comícios e, enfim, uma significativa mobilização corpo a corpo. Tais atividades também eram corroboradas pelas autoridades municipais, encarregadas pelo comando dos insurrectos da viabilização dos eventos públicos e da hospedagem dos componentes das caravanas, em grande parte voluntários civis que já aderiam à causa.

Os comícios em cidades interioranas intentavam inflamar a alma dos paulistas, no intuito de consolidar e colher os frutos da propaganda de massa perpetrada pelo rádio e pelos jornais, por isso, destacava-se na composição das equipes de ação a participação de especialistas na arte do convencimento, tais como políticos, publicitários, promotores públicos, professores, padres, radialistas e intelectuais, dentre os quais Menotti Del Picchia e o eternizado promotor público Ibrahim Nobre. A passagem da caravana de propaganda por Itapetininga, no dia 15 de julho, é elucidativa a respeito do clima criado durante a pugna e da importância atribuída pelas autoridades municipais à campanha publicitária, como enfatiza o comunicado afixado cidade afora, às vésperas da solenidade: “*Todas as classes sociaes – representantes da lavoura, do commercio, da industria, profissões liberaes e estudantes – deverão attender ao presente convite, para que Itapetininga, ciosa de seu passado patriótico, vibre, neste momento, com o mesmo entusiasmo cívico que empolga todo o Brasil consciente e livre*”.<sup>257</sup>

Enquanto em Itapetininga o poder público afirmava que a convocação cívica era destinada ao cidadão paulista – filho de Itapetininga – e não a classes específicas, o anúncio de Sertãozinho, antecipando a manifestação oficial da *caravana patriótica*, priorizava a idéia

---

<sup>256</sup> NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um burguês progressista: a guerra cívica – 1932**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

<sup>257</sup> AO POVO. Itapetininga, São Paulo, 15/07/1932.



relativa à inevitabilidade do confronto, ressaltando que *São Paulo* havia lutado historicamente pelo progresso e a liberdade da nação, contudo, a *ditadura*, inimiga da lei, estaria destruindo sua obra, exclusivamente, para satisfazer os interesses político-pessoais de seus dirigentes. Conseqüentemente, todo paulista de Sertãozinho deveria saudar os oradores que falariam sobre a “*cruzada patriótica do momento... pugnando pela liberdade do nosso torrão e pela independência do Povo Brasileiro, amordaçado por um governo ditatorial, pusilânime e ambicioso*”.<sup>258</sup>

Os deslocamentos interioranos das caravanas de propaganda, emblematicamente referidas como *Bandeiras Cívicas*, demonstram que, simultaneamente ao acometimento do entusiasmo popular, à Comissão de Propaganda Cívica também caberia, no início da luta armada, combater, ao lado de outros meios de comunicação, o ataque publicitário do governo federal, lançado pelo rádio ou por aviões sobre as diversas zonas de São Paulo, refutando, por exemplo, a acusação de que o confronto teria finalidade política.

Valendo-se do apoio das autoridades municipais interioranas e da divulgação prévia dos comícios pelo rádio, as idéias defendidas nas caravanas das *Bandeiras Cívicas* ainda eram ratificadas por farta distribuição de folhetos, compostos por frases curtas, em que as palavras a serem memorizadas vinham em destaque e enfatizando binômios como *São Paulo – Lei e Ditadura – Desordem*. O interesse em atingir os bríos do povo do estado é notório, principalmente, pelo emprego de frases de efeito:

SÃO PAULO não faz revoluções políticas para implantar a cizânia, o ódio e o rancor entre os Brasileiros! A sua revolução é a revolução consciente da NAÇÃO contra o caos, a desordem e o separatismo!  
A DICTADURA é o regimen do OPROBIO e da VERGONHA!  
PAULISTAS! Sacudamos esse jugo ignominioso!<sup>259</sup>

Com a palavra transformada em sagaz arma de combate, sobretudo quando pronunciada em tonalidades épicas, o desempenho das *Bandeiras Cívicas* volve-se, essencialmente, para a incumbência de ativar nas zonas percorridas o serviço de alistamento de voluntários para a defesa da resistência armada. Essa demanda, entretanto, só se torna factível em parceria com a Comissão Organizadora dos Batalhões Paulistas, designada pelo comando beligerante, e a MMDC<sup>260</sup>, em última instância redutos dos principais articuladores

<sup>258</sup> AO POVO de Sertãozinho. 13/07/1932.

<sup>259</sup> UM POVO só é digno da liberdade quando sabe viver. 1932

<sup>260</sup> Conforme Carlos H. Davidoff, a MMDC era uma sociedade secreta civil de resistência autonomista e constitucionalista criada após os motins de rua do dia 23 de maio de 1932, quando entraram em choque elementos da população e aliados do “tenentismo”, culminando com a morte de Martins, Miragaia, Dráusio e

do levante. A relevância da empreitada pode ser averiguada no perfil da comissão responsável pelos batalhões, imbricada estreitamente à Comissão Central de Propaganda Cívica:

Comissão da Capital: Prudente de Moraes Netto e Aureliano Leite (representando o PD), Sylvio de Campos e Antônio Pereira Lima (pelo PRP), Carlos de Souza Nazareth (representante das classes conservadoras) e Antônio Carlos Pacheco e Silva (pelas profissões liberais); capitão Pietcher e tenente Serpa (assistência técnica).

Comissão do Interior: Júlio de Mesquita Filho (substituído por Antônio Carlos de Abreu Sodré), Cesário Coimbra e Joaquim Celidônio Filho (representando o PD); Edgard Baptista Pereira, Jayme Leonel e Alarico Caiuby (pelo PRP) – major João Baptista Corrêa de Mello (assistência Militar).<sup>261</sup>

Agregando na direção executiva as lideranças da classe dominante paulista, inclusive o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho – talvez o protagonista síntese do engajamento da imprensa –, a Comissão de Alistamento Civil desenvolve-se num movimento concertado com o da propaganda proselitista, na capital e no interior do estado, que resulta no suporte às atividades bélicas em curso. Projetadas para operar diariamente sem interrupções, as comissões acolheriam tanto donativos pessoais e informações úteis à luta, quanto desenvolveriam cursos emergenciais de preparação militar, além de organizar o voluntariado. O chamado transmitido publicitariamente dirigia-se de modo prioritário aos reservistas do Exército paulista, aparentemente melhor preparados para o combate; entretanto, mesmo a estes a situação exigia algumas orientações especiais.

Desse modo, além das diretrizes impostas pelos comandantes dos batalhões, os voluntários belicosos recebiam, entre outros, o *Manual de Campanha do Voluntário Constitucionalista*,<sup>262</sup> compilado na Assistência Técnica Militar da MMDC, sob inspeção do capitão Pietcher, e distribuído gratuitamente nos vários setores de conflito.

Camargo, que cederiam nome à entidade. A função da MMDC seria abranger e coordenar todas as sociedades secretas do estado. Para tanto, a direção ficou por conta de Aureliano Leite, Sylvio de Campos, Edgar Baptista Pereira, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Gastão Saraiva e o Comandante Pietcher, com sede no Clube Comercial de São Paulo. Com o início da guerra, a MMDC engajou-se na luta e foi oficializada pelo Governo Paulista, com nova direção. Seu comando foi instalado na Faculdade de Direito de São Paulo. DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

<sup>261</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/07/1932.

<sup>262</sup> *MANUAL de Campanha do Voluntário Constitucionalista: compilado sob a direção da Assistência Técnica Militar da MMDC*. São Paulo: s.ed., 1932.



Imagem 8: MANUAL de Campanha do Voluntário Constitucionalista. MMDC: São Paulo, 1932.

No pequeno texto, que enverga na capa e, portanto, como primeira mensagem, a afirmação de que o levante era, de fato, pela lei, apresenta-se uma série de instruções que recaem, notadamente, sobre informações técnicas, como a utilização defensiva do terreno, a organização do entrincheiramento ligeiro em campanha, o bloqueio de rios e estradas de rodagem e, enfim, orientações referentes ao comportamento adequado durante a peleja, sobrelevando, de maneira detalhada, a estrutura das tropas e suas divisões e papéis individuais, bem como as senhas e os sinais convencionais, “facilmente” decifráveis para iniciantes, como sugere o trecho a seguir: *“Esses sinais de reconhecimento podem ser dados com movimentos do braço ou da arma, apito, tiro, assobios, pancadas na arma, batidas na bandoleira, zumbido de insetos, pio dos pássaros, etc”*.<sup>263</sup>

Prosseguindo na arregimentação de voluntários, a comissão que assume o empreendimento no interior, composta pelos políticos da FUP, beneficia-se das antigas bases de seu poderio em instância local para criar comitês e postos de recrutamento nas mais diversas cidades do estado, orientando-os fundamentalmente pelas informações transmitidas pelas rádios paulistas, como a Educadora (PRAE). Articuladas também a movimentação das caravanas cívicas, as comissões locais conferem significativo destaque à propaganda,

<sup>263</sup> Idem, p.12.

enveredando, em sua missão, pelas linhas centrais da retórica persuasiva veiculada nas rádios e na grande imprensa.

Nessa perspectiva, em Bariri, a Comissão de Alistamento Local demonstra encampar as coordenadas da campanha publicitária oficial e reproduz as palavras do jornal *O Estado de S. Paulo* – classificado neste anúncio como *o maior órgão de imprensa de Piratininga* – acerca do alistamento, as quais reiteram a argumentação de que o traiçoeiro Governo Provisório estaria inaceitavelmente humilhando São Paulo e deveria ser repellido por meio de uma resposta convincente do paulista: “*É de conveniência geral que São Paulo lance fora do seu território as tropas ditatoriais, que estão a maculando com a sua presença e mostrar-à Ditadura que se acha em condições de compeli-la a restituir ao Brasil a dignidade perdida. Para faze-lo bastar-lhe-a armar e transportar para as linhas de frente a reserva que ainda se acha intata*”.<sup>264</sup>

Na mesma vertente argumentativa, os políticos da FUP que formavam a Comissão de Ribeirão Bonito, em 13 de julho, instigam o espírito cívico paulista, alicerçando a interpretação nos supostos maus propósitos dos “revolucionários de 1930” para com o estado: “*S. Paulo cançado das humilhações, que lhe foram impostas por uma revolução desvirtuada em suas finalidades, garroteado em sua liberdade, infamado com o ferrete ignominioso de terra conquista, levantou-se de armas na mão, para reconquistar a sua autonomia e implantar na terra brasileira o império definitivo da Lei*”.<sup>265</sup>

O trecho acima é elucidativo a respeito das estratégias publicitárias de arregimentação implementadas pelas comissões de alistamento e propaganda cívica e divulgadas, em todo o estado, pelos meios de comunicação proselitistas, a fim de atingir o núcleo da identidade paulista e convocar a sociedade civil à militância. No contexto histórico regional de um povo que durante quase meio século gozara de prestígio econômico e político praticamente absolutos, assegurados pela cafeicultura, e, a partir de então, via-se ameaçado, sobretudo nos domínios financeiros, a constatação alardeada da situação momentânea – em que se configurava como uma *presa de guerra* ou *terra conquistada* por tiranos – soava de modo perturbador ao espírito cívico, mobilizando o ressentimento do paulista.

Esse apelo impessoal, que parte de um sentimento enraizado na sociedade, torna-se poderoso quando alcança a dimensão simbólica, como pontua Baczko “*o imaginário social*

<sup>264</sup> PARA a Brigada do Sul. São Paulo: Comissão de Alistamento de Bariri, 1932.

<sup>265</sup> AO POVO de Ribeirão Bonito. 13/07/1932.

*informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira”.*<sup>266</sup>

Nessa perspectiva, se a adesão popular ao confronto foi espontânea como pondera a historiografia,<sup>267</sup> parece inevitável a constatação de que os motivos que despertaram a atenção do povo foram explorados publicitariamente pelos articuladores do conflito e, em simultaneidade, canalizados no engajamento para a solução armada. Essa visão é fortalecida também nos cartazes que a MMDC espalhava por todo o estado (ver cartaz abaixo), apresentando o alistamento como uma obrigação moral de todo o bom paulista.



Imagem 9: PAULISTA eu já cumpri o meu dever... São Paulo, 1932.

Assim, na linguagem imagética, explora-se igualmente a predominância regional da propaganda, demarcada pela apresentação de uma figura feminina que, a despeito da personalização dos políticos ou demais autoridades, representa os próprios abnegados voluntários de São Paulo, concitando-se uns aos outros a defender sua terra.

<sup>266</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.5. p. 311.

<sup>267</sup> Sobretudo, DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p.101.

Pode-se observar igualmente, no comunicado público da Comissão de Ribeirão Bonito, o propósito insistente de afastar a hipótese da sobreposição política na condução do levante, argumentando que a Revolução de 1930 havia se desvirtuado de suas finalidades, motivando São Paulo unanimemente a corrigi-la. Portanto, os partidos envolvidos estariam apenas defendendo o seu estado sem, contudo, se preocuparem com as posições que resultariam da luta. Desta forma, as motivações precedentes dos políticos, por exemplo, ficam submersas ante à ênfase na paulistanidade da terra de Piratininga e dos bandeirantes e nas falhas do “tenentismo”: *“Um povo que fez a epopéia de nossa emancipação política, que libertou os escravos, que em 89 esposou com ardor os princípios democráticos da República, não podia suportar, n’uma passividade condenável, este ultrage aos seus foros de cultura e civilização”*.<sup>268</sup>

Apesar de seguir as linhas centrais da campanha “constitucionalista” oficial, o engajamento propalado pelas Comissões de alistamento do interior assumia matizes específicos, de acordo com o consentimento social local, como exemplificam os panfletos veiculados em Casa Branca, no dia 18 de julho, e Jaboticabal, no mesmo período. No primeiro, o comitê de Casa Branca valoriza a boa recepção da campanha “rebelde” na cidade, a ponto de afirmar que *“Os casabranquenses que partem hoje... levam no coração o fogo do entusiasmo pela causa que empolga todo o Brasil e no pensamento a noção exacta de seus deveres. Serão desnecessárias, portanto, as palavras de incitamento de quem quer que nos pretenda encorajar”*.<sup>269</sup>

Por outro lado, numa folha volante assinada pelo prefeito de Jaboticabal verificam-se apelos, em tom imperativo, aos reservistas do Exército Brasileiro ali residentes, evidenciando que o recrutamento não seria tarefa simples em todas as regiões, como possivelmente fora em Casa Branca. Ao contrário, em alguns casos, o chamamento reveste-se de uma incitação à honra:

Acudi sem demora ao apelo da Pátria em perigo.

Qualquer hesitação vossa no cumprimento do sagrado dever de defender a vossa terra é crime que nunca poderá ser perdoado... É o vosso brio, é o vosso pundonor, é o nome que trazeis, tudo isto é que vos tem de conduzir já e já, dentro de 24, de 12, de 1 hora, a nossa Comissão de Alistamento; é isto que vos tem de incorporar aos admiráveis soldados da Revolução Paulista.

Cumpri o vosso dever!<sup>270</sup>

<sup>268</sup> AO POVO de Ribeirão Bonito. 13/07/1932.

<sup>269</sup> POR São Paulo e pelo Brasil. São Paulo: Comissão de Alistamento de Casa Branca, 18/07/1932.

<sup>270</sup> RESERVISTAS do Exército Brasileiro! Jaboticabal, 1932.

A campanha mobilizadora praticada em congruência pela Comissão de Propaganda Cívica e a Comissão Organizadora dos Batalhões Paulistas, no âmbito da arregimentação de voluntários, está filiada ao projeto mais amplo da *Direção Superior Executiva do Movimento Revolucionário Nacional* que visa atingir toda a sociedade civil e inseri-la nos esforços de batalha, não se limitando necessariamente o chamado ao serviço no *front*. Tanto é verdade que ambas as comissões agiam em nível estadual articuladas a MMDC, encarregada de atender as necessidades essenciais da retaguarda do entrincheiramento. O quadro 7 expõe os departamentos de maior relevância coordenados pela MMDC e também os responsáveis pelo seu funcionamento:

QUADRO 7 – Serviços de campanha organizados pela MMDC

Departamentos	Responsáveis
Comando Geral	Capitão Pietscher
Chefia do Estado Maior	Tenente Benedicto Serpa
Chefia da Casa Civil	Gastão Mello Barreto
Intendência – chefia do abastecimento	Carlos de Souza Nazareth
Intendência – abastecimento de tropa	Aristides de Toledo
Intendência – chefia dos transportes	Antônio Carlos Pacheco e Silva
Alistamento geral e propaganda	Brenno Ferraz (chefe) e Vicente Soares de Barros Junior (encarregado).
Alojamento	Gastão Saraiva (chefe) e Antônio Alvarenga Netto (sub-chefe).
Departamento de Finanças	
Departamento de Engenharia	
Correio Militar	
Posto de Saúde	José Ayres Netto (chefe) e Moura Azevedo (sub-chefe)
Departamento de Serviços Sociais	
Cruz Vermelha	Moura Castilho

FONTE: *O Estado de S. Paulo*, 12/07/1932 e 17/07/1932; KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 115.

É nítida a interdependência travada entre a propaganda e o alistamento cívicos e a MMDC, sobretudo por meio da coincidência dos grupos que compõem as comissões diretivas, entre os quais se destacam Carlos de Souza Nazareth e Antônio Carlos Pacheco e Silva (provenientes da elite paulista), representantes da comissão de alistamento da capital e, ao mesmo tempo, encarregados por altos cargos na MMDC. Aliás, para desempenhar bem o seu papel, que abrange o envio de batalhões para o *front*, a arrecadação de donativos e o abastecimento das tropas, a organização dos serviços médicos e dos transportes de pessoas e

correspondências e, ainda, o desenvolvimento de um *exército reserva*, também seria indispensável o acometimento ao voluntariado civil, encetado pela propaganda proselitista.

Para suprir as carências ocasionadas na segurança pública, por exemplo, praticamente abandonada em algumas regiões, em decorrência do ingresso dos policiais nas tropas “constitucionalistas”, os voluntários que não poderiam lutar na linha de fogo foram chamados atuando como guardas nas Cadeias Públicas, nos Postos Policiais, em edifícios públicos e ainda na realização do policiamento das cidades. Hesitações eram rispidamente repelidas, seja na capital ou no interior do estado:

Mais uma vez sou forçado a me dirigir aos HOMENS VALIDOS de São Simão, de todas as classes e posições para lhes repetir o pedido de virem se inscrever nesta delegacia afim de fazerem o policiamento da cidade e guarda da Cadeia...

... entretanto verifica-se que aqueles que mais teem a perder são justamente os que deixaram de atender o apelo que lhes foi dirigido: pensarão, talvez, que os demais cidadãos sejam obrigados a servi-los? <sup>271</sup>

Diante dessa imposição moral, concertada em todas as regiões de São Paulo e com a participação de diversas categorias locais, entre os contemporâneos houve quem afirmasse em suas memórias que parte da população se dispôs a servir a beligerância espontaneamente, mas, paralela a esta adesão, teria havido outra de *curso forçado*, que responderia por aproximadamente setenta e cinco por cento do voluntariado que serviu ao movimento, compondo-se por desocupados, cujo objetivo maior seria fugir à fome. Na visão do militante de esquerda Florentino de Carvalho,<sup>272</sup> muitos estudantes teriam se alistado por constrangimento – para não ser acusado de traição – e por temer perseguições das autoridades, ao passo que os funcionários públicos teriam sido coagidos sob ameaça de demissão sumária.

Tal visão contribui para a reflexão acerca do caráter impositivo que assumiu o chamado proselitista no estado, entretantes, a confirmação do percentual aludido pelo autor careceria de outras investigações, valendo-se, talvez, dos métodos da história oral, já que dificilmente seria publicada e preservada uma avaliação nesse sentido, em meio ao clima que se criara após a beligerância.

Além de prover as necessidades prementes do exército dos amotinados, estava entre os objetivos da Guarda Paulista MMDC integrar efetivamente o maior número de cidadãos à causa, ainda que sua contribuição se limitasse ao trabalho no destacamento policial

<sup>271</sup> DELEGACIA de Polícia de São Simão. 16/07/1932.

<sup>272</sup> CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: Solução Imediata dos Grandes Problemas Sociais**. São Paulo: Ariel, 1932.



ou a integrar a reserva dos voluntários aquartelados em operações. Por isso, a entidade promovia cursos emergenciais de instruções militares para a população civil, a exemplo de Bebedouro, onde, em finais de agosto, Pedro S. Pereira, diretor da MMDC na cidade, anunciava a promoção de uma série de conferências de formação em parceria com a Comissão de Alistamento Local. Separando o público por idade em quatro categorias, a divisão de tarefas dar-se-ia de acordo com a capacidade física do grupo em questão, ou seja, os primeiros, de quinze a dezoito anos, seriam treinados em serviços auxiliares compatíveis com suas capacidades físicas, enquanto a quarta categoria, de trinta e cinco a sessenta anos, ocuparia exclusivamente as funções policiais.<sup>273</sup>

Prosseguindo no projeto de traduzir o entusiasmo cívico supracitado em amparo concreto para as atividades bélicas, a MMDC, valendo-se das instalações da Associação Comercial, encarrega-se também da arrecadação de donativos e do transporte e a distribuição dos mesmos nas frentes de combate por ela interligados.<sup>274</sup> Destaca-se sua participação nas campanhas pelo *Binóculo do Soldado* e pelas *Capas Impermeáveis*, afora a organização da alimentação dos combatentes, questão que mobiliza principalmente as mulheres de São Paulo, ingressantes nos trabalhos da retaguarda.

Na fotografia abaixo é possível perceber a divulgação conferida para o empenho da sociedade paulista no levante. A participação feminina nos trabalhos da retaguarda é apresentada como sinônimo da espontaneidade com que a população move o entrincheiramento:

---

<sup>273</sup> GUARDA Paulista MMDC de Bebedouro. São Paulo, 31/08/1932.

<sup>274</sup> A lista completa dos que contribuíam para a campanha “constitucionalista” era publicada enfaticamente no jornal *O Estado de S. Paulo*.



Imagem 10 – Trabalho do voluntariado na retaguarda do combates. MEC/ FUNARTE. **Revolução de 32: A Fotografia e a Política**. RJ: Funarte FGV/ CPDOC, 1982.

Tal movimento perpassa os poros da sociedade, atingindo inclusive as comunicações mais íntimas dos soldados “constitucionalistas” com seus familiares, atravessadas pelo Correio Militar MMDC. A princípio, a finalidade do serviço se alicerçava na fomentação ao entusiasmo cívico dos recrutas, como indicam as séries de cartões-postais elaborados no calor da hora, propalando imagens de uma luta em defesa da pátria e de São Paulo.

Pela análise dos cartões elaborados pela MMDC, pode-se detectar a intenção de incentivar o otimismo no estado, sobretudo pelo recurso a mensagens extremamente animadoras: “*Escrevei aos vossos irmãos despertando-lhes o entusiasmo... O Entusiasmo das TROPAS APRESSA A VICTÓRIA*”.<sup>275</sup> Há ainda a insistência na legalidade do confronto ante o *mito do separatismo* disseminado pela *ditadura*, como exemplifica o cartão apresentado a seguir:

<sup>275</sup> *CARTÕES Postaes*. São Paulo: MMDC, 1932.



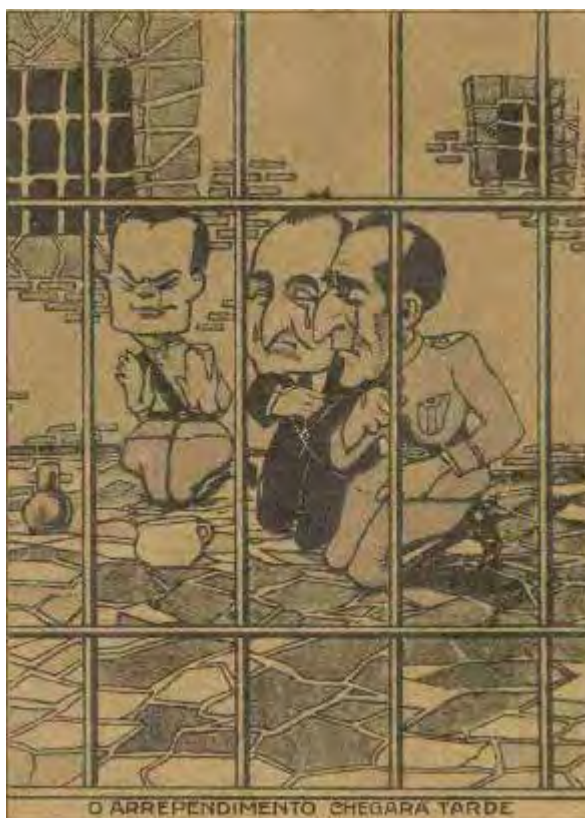
*Imagem 11 - CARTÕES Postaes. São Paulo: MMDC, 1932.*

Cumprir observar que, apesar da predominância da MMDC e de suas criações no Correio Militar, corriam simultaneamente cartões-postais idealizados por grupos insubordinados de menor saliência, sustentando temas e perspectivas diferentes de interpretação para o levante. Entre os adeptos do separatismo, uma das correspondências trazia o desenho de uma vaca, com tetas cheias de leite, nas quais estavam dependuradas criancinhas representando, respectivamente, o tesouro paulista e os demais estados da federação.



*Imagem 12 - Cartão-postal usado pelos combatentes para suas correspondências. S.n.t*

Outro cartão-postal ironizava os *inimigos da lei* com caricaturas que destacavam a impotência do Governo Provisório, formado por membros de outras regiões, que se ajoelhariam por clemência (ver cartão-postal abaixo) perante São Paulo, a civilização imbatível.



**Imagem 13** - Cartão-Postal. Da esquerda para a direita: major Juarez Távora, Getúlio Vargas e o coronel João Alberto Lins de Barros. MEC/ FUNARTE. **Revolução de 32: A Fotografia e a Política**. RJ: Funarte FGV/ CPDOC, 1982.

Em contrapartida, os combatentes e os familiares que não seguissem a perspectiva otimista sugerida, corriam sério risco de terem as correspondências retidas pelo serviço de censura do Correio Militar MMDC, sob a argumentação de que as mensagens derrotistas prejudicariam o ânimo das tropas e contribuiriam para o enfraquecimento de São Paulo.

Em consonância com essas funções, outros aspectos concernentes à sustentação do confronto demandavam a mobilização do voluntariado civil. Deste modo, intermediando as relações entre o comando “rebelde”, as lideranças da 2ª. Região Militar do Exército e da Força Pública, e a sociedade paulista, a MMDC também engajava os voluntários sensibilizados – ou não – pela propaganda nos departamentos de assistência médica e hospitalar das forças em

operações no Estado, ora se articulando à Cruz Vermelha, ora a Azul<sup>276</sup> ou, ainda, a Superintendência dos Serviços Auxiliares de Saúde (S.S.A.S.).<sup>277</sup>

Ao lado da Cruz Azul de São Paulo, organizou escolas de emergência para a formação de enfermeiros, vislumbrando a integração de milhares de adeptos da causa, mas inexperientes no serviço militar. Um dos cursos foi ministrado na Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina de São Paulo – cujos profissionais aderiram plenamente à causa –, sob liderança do professor Raul Briquet, programando em apenas sete dias de aulas teóricas e práticas o estudo dos mais variados temas da medicina, tais como: noções de anatomia de superfície, bacteriologia, enfermagem médica elementar, enfermagem cirúrgica, patologia, primeiros cuidados aos feridos e até exame qualitativo de urina.<sup>278</sup>

Ainda no campo da medicina de “guerra”, a MMDC encaminhou voluntários para o *Departamento de Assistência aos Feridos (DAF)*, integrado a *Cruz Vermelha Brasileira* e incumbido de oferecer cuidados médicos aos lesionados ou mutilados durante os combates, mas também proporcionar momentos de descontração a estes pacientes. No *DAF*, os doentes recebiam visitas reconfortadoras, principalmente das *Senhoras Paulistas*, e ainda tinham à disposição uma biblioteca, as vezes desfalcada por soldados “desatentos”, como assinala uma folha avulsa inserta num livro no *DAF*:

Soldado!  
Lembre-se que um outro ferido poderá distrahir-se lendo este livro.  
Restitua-o, pois, fielmente, antes de deixar o Hospital.  
A Biblioteca do DAF confia na sua lealdade.<sup>279</sup>

Esses e outros serviços coordenados ou realizados com o auxílio da MMDC e a LDP eram mantidos com o apoio popular, objeto de inúmeras campanhas e iniciativas, que integravam os paulistas *em comunhão de espírito* na luta *por São Paulo e pelo Brasil*. O

<sup>276</sup> A Cruz Azul era presidida por Godofredo Wilken e contava principalmente com a adesão de numerosas mulheres paulistas, organizando escolas de emergência para enfermeiras, entrega de medicamentos nas residências dos feridos de guerra e serviços de correspondência e informação entre os combatentes e seus familiares. *O Estado de S. Paulo*, 14/07/1932.

<sup>277</sup> A colaboração da sociedade civil nos esforços de “guerra” extravasava os serviços coordenados pela MMDC, embora ela ministrasse as atividades fundamentais do levante. Não está entre os objetivos centrais deste texto o mapeamento sistemático do envolvimento social na pugna, porém, os dados detectados durante a pesquisa permitem supor que a adesão popular – incitada ou não – tenha sido expressiva em diferenciados níveis, como desvela o abundante número de iniciativas, tais como: Cruzada do Ovo, Cruzada Pró-Infância, Cruzada do ouro, Cruzada Artística, Campanha do Pão de Guerra, Liga das Senhoras Católicas, Grande Oriente de São Paulo, colônias estrangeiras, grupos de assistência aos familiares de combatentes, batalhões infantis, Legião Negra, Tudo por São Paulo, Assistência espiritual, Mobilização esportiva, Cruzada Gymnasial, Liga de Defesa Feminina, Aos bibliófilos, campanha por capacetes de aço, binóculos e garrafas térmicas, entre diversos outros.

<sup>278</sup> *ENFERMAGEM de Emergência: curso intensivo*. São Paulo, s.ed., 1932.

<sup>279</sup> *SOLDADO! Lembre-se que um outro ferido...* 1932.



próprio *Departamento de Assistência aos Feridos* recebeu donativos vindos da alta sociedade paulistana, que promoveu, em 10 de setembro, um espetáculo lírico no teatro municipal de São Paulo, oferecido pela *Associação Opera Lyrica Nacional* com renda revertida ao DAF. No programa do evento festivo, incluía-se o *Hymno dos Legionários*, do maestro Filippo Alessio, e o *Hymno à Constituição* de G. Migliori, executados por artistas famosos na época, coros e uma orquestra de sessenta professores muito bem conceituados, cedida pelo Centro Musical de S. Paulo. Conforme o anúncio, destinado à elite: “*Todos ao Theatro Municipal!*

*Um pouco de distração concorrendo para a legalidade do País*”.<sup>280</sup>

De outra parte, ao lado da tentativa de sedução da sociedade civil e do aliciamento do voluntariado nas entidades da retaguarda, competia igualmente à propaganda a legitimação do amotinamento frente à opinião pública em âmbito geral. Para este fim, a *Direção do Comando das Forças Constitucionalistas* fundou especialmente um serviço de publicidade, incumbindo-o de “*informar o resto do Brasil, bem como o estrangeiro, por meio de conferências, comunicados e irradiações da marcha dos acontecimentos*”.<sup>281</sup>

Em sintonia com a mobilização corpo a corpo, característica da Comissão Central de Propaganda Cívica, o serviço de publicidade postava-se, entretanto, como o porta-voz oficial do comando da beligerância, auxiliado no desenvolvimento de suas tarefas pela LDP, fornecedora da maior parte dos componentes da comissão, então constituída por: Abrahão Ribeiro, Plínio Barreto, Alcir Porchat, Antão Moraes, André B. Paes Leme, Christovam Prates da Fonseca, Rivadavia Dias de Barros e Theodomiro Dias.

Sob comando essencialmente da LDP e do jornal *O Estado de S. Paulo*, representado por Plínio Barreto, essa comissão tem atuação incisiva na consolidação da retórica constitucionalista, na propagação massiva da mesma por São Paulo e até nas linhas de combate, e na tentativa de disseminação da causa além das fronteiras do estado. É ela que coordena a propaganda de massas, levada a termo em panfletos, boletins, jornais criados durante a sublevação e, principalmente, através das rádios de São Paulo, como assinado antes.

Na perspectiva apontada, o domínio sobre os meios de comunicação da época tornou-se uma das armas da classe dominante paulista, que lhe conferiu importância capital, como sugere a nomeação de duas comissões para o setor, imbricadas à MMDC e a LDP – principais responsáveis pelos serviços da retaguarda. No caso dos periódicos, a aglutinação é facilitada pelo posicionamento ideológico tênue entre os jornalistas de São Paulo, como

<sup>280</sup> GRANDIOSO *Espectáculo Lírico oferecido pela “Associação Opera Lyrica Nacional”*. São Paulo: Tip. e Papelaria Formosa Ltda, 1932.

<sup>281</sup> *O Estado de S. Paulo*, 16/07/1932.

expressam em uma irradiação especial na Rádio Sociedade Record em homenagem à imprensa “constitucionalista”:

A imprensa paulista renegaria as suas mais lídimas tradições, se não se pusesse, como se poz incondicionalmente, a serviço da redempção nacional, pela volta á lei, pelo restabelecimento do voto, pela restauração da ordem, pela reivindicação das autonomias estaduais, pela reconquista de todas as garantias sem as quaes não há trabalho fecundo, nem governo estável, nem cidadãos dignos desse nome.<sup>282</sup>

Contudo, o objeto de maior cobiça do serviço de publicidade seria o rádio, em franco processo de aprimoramento no período, como analisa Antônio Pedro Tota. Trazido para São Paulo no início da década de 1920, durante o levante este veículo de comunicação já se afirmava com traços marcadamente capitalistas, singularizando-se no campo programático, administrativo e comercial. O surgimento de um comércio mais sistemático de aparelhos de rádio, coincidiu com a criação das primeiras emissoras com características empresariais modernas, que rompiam com uma programação elitista para transformar-se num rádio mais popular, “*retratando tipos humanos, cenas de rua, de um cotidiano típico da cidade com fortes matizes cosmopolitas*”.<sup>283</sup>

Esse processo culmina em 1932 com emissoras tornadas verdadeiros meios de comunicação de massa, tomando parte no cotidiano de amplos contingentes sociais no estado. Assim define Tota, evitando adentrar em controvérsias nem sempre positivas que cercam o tema: “*não se pretende reabrir a polêmica do rádio enquanto reprodutor das relações capitalistas, numa perspectiva Althusseriana, mas cabe registrar que o projeto de rádio da Sociedade Record, tal qual se apresenta, tem relação com uma interpretação deste tipo: o rádio como diluidor das tensões provocadas pela produção capitalista*”.<sup>284</sup>

Na cidade em metropolização, o rádio chegava, então, ao local de trabalho e, também, nos lares, sem, contudo, destruir a cultura preexistente. Mas, fomentava uma nova, difundindo cultura de modo positivo, a público amplo e sob orientação de uma mentalidade empresarial. A força do rádio como meio de comunicação, com projeto socialmente abrangente, também se traduz nas vantagens da língua falada sobre a escrita, inserindo-se entre grupos analfabetos e dispensando o ato de folhear os jornais. O apelo ainda poderia difundir-se com rapidez, pois, apesar do número de aparelhos elevar-se substancialmente, a

<sup>282</sup> *O Estado de S. Paulo*, 18/08/1932.

<sup>283</sup> TOTA, Antonio Pedro. **A Locomotiva no Ar: Rádio e Modernidade em São Paulo 1924 – 1934**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ PW, 1990. p.15.

<sup>284</sup> *Idem*, p.79.

audiência seria dividida entre apenas três emissoras de São Paulo. A Rádio Record, por exemplo, projetava-se para atingir o ouvinte em vários momentos do dia, com programações dirigidas ao cidadão “moderno” em todo o estado.

Com a adesão das principais rádios de São Paulo – Record, Educadora e Cruzeiro do Sul –, o caminho estava aberto para a expansão das idéias do serviço de publicidade, que valeu-se das mesmas para a consecução de seus objetivos iniciais, perpetrando conferências com pessoas de relevo social, campanhas por donativos e informativos diários sobre as batalhas. Sintomática, nesse aspecto, foi a efetivação do programa *Rádio Jornal*, arquitetado por Plínio Barreto e idealizado com intuito de levar boas notícias à população de São Paulo e do Brasil. A exibição ocorria simultaneamente através das três rádios da capital e pela Rádio Club de Santos, às vinte e duas horas, tendo em vista evitar a interferência da oscilação das ondas na audiência integral do programa.

No *Rádio Jornal* ecoava a voz da classe dominante política e econômica, mas, também, da elite artística e intelectual que aderira ao enfrentamento, colaborando no entusiasmo cívico com criações dignas de seu ofício. O poeta Guilherme de Almeida, da Academia Brasileira de Letras, – militante destacado entre os insurrectos – escrevia textos e músicas nobilitadoras da causa, reproduzidas ao longo do programa, dentre as quais a marcha da Liga de Defesa Paulista, intitulada *O Passo do Soldado*. Nela o anônimo soldado “constitucionalista” é exaltado como o mais novo herói da história gloriosa do estado:

Marcha, soldado paulista,  
 Marca o teu passo na História!  
 Deixa na terra uma pista:  
 Deixa um rastilho de glória! <sup>285</sup>

Parte da intelectualidade modernista fora representada por Menotti Del Picchia, compositor do *Anhangüera Hymno*, em parceria com Natalino Ytabira. Na canção, retroage-se ao emblemático passado bandeirante de São Paulo, mas apenas em seus aspectos positivos, erigindo-o em exemplo de conduta que deveria guiar os voluntários nas provações da estrada:

Avante a victoria é tua, teu valor a conquistou,  
 Um paulista não recua, pois Raposo não recuou!  
 Com o sangue da lucta fera vais no lábaro escrever  
 A divisa do Anhanguera ‘Vencer na empresa ou morrer!’ <sup>286</sup>

<sup>285</sup> *O PASSO do Soldado: Marcha da Liga de Defesa Paulista*. São Paulo: CEMB, 1932.

<sup>286</sup> *ANHANGUERA: Hymno*. São Paulo: Ricordi & C., 1932.





**Imagem 14:** ANHANGUERA: *Hymno*. São Paulo: Ricordi & C., 1932.

À partitura musical comercializada, vinha apensa a representação visual que complementar a mensagem sonora. O velho bandeirante, tal como era concebido, desbravando o Brasil hostil e indicando a coragem aguerrida que seria inerente ao paulista.

O *A São Paulo: Hymno das Tropas Constitucionalistas*, com letra de Fagundes Varella e música de Francisco Mignone, não deixaria por menos, investindo no mesmo filão da história do estado, cujo solo proclamou a independência do país, foi berço de heróis e guerreiros e, por último, criou a FUP, a qual, enfim, libertaria o povo brasileiro da escravidão imposta pela ditadura:

Eia! Caminha o Pantheon da glória  
 Te guarda o louro que premeia os bravos!  
 Voa ao combate repetindo a lenda:  
 Morrer mil vezes que um viver de escravos!<sup>287</sup>

É assim que a propaganda, em curso no levante de 1932, pode ser definida como uma verdadeira arma de batalha nas mãos da classe dominante insurrecta. Na ação dos amotinados, a informação proselitista torna-se elemento aglutinador que inflama a alma dos paulistas, evidenciando que, de modo algum, a propaganda estaria desvinculada dos planos do

<sup>287</sup> *A SÃO PAULO: hymno das tropas constitucionalistas*. São Paulo: E. S. Mangione – ed. A Melodia, 1932.

comitê “rebelde”. Tanto é verdade que ao lado de Júlio de Mesquita Filho (diretor de *O Estado de S. Paulo*) e Paulo Machado de Carvalho (presidente da Rádio Sociedade Record), na trincheira da informação, combatiam indivíduos e entidades organizadas, declaradamente delegadas pela *Direção Executiva Superior do Movimento Revolucionário Nacional*.

Para torná-la um recurso alteroso, da categoria de São Paulo, era preciso fechar o ciclo da comunicação, como ensinam os teóricos: “*se esta propaganda pretende ser eficaz. Estas condições podem ser conceituadas... como: 1)monopolização, 2)canalização ao invés de mudanças de valores básicos, e 3)contato pessoal suplementar*”.<sup>288</sup>

Todos os meios de comunicação paulistas aderiram à campanha, contrapondo-se, com veemência, ao Governo Provisório e suas manifestações e, assim, monopolizando virtualmente as informações sobre a luta, de modo que as disposições contrastantes foram desqualificadas. O consenso dos meios de comunicação foi acompanhado pela canalização publicitária coordenada dos sentimentos preexistentes, sobretudo, da paulistanidade e do ressentimento com o *status quo* diagnosticado como responsabilidade dos “revolucionários de 1930”. Enfim, este foco central de propaganda cívica complementou-se por meio de contatos pessoais assentados na “*distribuição coordenadas de jornais e panfletos, com discussões organizadas nas diversas cidades, mobilizando pequenos grupos de adeptos*”.<sup>289</sup>

O raio de ação desse movimento orquestrado é amplo, convocando o povo a empunhar armas, pois: “*os meios de comunicação atribuem status, e o prestígio do movimento nacional reflete-se por sua vez sobre o das células locais, consolidando, desta forma, as decisões provisórias de seus membros. Neste arranjo encadeado, o organizador local assegura uma audiência para o locutor nacional, enquanto este legitima o prestígio do primeiro*”.<sup>290</sup>

O resultado do empreendimento preconizado pode ser aferido no exemplo elucidativo da Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo, não por acaso um dos lances de maior prestígio no levante. Cidadãos, ricos ou pobres, desfazendo-se *espontaneamente* de seus bens preciosos em prol a uma *causa sagrada*, como expõe um panfleto distribuído em Iguape, no dia 25 de setembro: “*Dae vossa aliança e recebereis outra muito mais rica, muito mais querida porque é dada por S.Paulo. E quando tiverdes no dedo uma aliança de ferro,*

<sup>288</sup> LAZARSELD, Paul F. e MERTON, Robert K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e Indústria Cultural**. SP: Editora Nacional, 1975. p. 248.

<sup>289</sup> Idem, 251.

<sup>290</sup> Idem, 252.

*lendo o que ali está escripto – Dei ouro para o bem de S. Paulo – podeis ficar orgulhosos, porque cumpristes um dever sagrado, um dever de honra, um dever de patriotismo”*.<sup>291</sup>

José Maria Whitaker, nomeado pela Associação Comercial para a presidência do departamento, sustenta que à simples notícia do início da campanha teriam ocorrido quinze mil ofertantes só na capital paulista, ao passo que no interior do estado o entusiasmo cívico com que as pessoas se despojavam espontaneamente de suas riquezas também não seria menos intenso.<sup>292</sup>

Como demonstrado até aqui, a máquina de propaganda beligerante, articulada sob a vigilância do comando dos insurrectos, perpassou o estado de São Paulo em suas diversas regiões, incentivando o entusiasmo cívico e as insatisfações preexistentes. Restava, entretanto, a estes obstinados entrincheirados atingir de modo mais incisivo as próprias frentes de combate, tarefa levada a termo especificamente pelo serviço de publicidade da LDP.

### ***2.3 – A Propaganda nas Trincheiras***

Para que o esforço da sociedade engajada nos trabalhos da retaguarda tivesse o êxito desejado, era preciso que os combatentes da zona de operações se mantivessem compenetrados na peleja e dispostos a correr todos os riscos, *sem desfalecimentos na defesa de São Paulo e do Brasil*. Tal condição, na concepção dos articuladores do levante, passava pela atuação coordenada dos meios de comunicação de massa, notadamente das rádios paulistas, que travavam acentuadas disputas pelo campo simbólico, tomado como vértice de ressonância, com suas congêneres cariocas.

Essa tentativa de convencimento ganhava moldes sólidos também na opção pela criação de pequenos jornais proselitistas que, embora não desempenhassem papel de relevância suprema no ciclo da comunicação, eram implementados pelo comando “rebelde” com a finalidade exclusiva de atingir o público das linhas de frente, como é o caso do *Jornal das Trincheiras*.

Este jornal, produzido pela LDP, esteve presente, acompanhando e interpretando os acontecimentos, durante boa parte do conflito, por meio de publicações que saíam aos

<sup>291</sup> CAMPANHA do Ouro. Iguape, São Paulo, 27/09/1932.

<sup>292</sup> WHITAKER, José Maria. **São Paulo e a Revolução**. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo (Departamento da Campanha do Ouro), 1932.

domingos e quintas-feiras e seriam fartamente distribuídas pelos delegados da entidade<sup>293</sup> e, especialmente, pelo Correio Militar MMDC – que, também, se incumbia de intermediar as correspondências e cartões-postais trocados entre os soldados das linhas de frente e seus familiares, cerceando o *derrotismo*.<sup>294</sup> No período de 14 de agosto a 25 de setembro foram treze edições que, inicialmente impressas na *Typographia Garraux* em quatro páginas pequenas, pouco tempo depois, a partir da 4ª edição – provavelmente por interferência de Plínio Barreto – do serviço de publicidade, passariam a ser produzidas nas oficinas do jornal *O Estado de S. Paulo*, líder das articulações e da propaganda proselitista. Nestas oficinas, as edições poderiam ser impressas em formato ampliado, com maior rapidez, incluindo, também, as notícias de última hora, isto é, mantiveram-se as quatro páginas, mas em tamanho semelhante às de *O Estado de S. Paulo*. Cabe ressaltar que, ao lado das transformações técnicas, também houve mudanças nas estratégias de propaganda veiculadas pelos redatores do jornalzinho.<sup>295</sup>

O mérito deste pequeno jornal reside não apenas em sua ampla circulação, que atingiria grande parte dos campos de batalha paulistas e do Rio de Janeiro, no que é superado pelas ondas das rádios, mas na sistematização cristalina das propostas publicitariamente exploradas nos outros meios de comunicação. No *Jornal das Trincheiras* é reproduzida, de modo nítido, a palavra da direção da beligerância, estabelecendo pontes de contato entre militares e civis, de acordo com o projeto racionalizado pelo serviço de publicidade da LDP.

---

<sup>293</sup> De acordo com Davidoff, o manifesto de fundação da LDP remete a 19 de maio de 1931, com o objetivo de defender as tradições e o patrimônio paulista, ainda que militarmente se fosse preciso. Compunha a entidade pessoas ligadas às faculdades, políticos do PD e do PRP e intelectuais, cujas resoluções tinham como ponto comum o estabelecimento de táticas de defesa da autonomia política e econômica de São Paulo: “*A liga definia-se como uma ‘arma defensiva’, que constituiria força capaz de reagir eficazmente contra incursões e arbítrios nocivos a São Paulo*”. DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932*. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

<sup>294</sup> KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 114.

<sup>295</sup> É difícil identificar a equipe de redação e os colaboradores do *Jornal das Trincheiras*, principalmente porque os progenitores da publicação são anônimos, informando apenas que a direção da LDP havia se integrado aos batalhões beligerantes e o jornal estava nas mãos de uma comissão provisória. É certo que as coordenadas centrais eram de responsabilidade do serviço de publicidade do levante e, pelas evidências de iniciais subscritas em algumas matérias, nota-se a participação de jornalistas e intelectuais vinculados a *O Estado de S. Paulo*, como Vivaldo Coaracy e Guilherme de Almeida, e outros partidários da pugna como Alfredo Ellis Junior, Alexandre Marcondes Marcondato e Mario de Andrade, entre outros. Este último, conforme Marco A. Villa, dedicava longo tempo a LDP e à redação do *Jornal das Trincheiras*, embora não assinasse explicitamente, como escrevera a Paulo Duarte: “*minha vida se passa aliás nos trabalhos da Liga de Defesa Paulista, pra onde os amigos me mobilizaram. E graças a Deus, porque o início da guerra me deixou meio tonto, sem saber que destino tomar pra ter alguma utilidade. Agora, tenho consciência que trabalho, que sou de alguma forma útil, muito embora minha utilidade nem de longe se compare com o maravilhoso gesto de vocês que são soldados*”. VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 78.

No intuito de averiguar os termos com os quais o escol amotinado empenha-se em perpetuar o confronto contra o Governo Provisório, examina-se detalhadamente o *Jornal das Trincheiras*, redigido e publicado pela LDP por incumbência do serviço de publicidade do *Comando Supremo do Exército Constitucionalista*.

Interessa inquirir destes agentes: quais valores apelavam no intuito de fazer crer que a luta contra o Governo Provisório era uma causa justa? Como o serviço de publicidade sustentava a retórica mobilizadora? Qual o nível do diálogo com a propaganda contraposta pelo inimigo? Como as tropas respondiam à campanha “constitucionalista” do *Jornal das Trincheiras*? Enfim, de que modo o cotidiano do conflito era representado nas páginas do referido jornal?



**Imagem 15:** Visita de Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, à LDP. MEC/FUNARTE. **Revolução de 32: A Fotografia e a Política.** RJ: Funarte FGV/ CPDOC, 1982.

Como porta-voz do *Comando Supremo da Revolução Constitucionalista*, o *Jornal das Trincheiras* propunha-se a falar diretamente aos soldados *da lei*, *esclarecendo todas as dimensões do conflito* e apresentando discussões sobre questões políticas, notícias militares, a atuação do voluntariado civil na retaguarda dos combates e, enfim, o entusiasmo cívico de toda a população.

Tratando-se, pois, de assegurar o empenho do voluntariado no *front*, uma das principais temáticas abordadas pelo *Jornal das Trincheiras* recaía sobre a repulsa à propaganda veiculada pelo Governo Provisório através das rádios cariocas e dos panfletos

clandestinos geralmente lançados por aviões. Contra as argumentações articuladas pelos *ditatoriais* durante o primeiro mês da luta, a LDP manifestou-se já na matéria inicial do primeiro número do jornal, no dia 14 de agosto, reproduzindo integralmente o pronunciamento que foi divulgado pelas rádios e jornais da grande imprensa em 9 de agosto, feito pelo general Bertholdo Klinger,<sup>296</sup> *comandante em chefe do Exército Constitucionalista*.<sup>297</sup>

O signatário do manifesto frisa, logo de início, que a luta iniciada por São Paulo e Mato Grosso a 9 de julho, decorrido o primeiro mês, já se tornara uma causa que nenhuma força humana poderia deter na sua marcha para a vitória, corroborada pelo entusiasmo de todas as partes do país. Em seguida, reafirma o espírito patriótico do estado de São Paulo ao oferecer “*tudo quanto elle houvera accumulado na fartura, tudo quanto criara no trabalho diuturno de várias décadas... e a própria vida de sua gente*”<sup>298</sup> ao Brasil maior, para que este ressurgisse das adversidades vivenciadas. Destaca que esse sacrifício sagrado não poderia provir de interesses inferiores, porque só a força de um ideal seria capaz de reunir e solidificar num bloco os milhões de indivíduos que se uniram pela causa.

O general Klinger responde, então, às principais acusações feitas pelo Governo Provisório: “*Este movimento não é, como apregoam os arautos da dictadura, nem regionalista, nem seccionista, nem militarista*”. Esclarece que *S. Paulo é brasileiro* e empunhou armas não para se separar do Brasil, mas, para restabelecer a paz ameaçada pela *ditadura*, afinal, cidadãos livres “*jamais poderiam permitir que se consumasse impunemente o crime de reduzir o Brasil a uma senzala*”. Militarista também não o era, pois, os *constitucionalistas* reclamariam um exército disciplinado, nobre e eficiente, mas “*adstricto apenas aos deveres da classe, alheio às competições partidárias*”.<sup>299</sup>

Por fim, justifica que o levante de 9 de julho não era partidário: “*Não o desencadeou a ambição de políticos. As agremiações partidárias apenas canalizaram-no. Se não houvessem canalizado, teriam sido envolvidas, e se houvessem tentado desvial-o, teriam sido submersas pela torrente da opinião pública*”.<sup>300</sup> A ação teria partido de variados segmentos sociais, como a mocidade das escolas, o Exército, a Força Pública, as classes

<sup>296</sup> Anos depois, o general Klinger afirmaria que este pronunciamento teria sido redigido por Edgard Batista Pereira. KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p.254.

<sup>297</sup> *Jornal das Trincheiras*, 14/08/1932, p.1.

<sup>298</sup> *Idem*.

<sup>299</sup> *Ibidem*.

<sup>300</sup> *Jornal das Trincheiras*, 14/08/1932. p.1.

conservadoras, as próprias senhoras paulistas e seu trabalho na retaguarda, cuja síntese constituía o povo paulista, autor da pugna bélica.

De acordo, ainda, com o general Klinger, o apelo às armas deu-se como última instância, após várias tentativas de conciliação entre os grupos sociais insatisfeitos, mas sem efeito prático. Desde 1930, o próprio Klinger, como integrante do grupo de militares que contribuíram para a revolução, haveria alertado Getúlio Vargas sobre os perigos de uma permanência indeterminada no Governo Central, mas não fora ouvido. Portanto, conclui que a revolução de 1930 atraçou os seus compromissos mais sagrados e quis perpetuar-se no poder, impondo moços inexperientes – os “tenentes” – na interventoria pública, a censura ferrenha aos órgãos de imprensa e a participação indiscriminada do Exército na política. Conseqüentemente, a situação exigia uma atitude enérgica.

Na edição seguinte, de 18 de agosto, a estratégia adotada para legitimar a insubordinação manteve-se. Novamente, nas palavras do general B. Klinger, mas, desta vez, em resposta a um suposto rádio enviado pelo general Góes Monteiro, comandante das tropas federais, Klinger, reafirmando o caráter *constitucionalista, nacional e unificador* do confronto, alerta o Governo Provisório para o emblemático apoio das massas em São Paulo, pois: *“Tudo quanto pedimos ao povo, ele o dá com abundância. O povo porfia em iniciativas de contribuição de toda a espécie...”*.<sup>301</sup>

O artigo prossegue acusando o governo federal como o responsável pelos rumos negativos da Revolução de 1930 e do país. Conforme Klinger, o verdadeiro separatista não era São Paulo: *“É do lado de você que está o separatismo, pois que pretender esmagar um membro do corpo é buscar a mutilação desse corpo”*.<sup>302</sup>

Além disso, em tom amistoso, o general sublevado aconselhava o seu par Góes Monteiro, aliado durante a Revolução de 1930, a atuarem juntos novamente na tentativa de restabelecer o governo revolucionário ao caminho de que se havia desviado pelos maus administradores, cujo intuito se resumia a permanecer indefinidamente no poder: *“... é a você que compete, enquanto é tempo, salvar o que ainda pode ser salvo, fazer o que a mim e a meus valorosos camaradas convida que façamos: abandonar a luta, que do seu lado é em defesa dos vendilhões do templo”*.<sup>303</sup> Fica claro, pois, que na opinião de Klinger, o Governo Provisório não tinha competência para administrar o Brasil e, por isso, precisava ser deposto imediatamente.

---

<sup>301</sup> *Jornal das Trincheiras*, 18/08/1932, p.2.

<sup>302</sup> *Idem*.

<sup>303</sup> *Idem*.

Evidencia-se, também, nos pronunciamentos de Klinger uma ampla defesa da retórica constitucionalista, refutando as acusações do Governo Provisório e do “tenentismo” e, ainda, justificando o apelo às armas como uma atitude inevitável, promovida por uma explosão cívica da opinião pública nacional. Há que se assinalar, porém, a submersão, no discurso unanimista, do embate de forças sociais e o grau de participação dos diferentes envolvidos, dissimulando-se, por exemplo, que enquanto às classes populares caberia o “voluntariado braçal”, a alta sociedade incumbiria-se essencialmente das funções administrativas da peleja.<sup>304</sup>

A consolidação do caráter positivo do levante de São Paulo e o combate às mentiras da ditadura eram considerados importantíssimos pelos editores do *Jornal das Trincheiras*, a fim de impedir que a disseminação das dúvidas dispersasse as tropas. A acusação feita pelo próprio Getúlio Vargas de que o levante paulista seria a expressão do reacionarismo político dos líderes da *República Velha*, era refutada com veemência e suplantada pela argumentação de que os insurrectos buscavam implantar novos rumos ao país. Isto pode ser percebido em matérias como a veiculada no dia 4 de setembro, em que se proclamava, parafraseando o *Diário da Noite*, que “*Os partidos políticos de todo o país sentiram em 1930 que o seu mandato estava extinto. Aos seus homens resta apenas a perspectiva da renovação e da penitência. Os que se deixaram ficar na estrada olhando para trás sofrerão o castigo da mulher de Loth*”.<sup>305</sup>

O trunfo da propaganda transmitida nas trincheiras era a representação de um movimento renovador arrastado pela mocidade e pelo voluntariado, cujo sangue não se esparramava em vão. Não por acaso, a edição de número 9 trazia em destaque as palavras do governador Pedro de Toledo, enfatizando um futuro promissor: “*Desse amalgama sublime, em que todos se irmanam e se confundem, visando um princípio, superior a cada um delles, deve sahir uma mentalidade nova, despida de paixões partidárias, nobre e pura, capaz de conduzir nosso país a novos destinos, a uma almejada renascença, para a qual certamente, o destino nos conduz*”.<sup>306</sup>

Quanto à crítica feita pelo Governo Provisório ao tema da Constituição que, conforme Getúlio Vargas, antes da revolta de São Paulo já estaria com data marcada e,

---

<sup>304</sup> Não se nega a presença de integrantes das classes dominantes diretamente nos campos de batalha, como aconteceu com Alfredo Ellis Junior, que foi ferido em combate e retornou à capital, ou Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho, que defendiam a continuidade da luta, mesmo após o armistício, mas, a participação da elite paulista de um modo geral concentrou-se na organização e estruturação da sublevação.

<sup>305</sup> *Jornal das Trincheiras*, 04/09/1932, p.1.

<sup>306</sup> *Jornal das Trincheiras*, 11/09/1932, p. 1.



portanto, invalidando a principal justificava moral paulista, a LDP qualifica pejorativamente tal assertiva como *outra balela* – que, aliás, é o título da matéria –, afinal, como poderia brotar uma carta magna de anticonstitucionalistas? “... *para a andadura lerda dos déspotas coxos do Cattete, que levaram quase dois annos para dar um único passo – e um passo em falso! – no seu caminho tortuoso, quantos meses, quantos annos não significarão esses ‘poucos dias’ promettidos?*”.<sup>307</sup>

Se o Governo Provisório é considerado incapaz de organizar a nova Constituinte, na edição número 11 os “constitucionalistas” também equiparam a Revolução de 1930 à outras revoluções desvirtuadas na América do Sul, supostamente alvos da ironia europeia. Aos “revolucionários” de 1930 faltaria um programa administrativo passível de instaurar uma nova república e, por isso, se processava aos poucos a substituição da democracia brasileira por uma *autocracia sem razão de ser*. Por outro lado, São Paulo seria o detentor das condições para restaurar a nação, advindas do *patrimônio moral* de sua mocidade.

Entretanto, os editores procuram deixar claro que o programa constitucionalista não se resumiria à retomada da Constituição de 1891, e, menos ainda, almejaria o retorno aos vícios antigos dos políticos “*Que não se recorde sequer, a repulsa das nódoas passadas, para sempre extinctas, entre as quaes o profissionalismo político, o coronelismo regionalista, os governos de egrejinhas partidárias...*”.<sup>308</sup> A imagem transmitida aos soldados – antes mesmo da argumentação anti-ditatorial aludida – era a de que o verdadeiro caráter da luta armada seria instaurar algo completamente novo, com a direção dos mais jovens, como se enfatiza ainda na edição de 25 de agosto: “*A nova pátria brasileira há de surgir, como um sol, das trincheiras onde ora corre o sangue generoso da mocidade*”.<sup>309</sup>

Em sintonia com o combate às (in)versões do Governo Provisório e esclarecimento do *verdadeiro* caráter do levante, o que era importante para conquistar a “opinião pública” e seduzir o voluntariado, outra tarefa central para o *Jornal das Trincheiras* seria convocar o maior número de voluntários para a *causa nacional* e garantir sua permanência nos campos de batalha ou a serviço na retaguarda. Para isso, seria preciso, desde as primeiras edições, fazer crer que doar a vida *por São Paulo* era algo natural ou a própria razão da vida do paulista, por isso, a LDP apelou para a causa superior às classes, enfocando tanto as tradições de São Paulo, que serviam como modelo de comportamento, quanto os sentimentos, esperanças e emoções que compunham o imaginário regional.

<sup>307</sup> *Jornal das Trincheiras*, 08/09/1932, p.4

<sup>308</sup> *Jornal das Trincheiras*, 18/09/1932, p.2

<sup>309</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/08/1932, p.2

Nas edições iniciais do jornal, ainda em formato composto por quatro páginas pequenas, a estratégia adotada no trato com os soldados consistia em equipará-los, independentemente de sua origem social ou proveniência militar ou civil, aos grandes agentes da sublevação. De acordo com o *Jornal das Trincheiras*, na matéria intitulada *Simple Soldado*, o abnegado *soldado constitucionalista* deveria ser tratado como herói nacional pela população, pois “*jamais se imagine que o simples soldado está apenas nos ajudando a vencer. Ele é quem nos garante a vitória nas armas, ele é a grande força militar*”.<sup>310</sup>

Fica claro, no trecho acima, a tentativa de lançar sobre os soldados as responsabilidades do confronto, possivelmente com o objetivo de extrair-lhe o máximo das forças e ainda afastar a hipótese da condução política da velha oligarquia, sobre os acontecimentos. Para fortalecer esta argumentação, o jornal recorria à palavra de personalidades ilustres na sociedade da época, como a do professor Alcântara Machado, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, e de Urbano Marcondes de Moura, ministro do Tribunal de Justiça, o qual garantia, até mesmo, que após a vitória caberia à mocidade voluntária o reconhecimento público e a administração do novo país: “*E nós que já passamos da idade e demos á vida todas as nossas energias, podemos morrer felizes e contentes, porque sabemos que nos sucederá essa mocidade heróica, á cuja sombra repousará tranqüillo o destino de nossa terra*”.<sup>311</sup>

A partir da 4ª. edição, quando o *Jornal das Trincheiras* passou a ser impresso nas avançadas oficinas do jornal *O Estado de S. Paulo* e adquiriu formato maior, fica evidente que as estratégias para persuadir as tropas sobre sua importância ganharam novos contornos, voltados para o apelo aos valores sentimentais dos soldados. Assim, cartas de mulheres, mães, irmãos, amigos e dos próprios voluntários passaram a ser publicadas, no intuito de manter elevado o ânimo das tropas e sua eficiência nos combates.

A mulher paulista, que é caracterizada pelos editores como a *alma que espiritualiza e dignifica esse corpo viril* que se levantou em armas, dirige seu apelo emocionado ao soldado. Na edição de 28 de agosto, a esposa do cel. Christiano Kinglheffer<sup>312</sup>, que estava em combate na região de Bury, propôs as seguintes palavras sobre

<sup>310</sup> *Jornal das Trincheiras*, 21/08/1932. p. 3

<sup>311</sup> *Jornal das Trincheiras*, 01/09/1932, p.1

<sup>312</sup> O cel. Christiano Kinglheffer da Força Pública já manifestara seu descontentamento com o Governo Provisório desde longa data, pois participou com mais duzentos “rebeldes” do motim fracassado da Força Pública, em 28 de abril de 1931, contra o comando do “tenente” Miguel Costa, que lhes havia sido imposto. Na época o referido coronel fora preso. DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932*. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

a atuação e o sentimento das mães na retaguarda: “*acreditaie, meus filhos, que essas mãos incansáveis trabalham agora com a mesma ternura e o mesmo orgulho com que faziam os ‘tricots’ e prendiam as rendas e atavam as fitinhas dos vossos enxovaes, com que embalavam o vosso berço, com que acariciavam as vossas cabecinhas felizes, com que guiavam os vossos primeiros passos*”.<sup>313</sup>

Com apelos tão comoventes, os soldados eram incitados a se entregar por inteiro à luta. A mensagem das mulheres foi amplamente aproveitada, inclusive, em uma coluna fixa do jornal, intitulada *Cartas de Mulher* e escrita por Vina Centi, diretora da *Associação dos Pequenos Pobres*. Com artigos dirigidos a públicos específicos como *Ao Soldado da Força Pública*,<sup>314</sup> *Ao Soldado do Exército Brasileiro*,<sup>315</sup> *A meu Filho*,<sup>316</sup> *Ao Voluntário Paulista Intelectual*<sup>317</sup> e *Ao voluntário pobre que está na trincheira*,<sup>318</sup> a signatária procura transmitir confiança, ao frisar a união de espírito entre a mulher paulista engajada na retaguarda e o soldado no *front*.

As cartas de Vina Centi, apesar de reconhecer as dificuldades dos combates, enfatizam a importância do alistamento às tropas beligerantes, que era descrito como um dever de todos os paulistas plenamente apoiados por seus familiares. A orientação era para que o sofrimento fosse aceito como uma forma de luta pelos valores mais profundos do ser humano, como fica explícito no trecho abaixo: “*Soldado, meu querido amigo, meu filho. Quando o momento for penoso, quando a hora for amarga, quando o sacrifício atingir o Maximo, pense em Deus, pense no Brasil e pense na sua família*”.<sup>319</sup>

Outra coluna freqüente composta por cartas no pequeno jornal e veiculada em simultaneidade com as outras missivas é intitulada *Cartas de um Voluntário*. Trata-se de uma série de correspondências enviadas por um voluntário, denominado como *Ângelo*, à sua mãe, na qual intencionalmente (ou não) se desenvolve uma exposição sutil dos princípios de conduta defendidos pela LDP sobre o papel do voluntariado. Ao longo de pelo menos seis cartas, publicadas em primeira página, *Ângelo* cria a representação de uma luta em que o sofrimento e a dor são considerados ínfimos, ante a bravura dos soldados paulistas, pois estes se batem por um ideal sublime.

<sup>313</sup> *Jornal das Trincheiras*, 28/08/1932, p. 2.

<sup>314</sup> *Jornal das Trincheiras*, 08/09/1932, p.2

<sup>315</sup> *Jornal das Trincheiras*, 11/09/1932. p.2

<sup>316</sup> *Jornal das Trincheiras*, 17/09/1932, p.2

<sup>317</sup> *Jornal das Trincheiras*, 22/09/1932, p.2.

<sup>318</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/09/1932, p.2.

<sup>319</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/09/1932, p. 2.

Na primeira carta, publicada em 1<sup>o</sup> de setembro, o missivista realiza uma apologia à condição de voluntário. Em sua avaliação, para se conhecer a real condição de um soldado seria preciso experimentar as batalhas, que eram apresentadas como verdadeiras maravilhas, a ponto de conquistar a simpatia dos homens. “*Quando a gente chega a esse estado de espírito, nada mais nos vence, mamãe: e é por isso que eu sinto a victoria se aproximar, a victoria vir ao nosso encontro, como limalha de ferro attrhaida pelo iman*”.<sup>320</sup>

No trecho acima, o autor apela a termos afetivos como o amor materno o que, possivelmente, seria de grande valia, já que muitos soldados estavam há um bom tempo separados de seus familiares. Nota-se, também, que o cansaço das tropas se fazia crescente, pois o apelo à esperança da vitória passa a ser mencionado com frequência considerável.

Na edição seguinte, o tema abordado é a crítica à visita dos soldados a seus familiares: “*Você sabe muito bem o prazer, a emoção que tive em rever vocês, mas... sinto, tenho a certeza que essa licença foram três dias roubados a São Paulo. Tenho a sensação de ter corrido para o ‘piques’ numa hora em que não devia haver descanso*”.<sup>321</sup>

Outros assuntos ainda compõem o tema das correspondências. Numa destas cartas, Ângelo afirma, a beira do ascetismo, que: “*Mamãe, você pode estar tranqüilla: eu não soffro, ou pelo menos, se soffro não sinto o sofrimento*”,<sup>322</sup> sugerindo o grau extremo de doação a que os paulistas atingiram ou deveriam alcançar na concepção da LDP.

O missivista Ângelo também reafirma as teses dos promotores do levante sobre o caráter popular do mesmo que, segundo ele, seria conduzido por pessoas comuns como um tal Pedro Freire que, mesmo sem filiação política, se doava inteiramente à *causa constitucionalista*, por amor a São Paulo: “*O que move Pedro Freire não é o ódio, nem a ambição política; é o amor, o puro amor, o puro e simples amor, o amor que faz milagres, o amor que revela ao homem nos instantes supremos que elle nada vale se suas raízes não se embebedarem fundo na sua terra*”.<sup>323</sup>

Já nos últimos dias da batalha, Ângelo assegura, apoiando-se sobre o trabalho da retaguarda feito pela população, que o fim estaria próximo, coroando com a vitória a luta paulista, pois “*o furor do inimigo esta esmorecendo... Mais um esforço... e a partida estará totalmente ganha*”.<sup>324</sup>

<sup>320</sup> *Jornal das Trincheiras*, 01/09/1932. p. 1

<sup>321</sup> *Jornal das Trincheiras*, 04/09/1932, p.1

<sup>322</sup> *Jornal das Trincheiras*, 08/09/1932. p.1

<sup>323</sup> *Jornal das Trincheiras*, 11/09/1932. p.1

<sup>324</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/09/1932. p.1

Se não bastassem as evocações em nome dos familiares e amigos dos soldados, o *Jornal das Trincheiras* defendia, alguns dias antes da última missiva, atitudes extremas como o *amor pelas trincheiras*. Na concepção dos editores, apelando para a consciência do voluntariado, haveria um dever a ser cumprido, pois todos os combatentes paulistas tinham renascido no contato com a terra, e, tornado o entrincheiramento uma *causa santa*, digna dos sentimentos mais puros: “– *Saudade do ‘front’*”.

*O ‘front’, meu amigo, é a imagem exacta... Parece que foi ahi, só ahi, nesta terra trabalhada e ensangüentada, tão soffrida e por isso tão gostosa que a gente nasceu e viveu, e deve morrer... Isso é Pátria, meu amigo. Pátria pura*”.<sup>325</sup>

A justificativa para um empenho de tamanha envergadura, como o realizado por São Paulo, fora buscada fundamentalmente na história deste povo, cuja alma teria sido temperada na dificuldade e jamais poderia ser humilhado por *aventureiros atrevidos*. Esta visão se torna clara no relato sobre a fidelidade dos súditos paulistas ao rei D. João IV, quando ao entregar seu imposto à corte e serem questionados sobre o favor que esperavam receber em troca, Borba Gato, em sua ousadia, teria respondido: “– *Senhor, nós viemos dar. Não estamos aqui para pedir*”.<sup>326</sup>

Já na matéria veiculada no dia 25 de setembro, intitulada *Estirpe de Anhangüera*, o povo paulista é equiparado aos personagens nobres de sua história, como o colonizador Martim Afonso, os jesuítas e Amador Bueno, a terra da luta pela independência, pela abolição da escravidão e da propaganda republicana, mas, especialmente dos heróicos desbravadores bandeirantes, que são tomados como exemplos a serem seguidos por todos.

A figura do Anhangüera acha-se multiplicada por dezenas de milhares, nesta hora histórica de brasilidade. Cada soldado constitucionalista, galgando de ímpeto as posições contrárias, parece que ostenta triumphalmente, ante os defensores do mísero egoísmo ditatorial, a chamma idealista de uma civilização que avança, impávida e victoriosa, para a renovação do Brasil.<sup>327</sup>

A matéria mostra que como Bartolomeu Bueno da Silva, o nome de Borba Gato, Fernão Dias Paes Leme e outros sertanistas bandeirantes, além de servir como título aos diversos batalhões de São Paulo, foram retomados para salientar que a tradição paulista atravessou os séculos e fazia parte do presente protagonizado. É como se todos os paulistas

<sup>325</sup> *Jornal das Trincheiras*, 18/09/1932. p.1

<sup>326</sup> *Jornal das Trincheiras*, 22/09/1932. p.1

<sup>327</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/09/1932. p.1

fossem predestinados a renovar o Brasil e a comportar-se como, supostamente, se comportavam os bandeirantes ao expandir as fronteiras do país.

A tradição bandeirante teria atravessado os séculos de modo tão evidente, que as próprias pedras de esmeralda falsas encontradas por Fernão Dias e guardadas desde então, haveriam se tornado verdadeiras, quando foram reavaliadas durante a campanha do *Ouro para o bem de São Paulo*.

Ainda que nos momentos finais do confronto o apelo à tradição tenha sido mais evidente, ao longo da campanha proselitista o *Jornal das Trincheiras* vinculou reiteradamente a peleja a diversos sucessos históricos. Entre os episódios pujantes retomados à história paulista, o da *Independência do Brasil*, efetivada nas terras de São Paulo, ganhou destaque, confirmando a posição do estado como legítimo defensor da liberdade nacional. No artigo de capa, intitulado *7 de Setembro*,<sup>328</sup> assinado pelo poeta Guilherme de Almeida, da Academia Brasileira de Letras, aventa-se que a liberdade conquistada a duras penas por São Paulo estaria sendo levemente corrompida por um grupo de aventureiros desde 1930, contra os quais seria preciso *demonstrar nossa grandeza*.

*A luta pela Constituição*, denotada pelo *Jornal das Trincheiras*, ainda teria fundo religioso na mesma edição, amparado em artigos que a compatibilizavam com o espírito sagrado de personagens bíblicas como Jó – que perdera temporariamente suas riquezas por uma provação divina, mas, depois, tudo recuperara – ou de uma guerra santa, como as aguerridas cruzadas medievais: “*Não há, no movimento épico das nossas forças, interesses políticos... Há apenas um ideal... Existe, em mãos de infieis um Santo Sepulchro que os Cruzados paulistas vão libertar*”.<sup>329</sup>

Nota-se, claramente, neste discurso que a retórica se baseava em dualismos, isto é, ao lado paulista estaria o bem e seus escolhidos, ao passo que com o Governo Provisório congregaram-se os asseclas do mal, os quais, por ordem divina, deveriam ser contestados a todo transe.

Os combatentes que aderissem plenamente ao ideal propalado, com feitos dignos de seus antepassados, recebiam as honras do heroísmo e eram alçados à condição de protótipos de conduta, a exemplo de um juiz que se recusara a manter-se no conforto de suas atividades cotidianas para coadjuvar o Exército “Constitucionalista”,<sup>330</sup> e de uma mãe que enviou sete filhos para as trincheiras.

<sup>328</sup> *Jornal das Trincheiras*, 08/09/1932, p.1

<sup>329</sup> *Idem*, p.1

<sup>330</sup> *Idem*, p.1

A imagem fomentada pelos membros do *Jornal das Trincheiras* era a de que doar a vida *por São Paulo* seria absolutamente natural e, ainda, pensar ou agir em contrário significava não ser digno das tradições paulistas.

Não se admitia, em todo o percurso, a hipótese da derrota. Por isso, desde as primeiras edições, o apelo veemente à esperança da conquista se fazia presente: “*Sustentae o fogo, que a Vitória é nossa*”.<sup>331</sup> Referindo-se a este tema, a edição do dia 14 de agosto propunha que a *guerra pela lei e pela ordem* já estaria virtualmente ganha e viria espontaneamente coroar o esforço dos soldados das trincheiras, pois “*A ditadura não poderá mais se sustentar, nem em face da opinião nacional, nem diante do mundo*”.<sup>332</sup> Destaca, ainda, que sem o acesso às fontes de recursos materiais e nem às condições de produzi-los, os *traidores de 1930* decairiam com o esgotamento de seus recursos, bastaria *a nossa resistência* –; contraditoriamente, entretanto, tal situação era enfrentada por São Paulo.

A nossa vitória está ao alcance da mão. É, na pior das hipóteses, apenas uma questão de tempo, porque o tempo é nosso aliado e combate por nós contra os nossos inimigos...

A guerra está ganha. E quem a vence é o soldado humilde e anônimo que no desconforto das trincheiras expõe abnegadamente a vida por amor dum ideal e brada a ditadura: ‘O Brasil será livre, porque aqui estamos para morrer pela liberdade da Pátria!’<sup>333</sup>

Para comprovar isso, a LDP direcionava as atenções com maior ênfase ao apoio popular dispensado ao levante, apresentando-o como uma causa unanimemente adotada por todo o estado que, além de ceder voluntários para o combate, ainda contribuía nas campanhas *para o bem de São Paulo* e nos serviços da retaguarda. Falava-se, entusiasticamente, até em duas trincheiras: uma formada pelos guerreiros nas frentes de combate e outra permanente nas cidades, na qual o homem paulista verte o seu ouro para a Vitória. “*Quando se fizer a história da Revolução Constitucionalista e for possível conhecer, em todos os seus pormenores, a mobilização civil de S. Paulo, esta causará maravilha, pela rapidez com que foi realizada, pela sua organização e eficiência*”.<sup>334</sup>

Sobre a campanha do ouro proclamava-se que em apenas três dias de propaganda teriam sido feitas cinco mil doações e que a população em geral doava até seus anéis mais

<sup>331</sup> *Jornal das Trincheiras*, 14/08/1932. p.3

<sup>332</sup> *Jornal das Trincheiras*, 14/08/1932. p.3

<sup>333</sup> *Idem*, p.4

<sup>334</sup> *Jornal das Trincheiras*, 14/08/1932. p.3.

estimados, como os de formatura e casamento, num movimento de classe iniciado por bacharéis em direito filiados a LDP, mas que se tornara uma causa comum.

No dia 18 de setembro alude-se para o contexto externo ao estado, onde a ascensão de São Paulo era qualificada como irresistível. A luta dos novos bandeirantes pelo Brasil, apesar de todas as *dificuldades purificadoras*, seria uma fogueira que atirava longe a chama de seu ideal. O artigo enfatiza que “*Em breve o Brasil inteiro será uma fornalha crepitando e rugindo nas chamas da renovação*” e aí os soldados da lei serão “*coroados de glória*”. E acrescenta que: “*Já novos incêndios surgem. É o Rio Grande do Sul que se inflama. É Minas Gerais que começa a arder. São outros focos que apontam aqui e ali e dos quaes, no soberbo isolamento em que estamos vivendo, mal temos conhecimento ou indicação*”.<sup>335</sup>

Para fortalecer a afirmação sobre a expansão do *ideal da liberdade*, o *Jornal das Trincheiras* conferia grande destaque a todas as adesões, ou mesmo supostas insurreições estaduais que fossem favoráveis à constitucionalização. Para tanto, possuía uma coluna fixa intitulada *Notícias dos Estados*. Nela, a esperança da junção de outras forças à “causa constitucionalista” foi agitada ao extremo, com ênfase ao superdimensionamento de pequenas revoltas no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, da *Insurreição dos Pampas*, da *arrancada do povo catarinense* e, também, de um problema diplomático entre o Governo Provisório e a embaixada italiana.

Cabe destacar que, em momento algum, o triunfo estivera tão próximo de São Paulo como fora veiculado com eloquência surpreendente pela propaganda paulista. Ao contrário, as tropas e armas do Governo Provisório eram incontestavelmente superiores às dos paulistas e as supostas adesões apresentadas como focos da *fogueira constitucionalista* não se constituíram em ameaça significativa para o Exército do governo federal.

De outra parte, o *Jornal das Trincheiras* descrevia o embate como um confronto de caráter nitidamente popular, como comprovaria a participação de todas as classes sociais nos serviços civis da retaguarda. Destacava-se, nesse sentido, a atuação: das *Casas dos Soldados*, da *Associação Christã de Moços*, da *MMDC*, da *Associação de Escoteiros*, da *Alliança Cívica das Brasileiras*, da *Escola Normal Feminina de Artes e Offícios*, *Cruzada Pró-Soldados Convalescentes*, *Cruz Vermelha Brasileira*, e da *Liga Feminina de Defesa*, entre outros que compunham o chamado *Exército da Retaguarda*.<sup>336</sup>

<sup>335</sup> *Jornal das Trincheiras*, 18/09/1932. p.1

<sup>336</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/09/1932. p.3



Contudo, no artigo *os Inimigos*, evidencia-se o tratamento dispensado aos que se recusavam a *servir São Paulo* – o que também desvela os limites da inserção social a causa. Além de qualificá-los como adversários internos, os editores ainda os subdividiam por categorias, tais como: o *boateiro*, que por ingenuidade ou malevolência propaga notícias inverídicas – boas ou más –; o *derrotista*, em cuja saliência pede o término da luta, motivado por interesses econômicos ou pela própria covardia; os espiões e sabotadores, os quais trabalham intencionalmente para o adversário dos paulistas; os comerciantes, usufruindo da ocasião para elevar os preços de suas mercadorias; e o *propagador de doutrinas subversivas*, que se aproveita do momento tumultuado para semear a desordem e atacar as instituições.

O jornal incentiva obstinadamente o ódio contra esses opositores: “*É dever de todos os paulistas contribuir com todas as suas energias para combater a actividade demoníaca dos inimigos que estão aqui dentro cooperando com as forças da dictadura*”.<sup>337</sup>

Durante a pesquisa, verificou-se, por conseguinte, que o apelo a valores e expectativas dos *soldados da lei* foi uma prática importante na mobilização do voluntariado e na manutenção do ânimo das tropas para a continuidade da liça. Entretanto, ao mesmo tempo, o humor também foi peça de combate para aliviar as tensões dos soldados e ainda atacar o inimigo, o qual era alvo de charges, piadas e historinhas em tom depreciativo e regionalista.

Numa coluna intitulada *Cronacas da Retaguardia*, assinada pelo *Tenenti Juó Bananére*,<sup>338</sup> ironiza-se os atos do Governo Provisório ao mesmo tempo em que se exaltam os feitos de São Paulo, num idioma que mistura o português com o italiano, resultando em termos estranhos e cômicos. Nesse dialeto, a *ditadura*, por exemplo, é denominada como *dentadura* e Getúlio Vargas aparece como *Gitulio Danella*.

Desde a 4ª edição, o humor valeu-se também dos quadrinhos animados e das caricaturas de autoria de J.U. Campos.<sup>339</sup> Nelas os combatentes paulistas, em detrimento a suposta fragilidade física com que seriam descritos pelo Governo Provisório, são representados como vigorosos, bem alimentados e equipados com as melhores vestimentas e armas que a situação exigia. A caricatura a seguir cria uma representação de soldado que, nem

<sup>337</sup> *Jornal das Trincheiras*, 22/09/1932. p.1.

<sup>338</sup> Juó Bananére: Pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (1892 – 1933). Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, ao mesmo tempo em que iniciava carreira de jornalista, trabalhando como revisor. Escreveu artigos em “macarrônico”, para jornais humorísticos como “O Pirralho”, dirigido por Oswald Andrade e ilustrado pelo caricaturista Voltolino. Escreveu “La Divina increna” em 1925. Para ele, a Revolução de 1930 deixou tudo como estava antes, ou ainda pior. (Informações extraídas de DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p. 55).

<sup>339</sup> J.U. Campos representa a forma como o pintor e cartunista Jurandir Ubirajara Campos assinava suas obras. J.U Campos nasceu em 1903 e, ao longo de sua vida, trabalhou ao lado de artistas e intelectuais importantes como Monteiro Lobato, ilustrando muitos de seus livros e, provavelmente, partilhando de sua posição com relação ao papel de São Paulo na Federação.

sempre, coincidia com a realidade e as dificuldades enfrentadas pelas tropas de São Paulo nas frentes de combate:



**Imagem 16:** Soldado “constitucionalista” representado pelo *Jornal das Trincheiras*, 25/08/1932. p.3

Se a linguagem visual é empregada para desmentir o governo federal, o humor aviltante, igualmente, rebate a pecha aos adversários. Em *As Aventuras de Jeremias e Zoroastro – Soldados Dictatoriais*. Nelas os opositores são tomados em tom de chacota, sendo Jeremias e Zoroastro caracterizados pelo cartunista como oriundos da “terrinha” do norte, que teriam vindo lutar contra São Paulo, enganados pelos “tenentes”, em troca de comida e outras “especiarias”. Nos quadrinhos, os dois personagens são representados sem vestimentas ou equipamentos adequados para os combates e passam por apuros diante da valentia dos soldados *da Lei*, em que pese à obesidade de sua caracterização.



Imagem 17: As aventuras de Jeremias e Zoroastro – soldados ditatoriais *Jornal das Trincheiras*, 04/09/1932. p. 2

Esse discurso agressivo da LDP contra os aliados do Governo Provisório, efetuado acentuadamente no último mês da luta, não se resumia ao veio satírico, mas atingia outras dimensões na extensão do período bélico. A LDP insuflava o ódio dos soldados ao adversário, representando-o como responsável por todos os fatores negativos enfrentados na peleja. Neste ambiente, em que o tema da Constituição já se esvaía, a propaganda se faz em tom de dualismo: ao lado de São Paulo estaria a civilização, ao passo que secundaria Getúlio Vargas e os “tenentes” a barbárie.

As imputações, nesse sentido, se dão por meio de denúncias de que a “ditadura” teria emitido clandestinamente quatrocentos mil contos de réis, falsificado os *Bônus paulistas Pró-Constituição*, proposto acordos e conchavos para a paz, sem a lei, e metralhado caravanas de combatentes que se retiravam das batalhas, isso sem contar o “alistamento forçado de jagunços e desordeiros, da embriagues sistemática das tropas na hora dos combates e

*d'outros recursos selvagens que não queremos mencionar...*”,<sup>340</sup> sinônimos de barbárie e confusão.

A diferença entre a constituição *moral e mental da ditadura* e dos *defensores da Lei e da Ordem* se manifestaria em qualquer aspecto que se quisesse verificar, a começar pelo campo intelectual, caracterizado por divergências de proporções acentuadas. As rádios *ditatoriais*, em seus dizeres, principalmente a carioca PRAX (Rádio Philips), repetiriam um discurso enjoativo e falacioso que não convenceria ninguém, pois, os seus *soldados intelectuais* careceriam de autoridade mínima para falar ao país. Por São Paulo e pela sublevação, via PRAR (Rádio Record), falariam os “*mais legítimos representantes de nossa cultura, professores das nossas escolas superiores, presidentes das nossas instituições de classe*”,<sup>341</sup> entre outros.

Nesse ponto, é possível perceber o tom falacioso da propaganda feita pelo *Jornal das Trincheiras*, pois entre os desqualificados *soldados intelectuais da ditadura* encontravam-se personalidades que viriam a se tornar célebres no país, como o mineiro Gustavo Capanema, que são minimizados como agentes do mal, como demonstra De Paula.<sup>342</sup>

A representação da “ditadura” como sinônimo de barbárie foi encontrada em outras matérias, a exemplo da edição número 4, na qual se destaca que o Governo Provisório teria espalhado boletins apócrifos na região norte do país, com rasgados elogios à gente de São Paulo e os maiores insultos contra os nortistas, no intuito de estabelecer o ódio entre os paulistas e os naturais de outros estados. Em consequência desta propaganda, haveria chegado ao Rio de Janeiro, pouco tempo depois, um contingente de estudantes baianos, enganados, que vinham do norte para combater aos rebeldes paulistas proclamadores da independência de São Paulo. Devidamente informados sobre a real situação, os estudantes teriam se negado ao combate, provocando uma grande confusão.<sup>343</sup>

O *Jornal das Trincheiras* não se preocupava com a veracidade de suas acusações, como sugere o trecho seguinte: “*É o conhecido ‘espírito dos tenentes’ que torna a por as mangas de fora, é o rançoso marxismo primário, que se revela novamente. E esses pobres anarquistas ambiciosos, esses eternos exilados de todos os partidos, esses bolchevistas de literatura de cordel, só conhecem uma força: o dinheiro...*”.<sup>344</sup>

<sup>340</sup> *Jornal das Trincheiras*, 18/08/1932. p. 1

<sup>341</sup> *Jornal das Trincheiras*, 21/08/1932. p. 1

<sup>342</sup> DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

<sup>343</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/08/1932. p.2

<sup>344</sup> *Jornal das Trincheiras*, 04/09/1932. p. 2

O trecho acima evidencia uma confusão intencional, que mistura o “tenentismo” ao anarquismo e aos comunistas. Cabe ressaltar que cada uma destas correntes possuía adeptos à época que, não raro, se chocavam com os interesses da classe dominante paulista, como ocorreu com os anarco-sindicalistas e demais organizações operárias na greve que perpassou São Paulo, em maio de 1932.<sup>345</sup> Assim, fica clara a intenção das elites paulistas em combater o “tenentismo”, mas, também, outros grupos de São Paulo, considerados inconvenientes.

As críticas são gradativas. No dia 18 de setembro, afirmava-se que “*O fim justifica os meios, tal é a norma de ação que adoptou a ditadura para enfrentar a força irreprimível que a combate*”.<sup>346</sup> O autor anônimo sobreleva que para se perpetuar no poder todos os abusos são úteis, e teriam sido praticados contra São Paulo pelo governo federal. Na edição seguinte, a argumentação ganharia materialidade na palavra do governador do estado, Pedro de Toledo, que redigiu um manifesto, intitulado *À Nação*, enumerando as atitudes da “ditadura” e equiparando-a a uma entidade capaz de terríveis atrocidades, como o bombardeio de cidades indefesas. “*Empregando armas proibidas pelas leis internacionais, não mais vacillou, e poz-se, por aviões, a proceder friamente ao bombardeio de cidade abertas. São Paulo e Santos foram as primeiras victimas nos primeiros dias da revolução constitucionalista*”.<sup>347</sup>

O governador prossegue dizendo que tais práticas sanguinárias se detiveram por algum tempo por causa dos protestos opostos. No entanto, pouco depois, teriam sido retomadas com todo furor:

Ambulâncias da Cruz Vermelha, assignaladas inconfundivelmente de acordo com as leis internacionaes de guerra, têm sido perseguidas e cruelmente metralhadas por aviões de combate, feridos os seus humanitários serviçaes. Cruzeiro, Mogy-Mirim e Silveiras, cidades abertas foram pelas granadas dictatoriaes molestadas, sendo feridas mulheres e crianças ...

Velhos, mulheres e crianças são sacrificados com uma inconsciência sem par e uma maldade sem nome... bombardeando ruas centraes de cidades pacatas, habitações particulares, fábricas, villas proletárias, e até cemitérios, não se pode permitir...<sup>348</sup>

---

<sup>345</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991. p.121-124.

<sup>346</sup> *Jornal das Trincheiras*, 18/09/1932. p. 2

<sup>347</sup> *Jornal das Trincheiras*, 22/09/1932. p. 2

<sup>348</sup> Idem.

O bombardeio de cidades abertas, como Campinas, ganhou destaque no jornal com protestos, como o dos artistas e intelectuais brasileiros de São Paulo, que se reuniram extraordinariamente e consideraram um crime o ataque aos civis e ao patrimônio histórico-cultural, localizado naquela cidade.<sup>349</sup> É importante mencionar que estas incriminações, freqüentemente, não vinham acompanhadas de provas mais contundentes, e que o Governo Provisório negava sua autoria.

A argumentação do jornalzinho e de seus colaboradores, entretentes, atinge seu ápice na perspectiva evolucionista, propugnada pela intelectualidade regionalista, que compunha, desde 1931, as bases do discurso apropriado pela FUP. Na matéria intitulada *Dois Civilizações* o autor anônimo destaca que desde que irrompeu o confronto tornara-se evidente:

... que nos achávamos diante de um conflicto entre duas phases secularmente distanciadas de civilização, atiradas face a face por uma contingência histórica para não dizer entre a civilização e a barbárie ...

Em todos os ambientes sociaes em estado dynamico, evolutivo, existem, a par da elite que se mantem acima da média de civilização do ambiente e constitue o fermento da evolução, a grande massa inferior dos que não podem attingir a essa média, dos inadaptáveis, dos dominados pelos complexos atávicos, dos estados primitivos, que se rebellam contra a civilização e procuram rebaixar o meio social a um grau inferior, num retrocesso degenerativo, para a plena expansão dos seus apetites, das suas paixões, dos seus instinctos.<sup>350</sup>

A assertiva acima, partindo de um jornal que se autodenominava como *órgão da Revolução Constitucionalista* por incumbência do *Comando Supremo do Exército Constitucionalista*, compromete claramente o alardeado caráter democrático do levante. Tal perspectiva permite depreender que dentre a elite promotora do confronto bélico, representada pela LDP e pelo serviço de publicidade, havia um exacerbado sentimento regionalista, que se aproximava ao campo do racismo e da eugenia, traduzido em termos como *massa inferior*, e *complexos atávicos*.

A síntese das críticas ao Governo Provisório concentrava-se na sugestiva e importante coluna *Opiniões Que Valem*, a qual, a partir da 4ª edição, sempre vinha em destaque, reunindo trechos veiculados nos meios de comunicação paulistas, via grande imprensa com o *Correio de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo*, *A Gazeta*, *Diário da Noite*, *Platéia*,

<sup>349</sup> *Jornal das Trincheiras*, 22/09/1932. p. 1

<sup>350</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/09/1932. p.1

*Diário Popular, Folha da Manhã, Folha da Noite e O Estado de S. Paulo*, bem como as opiniões de pessoas ilustres divulgadas nas estações de rádio do estado.<sup>351</sup>

As opiniões que valiam, obviamente, eram sempre favoráveis a São Paulo e depreciativas ao Governo Provisório, advindas dos veículos assinalados. Pelo microfone das rádios, a disputa era candente, principalmente, entre a Rádio Record (PRAR) e a Rádio Philips do Rio de Janeiro (PRAX), que, apesar de antes do início da luta haverem realizado transmissões em cadeia, iniciado o confronto trocavam acusações como assinala Tota.<sup>352</sup> Nas estações paulistas, expressavam-se ministros como Manuel Carlos, professores, militares, advogados e políticos, dentre os quais José M. Whitaker, e ainda padres e bispos, entre outros.

Entre os discursos proferidos, cheios de esperança, destacam-se palavras como do Dr. J.A. César Salgado, o qual enfatizava que: “*Depois da Victória, essa mocidade magnífica, que se bate nas trincheiras pela restauração da lei, fará valer o preço do seu sacrifício. Eles, os jovens soldados do ideal, darão ‘nova physionomia’ á nacionalidade*”.<sup>353</sup>

Para que a retórica da propaganda supracitada se sustentasse, incitando o ânimo das tropas, era preciso evitar a publicação de notícias desfavoráveis que pudessem prejudicar o ânimo das tropas. Mas, por outro lado, os próprios combatentes sabiam que o cotidiano não era constituído apenas por vitórias. O *Jornal das Trincheiras* bem soube trabalhar com as notícias negativas no decorrer do entrincheiramento.

Referindo-se às tropas do Governo Provisório, a fim de amainar-lhes os feitos e, em ambivalência, incitar os brios dos paulistas, as *Notícias Militares* caracterizavam-nas como um exército indisciplinado e desordeiro. Contra os efetivos *ditatoriais* recaíam inúmeras críticas, já que, segundo o *Jornal das Trincheiras*, ao contrário dos aguerridos de São Paulo que se batiam por um ideal, os soldados da União combatiam apenas por alimentação, sequer partilhavam do mesmo ideal e ainda seriam comandados por aventureiros. Na edição do dia 21 de agosto, afirmava-se que ao lado das tropas regulares governamentais, figurariam retirantes nordestinos flagelados pela seca que, em sua maioria, combatiam enganados, “*certos de que o nosso exército é feito de estrangeiros e tem ideais comunistas*”,<sup>354</sup> ou separatistas.

<sup>351</sup> Apesar da grande maioria dos jornais da grande imprensa terem apoiado o levante e alguns dos seus textos haverem sido reproduzidos pelo *Jornal das Trincheiras*, o *Correio Paulistano*, membro importante naquela conjuntura, não fora citado pelo jornalzinho.

<sup>352</sup> TOTA, Antonio Pedro. **A Locomotiva no Ar: Rádio e Modernidade em São Paulo 1924 – 1934**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ PW, 1990. p.97.

<sup>353</sup> *Jornal das Trincheiras*, 25/09/1932. p. 4

<sup>354</sup> *Jornal das Trincheiras*, 21/08/1932. p. 4

Na coluna *Notícias Militares*, veiculada no dia 28 de agosto, destaca-se que os nortistas também teriam sido arrebanhados entre jagunços e cangaceiros que, por isso, promoviam a desordem e o ataque à propriedade privada de São Paulo, com “*casas saqueadas, gado desaparecido, paioes esvaziados*” e povoações depredadas. “... *jagunços e cangaceiros de peor espécie, supprem os resultados que não colhem nas suas offensivas militares, saqueando as fazendas paulistas do norte do Paraná. Destroem tudo. Ao que não podem carregar na sua fúria, de roubo, lançam fogo, inutilizam, como se fossem o próprio sinete da dictadura...*”.<sup>355</sup>

No dia 15 de setembro, pondera-se que a desorganização ditatorial seria tamanha, que os soldados nortistas teriam chegado a extremos como lutar com *unhas e dentes*, contra paulistas armados com metralhadoras e baionetas, e, ludibriados a ponto de partirem sem preparo algum para o enfrentamento, seriam utilizados apenas como elemento para obrigar os soldados da lei a gastarem suas munições.

O noticiário militar, provavelmente uma das matérias mais procuradas pelos leitores, sedentos em descobrir o desfecho dos confrontos, era uma coluna ampla no jornal, trazendo informações diversificadas sobre os combates diários entre as tropas nas principais frentes de luta: Vale do Paraíba, fronteira de Minas (*Fronteira da Traição*) e sul do estado. Além da descrição sobre as operações, as *Notícias Militares* também traziam informações sobre a formação de batalhões, a aviação “rebelde”, as adesões e promoções de soldados e o alistamento de voluntários.

No entanto, na visão do jornal, o Exército insubordinado sempre se manteve em vantagem sobre os efetivos governamentais. Apesar dos escassos avanços paulistas, a explicação para a estagnação vivida pelas tropas, que, decorridos mais de dois meses de luta, não conseguiam adentrar na capital federal e nem em outros territórios, era a de que “*para nós, não se trata de conquistar e, sim, de conservar, aparando os choques dos adversários*”.<sup>356</sup> Assim, a principal tática de luta proposta pelo *Jornal das Trincheiras* para o Exército *Constitucionalista* centrava-se na defesa contra os ataques *ditatoriais*. Não era preciso se preocupar em avançar; caberia aos paulistas resistir, pois, os combates eram violentíssimos, mas sem resultados vultosos para o Governo Central, que já estaria fatigado.

Mesmo as maiores derrotas eram amenizadas e tomadas como parte dos planos do alto comando das forças amotinadas, a exemplo do recuo considerável na frente de Minas Gerais a que foram forçados dado o maior poderio de fogo das tropas leais ao Governo

<sup>355</sup> *Jornal das Trincheiras*, 28/08/1932. p. 3

<sup>356</sup> *Jornal das Trincheiras*, 01/09/1932. p. 3



Provisório, tratado como uma retirada estratégica e, não, fuga. Falseava-se claramente a realidade da luta para iludir a opinião pública, conforme explicita a descrição da baixa, publicada no jornal *A Gazeta*, em 4 de setembro, e reproduzida pelo *Jornal das Trincheiras*:

A acertada decisão do comando das forças constitucionalistas de retrahir a nossa extensa linha de frente no sector Norte, é medida que já estava decidida desde o início do glorioso movimento de São Paulo, em prol da Ordem e da Lei...

Aliás, os dictatoriais, com o nosso afastamento para as proximidades das posições onde nos temos batido, nada aproveitam.<sup>357</sup>

Com relação ao delicado tema das mortes em combate, de início, os diretores do pequeno jornal tentaram fugir ao assunto sequer mencionando as baixas. No entanto, a partir da 5ª edição, torna-se claro que a solução encontrada baseava-se no redirecionamento da questão em prol à causa: elevar os mortos à categoria de heróis.

Na matéria veiculada em 28 de agosto, divulgou-se uma relação de nomes de combatentes que não teriam sido encontrados pelo *Correio Militar MMDC* e cujas correspondências precisavam de remetente para ser devolvidas. Nas edições seguintes, criou-se um *Quadro de Honra*, no qual eram relacionados nomes de combatentes mortos, oriundos de diversas classes e profissões, voluntários civis ou militares, que deveriam ser lembrados entre os heróis de São Paulo:

A morte de um herói!

... O seu nome, Gustavo Borges, soldado da primeira companhia do 9º. B.C.R. deve ser cultuado com veneração e orgulho por todos os brasileiros que amam a sua pátria e que a querem ver grande e soberana, num âmbito de ordem e de liberdade ...

Soldados da Constituição! Honrae a memória deste bravo no campo de Batalha!<sup>358</sup>

É possível verificar, no trecho acima, o clima criado no estado, pois, a própria morte no levante não causaria indignação e medo entre os soldados e a população, mas serviria como incentivo aos que permaneceram na luta.

Referindo-se a resposta do voluntariado à campanha, a coluna intitulada *A Voz das Trincheiras*, cujo título e conteúdo sugerem uma unanimidade da sublevação, publicava cartas enviadas por combatentes aos redatores, expressando suas impressões sobre o confronto. Imersas no ambiente da beligerância, as cartas publicadas apresentam apenas

<sup>357</sup> *Jornal das Trincheiras*, 15/09/1932. p. 1

<sup>358</sup> *Jornal das Trincheiras*, 11/09/1932. p. 3

descrições positivas dos combates e perspectivas otimistas com relação ao futuro do conflito. Assim, numa carta de 30 de agosto, por exemplo, enviada ao jornal por um grupo do 5º. R.I. de Campinas afirmava-se o seguinte:

Faz hoje 44 dias que estamos lutando heroicamente, e nada nos desanima, chuva, frio, aviões. Nem mesmo o frio que é o pior. Daremos até a última gota do nosso sangue pela santa causa que S. Paulo está levando à frente. Haveremos de vencer ou morrer...

O grupo dos 'bambas': (aa) – Rapadura, Francano, Luiz Ferreira, Francisco Rodrigues, Gavião do Mar, Nogueira Netto, Bean Geste, Bahianão.<sup>359</sup>

Outros soldados também se posicionaram sobre a atuação do *Jornal das Trincheiras* e os destinos do enfrentamento:

Sr. Redactor: – Muitas Saudações. Eu tenho lido o seu jornal que muito me tem agradado. Pertencço a um batalhão de sapadores...Trabalhar não é nada, até é gostoso a gente trabalhar muito, mas muito por uma causa tão justa...

Eu não sei escrever mais o seu jornal me deu vontade de escrever para falar tudo o que sinto, e eu só sei que o Brasil é uma coisa estupenda.

Seu criado obrdo. – (a.) F.B.P.<sup>360</sup>

Tais respostas exemplificam, de certa forma, a extensão da propaganda de massa que, apesar da derrota militar do levante, empenhou-se no envolvimento de todo o estado de corpo e alma na peleja. No comando da insubordinação, os homens da classe dominante paulista marcham por um novo ordenamento do poder configurado pós-1930, do qual São Paulo se via alijado. A propaganda coordenada por membros deste grupo, apesar de não ser a única explicação ou a causa central para o envolvimento social na pugna, é, entretanto, parte do embate de forças e porta-voz do projeto mais amplo que almejava recolocar o estado, ainda que radicalmente, no domínio da federação. Desmedida ambição, que controversamente, contudo, não se esgota com o fracasso nos campos de batalha em 1932.

<sup>359</sup> *Jornal das Trincheiras*, 04/09/1932. p. 3

<sup>360</sup> *Jornal das Trincheiras*, 15/09/1932. p. 4

### **Capítulo 3:**

#### **A Fluidez da Derrota à Vitória: malogrados na liça, consagrados nas urnas**

Nos capítulos precedentes, ao refletir sobre a correlação de forças que se projetaram na aventura bélica em 1932 e a importância da propaganda política na articulação dos interesses da classe dominante e dos descontentamentos sociais difusos nessa conjuntura, espero ter fornecido elementos para uma discussão acerca das teses que qualificam o período ora como reação exclusiva dos políticos paulistas alijados, ora como expressão impetuosa das insatisfações da população de São Paulo. Tais enfoques parecem restringir, em demasia, as ações dos contemporâneos, já que a abordagem do processo pelo viés do debate público e da campanha proselitista efetivada pelos mesmos indica no sentido de múltiplos embates pelo poder, seja no âmbito político, econômico, cultural ou social, contrapondo forças da classe dominante paulista e do Governo Provisório e de ambas no domínio das “massas populares” – que, por sua vez, não são passivamente cooptadas.

O findar dos enfrentamentos é, sobremaneira, traumático para a aliança que se encarregara de comandar o levante e, também, para as demais camadas sociais de São Paulo. A configuração do cenário, agitada pela desorganização que se desenrola no estado como um todo, pondo frente a frente a estigmatizada Força Pública – agora encarregada de assegurar a ordem social em favor do pacto firmado em separado com o Governo Provisório – e ex-combatentes, os mais idealistas, recusando-se violentamente ao armistício, coincide com a prisão e o exílio dos principais líderes da sublevação. Aduz-se a esse quadro turbulento e sombrio, o amargo reencontro com a difícil realidade social, tanto dos cafeicultores, à beira da falência, quanto do trabalhador urbano e rural, ameaçado, em grande medida, pelo desemprego, a miséria e as incertezas atinentes à desarticulação dos serviços assistenciais da retaguarda.

Atuar neste ambiente conturbado e propício ao ressentimento, por conseguinte, não é uma tarefa de solução amena. Exige, em ambivalência, o tino político capaz de levar a bom termo as intrincadas negociações com o governo federal e os odiados “tenentes”, a fim de evitar retaliações na renovada ingerência do Governo Provisório ao estado, e, de outra parte, impedir a perturbadora convulsão interna, alavancada por “radicais” nas ruas de São Paulo. Não obstante, menos de vinte e quatro meses depois da derrota militar e dos consideráveis desajustes sociais subseqüentes, o escol dirigente paulista obtinha grande parte das aspirações que o levaram a conspirar, e auto-proclamava, soberbamente, a “Revolução

Constitucionalista” como um marco épico para a nação. Como explicar esse realinhamento político-econômico em tão curto e tumultuado espaço de tempo e, ainda, praticamente sem a participação oficial dos principais quadros partidários de São Paulo, condenados ao exílio e, em parte, com os direitos eletivos de seus membros cassados pelo decreto de 8 de dezembro de 1932, se Capelato<sup>361</sup> e Davidoff<sup>362</sup> afirmam que as conspirações centrais que resultam no levante armado se dão, preponderantemente, ao entorno *O Estado de S. Paulo/ PD?*<sup>363</sup>

A correlação de forças que se cria em São Paulo demanda, portanto, um aprofundamento investigativo, mesmo porque pouquíssimas laudas foram dedicadas pelos intérpretes de 1932 ao período que sucede o combate e, em grau considerável, as análises que o fazem detêm o enfoque centrado nos marcos políticos mais significativos da conjuntura, isto é: a reaproximação entre a elite política e Getúlio Vargas, em função dos desgastes internos ao “tenentismo”, principal base de sustentação do Governo Provisório, e das próprias demonstrações de força dos grupos de São Paulo nas eleições à Assembléia Constituinte – em defesa de um projeto *liberal-democratizante*.<sup>364</sup> Tudo isso seria coroado com a nomeação de um interventor civil e paulista, e participante das conspirações, Armando de Salles Oliveira, representante da ala mais *progressista* dos grupos dominantes.

Ora, evidentemente não se pode negar o tom conciliador que recobre as relações políticas entre São Paulo e o Governo Provisório após o armistício, entretantes, pensar a recomposição sem levar em consideração as fissuras desse processo parece problemático. Sobretudo porque, pelo estudo das diversas fontes de época, estão se realizando alterações importantes no âmbito da política a nível nacional, seja nas divisões do “tenentismo” ou da burguesia paulista;<sup>365</sup> por outro lado, o cenário social e econômico vivido pela população de

<sup>361</sup> CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.10-19.

<sup>362</sup> DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

<sup>363</sup> A solução encontrada por Holien Gonçalves Bezerra consiste em apontar para o reordenamento interno à classe dominante paulista que estaria se processando a partir de uma nova postura política da burguesia industrial e comercial do estado, a despeito do descrédito dos partidos “tradicionais”. Não resta dúvida, que a inserção das *classes produtoras* na política se avoluma no período da Constituinte, todavia, pelas fontes analisadas, sobretudo no segundo capítulo, pode-se inferir que a atuação vigorosa da burguesia no âmbito da administração do estado já se adensara antes do levante e a preponderância de sua representatividade na articulação de forças para o pleito significa a continuação da postura assumida progressivamente, na preparação do confronto. BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.92

<sup>364</sup> MARTINO, João Paulo. **Alguns Fatores da Crise Paulista de 1930 – 1932**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1999. p.36; DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006; BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.74-75; VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.81.

<sup>365</sup> GOMES, Ângela M. C. Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930 – 1935). In: FAUSTO, Boris e HOLANDA, S.B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1983. Col. O

São Paulo após a sublevação não parece menos significativo para a compreensão deste processo.<sup>366</sup> Enfim, a indagação crucial para esta conjuntura remete ao que está implícito na suposta *política conciliatória*, adotada pelo Governo Provisório para solucionar a generalizada desorganização pós-beligerância em São Paulo e que permite a elite paulista superar rapidamente o fracasso da derrota e obter, entre outras demonstrações de força, a emblemática vitória da Chapa Única por São Paulo Unido nas eleições para a Constituinte de 1933/34.

Desta maneira, neste capítulo pretendo refletir sobre o clima periclitante que se abate sobre a economia e a sociedade paulista com o decurso da quimera ufanista da vitória bélica e que resulta no reencontro de diversos grupos com a drástica realidade social. Também interessa averiguar a reconversão da estratégia adotada pelos homens que lideram o estado, no intuito de superar as ameaças da população que se recusa a subordinar-se e, assim, abrir caminho a novas possibilidades para a sonhada partilha do poder.

Para tanto, a investigação se deterá em três partes principais: primeiro, examina-se a controversa negociação que culmina com a deposição das armas pelos insurrectos paulistas e a punição de apenas algumas lideranças pelo Governo Provisório, assim como a situação política e econômica que recai sobre São Paulo com o término da disputa. Em seguida, investiga-se a controversa *política conciliatória* perpetrada por Getúlio Vargas no trato com os amotinados e as aspirações “tenentistas” para o estado. Por fim, a atenção se direciona a emblemática vitória da Chapa Única por São Paulo Unido, no pleito de maio de 1933, sob a hipótese de que nela está embutida a possibilidade de uma nova divisão de poderes entre as forças em pugna no cenário nacional.

### ***3.1 – O Armistício Negociado e a Desorganização Pós-beligerância***

---

Brasil Republicano; GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCS, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>366</sup> Em um dos poucos estudos que mencionam a situação social após o armistício, Ivete Almeida afirma que a população mais necessitada que apoiara a luta teria sido abandonada pelos serviços da retaguarda ao final do confronto. ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz: o paulistano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1999. p.161.

A utopia do triunfo paulista pelas armas esvaiu-se rapidamente, em apenas três meses, com o esgotamento dos recursos mais vitais ao Exército dos sublevados e o esboroamento, em igual proporção, da aliança estadual articulada, ao menos, ao longo dos sete meses iniciais de 1932. A aposta da classe dominante de São Paulo, iludida por sua própria ideologia, ao medir forças com um grupo apoiado por todos os outros estados da federação e, ainda, munido da lealdade das tropas das três armas, ruiria indisfarçavelmente, expondo a ambiciosa ousadia dos beligerantes, que não dispunham de lastro para um empreendimento de tamanha envergadura.

No entanto, se no plano militar a rendição parecia uma solução inevitável diante da impossibilidade de bater o adversário, no âmbito social a situação era outra. Contrariando o que se propalava durante o efêmero período “revolucionário”, nem mesmo o escol dirigente se singularizaria pela *homogeneidade de espírito* nos estertores da derrota, ao passo que a população engajada no voluntariado, a despeito do que almejava a classe dominante, também, não acompanharia o processo bestializada – indício da insatisfação com as asperezas da vida que voltaria a enfrentar?<sup>367</sup>

Em pouco tempo, a conjetural unanimidade das forças insurrectas em favor da luta armada demonstra seu caráter artificial e transitório, trazendo às claras as contradições e ambigüidades do discurso político mobilizador e, igualmente, revelando, com maior clarividência, parte das razões concretas para a inserção social à peleja. Pelas ações e argumentações retóricas dos principais articuladores da sublevação tornam-se, paulatinamente, nítidos os traços de segmentação do próprio grupo que organiza o levante. Se, por um lado, as divergências explicativas dos protagonistas para o fracasso do confronto bélico advêm, obviamente, da tentativa egocêntrica de isentar-se das responsabilidades perante a opinião pública, sensivelmente atônita, de outra parte, desvelam os desarranjos de natureza ideológica, econômica e social que recaíram abruptamente sobre São Paulo e, em poucos instantes, deslocaram de posição os aliados de outrora e turvaram nebulosamente os horizontes do estado.

Já em meados de setembro de 1932, entrevêm-se cisões significativas no bloco aglutinado na organização do levante, por meio de iniciativas independentes, encaminhadas pelos militares insubordinados no sentido da cessação das hostilidades. O general Bertholdo

---

<sup>367</sup> A questão das reações populares ao armistício e sua importância no acordo que se estabelece entre São Paulo e o Governo Provisório, após a deposição de armas, são aspectos pouco explorados pela historiografia, todavia, é inegável a relevância das massas nas negociações pós-beligerância, como evidenciam as fontes de época, sobretudo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/10/1932.

Klinger, segundo enuncia o *Correio de Manhã*, teria se valido de amizade antiga com o general João de Deus Menna Barreto, ministro do Supremo Tribunal Militar, a fim de que ele intercedesse, sem o conhecimento dos líderes civis paulistas, junto ao chefe do Governo Provisório para desencadear as discussões sobre o armistício.<sup>368</sup>

O delicado problema da deposição de armas parece ser um *divisor de águas* na aliança estabelecida a 9 de Julho. Enquanto a maior parte dos militares da Força Pública e do Exército Nacional que defendiam São Paulo preconizavam a premência de encerrar a peleja inglória, entre as lideranças civis ainda havia acentuadas hesitações acerca dos moldes e do momento de negociar com a *ditadura*.<sup>369</sup> Todavia, em meio à indecisão, prevalece a avaliação dos militares, culminando no pedido de suspensão das hostilidades, em 29 de setembro, a fim de assentar a cessação da luta, enviado pelo comandante das tropas paulistas a Getúlio Vargas, mesmo sem o consentimento do Governo de São Paulo.

A solicitação paulista, sinal incontestado da rendição dos insurrectos, é recebida com entusiasmo pelos “revolucionários” de 1930, que se reúnem no Palácio do Catete, na tarde de 29 de setembro, em sessão ministerial extraordinária, para definir os termos do tratado de pacificação – que, em última instância, deveria *assegurar as conquistas da revolução de trinta* –, nomeando-se, de antemão, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe das forças federais no Setor Leste e exímio conhecedor de São Paulo, já que fora comandante da 2ª Região Militar sediada no estado, para representar o Governo Provisório nas negociações com os sublevados.<sup>370</sup>

O limiar dos entendimentos pela pacificação, que é também, nos dizeres do general Klinger, a possibilidade derradeira de barganhar com o Governo Central, não obstante, explicita a fragilidade dos liames que interligavam as Forças “Constitucionalistas”. Na cidade de Cruzeiro, próxima à divisa entre São Paulo e Minas Gerais, o general Góes

<sup>368</sup> *Correio da Manhã*, 30/09/1932. O general Klinger, anos depois, confirmou que enviara telegrama em 14 de setembro, pedindo ao general João de Deus, cujo filho, homônimo, servia ao exército por São Paulo, para que sondasse a possibilidade de assentar a pacificação, mediante a garantia da rápida reconstitucionalização do país. KLINGER, Bertholdo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 425.

<sup>369</sup> É o general Klinger quem informa que embora o comando militar insubordinado optasse pelo armistício, grupos civis articulados a outros tantos militares pretendiam prosseguir à revelia os combates. O coronel Euclydes Figueiredo lideraria um grupo francamente disposto a arregimentar elementos que quisessem continuar a luta, do qual faziam parte Paulo Duarte, Julio de Mesquita Filho e Tito Pacheco, além do capitão Saldanha da Gama, da Força Pública, e o coronel Palimércio de Rezende. Conforme Klinger, no entanto, seus projetos pouco êxito tiveram entre as tropas, pois elas já estavam bastante desgastadas. KLINGER, Bertholdo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 412

<sup>370</sup> Participaram da reunião alguns dos membros da Aliança Liberal de 1930 que se mantiveram ao lado de Getúlio Vargas, ao longo do processo em que São Paulo se desvinculou. Eram os ministros: Oswaldo Aranha, da Pasta da Fazenda; José Américo, da Viação; Whashington Pires, da Educação; general Espírito Santo Cardoso, da Guerra; Salgado Filho, do Trabalho; almirante Protógenes Pereira Guimarães, da Marinha; e Afrânio de Mello Franco, titular do Exterior e interino da Justiça. *Correio da Manhã*, 30/09/1932.

Monteiro recepciona, ainda na noite do dia 29 de setembro de 1932, os emissários do general Bertholdo Klinger, representantes oficiais do Exército amotinado e da *Direção Executiva do Movimento Revolucionário*, numa conferência que se estende por longas horas, sem, contudo, alcançar decisão harmoniosa que sequer assegurasse a manutenção da suspensão do confronto. Apesar do propósito dos líderes paulistas de permutar a deposição de armas pela satisfação de algumas aspirações do levante, o general Góes não permite a imposição de condições à rendição.<sup>371</sup>

Curiosamente, porém, diante da persistência do comitê “rebelde” em protelar a luta, com a finalidade evidente de diminuir o impacto da vitória do “tenentismo”, a cindida Força Pública Paulista – que compunha parte importante do Exército Constitucionalista –, chefiada pelo coronel Herculano de Carvalho, que assumiu a corporação já com a luta em curso, atravessa as negociações, comunicando-se diretamente com o general Góes Monteiro e recusando-se, a partir de então, a sustentar o combate e a obedecer às coordenadas do Governo Paulista e do *Comando Superior Revolucionário*. Avaliando o custo/benefício da peleja, a Força Pública opta por romper a aliança traçada, anteriormente, em São Paulo. Frente à inusitada situação e valendo-se da argúcia indispensável a bons negociadores, o representante do Governo Provisório não hesita em firmar um acordo em separado, excelente para os “revolucionários” de 1930, com o heterogêneo grupo sublevado. Deste modo, dissolve as últimas esperanças de êxito dos paulistas ao promover, em 2 de outubro de 1932, a Convenção Militar de Cruzeiro, pela qual a Força Pública Paulista se comprometia a rever as ações que praticara durante a batalha e assegurar a ordem no estado em favor do governo federal. Além disso, aceitara, aquela corporação, a tarefa drástica e “traíçoeira” de depor o mesmo Governo Paulista que aclamara a dez de julho.<sup>372</sup>

A fatalidade das arrasadoras derrotas nos campos de batalha e na “diplomacia”, diante de Getúlio Vargas e do “tenentismo”, além de fortalecer os “revolucionários” de 1930, desnorteou profundamente o comitê insubordinado, fragmentando-o visceralmente. O malogro do armistício trouxe sérias complicações, sobretudo, aos políticos do PD e do PRP, alvos inquestionáveis da ira do Governo Provisório e, certamente, de hora em diante, identificados pela população como responsáveis pelo fracasso de São Paulo. Nestas condições, é interessantíssima a saída encontrada por eles, ao nível da retórica.

Valendo-se da conduta impopular da Força Pública, Pedro de Toledo e seu secretariado, ao deixarem seus cargos, isentam-se publicamente de todas as responsabilidades

---

<sup>371</sup> SILVA, Hélio R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967. p.240.

<sup>372</sup> CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 74.



pelo insucesso militar e suas conseqüências. Logo de início, utilizam-se da estratégia que, segundo Holien Gonçalves Bezerra, pautaria o discurso legitimador da burguesia paulista,<sup>373</sup> afirmando categoricamente que o levante partiu do Exército, da Força Pública e da população de São Paulo em geral: “*Aclamados pelas forças militares e pelo povo paulista, tivemos de, obedecendo á sua imposição, assumir o governo do Estado, passando a dedicar-lhe todas as energias de que éramos capazes a fim de corresponder á confiança e, principalmente, ao trabalho incomparável de seu grande e nobre povo, que se atirou a guerra com todo ânimo de vencer*”.<sup>374</sup> (grifo nosso).

Se não bastasse a suposta elevação ao posto de comando do levante por inércia, os políticos paulistas ainda teriam sido abandonados, na hora decisiva, por outros estados conspiradores que o levaram a guerrear e não sustentaram a palavra empenhada. Entrementes, esta ausência dolorosa e pérfida seria suprida pela abnegação espontânea e sobrenatural do povo de São Paulo, que abasteceu os exércitos e a retaguarda civil à todo transe até que, novamente surpreendido, “*em 27 de Setembro findo, teve o governo notícia de que, entre a officialidade da Força Pública, se preparava, em surdina, um entendimento com a dictadura para a cessação da guerra... Reuniu-se o governo e... viu-se na emergência de não poder oppor-se á resolução dos militares*”.<sup>375</sup>

Nessa linha argumentativa, se não iniciara o confronto e nem articulara a rendição, conclui-se que os políticos paulistas apenas cumpriram seu dever cívico de lutar por São Paulo e pelo bem do Brasil, assim como todos os outros voluntários que abraçaram a causa.<sup>376</sup>

Corroborando as afirmativas do Governo Paulista, outros políticos do Rio Grande do Sul endossam esse discurso laudatório, apontando a responsabilidade pelo fracasso bélico para fatores externos ao estado de São Paulo, tais como a traição do interventor gaúcho Flores da Cunha. Refugiados em Buenos Aires, João Neves, Raul Pilla, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor – membros de agremiações partidárias proeminentes no Rio Grande do Sul – reiteram que foi em seu estado que o crime de lesa pátria se consumou, essencialmente em decorrência

<sup>373</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988, p. 30.

<sup>374</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03/10/1932.

<sup>375</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03/10/1932.

<sup>376</sup> Na visão do general Klinger, o Governo Paulista tinha plena ciência das negociações pelo armistício, entabuladas oficialmente, embora, nesse quesito, ele revele que não aceitaria o veto dos políticos. Na divisão de funções que alega existir, aos militares caberia interromper a luta, para que o governo civil negociasse a rendição – daí o equívoco da Força Pública. Disso, Pedro de Toledo estaria sendo informado por vários políticos que estabeleciam as ligações, notadamente, Francisco Morato, Waldemar Ferreira e Plínio Barreto. KLINGER, Bertholdo (general). **Narrativas Autobiográficas**. RJ: scp, 1949-1953. p.429-430.

do não cumprimento do compromisso assumido pela Frente Única Gaúcha no aludido processo de articulação para a insurreição.<sup>377</sup>

Consentem, sem maiores óbices, em dizer que antes da eclosão da beligerância, o Rio Grande do Sul teria conspirado junto a São Paulo contra o Governo Provisório acedendo, inclusive, a participação em uma Frente Única Pró-Constituição, que uniria gaúchos, paulistas e mineiros. Todavia, o interventor federal no estado, Flores da Cunha, que conspirara unido aos políticos, teria posto tudo a perder quando se iniciou o conflito, por permanecer ao lado do Governo Provisório alegando que, como delegado federal, não poderia trair aquele que lhe confiara o cargo.

Os signatários do manifesto afirmam que Flores da Cunha havia acertado acordos amplos, completos, irrestritos e absolutos com a Frente Única Gaúcha, fato que seria testemunhado pelo envolvimento do interventor em eventos públicos da conspiração e pelo próprio pedido de demissão que enviara ao Governo Provisório, meses antes do levante, tentando manter intacta sua honra: “*Mas ao mesmo tempo que falava assim, falava em outro tom, muito diferente, à ditadura, com a qual se comprometia, a princípio e à revelia da frente única, a aceitar a Pasta da Justiça*”.<sup>378</sup>

Contudo, a defesa desta interpretação evasiva, cunhada, no calor da hora, com vistas a esquivar dos agravos do povo e, oxalá, do Governo Provisório os políticos conspiradores, vai, passo a passo, tornando-se insustentável. Ainda que a falha dos conluios em outros estados constitua-se em uma das causas do mau êxito na batalha,<sup>379</sup> ela não ameniza as responsabilidades da Frente Única Paulista, que, nesta fase definida por Klinger como o período do *salve-se quem puder*, são exploradas no interior dos próprios partidos políticos que deram sustentação às articulações oposicionistas. Nem mesmo o PD, talvez o principal conspirador, ficou imune ao tumulto, já que um dos membros de seu Diretório Central veio a público, como lembra Capelato, após a deposição de armas – por arrependimento ou remorso? –, para atestar não apenas que o partido participara ativamente da trama conspiratória, mas que os seus líderes teriam plena ciência da inviabilidade do

---

<sup>377</sup> PILLA, Raul, NEVES, João, LUZARDO, Baptista, COLLOR, Lindolfo. *Ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação*. Folha volante, 15/10/1932. Datilografado em COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p. 52 – 74.

<sup>378</sup> Idem, p.60

<sup>379</sup> A conspiração em favor da constitucionalização entre os partidos políticos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, no início de 1932, preocupava o próprio general Góes Monteiro, que temia a sublevação destes estados em favor de São Paulo. MELLO, Arnon Afonso de Farias. **São Paulo Venceu!** Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1933.

levante: “*Repugnava-me a idéia de uma revolução. São Paulo não estaria para ela preparado*”.<sup>380</sup>

Além disso, J.A. Marrey Jr. alicerça sua opinião no fato de que o PD saberia que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, provavelmente, não iriam aderir a uma *revolução* naquele momento, o que, de partida, reduziria de modo drástico as possibilidades de êxito no combate bélico contra as Forças Armadas da nação.

Esse obstáculo, por ele apontado previamente, não teria sido suficiente para deter o encaminhamento da insurreição, pois os outros políticos que dirigiam a articulação agiam – denuncia – com objetivos escusos: “*a Revolução não tivera outro propósito que não as aspirações de mando dos que a promoveram*”.<sup>381</sup>

Diante da gravidade do momento, a estas alterações não compete simplesmente construir uma imagem positiva para a posteridade. O que está em jogo no debate público em questão, pelo que se entrevê nas falas da classe dominante, é a condenação ou a absolvição perante a transtornada população paulista. A resposta do PD, por conseguinte, foi instantânea e ardilosa, não tardando em jogar com a atípica conjuntura social, ao classificar o dissidente como covarde, oportunista, assecla do Governo Provisório e traidor de seus próprios companheiros e do sofrimento coletivo de São Paulo e de sua gente – que na retórica preconizada seriam os verdadeiros responsáveis pelo levante:

o faz no momento em que S. Paulo foi vencido pela traição e pela felonía. No momento em que S. Paulo ainda está ocupado pelas tropas adversárias. No momento em que nove dos seus companheiros do Directório Central estão presos, expiando o crime, que é o de todos os bons paulistas, de terem dado tudo por sua terra... Fal-o, quando os presos não se podem defender...

A cair, supplices, perante o vencedor, preferimos ficar de pé com São Paulo.<sup>382</sup>

Esta estratégia, aliás, caracteriza perfeitamente a conduta da classe dominante no espaço público, como assinala Chauí, afinal, outra não é a função do discurso ideológico a não ser revestir de universalidade a leitura de mundo da burguesia, tornando válidas as idéias dessa classe para a sociedade como um todo.<sup>383</sup> Neste aspecto, a fusão dos destinos do PD com as agruras de São Paulo, visa, evidentemente, espisar a culpa do partido frente a sociedade paulista.

<sup>380</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.79.

<sup>381</sup> Idem, p.80.

<sup>382</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/10/1932.

<sup>383</sup> CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O general Isidoro Dias Lopes, no entanto, membro ilustre da revolução de 1930 e comandante militar de 1932, logo após o definhamento das possibilidades de êxito bélico, procurou a imprensa de São Paulo para esclarecer a situação a que fora submetido durante o confronto armado, enunciando uma interpretação radicalmente contrária a dos políticos. Sem refutar a sua participação efetiva nas articulações que se deflagraram a 9 de Julho, o reputado militar reclama o alijamento a que fora submetido no curso da sublevação, fato que comprovaria, também, que o papel do Governo Paulista na conjuntura seria bem diferente do que tentavam fazer crer os seus membros. Em suas palavras, após ser nomeado pelo líder supremo do Estado, Pedro de Toledo, para a Junta que dirigiria o levante, pouco tempo permaneceu no cargo, pois: *“uma vez que o governador estendeu, por decreto, suas atribuições estaduais a funções de governo federal, aquela Junta ficou um órgão sem funções”*.<sup>384</sup>

E acrescenta que a interação do Governo nos assuntos militares era sensivelmente ampla, a ponto de tomar parte na opção pela rendição: *“Ora, o governo da revolução, aclamado por todas as forças federaes, estaduais e corpos patrióticos... permitiu que o chefe militar – como delegado do governo revolucionário – fizesse o pedido de armistício, não em seu nome individual, mas como chefe das forças revolucionárias”*.<sup>385</sup>

As alterações que perpassam o espaço público não param por aí. Pela Força Pública, o coronel Herculano de Carvalho Silva, talvez o mais alvejado militar “constitucionalista”, pronunciou-se contra as insinuações dos políticos e de seus pares no extenso texto *As Razões da Minha Atitude*, no qual alardeia, sem meias palavras, as falhas perpetradas pelos conspiradores no processo de articulação da luta, que redundaram no combate absolutamente desigual e fadado ao fracasso.<sup>386</sup>

Conforme o coronel Herculano, a Força Pública não teria participado dos conluios secretos que precederam o levante e somente aderira aos amotinados às vésperas do conflito, porque fora informada de que competiria a ela a restrita tarefa de manter a ordem, de prontidão nos quartéis, para a passagem das tropas federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.<sup>387</sup> Entretanto, logo ficou claro que o levante não seria uma mera parada

---

<sup>384</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01/10/1932. O general Klinger rebate esta afirmação ao propor que o próprio Isidoro teria solicitado o seu afastamento dos cargos diretivos da “rebelião”. KLINGER, Bertholdo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 203

<sup>385</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01/10/1932

<sup>386</sup> Reproduzido integralmente em SILVA, H. R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

<sup>387</sup> Os capitães da Força Pública Heliodoro Tenório e Odilon Aquino de Oliveira, reformados administrativamente em consequência da “Revolução Constitucionalista” e somente revertidos à atividade após o

militar, mas uma experiência trágica, marcada pela vigorosa resistência do Governo Provisório contra um efetivo enviado às pressas ao *front*, mal armado, precariamente municiado e – o pior dos males – despreparado para a guerra.

O alardeado apoio dos outros estados, também, não passara de uma promessa dos políticos, sem bases sólidas. Nessas condições, pondera o coronel, os requisitos indispensáveis para o enfrentamento teriam escasseado rapidamente, obrigando as tropas a realizarem improvisações burlescas, como a utilização de uma espécie de matraca, que sacudida provocava a impressão de tiros, para ocultar a inaceitável privação de munições nas trincheiras paulistas:<sup>388</sup> “*Um crime continuar a luta daquele modo. Um crime permitir-se que aqueles moços se expusessem às balas adversárias...*”.<sup>389</sup>

Além disso, acrescenta que em 25 de setembro de 1932, quando teriam se avolumado as discussões a respeito do armistício, a situação já se tornara insustentável no *front*, onde soldados que se recusavam a prosseguir no combate promoviam atos de indisciplina. Assim, o coronel Herculano de Carvalho Silva defende sua antecipação ao Governo Paulista e ao general Klinger nas negociações, alegando que não havia outra solução para o caso a não ser encerrar as hostilidades imediatamente, e enfatiza que “*Atiraram-me a pecha de traidor. Revido o insulto àqueles que pretendiam transformar São Paulo em nova Cartago...*”.<sup>390</sup>

Fazendo uso de argumentos semelhantes, outros membros da Força Pública tentaram absolver moralmente a postura de seu comandante. O Tenente-coronel Manoel Marinho Sobrinho, diretor do Centro de Instrução Militar da Força Pública Paulista, aguardou a assinatura da Convenção Militar de Cruzeiro para entregar à imprensa duas cartas que ele

---

advento ao governo estadual de Armando de Salles Oliveira, questionam visceralmente, em obra publicada no final de 1933, essa interpretação, alegando que parte significativa da Força Pública estaria coordenando a conspiração – iniciada com o motim fracassado em abril de 1931 na própria Força Pública – e ciente de que o levante poderia não se resumir a uma “revolução branca”. No entanto, ressaltam que a corporação estaria dividida entre elementos “abrilistas” ou “revolucionários” e “miguelistas”, cujo alinhamento com o “tenente” Miguel Costa os impedia de acompanhar de perto o conluio secreto. O coronel Herculano, que assumiu o comando com o levante em curso seria historicamente “miguelista”, o que explicaria sua conduta traiçoeira. TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). **São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933. p. 235-252. O general Klinger endossa a interpretação dos capitães. KLINGER, Bertholdo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953.

<sup>388</sup> Nos dados apontados por Alfredo Ellis Junior, para o início da luta São Paulo dispunha apenas de seis milhões de cartuchos para a infantaria, no que era superado comparativamente até mesmo pela insurreição de 1924 na capital paulista, que dispunha de dezessete milhões de cartuchos. Mesmo com a produção improvisada pela indústria do estado, de até duzentos mil tiros por dia a inferioridade e a insuficiência da munição fora caótica. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933. p. 224.

<sup>389</sup>SILVA, H. R. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

<sup>390</sup> Ibidem, p. 381.

teria escrito aos seus superiores durante o confronto, contrariando a adesão à insurreição e a obediência ao comando “rebelde”. Dentre os motivos por ele alegados, ainda nos primeiros dias de operações, estaria a inexistência de uma causa legítima, que justificasse o derramamento de sangue no solo pátrio, ademais a entidade não teria sido consultada a respeito da radicalização, apenas fora convidada a se manter naturalmente de prontidão nos quartéis.

A formação e o envio de batalhões arbitrariamente e às pressas para a linha de fogo são descritos como devaneios inaceitáveis, supostamente não denunciados no início do confronto por respeito ao entusiasmo popular, o que, contudo, não amenizaria a irresponsabilidade do empreendimento: “*Só a impetuosidade do povo me compelle a silenciar ante essas loucuras, sem precedentes na história de São Paulo*”.<sup>391</sup>

O Tenente-coronel Marinho sobreleva, numa segunda correspondência, enviada em 27 de setembro, a inexistência absoluta de recursos materiais suficientes para garantir sobrevivência ao Exército “Constitucionalista”, apelando na ocasião ao coronel Herculano de Carvalho Silva pelo abreviamento das mortes da mocidade paulista e da destruição da fortuna pública e particular do estado em vão.<sup>392</sup>

Cabe destacar, no entanto, nas entrelinhas da justificativa da Força Pública, a vigência de motivações não declaradas para o rompimento com o Governo Paulista na ocasião da deposição de armas. Considerando o prestígio extraordinário que até 1932 gozava essa corporação, como lembra Heloisa Rodrigues Fernandes, fica evidente que guiava as atitudes derradeiras do comando da Força Pública, em primeiro lugar, o ressentimento contra os demais conspiradores que haviam excluído das articulações o grupo a que pertencia o coronel Herculano, o que explica a retribuição do ato de infidelidade na cessação das hostilidades, mesmo porque se a corporação estava ciente do despreparo do estado para a guerra, qual o motivo da manutenção das tropas no *front*, até o pedido de armistício de Klinger? Em segundo lugar, parece provável que a ameaça aos brios da corporação, traduzida no temor de

---

<sup>391</sup> *Correio da Manhã*, 06/10/1932.

<sup>392</sup> Na concepção dos capitães Heliodoro e Oliveira, o tenente-coronel Marinho Sobrinho também pertenceria ao grupo dos “miguelistas”, por isso estaria aliado à decisão de Herculano. TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). **São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933.

que o Exército Federal transpusesse as barreiras de resistência, em frangalhos, e adentrasse triunfalmente na capital paulista, avalize o hipotético crime de *lesa São Paulo*.<sup>393</sup>

Nesse intenso e visceral debate público que explicitou meridianamente a fragilidade da aliança *revolucionário-constitucionalista*, mesmo no âmbito da elite, e, conseqüentemente, desvelou as ambigüidades do discurso da unanimidade, os industriais e comerciantes procuraram esquivar-se, tentando desvincular-se até mesmo das funções sociais exercidas durante a sublevação. Apesar de não se manifestarem publicamente com a mesma eloqüência que seus aliados, depreende-se, entretentes, de suas atitudes após a pugna o propósito de distanciar-se do fracasso bélico e de suas conseqüências negativas. Significativa, nesse sentido, foi a dissolução da *Comissão Central de Donativos do Comércio e da Indústria de São Paulo*, presidida por Antônio Carlos de Assumpção, justamente no momento em que o comando da Força Pública, após ter deposto o Governo Paulista, rogara-lhe apoio para a normalização da vida paulista, em estado caótico.<sup>394</sup> O encerramento sumário da *Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo*, sob incumbência da Associação Comercial, e a doação de boa parte dos donativos à Santa Casa de Misericórdia, na capital paulista, também traduz o afastamento da polêmica, deixando,<sup>395</sup> a um só tempo, as responsabilidades pela derrota perante a população aos políticos e militares e a assistência ao voluntariado civil, outrora amparado como o mais legítimo herói paulista, ao Governo Provisório.

As contendas aludidas, envolvendo os insurrectos, foram acompanhadas atentamente no Rio de Janeiro pelo jornal *Correio da Manhã* que, ao contrário do que se passava em São Paulo, não hesitou em tomar partido dos militares, aproveitando os elementos da cisão para justificar sua oposição à “rebelião” e fortalecer o apoio conferido a perpetuação da obra desencadeada em 1930. A intervenção do coronel Herculano de Carvalho Silva nas negociações para o armistício, facilitando a tarefa do Governo Provisório, seria saudada como atitude louvável em meio aos maus exemplos dos políticos paulistas: “*as autoridades federaes passaram a entender-se com uma personalidade que, além de ser um representante autorizado da mais forte agremiação belligerante genuinamente paulista, revela-se á altura do momento delicado que atravessamos*”.<sup>396</sup>

---

<sup>393</sup> Uma análise detalhada sobre a história da Força Pública pode ser encontrada em: FERNANDES, Heloísa R. **Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Histórico-Sociais**. São Paulo: Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973.

<sup>394</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1932.

<sup>395</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/10/1932.

<sup>396</sup> *Correio da Manhã*, 04/10/1932.

Na mesma perspectiva, o pronunciamento do comandante da Força Pública em resposta as acusações perpetradas contra sua corporação, apontando as limitações do Exército “Constitucionalista”, seria aplaudido e apropriado de modo oportunista como um *depoimento insuspeito*, que legitimaria, em todos os sentidos, a postura crítica do *Correio da Manhã* ao negar adjetivos aos beligerantes de São Paulo:

E foi exactamente por... não querer dar aos seus leitores senão os episódios e as interpretações compatíveis com a severidade de um jornalismo honesto que... pareceu que o ‘Correio da Manhã’ se guiava pela paixão política. O facto de não vehicularmos as fantasmagorias que eram aqui servidas ás creaturas crédulas, sob a forma de boletins vindos directamente do Estado rebellado ou colhidas nas irradiações de radio da mesma procedência, fez crer aos espíritos de boa fé, pois que somente desses nos ocupamos, que, por motivos de censura ou, coisa mais grave, por deliberação própria sonegávamos notícias militares favoráveis aos revolucionários.

Nós, porém, sempre collocamos o dever de ao público dizer a verdade acima de quaesquer outras razões.

Hoje, que a luz meridiana jorrou sobre o movimento de S. Paulo, já se pôde ver quem estava procedendo honesta e lisamente.<sup>397</sup>

A digladição pública entre os articuladores civis e militares do levante desvela – repito – não apenas a função catártica de escoimar-se perante a posteridade, de uma eventual condenação moral ou mesmo o temor pela provável retaliação por parte do “tenentismo”. Na altercação em apreço, estampada em grandiloquência nas fontes de época, como que almejando pautar as discussões por caminhos idealizados pelos contemporâneos, todavia, é preciso ir além da retórica propugnada para melhor problematizar a realidade social em que estavam envolvidos os contendores. Nas palavras de Ginzburg, é indispensável seguir indícios, sinais muitas vezes fugidios que, porém, podem dar acesso as organizações mais complexas.<sup>398</sup>

Desta feita, pensar a denotação histórica das disputas discursivas em questão implica, primeiro, indagar-se a respeito das motivações sociais que impulsionam a produção desses discursos e que não estão explícitas com o mesmo realce nas fontes, sobretudo porque o espaço da grande imprensa é, via de regra, ideologizado, como propunha Marx.<sup>399</sup> O que

<sup>397</sup> *Correio da Manhã*, 11/10/1932.

<sup>398</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>399</sup> Conforme Géraldine Muhlmann, a produção de Marx no âmbito do jornalismo é emblemática. Reconhecendo o caráter excludente e *aburguesado* que costuma predominar nesse meio, entre as diversas idas e vindas de seu itinerário intelectual, resolveu “combater por dentro” a supremacia ideológica da classe dominante, contrapondo, nos textos jornalísticos que criou, as escolhas temáticas e construções dos ideários da burguesia. MUHLMANN,



significa, neste momento pós-beligerante, a absolvição ou a reprovação dos líderes sublevados perante a população paulista? Por que se defendem e se atacam abrasivamente, a despeito da alardeada solidariedade cívica dos meses de luta?

Penso que as hipóteses devem ser lançadas no sentido do esgotamento da aliança beligerante em São Paulo, desencadeado, impetuosamente, à medida que a notícia do armistício se espalha pelo estado e provoca uma desorganização generalizada, a qual ameaça, inclusive, a sobrevivência dos homens que integram o comando “constitucionalista”. As acaloradas discussões travadas na imprensa, – talvez, por se considerar, como pondera Habermas, que tal espaço, representando a esfera pública burguesa, serve também à manipulação<sup>400</sup> – ao que se dá a entrever, são sinais de problemas mais profundos, que perpassam integralmente a sociedade paulista, em seus diversos níveis, forjando uma esfera passível de convulsões sociais. A divulgação abrupta da vitória do inimigo, assim, tem implicações inextricáveis e pesarasas em todos os segmentos que compõem as forças amotinadas, tanto no âmbito da elite, quanto do povo em geral.

Isso é perceptível mesmo em despreziosos – no sentido político do termo – anúncios comerciais. Veja-se como a sensibilidade do publicitário da área de medicamentos capta as tensões do período, no dia 8 de outubro de 1932: “*BANQUEIROS, industriais, commerciantes, intellectuaes e chefes de família. Precisam readquirir calma e controle sobre seus nervos. Em milhares de pessoas poderá ser encontrado um único organismo que não soffrera as conseqüências do momento?*”

O próprio anúncio replica:

Não. Todos tiveram sua participação, e todos precisam de repouso e um tônico que acellere a vitalidade de seu organismo enfraquecido pelos abalos continuados.

Recorra sem hesitar ao uso de alguns vidros de Vanadiol e em poucos dias seu organismo readquire nova energia e bem estar.<sup>401</sup>

Levando em consideração os princípios elementares da publicidade comercial, aludidos por Ana Figueiredo, tem-se que é função do anúncio explorar tendências e valores preexistentes, ainda que difusos, na sociedade, em detrimento a criação de imagens novas, que

---

Géraldine. Marx, o jornalismo, o espaço público. In: NOVAES, Adauto (org). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras.

<sup>400</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 210.

<sup>401</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08/10/1932.

não encontrem ressonância no público-alvo e canalizá-los na direção do consumo de massa.<sup>402</sup> Certamente, essa máxima publicitária pode ser estendida aos capitalistas de São Paulo em 1932, o que implica também aceitar que *readquirir calma e controle sobre os nervos*, compete a todas as classes que, de fato, apresentam algum grau de sobressalto: a burguesia, em destaque, (Banqueiros, industriais e comerciantes), a classe média (intelectuais) e os chefes de família.

É, acredito, em função do impacto estonteante – moral e, principalmente, material – que se prorrompem as alterações públicas com tamanhas dimensões. Indícios insofismáveis, por conseguinte, de uma situação “não-dita” nas fontes e, praticamente, inexplorada pela historiografia atinente aos embates do momento, sobretudo, quando ela deposita quase todas as atenções nos marcos políticos do período. Nessa perspectiva, a periclitância econômica da própria classe dominante após o confronto passa praticamente despercebida, assim como, a leitura da população outra sobre o armistício permanece emudecida, já que São Paulo vence as eleições à Constituinte em 1933.<sup>403</sup> Estes não são meros detalhes do processo histórico, pois os indícios sinalizam para o arrefecimento e o descrédito das forças políticas mais significativas do estado, em outubro de 1932, o que, igualmente, põe em questão as possibilidades e limites do revigoramento autônomo da burguesia para o pleito que se avizinhava e a *atitude conciliatória* do Governo Provisório.

A conjuntura econômica que fica subjacente aos confrontos discursivos, nesse sentido, é elucidativa. Se a crise mundial de 1929, aliada a outras complicações inerentes à produção agrícola em âmbito nacional, tornou a situação do principal produto de exportação brasileiro extremamente grave nos limiares dos anos trinta, levando de roldão, ao menos, os donos de fazenda, o comércio de exportação e os trabalhadores rurais, e, ainda, com ressonâncias na produção industrial, veja-se o cenário que se instaura na economia paulista, segundo a Câmara de Comércio Exportador, com o debelamento da sublevação:

o commercio de exportação de nosso Estado esteve inteiramente paralyzado durante perto de três meses; os elementos productores das zonas de guerra – que se podem classificar sem exaggero de zonas flageladas – nada fizeram durante a guerra constitucionalista; muitas classes tiveram as suas actividades nas cidades e nos campos, nos escriptorios e nas officinas completamente suspensas durante aquelle período. Por um lado, se não foram

---

<sup>402</sup> FIGUEIREDO, A.C.C.M. “**Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada**”. **Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 18.

<sup>403</sup> Mesmo H. Bezerra, que propõe uma importante reflexão sobre o jogo de forças travado após o levante, confere reduzido espaço às imbricações entre a situação material do estado e o direcionamento político de São Paulo. BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.85-99.

augmentadas as despesas geraes se mantiveram no mesmo nível, em desacordo com as rendas que eram nenhuma...

Essa, a face do problema para a grande maioria do povo, compreendendo comércio, indústria, lavoura, classes liberaes e – notadamente – o exercito numeroso dos consumidores.<sup>404</sup>

Portanto, os aproximadamente três meses de confronto ampliaram sensivelmente as dificuldades financeiras de São Paulo, interferindo, sobretudo, nas relações comerciais que se processaram em nível inferior ao cotidiano, em benefício do levante. Nas zonas de combate, porém, a situação se agravou, uma vez que todos os ramos de atividade sofreram paralisações.

De outra parte, não se trata exatamente da estagnação completa da produção, como explicita o general Klinger, pois “o abastecimento de S. PAULO, apesar de cortadas as importações, não se resentiu da gerra: não houve falta de jêneros de subsistência, nem racionamento do consumo, nem amento dos presos... rezultado natural da sustentação do ritmo do trabalho e de sua adaptação á crise”.<sup>405</sup>

Contudo, se a carestia foi diminuta durante a resistência armada – resultado natural do esforço da burguesia na coordenação dos trabalhos da retaguarda – os rendimentos conjunturais não atingiram os níveis suficientes para cumprir as obrigações financeiras inerentes aos setores produtivos. Veja-se as tabelas 1 e 2 abaixo, apresentadas por Warren Dean, sobre as movimentações comerciais via porto de Santos:

**Tabela 1:** Balanço Comercial do Estado de São Paulo, Comércio Exterior<sup>406</sup>

	(milhares de contos)		
	Exportações	Importações	Superavit ou Deficit
1928	2 095	1 479	+ 616
1929	2 097	1 407	+ 690
1930	1 428	794	+ 634
1931	1 751	696	+ 1 055
1932	1 120	444	+ 656
1933	1 564	800	+ 764

FONTE. São Paulo (Estado), Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, *Estatística do porto de Santos com os países estrangeiros, 1927-1928 a 1933-1934*.

<sup>404</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13/10/1932.

<sup>405</sup> KLINGER, Bertoldo (general). *Narrativas Autobiográficas*. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 121.

<sup>406</sup> DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945*. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.206.

**Tabela 2:** Balanço Comercial do Estado de São Paulo, Comércio de Cabotagem<sup>407</sup>

<i>(milhares de contos)</i>			
	Exportações	Importações	<i>Superavit ou Deficit</i>
1928	418	601	183
1929	378	514	136
1930	314	354	40
1931	393	325	68
1932	348	284	64
1933	442	299	143

**FONTES:** São Paulo (Estado), *Comércio de cabotagem pelo porto de Santos, 1927-1928 a 1933-1934.*

Na tabela 1 evidencia-se, para além da expressiva mudança ocorrida no fluxo de mercadorias pelo porto santista a partir de 1929 e o principiar de uma recuperação nas exportações em 1932, a singular queda nas práticas comerciais (de importação e exportação), superando a grande baixa de 1930, ainda que o superávit tenha sido suavemente maior que naquele ano.

A mesma tendência se verifica no que tange ao comércio de cabotagem. Afora a extraordinária inversão dos percentuais de negociações envolvendo São Paulo e os outros estados da federação (a partir de 1931 os paulistas passam a vender mais do que compram dentro do país), o ano de 1932 marca uma queda significativa na recuperação esboçada em 1931.

Se os dados atinentes ao balanço geral do ano de 1932 permitem inferir que a economia do estado, contrariando os resultados de 1931 e 1933, não cresceu, pode-se supor que o motivo central da baixa esteja relacionado ao emparedamento de São Paulo nos meses de confronto. Assim, os problemas estanques, mas acumulados ao longo da beligerância, obviamente, vieram à tona com a cessação das hostilidades, exacerbando a insatisfação com o resultado do levante. Afinal, aduzida à derrota na aventura bélica estaria a recessão pós-sublevação.

Além disso, em outro sentido, depor armas significaria aceitar, a contragosto, a renovada ingerência de pessoas “estranhas ao estado” nos negócios públicos de São Paulo. Situação difícil de consentir e conformar-se, se a classe dominante paulista, representada

<sup>407</sup> Idem, p.207.

pelas diversas agremiações e entidades, vertera suas principais esperanças e recursos com a finalidade predominante de retomar o poder nas dimensões estadual e nacional.

A indústria, que no ano de 1932 implementava sua recuperação,<sup>408</sup> entretanto, se vê acometida pelo abalo nas relações comerciais durante o combate. O quadro parece ser ainda mais sombrio para os cafeicultores que, além de suportar a humilhação da derrota, voltariam a depender dos socorros públicos, após se rebelarem contra os seus administradores.<sup>409</sup>

As conseqüências alarmantes da derrota para a produção e distribuição cafeeira, aliás, preocupavam o país como um todo, conforme se detecta no editorial do *Correio da Manhã*, ao ponderar que “*urge a adopção de medidas que permitam supprir os prejuízos oriundos dessa interrupção verificada durante período tão grande*”.<sup>410</sup>

O jornal passa em revista à crise atravessada pela cafeicultura nos anos trinta e aos esforços do Governo Provisório em solucioná-las, ressaltando o peso negativo da paralisação decorrente do levante na obra perene de reconstrução econômica. Desafiado pela superprodução nacional e a concorrência estrangeira, o trabalho dos fazendeiros brasileiros redundara na formação de verdadeiras montanhas de café, cuja exportação vinha sendo controlada para evitar o aviltamento da mercadoria nos postos de consumo. Os números aduzidos são impressionantes. Somente em São Paulo, na colheita de 1931-1932, existiriam acumulados 35.500.000 sacas, quando a exportação de Santos regularia ser de 9.300.000 anualmente; por conseqüência, o estoque equivaleria a quase quatro vezes a quantidade para a qual o estado teria comprador.

Diante desse quadro, a atuação do Governo Provisório, por meio do Conselho Nacional do Café, dera-se no sentido de liquidar trinta milhões de sacas em doze meses, a fim de equilibrar a economia paulista. Plano este que teria colhido bons frutos até despontar a sublevação e a subsequente paralisação do porto de Santos, mergulhando novamente os cafeicultores na crise, uma vez que: “*com a suspensão da exportação paulista, esse plano teria sem dúvida sofrido, porque os consumidores, desfalcados dos productos do grande estado, trataram de servir á sua clientela café de outra procedência... Não deveremos ter a illusão de que elles ficaram esperando pela abertura do porto de Santos*”.<sup>411</sup>

<sup>408</sup> Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

<sup>409</sup> Outros produtos agrícolas, como o açúcar e o algodão, não foram tão abalados quanto o café, no cenário em questão, entretanto, os dividendos da cafeicultura sobrelevavam expressivamente todas as outras mercadorias de exportação de São Paulo. RENARD, Antoine. **São Paulo é Isso!** São Paulo: Nacional, 1933.

<sup>410</sup> *Correio da Manhã*, 15/10/1932.

<sup>411</sup> *Correio da Manhã*, 15/10/1932.

Mas o Instituto do Café de São Paulo, representante dos interesses dos cafeicultores em nível estadual, não estava plenamente de acordo com o plano econômico adotado pelo Governo Provisório. Na ótica de Afrodísio de Sampaio Coelho, que preside essa entidade depois do levante, “*o restabelecimento do equilíbrio entre a produção e a exportação por meio de fornalhas devoradoras é o maior disparate em economia*”. Essa medida seria aceita apenas como paliativo, fadando, no entanto, ao agravamento da crise.

É, ainda, Afrodísio S. Coelho quem fornece, com maior acuidade, os elementos para compreender o estado vivido pelos lavradores de café no período que sucede o armistício. Sobreleva, em primeiro lugar, a precária distribuição do produto no segundo semestre de 1932, pautada não somente pela limitação das negociações, como afirma o *Correio da Manhã*, mas pelo acúmulo em estoques de sacas já vendidas e não entregues, porque o porto de Santos esteve trancado pelo governo federal. Uma solução seria premente, já que, frente ao agravamento do quadro, mesmo: “*com o pagamento dos cafés retidos, o lavrador terá socorro passageiro*”.<sup>412</sup>

A venda ou a liquidação dos estoques resolveria parcialmente apenas a situação dos proprietários rurais, acometidos pelas dívidas incalculáveis que punham em risco a própria posse de terra:

Além de tudo, sua propriedade perdeu cinquenta por cento do respectivo valor. Raro é o fazendeiro que se não encontra de voltas com execuções na iminência de perder suas lavouras, em vista de não ter pagado seus compromissos por causa da política retencionista. E o mais doloroso é que uma boa parte de suas dívidas é representada pelos juros simples e capitalizados. A situação foi agravada com os últimos acontecimentos, pois, além de se não exportar o produto, todas as fazendas das maiores zonas de operações ficaram dammificadas ou paralyzaram seus serviços.<sup>413</sup>

Embora o tom lamurioso das reclamações advindas do Instituto do Café deva ser devidamente considerado,<sup>414</sup> não resta dúvida que o principal produto da economia paulista demandava atitude urgente, a mercê do Governo Provisório, no sentido de se escoar a produção acumulada e atrair recursos para o estado, a fim de amainar o efeito cascata nos outros segmentos da sociedade, cujos indicativos financeiros também não eram alvissareiros,

<sup>412</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02/11/1932.

<sup>413</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1932.

<sup>414</sup> Ainda que admita as dificuldades da economia paulista no ano de 1932, Antoine Renard, pseudônimo de Delcide Carvalho, enfatiza jubilosamente que as exportações de São Paulo naquele ano corresponderam a 44% dos negócios internacionais do Brasil. RENARD, Antoine. **São Paulo é Isso!** São Paulo: Nacional, 1933. p 9.

conforme assinala Bezerra.<sup>415</sup> Aliás, a estagnação da produção e distribuição comercial não eram privilégios do setor agrícola, como ficou dito antes.

O comércio e a indústria, mobilizados ativamente nos meses de confronto para a organização dos serviços de assistência na retaguarda – incumbência coordenada pelas principais lideranças da Associação Comercial e da FIESP –, a dispensa de funcionários que se dispusessem a integrar os batalhões de voluntários, e a improvisação de munições, equipamentos e apetrechos bélicos, foram acometidos, com o findar dos enfrentamentos, pelas despesas diversas com os títulos, obrigações, pagamentos de salários e dívidas de impostos e taxas para o Governo Provisório, sem que as rendas auferidas nesse período fossem compatíveis com os gastos acumulados.

A situação do comércio e das instituições financeiras apresentava ainda especial inquietação em decorrência da imprevisibilidade quanto à sustentação do *Bônus Pró-Constituição* pelo Governo Central, já que, conforme o *Correio da Manhã*, haveria, oficialmente, em circulação no estado de São Paulo, a vultosa quantia de duzentos e setenta mil contos de réis. “*Esse total servia para cobrir as despesas de guerra e as despesas extraordinárias que durante o movimento, não tiveram a compensal-as nenhuma arrecadação*”.<sup>416</sup>

Se isso não bastasse, o agravante do problema seria a descoberta e o desbarato de uma quadrilha de falsificadores do *Bônus Pró-Constituição*, que agia na capital e no interior do estado, causando prejuízos e insegurança às agências bancárias, companhias de estrada de ferro e casas comerciais.<sup>417</sup>

O estágio da situação em apreço também pode ser aferido pelas correspondências trocadas entre o coronel Herculano de Carvalho e Silva, governador militar interino de São Paulo, e o general Góes Monteiro, encarregado pelo Governo Provisório de dar os primeiros passos para a *pacificação dos espíritos*: “*Em resposta a vosso telegramma hontem, sobre circulação ‘bônus’ emitidos São Paulo, comunico-vos que vou interceder junto sr chefe do governo faça que seja declarado feriado por cinco dias para Estado de São Paulo*”.<sup>418</sup>

Independentemente da resposta do Governo Provisório, no entanto, algumas casas comerciais do centro de São Paulo já se conservavam paralisadas, assim como

<sup>415</sup> Os dados aludidos podem ser corroborados pelos números apresentados por Bezerra, segundo os quais, em dezembro de 1932, havia seiscentas e cinquenta e uma fazendas paulistas hipotecadas ao Banco do Estado de São Paulo. BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. SP: Moderna, 1988, p. 57.

<sup>416</sup> O jornal noticia ainda que apenas as despesas da luta somavam 160 ou 170 mil contos. *Correio da Manhã*, 12/10/1932.

<sup>417</sup> *Correio da Manhã*, 13/10/1932.

<sup>418</sup> *O Estado de S. Paulo*, 05/10/1932.

“permaneceram fechados, também, os estabelecimentos bancários, as Bolsas de Títulos e de Mercadorias, a Junta e a Associação Comercial” nos primeiros dias após o armistício.<sup>419</sup>

A reivindicação essencial do comércio e da indústria, não obstante, para além da solução do caso do dinheiro paulista que, conforme indica Jose A. V. Pontes, estava provido de lastro,<sup>420</sup> centrava-se, de fato, na reabertura do porto de Santos e nos problemas relacionados ao fisco.

Nos aproximadamente três meses em que o porto de Santos permaneceu obstruído pela marinha brasileira, o comércio de São Paulo, notadamente, com o exterior, esteve drasticamente limitado, ocorrendo, inclusive, a descarga de mercadorias trazidas por navios com destino ao porto paulista, no seu congênere do Rio de Janeiro. A inércia de comerciantes e industriais resultou no acúmulo de dívidas diversas com o Governo Provisório e os fornecedores, sem a entrada de recursos para lhes fazer frente. Por isso, as suas reivindicações capitais, formalizadas pela Câmara do Comércio Exportador, seriam: a decretação imediata da moratória, por noventa dias, e a isenção da cobrança da taxa de 2% sobre as transações a serem realizadas tanto no porto de Santos, quanto no resgate das mercadorias já depositadas no Rio de Janeiro.

A queixa do comércio e da indústria que desvela, em parte, sua situação social pós-beligêrancia<sup>421</sup> é exemplificada no jornal *O Estado de S. Paulo*:

certa firma commercial tem uma despesa mensal de 20:000\$000; acumulou, portanto, durante a revolução, cerca de 60:000\$000. Concedida a moratória nos termos apenas do que se decretou a 6 de agosto... pelo governo constitucionalista de São Paulo, essa firma terá de pagar em novembro os 20.000\$000 de sua despesa normal ordinária, mais 25% - ou sejam 15:000\$000 – do débito em atraso, num total de 35:000\$000. Ora, para quem só teve despesa e não produziu, é evidentemente inaceitável a situação.<sup>422</sup>

Pelos dados expostos, não se trata, evidentemente, de uma crise insolúvel a situação que recai sobre São Paulo ao debelar-se a sublevação. Entrementes, a saída para os desarranjos econômicos da classe dominante torna-a dependente, com maior intensidade, das diretrizes políticas do Governo Provisório, pois, por si sós, cafeicultores, industriais e comerciantes já não poderiam sustentar seus negócios sem a conivência de Getúlio Vargas e

<sup>419</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02/11/1932.

<sup>420</sup> PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta**: o caráter nacional de um movimento democrático. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.131.

<sup>421</sup> Para Warren Dean entre as principais insatisfações dos industriais estavam, também, às atinentes ao problema cambial, que prejudicava a importação de matérias-primas importantes para a manutenção da produção. DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945. 2ª**. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.208.

<sup>422</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13/10/1932.



seus aliados. Em grande medida, as discussões reiteradas entre os articuladores do confronto são indícios do dilaceramento da junção conspiratória, em função do contato com essa difícil realidade social, que conforma os insubordinados, como sujeitos históricos concretos,<sup>423</sup> em subjugados e obriga-os a lutar, mesmo que cindidos, pelas demandas individuais que os acometem.

Encadeia-se, sem dúvida, à periclitância econômica o afloramento de sentimentos hostis entre os próprios amotinados, como demonstram os debates aludidos, que se interligam à dimensão simbólica do impacto provocado pela frustração do insucesso e o retorno do inimigo ao posto de comando, trazendo consigo a violência simbólica da perpetuação da dominação dos exploradores, tida como ilegítima.<sup>424</sup> Desse modo, a névoa perturbadora que ainda recobre a ruínosa configuração material aparece jungida ao ambiente hipersensível do fracasso e da desilusão, que faz dependentes da União os sublevados e desfaz sua aliança, desarticulando as hipóteses de reação.

Mas, a desorganização que incide repentinamente ao cessar fogo não se restringe à burguesia paulista. Prosseguindo na análise da perturbadora conjuntura pós-insurreição, resta pensar a situação da população em geral, nesse momento aturdido, e como procura manifestar-se em busca de soluções para o cenário em apreço, uma vez que, ao contrário dos membros constrictos à classe dominante, ela não tem direito a palavra na grande imprensa do estado, que apenas se arvora de esfera pública, com vistas, via de regra, a canalizar e manipular a insatisfação popular em direção a satisfação dos interesses que lhe aprazem, em detrimento a formação, de fato, de uma opinião pública crítica e articulada em torno à defesa dos diversos grupos sociais.<sup>425</sup>

Isso, contudo, dificulta sensivelmente acompanhar as reações do povo de São Paulo à derrota bélica e condiciona o olhar analítico a vestígios de sua presença, captados na imprensa e nas escassas obras de memorialistas lançadas e que são preservadas.

---

<sup>423</sup> Como assinala Vavy P. Borges, *“para compreender as razões de suas ações sem atribuir-lhes somente intenções monoliticamente mal-intencionadas, é importante vê-los enquanto gente, como indivíduos, e aceitar que em suas mentes e corações se misturavam desordenadamente interesses e ideais, oportunismos, paixões e preconceitos...”*. BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.69.

<sup>424</sup> Conforme Baczko, as investidas sobre o imaginário social em determinados episódios acontecem em dupla direção: *“Por um lado, estas visavam à constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões”*. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.5 .p.299.

<sup>425</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; HORKHEIMER, Max e ADORNO, T. W. *A indústria cultural. O Iluminismo como mistificação de massa*. In: LIMA, Luiz Costa. (org.) **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

Primitivo Raimundo Soares, adepto do pensamento anarquista que escreve com o pseudônimo de Florentino de Carvalho, é um dos poucos memorialistas que interpretam o período sob a ótica da esquerda, fornecendo, todavia, elementos importantes para pensar as próprias fissuras do engajamento do povo de São Paulo no levante e as conseqüências do fracasso bélico para eles. O autor questiona visceralmente, ainda no ano de 1932, a unanimidade do ideal constitucionalista entre os paulistas que aderiram à sublevação e, no que concerne, em particular, a atuação do operariado, Carvalho explicita a vigência de divisões no seio deste grupo que, embora em sua ampla maioria se mostrasse “*indiferente àquela imponente manifestação de civismo*”,<sup>426</sup> a ela, em parte, aderira, mesmo sem partilhar dos ideais que impulsionavam a burguesia.<sup>427</sup>

Na concepção do autor, diversos grupos de operários integraram-se à pugna, exclusivamente, sob a ameaça de comprometerem suas colocações profissionais, – é bom lembrar que manifestações contrárias a campanha eram equiparadas à traição – o que, tendo em vista o elevado número de desemprego no período, significaria caminhar, possivelmente, rumo à miséria;<sup>428</sup> e outros tantos ingressaram na *arrancada burguesa* com o objetivo de escapar a penúria resultante das asperezas sociais, beneficiando-se, em conseqüência do alistamento, dos serviços de assistência da retaguarda.<sup>429</sup>

Ora, admitindo-se que as condições de vida dos trabalhadores já se encontravam visivelmente desconfortáveis no período que precede a disputa, a ponto de parcelas do operariado juntarem-se à campanha para fugir ao desemprego, é inegável a constatação de que

---

<sup>426</sup> CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: Solução Imediata Dos Grandes Problemas Sociais**. São Paulo: Ariel, 1932. p.18.

<sup>427</sup> É importante lembrar que as organizações operárias mais ativas no período sofreram fortes embates após as greves de maio de 1932 – na luta contra os abusos patronais – que culminaram na repressão violenta e na prisão das lideranças do movimento. SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991. Com isso, pode-se supor que seu posicionamento como classe no levante tenha ficado comprometido, restando-lhes seguir as diretrizes da consciência e das necessidades individuais, como sugere ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz: o paulistano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1999. p.138.

<sup>428</sup> CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: Solução Imediata Dos Grandes Problemas Sociais**. São Paulo: Ariel, 1932. p.22.

<sup>429</sup> Ainda que seja uma tarefa espinhosa identificar as motivações subjetivas que induzem os indivíduos a optarem por determinadas diretrizes políticas, a questão econômica apontada por Carvalho parece ser um dos caminhos plausíveis, embora não monoliticamente, considerando os indicadores sociais do período. Os dados apontados por Bezerra, apesar de sugerir que a classe média tenha combatido iludida pela burguesia e o operariado teria se mantido alheio ao levante, corroboram o diagnóstico de Carvalho, ressaltando haver no período “*a queda nos salários percebidos pelos assalariados do campo e pelos trabalhadores da cidade, nos anos compreendidos entre 1929 e 1932*”. Além disso, o trabalhador brasileiro vinha sendo “*castigado pelo desemprego*” e “*pela instabilidade decorrente do fechamento de inúmeras empresas*”. BEZERRA, Holien G. **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. 2ª. ed. São Paulo: Moderna, 1988, p.55.

a desorganização pós-beligerância afeta, de modo drástico e preocupante, também, a população paulista.<sup>430</sup>

É extremamente provável que a paralisação do comércio externo e a redução das rendas comerciais internas nos meses da peleja resultaram, em primeiro lugar, após o confronto, no agravamento singular da ameaça ao emprego dos trabalhadores rurais e urbanos, pois, como se viu antes, a burguesia se defrontara, com o fracasso do empreendimento bélico, diante de diversas dívidas acumuladas, sem, no entanto, poder contar com a renda que lhe provinha das negociações comerciais, sobretudo, pelo porto de Santos. Por conseguinte, se parte da população integrara-se às hostes “rebeldes” com a esperança de assegurar o posto de trabalho, como propõe Florentino de Carvalho e problematiza Ivete Almeida,<sup>431</sup> o findar dos enfrentamentos significa, para estes, a frustração e a revolta pela certeza de que a situação social não seria milagrosamente melhorada.

Prenúncios dessa realidade dolorosa se materializavam, nitidamente, nos primeiros dias após o armistício, com a ampliação da penúria da população de todo estado. Diversas cidades do interior paulista que ficavam em regiões próximas às frentes de combate foram, compulsoriamente, desocupadas, sob a alegação da aparatosa “retirada estratégica para articular melhor a vitória”, e a população que nelas residia, em grande parte, foi trazida à capital do estado “*que agasalha actualmente milhares de pessoas*”.<sup>432</sup>

Ainda que não seja possível identificar o contingente exato da população interiorana que se aglutina na cidade de São Paulo em outubro de 1932, pode-se supor, a partir da alusão mencionada acima, presente no periódico *O Estado de S. Paulo*, que a situação calamitosa atinge a milhares de paulistas. O que fica subjacente nesse quadro é a questão relativa às condições de vida das famílias retirantes na capital. A cidade, que já seria habitada por aproximadamente um milhão de pessoas, estaria preparada para abrigar dignamente tamanho agrupamento? Como sobreviviam aqueles que foram alijados de suas próprias casas? E, por

---

<sup>430</sup> O contemporâneo Eduardo Dias, em suas memórias, fornece uma definição emblemática da situação dos trabalhadores ainda no início dos anos trinta. “*O ano de 1931 fora de muita dificuldade. O desemprego era em massa. Os que tinham serviço eram só três dias por semana. Nas portas das fábricas, multidões passavam o dia todo, esperando vaga... as coisas de primeira necessidade escasseavam na maioria das famílias... na nossa não era diferente. Agrupamentos nas esquinas. Nas portas das casas os vizinhos todos na rua*”. Citado por ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz: o paulistano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1999. p.141.

<sup>431</sup> Idem. p. 140.

<sup>432</sup> A origem exata das pessoas alojadas na capital não é fornecida pela imprensa, assim como as datas de chegadas e partidas. *O Estado de S. Paulo*, 07/10/1932.

outro lado, de que modo encaravam os lares e negócios deixados, abruptamente, para trás, sob o poder de tropas adversárias?<sup>433</sup>

Ao que as fontes indicam, a situação das diversas cidades do interior – assim como da capital – não era amena. Enquanto algumas delas estavam despovoadas e, portanto, sujeitas ao saque de tropas indisciplinadas, outras permaneciam desorganizadas, já que muitos prefeitos empossados durante o levante haviam abandonado os cargos e fugido à notícia da derrota, e as polícias locais, em certa medida, estavam fora de ação, transitando pelo estado após o confronto.<sup>434</sup>

A situação do voluntariado civil e de seus familiares, entretanto, era desesperadora. Finalizados os serviços militares, “*milhares de voluntários que desincorporados, desejam reincorporar-se nas atividades que abandonaram... ao deixar as fileiras*” o fazem, entretanto, “*sem recursos pessoais*”, nem mesmo para adquirir trajes civis, que substituam o uso de fardas, a partir de então, terminantemente proibidos. Os “*guerreiros de Piratininga*” tornam-se, assim, dependentes da assistência dos menos flagelados, como se pode averiguar no anúncio divulgado pela Casa do Soldado da capital: “*Ainda hoje é esperada uma leva de trezentos prisioneiros, que alli accorrerão em busca de traje civil com que possa regressar aos pontos de onde partiram*”.<sup>435</sup>

Mas, as dificuldades não se limitam à obtenção de vestimentas e transporte para o interior, se os combatentes, da mesma forma que a elite, permaneceram três meses sem auferir rendas e com as despesas familiares mantidas. Esse é o lado mais espinhoso da questão, à medida que nem mesmo as “*ajudas de custo*” que os voluntários teriam direito a receber do tesouro do Estado, relativas – em atraso – aos meses de agosto e setembro, lhes são concedidas. Ao contrário, sob a justificativa de que o Governo Paulista não teria recursos para cumprir o acordo firmado anteriormente, os ex-combatentes ficam a mercê da solidariedade pública.<sup>436</sup>

A periclitância pós-sublevação é ainda mais insustentável, contudo, para as vítimas do enfrentamento – mutilados, feridos, prisioneiros e órfãos, como sugere *O Estado de S. Paulo*: “*São numerosas as mãos que perderam, com a morte de seus filhos, o seu sustento e o*

---

<sup>433</sup> Várias cidades do Vale do Paraíba e de outras regiões de combate teriam sido alvos de saques dos soldados beligerantes, após desocupação. Por causa das *retiradas estratégicas*, teriam sido deslocadas cerca de “oitenta mil almas” de cidades próximas ao *front*. VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.59-62.

<sup>434</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08/10/1932.

<sup>435</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22/10/1932.

<sup>436</sup> *O Estado de S. Paulo*, 07/10/1932.

*consolo de sua velhice. São numerosas as esposas e as crianças que sofrem presentemente as agruras da viuvez e da orfandade”*.<sup>437</sup>

As adversidades em diferenciados níveis que atingem a população de São Paulo, na capital e no interior do estado, e a deixam desabrigada, ameaçam a manutenção dos postos de trabalho, pelo abalo econômico ou a exoneração por conspiração, limitam a aquisição de gêneros alimentícios, prejudicam o estado material das casas e propriedades e, em suma, traem a dignidade do voluntariado, que fica a mercê da solidariedade alheia até para se vestir, contribuem para o acirramento do clima após o levante e a desagregação da junção conspiradora. A despeito da suposta manipulação ideológica que conduziria rigidamente a participação popular em função dos ideais burgueses,<sup>438</sup> o povo de São Paulo demonstra, em ambivalência, que sua adesão a causa corresponde, também, à expectativa de melhorias nas condições sociais, asseguradas na campanha, e não aceita passivamente a situação a que se faz submetido com a derrota.

No âmbito simbólico, a questão não é menos problemática, à medida que a notícia do retorno do inimigo, anunciado reiteradamente durante meses como o responsável pelo “*mal-estar geral, sombrio e doloroso*”<sup>439</sup> do estado, dissemina-se, e fomenta o temor e o desencadeamento de sentimentos hostis contra os agentes da usurpação, como pondera Baczko.<sup>440</sup>

Não por acaso, portanto, a população acometida pelos desarranjos econômico-sociais agravados pelo levante, alijada da “união cívica” nos seus estertores, e, sobretudo, privada de espaço nos meios de comunicação, escolhe as ruas para manifestar seus sentimentos. Acreditando, possivelmente, ser a agitação pública a forma mais eficaz de se fazer ouvir, as “massas paulistas” intentam incluir, de modo violento e desordenado, sua opinião na conjuntura que se forjava, demonstrando eloqüentemente não se contentar com o lugar (não) reservado a ela nos destinos de São Paulo.

O general Bertholdo Klinger alega ter pressentido a esfera altamente sensibilizada em meio ao povo paulista quanto às decisões do comando de sublevação, mesmo antes de tornar públicas as negociações pelo armistício, por isso, em 27 de setembro de 1932, enviara um telegrama ao coronel Euclides Figueiredo, no intuito de reunir elementos com que assegurar a

<sup>437</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1932.

<sup>438</sup> ZIZEK, S. (org). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

<sup>439</sup> *O Estado de S. Paulo*, 15 de janeiro de 1932.

<sup>440</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 316.

ordem: “*CONFIDENCIAL – Comsecuência sifrado armistício vg póso mandal-U pelo menos uma ou duas cias., do 6º RI vg para garantia ordem nesta capital*”.<sup>441</sup>

No entanto, com a precipitação da Força Pública durante as conversações, não apenas as tropas para fazer frente à provável reação popular não foram organizadas, como – pior – libertaram-se, atabalhoadamente, na capital, prisioneiros civis e militares favoráveis ao Governo Provisório, que conforme as notícias das negociações eram divulgadas, em 30 de setembro de 1932, teriam insuflado a população a agir contra as autoridades do levante.

Na ótica de o jornal *O Estado de S. Paulo*, todavia, não se faz menção à atuação de oficiais libertados. Nesta data, descreve, a população despertou sob um ambiente de justificada emoção, ávida por conhecer os detalhes das negociações acerca do fim do confronto. Reunida pela manhã em pequenos grupos que, porém, aglutinavam-se em todas as ruas, ao cair do dia essas aglomerações teriam constituído numerosas multidões e organizado manifestações frente às sedes das principais lideranças do levante. No Quartel General da 2ª Região Militar, cobraram explicações do general Klinger sobre os fatos ouvindo, em um rápido pronunciamento, a promessa de que São Paulo só aceitaria uma paz honrosa. Na busca pelo governador Pedro de Toledo, a pressão popular se realizara no palácio dos Campos Elíseos, liderada por um grupo de voluntários indignados com a situação. Contra os militares da Força Pública, por sua vez, o confronto teria sido direto, demarcado por ataques e hostilidades aos oficiais que faziam o policiamento da cidade, resultando, inclusive, em vítimas fatais, cujos nomes, a princípio, não foram divulgados.<sup>442</sup>

Klinger, na tentativa de desqualificar a relevância dos anseios populares, insiste que as manifestações eram tuteladas por ex-prisioneiros, dentre os quais estariam muitos de seus inimigos pessoais, valendo-se da oportunidade para se vingar. E prossegue:

Semelhantes manifestações continuaram, em vários pontos, nem sempre inócuas. No meio, houve derrame de papeluxos imprécos em que se protestava contra a ‘traição’ a S. PAULO, que como tal era julgado o empenho pela cessação de guerra, e abertamente por isso se apregoava o meu assassinio.

Foram também a ocupar o edifício dos Correios e Telégrafos, mas foram daí deslocados pelo 1º. “Tenente Clodoaldo G. MAIA; e atacaram a Estação do N., da E.F.C.B., mas foram sangrentamente rechaçados, deixando na estação dois mortos.”<sup>443</sup>

<sup>441</sup> KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 409.

<sup>442</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01/10/1932.

<sup>443</sup> KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953, p. 442.

Esse movimento que se aglutina na ofensiva contra o encaminhamento da pacificação, à revelia da “opinião pública”, não se pautava, todavia, pela homogeneidade de táticas e interesses em sua constituição. Ao mesmo tempo em que grupos de ex-voluntários mais idealistas propugnavam a continuação do confronto bélico, outros se diziam arrependidos por terem confiado nos líderes da sublevação e ingressado na arrancada, e havia, ainda, aqueles que pelejavam pela resolução de sua situação material.

A opinião que se faz ouvir com maior intensidade nos momentos em que se anuncia o armistício, não obstante ao que pondera Klinger, e que toma a dianteira na agitação das massas, é a de uma propaganda clandestina, levada a termo por meio de panfletos e boletins redigidos e distribuídos por dissidentes dos articuladores do cessar fogo, oriundos da Liga de Defesa Paulista, da Liga Pró-Constituição (grupos estudantis) e, até mesmo, dos “abrilistas” da Força Pública.

O promotor público Ibrahim Nobre,<sup>444</sup> que durante a luta integrou, denodadamente, as *Bandeiras Cívicas*, foi, igualmente, um dos líderes das agitações populares em reação à deposição de armas, classificada por ele como uma traição a São Paulo. Ressaltando o caráter arbitrário da opção pela rendição e a possibilidade idealista de continuar a luta, o orador forneceu, indiretamente, subsídios para todos os níveis de insatisfação contra as autoridades do levante e alimentou a utilização das ruas como palco para impor a visibilidade:

Vencidos, não! Trahidos, vendidos, entregues, ludibriados!  
Tudo! Menos vencidos!... S. Paulo entrara de corpo e alma na lucta, dando-lhe destino, e carne e oiro.

Mas de repente, em plena hygidez do seu civismo, n’um próximo attingir da hora decisiva, eis que se trama, que se urde, a conspiração da paz.

Sabe-se lá o que foi! Desmaio ou moeda, Calabar ou Escariotes... o caso é que a conspiração se processou, torpe e tentacular, surda e subrepticia, como um câncer.

E perderam a nossa Victória! E entregaram a nossa terra!”.

Eu, de mim, sei que prossigo com a mesma alma de 23 de Maio e a mesma farda de 9 de julho

Inimigo! A lucta continua. Atira Caim!<sup>445</sup>

A acusação de perfídia, dirigida argutamente por Nobre a um sujeito indeterminado, evidencia que no primeiro momento a felonía volveu-se principalmente contra

<sup>444</sup> Ibrahim de Almeida Nobre nasceu em fevereiro de 1888. Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1909, e depois atuou em vários cargos públicos, tais como delegado de polícia, subprocurador de justiça e procurador público em São Paulo. Homem de “verbo inflamável”, filiou-se à Liga de Defesa Paulista, pela qual pronunciou vários discursos contra a *humilhação sofrida por São Paulo ante a ditadura* e foi proclamado “tribuno popular da revolução”. Este título lhe valeu prestígio, mas também o exílio após o levante.

<sup>445</sup> NOBRE, Ibrahim. *Ainda e Sempre*. São Paulo, 03/10/1932.

as lideranças do levante, seja em âmbito civil ou militar, opondo-se, em linhas gerais, a trama do armistício. Nesse quesito, obviamente, por negociar em separado com o Governo Provisório e aceitar uma suposta rendição “*humilhante que trazia de volta a escravidão a São Paulo*”, a Força Pública recebeu a maior carga da pressão popular. Esta qualificação, ao que parece, encontrou ressonância, especialmente, entre milícias de ex-voluntários e soldados da própria corporação, ameaçados de reforma administrativa, que, após lutarem ao lado destes militares “*em nome da Constituição e da liberdade*”, eram impedidos de continuar a defender seus ideais pela mesma Força Pública, agora, encarregada de assegurar a ordem no estado, em favor do pacto federativo selado isoladamente com o Governo Provisório.

A gradação do clima hostil contra a Força Pública pode ser aferida em um longo manuscrito anônimo que circulou nos estertores do confronto, intitulado *Um punhado de factos que perfunctoriamente illustram a ação da Força Pública, nos 83 dias de luta que empolgaram a alma Bandeirante*<sup>446</sup>, no qual o signatário retoma e critica a atuação da corporação nas diversas frentes de luta, representando-a como predisposta a trair São Paulo.

Conforme o texto, ainda no início dos combates a Força Pública teria exigido, como condição para aderir à luta, a direção das operações no Setor Sul de São Paulo, sob comando do Coronel Moraes Pinto. Contudo, assinala que “*Às primeiras tropas que partiram rumo á Itararé, na maioria de voluntários, criminosamente expostos aos perigos de uma vanguarda arriscada, foram incorporados o célebre João Grande e Cap. Vallim*”,<sup>447</sup> reconhecidamente simpatizantes da suspeita facção “miguelista” da corporação.

Apesar de reconhecer as inclinações “tenentistas” destes soldados e o risco de sua permanência entre os *constitucionalistas*, o comandante Moraes Pinto teria insistido em mantê-los no grupo, sendo penalizado já no primeiro combate, com a passagem dos mesmos para o lado inimigo, confidenciando todos os segredos da tropa paulista que, instantes depois da delação, teria sido vitimada.

Em decorrência deste fato, o próprio Coronel Moraes Pinto teria se acovardado e iniciado um “*plano de acção que devia immortalisar a Força Pública e justificar o pitoresco apellido que lhe deu o General Klinger, ‘de Pinto Corredor’. Sem um tiro, recuou para Faxina, para Bury, para Itapetininga, e recuaria para S. Paulo*”,<sup>448</sup> se não tivesse sido impedido pelo chefe do Exército sublevado. Atitudes semelhantes teriam adotado os coronéis

---

<sup>446</sup> *Um punhado de factos que perfunctoriamente illustram a ação da Força Pública, nos 83 dias de luta que empolgaram a alma Bandeirante*. São Paulo (manuscrito anônimo), 08/11/1932.

<sup>447</sup> Idem.

<sup>448</sup> Idem.



Azarias, setor de Ribeira; Guilherme de Faria, setor de Mogy-Mirim; e Leal, entre outros, que abandonaram suas zonas de operação à ação dos inimigos, desguarnecendo os outros batalhões *constitucionalistas*, os quais, conseqüentemente, teriam sido surpreendidos pelos *ditatoriais*.

O autor anônimo conclui sua argumentação em tom fantasioso, alegando que o famigerado Coronel Herculano, comandante da Força Pública, também teria fugido dos combates na região de Campinas por temer o bombardeio aéreo do adversário. O texto narra um suposto encontro entre o General Klinger e o Coronel Herculano, naquela cidade: “*Chegando ao Hotel, encontrou o general Klinger os aposentos ocupados pelo Cel. Herculano hermeticamente fechados, e esse mesmo Cel. muito assustado, recusando-se obstinadamente a abrir uma janela por julgar isso muito arriscado!!!*”.<sup>449</sup>

A repulsa à conduta da Força Pública no ato da pacificação avoluma-se singularmente, a ponto de aglutinar os civis relacionados a ela nas conversações derradeiras. O advogado e jornalista Plínio Barreto, de o jornal *O Estado de S. Paulo*, envolvido no processo de articulação do levante desde o primeiro momento, também contactou a corporação na ocasião da deposição de armas, fato que não passou despercebido pelos “radicais”, como ele mesmo revela, em sua defesa, no editorial de *O Estado de S. Paulo*:

Chegou ao meu conhecimento que corre na bocca do povo a notícia de que fui eu o iniciador das negociações da paz e que devido a mim, conluiado com não sei quem, é que a Força Pública deixou de combater. Tudo isso é uma infâmia...

O que houve, por infelicidade minha, foi o seguinte: procurado há dias, em minha casa, por um official da Força Pública, com o qual tenho relações de amizade, pediu-me elle que, em vista das relações cordiaes por mim mantidas com alguns membros do governo, communicasse a este que seria conveniente cuidar-se da paz porque a situação militar era precaríssima. Transmitti o recado ás pessoas do governo a quem devia transmittil-o e conversei a respeito do caso, na mais estricta reserva, com algumas pessoas que, pela sua posição no movimento paulista, deviam conhecer o que se passava e que era de summa gravidade. Nada mais. Foi isto, apenas isto, o que fiz. Tudo quanto me attribuirem fora disto é invenção, é calúnia, é perversidade.<sup>450</sup>

A essa primeira vaga da ação popular, que se caracteriza pelo confronto contra os articuladores da pacificação, pugnando pelo prosseguimento da luta armada, sucede outra, não menos violenta, ao longo do mês de outubro de 1932 em oposição aos grupos que auxiliam a permanência dos *inimigos de São Paulo* no poder:

---

<sup>449</sup> Idem.

<sup>450</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03/10/1932.

Nós, em quem a dignidade e a vergonha não desapareceram,  
 vamos reagir por todos os meios à vilania desses mercenários.  
 S. Paulo não será assaltado!  
 S. Paulo não será escravizado!  
 Nós o juramos por aqueles que tombaram!  
 ‘Capacetes de aço’ vindos da trincheira, civis ao serviço de S.  
 Paulo, Homens:  
 Vinde, uma vez ainda, defender o nosso lar, a nossa vida, a nossa  
 honra, eliminando, um por um, os assalariados da Dictadura!<sup>451</sup>

A reorientação da estratégia retórica é definida pautando-se no regionalismo e na imponência histórica da economia paulista diante da federação. Se a vitória no plano militar se esvaíra, outra alternativa tinha que ser encontrada e, logo, foi formulada. “*Paulistas!*”

(...) *A nossa missão ainda não terminou, S. Paulo não venceu pelas armas, porque foi trahido, mas vencerá pela sua riqueza e perseverança.*

(...) *Para o bem de S. Paulo guerra aos artigos de outros Estados, e não pagueis os impostos federais”.*

E ainda:

Paulistas!  
 Terminou pela traição a guerra das armas. Iniciemos outra guerra, já, e sem tréguas.  
 Boicotemos: Os artigos que não forem de procedência Paulista.  
 Os inimigos de S. Paulo aqui residentes, entre elles, vários commerciantes.  
 Tudo pela grandeza de S. Paulo.

As raízes desse discurso estão, certamente, assentadas, ainda que não de modo explícito, nas idéias dos grupos separatistas, que se inspiram, por sua vez, no pensamento de intelectuais confederacionistas como Alfredo Ellis Junior e Menotti Del Picchia – apropriadas pela LDP. Desta feita, explica-se a coloração pujante da suposição de que a guerra comercial seria capaz de demonstrar, eloqüentemente, ao Brasil a sua dependência de São Paulo e a inevitabilidade da autonomização do estado.

Todavia, se tal diagnóstico exalta os bríos do paulista, não se pode deduzir que a integralidade da população que se opõe a extinção da beligerância se alinhe às coordenadas separatistas, mesmo porque Alfredo Ellis Junior pondera que os grupos favoráveis à

---

<sup>451</sup> AO POVO paulista livre, ao voluntariado, aos estudantes, aos paulistas de brio. São Paulo. s.ed., 1932.

segmentação pátria não ultrapassassem dez por cento da população.<sup>452</sup> O caráter efêmero da guerra comercial é apontado pelo *Correio da Manhã*, ao afirmar que:

Amanhã, quando a reflexão voltar aos espíritos dos que agora, no paroxysmo da desillusão, querem realizar o “boycottage” dos artigos brasileiros fabricados fora de São Paulo, esses regionalistas, feridos no seu orgulho, saberão compreender o grande erro que estão commetendo. Elles não conseguirão aquillo que nem os povos da Velha Europa, de sangue diversos, scindidos por ódios e interesses antagônicos, puderam consummar. Será, portanto, uma questão de tempo e paciência a solução dessa pretendida e hypothetica offensiva commercial entre brasileiros.<sup>453</sup>

Ora, se nem todos – ou, talvez, a minoria – os participantes da felonía perfilham-se ao separatismo, somente uma motivação, excepcionalmente, forte poderia justificar os reiterados e violentos motins nas ruas e praças de São Paulo, ao longo dos meses de outubro e novembro de 1932, demarcados com o sangue da população civil. Não se trata apenas de um combate instigado pela manipulação de radicais separatistas, por si só frágil, que se recusam a encerrar o confronto, mesmo já quase sem armas, ainda que existam grupos perseverantes nesse intento.<sup>454</sup> A hipótese que parece mais provável para explicar os choques freqüentes no período pós-levante é o contato com a sombria realidade social do voluntariado civil, sobretudo, na cidade de São Paulo, onde a situação da população era desesperadora e as expectativas bastante nebulosas. Diante da aparente inércia do poder público, identificam no Governo Provisório a responsabilidade pelas agruras a que estão submetidos e, insuflados pelo espírito regionalista e o ressentimento, – habilmente explorados pelos agitadores das multidões – lançam-se ao confronto, com vistas a impor-se no espaço público do qual estão excluídos e participar da correlação de forças que se anuncia.

Assim organizados, promovem manifestações em diversas ocasiões, destacando-se as do dia 10 de outubro de 1932, quando, em várias partes da cidade de São Paulo, empunhando bandeiras do estado, entraram em confronto com a polícia e perseguiram os “assalariados da ditadura”. Os estabelecimentos comerciais, não paulistas, foram alvos elementares dos ataques, que atingiram, sobretudo, as lojas: *A Capital*, *A Nordestina* e as

---

<sup>452</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. 3ª ed. São Paulo: Paulista, 1934. p. 28.

<sup>453</sup> *Correio da Manhã*, 13/10/1932.

<sup>454</sup> Apesar de restrita, a questão do separatismo não se resolve rapidamente. Os militantes paulistas são perseguidos pela polícia mesmo no ano de 1933. *O Estado de S. Paulo* 25/04/33. Já o confederacionismo é defendido publicamente por intelectuais como Alfredo Ellis Junior e Menotti Del Picchia, entre outros. Ver ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. 3ª ed. São Paulo: Paulista, 1934; DEL PICCHIA, Paulo Menotti. **A Revolução Paulista de 32: através de um testemunho do gabinete do governador**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1932; RENARD, Antoine. **São Paulo é Isso!** São Paulo: Nacional, 1933.

*Casas Pernambucanas*. Segundo o relato da imprensa carioca, porém, a ousadia dos manifestantes atingia limites extremos de ataques armados contra a polícia, em pontos estratégicos: “*Por ocasião das arruaças de ontem, uma patrulha, saída do quartel general da 2ª. Região foi alvejada a tiros, dos altos dos prédios Martinelli, Hotel Central e Esplanada Hotel*”. E acrescenta:

Do prédio Martinelli, uma metralhadora funcionou, visando às pessoas que se achavam na Avenida São João. A mesma metralhadora alvejou o quartel-general pelo lado de trás. O quartel foi também alvejado pelo lado que dá para a Avenida São João. O quartel respondeu aos ataques, fazendo funcionar metralhadoras nas janellas do sobrado e na esquina da Avenida São João.<sup>455</sup>

Das enigmáticas ocorrências do proeminente 10 de outubro, as informações que se têm são extremamente fragmentárias. Como o palco dos “arruaceiros” são as praças públicas, os dados divulgados se limitam a fornecer o saldo dos confrontos, conforme se denota no quadro 8 (ver página seguinte), produzido a partir de informações publicadas em *O Estado de S. Paulo*.

Outras duas pessoas faleceram nos choques e não tiveram os nomes divulgados. Determinar com exatidão, neste íterim, as causas das mortes e ferimentos a partir das informações que a grande imprensa fornece é uma tarefa espinhosa, sobretudo, porque se trata de pessoas com idades e profissões diferentes e atingidas, ainda que em locais identificados, por motivos incertos. Mesmo as duas vítimas da Avenida São João, onde o confronto visava a 2ª. Região Militar, não é possível identificar se estavam atacando a sede do Exército ou, simplesmente, transitando pelo local e, coincidentemente, foram feridos.

---

<sup>455</sup> *Correio da Manhã*, 14/10/1932.

Quadro 8 – Mortos e Feridos nos enfrentamentos do dia 10 de outubro de 1932.

Nome	Idade/Profissão	Ferimento	Local do confronto	Quadro clínico
Antônio Aranha	24 anos	Tiro na cabeça	Rua 15 de Novembro	
Cristovam Torres	43 anos	Ferimento à bala	Largo do Thesouro	Internado
Cyro Torres	43 anos	Tiro no tórax	Largo do Palácio	<i>Falecido</i>
Edmundo Pacheco	22 anos	Tiro na cabeça	Largo do Thesouro	Internado
Eugênio Firmo	28 anos /padeiro	Ferimento à bala	Largo do Palácio	Internado
Francisco Osório	64 anos	Tiro região glútea	Largo do Thesouro	Internado
Francisco Vechi	31 anos	Tiro na perna	Largo do Palácio	Internado
Hermínio Moraes	24 anos/dentista	Tiro no tórax	Largo do Thesouro	Internado
Ildefonso Peres	-	-	Largo do Palácio	<i>Falecido</i>
Josino C. Neves	58 anos	Tiro no braço	Praça do Correio	Internado
João Tedesco	-	Ferimento à bala	Avenida S. João	<i>Falecido</i>
José Jorge	35 anos	Tiro na perna	Largo do Thesouro	Internado
Jorge Delay	18 anos	Tiro no braço	-	Internado
Lazaro Oliveira	-	Fratura no Crânio	Rua 15 de Novembro	<i>Falecido</i>
Miguel Andrezuca	-	Ferimento à bala	Avenida S. João	Internado
Oswaldo Ayres Casalli	19 anos	Tiro na coxa esquerda, perna direita e braço	Largo do Palácio	Internado
Plínio M. Filho	18 anos	Tiro na cabeça	Rua da Liberdade	-
Raphael Spinelli	24 anos	Tiro no pé	Largo da Sé	-
Sebastião Manuel	18 anos	Tiro no punho	Largo da Sé	-
Sebastião Manuel Germano	22 anos	Tiro na região glútea	Largo da Sé	Internado
Takaji Yamada	44 anos/ médico	Bala no tórax	Praça da Sé	<i>Falecido</i>

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 11/10/1932.

Por outro lado, todavia, podem-se lançar hipóteses acerca das proporções dos embates que, aliás, produziram um número de mortes superior aos incensados enfrentamentos de 23 de maio, que ganharam tonalidades épicas nos meios de comunicação.

Em 10 de outubro de 1932 englobam-se tanto pessoas em idade estudantil – e, talvez, mais idealistas –, quanto homens bastante maduros e concentram-se, essencialmente, em pontos simbólicos importantes como o Quartel General do Exército, o Largo do Palácio, onde poderia estar o coronel Herculano de Carvalho, a Praça da Sé, centro de São Paulo e lugar em que se encontram diversas lojas de não paulistas. Em todas as situações de confronto, os manifestantes são repelidos à bala, o que, contudo, não se mostra plenamente eficaz para o sufocamento da felonia, que se repete em outras ocasiões.<sup>456</sup>

<sup>456</sup> Indícios de que o sentimento regionalista e as premências que redundaram nos choques entre civis e militares não ficaram restritos à capital de São Paulo podem ser aferidos pela notícia de que em Santos, durante a entrada de navios da marinha nacional no porto, a massa popular que acompanhava as manobras insurgiu-se

Essa constatação deixa pendente a questão relativa à natureza dos motins. Afinal, se, porventura, se tratasse apenas de uma reação idealista, movida pelo regionalismo exacerbado, porque os ataques se estendem por considerável período e envolvem mesmo sobre corporações e entidades paulistas? Assim, outros problemas parecem estar embutidos nas manifestações.

O perigo da “rebelião das massas”, dessa forma, contido nos confrontos de rua, que poderiam representar a germinação de algo maior, recaiu impactante na desarticulação da união cívica pelo levante. A elite estadual compreendeu bem a conjuntura, afinal, como entender o vigor do debate travado no espaço público entre as lideranças da sublevação fora dessa perspectiva, se muitos dos políticos e militares que trocam acusações já estavam cientes da disposição de puni-los, nutrida pelo Governo Provisório?

De outra parte, o coronel Herculano de Carvalho, que assumiu o cargo de governador militar interinamente, não hesitou em decretar medidas de força, com o fito de conter as manifestações violentas do povo de São Paulo.

Logo de início, instaurou a censura à imprensa, de hora em diante incumbida de exibir um noticiário discreto dos acontecimentos, a ser fiscalizado atentamente pelo novo chefe de polícia, Durval Villalva. Em seguida, obrigou as entidades que durante o combate impeliam a população à luta armada a rever suas posições em favor da pacificação. Por fim, dirigiu apelos aos ex-voluntários,<sup>457</sup> por ocasião da primeira vaga dos confrontos, – desfechados contra o armistício – para que confiassem nas autoridades, então, constituídas com a certeza da obtenção de um “acordo honroso”. À persistência da segunda fase da felonia, além de reprimir suas manifestações, promoveu reuniões com os líderes de alguns batalhões de voluntários.

A MMDC, aglutinando, essencialmente, os conspiradores de primeira hora, exasperada com a “traição” da Força Pública, procuraria, responsabilmente, impedir novos massacres: *“em face da gravidade do momento, subscreve o vibrante apello que o coronel Taborda dirigiu á mocidade paulista, no sentido de se conservar em attitude pacífica,*

---

repentinamente contra os oficiais fiéis ao Governo Provisório – possivelmente, ressentida por terem bloqueado as atividades do porto –, sendo contida somente após a reação armada das forças federais, numa ação que provocou um número incerto de mortos e feridos. Em outras cidades do interior, o policiamento efetuado de maneira agressiva por tropas não paulistas também provocou outros desentendimentos e tumultos localizados. *O Estado de S. Paulo*, 16/10/1932.

<sup>457</sup> TABORDA (coronel). *A Mocidade Paulista*, São Paulo. 01/10/1932.

*concorrendo para a manutenção da ordem pública nesta capital e em todo o território do Estado*".<sup>458</sup>

À grande imprensa paulista, neste cenário, coube a delicada missão de, sob censura, canalizar a insatisfação dos grupos em ebulição e conter as fissuras que se abriam na classe dominante. Tal como um partido político, em meio à generalizada desorganização pós-beligerância, que fragmentava civis (da política, do comércio e da população em geral) e militares (da 2ª. Região Militar e da Força Pública), surge conferindo um novo sentido à derrota no confronto, capaz de mostrar que a sobreposição do Governo Provisório pelas armas não significaria a renúncia da elite estadual em reaver o antigo poderio. Sintomática, nesse sentido, é a primeira frase de um dos editoriais que o jornal *O Estado de S. Paulo* lança sobre o levante, logo após o seu encerramento: "*S. Paulo não deve desanimar*".<sup>459</sup>

Sintetizando em poucas palavras o comportamento idealizado para o momento, *O Estado de S. Paulo* procurava deixar claro aos seus leitores que a situação demandava a continuidade do combate ao adversário comum, classificado como o Governo Provisório. O final abrupto da pugna, no seu entender, não deveria desencadear um processo de julgamento entre os próprios paulistas, pois o condutor e responsável pelo movimento seria, exclusivamente, São Paulo e sua gente. Assim, nega, ideologicamente, as divisões sociais evidentes e a importância da derrota na batalha, diante da verdadeira guerra que ainda se poderia travar:

O que não se conseguiu hoje, será conseguido amanhã. O que se encerrou hontem por um inesperado e melancólico desfalecimento de algumas tropas não foi a luta pela redempção do Brasil: foi o primeiro episódio da batalha iniciada e que só terminará com a vitória completa da mais bella, mais nobre e mais brasileira das causas porque, até hoje mãos brasileiras empunharam armas. S. Paulo não foi vencido, nem o será.<sup>460</sup>

Ao mesmo tempo em que homogeneíza as dissidências internas à elite, com o objetivo de impedir a fragmentação completa da aliança jungida pelo levante, o jornal procura canalizar a revolta do épico povo paulista, que ainda se manifestava nas ruas, na direção da perpetuação da luta contra o Governo Provisório, mas nos moldes por ele arquitetados.<sup>461</sup> Por

<sup>458</sup> *O Estado de S. Paulo*, 05/10/1932.

<sup>459</sup> *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1932.

<sup>460</sup> *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1932.

<sup>461</sup> É bom lembrar que nos dizeres do general Klinger, Julio de Mesquita Filho e Paulo Duarte estavam dispostos a continuar a luta, mesmo após a rendição da Força Pública. Talvez, por isso, contrariando o comportamento habitual da imprensa, não solicita a pacificação da população, ao contrário, até este momento, a vê com bons olhos, como se fosse um projeto seu.

isso, ainda que não adjective a felonía, também, não a classifica como simples arruaças, já que ela indicaria que São Paulo não havia sido derrotado. Valendo-se deste suposto apoio unânime das massas populares, *O Estado de S. Paulo* apreende e representa as ações dos “radicais” em favor dos interesses do grupo ao qual pertencia,<sup>462</sup> convergindo a explicação dos fatos no sentido de alertar o Governo Provisório sobre os limites da nova ingerência no estado:

A paz que lhe impuzeram não tem essas características? Peor para os que lhe arrebataram as armas das mãos. Porque o sentimento de uma coletividade não se abafa com espadas, nem se extingue a metralha...

Se a ditadura não o compreender mais uma prova dará de sua incapacidade política.<sup>463</sup>

Mas, se os porta-vozes da elite assim agiam no espaço público, não significa que eles almejassem apenas ludibriar a população, sem a mínima solidariedade humana pelos próprios paulistas.<sup>464</sup> Para amenizar as dificuldades sociais, das quais também era partícipe, a classe dominante recorria à organização e rearticulação instantânea dos serviços emergenciais da retaguarda. Sem mais tardanças, no início de outubro de 1932, a Comissão Central de Donativos do Comércio e da Indústria anuncia continuar cumprindo “*com eficiência, esta sua missão que reflecte nitidamente o elevado princípio da mais sadia solidariedade humana*”.<sup>465</sup>

Emblematicamente, o socorro aos desalojados pela luta armada estaria entre os atos mais urgentes praticados pela Comissão, que, diante das agitações populares, “*Tudo se vem fazendo, debaixo da melhor boa vontade, para que as famílias retirantes sejam cercadas de todo o conforto possível*”. As iniciativas abrangem o chamado aos proprietários de prédios desabitados para oferecerem tais imóveis ao abrigo dos desalojados. Aos assinantes de linhas telefônicas da capital, por sua vez, o apelo fora para que não deixassem “*de concorrer com a*

---

<sup>462</sup> Como assinala Roger Chartier, as classificações estabelecidas acerca dos fatos, constituem, também, campo profuso de disputas e conflitos de poder. CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986. p.17.

<sup>463</sup> *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1932.

<sup>464</sup> A questão da ideologia, por conseguinte, para esta pesquisa, consiste na busca da elite, em meio à correlação de forças, de deter a preponderância sobre o processo social. Não se trata, assim, de uma tendência mal intencionada, que sobrepuja insensivelmente os valores humanos, mas, sim, da tentativa de atingir o imaginário social para reforçar a dominação, como sobreleva Baczkó. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.5. p. 299.

<sup>465</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1932.



*dádiva de 10% para o auxílio das famílias de retirantes que diariamente chegam a essa capital*".<sup>466</sup>

A *Liga das Senhoras Católicas*,<sup>467</sup> que efetuara trabalho destacado na retaguarda da beligerância, não demorou a “*communicar à população de São Paulo que não abandonou em absoluto os serviços de assistência pública que se achavam sob sua direção*”, mantendo em funcionamento com regularidade todos os seus diversos departamentos, principalmente, o posto de Assistência às famílias dos Retirantes e o Restaurante da Liga “*que continua aberto permanentemente servindo refeições gratuitas a todos os soldados que lá se apresentarem*”.<sup>468</sup>

Outras entidades criadas durante o levante, com o fito de arrecadar recursos para a batalha, e que já haviam sido desmobilizadas foram rearticuladas com o agravamento da situação popular e a ameaça de convulsão social. A *Cruzada Artística*, cuja comissão diretiva agrupa personalidades de vulto à época, “*após uma interrupção momentânea, que motivos superiores à vontade de seus dirigentes ditaram*”, reinicia suas atividades, direcionando todos os esforços “*para realizar uma obra de vulto em prol das vítimas da Revolução*”.<sup>469</sup> Valendo-se do prestígio dos artistas que a compõem, arrecada donativos dos mais diversificados tipos – livros, objetos de arte, espadas, quadros – a fim de serem vendidos e angariarem profusos recursos materiais. Promove, também, rifas dos objetos de arte, exposições tarifadas das preciosidades do labor primoroso e leilões das peças de raro valor histórico.

A campanha pública coordenada pela *Cruzada Artística*, na busca de recursos para a tarefa que se propõe, reveste-se de especial interesse. No discurso formulado, não hesita em retomar o tom harmonioso difundido durante os enfrentamentos, refutando, com isso, as fissuras sociais abertas, no sentido da identificação, na entidade superior a todos, São Paulo, o ideal que deveria orientar as atitudes do momento. Nessa medida, as vítimas do levante eram representadas, particularmente, como mártires do estado e, por conseguinte, socorrê-las seria o dever primordial dos cidadãos paulistas:

quando São Paulo arregimentou para a defesa da causa que adoptara, legiões de bravos patriotas dispostos a sacrificar a própria vida para

<sup>466</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1932.

<sup>467</sup> Enquanto a Liga das Senhoras Católicas intentava socorrer os necessitados, a Cúria Metropolitana orientava todo o clero a pugnar pela “*pacificação dos espíritos*”, para que o estado pudesse retomar o ritmo normal do trabalho. *O Estado de S. Paulo*.

<sup>468</sup> *O Estado de S. Paulo*, 05/10/1932.

<sup>469</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1932.

que se desse a imediata reconstitucionalização do paiz, o nosso povo assumiu, para com as famílias dos que partiram um compromisso de ordem moral que não pode deixar de cumprir...

E S. Paulo tem o dever de amparar essas famílias, confortando às com o seu desvelo, e dando-lhes auxílio material. Agora, mais do que nunca, as famílias do que tombaram heroicamente precisam receber dos paulistas uma demonstração de solidariedade humana que lhes venha minorar a miséria e o sofrimento.<sup>470</sup>

Com o mesmo argumento, a Casa do Soldado defende o “*auxílio do público aos bravos voluntários que retornavam do confronto*”. De acordo com seus dados, ainda no dia 22 de outubro de 1932, seria esperada uma leva de trezentos ex-prisioneiros em busca sôfrega de auxílio material: “*É preciso que o commercio e os particulares, que tanto fizeram nos dias da campanha constitucionalista, completem a sua obra, contribuindo para a reintegração desses optimos paulistas na vida que abandonaram. Este appelo é vivo e urgente*”.<sup>471</sup>

Já o posto da *Ação Paulista*, criado, exclusivamente, para a recepção de donativos, permite averiguar que, até 28 de outubro, todos os dias chegavam novas levas de prisioneiros a São Paulo, os quais se misturavam aos incontáveis feridos que deixavam os hospitais da capital, desprovidos de recursos materiais.

O socorro encaminhado pelo escol dirigente paulista, em sintonia com o agravamento da penúria e da agitação popular nas ruas e praças de São Paulo, – fazendo desses espaços o palco para seu pronunciamento –, permite supor que, em grande medida, as diversas iniciativas de solidariedade visavam, notadamente, amenizar a extrema pressão que recai sobre a sociedade em geral e a própria classe dominante conspiradora, a qual se apresenta seriamente desarticulada e sem condições para esboçar qualquer reação consistente contra o Governo Provisório após a derrota. Sintomáticas a esse respeito são as reiteradas iniciativas do Serviço de Assistência aos Voluntários, no sentido de escoar, rapidamente, a população retirante, os ex-prisioneiros e feridos da capital, promovendo viagens gratuitas em vagões especiais nos trens das companhias de estradas de ferro paulistas.

Esse caráter responsável da classe dominante, contudo, nem sempre foi constante no decorrer do processo de distensão social e arrefecimento dos grupos rebeldes. À medida que a capital de São Paulo é desocupada pelos interioranos e os grupos separatistas e extremistas são alvos da perseguição policial, escasseiam-se, também, os serviços de assistência aos órfãos, mutilados e demais aflitos. Isso é denunciado acerbamente pelo próprio Instituto de Assistência aos Órfãos da Revolução (I.A.O.R.), em fevereiro de 1933, ao

<sup>470</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1932.

<sup>471</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22/10/1932.

mencionar que “o I.A.O.R, é a única iniciativa de quantas, após a sua criação aqui se organizaram com idênticos fins, que tem dado execução e realidade ao seu altruístico programma de previdência e patriotismo”.<sup>472</sup>

Portanto, o cenário que se desnova em São Paulo após o malogro bélico apresenta-se pouco favorável para a celebração de uma vitória moral do levante, afinal, à periclitância da lavoura cafeeira,<sup>473</sup> principal produto de exportação paulista, somava-se as dívidas do comércio e da indústria, paralisados nos meses de confronto e dependentes de medidas salvadoras por parte do Governo Central.<sup>474</sup> Derrotadas nas lides de batalha, cindidas pelos desentendimentos internos à aliança bélica e ameaçadas no campo econômico, as elites paulistas estão fragilizadas após o levante, a mercê do Governo Provisório e do “tenentismo”, inclusive, na contenção dos grupos populares, cuja situação social é bastante grave. Como São Paulo pôde vencer, tão rapidamente, os abalos pós-beligerância e apresentar-se fortalecido para as eleições à Constituinte, em maio de 1933, dada a circunstância de haver se tornado segmentado e subordinado aos seus adversários de outrora?

### 3.2 – Uma Política de Conciliação?

A emblemática atuação do Governo Provisório em São Paulo reveste-se, assim, de especial interesse no período pósterio ao levante fracassado, à medida que os paulistas se defrontam, em frangalhos, com a realidade social e sem elementos com que se ufanar naquele momento. A historiografia atribui a Getúlio Vargas o papel de conciliador de forças nessa conjuntura, ora socorrendo economicamente o estado, ora limitando a punição a níveis mínimos.<sup>475</sup> Penso que categorizar, simplesmente, como *conciliatória* a postura assumida pelo Governo Central, pouco explica sobre o processo do *triumfo moral* paulista, afinal, quais são os limites da harmonização imposta, se os dois principais partidos de São Paulo são praticamente condenados a estagnação, tendo seus quadros centrais exilados? E ainda, a Força

<sup>472</sup> *O Estado de S. Paulo*, 09/02/1933.

<sup>473</sup> DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.205.

<sup>474</sup> Embora segundo Zélia Lopes da Silva, a indústria estivesse em franca recuperação neste período, o final do levante a deixa em situação conjunturalmente difícil. (ver p.195-196). SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

<sup>475</sup> Nos dizeres de Vavy P. Borges, “após a derrota Vargas não se mostrou vingativo com o estado. Tentou habilmente reconciliar-se com as elites paulistas, procurando entre essas novos aliados”. BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.74-75.

Pública e a 2ª. Região Militar do Exército, sediadas no estado, mesmo com a deposição de armas, são reformuladas e aliadas de seus mais avançados equipamentos militares?

Essas e outras questões embutidas na correlação de forças que se cria precisam ser aprofundadas, a fim de superar a aura simplificadora que recai sobre a ação do Governo Provisório, qualificada, ainda que indiretamente, como benevolente. As pistas para problematizar tal relação passam, igualmente, pela análise das aspirações “tenentistas” para São Paulo, o contraponto que pode matizar a conjectural “complacência” de Getúlio Vargas, já que as ligações entre estes atores, também, sofrem redefinições nesse período.<sup>476</sup>

A interpretação defendida pelo jornal carioca *Correio da Manhã* para os fatos de São Paulo representa, com eloquência, as pressões que recaíam sobre Vargas no período pós-confronto, por parte de segmentos da grande imprensa do Rio de Janeiro, cuja postura quanto a “Revolução Constitucionalista” assemelha-se a de membros do “tenentismo”. Aliás, se entre os paulistas a preocupação da imprensa era obstaculizar a dilaceração da junção conspiradora, evitando, inclusive, noticiar as contendas entre os líderes insurrectos, o *Correio da Manhã*, que manifestou oposição integral à campanha, desde o processo de articulação, explorou todas as informações, dando vazão, até mesmo, a boatos e suposições infundadas, notadamente no que concerne às manifestações populares após a peleja. Já no período das negociações pela pacificação, o periódico enviou um dos seus jornalistas à cidade de Cruzeiro, a fim de colher notícias e depoimentos para serem publicados na capital federal.

A, óbvia, restrição ao acesso do enviado especial em São Paulo, todavia, o obrigou a tomar como fonte essencial de dados para suas matérias as entrevistas com ex-prisioneiros de “guerra” que haviam sido libertados, conforme o general Klinger, indiscriminadamente ao final do levante, e orientados a retornar à base militar de Cruzeiro; e, ainda, depoimentos informais junto aos comandantes que negociavam a pacificação. Essa postura resultou na publicação de notícias confusas e, às vezes, fantasiosas no Rio de Janeiro sobre os conflitos estabelecidos em São Paulo nos dias subseqüentes ao armistício, as quais incidiam, sempre, na idéia de que o povo paulista haveria se rebelado, impulsivamente, contra o general Bertholdo Klinger e o Governo Paulista.

As informações divulgadas sobre a situação em São Paulo são contraditórias. No dia 30 de setembro de 1932, publicava-se, baseado no telefonema do enviado especial que se

---

<sup>476</sup> FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial de São Paulo, 2002. p.182; GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCS, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

instalou em Cruzeiro, a eclosão de um movimento, de natureza comunista ou proletária, contra as autoridades do Estado, compelindo o general Klinger a assumir o Governo Paulista e, ainda, ordenar a soltura de todos os oficiais do Exército Governamental aprisionados durante os enfrentamentos, para organizar a imediata repressão à *sedição*.<sup>477</sup>

Entretanto, no dia seguinte, prometendo apresentar a *realidade dos fatos*, veiculava-se que o coronel Herculano de Carvalho Silva resolvera não mais prestar obediência ao general Klinger, ordenando a libertação de todos os prisioneiros feitos ao longo da luta armada e orientando-os a seguirem a Cruzeiro: “*Há certa hora, já ninguém se entendia e o general Klinger já era considerado um elemento sem significação e sem controle*”.<sup>478</sup> Nesta matéria, além de negar o papel atribuído ao general Klinger na edição anterior, afirmava-se, também, que o suposto movimento comunista alardeado não teria existido ou fora confundido com a deposição popular do governador Pedro de Toledo – fato que igualmente parece não ter ocorrido.

As controvérsias sobre a situação de São Paulo não param por aí. Em 2 de outubro, o jornal volta a aludir sobre a libertação dos oficiais que, novamente, teria sido comandada por Klinger, e não Herculano, no intuito de organizar a própria defesa frente a investida de uma massa popular insana, nem comunista, nem operária, mas disposta a linchar várias lideranças civis e militares e, também, os prisioneiros de “guerra”. A maior parte dos amotinados adviria da MMDC e teria atacado, sobretudo, os prédios e cadeias públicas, como comprovaria o depoimento de um entrevistado proeminente vindo de São Paulo: “*adeantou o nosso interlocutor que a maior parte da tropa rebelde, pertencendo e sendo orientada pela MMDC, acha que a situação do general Klinger não apresenta absolutamente segurança*”.<sup>479</sup>

Em meio ao clima de hostilidade, o governador Pedro de Toledo e seu secretariado teriam se refugiado nos consulados estrangeiros, só retornando de lá pela ação de um Regimento de Cavalaria do Exército, comandado por um oficial libertado. Mesmo assim, pouco tempo se mantiveram nos cargos após serem informados de que a polícia marchava sob as ordens do coronel Herculano.

Estas informações se contrapõem visceralmente às do jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo as quais o governador haveria permanecido integralmente em seu cargo – e não se refugiado em embaixadas – até ser deposto pelo comandante da Força Pública, e

---

<sup>477</sup> *Correio da Manhã*, 30/09/1932.

<sup>478</sup> *Correio da Manhã*, 01/10/1932.

<sup>479</sup> *Correio da Manhã*, 02/10/1932.

quando foi procurado pelo povo teria sido ouvido e não hostilizado.<sup>480</sup> Além disso, na ótica de *O Estado de S. Paulo*, a maioria das manifestações violentas de rua, da primeira vaga popular, foram dirigidas contra o armistício e a *traição* da Força Pública – questões que não são mencionadas pelo *Correio da Manhã* que, aliás, aplaudiu as ações da entidade – e oficialmente não contaram com o apoio da MMDC, e nem tiveram coloração de um acerto de contas com os líderes da sublevação, em sinal de arrependimento por haverem *combatido enganados*.

Se o noticiário atinente ao contexto configurado após a deposição de armas ficou marcado pela apresentação de informações contraditórias, a posição do *Correio da Manhã* com relação à política a ser praticada pelo Governo Provisório em São Paulo no período pós-beligerância foi exposta, de modo incisivo, em diversas oportunidades. O periódico, que à época era um dos mais importantes membros da imprensa nacional,<sup>481</sup> pressionou, incansavelmente, o governo federal ao julgar e condenar os que classificava como culpados, explanar sobre as condições que deveriam nortear o acordo da pacificação e, ainda, indicar o caminho adequado a ser trilhado pelo país naquele momento.

O diagnóstico sobre as raízes do levante é exibido simultaneamente ao armistício: “*A massa política da Aliança Liberal trazia em seu seio o mesmo germe da ambição e do interesse restricto e pessoal, que já havia dado por terra com o regimen anterior*”. Sem exceção, os elementos de intriga e de personalismo que apoiaram a revolução de 1930, em 1932 teriam se voltado contra o espírito renovador do país, trazendo a sublevação, como único fator positivo, a possibilidade de, enfim, promover a separação entre *bons e maus*. O lamentável episódio se resumiria, portanto, em sua forma de representação, à expressão dos políticos decaídos, unindo o “*reaccionarismo aproveitador, a um militarismo criminoso, e ao oportunismo ignóbil de meia dúzia de políticos mineiros e riograndenses*”.<sup>482</sup> A comprovação deste fato residiria, entre outras coisas, na contradição entre a insistência obsessiva pela nomeação de um interventor paulista e civil e a aceitação de um militar, não paulista, e “*só meio brasileiro*” – o general Klinger – para liderar a *rebeldia*.

Tal reacionarismo, felizmente, a vitória pelas armas propiciaria demover. Assim, a maior conquista a ser celebrada no momento, não seria a permanência do Governo Provisório

<sup>480</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01/10/1932.

<sup>481</sup> ANDRADE, Jéferson Ribeiro. **Um jornal assassinado a última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

<sup>482</sup> *Correio da Manhã*, 30/09/1932.

no poder, mas a “*hygiene política nacional*”, abrindo caminho ao avanço do “*verdadeiro espírito revolucionário*”, do qual a própria reação paulista fora uma expressão deturpada.

Entretanto, para que a “obra de purificação” fosse completa, impedindo a reorganização dos interesses mesquinhos, o governo federal deveria agir com extrema perspicácia. Não poderia converter as negociações pela pacificação em mero programa de ação política e militar, sem avaliar as conseqüências deste melindroso ato. Para tanto, o periódico indica o caminho, aconselhando a absolvição do povo paulista, “*a maior vítima nesse triste transe a que o arrastaram os ambiciosos apeados de posições*”,<sup>483</sup> e sentenciando à condenação os seus exploradores: “*se o governo provisório, sôfrego com a esperança da pacificação, tiver a velleidade de abrir aos algozes do povo paulista as portas da redempção summaria, ninguém nos poderá garantir o que sucederá amanhã, quando, reconfortados de seu erro... tentarem novamente a conquista do Estado e do Brasil*”.<sup>484</sup>

Argumentando em favor das “*garantias com que a paz será oferecida ao povo brasileiro*”, o jornal pressiona pela não concessão de indulgências ao general Klinger, ao governador Pedro de Toledo e a seu secretariado, pois: “*Tudo o que se póde conceder aos revoltosos já foi consubstanciado nos dois documentos de conhecimento público: a mensagem do senhor Getúlio Vargas... e a entrevista que nos concedeu o general Góes Monteiro. Fora dahi as surpresas só podem inspiram apprehensões*”.<sup>485</sup>

Corroboraria este ponto de vista, o próprio julgamento que o povo paulista estaria fazendo de suas lideranças, por meio de motins e perseguições. Na voragem de ver realizados os seus ideais para o cenário nacional, a campanha oposta à *sedição* paulista tem suas causas reveladas clarivamente nas páginas do *Correio da Manhã*, contra os políticos da situação deposta: “*especialistas nos torneios oratórios, frutos de sua imaginosa verborréa*”. A vitória das forças “constitucionalistas” “*traria consigo todo o cortejo de políticos ignóbeis, de parasitas oportunistas. Esse mal felizmente se evitou*”.<sup>486</sup> Mas, por outro lado, o jornal também destaca que não se opunha diretamente ao estabelecimento da Constituinte, desde que o processo fosse conduzido pelo “espírito revolucionário de 1930”, que não estava nos líderes paulistas.

O *Correio da Manhã* articula todos os elementos ao seu alcance no esforço de não permitir o retorno dos políticos dominantes na *República Velha* ao poder, seja nas instancias

<sup>483</sup> *Correio da Manhã*, 01/10/1932.

<sup>484</sup> *Correio da Manhã*, 11/10/1932.

<sup>485</sup> *Correio da Manhã*, 01/10/1932.

<sup>486</sup> Idem.

locais ou federais. Desse modo, a *rebelião* é claramente classificada como *contra-revolucionária*. Argumentos, nesse sentido, são explorados, reiteradamente, inclusive, superdimensionando os vínculos entre os conspiradores paulistas e os partidários de outras regiões. Destaca-se a participação do gaúcho João Neves da Fontoura, que chegara epicamente até São Paulo, em plena luta armada, apenas para discursar nas rádios paulistas e, no momento decisivo, fugir, abandonando os seus “heróicos voluntários”. O mineiro Arthur Bernardes, ex-presidente da República, que planejara uma revolta “constitucionalista”, desbaratada em Minas Gerais, também teve o caso repercutido efusivamente pelo jornal.<sup>487</sup>

A crítica ao denominado *constitucionalismo de fachada* examina minuciosamente as brechas do discurso dos políticos, a fim de encontrar contradições que melhor os incriminasse. Mesmo com a rendição, o jornal não desiste de enquadrar os supostos responsáveis pela *contra-revolução*, relendo discursos e documentos, dentre os quais obtém o almejado filão condenatório, descoberto no manifesto lançado pelo governo de São Paulo, em 12 de julho de 1932. Nele o *Correio da Manhã* acredita ter identificado o verdadeiro “espírito da revolução paulista”.

No documento mencionado, estava a promessa da entrega do governo federal a uma Junta, caso o levante tivesse êxito, a qual, enquanto esperasse pela Constituinte, poria em vigor o pacto fundamental de 1891, “*salvo nos tópicos atinentes ao poder legislativo e em outros inconciliáveis com as necessárias prerrogativas do poder supremo, na situação efêmera em que nos achamos*”.<sup>488</sup>

Esta promessa “*vaga e cheia de restrições*”, na concepção do jornal, seria a revelação plena dos planos dos amotinados, ou seja, instaurar uma nova *ditadura*, sob o comando paulista. Tal ação, contudo, não poderia melhorar a situação do país, pois se o problema explanado, retumbantemente, era o excesso de poder nas mãos do Governo Provisório, a retomada da lei magna de 1891, mas, sem os tópicos que restringissem as prerrogativas do poder supremo, pequena alteração promoveria na conjuntura vigente.

Em conseqüência, conclui-se que a ideologia dos insubordinados era extremamente suspeita, cabendo ao Governo Provisório coibir novas manifestações desses elementos nocivos: “*se infere que, volvida a face da política nacional, os ‘constitucionalistas’ improvisados iriam presentear-nos com um novo poder discricionário,*

---

<sup>487</sup> *Correio da Manhã*, 25/09/1932.

<sup>488</sup> *Correio da Manhã*, 07/10/1932.



*até ao dia em que lhes parecesse conveniente abrir mão das prerrogativas indispensáveis ao seu integral desempenho”.*<sup>489</sup>

A desqualificação sistemática da luta *constitucionalista* ao longo do período pós-beligerância, contudo, certamente não correspondia apenas ao propósito de demonstrar a oposição ideológica ao levante de São Paulo. Embutidos nas declarações do *Correio da Manhã* estão os intentos de influenciar o governo Vargas no encaminhamento do caso paulista, fomentando um clima que dificulte o abrandamento das punições, já que, embora saísse vitorioso do combate, o governo de Getúlio Vargas ainda era provisório e necessitaria de alianças políticas.

Se essa tentativa de coação advinda da “esfera pública” não bastasse para entravar a harmonização sem punições, por parte do “tenentismo” a cobrança sobre o Governo Provisório se deu em termos análogos, como sugere o pronunciamento do general Manoel Rabello,<sup>490</sup> ex-interventor em São Paulo. Numa crítica detalhada aos “*argumentos utilizados pelos políticos para incitar a população*” e “*justificar a sublevação*”, o general contrapõe elementos na defesa da atuação do Governo Provisório e do “tenentismo” no estado bandeirante, enfatizando as atitudes decisivas dos mesmos *para salvar São Paulo* das dificuldades econômicas agravadas nos anos de 1930.

De acordo com Manoel Rabello, mesmo auxiliados economicamente pelos “tenentes”, os políticos de São Paulo – homogeneizados como membros do Partido Republicano Paulista – preferiram não agradecer aos seus benfeitores, promovendo uma revolta inconcebível. Entre outras mentiras, o tema da Constituição serviria apenas para restabelecer o domínio político de São Paulo sobre os outros estados da federação, como ocorrera durante a *República Velha*: “*O que desejavam é que a Constituinte saída delles exprimisse as suas idéias, e que aparecessem novamente na arena as figuras delles perrepostas, que 40 annos exploraram a República*”.<sup>491</sup>

Se no plano da retórica e da representação, entendido, conforme Chartier, como um espaço de disputa,<sup>492</sup> os setores alinhados ao “espírito revolucionário” de 1930 investiram, duramente, na crítica aos políticos *apeados de posição*; no âmbito de suas ações concretas percebe-se que tinham plena ciência de que o levante paulista não se resumira a um motim puramente “político-reacionário”. Prova disso são as medidas assentadas pela *Legião Cívica 5*

---

<sup>489</sup> Idem.

<sup>490</sup> RABELLO, Manoel. **As Falsas Causas da Contra Revolução**. Folheto Impresso. Ribeirão Preto, São Paulo. 18/10/1932.

<sup>491</sup> Idem, p.22.

<sup>492</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986. p.17.

de Julho durante os trabalhos de organização do *Congresso Revolucionário*, que deveria reunir, em 15 de novembro de 1932 no Rio de Janeiro, os representantes nacionais do “tenentismo”, para com a condução da situação paulista. Afastando-se, nitidamente, de qualquer proposta conciliadora que implicasse em absolvição plena aos segmentos da classe dominante de São Paulo, a Legião arquitetava as seguintes propostas para a reorganização do estado vizinho:

- a) - punição severa, justa dos responsáveis pela guerra civil, confiscação de bens dos políticos envolvidos, expulsão dos estrangeiros que concorreram para o movimento, amnistiados apenas os soldados e funcionários subalternos;
- b) - formação em São Paulo de um governo civil e revolucionário;
- c) - tributação do porto de Santos com a taxa de 2%;
- d) - abolição de bandeiras, hinos e escudos estaduais;
- e) - impostos de emergência sobre as chamadas classes ricas proporcionais à fortuna de cada um, para responder as despesas de guerra e amparo aos mutilados, orfãos e viúvas dos combatentes.
- f) - unificação das diversas correntes revolucionárias em torno de um programa nacional a ser realizado.<sup>493</sup>

Das diversas propostas aventadas pela *Legião Cívica 5 de Julho*, embora nem todas tenham sido efetivamente discutidas no *Congresso Revolucionário*, nota-se a recusa veemente em aquiescer a qualquer dos propósitos dos insurrectos paulistas, e, em ambivalência, combater mesmo as mais remotas possibilidades de rearticulação do grupo que afronta o “espírito revolucionário” de trinta. Entre as medidas punitivas preconizadas estão, por um lado, a imputação de penas rigorosas aos conspiradores políticos e militares, o que visa, sem dúvida, desbaratar a chance de novas ameaças advindas daqueles que, em seu entendimento, são os agitadores da população, um novo embate bélico, e, de outra parte, sanções econômicas às *classes ricas* por meio de impostos, como forma de responsabilizá-las por sua participação no levante, sem, contudo, dismantelar o setor produtivo de São Paulo, essencial a nação como assinala Davidoff.<sup>494</sup>

Da mesma forma que defende a punição à elite paulista, o “tenentismo” não consente, espontaneamente, na satisfação das aspirações centrais dos amotinados de 1932: refuta, inapelavelmente, a formação de um governo civil e paulista autônomo; nega regalias comerciais e financeiras a burguesia do estado; combate, a todo transe, a paulistanidade latente a época; e não demonstra entusiasmo pelo retorno das eleições ou da Assembléia

<sup>493</sup> *Correio da Manhã*, 22/10/1932.

<sup>494</sup> DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

Constituinte. De todo modo, para se precaver, projeta a unificação nacional das correntes “revolucionárias” de 1930 em favor de um programa “tenentista”, a ser propugnado nas circunstâncias vindouras.

Essa pressão profusamente exercida em diversos níveis sobre o Governo Provisório, cioso por arregimentar apoios para a eleição presidencial que se avizinhava, obrigou-o a por em prática uma apurada habilidade de negociação com os grupos sociais envolvidos na correlação em apreço. Enquanto o “tenentismo”, principal base de sustentação do governo federal e, segundo Boris Fausto, detentor, ao menos desde 1930, de um sentimento pouco amistoso contra a preponderância de São Paulo na nação,<sup>495</sup> não aceitava a idéia de fazer concessões aos entrincheirados de 1932, no que era acompanhado por segmentos da grande imprensa carioca, que buscavam persuadir a “opinião pública”, de outra parte, a União não poderia prescindir da “rebelada” elite paulista, indispensável à economia do país e avalizada pelo imponente apoio das massas populares.

Atento a essa conjuntura, Getúlio Vargas, ao que parece, procurou, fundamentalmente, assegurar-se no governo, explorando, com perspicácia, para isso, os elementos do cenário em apreço. Não se trata, somente, de uma conciliação pela pacificação do país, perspectiva que subestima as tensões do período. Afinal, como poderia harmonizar-se com os sublevados, se parcelas significativas de suas bases de apoio exigiam a penalização? Nesse dilema, Vargas caminha com maestria, postando-se, na disputa simbólica, ao lado dos vencedores, e, em 30 de setembro de 1932, publica, no *Correio da Manhã*, um manifesto intitulado *Ao Povo de Paulista*, no qual se exime, sistematicamente, das acusações apresentadas pelo comitê “rebelde”, pois: “*sabem os promotores e diretos responsáveis pela rebeldia, que nenhum objetivo superior determinou o doloroso sacrifício imposto ao grande Estado e à Nação*”.<sup>496</sup>

Alegando que todas as exigências dos políticos de São Paulo – responsáveis centrais do levante – teriam sido contempladas, Getúlio Vargas enumera, retrospectivamente, as ações perpetradas por seu governo no sentido da constitucionalização do país e do fortalecimento do estado bandeirante: marcou-se a data da Constituinte para o ano de 1933; a autonomia de São Paulo foi respeitada com a nomeação de um governador civil e paulista e, ainda, secretariado por membros dos partidos do estado; e, se não bastasse, para salvar suas

<sup>495</sup> FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

<sup>496</sup> VARGAS, Getúlio. *Ao Povo Paulista*. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 30/09/1932. Transcrito em COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p. 41.

riquezas durante a crise da cafeicultura, a União onerou-se em um milhão e duzentos mil contos, investidos na compra dos excedentes da produção.

Se viabilizara todas as reivindicações apresentadas pelos partidos paulistas, não haveria outra justificativa para a resistência armada a não ser a restauração da antiga estrutura “perrepista”, na qual os vícios dos maus líderes tinham livre circulação.

Simultaneamente a desqualificação pública do levante paulista, rebaixado, em sua interpretação, a um motim estritamente político-sedicioso, tal qual insistiam os “revolucionários” de 1930, Vargas não hesitou na aplicação de medidas duras aos insurrectos de São Paulo, ordenando a prisão e a condenação de diversos opositores civis e militares após os confrontos. Satisfazia, assim, as demandas “tenentistas” e, ao mesmo tempo, rompia óbices ao prolongamento de seu governo.

O general Góes Monteiro, incumbido pelo governo federal dos assuntos da pacificação, em entrevista concedida ao jornal paulista *Diário da Noite* e reproduzida por *O Estado de S. Paulo*, expõe os critérios das punições dispensadas aos envolvidos no levante, que, emblematicamente, incidem, em linhas gerais, nas orientações preconizadas pelo “tenentismo”: “*Para os civis desterrados e outras penalidades acessórias, que garantam a impotência das suas actividades subversivas, de acordo com o grau de temibilidade de cada um; indemnização pelos danos materiaes praticados sob a sua responsabilidade, de acordo com as posses de cada um; amnistia para os demais civis envolvidos no movimento*”.<sup>497</sup>

Aos militares, prossegue, a regra é a anistia. “*Excepcionalmente, conforme se apurar por sindicancias, serão feitas exclusões das praças mais responsáveis... Para os outros menos culpados e menos graduados, amnistia. Agora, para os officiaes que, a despeito da sua patente, apresentarem grau maior de temibilidade as mesmas penas applicadas aos chefes*”.<sup>498</sup>

À margem das punições mais radicais estaria a Força Pública, conforme ficara definido no ato de submissão espontânea assinado por ela. Além disso, interessava “*aproveitar seus serviços para a manutenção da ordem pública em S. Paulo*”.

---

<sup>497</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30/10/1932.

<sup>498</sup> *Idem*.

QUADRO 9 – Civis Brasileiros Exilados em Lisboa na viagem de 1º de novembro de 1932.

<b>Nome</b>	<b>Súmula Biográfica</b>
1-Álvaro A. da Costa Carvalho	Advogado, lavrador e ex-Senador Federal pelo PRP
2-Aureliano Leite	Advogado, diretor do Partido Democrático
3-Altino Arantes	Ex-governador de São Paulo, diretor do PRP
4-Austragesilo de Athayde	Jornalista, redator dos <i>Diários Associados</i>
5-Antonio Pereira Lima	Advogado e Promotor de Justiça
6-Antônio Mendonça	Advogado em São Paulo
7-Carlos Cyrillo Junior	Advogado e antigo Deputado Federal
8-Carlos de Souza Nazareth	Presidente da Associação Comercial de São Paulo
9-Cícero de Azevedo	Funcionário da <i>Estrada de Ferro Central do Brasil</i>
10-Cesário Coimbra	Diretor da Sociedade Rural Brasileira e diretor do Partido Democrático
11-Ernesto Simões Filho	Advogado, proprietário do jornal <i>A Tarde</i> , Bahia
12-Francisco Morato	Prof. da Faculdade de Direito (SP) e presidente do PD
13-Francisco Egídio Fonseca Telles	Engenheiro, lente da Escola Polytechnica (SP) e ex-Secretário da Viação no Governo Paulista
14-Francisco da Cunha Junqueira	Lavrador de café, advogado, antigo deputado e Secretário da Agricultura no Governo Paulista
15-Francisco de Mesquita	Advogado, diretor gerente de <i>O Estado de S. Paulo</i> e diretor do Partido Democrático
16-Felisberto Caldeira Brant	Comerciante no Rio de Janeiro
17-Guilherme de Almeida	Escritor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras
18-Ibrahim Nobre	Promotor de Justiça Pública em São Paulo
19-José Rodrigues Alves Sobrinho	Lavrador de café, ex-deputado, Secretário da Educação e Saúde no último Governo paulista
20-José C. Almeida Sobrinho	Engenheiro Civil na Capital Federal
21-Joaquim A. Sampaio Vidal	Diretor Departamento Municipal no Governo Paulista
22-Júlio de Mesquita Filho	Advogado e Diretor de <i>O Estado de S. Paulo</i>
23-Luís Toledo Piza Sobrinho	Advogado, lavrador de café e ex-deputado
24-Leven Vampré	Advogado, lavrador de café e comerciante
25-Luís Américo de Freitas	Advogado, presidente do Instituto do Café-São Paulo
26-Manuel Pedro Vilaboim	Ex-senador, diretor do PRP e prof. Faculdade Direito
27-Mario da Fonseca Tinoco	Capitão de longo curso na Marinha Mercante
28-Oswaldo Chateaubriand	Ex-procurador da República, advogado e Diretor dos <i>Diários Associados</i>
29-Prudente de Moraes Netto	Lavrador de café, diretor do PD e jornalista
30-Paulo Duarte	Advogado e publicitário
31-Sylvio de Campos	Ex-deputado, diretor do Partido Republicano Paulista
32-Thyrso Martins	Ex-deputado, Chefe de Polícia no Governo Paulista
33-T. Carneiro Santiago	Industrial em Minas Gerais e ex-deputado federal
34-Tito Pacheco	Lavrador e comerciante
35-Virgílio Benevenuto	Advogado no Rio de Janeiro
36-Vivaldo Coaracy	Jornalista, delegado Associação Comercial-São Paulo
37-Waldemar Martins Ferreira	Advogado, secretário da Justiça no Governo Paulista

FONTE: SILVA, Hélio R. 1932: *A Guerra Paulista*. RJ: Civilização Brasileira, 1967.

QUADRO 10 – Militares Exilados em Lisboa na viagem de 1º de novembro de 1932.

<b>Nome</b>	<b>Súmula Biográfica</b>
1-General Isidoro Dias Lopes	Ex-comandante da 2ª. Região Militar do Exército
2-Gen. J. Nepomuceno da Costa	Ex-chefe da Comissão de Requisições Militares
3-Gen. Pantaleão Telles Ferreira	Ex-comandante da Polícia Militar–Distrito Federal
4-General Firmino Antônio Borba	Comandante da 4ª. Região Militar
5-Gen. J.L. Pereira Vasconcellos	Comandante da 2ª. Região Militar
6-Gen. José Sotero de Menezes	Ex-comandante da 7ª. Região Militar
7-General Bertholdo Klingner	Comandante Circunscrição militar - Mato Grosso, Comandante das forças contra Governo Provisório
8-Coronel Euclides de Figueiredo	Comandante da 2ª. Divisão Infantaria em operações
9-Coronel José J. Andrade	Comandante de destacamento da 2ª. Divisão
10-Coronel Luís Lobo	Diretor da fábrica de cartuchos e artefatos de guerra
11-Coronel C. C. Mello Mattos	Comandante militar da Praça de Santos
12-Coronel Joaquim Theopompo Godóy de Vasconcellos	Ex-comandante do 4º. Batalhão de Caçadores
13-Tenente-Coronel Oswaldo Vilabella e Silva	Chefe do Estado-Maior das Forças em Operações
14-Ten.-Cel. Gáudie A. Corrêa	Comandante 18º. Batalhão de Caçadores
15-Ten.-Cel. Abílio P. Rezende	Comandante da Praça Militar de Lorena
16-Ten.-Cel. Manoel S. Marques	Comandante da Artilharia da 2ª. Divisão
17-Major José Novaes	Chefe do Serviço Intendência da Guerra 2ª. Divisão
18-Major Cyro Vidal	Comandante de destacamento da 2ª. Divisão
19-Major Ivo Borges	Chefe da Aviação nas forças em operações
20-Major Aristides Souza Brasil	Ex-comandante do Forte de Óbidos
21-Capitão André de Souza Braga	Comandante do Forte de Itaipus
22-Capitão Othelo Franco	Comandante de destacamento no setor Sul
23-Capitão Iberê Leal Ferreira	Comandante de destacamento na 2ª. Divisão
24-Capitão Mariano G. S. Chaves	Comandante de destacamento na 2ª. Divisão
25-Capitão S. Menna Barreto	Comandante de destacamento na 2ª. Divisão
26-Capitão Oswaldo P. Carvalho	Comandante de destacamento na 2ª. Divisão
27-Capitão Rogério A. Lima	Comandante do Quartel-General do G.Q.G
28-Capitão Floriano P. Keller	Comandante de regimento no setor Sul
29-Capitão Túlio Pais Leme	Em função na Capital Federal
30-Primeiro-Tenente José F. Lobo	Ajudante-de-ordens do comandante da 2ª. Divisão
31-Primeiro-Tenente E. A. Mello	Comandante de batalhão no setor Sul
32-Primeiro-Ten. Argemiro Brasil	Comandante de companhia no setor de Cunha
33-Primeiro-Tenente J.Camarinha	Comandante de esquadrão no setor Sul
34-Primeiro-Tenente José Cristo	Funções Diversas
35-Primeiro-Ten. Agildo Ribeiro	Funções Diversas
36-Primeiro-Ten. S. Cavalcante	Funções Diversas
37-Primeiro-Tenente S. Sombra	Funções Diversas
38-Primeiro-Tenente Carlos Silva	Funções Diversas
39-Major Antônio Pietcher	Força Pública – comandante de destacamento
40-Major D. Reynaldo Ramos Saldanha da Gama	Força Pública – Engenheiro e comandante de destacamento na 2ª. Divisão

FONTE: SILVA, Hélio R. 1932: **A Guerra Paulista**. RJ: Civilização Brasileira, 1967.

Tais deliberações, em conformidade com as contingências que exigem do Governo Provisório uma atitude rigorosa, são levadas a efeito, rapidamente, ainda durante o mês de outubro de 1932, com o processo de apuração das responsabilidades, que passa pela prisão e o interrogatório dos líderes sublevados no Rio de Janeiro.<sup>499</sup> Pouco depois de concluídas as investigações preliminares, classificadas por Klinger como desprovidas de critério, no dia primeiro de novembro de 1932 – apenas um mês após o levante – imputa-se as penalidades mais drásticas, culminando no exílio de um grupo de mais de setenta civis e militares (como apontam os quadros 9 e 10 acima).

Predomina, nitidamente, na primeira leva<sup>500</sup> de deportações civis, a punição aos partidos políticos que constituíam a Frente Única Paulista, compondo, aproximadamente, 47,3% dos indivíduos exilados. Nesse grupo, ganha destaque a punição aos membros do Governo insubordinado deposto, os quais, sem exceção, estiveram presos no Rio de Janeiro, passaram por interrogatórios e foram condenados, escapando à viagem de primeiro de novembro apenas o ex-governador Pedro de Toledo, que deveria prestar novos esclarecimentos, e o ex-secretário da Fazenda, Paulo de Moraes Barros, enfermo na ocasião. Antônio de Pádua Salles (PRP) e Francisco Morato (PD) que, ao lado de Pedro de Toledo, ocuparam os principais cargos civis na sublevação, também foram condenados ao exílio, entretanto, o segundo desembarcou na primeira escala do navio, em Pernambuco, ao ser convocado para um novo interrogatório. Os demais políticos penalizados tiveram participação diversificada nos trabalhos conspiratórios, na MMDC e na retaguarda dos confrontos, auxiliando em funções de menor relevância.

O segundo grupo que sofreu forte perseguição após o levante, recebendo a punição máxima ministrada pelo general Góes Monteiro, foi o dos jornalistas, sobretudo, os que comandaram a propaganda “constitucionalista” em São Paulo e nos estados vizinhos.

---

<sup>499</sup> No caso dos civis, demarcou-se a nítida preocupação em evitar a repercussão pública da captura, realizando a viagem dos prisioneiros à capital federal em períodos noturnos e sem aviso prévio à população, o que, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, não teria sido suficiente para impedir a comoção popular. A despedida dos paulistas é, de certa forma, dramaticamente exposta nas páginas do periódico: “*Poucos minutos depois, quase às 23 horas e meia, a machina deu o primeiro signal de partida. Reproduzem-se os abraços, as carinhosas despedidas dos paulistas aos conterrâneos que seguiam. Repetem-se as aclamações. Novo apito e a composição lentamente desliza com destino á Capital da República, enquanto o povo, que ficava, não cessa de applaudir e acclamar os illustres constitucionalistas*”. *O Estado de S. Paulo*, 11/10/1932.

<sup>500</sup> Embora a viagem de 1º de novembro tenha transportado a maior parte dos exilados, após essa data outros “revolucionários” foram condenados a deixar o país e o fizeram em ocasiões reiteradas, entre eles: Pedro de Toledo, Antônio de Pádua Salles, Ataliba Leonel e Pedro Dias de Campos. Diversos “constitucionalistas” que haviam sido presos, no entanto, foram absolvidos, como sucedeu ao ex-prefeito da capital Goffredo da Silva Telles, Horácio Rodrigues, Plínio Barreto, João da Costa Coelho e muitos outros. *Correio da Manhã*.

Considerando o número de proprietários e articulistas de jornal, presentes entre os civis expatriados, atinge-se a significativa soma de 26,4% do total.

Tal constatação permite dimensionar a importância atribuída pelos contemporâneos à campanha publicitária, especialmente da imprensa de São Paulo que teve, inicialmente, nove jornalistas exilados, pertencentes a periódicos de renome na época, como *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta* e *Diários Associados*. Aliás, o contingente de jornalistas que receberam a pena máxima só não se ampliou, já no dia primeiro de novembro, porque Plínio Barreto, que também havia sido preso no Rio de Janeiro, permaneceu detido na capital federal por mais algum tempo, a fim de prestar novos esclarecimentos e depois foi libertado.

Um terceiro grupo, composto por profissionais liberais e comerciantes, ainda pode ser identificado no quadro 9. Representando um valor próximo aos 26,3%, este segmento reúne apenas os elementos civis “não políticos”, ou jornalistas, que tiveram um grau de participação considerável nas barricadas, tal como o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Carlos de Souza Nazareth, que ocupou altos postos na MMDC, o promotor público Ibrahim Nobre, orador nas *bandeiras cívicas* e agitador popular na recusa ao armistício, e conspiradores do “constitucionalismo” em outros estados.<sup>501</sup>

A preponderância eloqüente da coima aos partidos políticos e à imprensa, entendida como a “porta-voz do reacionarismo”, desvela as ambigüidades da conjetural atitude conciliatória empreendida pelo Governo Provisório em São Paulo, depois do levante. Uma das mais vigorosas perspectivas que o exílio das bases partidárias paulistas sugerem é a inexistência de qualquer tipo de acordo com os representantes políticos do estado. Por conseguinte, a condenação instantânea deste agrupamento, reiterada pelo decreto de 8 de dezembro de 1932 que cassou os direitos dos envolvidos no enfrentamento, atende, com sagacidade, ao coro encadeado pelo “tenentismo” e, ao mesmo tempo, procura extinguir a ameaça principal que, no seu entender, poderia rearticular a oposição em São Paulo.

Disso, contudo, não se deve desprender que o levante paulista se resume a uma reação preponderantemente política, como aponta a historiografia,<sup>502</sup> ou que o Governo Provisório, movido pelos sentimentos de nacionalidade, tenha absolvido as *classes conservadoras* para o bem do país. Parece mais provável que, após o confronto, Vargas,

<sup>501</sup> Uma reflexão mais aprofundada acerca do apoio de grupos de outros estados à pugna pode se encontrar em DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1999 e PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004. p.159-163

<sup>502</sup> Principalmente, CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981; BEZERRA, Holien Gonçalves. **Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História). FFLCH – Universidade de São Paulo, 1982.



sequioso por consolidar-se no poder, manter o apoio do “tenentismo” e desarticular a oposição paulista, procurou agir no limite entre a punição aos conspiradores e as necessidades produtivas e financeiras do Brasil, para as quais o orçamento de São Paulo era vital.<sup>503</sup> Assim, mesmo tendo conhecimento da atuação dos industriais e comerciantes no levante – e no processo de conspiração – o governo não poderia prescindir de seu valioso concurso no âmbito da produção e, ainda que os visse, naquele momento, como adversários, não considerava prudente puni-los, sobretudo porque, retirando de seu meio os insidiosos políticos, não teriam tino para a oposição eleitoral. Caso contrário, como entender a ausência, entre os deportados civis, de sujeitos que tiveram importância capital na organização de vários departamentos durante o confronto, ocupando, como Roberto Simonsen, da FIESP, os cargos de *Presidente da Federação das Indústrias* e do *Serviço de Cadastro e Mobilização Industrial*; *diretor do Departamento de Mobilização Industrial* e ainda membro ativo de diversos órgãos “revolucionários”, como o *Departamento Central de Munições*, *Conselho Econômico e Financeiro do Estado*, *Superintendência Geral dos Transportes*, *Conselho Consultivo do Departamento de Assistência à População Civil* e *Comissão Técnica Civil de Material Bélico*.<sup>504</sup> Antônio Carlos Pacheco e Silva exerceu, também, papel de liderança na MMDC, mas escapou das punições mais enérgicas, assim como o banqueiro José Maria Whitaker, responsável direto pelo *Departamento da Campanha do Ouro para o bem de São Paulo*.

Entre os militares, a punição tem igual teor, privilegiando, entretanto, os oficiais do Exército Nacional que exerceram posições de comando durante o entrincheiramento, em diversas categorias. Mas, o destaque maior recai sobre a Força Pública, que atravessou as negociações para a deposição de armas e foi premiada com a absolvição, praticamente, plena de seus soldados; à exceção de dois que colaboraram mais efetivamente para a articulação da “guerra”, dentre os quais o major Antônio Pietcher, que desempenhou o comando da MMDC.<sup>505</sup>

<sup>503</sup> LOVE, Joseph L. *A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889 – 1937)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Viagem Incompleta**. São Paulo: SENAC, 2000.

<sup>504</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999. p.79

<sup>505</sup> Isso não quer dizer, porém, que a corporação tenha saído ileso do levante. Ao final do confronto, segundo afirmam os capitães Heliodoro Tenório e Odilon Aquino, o armamento pesado da Força Pública foi retirado de São Paulo, além da reorganização e redistribuição de quadros no estado e da reforma administrativa dos considerados sediciosos. TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). **São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933; FERNANDES, Heloisa R. **Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Histórico-Sociais**. São Paulo: Alfa-Omega, ed. Sociologia e Política, 1973.

Todavia, se não assente as pressões do “tenentismo” quanto à implementação de medidas contrárias a burguesia paulista – como a cobrança de impostos, em plena recessão econômica, sobre as *classes ricas* para amparo aos mutilados e órfãos, e a aplicação imediata da taxa ouro sobre o porto de Santos – por julgá-la indispensável à nação e, talvez, pouco apta à politicagem, Vargas respeita a demonstração de força das massas. Assim, opta pela cautela na reorganização pós-beligerância, ora acedendo aos “revolucionários” de 1930, outras vezes, pendendo para o amparo econômico ao estado.

Logo nos primeiros dias que sucederam o armistício, o Governo Provisório dava mostras de que compreendia bem a importância de conquistar o apoio do povo de São Paulo. A escolha do general Góes Monteiro para tratar da pacificação, militar que já atuara no estado, e a investidura do coronel paulista Herculano de Carvalho Silva “no posto máximo da administração bandeirante”, ainda que transitoriamente, indicam no sentido de poupar o povo da ocupação militar de sua capital – simbolicamente importante – pelas tropas federais.

Assumindo as funestas funções de governador militar, por sua vez, Herculano negociou medidas prementes com o general Góes Monteiro, a fim de amenizar a situação social pós-levante. De início, assegurou a circulação, em curso forçado, do Bônus Pró-Constituição, que, conforme instrução do Governo Provisório, seria resgatado pelo Tesouro do Estado;<sup>506</sup> em seguida, decretou a prorrogação da moratória dos títulos, obrigações e responsabilidades de São Paulo por mais trinta dias,<sup>507</sup> fatos que beneficiavam diretamente a classe dominante, mas que contribuiriam para aplacar o abalo social. Ainda sob seu efêmero exercício, iniciaram-se as articulações da Câmara de Comércio Exportador de São Paulo, reunida em sessão permanente, com o objetivo de viabilizar as negociações com o Governo Provisório pela “normalização da vida” no estado.

Mesmo com a nomeação interina do general “tenentista” Waldomiro Castilho de Lima, tio de Getúlio Vargas e chefe das tropas federais no Setor Sul do confronto bélico,<sup>508</sup> para governador militar de São Paulo, função que exerceria acumulando os cargos de administrador do Estado e comandante da 2ª Região Militar do Exército, a precaução adotada foi mantida. No breve discurso pronunciado durante a cerimônia de posse, o general Waldomiro procurou, sobretudo, amainar o ceticismo social quanto ao caráter de sua

---

<sup>506</sup> *O Estado de S. Paulo*, 05/10/1932.

<sup>507</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1932; DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

<sup>508</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.75.

ingerência no estado, enfatizando que “*só virão a São Paulo as tropas necessárias à reorganização da 2ª Região*”.<sup>509</sup>

O desvelo quanto às ressonâncias da simbólica *ocupação de São Paulo* pelo “tenentismo” também é perceptível no discurso do general quando afirma que:

Não traz candidatos para cargos públicos. Sempre que uma vaga se verificar em qualquer repartição pública, preencher-a a, com pessoas indicadas por instituições capazes de fazel-o. Não pretende também constituir o secretariado com elementos estranhos a administração pública, tendo assim determinado que continuem responsáveis pelo expediente das Secretarias de Estado os respectivos diretores geraes.<sup>510</sup>

Além disso, o governador militar conservou, de início, o coronel Herculano de Carvalho no comando da Força Pública, manteve em seus cargos os prefeitos de cidades do interior, empossados durante a pugna, e designou pessoas, declaradamente, atuantes no levante de 1932, ainda que não ocupando cargos de liderança, para repartições públicas importantes. Na direção da Estrada de Ferro Sorocabana, por exemplo, incumbiu-se o engenheiro Gaspar Ribeiro que alega ter feito “*sentir ao sr. governador militar, que estivera e ainda está absolutamente integrado com a causa paulista*”.<sup>511</sup>

Baseando-se nas ações e viagens do general Waldomiro Castilho de Lima, pode-se aventar, nessa perspectiva, a hipótese de que seu governo, ao menos nos primeiros meses, tenha sido essencialmente o braço armado de Getúlio Vargas no acompanhamento da perturbadora conjuntura paulista do pós-levante. Apesar da provável ambição “tenentista” de reaver o controle do estado, Vargas utiliza-se da disciplina militar dos “revolucionários” de 1930, a fim de assegurar, em primeiro lugar, a pacificação das massas e, consecutivamente, reorganizar a economia paulista. Em síntese, a indicação do general Waldomiro Castilho de Lima corresponde ao propósito de recuperar as finanças paulistas e, simultaneamente, acalmar o povo, impedindo, também, a rearticulação política da burguesia estadual, sob sua fiscalização direta.

Sintomáticas a esse respeito são as incontáveis idas do governador militar ao Rio de Janeiro, neste período, com o propósito de definir as linhas de conduta para a situação de São Paulo. Momentos houve, até mesmo, em que elementos designados pelo Governo

<sup>509</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03/10/1932.

<sup>510</sup> *O Estado de S. Paulo*, 07/10/1932.

<sup>511</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08/10/1932.

Provisório vieram, pessoalmente, ao estado, reestruturar, aos moldes objetados por Vargas e seus aliados, a política e a economia paulista.

No que tange ao delicado problema econômico, no dia 8 de outubro de 1932, o ministro José Américo baixou uma portaria nomeando uma comissão com poderes plenos para ir a São Paulo normalizar a situação das repartições do indispensável Ministério da Viação. Do comitê faziam parte: Edmundo Vital, chefe de seção dos Correios e Telégrafos; Fernando Viriato Miranda de Carvalho, engenheiro do Departamento de Portos de Navegação; Mario Simões Correa, engenheiro da Inspetoria de Estradas; e Arthur Araripe Junior, engenheiro da Central do Brasil.

O Ministério da Viação recebe atenção singular do Governo Provisório nessa etapa, concentrando em si boa parte das iniciativas efetivadas no sentido de solucionar a periclitância econômica do *maior orçamento da União*,<sup>512</sup> afinal, é por meio dele que se almeja escoar a produção paulista – sobretudo cafeeira – praticamente inerte nos meses de confronto, e reativar o comércio interno e externo de São Paulo. Por isso, o governo federal não mede esforços, em um curto espaço de tempo, para melhorar a infra-estrutura de rodovias e estradas de ferro, restabelecer o transporte de correspondências e reabrir o Porto de Santos.<sup>513</sup>

Aliás, o descerramento do porto santista está entre as primeiras questões tratadas pelo Governo Provisório, após o armistício. No dia 4 de outubro de 1932, determinava-se que o guarda-mor do porto, Pedro Santana, assumisse a direção da Inspetoria da Alfândega e que o capitão do mar e guerra, José Machado Castro e Silva, exercesse, provisoriamente, o comando militar do mesmo. Ainda no dia 4, o tema da reabertura foi alvo da reunião entre o ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães, e do titular da Fazenda, Oswaldo Aranha.

No entanto, se as medidas atinentes à circulação de mercadorias e pessoas sugerem o hipotético caráter paternal da relação entre o Governo Provisório e as *classes conservadoras* de São Paulo, essa impressão se desfaz com a simultânea reestruturação dos serviços fiscais do estado, entre as preliminares ações do general Waldomiro Castilho de Lima: “*De accôrdo com a resolução tomada hontem pelo... governador militar em São Paulo, os srs. exactadores da Fazenda do Estado deverão reassumir a gestão das collectorias*

---

<sup>512</sup> LOVE, Joseph L. *A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889 – 1937)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Viagem Incompleta**. São Paulo: SENAC, 2000.

<sup>513</sup> Calcula-se em cerca de 8 mil sacos o número de correspondências retidas no Rio de Janeiro com destino a São Paulo, no final do levante. *O Estado de S. Paulo*, 05/10/1932.

*das quaes se achavam afastados por motivo do movimento revolucionário, afim de reiniciarem e normalizarem os serviços das mesmas*".<sup>514</sup>

Essa disposição, aliada às responsabilidades financeiras em atraso da burguesia paulista e a ausência de renda com que corresponder aos apertos do fisco, já que os trinta dias de moratória negociados com o coronel Herculano não seriam suficientes, incitou a organização de *"todos os commerciantes, importadores ou não, dos despachantes de importação e de alfândega, das sociedades comerciais de qualquer gênero e bancárias, das firmas ou sociedades civis... e dos representantes de fábricas e commerciantes estrangeiros que exportam para o Brasil"* com o fito de negociar, sob coordenação inicial da Câmara de Comércio Exportador de São Paulo, com o Governo Provisório pela *"regularização da situação do commercio no Estado"*.<sup>515</sup>

Diante das agruras financeiras, a Câmara de Comércio Exportador, afirmando representar as diversas entidades aludidas, envia uma comissão, composta por Idyllo Muniz, Jacob Blasopolsky e Joaquim Candido de Azevedo, para expor a situação ao governo militar de São Paulo, donde advém a alegação de não estar autorizado a julgar problemas de semelhante magnitude. Visivelmente limitado em sua esfera de ação, o general Waldomiro remete um representante dos comerciantes e industriais para tratar diretamente com o Governo Provisório, em nome do governo paulista, sintetizando o escopo de insatisfações em dois assuntos classificados como de maior relevância: a regularização do comércio no estado e a aplicação da taxa de 2% sobre as transações efetuadas pelo porto de Santos. Um telegrama da Câmara de Comércio Exportador ao ministro Oswaldo Aranha precede o emissário: *"Rogamos a v. exa. prorrogar mais noventa dias suspensão execução taxa 2% ouro cuja suspensão houve por bem v. exa. determinar ha tempos nosso pedido. Attenciosos agradecimentos. Cordeaes saudações"*.<sup>516</sup>

Em sintonia com as reivindicações da burguesia paulista, o Governo Provisório, atento ao delicado momento atravessado por São Paulo, decide os destinos do estado bandeirante em reuniões realizadas no Rio de Janeiro, nas quais mobiliza os melhores quadros dentre seus aliados. No dia 13 de outubro de 1932, ocorreram dois encontros importantes, o primeiro no palácio do Catete, à tarde, *"uma demorada conferencia, na qual tomou parte o general Waldomiro Lima, governador militar em São Paulo, o general Góes Monteiro e o chefe do governo provisório, Sr. Getúlio Vargas"*.

<sup>514</sup> *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1932.

<sup>515</sup> *O Estado de S. Paulo*, 09/10/1932.

<sup>516</sup> *O Estado de S. Paulo*, 09/10/1932.

Durante a noite

no palácio Guanabara, effectuou-se mais uma conferência, na qual tomaram parte os srs. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, os ministros da Guerra e da Fazenda, generais Álvaro Mareante, commandante da região, Góes Monteiro, commandante do Exercito Leste, Waldomiro Lima, governador de São Paulo, Andrade Neves, chefe do Estado Maior, e outras altas patentes.<sup>517</sup>

O próprio governador militar de São Paulo admite que as decisões sobre o estado eram resolvidas nessas conferências:

Além de outras questões... tratei, agora, e, especialmente, do financiamento do café, da taxa de 2% ouro, das emissões de bônus revolucionários e da moratória...

...será decretada a moratória por sessenta dias, para a cobrança de mercadorias que se acham nos portos do Rio e Santos. Quanto à questão da emissão de bônus, pelo governo revolucionário de São Paulo, declarou que também, terá ella uma solução satisfatória.<sup>518</sup>

Na volta a São Paulo, esquematiza o resultado das negociações da seguinte forma:

1º) moratória por sessenta dias; 2º) isenção da taxa de 2% ouro para mercadorias chegadas ao porto de Santos antes da retomada dos pagamentos; 3º) supressão da requisição dos cafés da serie XII, destinados ao lastro da última emissão de 'bônus'; 4º) resgate dos 'bônus' da última emissão de 100.000.000\$ recursos fornecidos pelo Banco do Brasil, o qual receberá em garantia de operação os títulos que iam ser entregues aos portadores de conhecimentos dos cafés da série XII em pagamento da requisição de 2.000.000 de saccas desses cafés; 5º) financiamento á lavoura por meio de desconto de títulos do Banco do Brasil.<sup>519</sup>

Ao aceitar a negociação com a burguesia de São Paulo, sem intermediários, poucos dias após a deposição de armas, e favorecer a reorganização de seus empreendimentos, enquanto mantinha detidos os mais destacados quadros políticos do estado, o Governo Provisório dava mostras claras dos termos em que haveria de direcionar o caso paulista e dos limites e riscos envolvidos na tênue solução preconizada.

Embutidos no socorro às finanças bandeirantes estavam, em paridade, o anseio de aliviar a pressão popular incitada pelas agruras sociais, corroborar para a afirmação da economia nacional e, ainda, a aposta de que refeitas da condição dependente em que se situaram, as *classes produtoras* permanecessem incapazes de alavancar uma vigorosa reação

<sup>517</sup> *O Estado de S. Paulo*, 14/10/1932.

<sup>518</sup> *O Estado de S. Paulo*, 14/10/1932.

<sup>519</sup> *O Estado de S. Paulo*, 15/10/1932

política. Portanto, em pauta na ação do Governo Provisório, ao que parece, não estão concessões ou benesses à burguesia paulista, mas uma apurada capacidade de movimentação entre as forças em rearticulação no período pós-levante, como fica subjacente na reflexão de Holien Bezerra.<sup>520</sup>

Indícios para pensar nesse sentido podem ser averiguados também em outras iniciativas encaminhadas pelo Governo Central após a pugna, nas quais os sublevados, ainda que tenham interesses diretos nas questões, são situados em paridade com outros estados ou relegados a posições secundárias. Assim, o decreto publicado em 27 de outubro de 1932, nomeando o comitê incumbido de preparar o anteprojeto para a discussão na Assembléia Constituinte, não pode ser considerado, exclusivamente, como uma vitória paulista, haja vista os membros designados para a referida comissão (ver quadro 11, abaixo).

Como se depreende, a maior parte dos escolhidos para integrar o grupo provém das bases de apoio do Governo Provisório, composta por políticos e militares engajados em cargos públicos e, em grande medida, com atuação destacada na articulação da Aliança Liberal no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Também participam da comissão intelectuais de relevo, juristas e outros especialistas em direito, como Francisco Cavalcante Pontes de Miranda, autor de importantíssimas obras sobre o assunto. Não obstante, afora a presença de João Mangabeira, intelectual socialista que mais tarde seria perseguido pelo Estado Novo, a oposição tem espaço extremamente restrito entre os escolhidos. De modo notável, os sublevados de São Paulo só possuem um representante encarregado de elaborar o anteprojeto, Prudente de Moraes Filho.

---

<sup>520</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.85-99.

Quadro 11: *Comissão encarregada de elaborar o Anteprojeto de Constituição pelo decreto de 26 de outubro de 1932*

Nome	UF/Origem	Profissão/Vínculo Partidário
1) Joaquim Francisco de Assis Brasil	RS	Fundador do Partido Liberal-RS; apoiou a Aliança Liberal em 1930
2) Afrânio de Mello Franco	MG	Min. Relações Exteriores (1930/34)
3) Oswaldo Aranha	RS	Ministro da Fazenda em 1932
4) José Américo de Almeida	PB	Ministro da Viação
5) Ministro Arthur Ribeiro	MG	Min. do Supremo Tribunal Federal
6) Agenor de Roure	RJ	Articulador da Aliança Liberal
7) Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	MG	Articulador da Aliança Liberal
8) Carlos Maximiliano Pereira dos Santos	RS	Consultor Geral da República/1932
9) Pedro A. de Góes Monteiro	AL	Comandante Forças da União/1932
10) Francisco Solano C. da Cunha	PE	Deputado na Constituinte 1933/34
11) Francisco L. da Silva Campos	MG	Articulador da Aliança Liberal
12) João Mangabeira	BA	Intelectual Socialista
13) Francisco C. Pontes Miranda	AL	Jurista
14) Francisco J. Oliveira Vianna	RJ	Intelectual/ jurista
15) Alceu Amoroso Lima	RJ	Intelectual católico
16) Almirante Américo Brasilio Silvado		
17) Serafim Valandro	RJ	Industrial
18) Francisco Oliveira Passos	RJ	Industrial
19) Bertha Lutz	SP	Cientista/ feminista
20) Nathercia Silveira	RJ	Feminista
21) Henrique Stepple Junior		
22) José de Castro Nunes	RJ	Juiz Federal
23) Themistócles Brandão Cavalcante	RJ	Procurador do Tribunal Especial em 1930
24) Astolpho Vieira de Resende		Presidente do Instituto dos Advogados brasileiros (1931-1933)
25) Victor Vianna	RJ	Especialista em direito internacional
26) Agricola da C. Lobo Bethlém	RJ	Militar
27) Luiz Viigler		
28) Prudente de Moraes Filho	SP	Político
29) Álvaro Cumplido de Sant'Anna	RJ	
30) Leopoldino Freire	RS	
31) Cesar do Rego Monteiro Filho	RJ	

Fonte: SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999. p. 43; <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 29/12/2008; <http://www.cpdoc.fgv.br>, acesso em 29/12/2008.



Esta situação repete-se no crucial momento de avaliação do anteprojeto da Constituição pelos deputados eleitos, em novembro de 1933, quando, ainda que São Paulo se vanglorie de haver assegurado a realização da Constituinte, é obrigado, por ordem regimental, a concorrer em igualdade de condições com estados menores, e submetido, pela eleição indireta, a exercer função de menos expressiva monta na Comissão Constitucional (ou *dos 26*). O quadro 12, fornecido por Zélia Lopes da Silva, aponta os membros que compõem a referida comissão, os estados que representam, assim como as subdivisões e encargos que competem a cada deputado.

QUADRO 12: Comissão dos “26” – Distribuição dos temas por deputados

Presidente da Comissão	Carlos Maximiliano (RS)
Vice Presidente da Comissão	Levy Carneiro (Profis. Liberais)
Relator Geral	Raul Fernandes (RJ)
1) Parte Preliminar	Raul Fernandes (RJ-Relator Geral)/ Pereira Lyra (PB)
2) Divisão de orçamento/ Tomada de Contas/ Registro e fiscalização da despesa	Cincinato Braga (SP)/ Sampaio Corrêa (DF-presidente do Clube de Engenharia)
3) Poder Legislativo	Odilon Braga (MG)/ Abel Chermont (PA)
4) Poder Executivo	Waldemar Falcão (CE)/ G. Ponce (MT)
5) Poder Judiciário	Alberto Roselli (RN)/ Levy Carneiro
6) Declaração dos Direitos e Deveres	Marques dos Reis (BA)
7) Municípios e Conselho Supremo	Cunha Mello (AM)
8) Funcionários Públicos	Nogueira Penido (Func. Públicos)/ Fernando de Abreu (ES)
9) Família	Adolfo Soares (MA)
10) Território	Cunha Vasconcelos (Ter. Acre)
11) Ordem Econômica e Social	Euvaldo Lodi (MG-Rep. Empregadores)/ Vasco Toledo (SP-Rep. Trabalhadores)
12) Ministros de Estado	Pires Gaioso (PI)
13) Defesa Militar e Religião	Góes Monteiro (AL)/ Domingos Velasco (GO)
14) Justiça Eleitoral	Antônio Jorge (PR)
15) Disposições Gerais e Transitórias	Deodato Maia (SE)
16) Estados e Municípios	Solano da Cunha (PE)

Fonte: SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999. p. 51-52.

Por São Paulo militam Cincinato C. Braga, da *Chapa Única por São Paulo Unido*, e Vasco Toledo, representante dos trabalhadores. Ambos, no entanto, não atingem as funções diretivas da comissão, ocupando, em parcerias, as matérias *Divisão de orçamento/ Tomada de*

*Contas/ Registro e fiscalização da despesa e Ordem Econômica e Social*. Por conseguinte, aparentemente, não detêm a preponderância autônoma – ainda que a Comissão fosse “soberana para examinar o texto, sem a interferência ou ajuda (mesmo que fosse técnica) de outros deputados constituintes”<sup>521</sup> – sobre os rumos a serem tomados quanto ao anteprojeto apresentado pela comissão anteriormente incumbida por Vargas.

Isso significa que, se Getúlio Vargas compreendeu a importância da pressão das massas – não apenas daquelas que pegaram em armas em São Paulo, mas da própria população carioca, que teria grande simpatia pela reconstitucionalização<sup>522</sup> –, ele empenhou-se em deter o controle do processo, procurando impedir o fortalecimento de seus adversários, caso contrário concederia maior espaço para aqueles que pugnaram belicamente pela Constituição. Desse modo, ao mesmo tempo em que *atendia amistosamente* São Paulo, não rompia plenamente com o “tenentismo” e seus pilares de sustentação; contrariava os adeptos, entre os “revolucionários” de 1930, da idéia de retomar o regime constitucional, mas, também, não acolhia plenamente os “rebelados” de 1932 no seio da reorganização Constitucional.

Se a hegemonia no plano político é viabilizada por meio da centralização das questões administrativas de maior vulto nos arredores do Catete, no âmbito econômico, as investidas do Governo Provisório para impedir o fortalecimento partidário da burguesia estadual recaem no fomento à *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios*, sob a inspeção direta do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, e incumbida de investigar e discutir os problemas do país, com vistas a implementar providências capazes de levar o Brasil ao progresso. Entre as diversas questões exploradas, o relatório técnico apontado por Valentim Bouças sugere alguns dos eixos de preocupação, concentrados nos seguintes capítulos: “*estudos retrospectivos; os empréstimos internos; o cambio alto e o cambio baixo; a conversão; moeda de pagamento; o êxodo do ouro; nacionalização das nossas dívidas; restrições cambiais; o aumento da importação; o artificialismo generalizado; suicídio internacional; e protencionismo*”.<sup>523</sup>

O avanço dos trabalhos da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos implica na constituição de subcomissões específicas nos estados, para atuarem paralelamente ao trabalho dos interventores. Em São Paulo, administrado por um governador militar tutelado

<sup>521</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999. p.50.

<sup>522</sup> COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956; MELLO, Arnon Afonso de Farias. **São Paulo Venceu!** Rio de Janeiro: Flores&Mano, 1933.

<sup>523</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06/11/1932.

com maior evidência por Getúlio Vargas, os esforços são vertidos na busca pelo equilíbrio orçamentário para o exercício de 1933, embora se admita, de início, que essa tarefa seja, demasiadamente, árdua para realizar-se em um curto espaço de tempo, já que o estado “*apresenta um déficit previsto de 289.000.000\$000*”. As medidas preconizadas incidem, sobretudo, no ajuste da receita, questão que envolve as disputas entre o Governo Provisório e os cafeicultores paulistas, para os quais, deveria haver “*a supressão total dos impostos de exportação*”. Para a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos, tal possibilidade resultaria na aplicação de outros impostos para fazer frente, entre outras coisas, às diversas despesas do processo e, além disso, tal suspensão seria apenas paliativa, “*o problema de maior importância da economia nacional, qual seja o da exportação do café brasileiro... exige mais fundas e mais complexas providências, de carácter administrativo*”.<sup>524</sup>

Mas, diante da insistência decorrente da controversa supressão tributária para exportação do café, a criação compensatória de novos impostos produtivos aparenta ser a solução mais viável: “*Dentre os novos impostos que a subcomissão julga oportunos e de justiça cobrar, mencionados no orçamento apesar de exigir o exame de todo o sistema tributário do estado, junto, salientam-se a generalização do imposto territorial já cobrado em outros moldes, o imposto sobre a venda de artigos de luxo e os impostos de emergência*”.<sup>525</sup> Afora, ainda, a cobrança de 10% sobre os fretes ferroviários, rodoviários, fluviais e marítimos com o intuito de melhor distribuir os encargos fiscais.

Com a revisão do sistema tributário, a subcomissão intentava, primeiro, aliviar a tributação do café, e, em seguida, elevar a receita prevista pela Secretaria da Fazenda. Não demoraria, todavia, a insurgir-se contra as propostas aludidas, as *classes produtoras* de São Paulo, apontando, queixosamente, seu alijamento das discussões e as arestas do estudo efetuado pela comissão. A Associação Comercial de São Paulo, ainda que não refutasse plenamente a validade do trabalho apresentado, acentuava as dificuldades de sua implantação:

Não queremos afirmar que as medidas propostas são inexecutáveis. Parece-nos, no entanto, que a rapidez com que se pretende pô-las em execução não consulta totalmente os variados interesses das classes sobre as quais vão recahir. Entre a apresentação das sugestões e a sua aplicação deveria haver um prazo, uma certa tolerância, dentro do qual casos porventura omissos nos

<sup>524</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03/01/1933.

<sup>525</sup> O tributo de emergência seria a cobrança de uma taxa por saca de café remetida para Santos ou outros estados, de cuja arrecadação o governo retiraria o equivalente a sobretaxa de 8 francos. *O Estado de S. Paulo* 03/01/1933.

estudos preliminares, desigualdades tributativas, talvez existentes, pudessem ter solução compatível com os princípios elementares da arrecadação pública.<sup>526</sup>

A Associação Comercial fazia, assim, referência a determinados ramos do comércio que ainda se reestruturavam com maior dificuldade dos abalos pós-pugna e estariam desprovidos de condições e recursos para enfrentar o sistema tributário. Com isso, batalha pela rediscussão da proposta e a suspensão momentânea das medidas defendidas pela Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos:

É, pois, indispensável à revisão dos impostos, um mais pormenorizado estudo de sua aplicação. Tudo isto não pode ser feito da noite para o dia. A suspensão, por trinta dias, das tributações propostas pela Comissão de Estudos Econômicos e aceita pelo governo, tal como acaba de solicitar a Associação Comercial, é uma medida de prudência que não só consulta os interesses particulares, como também, no final das contas, as do mesmo erário público.<sup>527</sup>

Argumenta, além disso, numa representação dirigida ao governador de São Paulo, as motivações de seus temores:

a taxa de luxo de 10% 'ad-valorem', desviará de São Paulo para o Rio de Janeiro e outros Estados a procura de vários artigos de que o nosso Estado abastece todo o país, em concorrência com outras unidades da Federação e com o estrangeiro, ... e que a taxação sobre os juros em contas correntes e sobre as letras de cambio e notas promissórias vêm trazer os mais suaves embaraços ao crédito bancário, comercial e agrícola, desestimulando o emprego reprodutivo de capitais em nosso Estado.<sup>528</sup>

Entretanto, administrar os interesses econômicos de São Paulo, frente às contingências propugnadas por outros estados, seria uma empreitada extremamente difícil, à medida que, enquanto os comerciantes paulistas exigiam a tributação mínima de suas atividades de compra e venda, sobretudo nas negociações travadas com o exterior, a fim de manter as vantagens e a ascendência que detinham sobre a federação, outros setores de opinião nacional questionavam duramente as restrições, exageradas, impostas a importação de produtos industrializados de outros países, fora de São Paulo.

Na ótica do *Correio da Manhã*, o favorecimento concedido a economia paulista durante a *República Velha* explicaria o seu singular desenvolvimento industrial:

<sup>526</sup> *O Estado de S. Paulo*, 05/01/1933.

<sup>527</sup> *O Estado de S. Paulo*, 05/01/1933.

<sup>528</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06/01/1933.

se innumerous capitaes, que hoje alicerçam a riqueza industrial do Estado vizinho, foram ali vertidos, o facto que determinou essa emigração foram exclusivamente os dois por cento ouros cobrados no Rio. Elles, portanto, fizeram o commercio da capital da Republica, em grande parte, tributário e caudatário do commercio paulista. Ora, foi essa situação de desigualdade que se procurou resolver estendendo a Santos... a cobrança da taxa de dois por cento ouro.<sup>529</sup>

Para o *Correio*, a realidade dolorosa atravessada por São Paulo, no período, era uma consequência dos desajustes econômicos efetuados antes de 1930, – “*quarenta annos de Republica tinha hypothecado o Brasil*” – que, a duras penas, a nova mentalidade incorporada no ministro da Fazenda Oswaldo Aranha estaria resolvendo. Por isso, o jornal observa com atenção a reação do interventor paulista diante da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos e da pressão exercida pelas *classes produtoras*, e não arrefece na defesa da igualdade de tratamento:

É num momento desses que o interventor de S. Paulo leva ao conhecimento do governo, uma exposição acerca das dívidas daquele Estado. Nenhuma ocasião parece mais opportuna para chamar a atenção do governo, mostrando-lhe mais uma vez a necessidade de favorecer ao comércio importador o exercício de sua actividade, restringindo na maior forma possível à concorrência da Federação e dos Estados no mercado cambial.<sup>530</sup>

Portanto, se, opina assim quanto às taxas aplicadas ao comércio de importação, o *Correio da Manhã* saúda a ousadia administrativa do general Waldomiro Castilho de Lima no que tange a redefinição do pagamento da dívida interna e externa do estado. Nos números apontados pelo periódico, para uma receita de quatrocentos e poucos mil contos, São Paulo despenderia somente com os juros aproximadamente cento e trinta mil contos, “*sem contar a amortização dessas dívidas, nem a dívida fluctuante, nem tampouco a emissão do bônus endossada, aliás, pela União*”.<sup>531</sup> Na concepção do jornal, no entanto, São Paulo não deveria consentir que tal conjuntura impedisse o “*progresso e a vida de suas populações*” pelo capricho de “*comparecer, na hora e no minuto exacto, perante os seus credores*”, como fizera desastrosamente outrora o execrado ministro da fazenda José Maria Whitaker.

Portanto, o que ali se impõe é o encontro de uma fórmula que, attendendo aos direitos respeitáveis de credores, permita o Estado levantar-se. Essa fórmula só pode ser uma conversão de dívida, de maneira a que sejam

<sup>529</sup> *Correio da Manhã*, 13/10/1933.

<sup>530</sup> *Correio da Manhã*, 04/04/1934.

<sup>531</sup> *Correio da Manhã*, 06/04/1933.

diminuídos os ônus que agora recaem sobre o Thesouro paulista, sobretudo em vista da desvalorização de nossa moeda e do seu café<sup>532</sup>.

A alusão ao encaminhamento conferido ao delicado problema das dívidas paulistas desvela um dos pontos nevrálgicos do governo do general Waldomiro Castilho de Lima. Subserviente às diretrizes propugnadas pelo Governo Provisório nos meses seqüenciais ao entrincheiramento de 1932, especialmente no trato com os insurrectos e as *classes produtoras*, o advento das discordâncias entre a Comissão de Estudos Econômicos e a burguesia demarca o avanço das estratégias do governador militar, no sentido de se auto-afirmar no estado, intentando, segundo Holien Bezerra, conquistar o agrado do escol dirigente de São Paulo.<sup>533</sup>

Aliás, se Getúlio Vargas, no primeiro momento, opta por manter sob tutela a interventoria paulista, o “tenentismo” demonstra não estar disposto a desperdiçar a oportunidade de retomar o controle de São Paulo e expurgar, de uma vez por todas, a “politicagem ambiciosa” que o dominara.

Tanto isso é provável que os “os revolucionários” de 1930 promovem, em novembro de 1932, manifestação solene ao general Waldomiro, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença, inclusive, de Getúlio Vargas. Na ocasião, o governador militar foi condecorado com uma medalha, entregue pelo ministro da Justiça, Antunes Maciel, e teve oportunidade de discursar perante o congresso reunido, quando, após enunciar a “*satisfação pela colaboração que pode oferecer à obra de reconstrução e de consolidação*”, fez questão de ressaltar que no seu entender a ameaça central a ser combatida era “*o sentimento reaccionario, que procura apertar os freios ás legítimas transformações impostas pelas novas necessidades, eleva a inércia, a rotina, senão regressão a um passado, de que tudo conspira para nos afastar, de uma psychose tão prejudicial na estreiteza mórbida de seu espírito como psychose de demagogia na dilatação allucinante de suas chimeraes*”.<sup>534</sup>

Talvez, por esse motivo, decide rever o tom da coima almejada anteriormente e apostar no acordo com a burguesia de São Paulo. Ao fomentar seus negócios relega, até mesmo, as orientações da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros.

Diante das divergências interpostas no estado, tanto no nível da cobrança de impostos, quanto da dívida pública, o governo pugnou pela efetivação da proposta salvacionista da cafeicultura, perpetrada pela Comissão mas refutou a austeridade com que o

<sup>532</sup> *Correio da Manhã*, 06/04/1933.

<sup>533</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.90.

<sup>534</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21/11/1932.

equilíbrio orçamentário recairia sobre os setores produtivos, alegando que o ajuste rigoroso dos impostos e do pagamento das dívidas paulistas impediria o crescimento econômico do estado. Por isso, incumbiu o responsável pela Secretaria da Fazenda, Pargentino de Freitas, de organizar um plano alternativo de Conversão Geral e Unificado da Dívida Fundada do Estado de São Paulo, com o propósito, afirma, de submetê-lo à “*apreciação dos que quisessem colaborar em problema tão capital*” e, finalmente, “*submeter tudo ao estudo e solução do orgam competente, que era a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros*”.<sup>535</sup>

Contudo, pela repercussão que teve este plano autônomo de São Paulo, o seu governador foi convocado à sede nacional da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros no Rio de Janeiro, a fim de expor as diretrizes a que havia submetido as finanças paulistas, ocasião em que não hesitou em sustentar a discordância que nutria quanto ao moldes excessivos do pagamento das dívidas estaduais efetuado por São Paulo, que o motivara a romper com o que estava predeterminado pela Comissão: “*o serviço da dívida fundada absorvia de 30 a 32% do orçamento. Diante disso é que tomou a resolução sincera de dizer que o Estado não podia mais pagar. E que, como administrador, não compreende que se atrase o funcionalismo, se abandonem a instrução e a saúde pública, e se deixe de realizar obras de viação indispensáveis*”.<sup>536</sup>

As atitudes mais incisivas no governo militar de São Paulo e a busca da aproximação maior com a burguesia paulista, por meio de medidas favoráveis a seus apelos, a despeito, até mesmo, das diretrizes oficiais do governo federal, são interpretadas como sinais do êxito da política implantada por Getúlio Vargas após a luta armada e da pacificação do estado, sob o governo militar do general Waldomiro de Castilho Lima.

Com isso, em dezembro de 1932, o general é convidado a organizar o programa administrativo para o exercício de 1933, com vistas a iniciar uma nova fase de seu governo, fixada em bases relativamente autônomas. Todavia, a mudança, de fato, da condição do general Waldomiro Castilho de Lima viria a efetivar-se somente no dia 23 de janeiro de 1933, com a certificação, por parte do Governo Provisório, de que

nada mais existe no Estado que possa justificar a continuação do governo militar. Reina calma em S. Paulo e a sua laboriosa população trabalha animada do mesmo desejo de contribuir para o engrandecimento da nação. Allí não há mais anarchia nem desordem e dentro da população todos colaboram na grande obra de ressurgimento econômico do Estado.<sup>537</sup>

<sup>535</sup> O Estado de S. Paulo, 06/04/1933.

<sup>536</sup> O Estado de S. Paulo, 06/04/1933.

<sup>537</sup> O Estado de S. Paulo, 24/01/1933.

No entendimento do Governo Central, após uma análise minuciosa da situação política, os adversários que exigiam maior cautela estavam batidos: os partidos políticos desarticulados, a burguesia parcialmente controlada e as massas, outrora “rebeladas”, em relativa tranqüilidade, dada a precaução do general Waldomiro nas medidas adotadas para o estado, tanto no plano da elite, quanto dos trabalhadores, cujas condições de vida foram alvos de discussão, em temáticas como a regulamentação da jornada de trabalho.<sup>538</sup>

*Restabelecida a ordem*, de forma que não precisaria mais de um governo com irrestritos poderes militares, o Governo Provisório promove a equiparação administrativa de São Paulo aos outros estados da federação, nomeando um interventor, separado das funções de chefe da Região Militar. O “tenentismo” considera-se, por conseguinte, vitorioso no embate contra os reacionários paulistas, uma vez que, em janeiro de 1933, quando retoma a interventoria e o comando das forças militares, os políticos sublevados estão com os direitos eletivos cassados, os cafeicultores na dependência dos planos econômicos de emergência perpetrados pelo governo federal e os comerciantes e industriais, possivelmente, abertos à conciliação, desde que fossem devidamente granjeados.

Para solidificar a conquista e abrir caminho a vitória no pleito à Constituinte, a realizar-se em maio de 1933, sobreleva Bezerra, “o governador militar... empenha gigantescos esforços para atrair simpatizantes e continuar a obra tenentista”.<sup>539</sup> Fundou até partido político aglutinando, inclusive, segmentos da classe dominante paulista, beneficiados pela política econômica perpetrada. No Partido da Lavoura militar, entre outros, Antonio Augusto Covelo, deputado por São Paulo entre 1927 e 1930 (quando foi apeado pela revolução) e defensor intemerato da paulistanidade contra o “tenentismo”, na campanha oposicionista de 1932. Teria se filiado ao Partido da Lavoura “*devido a seus interesses como proprietário agrícola em Guarulhos*”.<sup>540</sup>

Mas, o empenho do interventor Waldomiro Castilho de Lima não se limitou a burguesia. “*Através do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, o governador procura alargar sua base de sustentação política*”, voltando-se para o operariado urbano com uma

<sup>538</sup> Em discurso à “lavoura e ao povo em geral”, o governo dizia: “*Toda a política que não visar as classes trabalhadoras será uma política retrógrada e transitória. Os chamados de baixo sentem o soffrear, tem direitos, exprimem vontades. É preciso ir ao encontro de seus anseios. É preciso olhar para dentro de si, surpreendendo-se espiritualmente dentro da blusa do trabalhador para poder avaliar que elle é um factor estupendo de progresso e que, se algumas vezes, cerra os punhos para os céus, não é por culpa delle e sim do Estado, que o abandona e illude. Capital e trabalho não se excluem*”. *O Estado de S. Paulo*, 11/04/1933.

<sup>539</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.89.

<sup>540</sup> ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.1713.



plataforma “*de justiça social que garanta a aplicação da legislação trabalhista e que possibilite implementar a sindicalização oficial*”.<sup>541</sup>

Não obstante a avaliação positiva e o julgamento dos homens que compõem o Governo Provisório, traduzidos no discurso relativo ao êxito da obra de pacificação de São Paulo, a suposta tranqüilidade predominante no estado não era tão segura como supunham os “revolucionários” de 1930. Isso se tornou clarividente logo após a cerimônia de posse do general Waldomiro Castilho de Lima, na interventoria, e do general Daltro Filho, no comando da 2ª Região Militar, no dia primeiro de fevereiro de 1933, quando passaram a ocorrer novos conflitos envolvendo civis e militares.

Em reunião convocada pelo general Daltro Filho, no início de março de 1933, com os representantes da imprensa paulista, o comandante empossado na Região Militar apelava para o apoio dos meios de comunicação na “pacificação dos espíritos”, revelando terem se desenrolado, desde sua posse, oito incidentes desagradáveis. Ainda que as informações sobre tais acontecimentos sejam extremamente vagas, depreende-se das ações do governo paulista a vigência concreta de uma ameaça de golpe, de natureza civil ou militar, contra as autoridades constituídas em São Paulo. Em vista dos conflitos, o general Daltro Filho determinara medidas preventivas de caráter militar, recaindo, especialmente, na manutenção das tropas de prontidão nos quartéis, desde o dia 20 de fevereiro, já que “*informações e documentos recebidos, justificavam plenamente a rigorosa*” atenção militar.

A tensão se estende por mais de dez dias e, mesmo com a cessação do estado de prontidão, a apreensão contra uma possível conspiração golpista, civil-militar, mantém-se e pode ser averiguada por meio das medidas estabelecidas pelo comandante da Região Militar:

1º) Que cada corpo mantenha por escala diária e até segunda ordem uma sub- unidade de rigorosa prontidão; 2º) Que se proíba nos quartéis e nos estabelecimentos militares a permanência de quaesquer pessoas estranhas ao seu serviço; 3º) Que sejam presos e apresentados a este commando os militares e civis estranhos que penetrarem nos quartéis sem o prévio conhecimento dos commandantes e dos officiaes de dia; 4º) Que seja immediatamente expulsa e apresentada à Polícia qualquer praça que promover conflicto ou provocar escândalos nos quartéis, nos campos ou nas ruas da cidade; 5º) Que fica prohibida até segunda ordem a permanência de praças nas ruas da Capital depois das 22 horas; 6º) Que a Companhia de Estabelecimentos proceda diariamente ao patrulhamento das ruas, afim de prender toda e qualquer praça do Exército que ahi se encontrar depois das 22 horas, sem ser em objecto de serviço.<sup>542</sup>

<sup>541</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.90.

<sup>542</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03/03/1933.

Entretanto, a ameaça de reação armada não seria o prenúncio do caminho que, de fato, alavancaria a derrocada das aspirações “tenentistas” para São Paulo. Cindida, desacreditada e a mercê do Governo Provisório, as forças que aliadas articularam o levante de 1932 não teriam condições materiais para tentar um novo golpe contra os seus algozes. Nem mesmo a oportunidade aberta com a aproximação do pleito eleitoral de 1933 parecia auspiciosa, dadas as fragilidades dos partidos acoimados, às insatisfações populares e a própria periclitância econômica do escol dominante paulista.

A senda para a redenção dos sublevados, no entanto, estava implícita na aposta do Governo Provisório para o encaminhamento da situação pós-beligerância, em São Paulo, e na ambição “tenentista” do general Waldomiro Castilho de Lima – manifestada na fundação do Partido da Lavoura, em abril de 1933, e na aproximação com o Partido Socialista Brasileiro.<sup>543</sup> Ao sufocar as agitações populares e subestimar o tino político da burguesia, minorando suas agruras posteriores ao levante para o bem da economia nacional e procurando conquistar seu apoio para o novo governo, os “revolucionários” de 1930 deixaram uma ampla vertente aberta para as classes dominantes se reagruparem e, com o apoio da sociedade civil, retomarem a oposição ao Governo Provisório.

Em detrimento as medidas que a auxiliam economicamente, mas são tidas como paliativas diante do projeto de racionalização do estado que defendem<sup>544</sup> – no que se contrapõem as propostas “tenentistas” –, a burguesia industrial e comercial encontra nas eleições para a Constituinte, a serem realizadas em maio de 1933, a brecha almejada para modificar a realidade politicamente ruínosa que se criara para os insurrectos depois do confronto. Enquanto os “tenentes” celebravam a conquista da interventoria, condecorando o general Waldomiro Castilho de Lima pela argúcia no vigoroso combate à “desordem social” e os avanços nas inter-relações com grupos importantes de São Paulo, sobretudo no âmbito da lavoura, silenciosamente, nos vãos das ríspidas diretrizes adotadas pelo Governo Provisório, processava-se a reorganização da ameaça oposicionista.

### ***3.3 - O Pleito de 1933. Em busca da rearticulação política***

---

<sup>543</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988. p.89.

<sup>544</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999; ANTONACCI, M. Antonieta M. **A Vitória da Razão (?)** São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.

O movimento que se organiza em São Paulo rumo a Assembléia Constituinte de 1933/34, e que encontra na formação da Chapa Única por São Paulo Unido, sob a coordenação da Associação Comercial, um dos passos decisivos para a vitória ampla dos insubordinados de 1932 no processo eleitoral, tem, contudo, a despeito do que poderia supor o Governo Provisório, origens alheias à desacreditada via partidária tradicional. Se Getúlio Vargas acreditava que, acoimando os políticos conspiradores, extinguiria o principal foco oposicionista do país, a ação concatenada pelas correntes idealistas de ex-combatentes que, na impossibilidade de perpetuar a luta armada e mesmo os motins nas ruas depois de encerradas as hostilidades, deliberam, primeiramente, pela guerra comercial e, na impopularidade da estratégia, resolvem investir na conquista do pleito à Constituinte, constitui o elemento desestabilizador de seus planos.

Dessa forma, simultaneamente à prisão e o exílio dos líderes políticos do estado, a “*mocidade paulista revolucionária*”, surge como alternativa espontânea para o futuro de São Paulo, em detrimento a imagem negativa e, em certa medida, estereotipada dos políticos profissionais da *República Velha*. Se no processo de articulação para o levante, como demonstrado nesta análise e indicado em algumas obras,<sup>545</sup> a mobilização social se dá a partir da incitação a elementos conexos à paulistanidade, capitaneada pela classe dominante que lidera a campanha, após o malogro, passa a deter preponderância a reação sensibilizada da sociedade civil, que supera a desajustada aliança bélica. Valendo-se de suas ações obstinadas pela continuação da luta, ainda que cientes da derrota, formula-se, também, em germinação, a redefinição do discurso ufanista no âmbito das correntes intelectuais, apresentando a mocidade como a força capaz de representar politicamente o estado no cenário em formação.

Embora o caráter idealista dessa identificação retórica não deva ser desprezado, o caminho que aponta a juventude “constitucionalista” como a solução para o fracasso da empreitada bélica constitui-se, talvez involuntariamente, em porta de entrada para o reagrupamento da aliança cindida após a derrota. Os primeiros sinais concretos de uma leitura que aponta na direção da transmutação do malogro para o discurso da esperança da vitória na Constituinte, por meio da mocidade, provêm já no início das aulas nos cursos superiores de São Paulo.

---

<sup>545</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988; CAPELATO, Maria Helena R. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz: o paulistano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1999.

Na conceituada e simbolicamente preeminente Faculdade de Direito da capital – um dos pontos em que se afirma haver começado a pugna –, no dia 18 de outubro de 1932, quando recomeçavam alguns de seus cursos, prestava-se vibrantes homenagens aos estudantes que haviam falecido nos combates e aos professores, Waldemar Ferreira e Francisco Morato, que naquele momento se encontravam detidos no Rio de Janeiro. Diversos docentes proferiram, então, discursos exaltando a “atitude heróica” de seus alunos e fazendo prognósticos quanto à continuidade dos ideais defendidos. O professor de Direito Penal, Luis Barbosa da Gama Cerqueira, após classificar o levante como uma luta gloriosa, movida pelo mais nobre dos ideais, identifica na juventude o elemento responsável pela arrancada de julho: “*Escrevestes-vós, mocidade brasileira toda, das escolas, das oficinas, dos bancos e do comércio – uma página de heroísmo e dedicação ao ideal, que ficará única na história deste paiz*”.<sup>546</sup>

E equipara a conjuntura pós-beligerância a uma parábola bíblica, assegurando que a vitória interrompida da mocidade seria uma fatalidade irrefreável, purificada pelas vidas imoladas na luta:

esse sangue, não duvideis, realizará a palavra do Christo, quando Elle disse: Em verdade vos digo que se o grão de trigo que cae na terra não morre, fica só: mas se elle morre, produz muito fruto!

O grão de trigo é o sangue generoso que cahiu na terra e que germinará.

(...) Assim também vos digo que nós não fomos vencidos. Não penseis em derrota, porque ainda a victoria é nossa. O ideal está vivo e de pé... o futuro vos pertence, porque, a vossa geração, que breve vira a governar, terá, nos sacrários de seus corações fortalecidos e purificados por essa dura provação que temos passado e ainda estamos passando, o ideal sagrado que nos moveu a todos.<sup>547</sup>

O tom de concitação a reorientação das atitudes, a partir da ação concreta dos ex-voluntários, perpassa a fala do corpo docente da Faculdade de Direito. O professor Cardoso de Mello Neto, na aula de Economia Política,

Falou da necessidade do trabalho perseverante para a obra da reconstrução nacional, e disse que os que não tiveram a ventura de morrer por São Paulo, mas que aqui ficaram soffrendo, devem dedicar todo o seu esforço para propagar os ideais por que se bateu a mocidade paulista, ideaes que não foram vencidos, porque não se subjuga a idea, embora a força domine.<sup>548</sup>

<sup>546</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/10/1932.

<sup>547</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/10/1932.

<sup>548</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/10/1932.

O ânimo espicaçado, ao nível do discurso, parece não ter se restringido ao curso de direito. Na Faculdade de Medicina, cujo engajamento dos seus alunos e professores no levante foi significativo, a retomada das atividades pautou-se, também, ao que afirma o jornal *O Estado de S. Paulo*, por “*palavras de entusiasmo pelo heroísmo manifestado pela mocidade paulista, e de fé na victoria do ideal constitucionalista*”.<sup>549</sup>

Identifica-se assim, com clarividência, na retórica dos professores universitários, muitos dos quais proferiram discursos arrebatadores nos comícios e nas rádios durante o levante, a recusa em aceitar a derrota da motivação constitucionalista, sustentada pela argumentação de que as aspirações lídimas não podem ser desbaratadas pela força das armas, como foram as tropas paulistas e, em ambivalência, a representação da mocidade que lutou na porfia como a guardiã intemerata dessas mais altas aspirações.

Se no nível discursivo aflora exuberante o caráter idealista de tal representação, na realidade social, neste íterim, a trilha do papel civilizador da juventude das trincheiras – em detrimento aos vícios atribuídos aos velhos políticos – serve como senda para uma nova conformação dos grupos esfrangalhados no período pós-subelevação,<sup>550</sup> a partir da promessa da substituição dos confrontos sociais pela vitória apaziguadora no pleito de 1933. Assim, estabelecendo embrionários elos de interligação entre a retórica que nega a derrota e o trunfo da esperança depositada na mocidade, ainda no mês de outubro de 1932, o professor Benedicto Montenegro presidia a primeira assembléia do *Centro de Cultura Cívica Paulista*, que, logo de partida, refutava a via política tradicional: “*sem cor partidária, com intuito de ordem e trabalho, para defesa dos interesses moraes, econômicos e políticos de São Paulo*”,<sup>551</sup> reunindo, para tanto, pessoas engajadas no levante de julho.

Na ocasião, já se designava, inclusive, a comissão encarregada de elaborar as bases de um programa de ação, da qual faziam parte, emblematicamente, sujeitos de segmentos diversos da sociedade, aglutinando, entre outros, pessoas ligadas ao movimento estudantil aos “execráveis” políticos: Antônio Augusto de Barros Penteado, Antônio Prudente de Moraes, Oscar Rodrigues Alves, Felício Cintra do Prado, Antônio Carlos de Abreu Sodré. Esses homens criam, então, um esboço, com idéias gerais, para ser submetido à avaliação dos delegados das organizações que colaboraram no confronto bélico.

<sup>549</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22/10/1932.

<sup>550</sup> O que evidencia que as representações não são, de forma alguma, instâncias separadas dos conflitos e disputas sociais. CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986. p.17.

<sup>551</sup> *O Estado de S. Paulo*, 28/10/1932.

O teor das propostas formuladas abrange oito itens, que remetem a questões econômicas, sociais e políticas do estado:

- a) manter e desenvolver os sentimentos cívicos da população paulista;
- b) interessar-se pelos problemas que digam respeito à educação física da mocidade;
- c) cooperar com os elementos da lavoura, da indústria e do commercio, para que a economia paulista se desenvolva de modo a retomar rapidamente a sua prosperidade anterior;
- d) Incrementar a multiplicação das pequenas propriedades agrícolas, desenvolver a produção de matéria prima e a sua exploração industrial;
- e) vulgarizar e difundir os conhecimentos geraes de interesse social, mediante campanhas e cursos de formação;
- f) desenvolver o espírito de cooperação das classes sociaes...;
- g) combater o indifferentismo pela solução dos problemas políticos, e principalmente a abstenção eleitoral e todas as fraudes que corrompam, viciem ou cerceiem o exercício do voto;
- h) irradiar a sua acção constructiva para todos os pontos que disponham de elementos integrados no mesmo alevantado objectivo de tornar realidade a educação cívica do povo, a moralização dos costumes políticos, administrativos, e a solução dos problemas de vitalidade nacional.<sup>552</sup>

Em síntese, a pauta das discussões, que agrega propostas de matizes diversas, volta-se para a “união dos espíritos paulistas”, de todas as classes sociais, em prol à rápida revitalização econômica de São Paulo e à imposição cultural e política do estado, expurgado das más inclinações administrativas, a fim de superar o adversário nas urnas de votação e na Constituinte. Para tanto, seria necessário investir na educação cívica e na formação de uma mocidade fisicamente vigorosa, apta a por em prática a emolduração de novos princípios, tanto na organização econômica e política, quanto social, calcada esta última na convivência livre de conflitos entre os diversos interesses em relevo na sociedade.

Diante do descrédito e das punições que recaem profusamente sobre os partidos políticos tradicionais,<sup>553</sup> a mocidade das trincheiras é eleita como o segmento social adequado para conduzir o triunfo paulista, do fracasso bélico à reconstrução da pujança material e administrativa. Dessa forma, pouco tempo depois do anúncio da formação do *Centro de Cultura Cívica Paulista*, as pessoas que o compõe decidem promover alterações em sua conformação e tornam público, nos limites de outubro de 1932, o manifesto de fundação de uma nova entidade, a Federação dos Voluntários de São Paulo. A retórica fundadora, que apresenta a corporação ao público, reitera o tom ditado anteriormente, ao refutar a identificação partidária e realçar a força inovadora do movimento nascido das trincheiras:

<sup>552</sup> *O Estado de S. Paulo*, 28/10/1932.

<sup>553</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997. p.70.

Fundiu-se, dentro da experiência da memorável campanha constitucionalista, no cadinho das trincheiras, o amálgama de um espírito novo, a mocidade de agora, que ofereceu seu sangue em holocausto às suas aspirações, a juventude da actualidade quer, para o Brasil redimido dos erros de seus homens, uma Pátria illuminada pelos ideaes da moderna mentalidade.

Os partidos políticos que representavam antigas correntes de opinião, como que desapareceram. Reponta agora esplendente, a geração moça de nossa terra.

... a mocidade de hoje, mulheres e homens, a geração de todas as escolas, de todas as fábricas, de todos os campos, esta vinculada ao compromisso de honra, sellado ao sangue que regou o solo bandeirantes de responsabilizar-se pelos destinos do Brasil.<sup>554</sup>

As aspirações imediatas da Federação dos Voluntários Paulistas incidem, especificamente, sobre a reorientação das atitudes da população, que se recusa violentamente a encerrar os enfrentamentos após a luta nas ruas de São Paulo, motivada por razões econômico-sociais e sentimentos idealistas, em benefício da concentração de forças em outra direção. Isso fica nítido, nos propósitos aduzidos ao manifesto:

a) coesão e disciplina; b) pacificação dos espíritos, condição indispensável para a mais breve normalidade da vida econômica, administrativa e social do Estado; c) nenhum compromisso com quaesquer correntes político-partidárias; d) encaminhamento rápido para a afirmação de um programma que synthetise as aspirações dos que ora se arregimentam.

‘São Paulo é o Direito e a Força’: Deixou de ser a força, pelo desfecho que teve a luta, mas continua a ser o Direito e será intransigente na sua defesa.<sup>555</sup>

A ressonância social da negação da derrota e da esperança na mocidade das trincheiras, a despeito da má fama da politicagem, pode ser aferida no volume de adesões à Federação dos Voluntários Paulistas, que é amplo e imediato – pois o chamado estende-se a todos os “constitucionalistas”, qualquer que tenha sido sua filiação político-partidária anterior – constituindo-se, em menos de dois meses de campanha, aproximadamente cento e trinta núcleos no interior do estado.

Ao mesmo tempo, o Tribunal Eleitoral de São Paulo iniciava, com a emblemática participação de ex-amotinados – como Plínio Barreto, ocupando o cargo de juiz-procurador – os trabalhos do alistamento eleitoral, para o pleito, a realizar-se em maio de 1933, oportunidade ímpar para que a Federação dos Voluntários Paulistas prorrompa a pugna pela “defesa do direito”. Não por acaso, a entidade incumbe-se, na primeira hora, de chefiar, obstinadamente, a divulgação e a arregimentação de eleitores para o sucesso das eleições.

<sup>554</sup> *O Estado de S. Paulo*, 29/10/1932.

<sup>555</sup> *O Estado de S. Paulo*, 29/10/1932.

Nessa empreitada, como não faz restrições à perfilhação partidária precedente, a Federação dos Voluntários Paulistas conta com a chancela dos políticos tradicionais, momentaneamente incapazes de conduzir a campanha pelo alistamento. Por conseguinte, com a colaboração expressiva de ex-insubordinados dispostos a participar, de hora em diante, com maior efetividade das decisões sobre os destinos de suas vidas e do estado, a campanha movida pela Federação dos Voluntários Paulistas intensifica-se, monumentalmente, fomentando o alistamento – inaugural – para ambos os sexos; e formando novos núcleos no interior do estado, sustentados por donativos abundantes.

O PD e o PRP, fortemente abalados pela perseguição aos seus correligionários centrais, pelas fissuras internas e a cassação dos direitos políticos de boa parte de seus quadros – pelo decreto de 8 de dezembro de 1932 –, demoram um pouco mais para se integrar aos esforços pelo alistamento eleitoral e quando o fazem limitam-se a converter seus diretórios em postos de alistamento, enquanto a propaganda de maior vulto fica sob o encargo da Federação dos Voluntários Paulistas.

Escusada da censura, a campanha pelo alistamento eleitoral, capitaneada nos primeiros meses, exclusivamente, por entidades não partidárias, manifesta-se, de modo violento, no jornal *O Estado de S. Paulo*. No dia primeiro de fevereiro de 1933, o anúncio veiculado pela Federação dos Voluntários Paulistas proclamava: “*O civismo paulista se manifesta de todas as formas – Dois paralyticos que querem votar e não podem escrever*”. Dessa forma, procuravam atingir a sensibilidade dos cidadãos de São Paulo e incitá-los a cumprirem seu “dever cívico” que, segundo argumentam, atingiria mesmo os impossibilitados:

Dois homens entram difficilmente na sala cheia, acotovellados pelos que entram e pelos que sahem. Os braços de ambos pendem desoladoramente immovéis. Querem se fazer eleitores, declaram, porque S Paulo precisa do voto de todos, todos os paulistas. Mas não podem escrever. Seus membros superiores estão inutilizados. E quando se lhes explica que é necessário ser o requerimento inicial feito de próprio punho, meditam um momento só, de cabeça baixa. E, logo, um delles com esforço visível supremo aproveita as pouquíssimas forças que lhe sobram no braço esquerdo para levantar a mão direita até o papel sobre a mesa.

(...) Não será grande, não estará destinado a formidáveis realizações um povo cujos filhos comprehendem o seu dever?<sup>556</sup>

A narrativa aspira, evidentemente, conquistar corações e mentes e arrebanhar o maior número de adeptos à causa. Para tanto, a abnegação e o sacrifício são encadeados como

<sup>556</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01/02/1933.



pontos chaves da campanha, em meio aos sofrimentos do pós-levante.<sup>557</sup> Livrar o estado da dolorosa realidade social é, aliás, uma promessa reiterada da propaganda perpetrada pela Federação dos Voluntários Paulistas, preconizando veladamente, nesse sentido, o alistamento como forma de expurgar de seu território e do país os nefandos “revolucionários” de 1930:

merecerá, porventura, o governo de minorias inexpressivas, que fatalmente elegerão delegados seus se a grande maioria consciente não se alistar?

São Paulo precisa de um milhão de votos. Para levar a assembléia constituinte elementos que sejam a expressão da sua cultura, e embaixadores do seu orgulho de povo que tem um passado e é digno d'elle. São Paulo precisa de um milhão de eleitores, para formar governo próprio com representantes genuínos de seu próprio valor, novos capitães de bandeiras das novas conquistas e nomeadoras de novos ideaes.<sup>558</sup>

O que fica implícito na impetuosa batalha da Federação dos Voluntários Paulistas, pela participação popular nas eleições à Constituinte, é a expectativa de que, se não vencera pelas armas, a demonstração de forças nas urnas poderia alavancar a vitória dos objetivos do levante armado. Esse lema torna-se poderoso à medida que atinge, unifica e mobiliza o ressentimento dos ex-combatentes e dos voluntários, que amargurados pelo malogro bélico visualizam na eleição de *novos capitães de bandeiras* a legitimação da causa pela qual verteram, entusiasmadamente, suas energias. De outra parte, a oportunidade de formar um governo próprio pode ser entendida pela população paulista como a chance de amenizar as querelas no âmbito econômico, político e social, afinal, se o Governo Provisório fora responsabilizado pela *esfera sombria* que recaía sobre o estado, a sua substituição por um *genuíno paulista* significaria, talvez, entre outras coisas, o restabelecimento permanente dos privilégios comerciais do Porto de Santos, o arrefecimento do fisco e o combate mais eficaz ao desemprego e a miséria.

Em tais circunstâncias, o alistamento, amplamente divulgado, da Federação dos Voluntários Paulistas por todo o estado representa o endosso social aos propósitos da campanha e corrobora a ascensão de uma esfera propícia para o adensamento de uma corrente pró-São Paulo na Constituinte, que conta, no início de 1933, com a fundação de novas

---

<sup>557</sup> Nesse sentido, o ressentimento em candência na sociedade paulista, aliado à potencialidade do imaginário regional, é importantíssimos para entender esta conjuntura. ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. IN: BRESCIANI, M. S. e NAXARA, M. (orgs). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p.22.

<sup>558</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08/02/1933.

entidades, como o Centro Pró-alistamento Eleitoral,<sup>559</sup> e a adesão plena do PD, PRP, Ação Integralista Brasileira e Partido Nacionalista, entre outros.<sup>560</sup> O PD, que coadjuva a Federação dos Voluntários Paulistas, procura demonstrar sua parcela de contribuição para o sucesso da empreitada, afirmando que os documentos comprobatórios de nacionalidade, indispensáveis para a emissão dos títulos, eram pedidos diariamente às centenas em seus diretórios. O que sugere a integração do expressivo contingente de imigrantes de São Paulo de forma significativa. Simultaneamente, o PRP, valendo-se do caminho aberto pela “mocidade revolucionária” rumo à Constituinte, elegia sua Comissão Diretora de Emergência composta por: Oscar Rodrigues Alves – o mesmo que, logo após o armistício, participara da formação do Centro de Cultura Cívica Paulista, e fora precursor da Federação dos Voluntários Paulistas – Heitor Penteado, João Sampaio, Salles Junior, Fernando Costa, Alcântara Machado, Fontes Junior, Alberto Whately e Leonidas Vieira.

Com o desdobramento da campanha pró-alistamento e a, incipiente, rearticulação da oposição paulista, sob o abrigo da ação expressiva da mocidade e da recusa a via partidária, o interventor Waldomiro Castilho de Lima, que declarara, peremptoriamente, em dezembro de 1932, pretender “*dentro do menor espaço de tempo, entregar o governo de São Paulo á mocidade paulista*”, e a enaltecera como uma “*plêiade brilhante, cuja mentalidade renovadora honra o Brasil e São Paulo. Esses são os bandeirantes de hoje, que em nada desmentem as tradições, o valor e o espírito de abnegação de seus antepassados*”,<sup>561</sup> aparentemente arrependeu-se do que disse.

Obviamente predisposto a impedir o realinhamento de forças da burguesia, munida da simpatia das massas, o general Waldomiro, que ainda nutria expectativas de cooptar as *classes produtoras* paulistas, fomenta agremiações que se contrapõem à corrente impetuosa anunciada e que visam, igualmente, obter espaço na futura Constituinte. O Partido

---

<sup>559</sup> O Centro Pró-alistamento Eleitoral seria “*patrocinado por cidadãos das classes liberais, conservadoras, estudantes das escolas superiores e empregados do commercio*”, atuando “*com o único fim de fazer a propaganda cívica, eficaz e facilitar o alistamento de todos que desejarem tornar-se eleitores*”. *O Estado de S. Paulo*, 03/02/1933.

<sup>560</sup> Se no estado de São Paulo o alistamento eleitoral fora alvo de uma intensa campanha, dominada pelos progenitores da Chapa Única que, como se demonstrou, almejavam alcançar a soma de um milhão de votos – para uma população do estado composta de aproximadamente sete milhões de habitantes –, no restante do país a emissão de títulos permanecia bem abaixo do esperado, “*pode-se mesmo, dizer com segurança que na grande maioria dos municípios do interior... o alistamento não foi iniciado, nem sequer para aquelles em cujo beneficio existem as facilidades da qualificação ex-officio*”, a extremos de cogitar-se o adiamento do escrutínio ou a implantação de medidas exóticas, como propunha o Ministro da Marinha, Almirante Protógenes de Queiróz, avalizado pelo *Correio da Manhã*, “*sejam considerados eleitores, com dispensa de qualquer formalidade, todos os funcionários públicos, officiaes de terra e mar, engenheiros, médicos, bacharéis, dentistas, pharmaceuticos, empregados no commercio e operários syndicalizados*”. *Correio da Manhã* 14/02/1933.

<sup>561</sup> *O Estado de S. Paulo*, 05/12/1932.

da Lavoura, cujo manifesto fundante remete a 18 de março de 1933, é a agremiação partidária que mais se aproxima do governador,<sup>562</sup> – valendo-se, inclusive, do apelo à paulistanidade – convencida de que sua atuação para com os interesses agrícolas do estado, sobretudo os dos cafeicultores, tenha sido eficaz e sincera:

Attendendo aos justos appellos da lavoura, o senhor general Interventor, além de resolver problemas referentes ao financiamento e á compra e pagamento dos excessos das safras de 1931/32, 1932/33, pleiteou, com decisão e firmeza, o decreto dilatando o prazo das dívidas hypothecarias, vendo, dess'arte os lavradores, sacrificados pela política retencionista, realizada uma sua velha e legítima aspiração.

A esse abnegado servidor de São Paulo deve a lavoura paulista os mais relevantes serviços, que agora culminaram no decreto salvador. É preciso, pois, que todos lhe testemunhem o nosso reconhecimento...<sup>563</sup>

A aglutinação partidária favorável ao interventor “tenentista” e ao Governo Provisório, segundo Bezerra, conta, ainda, com grupos oriundos do PPP, da *Legião Revolucionária* e do Partido 25 de Janeiro,<sup>564</sup> e é favorecida por partidos que não se alinhavam aos mesmos propósitos da elite de São Paulo, como o Partido Socialista e o Partido Comunista.

Ante a sagacidade do interventor, e a aproximação do pleito, a burguesia industrial e comercial paulista se vê compelida a redefinir rapidamente a estratégia discursiva de recusa a diretriz partidária e confiança, exclusiva, na mocidade, e ingressar – revigorada dos percalços pós-beligerância, graças à aposta do Governo Provisório – em uma nova *união cívica* que, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, vislumbrando o envolvimento da sociedade civil nos esforços pelo triunfo da paulistanidade no pleito, sobreleva o advento espontâneo do movimento:

A actividade cívica do povo paulista, em prol do alistamento, que é uma demonstração de alto idealismo político, ainda se esmalta de lances individuais de uma rara nobreza d'alma. Taes, entre outros, os que nos denunciam o accôrdo geral a que chegaram todos os grupos partidários, as velhas associações de classes, todos, em summa, que dispõem de prestígio social e de força política, e são portadores das melhores tradições da nossa terra, para que S. Paulo se apresente na Constituinte com uma bancada que seja a expressão máxima de sua cultura, que interprete fielmente os seus anseios de ordem jurídica, que defenda as suas aspirações democráticas e que

<sup>562</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

<sup>563</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08/04/1933.

<sup>564</sup> BEZERRA, Holien G. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988, p. 90.

seja capaz de se bater por um regime, adequado às realidades econômicas e espirituais do Brasil.<sup>565</sup>

O discurso cunhado nos alvoroçados instantes pós-beligerantes, atinente ao espírito renovador nascido nas trincheiras e envergado pela vibrante mocidade paulista, – acometido pela redefinição política –, é, portanto, sensivelmente modificado em favor de uma retórica que prima pela valorização à união da sociedade civil e à força das tradições mais antigas de São Paulo, aglutinadas na defesa de princípios democráticos. As ambigüidades presentes no nível discursivo, contudo, ficam latentes nas palavras da própria Federação dos Voluntários Paulistas, quando justifica sua coadunação à aliança afirmando aceitar o acordo desde que não “*preponderem influências partidárias*” – apesar da presença do PD e do PRP na chapa que se alude.

Em detrimento a predominância da *mocidade vitoriosa das trincheiras* nos destinos paulistas, que, de fato, se verificou eloqüentemente nos estertores da pugna, entretentes, é a Associação Comercial de São Paulo que, contrariando a postura que assumiu na articulação do confronto armado – quando, embora estivesse disposta a participar da sublevação, evitou manifestar-se com estardalhaço nos meios de comunicação –, tomou a dianteira no entrelaçamento da sociedade civil, articulando a luta contra o Governo Provisório.

Dos segmentos de opinião agrupados, sobressaem os representantes da Associação Comercial de São Paulo, da Federação dos Voluntários de São Paulo, do PRP, do PD e da Liga Eleitoral Católica (LEC),<sup>566</sup> que apresentaram, cada entidade, dez nomes de “*grandes paulistas, que tinham prestígio na opinião pública de todo o estado*” para participar da definição interna dos escolhidos da aliança. No dia 11 de abril de 1933, em reunião no escritório do presidente da Associação Comercial, elegiam-se, pelo escrutínio dos “*cinco representantes das grandes correntes de opinião paulista*”,<sup>567</sup> os candidatos da denominada *Chapa Única por São Paulo Unido*. O quadro 13, abaixo, revela o nome e a filiação institucional dos escolhidos.

Nesta fase, por conseguinte, existe um relativo equilíbrio de forças em São Paulo, traduzido na apresentação de candidatos de partidos e entidades civis diferentes, o que sugere

<sup>565</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24/03/1933.

<sup>566</sup> A atuação da Liga Eleitoral Católica no sucesso da aliança paulista foi decisiva. De acordo com Bento Vidal, líder da “Coligação Revolucionária” em São Paulo, “*Ninguém contou ainda o que foi a pressão exercida pela Chapa Única em São Paulo. Os padres chamavam-na a ‘Chapa de Deus’, pregando para os seus fiéis. O trabalho do clero contra nós foi formidável*”. *Correio da Manhã* 24/06/1933.

<sup>567</sup> *O Estado de S. Paulo*, 12/04/1933.

que é a força da sociedade, ainda que entre os indicados não se incluíssem representantes dos trabalhadores, que move a campanha. Assim, em brevíssimo espaço de tempo – aproximadamente um mês – organizavam-se as comissões encarregadas de viabilizar a campanha eleitoral da Chapa Única e efetivava-se o pleito.

QUADRO 13: Candidatos da *Chapa Única por São Paulo Unido* para o pleito de maio - 1933

NOME DO INDICADO	ENTIDADE
1) Abelardo Vergueiro César	PRP
2) Antonio Augusto de Barros Penteadado	Associação Comercial de São Paulo
3) Antonio Carlos de Abreu Sodré	Federação dos Voluntários / PD
4) Carlos de Moraes Andrade	Federação dos Voluntários / PD
5) Carlota Pereira de Queiroz	Associação Com./ Fed. dos Voluntários
6) Cincinato César da Silva Braga	Associação Comercial / Federação dos Voluntários / PRP
7) Henrique Smith Bayma	PD
8) João Domingues Sampaio	PRP
9) Jorge Americano	Federação dos Voluntários / PRP
10) José de Alcântara Machado de Oliveira	Associação Comercial / Federação dos Voluntários / LEC / PRP
11) José de Almeida Camargo	Federação dos Voluntários
12) José Carlos de Macedo Soares	Associação Comercial / LEC
13) José Joaquim Cardoso de Mello Neto	Associação Comercial / PD
14) José Manuel de Azevedo Marques	Associação Comercial
15) José Ulpiano Pinto de Souza	Associação Comercial
16) Manuel Hypólito do Rego	LEC
17) Mario Whateley	PRP
18) Oscar Rodrigues Alves	PRP
19) Plínio Correia de Oliveira	LEC
20) Raphael de Abreu Sampaio Vidal	LEC
21) Theotônio Monteiro de Barros Filho	Federação dos Voluntários
22) Waldomiro Silveira	Federação dos Voluntários

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 12/04/1933.

Desta feita, o resultado do sufrágio é amplamente favorável à Chapa Única por São Paulo Unido,<sup>568</sup> que elege cerca de 80% dos vinte e dois candidatos da bancada paulista a Assembléia Constituinte<sup>569</sup> (ver quadro 14). Confirma-se, assim, a proeminência da

<sup>568</sup> O êxito expressivo da Chapa Única destoa dos resultados da participação popular no pleito no Brasil como um todo. De acordo com Robert Levine, o eleitorado ativo em 1933, incluindo mulheres, atinge, em âmbito nacional, apenas um milhão e meio de votantes, para uma população de aproximadamente quarenta milhões de brasileiros. Em São Paulo, que pretendia arregimentar somente no estado, um milhão de eleitores, o número total obtido fora de 261.706 credenciados. Citado por BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988, p. 95.

<sup>569</sup> SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. UEL, 1999. p.47.

paulistanidade, pois, a campanha iniciada pela Federação dos Voluntários, enquanto a classe dominante estava desacreditada, é encampada, mais tarde, pela Associação Comercial, a LEC, o PD e o PRP e recebe o incontestável aval da sociedade civil mais ampla, desta vez, movida pelo orgulho ferido e o anseio de ver São Paulo sobrepujar os seus vencedores.

QUADRO 14 – Assembléia Nacional Constituinte – 1933-1934 (Bancada Paulista)

NOME DO DEPUTADO	PARTIDO POLÍTICO	PROFISSÃO
1) Plínio Correia de Oliveira	Chapa Única	
2) José A. Machado de Oliveira	Chapa Única	
3) Theotônio M. de Barros Fo	Chapa Única	advogado
4) José Carlos de Macedo Soares	Chapa Única	advogado e industrial
5) Oscar Rodrigues Alves	Chapa Única	advogado e fazendeiro
6) Antonio A. de Barros Penteadó	Chapa Única	industrial
7) Carlos de Moraes Andrade	Chapa Única	
8) José de Almeida Camargo	Chapa Única	
9) Mario Whately	Chapa Única	
10) Abelardo Vergueiro César	Chapa Única	advogado
11) Guaraci Silveira	Partido Socialista	
12) Manoel Hypólito do Rego	Chapa Única	
13) Zoroastro Gouvêia	Partido Socialista	
14) José Ulpiano Pinto de Souza	Chapa Única	
15) Cincinato C. da Silva Braga	Chapa Única	
16) Carlota Pereira de Queiroz	Chapa Única	médica e professora
17) Antonio Carlos Abreu Sodré	Chapa Única	
18) Frederico V. L. Werneck	Partido Socialista	
19) Antonio Augusto Covello	Partido da Lavoura	professor e jornalista
20) José J. Cardoso de Mello Neto	Chapa Única	
21) Lino de Moraes Leme	Partido da Lavoura	
22) Henrique Smith Bayma	Chapa Única	advogado

FONTE: SILVA, Zélia Lopes da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934.** Londrina: Ed. UEL, 1999. p.47.

Além dos vinte e dois deputados que atuam por São Paulo na Constituinte, eleitos pelo voto popular, o estado conta, ainda, com o apoio de mais quatro representantes classistas que, conforme a legislação, deveriam ser “vinculados aos sindicatos oficiais dos trabalhadores e patrões, funcionários públicos e profissionais liberais”, incluídos na bancada para equilibrar “distorções de estados ‘super-representados’ em função da densidade populacional e por permitir a participação de ‘setores novos’ da sociedade civil”.<sup>570</sup> De

<sup>570</sup> Idem, p.45.

acordo com Zélia Lopes da Silva, por São Paulo são escolhidos, indiretamente, Horácio Lafer, Alexandre Siciliano Jr., Roberto Simonsen e Antonio Carlos Pacheco e Silva.<sup>571</sup>

A vitória esmagadora dos grupos que se vangloriam em representar todas as classes sociais paulistas, saudada até mesmo pelo *Correio da Manhã* como a “*primeira vez na história*” que “*a soberania de S. Paulo se revelou nas urnas com a mais completa liberdade*”, tem um significado impactante e decisivo na situação política do país à época. Não se trata, portanto, apenas de uma consequência da luta iniciada a 9 de julho, da *política conciliatória* perpetrada por Getúlio Vargas, ou da tentativa de demonstrar a coesão interna das forças que se “rebelaram” em 1932, na função catártica de comprovar que o levante era mesmo pela Constituição.

O que está em jogo na eleição à Constituinte de 1933/34 é a oportunidade vislumbrada pela classe dominante de São Paulo, politicamente subjugada após o malogro bélico e sem perspectivas de reagir por outros meios ao arbítrio do “tenentismo”, de impor, munida do apoio da sociedade civil, novos termos a partilha do poder. Tanto isso é provável, que o resultado imediato do êxito irrefutável da Chapa Única na eleição de maio de 1933 é o retorno a baila das disputas pela interventoria paulista, alavancando, em ambivalência, a celebração ufanista de um triunfo absoluto de São Paulo no confronto armado, muito útil as disputas pela memória do levante.

---

<sup>571</sup> Idem, p.48-49.

## CAPÍTULO 4:

### A “Revolução Constitucionalista” de 1932: uma vitória moral

Nas páginas precedentes, ao perfilar as intemperantes inter-relações que se firmam entre o escol dirigente paulista e os “revolucionários” de trinta, mencionei que, num dos capítulos centrais do desentendimento, houvera uma aproximação significativa entre as elites políticas e econômicas do estado e determinadas correntes intelectuais, notadamente, oriundas do “verde-amarelismo”, cuja junção verteu-se na criação de uma preeminente retórica de mobilização para o confronto de 1932, a partir da vinculação da insubordinação à trajetória épica regional.

Encerradas as hostilidades, entretanto, ainda que a imaginação literária e artística não esteja interligada, em relação causal, à economia e a política, como adverte Pierre Francastel,<sup>572</sup> o ocaso da aventura bélica e os eloqüentes desarranjos pós-beligerância, demandam, efusivamente, uma resposta convincente por parte dos segmentos da intelectualidade que haviam formulado o discurso ufanista sobre o enfrentamento. Afinal, nas proclamações mais exacerbadas, afirmava-se que o entrincheiramento de 1932 seria uma disputa envolvendo agrupamentos em estágios evolutivos diferentes ou, pior, nos termos do *Jornal das Trincheiras*, um embate entre a civilização *versus* a barbárie. Como, em meio à periclitância social pós-sublevação, explicar a derrota da aludida “raça de gigantes”? E, ainda, de que maneira conviver, diante dos tormentosos princípios da eugenia, anacronicamente debatidos por alguns dos homens de letras de São Paulo,<sup>573</sup> com o amargo sabor do insucesso num confronto que deveria ratificar as laudas homéricas do regionalismo paulista?

Essas questões, interpostas com maior evidência no âmbito da literatura, cruzam-se com o não menos expressivo desabrochar de um “dever de memória”,<sup>574</sup> capitaneado,

---

<sup>572</sup> FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p.5.

<sup>573</sup> Tânia Regina de Luca, em análise que versa sobre intelectualidade paulista das primeiras décadas do século XX, demonstra como tais homens de letras dialogavam, sobretudo até os anos vinte, com as teorias raciais advindas de contextos externos. LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>574</sup> Após a Segunda Guerra Mundial desenvolveu-se uma considerável literatura “para analisar ou tomar posição sobre a questão da memória dos fatos, das violências e das perseguições. O tema do ‘dever de memória’ concerne, em primeiro lugar, à memória dos fatos, das provas e sofrimentos suportados, que são exortados a não serem esquecidos”. ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. IN: BRESCIANI, M. S. e NAXARA, M. (orgs). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p.30. De certa forma, no caso em apreço emoldura-se, também, uma memória traçada a partir da violência e do ressentimento envolvido no processo, almejando, sem dúvida, pautar as lembranças.



germinativamente, sobretudo por civis e militares – proeminentes e comuns – que atuaram no decorrer da pugna, de ambos os lados da trincheira, e, ao final dos confrontos, buscavam perpetuar de modo retumbante a sua interpretação sobre os episódios de que participaram. Dada a contingência e o teor partidário das obras produzidas, não obstante, São Paulo e Rio de Janeiro tornam-se palcos privilegiados de uma disputa acirrada acerca da memória que se deveria preservar da “Revolução Constitucionalista”.

As redefinições políticas e a correlação de forças que se instituem em São Paulo, no período que vai da deposição de armas à promulgação da Constituição de 1934, estão, por conseguinte, estreitamente imbricadas às tensões da produção literária e memorialística contidas nesse processo. Tal movimento, contudo, pauta-se, notadamente, pela fluidez das ações, à medida que se, porventura, pode-se dizer que a saída para o desafio trazido pela derrota ao modelo épico de interpretação da história regional – assim como para o enquadramento das lembranças dos memorialistas – advém, eminentemente, das conquistas obtidas pela burguesia paulista contra o Governo Provisório após a luta armada, o caminho percorrido pela intelectualidade, freqüentemente, atinge e legitima a rearticulação da oposição política da classe dominante de São Paulo.

Dessa forma, nas páginas que se seguem será problematizado com maior vagar o intercurso dos acontecimentos da política e seu impacto na transmutação de sentido que o fracasso bélico de 1932 assume no campo da memória, passando a ser celebrado, contraditoriamente, como uma vitória integral. A hipótese de partida é a de que literatura, memória e política atuam em sintonia nas tarefas de combater o “inimigo de São Paulo” e emoldurar, a *posteriori*, no discurso grandiloquente de representação do passado regional, a insubordinação.

Na primeira parte do capítulo, investiga-se o impacto provocado pela derrota no âmbito do *estado de espírito* dos combatentes e as ressonâncias das paixões inter-relacionadas à rendição na linguagem discursiva e, embrionariamente, nas disputas pela memória do levante, antes do pleito de 1933. A segunda metade da análise recai sobre as conquistas da sociedade paulista reagrupada e fortalecida com a vitória nas eleições para a Constituinte, na afirmação das correntes de pensamento que formulam uma determinada interpretação da sublevação, a partir do contexto posterior ao malogro. Por fim, enfoca-se o impetuoso processo de enquadramento da memória articulado pelas correntes intelectuais regionalistas e oficializado pelo Estado nos empolgantes momentos de promulgação da Constituição de 1934.

#### ***4.1 – A Batalha pela Memória em Situação de Derrota***

No período que se abre com a Convenção Militar de Cruzeiro, as sensibilidades e ressentimentos afloram em profusão candente no cenário nacional. Em São Paulo, particularmente, onde o impacto da derrota é eloqüente, “*os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte*”<sup>575</sup> parecem recair efusivamente sobre todos os envolvidos, dos líderes do entrincheiramento aos recrutas de última hora, impulsionando-os a reagir, de qualquer maneira, ao declínio da vitória idealizada e ao regresso triunfal da “ditadura usurpadora”.

O rancor despertado pela impotência das armas paulistas no combate ao adversário – que poderia ser interpretado, no âmbito simbólico, como o invasor de São Paulo e o causador dos problemas econômico-sociais – manifesta-se, desse modo, na iniciativa difusa da população ao recusar o armistício e na tentativa de promover um acerto de contas com os responsáveis pela carestia social, mas, também, nos desentendimentos entre os próprios articuladores civis e militares do levante, que redundam no grave abalo às forças que constituíram a aliança bélica.

Um dos resultados dessa descarga emocional aflitiva é a busca frenética pela materialização discursiva das lembranças recentíssimas da insurreição vivenciada, vazada, conseqüentemente, a partir dos intensos sentimentos regionalistas e dos ressentimentos inerentes à desorganização de após-confronto. O jornal *O Estado de S. Paulo*, arauto da “Revolução Constitucionalista” em todos os tempos, em seu primeiro editorial lançado depois da confirmação da deposição de armas demonstra, com clarividência, as matizes do partidarismo que ameaça predominar sobre os meios de comunicação, concatenando, por esses veículos, a renovação das estratégias de defesa contra o *escravizador de São Paulo*:

Não se resigna á escravidão nem se considera vencido, um povo que fez o que o povo de S. Paulo, com admiração geral, acaba de fazer. Uma energia, que se tempera ao fogo das batalhas, não fraqueja ao primeiro revés. A S. Paulo falhou tudo, menos o heroísmo de seus filhos. Esse heroísmo não desapareceu nas trincheiras que o infortúnio nos fez abandonar. Subsiste, intacto, nos corações dos nobres voluntários que salvaram a honra do Brasil. Da

---

<sup>575</sup> BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia Regina (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

mesma ou sobre outras formas, há de manifestar-se, amanha, mais cedo ou mais tarde, para maior glória da nossa terra e da nossa gente.

A luta não acabou: vae transformar-se. Não é a vontade deste ou daquele que o ordena; é uma fatalidade histórica a que ninguém poderá fugir.<sup>576</sup>

Ainda que o manifesto do periódico não seja dedicado, propriamente, a rememorar os fatos bélicos, a referência ao combate apresenta-se norteadada por uma importante seleção interpretativa que, no nível retórico, almeja reatar o caminho da vingança, perdido nas lides de batalha. Se a realidade que recobria a derrota era demasiadamente sombria e complexa, a solução discursiva aparenta ser bem mais alvissareira, propiciando formular um eixo explicativo simplificador que permite, inclusive, negar o malogro e deter o foco do protagonismo nos agentes que passariam incólumes à perseguição pós-beligerância e seriam indispensáveis na nova configuração de forças, isto é, o heróico povo paulista.

Essa trilha freqüentemente acrítica, mas com potencial aglutinador das inquietudes sociais e dos anseios da desforra bastante amplo, é, no entanto, rapidamente obstaculizada pelo vencedor do levante, que, logo após a deposição do Governo Paulista, instaurou a censura à imprensa do estado, cerceando, rigorosamente, a publicação de informações que prejudicassem a “*obra de pacificação dos espíritos*”. Tanto as referências ao levante, quanto à política estadual e a espicação da paulistanidade, a partir de outubro de 1932, passaram a ser vigiadas atentamente pela nova chefia de polícia e tornaram-se extremamente escassas.

Em detrimento a efervescência da sociedade no final de 1932, acometida, simultaneamente, pela humilhação do desfecho frustrante do confronto, pelas alardeadas notícias da traição de estados vizinhos e da Força Pública, pelo sacrifício da vida de aproximadamente oitocentos combatentes de São Paulo e pelo reencontro com a áspera realidade material, a censura aspira, essencialmente, conter a manipulação e a explosão dos ânimos sensibilizados da conjuntura. Por isso, a perseguição não se limita à imprensa, mas, atinge, também, em menor grau, as casas de edição paulistas, que são constringidas a dificultar a circulação de obras que relacionam o momento político aos valores regionalistas.<sup>577</sup>

Essa postura do Governo Provisório, ainda que bem executada, não é capaz de deter completamente o emprego da linguagem discursiva como forma de extravasar as tensões

<sup>576</sup> *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1932.

<sup>577</sup> Delcide Carvalho, que escreve com o pseudônimo de Antoine Renard, relato que precisou estabelecer diversos cortes nos originais de seu livro e, mesmo assim, passou mais de seis meses em busca de uma editora. RENARD, Antoine. **São Paulo é Isso!** São Paulo: Nacional, 1933.

sociais candentes e, de outra parte, combater a realidade dolente do fracasso militar. Com o amordaçamento da imprensa e a gradação da repressão policial às manifestações sociais, a escrita das memórias individuais sobre a pugna, tida, eminentemente, como um acontecimento fundador, surge como caminho para participar do processo pós-sublevação.

Assim, no início de novembro de 1932, o jornal *O Estado de S. Paulo*, impedido de opinar diretamente sobre o enfrentamento, resenhava, de forma lacunar, o livro *Renda-se, Paulista!*, uma das primeiras tentativas formais de sistematizar discursivamente os clamorosos dias precedentes.

Ao contrário do que almejaria o jornal, no entanto, o volume não se origina de personalidades preclaras na condução do levante ou mesmo dos homens de letras do estado, o que, ao mesmo tempo em que desvela a amplitude do interesse social pela memória em apreço, incomoda os dirigentes do periódico que, como se viu antes, já haviam optado por um viés aclamativo das ações bélicas. A intromissão de sujeitos alheios ao debate que já se travara poderia fazer as discussões penderem para enfoques críticos e, por conseguinte, desfavoráveis ao prosseguimento da luta contra o Governo Provisório, nos moldes arquitetados.

De fato, as suspeitas de *O Estado de S. Paulo* se confirmaram. De autoria do médico Luiz Viera de Mello, que atuou em sua área de especialidade e também na chefia de material bélico do corpo de assalto “Saldanha da Gama”, o livro, com clarividente caráter militante, não se furtaria a imergir-se nas controvérsias e polêmicas que medeiam a memória do levante. Embora em sua “*descrição dos episódios mais significativos*” das batalhas eleja, à condição de destaque, o valor militar e o heroísmo do paulista, que caracterizam igualmente o primeiro editorial de *O Estado de S. Paulo* após a derrota, o autor destoa da interpretação do periódico no que concerne ao encerramento da luta, quando se esperava a apresentação de elementos que fortalecessem a perseverança do ideal “constitucionalista”, enfatiza o esgotamento das forças dos soldados: “*Ao primeiro toque do armistício foi uma debandada, descreve. Tropas confraternizaram-se abandonando trincheiras e commandantes...*”<sup>578</sup>

No instante em que se discutia ardentemente o desfecho da luta e a suposta traição da Força Pública, o médico Luiz Vieira de Mello põe em realce justamente o fato de muitos voluntários e soldados, de ambos os lados da trincheira, destoarem dos rumos arquitetados pelo comando da sublevação, demonstrando o esgotamento físico e a inexistência de uma

---

<sup>578</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08/11/1932.

justificativa que os motivasse a prosseguir o combate. Isso seria provável pela recusa dos contendores a reatar a luta após o cancelamento do armistício:

“*A tropa da ditadura, não querendo massacrar os nossos camaradas, gritava: - Escondam-se que vamos atirar. Cuidado com os canhões!*”.<sup>579</sup>

Portanto, enuncia-se, ainda que veladamente, a vigência de tensões internas aos primeiros textos que se propõe a interpretar, no calor da hora, os enfrentamentos de 1932. Se o jornal *O Estado de S. Paulo* apresenta o levante como um acontecimento digno de orgulho cívico, promovido por voluntários que se negavam a encerrar o combate, Mello, por seu turno, contrapõe a essa visão homogeneizadora outra, não menos idealizada, supondo existir um consenso tácito entre as tropas em prol à pacificação.

Trata-se, sem dúvida, de uma disputa pela memória no nível discursivo, mas com implicações sociais importantes. Enquanto *O Estado de S. Paulo* dirigido por Armando de Salles Oliveira e outros insubordinados que escaparam às punições mais acentuadas, não hesitava em resguardar a linha argumentativa forjada desde o início das conspirações, com vistas a minimizar as dissensões e a fragilização no seio das forças políticas preponderantes no estado, *Renda-se, paulista!*, lançado simultaneamente a execração popular do coronel Herculano de Carvalho e Silva, por causa da Convenção Militar de Cruzeiro, caminha no sentido próximo a explicação forjada pelo comandante da Força Pública, ou seja, a de que a maior parte dos paulistas, resguardado o seu heroísmo militar, seria favorável a capitulação naquelas circunstâncias.

Como as divergências explicativas punham em questão a linha interpretativa propugnada, *O Estado de S. Paulo* não tarda a intentar uma solução conciliatória. Reproduzindo uma nova resenha, desta vez publicada pela *Folha da Manhã*, procura contornar a situação expondo o caráter apressurado – “*traçado ainda no acceso da luta, ‘Renda-se, paulista!’ é trepidante e é vivido. Cheira a pólvora e a chamusco*” – e idealista da publicação, oriunda da candura ingênua dos ex-combatentes, detentores da *valorosa nova mentalidade*: “*não se esqueceu de formular críticas, de vezes severas, algumas das quaes terão o apoio de muitos, notadamente dos que, de facto, combateram. E quem combateu quem pegou em armas apenas para servir um ideal e não para fazer o jogo de políticos e de partidos... tem autoridade para criticar*”.<sup>580</sup>

A mesma saída, entretentes, não seria praticável diante das produções mais afastadas da perspectiva decantadora do levante. Desprovidas de suas principais instâncias

<sup>579</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08/11/1932.

<sup>580</sup> *O Estado de S. Paulo*, 09/11/1932.

sociais de consagração, já que a grande imprensa se encontra sob censura, as classes dominantes paulistas se vêem obrigadas a disputar a memória da luta armada praticamente, em paridade, com os grupos “extremistas”, que se lançam ao combate dispostos a contrapor às formulações grandiloqüentes a realidade da população na conjuntura.

A circulação das interpretações críticas em São Paulo, todavia, também é extremamente dificultosa, sobretudo, no período em que a censura e a chefia de polícia procuram conter, a qualquer custo, as agitações sociais. Talvez, por isso, o militante anarquista Primitivo Raymundo Soares publique suas memórias atinentes ao entrenchamento nos limites de 1932, com o pseudônimo de Florentino de Carvalho.<sup>581</sup>

Em *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: Solução Imediata dos Grandes Problemas Sociais* Carvalho, por razões ideológicas, opõe-se, visceralmente, à corrente predominante das publicações do gênero no período. Apesar das visões que aclamam e alienam, o autor esforça-se no sentido de compreender o levante em meio às transformações da dominação capitalista. Conseqüentemente, passa em revista a ascensão da sociedade industrial e suas doutrinas sociais e, no bojo desse processo, enquadra a gênese histórica do levante “constitucionalista” na civilização brasileira.

Denunciando a exploração social envolvida na evolução do capitalismo e acobertada na produção intelectual, Florentino de Carvalho recua aos primórdios da história oficial do Brasil para mostrar que em diversos episódios, supostamente democráticos, a dominação foi, apenas, disfarçada. Com vistas a redargüir as bases internas de sustentação das *interpretações burguesas* do levante, o autor retoma a epopéia das bandeiras, caríssima aos regionalistas de São Paulo, e reavalia o caráter humanitário e indelével dos feitos dos sertanistas, aos quais se procurava vincular a disputa contemporânea, uma vez que ao lado das anexações territoriais e materiais praticavam-se diversos tipos de violências e atrocidades contra os nativos.

Por esse prisma explora profusamente as arestas da retórica criada acerca do entrenchamento, tratando-a como uma luta desencadeada pelos grupos dominantes na busca insaciável por cargos e posições políticas no cenário nacional. Em detrimento ao argumento fundamental de *O Estado de S. Paulo* – atinente a preponderância dos anseios populares no confronto – não se esquivava de demonstrar o curso forçado da adesão do povo à causa, cuja inserção involuntária motivada, pela miséria e as benesses concedidas pelos serviços

---

<sup>581</sup> CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: Solução Imediata Dos Grandes Problemas Sociais**. São Paulo: Ariel, 1932.

assistenciais da retaguarda,<sup>582</sup> alcançaria cerca de setenta e cinco por cento do voluntariado. Contrapondo-se à celebração de qualquer espécie de lição positiva da *guerra civil*, Florentino de Carvalho aponta como postulado a premência de se combater os problemas sociais de maior relevo, sobretudo, a fome do operariado, e pelear pela implantação dos ideais da revolução francesa no Brasil, em contraposição ao fortalecimento do Estado que se anunciava com a *ditadura* e “*não é mais um mal necessário*”.

Se Florentino de Carvalho tem o mérito de expor com eloquência as ambigüidades da causa “constitucionalista”, tanto durante o processo bélico, quanto no período posterior à rendição, momento em que as vítimas da luta passam a depender com maior intensidade da assistência burguesa, (ver capítulo 3) dificilmente, no entanto, a circulação de suas idéias conseguiria fazer frente a versão mais ufanista que ardorosamente combatia. Adepto do anarquismo e da diminuição da importância de fatores como o Estado e a nacionalidade, pode-se lançar a hipótese de que o público leitor, relativamente restrito à época, e, em grande medida, eivado pela paulistanidade, não tenha se afeiçoado à solução preconizada para o país. Além disso, considerando que a parte final do ano de 1932 é demarcada em São Paulo pela hostilidade intensa ao Governo Provisório, tachar a reação bélica contra a sua administração como um movimento exclusivamente político-reacionário, certamente, não contribuiria para a difusão da interpretação.

De outra parte, não se pode negligenciar o fato de que os setores contrários à classe dominante, nesse período, estão sendo violentamente combatidos e desarticulados, o que representa, também, a desagregação de um virtual núcleo de contestação à memória da elite, constituído pelas lideranças operárias.<sup>583</sup> Dessa forma, se as lembranças sobre os acontecimentos recentes não são, de modo algum, monolíticas ou apartidárias, os campos de ressonância que recobrem a memória aclamativa suplantam as recordações dolorosas das minorias, relegando-as ao silêncio, como lembra Pollak.<sup>584</sup>

Mas esse, a despeito do que sugeria Halbwachs, não é um processo harmônico.<sup>585</sup> A memória, como espaço de disputas, apresenta-se, ao final do levante, tomada por colorações diversas, ora pendendo para versões explicativas que destoam das formulações mais

<sup>582</sup> Esta argumentação é desenvolvida por ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz: o paulitano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>583</sup> Especialmente por meio da repressão violenta às greves de maio de 1932. SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991. p.12.

<sup>584</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

<sup>585</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

resplendorosas de *O Estado de S. Paulo*, como a do médico Luiz Vieira de Mello ao relatar as ambigüidades do voluntariado quanto ao encerramento da disputa, ora para encadeamentos que contestam, abertamente, as motivações constitucionalistas e “transcendentais” dos líderes insubordinados e, ainda, outras que combatem a argumentação enlevante em seu próprio território.

Em meio à multiplicidade das memórias individuais que ocupam o mercado editorial, oficial e clandestinamente nos estertores de 1932, redigidas em quantidade significativa por sujeitos comuns e – dada a superabundância no período de 1932-1934 – dispostas a deixar marcas na compreensão do entrincheiramento, a participação da intelectualidade na disputa assume função capital.<sup>586</sup>

A despeito dessa demanda, não obstante, os principais produtores de signos culturais de São Paulo, vêm-se desafiados por questões de difícil solução no enquadramento da memória da “Revolução Constitucionalista”: de que forma interpretar o fracasso do *glorioso povo bandeirante* numa luta que, como haviam previsto determinadas correntes de pensamento, deveria, a exemplo de outros sucessos históricos, redimir o Brasil dos descaminhos pelos quais enveredara? A esse problema epistemológico alia-se outro, não menos penoso, adstrito à situação pós-beligerância, afinal, depois da incansável campanha movida pela *autonomia, o direito e a lei*, com a atuação notável de artistas e intelectuais, restavam centenas de combatentes mortos nos campos de batalha, inúmeros outros feridos, mutilados e órfãos e, ainda, uma população urbana e rural premida pela carestia de recursos e à dependência inglória de serviços assistenciais que ameaçavam fechar as portas depois do levante. Uma parte desse contingente populacional, é bom lembrar, é composta por voluntários idealistas que se voltam ora em oposição aos “tenentes invasores de São Paulo”, provavelmente, identificados como os responsáveis pelas asperezas da vida no estado, ora contra as elites que articularam a rendição.

Não resta dúvida que tudo isso afeta, diretamente, aqueles que forjaram, por ocasião da sublevação, a convergência do modelo épico de representação da história regional com os destinos da política estadual. Se, por um lado, a agitação popular demanda um posicionamento claro dos incitadores do confronto, de outra parte, os compromissos com as

---

<sup>586</sup> É preciso deixar claro que a posição da intelectualidade paulista não é homogênea quanto ao levante. Mesmo dentre os membros do modernismo havia opções políticas diferenciadas, que redundaram em atitudes diversas durante a sublevação. Assim, se Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, Monteiro Lobato, e Mario de Andrade, entre outros, apóiam a luta, Oswald de Andrade, filiado ao Partido Comunista no ano anterior, se recusa a participar. VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 77.



próprias convicções e a coerência interna das linhas do pensamento intelectual regionalista compungem a formulação de um epílogo diferenciado para o enfrentamento bélico, no nível do discurso.

O desfecho da situação que constringe os produtores de signos aponta, em primeiro lugar, para a utilização da linguagem retórica como instrumento de negação absoluta da derrota bélica, visando amainar a sensibilização aflitiva e a agitação popular e, em ambivalência, pugnar pela implantação da memória ufanista da beligerância, em coerência com suas linhas centrais de pensamento.

Alfredo Ellis Junior, membro do PRP e um dos deputados apeados da posição política com o fechamento do Congresso, após a revolução de 1930, destaca-se neste expediente. Aliando a militância partidária a uma requintada trajetória cultural e intelectual, demarcada pela associação ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o laureamento como imortal da Academia Paulista de Letras, o autor contribui singularmente para promover a aproximação entre a oposição ao Governo Provisório e determinadas correntes de pensamento estadual.

Como havia mencionado antes, embora não tenha participado como articulador do movimento modernista, Ellis Junior integrou-se à corrente dos “verde-amarelos” no decorrer da década de 1920, por meio de contatos e relações travadas no jornal *Correio Paulistano*, órgão representante do PRP.<sup>587</sup> A afinidade intelectual que possibilitou a filiação advinha, entre outros motivos, da eleição modernista da cidade de São Paulo como pólo aglutinador da modernidade brasileira, o que significaria um elo fecundo com as teorias que já vinha desenvolvendo, calcadas, conforme Antônio Celso Ferreira, na formulação de um modelo épico de representação da história.<sup>588</sup>

A associação à corrente modernista propiciaria, então, a atualização de um discurso um tanto embotado, que recebera as primeiras laudas nos idos de 1870 e já não abrangia as diversas transformações sociais do estado, acometido por levadas e mais levadas de migrantes e imigrantes:

Ecos culturais do indígena e do caipira eram nostalgicamente lembrados como folclore, etnologia e história, aos quais pouco a pouco se iam adicionando ingredientes da cultura popular do imigrante que há três décadas afluía para a terra. A imagem de um território concebido como

<sup>587</sup> MAYER, Jorge Miguel. Menotti Del Picchia. In: ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.1805.

<sup>588</sup> FERREIRA, Antônio Celso. Op. Cit. p.261.

fronteira sempre aberta, à semelhança dos Estados Unidos, e de uma sociedade maleável e dinâmica, nascida da mescla entre o português e o indígena, berço da aventura bandeirante em direção ao progresso, tinha o efeito de buscar a reconciliação tanto entre os socialmente desiguais, como também entre os já estabelecidos e os recém-chegados, nacionais e estrangeiros, passado e presente, tradição e modernidade, impulsos ancestrais e energias de resguarda.<sup>589</sup>

O paulista de 1932, desta forma, não era o mesmo dos “primeiros troncos”, fato que levanta uma série de questões quanto às próprias bases do pensamento racial e do evolucionismo social que sustenta a obra de Ellis Junior. Pensar São Paulo em termos diferenciados, aliando a “tradição” e a “modernidade”, parece-lhe alvissareiro, como aponta Ferreira:

Os verde-amarelos converteram o nacionalismo em programa de ação, empreendendo um verdadeiro culto às tradições brasileiras. Isto os levaria a uma defesa sem disfarces do regionalismo.

(...) a redescoberta da nacionalidade, perseguida no modernismo enquanto ruptura com as convenções em diferentes pontos de vista críticos, ganhou na nova vertente sentido unívoco de retorno à tradição e à ordem, com sérias implicações políticas. As suas propostas possibilitaram a aproximação do modernismo com as correntes políticas e intelectuais conservadoras de São Paulo, num enlace que alcançou o êxtase em 1932.<sup>590</sup>

Nutrido por concepções ideológicas dessa natureza, Alfredo Ellis Junior faz de seu alijamento político o limiar da luta pela constitucionalização do país, fomentando a criação da Liga de Defesa Paulista, contribuindo com a propaganda do levante de 1932 e militando ativamente nos batalhões beligerantes de São Paulo. Ao encerramento dos combates, porém, acometido violentamente pela derrota, vê-se em situação inquietante. Obviamente, frustrado pelo fracasso empírico de suas projeções intelectuais, precisa responder pelo insucesso bélico, sem, contudo, lançar sobre o escol político e econômico de São Paulo as responsabilidades da luta armada – o que fortaleceria o Governo Provisório.

Contrariando o provável desalento pelo mau êxito militar, entretanto, a resposta de Ellis Junior é praticamente instantânea à derrota. Ainda convalescendo de um ferimento sofrido em combate, o ex-deputado afronta a censura recém-instaurada e lança a segunda edição do polêmico livro *Confederação ou Separação*, publicado originalmente poucos dias após os acontecimentos de 23 de maio de 1932. Sobrelevando o sucesso de vendas da primeira edição e o esgotamento rápido dos exemplares, o autor justifica a necessidade de

---

<sup>589</sup> Idem, p.261.

<sup>590</sup> Idem, p.328-329.

uma nova publicação a partir do anseio que o povo de São Paulo demonstrou em “*conhecer a verdadeira situação político-social do país*”.<sup>591</sup>

A segunda edição de *Confederação ou Separação* reveste-se de especial interesse analítico, à medida que seu autor, ainda que tenha vínculos político-partidários, houvesse fomentado, incansavelmente, a campanha pela sublevação e combatido nas trincheiras até tornar-se momentaneamente incapaz, alega, de modo enfático, exprimir-se sem paixão: “*Dahi esta segunda edição... publicada logo apoz os mezes tempestuosos, em que S. Paulo escreveu a mais brilhante epopéa da sua história, e na qual muito me orgulho de haver tomado parte, sahindo della com um indelével signal, ainda é vasada no cadinho da mais stricta imparcialidade*”.<sup>592</sup>

Nesse sentido, a obra arrola uma gama significativa de dados relativos à situação política e econômica do país, que subsidiam a tese central de que o caminho certo para o progresso da nação adviria da implantação de um sistema político pautado pela ampla descentralização administrativa e, por conseguinte, as atitudes em contrário responderiam pelas incontáveis “*desgraças a se repetirem sobre a infeliz República*”.<sup>593</sup>

A hipótese veementemente defendida por Ellis Junior está alicerçada na explicação das disparidades regionais brasileiras, a partir da vigência de uma escala social evolutiva. Implantada naturalmente, como uma fatalidade histórica, a diferenciação dos níveis inviabilizaria a coordenação centralizada dos diversos e distintos estados: “*As origens dos males estão, na teimosia, com que se deseja violentar as precisões imperiosas do estágio evolutivo de cerca de 42 milhões de indivíduos*”.<sup>594</sup>

Os membros da nação, na avaliação do autor, devido à extensão continental do país estariam praticamente isolados uns dos outros e, sob a administração inadequada, penderiam perigosamente para a segmentação, conforme outros casos notórios:

Enquanto que outros paizes se unificam se uniformizam, se harmonizam commungando em uma só mentalidade, o isolamento fatal em que, obrigatoriamente têm vivido os núcleos de populações brasileiras, diverge-os para a heterogeneidade, para a diversificação.

---

<sup>591</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paulista, 1934. p. V.

<sup>592</sup> Idem, p. VI.

<sup>593</sup> Não é, evidentemente, privilégio de Alfredo Ellis Junior, como homem de letras, pensar a situação social e os rumos do país. A intelectualidade paulista, conforme Tânia Regina de Luca, vinha debatendo, desde as décadas anteriores, sobre o caminho certo para o Brasil e classificando São Paulo como pólo dos melhores atributos da nação. LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Unesp, 1999. p.78.

<sup>594</sup> Idem, p. VII.

Já não foi pela falta de comunicações que as possessões hispano americanas resultaram no fraccionamento em tantas repúblicas?  
É evidente o que acontece ao Brasil.<sup>595</sup>

Se a nacionalidade é frágil, insistir na centralização político-administrativa, como preconizavam os “revolucionários” de 1930, não contribuiria para a solução do problema, uma vez que nem todos os elementos que formam a nação, segundo diversos teóricos da sociologia, psicologia e economia, poderiam ser forjados rapidamente. E dentre eles, talvez a atuar mais poderosamente, estariam os ambientes sociais e físicos, que:

dosam as formações mentaes, sentimentais, etc. dos indivíduos... Um indivíduo de formação patriarcal, communitario, de ocupações pastoris, etc., forma, por ahi, a sua mentalidade e a sua sentimentalidade, como se baseia, por ahi, no que se refere aos seus costumes. Elle difficilmente se ligaria a outro de conformação individualista, particularista, de ocupações industriaes, de extração urbana.<sup>596</sup>

Ora, São Paulo, em todos os quesitos apontados, mostrava-se em um singular estágio evolutivo. Enquanto o norte do Brasil pautava-se pelas ocupações pastoris e a sua população fora constituída predominantemente por índios e portugueses, São Paulo, de conformação individualista, praticava atividades industriais, ao passo que seu povo, modificado pela *“imigração italiana, polaca e alemã, naturalmente clareou”*. Se a mentalidade já era distinta e os interesses econômicos destoavam, *“hoje, depois da guerra que S. Paulo sustentou isolado, contra o Brasil inteiro, a antipathia se transforma em sentimento mais profundo e mais amplo”*.<sup>597</sup>

Em meio a “grelha interpretativa” construída por Alfredo Ellis Junior, para explicar os descaminhos do país, o levante de 9 de Julho encaixa-se, perfeitamente, como o cume da tese, a demonstrar empiricamente os resultados da centralização arbitrária. Nessa perspectiva, sob a valia de um saber dito imparcial e científico, – embasado nas SCIENCIAS POSITIVAS – a “Revolução Constitucionalista” adquire o *status*, no âmbito da memória, de movimento nobre. Já a luta contra o “tenentismo” ganha uma arma de combate. Ainda que *“sozinho e desarmado enfrentou o colosso brasileiro e tel-o-hia vencido se não fosse à inferioridade numérica do material, a falta de preparo prévio e as repetidas traições”*.<sup>598</sup> Mesmo assim não deveria considerar-se derrotado, pois *“S. Paulo vem de ministrar uma*

<sup>595</sup> Idem, p. XV-XVI.

<sup>596</sup> Idem, p.38.

<sup>597</sup> Idem, 52.

<sup>598</sup> Idem, p.68.

*grande lição ao resto do paíz*”, qual seja a de poder sustentar-se autonomamente, isolado do Brasil,<sup>599</sup> e que, por conseqüência, a administração nacional deveria, seguindo o ensinamento paulista, propender ao sistema confederativo, isto é, aquele que apresentava o maior grau de descentralização.<sup>600</sup>

Eivado pela firme crença de que os paulistas constituiriam uma *raça* em estágio evolutivo diferente dos brasileiros,<sup>601</sup> a todo instante comparada aos países de “primeiro mundo”, e considerando como uma lei natural que os países pequenos tendem a se fazer unitários, enquanto os grandes seguem uma orientação oposta, – a exceção dos Estados Unidos, cuja homogeneização ímpar adviria de condições excepcionais em nível de comunicação entre as regiões – para o caso do Brasil seria premente retirar os entraves que emperrariam o avanço dos estados mais adiantados.

Dessa forma, o problema nacional, *“tanto pode ser resolvido, por uma forma de governança, denominada Confederação, como por essa mesma forma de governo chamada Federação... Leiam-se sobre a matéria, Treitschkl, Gerber, Waitz... De Toqueville, John Stuart Mill, Wheaton, Madison, Kent, Story, Woodburn, Cooley, Riittiman”*.<sup>602</sup>

Em *Confederação ou Separação*, portanto, sob a égide da ciência, Alfredo Ellis Junior articula a legitimação histórica do levante de 1932 às disputas políticas da conjuntura. O entrenchamento, no esquema interpretativo que propõe, a despeito do malogro militar, deve ser interpretado como um sacrifício indispensável para mostrar ao resto do país a inviabilidade da centralização propugnada pelo “tenentismo”. Este seria, exclusivamente, o significado dos acontecimentos há pouco desenlaçados no estado. Em outros termos, a luta armada nada mais fora do que uma fatalidade histórica, primando pelo apossamento do

<sup>599</sup> Arrolando diversos números do comércio e da produção industrial, mesmo no período dos confrontos, conclui que “o que pagamos ao Brasil para termos o direito de ser brasileiros, não encontra compensação no que conseguimos vender aos demais habitantes deste paiz, já não falando o que delles compramos”. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. 3ª ed. São Paulo: Paulista, 1934. p. 129. Cumpre ressaltar que, conforme Warren Dean, nos anos de 1930 esta situação se inverte e o comércio de cabotagem de São Paulo supera o que o estado compra de seus congêneres. (ver p. 195-196). DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.207.

<sup>600</sup> “S. Paulo cresceu formidavelmente, enquanto que as demais unidades, senão permaneceram no estado da penúltima década do século passado, vêm já muito distanciadadas, avançando com o passo lentíssimo do Kagado... A menor parcella de centralização político-administrativa, representa para São Paulo, peia no prosseguimento da sua carreira velocíssima, na escala econômica em que vae”. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. 3ª ed. São Paulo: Paulista, 1934. p. 146.

<sup>601</sup> Diz o autor: “Há regiões do paiz, que em civilização estão 100 annos atrazados de S. Paulo.

*Isso não é querer offendel-as, é apenas constatar uma verdade, lembrar uma situação.*

*Lampeão, Antônio Silvino, padre Cícero, etc, seriam impossíveis aqui. Não é o homem o culpado. É o ambiente physico. É a decantada Natureza, que Bukle tanto admirou*”. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. 3ª ed. São Paulo: Paulista, 1934. p. 137. Mais a frente alega: “Nunca estabeleci comparações em que, deduzisse a superioridade de qualquer dos agrupamentos humanos. Apenas aponto uma situação de facto, mostrando em que ella é anormal e qual o remédio para sanal-a”. *Ibidem*, p. 199

<sup>602</sup> *Idem*, p. 97-98.

poder a fim de organizar uma nova Constituição que, finalmente, contemplasse as desigualdades do Brasil.

Assim, arvora-se da *imparcialidade científica* para fazer submergir na interpretação todas as questões e interesses partidários do confronto, em prol ao fortalecimento da proposta *liberal*: “*A lucta atroz pela centralisação, exacerbadada no período post revolução, com a supressão da autonomia dos estados é que tem sido o motivo de tudo quanto se tem visto, ultimamente. O diagnóstico está pois feito da moléstia que mata o paiz*”.<sup>603</sup>

Considerando as transformações político-sociais que perpassam o estado no período de publicação da obra, é de se supor que a “interpretação científica” do movimento bélico e do momento nacional tenha sido consideravelmente relevante para a rearticulação da luta de São Paulo contra o Governo Provisório e o fortalecimento da perspectiva aclamativa da memória. Diante das fissuras internas aos líderes insurrectos e a desorganização da população paulista nos meses finais de 1932, lançar um sentido unívoco para fatos violentamente desqualificados pelo “tenentismo” e, ainda, redirecionar os desalentos provocados pela derrota na direção de um renovado embate pela Constituinte transcende, certamente, o nível discursivo.

São Paulo, de estirpe nobre, – mesmo traído –, aplicara uma lição nos “tenentes” e não deveria arrefecer na tentativa de consolidação dos ideais constitucionalistas que motivaram a luta. Por isso, questiona os moldes do anteprojeto da Constituição – em plena época de apaziguamento social e perseguição aos perturbadores da ordem – e a conformação dos partidos de São Paulo ao caráter centralizador que prevaleceria no texto da lei. Na análise que propõe, os representantes paulistas não poderiam se furtar a uma discussão social mais ampla, ainda em 1932, contrapondo à ação dos juristas que redigiriam o projeto os conhecimentos das “sciencias positivas”.

Se, no levante de Julho, a imbricação entre a corrente intelectual dos “verde-amarélos” – embora nem todos os homens de letras que apoiaram o confronto pertençam a este grupo<sup>604</sup> – e os agentes conspiradores concorreu para a elaboração de uma retórica legitimadora e incitativa – evidentemente, muito útil quando aliada a outros elementos da conjuntura – após a pugna, ao que parece, o movimento interno ao âmbito intelectual, no esforço para solucionar o questionamento a sua aliança política anterior, corroborou para

---

<sup>603</sup> Idem. p.VI.

<sup>604</sup> CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

superar as cisões e altercações da burguesia, atribuindo um sentido monolítico e ufanista para os episódios desalentadores.

Novamente sob a capa da Constituição, dos princípios democráticos e, notadamente, da paulistanidade, explorada com vistas a atingir as sensibilidades e ressentimentos da sociedade, procura-se, em nível discursivo, superar as divisões e fraturas internas, aparentemente incuráveis, e rediscutir a partilha do poder. Nesse expediente, a linha apontada por Alfredo Ellis Junior, também, não destoa do trabalho efetivado, às pressas, pela Federação dos Voluntários de São Paulo em torno à campanha pelo alistamento ao pleito e à Constituinte, amplamente bem sucedido.

*Confederação ou Separação*, contudo, não é a única resposta forjada pela intelectualidade paulista às disputas pela memória e aos desafios que recaem sobre São Paulo, nos tumultuados meses ulteriores ao levante. Outro homem das letras e da política do estado que se engajou, intensamente, na causa “constitucionalista”, movido pela sensibilidade artística ou o tino político, esperou apenas a concretização da deposição de armas para trazer a público as suas lembranças e impressões recentíssimas sobre o enfrentamento em que tomara parte. Menotti Del Picchia, membro do PRP, ex-deputado e intelectual ligado ao “verde-amarelismo”,<sup>605</sup> valendo-se do espaço privilegiado no qual participou da insurreição – a cúpula diretiva – propõe-se, no volume que intitula *A Revolução Paulista através de um testemunho do Gabinete do Governador*, a homenagear o heroísmo e a grandeza já lendária de seu estado.

Sem refutar o caráter parcial e memorialístico do relato que produz, no que destoa de Ellis Junior, Menotti Del Picchia não se furta, neste íterim, a buscar uma explicação sociológica, que perpassa a sua narrativa, para o transe atravessado por sua terra. Diante disso, elabora, com esmero, uma interpretação que intercala lembranças pessoais candentes, documentos fartos que lhe estão ao alcance e conhecimentos teóricos indispensáveis para uma explicação verossímil, ainda que cunhada do ponto de vista paulista, para a compreensão da batalha.

A obra lançada em outubro de 1932, época em que as incertezas pairavam sobre todo o estado e que a ameaça de convulsão social surgia perturbadora, traz embutidas as marcas deste momento e corrobora, indubitavelmente, com o esforço levado a efeito por outros produtores de signos culturais no intuito de reverter o cenário em pauta, contrapondo ao traumático ocaso da luta bélica, visões positivas e auspiciosas para o futuro.

---

<sup>605</sup> ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.1806.

Isso fica patente na tese central que o autor burila ao longo do texto, e que haveria de marcar, profundamente, a memória do levante, qual seja, a de que a “*Revolução Constitucionalista venceu*”, – constatação difícil de sustentar diante dos incalculáveis prejuízos materiais e humanos envolvidos no confronto e da autoridade que se investia no comando da capital paulista em outubro de 1932. No entanto, Del Picchia reúne todos os trunfos argumentativos ao seu alcance e procura captar as profundas aspirações sociais para sustentar essa interpretação.

A argumentação fundamental consiste na afirmação, atribuída ao governador Pedro de Toledo, de que:

A victoria, em si mesma, não deveria ter egoística finalidade, porque os destinos da nação é que deviam marcar o rumo fatal das coisas. O principal era a parcella de brasileiros contida dentro dos limites do Estado dar, como deu ao mundo e ao resto do Brasil, aquella titânica prova de força, de civismo, de desprendimento e de capacidade de organização que assombrou os próprios paulistas. Tudo isso, levado às proporções de uma epopeia homérica, seria material espiritual necessário á construcção de uma pátria mais forte, purificada pelo martyrio e divinizada pela abnegação.<sup>606</sup>

Ora, entalhada na fala atribuída ao governador – principal autoridade civil da sublevação – estaria a afirmação de que o resultado do confronto pouca importância teria, uma vez que o objetivo primordial da arrancada era demonstrar a insatisfação da coletividade paulista com os rumos da política nacional, e isso fora realizado. Nessa perspectiva,

S. Paulo não foi vencido porque attingiu plenamente a sua finalidade. Primeiro porque mostrou que seu povo era digno por todos os títulos do respeito nacional, não somente pelos frutos do seu trabalho e da sua cultura, como pela sua força e pelo seu heroísmo. Segundo, porque a vontade unânime dos paulistas é viver sob a égide da lei. E nisso consiste sua victoria.<sup>607</sup>

Mesmo aos mais céticos quanto à materialidade da vitória, o autor encontra argumentos com que demovê-los:

Mais, politicamente, victoria de S. Paulo seria sua derrota. Em primeiro lugar sua união interior, que continua integra no soffrimento, seria quebrada pelas correntes partidárias que se erigiriam fatalmente em herdeiros da victoria. Externamente, seria tornar perpétua a turbulência nacional. Não

---

<sup>606</sup> DEL PICCHIA, Paulo Menotti. **A Revolução Paulista de 32. Através de um testemunho do gabinete do governador.** São Paulo: Revista dos Tribunais. 1932. p. 237-238.

<sup>607</sup> Idem, p. 238.



haveria mais paz. O prurido das rebeldias, das reivindictas, das “revanches”, explodiria por toda a parte. Seria uma vitória de Pyrrro.<sup>608</sup>

Atinge, assim, o cúmulo paradoxal ao fixar a assertiva de que a derrota bélica seria mais proveitosa ao estado do que o próprio êxito. Está, clarivamente, desvinculando o confronto militar de sua função política, no intuito de rechaçar também a hipótese de que os partidos teriam preponderado na movimentação de São Paulo, como afirmara a pouco o Governo Provisório.<sup>609</sup> Em detrimento a essa acusação, propõe que a *guerra* tratar-se-ia de um “*desabafo de sete milhões de criaturas*” que deixaram os políticos como “*rôllas boiando em cima de uma corrente*”.

Aliás, o entrincheiramento demonstrara eloqüentemente não apenas ser avesso à preponderância partidária, como haver se originado contra a velha mentalidade política dos seus grandes partidos, conforme demonstraria a agitação social da *mocidade bandeirante*: “*a victoria paulista foi integral. Um novo espírito se formou no seio da sua população, mais moço, mais consciente e mais combativo do que nunca. A verdadeira victoria reside em S. Paulo ter entrado na posse consciente de si mesmo e essa victoria vale por todos os triumphos que pudesse ter obtido pelas armas*”.

A interpretação de Menotti Del Picchia formaliza, desse modo, uma trilha explicativa importantíssima para justificar sua participação individual na insubordinação e, em ambivalência, a emergência histórica da mesma. Assim, ainda que uma investigação mais detida das fontes demonstre a carência de argumentos concretos que sustentem a hipótese aventada, já que, o saldo das batalhas era incompatível com a propalada “vitória integral” da luta, o que importa analisar, para além da realidade social, são os recursos de que se vale o autor do documento, que é também memorialista, para expressar aquilo que ele considera verdadeiro, como sugere Ângela de Castro Gomes.<sup>610</sup> Nesse caso, para além de desconstruir a representação individual e apontar os seus limites, interessa averiguar a inter-relação entre o relato memorialista particular e os efeitos da representação criada no cenário mais amplo.

É extremamente complexo, todavia, aferir a recepção da obra pelos contemporâneos e em que medida a explicação formulada no nível discursivo orienta as atitudes sociais.<sup>611</sup> Comparando, entretantes, o dito e o vivido, evidenciado nas diversas fontes de época, permite-se supor que a retórica composta a partir de lembranças recentes contribuiu para a

<sup>608</sup> Idem, p. 238.

<sup>609</sup> VARGAS, Getúlio. *À Nação*. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 12/07/1932. Reproduzido textualmente por COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p.13.

<sup>610</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Escritas de si, escritas da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>611</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986.

rearticulação das forças políticas em São Paulo, à medida que de um cenário assinalado pelas divisões internas e a perseguição aos grandes partidos, surge outro, poucos meses depois, que se caracteriza pela ampla vitória da Chapa Única Por São Paulo Unido na campanha eleitoral. Certamente, não é demais lembrar que a corrida para o alistamento – que culmina na vitória, entre outros, do PD e do PRP – inicia-se em outubro de 1932, em sintonia com a obra de Del Picchia, e pautando-se pela ascensão de uma “nova mentalidade”, “mais moça”, signo da integral vitória paulista.

Por outro lado, obviamente, limitar a compreensão de um processo intrincado de organização social à influência devastadora de algumas obras intelectuais seria reduzir, caricaturalmente, o potencial explicativo do período. O que se impõe para esta análise, de fato, é a relevância da sensibilidade artística do memorialista Del Picchia, que da mesma forma que Alfredo Ellis Junior não é apenas um indivíduo ordinário. Ela o habilita a captar as aspirações populares e canalizá-las no nível discursivo, a favor de sua leitura da conjuntura, a qual, por sua vez, serve como elemento aos artífices políticos da sociedade,<sup>612</sup> como a Federação dos Voluntários de São Paulo.

Emblemático, nesse sentido, é o fato de que, embora o livro de Menotti Del Picchia seja a expressão de um ponto de vista individual – vazado, no entanto, de um lugar preeminente como o gabinete do governador – a perspectiva sociológica que o perpassa, quanto ao diagnóstico para a nação, coincide, em linhas gerais, com as reflexões de Alfredo Ellis Junior e caminha para o mesmo destino político.

Propugnando que “*a revolução constitucionalista foi integralmente constitucionalista*”, o autor admite ter filiado-se, até a deflagração do levante, aos ideais confederacionistas:

Meu argumento principal, além da demonstração histórica que fez o paiz caminhar num empolgante crescendo para a descentralização, é que o tempo creára, mercê das condições econômicas dos meios geográficos em que se haviam localizado as várias populações das unidades federativas, consciências e interesses definidos, hábitos mentaes e costumes cada vez mais diferenciados das outras regiões.<sup>613</sup>

<sup>612</sup> FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p.5.

<sup>613</sup> DEL PICCHIA, Paulo Menotti. **A Revolução Paulista de 32: através de um testemunho do gabinete do governador**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1932. p. 22. As concepções da intelectualidade paulista para a nação na década de vinte são discutidas, entre outros, por LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Unesp, 1999; FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002.

Embora as diferenças regionais não devessem ser atribuídas ao fator étnico, uma vez que o plasma etnológico das várias localidades do país seria mais ou menos o mesmo e os imigrantes que afluíram aos estados “*não tiveram uma força intrínseca de aperfeiçoamento do material humano*”, a prosperidade de determinadas regiões teria uma explicação lógica: “*o homem é igual, a terra e o ambiente é que são diferentes*”.<sup>614</sup>

Neste ponto, explicita a matriz das idéias que o unem a Ellis Junior e outros homens de letras no combate à *proposta centralizadora* do “tenentismo”:

essas diferenças existem, marcadas, inelutáveis, físicas, evidentes. E não há de ser a improvisação sociológica dos novos gênios que enxameiam pelo país depois da revolução de 30 que modificarão com doutrinas e palavras uma realidade tangível e gritante. O tal sentido das realidades brasileiras, de que agora tanto se fez gasto e que já em 1922 nós, literatos paulistas, apontávamos ao Brasil, não ensina amalgamas impossíveis, prodígios de nivelamentos nacionais com uma centralização cuja consequência seria a irradiação de leis idênticas para meios econômicos e agrupamentos humanos diferentes.<sup>615</sup>

A “Revolução Constitucionalista” seria, contudo, a despeito da idealização de que todos os estados estariam preparados para a autonomia, a demonstração da “*profunda incompreensão recíproca da alma dos grupos sociais federativos*”. São Paulo com sua tradição aguerrida e o desenvolvimento material,

que organizára o mais vasto parque industrial da América do Sul” não poderia aceitar a vida sem lei, afinal, “um povo industrial que vive dentro de tabeas de valores previamente estabelecidas dentro das quaes faz repousar toda a sua actividade, não póde, sem risco mortal para toda sua organização, ficar a mercê da surpresa, do capricho e do imprevisto.”<sup>616</sup>

Mas os demais estados, mediante a eclosão do levante, ratificaram com meridiana evidência, estar em estágios evolutivos diferentes do povo paulista. Enquanto São Paulo, na fase industrial, não poderia viver fora do regime constitucional, o resto do Brasil, em estágios inferiores, “*é conscientemente dictatorial e sente necessidade de viver sem um código constitucional e sob um regimen de força*”. Por conseguinte, como a nação não estaria em todo o seu território preparada para a decantada democracia, a solução que propõe para o futuro do país seria a adoção de um sistema misto: “*S. Paulo terá que fatalmente viver sob o*

<sup>614</sup> DEL PICCHIA, Paulo Menotti. **A Revolução Paulista de 32: através de um testemunho do gabinete do governador**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1932. Idem, p.22.

<sup>615</sup> Idem, p.23.

<sup>616</sup> Idem, p.27.

*regimen constitucionalista, de auto-governo, porque assim o demonstrou querer até pelas armas o seu povo. Mas os que preferiram o regimen dictatorial combatendo os ideaes paulistas, estão dentro de uma razão e de um direito”.*<sup>617</sup>

Menotti Del Picchia é, assim, ainda mais exacerbadamente regionalista do que Alfredo Ellis Junior na lição que extrai da pugna. Enquanto o segundo considera o levante a prova cabal de que a centralização era prejudicial ao país como um todo, insuflando as massas e fomentando revoluções, Del Picchia admite o regime ditatorial aos que combateram o levante, desde que a São Paulo fosse concedida a autonomia, como se explicitou no choque de forças. Fora da solução preconizada, acredita que continuaria a haver motins e revoltas, indiscriminadamente, frutos da incompreensão das realidades físicas e sociais.

Compreender o Brasil, assim, seria salvá-lo e o enfrentamento era um indício da doença nacional. Neste aspecto, a explicação teórica do autor converge com a conjuntura social pós-beligerância em São Paulo, pois, no momento em que se efetuavam as prisões dos principais articuladores do levante, a intelectualidade debatia e classificava o confronto como uma fatalidade histórica, superior e alheia à vontade dos indivíduos. Intencionalmente ou não, alguns dos pensadores “verde-amarelos” defendiam a cura dos males do país, em detrimento a punição dos amotinados. *“De nada vale agora aos vencedores se debruçarem sobre o vencido para tentar arrancar-lhe a confissão de quem é responsável por um fato de que o único responsável é todo o Brasil”.*<sup>618</sup>

Da mesma forma, teorizavam a continuidade da luta pela lei, ou o reagrupamento das forças oposicionistas, como uma questão de tempo, pois o confronto armado não teria um fim em si mesmo: *“S. Paulo não foi vencido. O brusco desfecho da sua desesperada lucta foi uma reticência e não um ponto final. No seu martyrio de hoje, nas bocas abertas das suas feridas, no seu magestoso soffrimento há uma voz que falla á consciência do paiz com o mesmo ardor com que suas armas fallaram nas trinscheiras: dai-nos a lei!”.*<sup>619</sup>

Ainda que a resposta imediata deste segmento da intelectualidade corresponda, em grande medida, a uma contigüidade interna a determinadas correntes de pensamento paulistas, que, ao menos desde 1922, erigiam São Paulo como o pólo privilegiado da tradição e da modernidade no Brasil<sup>620</sup> e, conseqüentemente, não permitiriam a erosão conceitual de seu

<sup>617</sup> Idem, p. 240.

<sup>618</sup> Idem, p. 244.

<sup>619</sup> Idem, p. 244.

<sup>620</sup> ABUD, Kátia M. **O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o Bandeirante.** São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1986; FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados,**

modelo interpretativo – que constituía uma parte do capital de que dispunham no campo cultural nacional – a partir do funesto empírico de 1932, não se pode negligenciar as imbricações das representações simbólicas que produzem com as disputas políticas da conjuntura. O período que vai do armistício militar à concretização das eleições para a Constituinte, em maio de 1933, é fundamental para a burguesia paulista, como demonstrado no capítulo anterior, que se encontra derrotada no plano bélico, a mercê da política e da gestão econômica do Governo Provisório, questionada pela população mais necessitada e, provavelmente, à espera de uma guinada de ânimos, que lhe favorecesse a recomposição social.

E é, precisamente, no final de 1932, instante de maior tensão, que vem a público, em plena censura à imprensa, a construção discursiva da memória recente, ufanista e apaziguadora, que condena os traidores e absolve os líderes da sublevação, classificados como agentes do irreprimível fatalismo. Em lugar do epílogo malogrado, preferem destacar na narrativa o caráter imorredouro da causa abrasadoramente defendida nos campos de batalha e vitoriosa nos mistérios a que se propunha.<sup>621</sup>

Não obstante, a julgar pela brevidade com que se esgotaram os exemplares de *Confederação ou Separação*, justificando o lançamento de três edições até o ano de 1934, pode-se aferir a existência de um mercado aberto para a discussão das interpretações propostas e, possivelmente, a disposição de lutar por sua efetividade no âmbito social. Como já disse, uma das portas de entrada para o alento vivificador embutido nos diagnósticos da intelectualidade e nos textos produzidos poderia ser as agremiações ligadas à mocidade acadêmica e aos grupos de ex-voluntários, propensos a prosseguir, de qualquer maneira, na refrega pelo Estado de Direito. Emblematicamente, é desses segmentos – da *mocidade das trincheiras* – que nasce, ainda em outubro de 1932, a campanha pelo alistamento eleitoral, responsável pela vitória esmagadora da Chapa Única Por São Paulo Unido sobre os representantes do Governo Provisório no ano de 1933.

---

**instituições, invenção histórica (1870-1940).** São Paulo: Unesp, 2002; LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação.* São Paulo: Unesp, 1999; e SCHWARCZ, L. K. M. *O espetáculo das raças. cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993; entre outros.

<sup>621</sup> Caracteriza-se, assim, o movimento típico da memória, qual seja o de celebrar; em detrimento ao exame crítico do passado. NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº. 10, p. 7-28, dezembro de 1993; DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e ciências sociais.** São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004; RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

Por outro lado, é preciso observar que não se deve superestimar o poder persuasivo das disputas pela memória do levante, no espaço público na ocasião precedente as eleições à Constituinte. A ameaça representada pelas agitações de rua, nos meses de outubro e novembro de 1932, reverbera na precaução policial contra qualquer atitude extremista, seja de natureza proletário-oposicionista, exacerbadamente ufanista ou separatista, dificultando a circulação de elementos e idéias que viessem a fortalecer os grupos insatisfeitos. A repressão contra os “radicais” extravasou inclusive os meses derradeiros de 1932, como sugere a nota enviada a imprensa pelo delegado de Ordem Política do general Waldomiro Castilho de Lima, Stoll Nogueira, em 11 de janeiro de 1933:

Tendo chegado ao conhecimento desta delegacia, que, tanto no interior do Estado, como nesta capital, indivíduos sem consciência cívica, pregam o separatismo, procurando, assim, fragmentar por systematica campanha de achincalhe á nacionalidade o nosso patrimônio territorial, estabelecendo e quebrando os laços moraes entre os filhos e os Estados do paiz, que deve, como nol-o foi entregue pelos nossos antepassados, ser conservado uno e indissolúvel, declaro que todos quantos, por palavras ou actos, se tornarem réus desse crime de lesa pátria, serão, além de presos, convenientemente processados, de accôrdo como o Código Penal da República.<sup>622</sup>

Dessa forma, a paixão decantada quanto às lembranças do levante permanece latente no espaço público, impedida de ser proferida e insuflar impactos políticos desfavoráveis a ordem “tenentista”, mas viva e irrefreável na memória dos paulistas e nos poros da sociedade. Vez ou outra, manifesta-se com maior visibilidade, impondo o temor aos “inimigos de São Paulo”, a exemplo do iminente confronto evitado no início de março de 1933, quando o general Daltro Filho, comandante da 2ª. Região Militar, ordenara a organização das tropas em estado de prontidão nos quartéis e alegava que “*Respeitava qualquer ressentimento que porventura ainda existisse da parte da população. Entretanto, julgava necessário o restabelecimento do ambiente de tranqüilidade e de confiança para que São Paulo retorne ao rhythm de trabalho, de produção, de progresso, para riqueza e gloria do Brasil*”.<sup>623</sup>

Se em São Paulo a situação se conformava deste modo, no Rio de Janeiro, onde, conforme diversos relatos,<sup>624</sup> a população, em grande parte, era favorável ao combate pela constitucionalização, a memória do levante de 1932 também importunava o “tenentismo”,

<sup>622</sup> *O Estado de S. Paulo* 11/01/33.

<sup>623</sup> *O Estado de S. Paulo* 03/03/33.

<sup>624</sup> MELLO, Arnon Afonso de Farias. **São Paulo Venceu!** Rio de Janeiro: Flores&Mano, 1933; COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956. p. 199.

impondo novos óbices à obra de pacificação do país e, de certa forma, corroborando para a consagração do “dever de memória” atinente à “Revolução Constitucionalista”.

Tendo em vista que nem toda a imprensa carioca estava de acordo com as atitudes administrativas dos “revolucionários” de 1930, ainda que igualmente não apoiasse o retorno dos antigos partidos políticos, a interpretação da sublevação torna-se, no Rio de Janeiro, objeto de acirrada disputa, a fim de assegurar, entre outras coisas, o restabelecimento do regime constitucional. Integrando o grupo favorável ao retorno do Estado de Direito, o jovem jornalista Arnon de Mello, enviado, durante a pugna, pelos *Diários Associados*, para acompanhar as forças do Governo Provisório em operações no Vale do Paraíba, afirmou, no elucubrativo título dos relatos secretos de confronto que publicara nos limiares de 1933, que *S. Paulo Venceu!*

A narrativa que se dedica a detalhar as movimentações das tropas do Exército do Leste, na quase totalidade dos dias de confronto, investe na demonstração dos pontos frágeis do Exército governamental e nas possibilidades de vitória bélica das forças paulistas, desperdiçadas pelas falhas dos seus articuladores militares. Partindo de depoimentos tomados aos generais Góes Monteiro e Waldomiro Castilho de Lima, o autor conclui que “*os paulistas teriam esmagado o Governo Provisório, se, nos primeiros dez dias, o houvessem atacado com decisão e rapidez...*”

*Todos vêem, nestas condições, que ao commando geral das tropas constitucionalistas cabem as responsabilidades de uma derrota que seria uma vitória*”.<sup>625</sup>

Esse diagnóstico corrobora a argumentação subsequente, segundo a qual a derrota de São Paulo foi mais aparente do que real, pois a própria “ditadura”, compreendendo que o êxito de seus generais derivaria, em grande parte, da inação dos chefes militares amotinados e da traição de figuras declaradamente partidárias dos rebelados, “*não se julgou com coragem para adiar as eleições, nem continuou a dar braço forte aos extremistas, tomando, ao contrário, uma orientação bem moderada, mais de acordo com as aspirações nacionais*”.<sup>626</sup>

O fato de o Exército Governamental quase haver sucumbido perante um contingente, infinitamente, mais reduzido demonstraria, ainda, que o Governo Provisório encontrava-se, após a disputa bélica, desnorteado e sem forças para comandar o país. São Paulo, por isso, não deveria ser considerado derrotado, à medida que a sua arrancada explicitou os erros administrativos dos “revolucionários” de trinta e contribuiu para recolocar o Brasil no caminho em que se desviara:

<sup>625</sup> MELLO, Arnon Afonso de Farias. **São Paulo Venceu!** Rio de Janeiro: Flores&Mano, 1933. p. 17.

<sup>626</sup> Idem, p.18.

Hoje, pode-se dizer que a Revolução de 30, já desmoralizada, já sem crédito algum na opinião pública, a debater-se num ‘deserto de homens e idéias’ e a emaranhar-se, dia a dia, em novos ‘ensaio e decepções’. Impondo, pelo menos, ao Governo Provisório uma norma de vida diferente, uma nova directriz mais segura e mais consentânea, com o programma que o elevou ao poder, Ella reduziu a desconfiança pública na pureza do movimento de outubro e trouxe ao paiz outros tantos benefícios.<sup>627</sup>

Portanto, o levante de 1932, na concepção de Arnon de Mello, venceu porque completou a Revolução de trinta. Tal assertiva passa pela desqualificação da pressuposta homogeneidade e firmeza das forças que combatiam São Paulo, descritas reiteradamente como desprovidas de um ideal e compostas por muitos indivíduos declaradamente favoráveis à conspiração. A população do Rio de Janeiro ansiaria por notícias paulistas, apoiando passivamente a sublevação, e os próprios vencedores, em diversos momentos, temiam a abnegação dos soldados adversários. Ainda que a derrota tenha se abatido sobre as *forças da lei*, na visão de um cidadão que acompanhou os enfrentamentos do lado vencedor, o êxito militar é equiparado a uma contrariedade à opinião da vontade nacional.

A dada tese favorável ao levante, lançada no início de 1933, é rapidamente endossada pelos insubordinados. O político gaúcho João Neves da Fontoura, que participou ativamente da luta e radicou-se em Puente Del Inca, na Cordilheira dos Andes, após o fracasso, não hesitou em prefaciá-lo volume, referendando a sua argumentação central:

Neste livro, sobressae, como verdade incontestada, o título - SÃO PAULO VENCEU! Os tímidos, os maus observadores, os interesseiros vulgares supõem que São Paulo perdeu a partida, porque o inimigo continuou no Cattete. Quem aprofundar, porém, um pouco no caos da actualidade brasileira, acabará convencido de que a dictadura é que foi amplamente derrotada.<sup>628</sup>

E aduz:

É simples a prova. Até 9 de Julho, não se alistava um eleitor, não se movimentavam os cadastros da cidadania, não se acreditava na realização do pleito, embora a data estivesse fixada, os tutores do paiz não admittiam sequer a possibilidade dos comícios... São Paulo, esmagado militarmente, obrigou, porém, os dictatoriaes ao appello ás urnas. Não foi um tumultum Fiat. Os mais encarniçados inimigos do pleito renderam-se á imperiosa necessidade de o fazer.<sup>629</sup>

---

<sup>627</sup> Idem, p.18.

<sup>628</sup> Idem, p.10-11.

<sup>629</sup> Idem, p. 11.



Além da efetividade do pleito, o político gaúcho – aliado ao repórter que também não era paulista, lança pioneiramente com maior estardalhaço, em março de 1933, a tese da vitória integral de São Paulo – explora, como indícios da derrota do “tenentismo” e do Governo Provisório, as atitudes cautelosas do general Waldomiro Castilho de Lima na interventoria de São Paulo e a transitoriedade das penas imputadas aos insurrectos no inventário das responsabilidades, em comparação com as perdas impostas aos adeptos da implantação de um regime calcado na força.

Afora o propósito aludido e evidente de Arnon de Mello, como jornalista, de testemunhar para a posteridade os fatos que acompanhou, sem perder o momento instantâneo do acontecimento que, certamente, prenderia com maior intensidade a atenção do público leitor, é, igualmente, notável o caráter militante do repórter, talvez, por almejar o retorno do Estado de Direito, ao exaltar a força das tropas paulistas e desqualificar a vitória formal do Governo Provisório.

Esse debate no Rio de Janeiro que, ao que parece, assume proporções semelhantes às discussões simultâneas em São Paulo, representa uma forma renitente de perturbação ao “tenentismo”, à medida que a memória do confronto é retomada apaniguadamente com vistas a interferir no processo político em curso. Antes mesmo que viesse a público a provocadora obra *S. Paulo, Venceu!*, Almacchio Gonçalves Diniz lançava outro título, não menos polêmico, para interpretar o levante: *São Paulo e sua Guerra de Secessão*.<sup>630</sup> Examinando a fundo a retórica alardeada como motivação para a disputa, o autor encaminha argumentos para comprovar a insustentabilidade do caráter, exclusivamente, constitucionalista da sublevação paulista.

Já Clóvis Gonçalves, denominando seu relato com o irônico título *Carne para Canhão! O Front em 1932*,<sup>631</sup> rebate a assertiva da hipotética vitória moral de São Paulo. Em sua concepção, a “guerra” movida pelos paulistas pautara-se pela preponderância da politicagem, sem outras aspirações a não ser reaver os postos perdidos em 1930. Ademais, sublinha as responsabilidades – ou irresponsabilidades – dos mesmos no desencadeamento de um movimento militar de proporções consideráveis, que custara a vida a centenas de brasileiros.

As interpretações de Clóvis Gonçalves e Almacchio Diniz corroboram sensivelmente as idéias emitidas por Getúlio Vargas e o “tenentismo”, quanto à natureza do levante paulista.

---

<sup>630</sup> DINIZ, Almacchio Gonçalves. *São Paulo e sua guerra de secessão*. Rio de Janeiro: Irmãos Porgette, 1932.

<sup>631</sup> GONÇALVES, Clóvis. *Carne para Canhão! O front em 1932*. RJ: Renascença, 1933.

Nesse sentido, as lembranças de 1932, como formas da apreensão e delimitação do mundo,<sup>632</sup> mostram-se tão polarizadas quanto as disputas entre os amotinados e o Governo Provisório na conjuntura política. Não por acaso, o embate sobre quem saíra moralmente vitorioso do confronto está coadunado a porfia do pleito, a realizar-se em maio de 1933.

Percebendo as tensões em evidência, Menotti Del Picchia, em resenha publicada no *Diário da Noite* de São Paulo, assinada com o pseudônimo Hélios, saudou *S. Paulo, Venceu!* como uma exceção às profusas levas de produções de baixa qualidade sobre o tema: “A revolução paulista transformou-se, calados os canhões numa guerra literária. Gastaram-se mais palavras para descrever-as do que fitas de metralhadoras para sustentá-las. Desde a declamação de grosso calibre, ao romantismo á *Remarque*, com todos os molhos foi Ella servida ao público brasileiro. De tanta bagaceira... alguma coisa boa ficou”.<sup>633</sup>

Não bastasse a legitimação conferida à obra no campo literário paulista, levadas a termo por um escritor de prestígio acentuado no estado, Del Picchia incorpora o relato de Arnon de Mello à interpretação “oficial” do levante:

O livro de Arnon de Mello é dos melhores que se escreveram sobre a guerra paulista. E... nós, que nos integramos tanto na nossa guerra, lendo certas páginas em que...

Leitor: eu uso óculos. Há certas páginas de certos assumptos que me obrigam, quando as leio, a conservar o lenço na mão. Por que será que, de quando em quando, os vidros dos meus óculos embaçam?

Dessa forma, evidencia-se a circulação e a apropriação de idéias atinentes ao levante de 1932 em contextos ligeiramente distanciados e que imbricam as injunções literárias e memorialísticas às preferências políticas dos que produzem os signos culturais. A hipótese central é a de que a relação entre as disputas e embates pela memória, motivadas pelo desejo de testemunhar a participação individual num acontecimento dado como fundador, e as redefinições políticas da conjuntura é fluida. Enquanto no Rio de Janeiro a pressão que recai sobre o “tenentismo” objetiva assegurar a salvação dos ideais da revolução de 1930, combatendo, por um lado, o desvirtuamento do Governo Provisório e, por outro, a ameaça do retorno ao cenário da politicagem ambiciosa, em São Paulo a produção intelectual divide-se essencialmente entre a exaltação ao heroísmo do enfrentamento, a análise das causas do fracasso e o diagnóstico para os problemas da nação, considerando premente repelir do estado a intervenção dos “revolucionários” de trinta.

<sup>632</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986.

<sup>633</sup> *Diário da Noite*, 05/06/1933.

A intensidade e o engajamento das lembranças sobre 1932 fornecem, sem dúvida, alento ao curso do processo que remete o país ao regime constitucional, demonstrando claramente a relevância do tema para a população em centros importantes como Rio de Janeiro e São Paulo. Se na capital federal, segmentos do “tenentismo” favoráveis ao regime ditatorial se vêem obrigados a aceitar a constitucionalização, como consequência do levante armado e da renitência do assunto nas candentes memórias lançadas e no debate público de que fazem parte; *no estado bandeirante*, a lembrança da luta motiva espiritualmente os indivíduos a reatarem, na oportunidade que possuam, o combate ao inimigo de outrora.

Não por acaso, em junho de 1933, quando o êxito evidenciado no pleito permitia vislumbrar a perspectiva de uma redefinição na partilha do poder no estado, Menotti Del Picchia, arauto da vitória integral da insurreição, emocionava-se positivamente ao relembrar o traumático fracasso bélico e referendava ao povo de São Paulo, como interpretação superior à “bagaceira” memorialística sobre o tema, o emblemático livro produzido por um cidadão não paulista: “*S. Paulo Venceu!*”.

#### ***4.2 – A Nova Partilha do Poder. O enquadramento da memória***

A ampla vitória da Chapa Única por São Paulo Unido no pleito realizado em maio de 1933, para além da hipotética benevolência do Governo Provisório no trato com os insubordinados, desvela a vigência de uma importante rearticulação de forças no estado, na qual a memória do levante de 1932 ocupa papel significativo, ainda que combatida duramente pelo “tenentismo”. Afinal, como pensar a recomposição política e o êxito eleitoral em tão curto espaço de tempo, se após o fracasso bélico, a desorganização pós-sublevação e o descrédito dos políticos ameaça a integridade dos próprios líderes insurrectos, inviabilizando qualquer hipótese de reação?

A resposta instantânea formulada pelos produtores de signos culturais, que, como demonstrado, consiste, sobretudo, na negação retórica da derrota, certamente canaliza os rancores da humilhação sofrida pela população em prol à campanha contra o Governo Provisório. Apesar de sufocada no espaço público pelas forças do general Waldomiro Castilho de Lima, a revolta popular permanece em latência nos poros sociais e é cultivada em massa na paulistanidade que é veiculada em iniciativas via imprensa, notadamente, no estreito período

que o governo escusa da censura a propaganda eleitoral. Nela, embora a memória do levante seja diretamente contida, a lembrança dos indivíduos pode, de modo criativo, associar a tradição épica veiculada à lição recente do estado, vigente capilarmente nos diálogos cotidianos e publicações clandestinas dos separatistas e de memórias que são permitidas.<sup>634</sup>

Valendo-se dessa esfera, o jornal *O Estado de S. Paulo*, como intérprete das aspirações da classe dominante paulista e aliado a quase toda imprensa do estado, avalizou os esforços coordenados pela Associação Comercial, em contraposição aos partidos refratários, recomendando os aspirantes da Chapa à Constituinte:

Pela origem que teve e pelos nomes que recommenda, a chapa publicada merece, portanto, o apoio do povo paulista. Suffragando-a nas urnas, esse povo mandará para a Constituinte representantes em condições de lhe defender os direitos fundamentaes e de lhe proteger os interesses mais caros... Podem votar nessa chapa, indistinctamente, sem o mínimo constrangimento...<sup>635</sup>

O periódico, que concentrou as coordenadas fundamentais da campanha, alega pugnar, ao apoiar a Chapa Única por São Paulo Unido, pelo restabelecimento da autonomia do estado e dos princípios federativos, como caminho passível de conduzir novamente os paulistas ao progresso. Assim, não se escusa de propalar que os representantes da Chapa Única farão, na Constituinte, uma obra em prol aos princípios democráticos e, conseqüentemente, “*não contribuirão, de modo algum, para se deitarem á água, como lastro inútil, as conquistas liberais de nosso passado...*”<sup>636</sup>

Nessa perspectiva, o escrutínio dos membros da Assembléia Constituinte não se resumiria a um mero pleito eleitoral, pois, representa uma disputa entre o povo paulista e suas magnificentes tradições e aqueles que procuram maltratar o estado: “*Para os destinos da nossa communhão, é decisiva a luta que se vae travar. Tal seja o seu desfecho, S. Paulo ou retomará o curso da sua prosperidade antiga ou sossobrará no naufrágio total da sua grandeza*”.

---

<sup>634</sup> Uma das escassas menções publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* relativas ao levante de 1932, antes da suspensão da censura à imprensa limitava-se a enaltecer o heroísmo dos mortos em combate, valendo-se, no entanto, do caráter simbólico da data regional de fundação de São Paulo em 1933: “*Ao povo. A ‘FEDERAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS DE SÃO PAULO’ faz um appello ao Povo deste Estado, para que no próximo dia 25, data anniversária da fundação de São Paulo, preste sua homenagem de respeito de saudade aos mortos da Revolução de 9 de Julho. Nesse dia, ás 9 horas da manhan, em todas as cidades e villas paulistas, o Povo deverá dirigir-se ás Igrejas e, nas suas preces, lembrar-se dos que tomaram gloriosamente no campo da luta*”. *O Estado de S. Paulo* 24/01/33.

<sup>635</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13/04/1933.

<sup>636</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13/04/1933.

Essa luta não admite, para o articulista, fissuras entre os guerreiros de São Paulo, “*não se trata de averiguar quem tem mais forças e mais prestígio. Trata-se de salvar um gênero de vida, uma organização social.... O que a todos deve preocupar é a manutenção da autonomia de São Paulo no quadro da federação brasileira. O que a todos interessa é que se não rompam as tradições liberais da nossa história....*”.<sup>637</sup>

A bandeira “democrático-liberal” empunhada por *O Estado de S. Paulo*, como móvel central da Chapa Única, não obstante, deve ser analisada com extrema cautela. Se o jornal defende o liberalismo como forma de garantir maior autonomia para o estado na gestão do campo econômico, pautando-se pelas modificações cambiais necessárias aos seus negócios, assim como pela adequação do sistema fiscal e tributário de acordo com as premências do comércio interno e externo paulista, não se deve depreender que a luta *constitucionalista* de São Paulo se reduza ou atenha-se, tacitamente, aos princípios liberais mais ortodoxos. A bibliografia especializada demonstra com clarividência a existência de outros projetos, embutidos na “autonomia federativa” propugnada pelos paulistas.

Maria Antonieta Antonacci, em estudo sobre o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e a Sociedade Paulista, problematiza os caminhos da proposta de racionalização formulada pelos industriais de São Paulo, entre as décadas de 1920 e 1940, com vistas a melhor combater as reivindicações do operariado e a retomar o desenvolvimento industrial, em xeque no ano de 1930. Na ótica de Roberto Simonsen, um dos principais responsáveis pela sincretização das teorias vigentes em contextos externos (Fordismo, Taylorismo, Racionalização) para o Brasil, a racionalização da produção deveria extravasar a esfera industrial e atingir a sociedade como um todo – função para a qual o IDORT se voltaria pioneiramente nesse período – como analisa Antonacci:

admitiu Simonsen, ‘a racionalização, formando um adiantado sistema de política do trabalho, evolui para um sistema político que absorverá os demais’. O trabalho racionalizado, reorganizando a sociedade, absorveria as formas de representação política, recompondo a nova ordem a imagem e semelhança, conseguindo pela razão e pela técnica, um justo equilíbrio entre as aspirações e tendências das forças construtoras e econômicas de uma nação.<sup>638</sup>

Dessa forma, sob a capa do liberalismo, propagado pelo *O Estado de S. Paulo* como causa elementar da luta, abrigam-se propostas e ações de matizes diversas que, em

<sup>637</sup> *O Estado de S. Paulo*, 14/04/1933.

<sup>638</sup> ANTONACCI, M. Antonieta M. **A Vitória da Razão (?)** São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993. p. 98.

parte, se contrapõem ao discurso veiculado pelos contemporâneos e aceito pela historiografia.<sup>639</sup>

No sentido aludido, tem-se que a articulação política exercida pela Associação Comercial em prol a formação da Chapa Única por São Paulo Unido não é, de modo algum, casual. A fragilização política dos partidos de maior expressividade vai de encontro, portanto, ao fortalecimento dos industriais e comerciantes paulistas que, se não tivessem o tino eleitoral no trato com as massas, como conjecturaram os “revolucionários” de 1930, se predispunham a fazer da Chapa Única uma das veredas para chegar à implantação das propostas racionalizadoras.

Esse processo, quando atinge a Constituinte, demarca visíveis modificações quanto à retórica liberal, como aponta Zélia Lopes da Silva:

A defesa desse programa de reformas para reordenar a vida da sociedade brasileira em direção a uma economia auto-sustentada vai, passo a passo, marcando significativas alterações com referência aos princípios liberais. Não se trata de quimeras de uma pequena fração de classe. Detectam-se nas diversas falas dos representantes dessa bancada redefinições políticas de amplo alcance que supõem o amparo do Estado à iniciativa privada e a associação desta ao capital estrangeiro, objetivando o modelo preconizado.<sup>640</sup>

Prosseguindo na apropriação oportunista da trilha aberta pelos produtores de signos culturais, o jornal *O Estado de S. Paulo* desempenha, em sintonia com a Associação Comercial, a função de articulador de forças, combatendo, insistentemente, as rivalidades

---

<sup>639</sup> A explicação para os confrontos entre São Paulo e o Governo Vargas entre 1930 e 1934, ainda que se permita tomar o “liberalismo” da elite como linha que sintetiza seu comportamento na conjuntura, precisa enfatizar as ambigüidades desse conceito para os contendores, afinal, o saldo das “Revoluções” de 30 e 32 não se restringe aos embates entre uma proposta de “superação do atraso nacional” por sistemas políticos ditatoriais/centralizadores ou liberais/descentralizados, embora esta seja uma questão extremamente relevante. A própria recomposição de forças, dentre a classe dominante paulista, aponta a emergência de novos projetos que nem sempre primam pelos princípios liberais, a despeito do que sugere Carlos Henrique Davidoff, quando propõe que o resultado da “Revolução Constitucionalista” seria a vitória do projeto “liberal-constitucionalizante”, fomentado pelo PD. DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932*. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006. Outros autores também caminham em direção semelhante a de Davidoff: CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981; MARTINO, João Paulo. **Alguns Fatores da Crise Paulista de 1930 – 1932**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>640</sup> As reformas estruturais apregoadas pelos industriais para a sociedade brasileira atingem, na área econômica, “a estatização do subsolo, a defesa da terra como função social, a nacionalização do sistema de crédito, a criação do mercado interno, o incentivo à poupança popular, uma política tarifária protecionista e a livre circulação das mercadorias”. Na educação, saúde e assistência social “reformas sob novos pressupostos que têm em vista a assistência social científica e a extensão e obrigatoriedade do ensino fundamental”. E no âmbito do mercado de trabalho, “gestão do Estado, regulando o trabalho que... deve concentrar-se na criação do Estatuto de Seguro Social”. SILVA, Z. L. da. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934**. Londrina: ed. UEL, 1999. p. 72-73.

internas evidentes da Chapa Única,<sup>641</sup> mesmo após a vitória e sobrelevando que “*a hora não é de competições sectárias mas de construção. Em vez de separar, dividir, ella atrae, une, confunde. É uma chapa de integralização e não de desassociação*”.<sup>642</sup>

Ao mesmo tempo em que intenta consolidar a *união cívica* estabelecida às vésperas da eleição, o periódico afasta a hipótese de que o advento da coligação significaria o avanço dos interesses mesquinhos, vinculados à politicagem, sobre a mentalidade renovadora. A presença do PRP na aliança, como partido da situação anterior, fica minimizada, pois não haveria na Frente qualquer objetivo particular ou partidário, a não ser “*uns tantos princípios claros e definidos*”. Os altos interesses da Chapa Única por São Paulo Unido, assim representados, salvaguardavam-na como a opção superior às paixões políticas: “*nenhum dos candidatos avulsos, por maiores que sejam os seus predicados de intelligencia e civismo, poderá desempenhar o mandato com a energia, com o prestígio e com a efficacia de uma bancada inteira... Nos candidatos das outras chapas, o que predomina é o caracter particularista do grupo, da facção ou da classe a que pertencem*”.<sup>643</sup>

Assim, a despeito da aparente vitória do “tenentismo” no limiar de 1933 e do diagnóstico positivo para o Governo Provisório, que justifica a oficialização do general Waldomiro Castilho de Lima na interventoria paulista, a correlação de forças que se estabelece no cenário nacional após o pleito ameaça, novamente, a consolidação dos projetos políticos de Getúlio Vargas. Ainda que na maioria dos estados os candidatos apoiados pelo governo federal houvessem vencido as eleições, a pujante manifestação de prestígio junto às massas,<sup>644</sup> desvelada pela classe dominante de São Paulo, bem compreendida por *O Estado de S. Paulo*, ao eleger a maioria absoluta dos candidatos à Constituinte, aponta no sentido de complicações futuras. Afinal, o que impediria que, com o imponente apoio da população “bandeirante”, a bancada paulista procurasse, novamente, seduzir e aliar-se à de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul na tentativa de obstruir o governo federal ou, eventualmente, vetar a

---

<sup>641</sup> No Rio de Janeiro, no entanto, o *Correio da Manhã* não hesita em explicitar os desentendimentos entre membros do PD e do PRP, que se sentiam contrariados pela decisão de juntar as forças, realizada sem as discussões mais amplas que julgavam necessárias. Embora os lastros aglutinadores da Frente Única Paulista facilitassem a consecução de uma nova “união cívica”, do período de vigência daquela aliança também restavam querelas, dentre as quais as disputas acirradas pelo comando das prefeituras de cidades do interior e as acusações recíprocas pelas falhas dos políticos no processo “revolucionário”.

<sup>642</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21/09/1933.

<sup>643</sup> *O Estado de S. Paulo*, 29/04/1933.

<sup>644</sup> Conforme Ângela de Castro Gomes, a partir de 1930 forjava-se uma nova democracia no Brasil, a qual “*negava a idéia de uma sociedade fundada no dissenso, postulando a tendência à unidade em todos os aspectos, fossem econômicos, políticos, sociais ou morais*”, por consequência, o apoio das massas seria de extrema relevância. GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCS, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.518.

candidatura presidencial de Vargas? Ademais, as relações travadas com o “tenentismo” não asseguram a sustentação absoluta do Governo Central na nova conjuntura.

Tentativas de combater o *despertar de São Paulo* são realizadas com a formação, no estado, da “Coligação Esquerdista”, da qual fazem parte o Partido da Lavoura, cujas origens são tributárias ao general Waldomiro Castilho de Lima, o Partido Socialista e “candidatos avulsos”, como Marrey Junior – ex PD – e Rubião Meira, que se apressam em declarar apoio irrestrito aos “revolucionários” de trinta: “*se constituíram em coligação política para, em perfeita harmonia defender intransigentemente a revolução, prestigiando, apoiando e amparando a todo custo os próceres revolucionários, já do governo federal, já dos governos dos Estados, que, fiéis á obra revolucionária a levarem para frente, sem esmorecimentos*”.<sup>645</sup>

Não obstante a esse apoio relativamente diminuto, a efetividade do general Waldomiro Castilho de Lima na interventoria, até então extremamente prestigiada nos círculos “tenentistas”, fica sob questão. Se a incumbência do governador era assegurar as conquistas da Revolução de 1930, com a revitalização das forças políticas “reacionárias” de São Paulo, vitoriosas mesmo sob condições extremamente adversas, demarca-se, nitidamente, o fracasso da empreitada e a necessidade de rediscutir as alianças partidárias no estado.

Frente às circunstâncias, o próprio general Waldomiro se diz disposto a entregar o cargo, de acordo com as necessidades do governo federal: “*Eu devo deixar o governo de São Paulo quando o chefe do governo provisório bem entender, pois nunca me considerei alli nada mais do que um seu delegado de confiança*”.<sup>646</sup>

Mas, conforme o *Correio da Manhã*, apesar de dizer isso no espaço público, o general Waldomiro Castilho não desejaria depor-se do governo do estado, pois “*Fundou até partido. Esperou as eleições de 3 de maio com a certeza de que ganharia o pleito. Se ganhasse teria uma situação solidamente fundada. Entretanto, não ganhou*”.<sup>647</sup> Disposto a demonstrar-se bom articulador político teria promovido um jantar à Chapa Única por São Paulo Unido, para conquistar seu apoio e retomar a confiança do Governo Provisório.<sup>648</sup>

De nada adiantou. Getúlio Vargas, mediante o poder de barganha adquirido pela Chapa Única, não tardou em demonstrar conivência com a idéia de negociar a interventoria

<sup>645</sup> *Correio da Manhã* 17/06/1933.

<sup>646</sup> *O Estado de S. Paulo*, 09/06/1933.

<sup>647</sup> *Correio da Manhã* 29/06/1933.

<sup>648</sup> De acordo com Bezerra, o interventor não teria intenção de deixar o cargo e pelearia por todos os meios para impedir a posse de membros da classe dominante paulista. BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.



como moeda política. A notícia da indefinição sobre a nomeação de um novo interventor exerce verdadeiro magnetismo sobre os políticos e acirra os bastidores partidários nacionais. Enquanto o PRP não suporta as pressões internas e cinde-se, entre os membros que se mantêm fiéis à direção de emergência do partido e a Ação Nacional do PRP, que briga pela realização de um novo congresso que dê outros rumos a agremiação, a Federação dos Voluntários Paulistas transforma-se, oficialmente, em partido político.<sup>649</sup> Seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo travam-se intensas negociações para a partilha do governo estadual paulista.

Pelos “Partidos Coligados de Esquerda”, Bento Vidal foi pessoalmente à capital federal assegurar o apoio que já havia manifestado publicamente à *obra revolucionária*, predispondo-se a colaborar com o Governo Provisório nas funções que lhe coubessem e, notadamente, no combate a Chapa Única.

As assertivas de Bento Vidal contra a aliança paulista, no entanto, não demoveriam Getúlio Vargas de enviar – informalmente – um emissário seu a São Paulo, para tratar da substituição do interventor “tenentista”. E, de fato, o escolhido para a tarefa, Justo de Moraes “*esteve em conferência com os representantes do Partido Republicano, e associação de classes, Federação dos Voluntários e Liga Católica*”. Na ocasião marcada por diversas reuniões, teria levado do estado uma lista com os nomes dos candidatos “*da Chapa Única ao cargo: Armando Salles de Oliveira, Waldomiro Silva e Cantídio de Moraes Campos*”.<sup>650</sup>

De retorno ao Rio de Janeiro, Justo de Moraes continuaria a estabelecer acordos, negociando tanto com membros da Chapa Única, como Benedito Montenegro,<sup>651</sup> representante da Federação dos Voluntários Paulistas e indicado por ela ao cargo, e Abelardo Vergueiro Cesar, do PRP, quanto da “Colligação dos Partidos Revolucionários”.

Assim, o processo de “fritura política” do general Waldomiro Castilho de Lima culminaria na renúncia do interventor, – o que marca, também, o relativo enfraquecimento do “tenentismo” em São Paulo, como assinala João Paulo Martino<sup>652</sup> – concretizada pelo decreto do Governo Provisório de 26 de julho de 1933, que interinamente determinava a ascensão ao posto, por pouquíssimos dias, do general Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar.

---

<sup>649</sup> Idem.

<sup>650</sup> *Correio da Manhã* 24/06/1933.

<sup>651</sup> Benedito Montenegro era médico e em 1931 havia conquistado a cátedra de técnica cirúrgica e de cirurgia experimental da Faculdade de Medicina de São Paulo, à frente da qual permaneceria até 1934. Além de prestar seus serviços durante o confronto de 1932, tinha excelente formação em sua área de especialidade e larga experiência internacional, inclusive, com participação na Primeira Guerra Mundial. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3865.

<sup>652</sup> MARTINO, João Paulo. **Alguns Fatores da Crise Paulista de 1930 – 1932**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1999.

Findados os conchavos políticos, o novo interventor de São Paulo sairia mesmo das bases da Chapa Única por São Paulo Unido, recaindo a escolha sobre Armando de Salles Oliveira.<sup>653</sup> Seria este, simplesmente, um efeito do levante de julho e da harmonização imposta por Getúlio Vargas? Ou uma nova partilha do poder, imposta pela burguesia vitoriosa no pleito de 1933, depois de superar a periclitância pós-beligerância e a dependência da “ditadura”?

O periódico *Correio da Manhã*, cuja postura quanto a este tema seria, certamente, endossada pelo “tenentismo”, lançou-se, de modo veemente, contra a decisão do Governo Provisório, antes mesmo da emissão do decreto de confirmação do novo interventor paulista, por entender que no ato da nomeação estaria embutida uma “*discreta aliança*” com os “*sediciosos de 1932*”. Sobrelevando os perigos embutidos na fórmula civil e paulista, classificada como pretexto para o retorno da malograda politicagem mesquinha, o *Correio* aponta as conseqüências trágicas da última vez em que a interventoria foi ocupada por um governo nos moldes aludidos: a “*contra-revolução*”. A nova investidura, todavia, seria o êxito das artimanhas do partidarismo, aliado aos argentários poderosos do capitalismo – banqueiros e industriais: “*Acabou-se o delírio... E os políticos calculadamente, ligados aos mesmos homens de negócios, foram tratando de reconciliar-se com a dictadura*”.<sup>654</sup>

A escolha de Armando de Salles Oliveira para a interventoria, na concepção do periódico, seria um indício notório da “*negociata*”, afinal, o nomeado seria “*um dos organizadores da MMDC*”, membro ativo entre os que tomaram “*parte na comissão de remessa de fundos para os exilados após a rendição*” e, talvez, sequer conhecesse Getúlio Vargas pessoalmente.

O sr. Getúlio Vargas, entretanto, às vésperas de fazer instalar a Assembléia Constituinte, precisava do apoio incondicional da frente única de

<sup>653</sup> Proveniente de família da alta classe média de São Paulo, Armando de Salles Oliveira “*destacou-se como engenheiro sanitário, foi presidente da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e participou de negócios de exportação de café*”. Cursou engenharia civil na Escola Politécnica de São Paulo e concluindo a faculdade passou a trabalhar como engenheiro e empresário, casando-se, pouco depois, com “*Raquel de Mesquita, filha do proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, Júlio de Mesquita, de quem se tornaria amigo e sócio em diversos empreendimentos*”. Junto com Mesquita e Cincinato Braga, após aprimorar os conhecimentos no ramo da eletricidade, “*projetou e construiu a grande central elétrica do Icem, na cachoeira de Marimbondo*”. Em 1927, no entanto, vendeu suas empresas e passou a dedicar maior atenção a Companhia Mojiana. No mesmo ano, com a morte do sogro, assumiu a presidência da sociedade anônima que se tornou proprietária do jornal e veio a desenvolver “*atividades preponderantemente econômicas*” relacionadas ao mesmo, tendo a parceria de Francisco Mesquita. Filiou-se ao PD, contribuiu significativamente para a organização do IDORT, em 1931, conspirou em 1932 e ocupou cargos de destaque no levante. Após a derrota paulista e o exílio do cunhado, Júlio de Mesquita Filho, assumiu a direção de *O Estado de S. Paulo* até a sua volta, em 1933, ano em que, mesmo diante da oposição realizada a Vargas, seria nomeado interventor em São Paulo. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.5176.

<sup>654</sup> *Correio da Manhã* 10/08/1933.

São Paulo... O sr. Salles de Oliveira... era civil e paulista, e intimamente ligado aos banqueiros e industriaes da estima dos políticos. Desde que o interventor apalavrado garantisse ao provisório o apoio da frente única, tudo estaria arranjado.<sup>655</sup>

E a “trapaça” teria sido assegurada, pois “*com certeza, há de ser o fiador do apoio de todos ao governo discricionário do sr. Getúlio Vargas. Mais ainda. Há de ser o fiador do apoio para a hypothese do mesmo sr. Getúlio Vargas transformar-se em presidente Constitucional da República*”.<sup>656</sup>

Se o *Correio da Manhã* opõe-se, visceralmente, aos rumos da política nacional, demonstrando grau apurado de conhecimento dos bastidores do Governo Provisório, em São Paulo o jornal *O Estado de S. Paulo*, que era propriedade do novo interventor – o qual assumira a direção do mesmo em parceria com Rangel Pestana e Plínio Barreto, que ocupava o cargo de redator-chefe<sup>657</sup> –, esforça-se para afastar, ideologicamente, a hipótese de que a nomeação de Armando de Salles Oliveira atendesse a conveniências políticas. O periódico, ciente da situação, aguarda, prudentemente, o decreto de escolha do indicado para a interventoria, concretizada somente em 16 de agosto de 1933, – embora a notícia já corresse livremente – para, então, avaliar os méritos da mudança: “*a escolha de s.exa. se fixara no nome, em torno do qual se integraram as indicações formuladas pelos legítimos representantes de São Paulo*”.<sup>658</sup>

Valendo-se da inserção de Armando de Salles Oliveira no Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), *O Estado de S. Paulo* chama atenção para a investidura de um saber técnico no governo, a despeito dos *boatos* que recaem sobre as “manobras da politicagem”: “*Somente motivos de ordem puramente administrativa, e que foram de todo alheias a quaesquer preocupações de caracter político, retardaram por alguns dias o acto official hoje realizado*”.<sup>659</sup>

Ciente da importância da vitória obtida e do que ela representava na partilha do poder, *O Estado de S. Paulo* evita, obviamente, qualquer menção revanchista aos fatos passados ou atrito com os adeptos do “tenentismo” no estado, conclamando a trégua partidária, ao menos, até a consolidação do governo paulista e civil, que saiu de suas bases: “*O sr. Armando Salles de Oliveira é um dos nossos companheiros de trabalho. Podemos...*

<sup>655</sup> *Correio da Manhã* 10/08/1933.

<sup>656</sup> *Correio da Manhã* 16/08/1933.

<sup>657</sup> ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.540.

<sup>658</sup> *O Estado de S. Paulo*, 17/08/1933.

<sup>659</sup> *O Estado de S. Paulo*, 17/08/1933.

*afiançar que além de pleno conhecimento das necessidades administrativas do Estado, elle vae levar para o governo um coração limpo de ódio e de ambições... a sua administração se orientará ao rumo da harmonização de todos os interesses e da reverência a todos os direitos”.*<sup>660</sup>

Com comedimento retórico semelhante, mas atitude igualmente jubilosa, a Chapa Única comemora a indicação, concitando as massas a celebrarem nas ruas de todo o estado a conquista obtida. Lidera a articulação a Associação Comercial que:

expressando o seu regozijo pela organização do novo governo do Estado, constituído de elementos representativos da opinião pública paulista, convida as collectividades que representa e o povo em geral a comparecerem á cerimônia de posse do novo interventor, a fim de lhe ser prestada uma justa homenagem e manifestada a solidariedade de todas as classes sociaes aquelle que encarna no momento as aspirações e o pensamento de São Paulo.<sup>661</sup>

Em virtude do clima que se criou em torno à nomeação messiânica de um interventor civil e paulista, que seria o responsável pela redenção da situação político-econômica vivenciada pelo estado, a população compareceu em grande número ao Largo do Palácio para acompanhar a cerimônia de posse. Por conseguinte, dez meses após o fracasso da empreitada bélica e seus pesarosos efeitos, o povo estava de novo nas ruas e a classe dominante paulista obtinha, enfim, o cobiçado governo de São Paulo. Desta vez, no entanto, o interventor não seria um octogenário escolhido, arbitrariamente, pelo Governo Provisório, mas um homem indicado pelos partidos políticos do estado e oriundo de uma das bases de maior oposição ao Governo Vargas, o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Contudo, os resultados do reagrupamento bem sucedido da classe dominante paulista não param por aí. A sobreposição da Chapa Única ao “tenentismo”, em São Paulo, assume dimensões não vistas desde outubro de 1930. Se não bastasse a posse de um de seus membros no cargo máximo do estado, o poder de barganha obtido pela imponente vitória nas urnas abriu, também, a possibilidade ao interventor Armando de Salles Oliveira de solucionar o interminável *caso paulista*, escolhendo o secretariado para seu governo sem a ingerência das “hostes revolucionárias de trinta”.<sup>662</sup> Isso fica latente, já no ato de nomeação do interventor, quando *O Estado de S. Paulo* declara:

<sup>660</sup> *O Estado de S. Paulo*, 18/08/1933.

<sup>661</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/08/1933.

<sup>662</sup> Contudo, não se trata, ainda, do encerramento das aspirações “tenentistas” para São Paulo. Enquanto os representantes dos “tenentes” atuam combativamente na Constituinte, em São Paulo o general Daltro Filho, que se manteve por mais algum tempo no comando da Região Militar, promoveria atitudes pouco amistosas contra o

Podemos informar que o novo interventor já convidou para seus auxiliares no governo do Estado, aos srs. Mario Masagão, para a Secretaria da Justiça, Francisco Alves dos Santos Junior, para a Secretaria da Fazenda, Waldomiro Silveira, para a Secretaria de Educação e Saúde Pública, Francisco Machado de Campus, para a Secretaria da Viação, Adalberto Natan, para a Secretaria da Agricultura, Mario Guimarães, para a Chefia de Polícia, Antônio Carlos de Assumpção, para a Prefeitura da Capital, Marcio Munhoz, para a Secretaria da Interventoria.<sup>663</sup>

Para outros “*cargos administrativos ainda não foram feitos convites*”.

Essas conquistas concretas modificam radicalmente o clima social em São Paulo e alavancam a nova emolduração do olhar retrospectivo sobre os acontecimentos inter-relacionados à disputa armada. Nessa perspectiva, mesmo as decepções são interpretadas a partir da ótica otimista da conjuntura e de um suposto “destino manifesto”: primeiro, a imputação exclusiva das responsabilidades do levante de 1932 aos políticos e militares e, em contraposição, o estímulo à recuperação da economia do *grande estado bandeirante*, negligenciando a punição severa aos comerciantes e industriais sublevados, que coordenaram a virada; em seguida, o êxito inquestionável da campanha pelo alistamento eleitoral e o subsequente fracasso do interventor Waldomiro Castilho de Lima no combate à rearticulação política dos insurrectos, por fim, a expressiva vitória da Chapa Única por São Paulo Unido no pleito de maio de 1933 e a conquista do governo do estado, secretariado por civis e paulistas autônomos.

Portanto, menos de um ano após o fracasso e a desorganização pós-beligerância, a propalada autonomia de São Paulo e o retorno do país ao regime constitucional já estavam assegurados, mesmo diante da resistência do “tenentismo”. Restava, não obstante, para legitimar o confronto de 1932, redimir os que foram acoimados na ocasião.

De fato, não demoraria a surgir, como classificou ironicamente o *Correio da Manhã*, a *hora de Penitência*. Os primeiros a serem remidos, sob a argumentação de que assegurada a ordem social e a Assembléia Constituinte não haveria mais justificativa para o exílio, foram os meios de comunicação paulistas e boa parte dos jornalistas que haviam sido presos e condenados após o malogro de 1932. Em seu efêmero governo, o general Daltro

---

interventor e sua família. O general, aproveitando-se de conflitos sociais entre paulistas e não-paulistas em 1934, teria realizado, inclusive, movimentações de tropas em frente à casa de Armando de Salles Oliveira, com o intuito de amedrontá-lo. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.5177.

<sup>663</sup> *O Estado de S. Paulo*, 17/08/1933.

Filho decidiu, em agosto de 1933, extinguir a censura à imprensa, que lhe recaía, imediatamente, ao final do levante. Pouco antes, sob a intercessão da Associação Brasileira de Imprensa, o Governo Provisório já havia liberado o retorno ao país dos jornalistas Austregésilo de Athayde, Guilherme de Almeida, Francisco Mesquita, Vivaldo Coaracy, Hilário Freire, Prudente de Moraes Netto, Percival de Oliveira, Ismael Ribeiro e Cásper Libero. Sem outras explicações, no dia 23 de agosto noticiava-se que “*o chefe do Governo Provisório... resolveu permitir os regressos dos jornalistas exilados dr. Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Azevedo Lima*”.

Seguindo a linha de pensamento expressa pelo Governo Provisório no ato das punições pós-sublevação, entretentes, a liberação da imprensa paulista, neste período, significaria, ambigualmente, restituir a voz à plutocracia que levava o país ao inexplicável confronto bélico. Tais “concessões”, portanto, indicam para mudanças na correlação de forças que se estabelece após o pleito de maio de 1933, quando à burguesia paulista se abre a possibilidade de criar novas alianças a favor ou contra o Governo Provisório, e este é forçado a negociar com os seus adversários.

Prova disso é que o fim da censura não demora a causar embaraços ao Governo Provisório. Poucos dias após a prodigalização, o jornal *O Estado de S. Paulo* iniciava a campanha pela clemência irrestrita aos oficiais militares punidos com o exílio, ou o afastamento das funções, durante a reorganização da Força Pública e da 2ª Região Militar:

Nunca nos conformamos com o soffrimento indefinido dos nossos irmãos. Aplacados os temporaes revolucionários, a causa commum que é a pátria deve abrir as portas a todos os filhos, esquecidos do que já foi, como se luta alguma tivesse havido entre elles.

Nem se comprehenderia que continuassem os militares a carregar sozinhos com o peso do movimento constitucionalista, quando os civis, com quem o repartiam, já obtiveram, na quase totalidade, uma espécie de amnistia tácita... Se o governo provisório não hesitou em confiar o governo de São Paulo, a pessoas que participaram da campanha constitucionalista, porque haveria de manter afastados das fileiras do exército, sob o castigo de reformas compulsórias, os bravos officiaes que, desinteressadamente, num impulso de largo idealismo, puzeram a sua competência technica e a sua vida ao serviço da causa de que S. Paulo se fez arauto e paladino...<sup>664</sup>

A campanha ganha corpo e densidade à medida que muitos exilados retornam ao país e reassumem o engajamento político. A própria MMDC, extremamente fragilizada após a luta, manifesta-se, publicamente, afirmando que “*não era possível... excluir-se do côro*

---

<sup>664</sup> *O Estado de S. Paulo*, 28/08/1933.

*universal de vozes que clamam a favor da amnistia ampla para todos os brasileiros envolvidos na Revolução de 1932*".<sup>665</sup> O PD, sentindo-se fortalecido pelos acontecimentos proclamou, "*fiel ao seu passado e tradições de liberalismo,... faz votos por que o Governo da República, correspondendo aos sentimentos geraes da Nação e á necessidade impreterível de pacificar os espíritos, decrete, sem mais tardança, a amnistia ampla e absoluta...*".<sup>666</sup>

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, outra corrente de opinião, exasperada pelo rumo da situação em São Paulo, pugnava pela manutenção das penas imputadas aos subordinados de 1932. *O Correio da Manhã*, sentindo o fortalecimento paulista, apontava com sagacidade a ambigüidade do discurso dos que defendiam como natural a anistia plena, eximindo de suas responsabilidades os organizadores do levante. "*Se a victoria dos reaccionários... conseguisse, como elles desejavam, alijar do poder o sr. Getúlio Vargas... toda gente que hoje, nos arraiaes facciosos do grande e sacrificado Estado, se penitencia, estaria cheia de entusiasmo e orgulho pelo triumpho, confessando e até exagerando a parte de responsabilidade que teve na guerra civil*".<sup>667</sup>

E rebate o "cinismo" dos "polítiques paulistas": "*Dirão os srs. Toledo e Ferreira que apanhados de repente pelo tufão dos que marchavam contra a dictadura, não toparam com outro jeito senão a de acompanhá-los. Mas... como se acompanha aquillo que não se atina o que seja, nem se desconfia para onde vae?*".<sup>668</sup>

Mas, de nada valeria. Nesse jogo de forças a elite paulista logra êxito. Acometido pela pressão pública de diversos setores sociais e, em ambivalência, a necessidade de arregimentar aliados para sua sustentação no governo, Getúlio Vargas determina que se organize uma comissão encarregada de proceder a revisão da reforma administrativa dos capitães e tenentes que estiveram envolvidos no levante paulista. Alguns meses depois, também os generais e altas patentes do exército foram beneficiados com a retroação de suas punições.

Dessa forma, no dia 8 de novembro de 1933, momentos antes de partirem para o Rio de Janeiro em obediência à nobre *missão civilizadora para a qual estavam predestinados*, os candidatos eleitos pela Chapa Única por São Paulo Unido se confraternizam com o interventor Armando de Salles Oliveira, em um jantar de despedida, celebrado no Palácio do Governador. Simbolicamente, neste ato, muitos dos insurrectos de 1932, então presentes,

<sup>665</sup> *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1933.

<sup>666</sup> *O Estado de S. Paulo*, 11/10/1933.

<sup>667</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24/09/1933.

<sup>668</sup> *Correio da Manhã*, 24/09/1933.

comemoravam o que acreditavam ser, enfim, a vitória de sua “revolução”, pois, derrotados nos campos de batalha, rearticularam-se rapidamente na política nacional, impondo novos termos a partilha do poder.

Se, dessa maneira, as disputas pela memória de 1932, no âmbito da intelectualidade e de indivíduos comuns, fornecem alento indispensável à reorganização política das classes dominantes paulistas na luta contra o Governo Provisório, destacadamente na recomposição do caos pós-beligerância à consecução vitoriosa da aliança traduzida na Chapa Única Por São Paulo Unido, no período pósterio ao pleito eleitoral a situação modificasse e as conquistas da burguesia fortalecem, expressivamente e de modo decisivo, as correntes mais ufanistas de interpretação do levante, no plano da memória.

O triunfo da Chapa Única, representando os setores políticos mais engajados no processo beligerante, desde o PRP e o PD, até a Associação Comercial e a Federação dos Voluntários Paulistas, abre caminho, como já mencionado, a uma nova partilha do poder no estado de São Paulo, demarcada nitidamente pelo granjeio, por meio de uma barganha perspicaz da interventoria paulista, da revisão das penalidades imputadas aos políticos e militares que articularam a insubordinação e da suspensão da censura à imprensa. Desse modo, os meses que intermedeiam a eleição de maio de 1933 e a promulgação da Constituição, em meados de 1934, ao que se entrevê na volumosa documentação de época, são pautados por um intenso otimismo em São Paulo quanto à solução dos problemas econômicos e sociais que o afligiam.

A chegada de levas e mais levas de exilados e os entusiasmados discursos proferidos pelos candidatos eleitos da Chapa Única parecem conferir concretude à vertente que aclama a pugna de 1932 como vitoriosa, ainda no limite entre o calor dos acontecimentos e a materialização das lembranças. A nomeação de Armando de Salles Oliveira, paulista, civil e indicado pela Chapa Única Por São Paulo Unido para a interventoria, nesse sentido, é interpretada pujantemente por *O Estado de S. Paulo* como a confirmação cristalina dos reais motivos pelos quais São Paulo pugnara desde 1930 e, em ambivalência, representa a merecida coroação pelo empenho do estado no cenário político nacional, que, enfim, traria de volta a normalidade à vida “bandeirante”:

Se desde o princípio tivesse andado com essa sabedoria a dictadura... S. Paulo não teria passado pelos transes heróicos, mas dolorosos da Revolução Constitucionalista. Sempre, invariavelmente, S. Paulo só pleiteou aquilo que, enfim, lhe foi concedido agora: o direito de ser governado por seus filhos, o respeito da sua autonomia e o restabelecimento rápido da ordem legal... A



experiência mostrou que, fora dessas reivindicações, não era possível o restabelecimento da vida normal do Estado, o desenvolvimento das suas forças econômicas e a restauração das suas finanças. A atmosfera de trabalho, que é a nossa atmosfera natural, não readquiriria a serenidade habitual enquanto essas reivindicações não fossem satisfeitas.<sup>669</sup>

Expõe-se, de fato, no editorial de *O Estado de S. Paulo* pontes eloqüentes de imbricação entre os acontecimentos políticos e as perspectivas culturais preconizadas no âmbito da intelectualidade. Não por acaso, o discurso formulado pelo jornal sobre a nomeação de Armando de Salles Oliveira para a interventoria negligencia todos os interesses e articulações partidárias que sustentaram tal conquista, remetendo, veladamente, o empossamento a uma conjectural fatalidade histórica, determinada pela indispensável aplicação da autonomia federativa a São Paulo.

A perspicácia retórica, contudo, reside com maior visibilidade na identificação unívoca da “Revolução Constitucionalista” de 1932 com a luta federativa, que, em última instância, estaria inapelavelmente vinculada as conquistas da conjuntura econômico-social do estado em 1933. Reproduz-se, assim, na mesma linha de pensamento que a explicação já formulada por Alfredo Ellis Junior e Menotti Del Picchia, a tese de que São Paulo pugnaria, exclusivamente, contra o regime centralizador propugnado pelo “tenentismo”, tendo em vista os diversos problemas que se anunciavam com a perda da autonomia regional. O êxito do momento, nesse sentido, corroboraria eloqüentemente as interpretações forjadas após o levante, fortalecendo as vertentes mais ufanistas da memória de 1932.

Outros fatos, no entanto, fomentariam o exacerbado otimismo que serve como base para importantes enquadramentos da memória do entrincheiramento, concatenado a partir de realidades ulteriores ao confronto. A cerimônia de despedida da bancada paulista rumo a capital federal reveste-se de especial enlevo, no jantar concedido pelo interventor Armando de Salles Oliveira aos ilustres representantes do estado, e repercute, na coluna assinada por Assis Chateaubriand, como uma nova etapa da relação entre São Paulo e o Brasil, na qual os deputados paulistas retirariam o estado do isolamento involuntário quanto à política nacional:

S. Paulo vem de confirmar o que sempre disse dessa gente desconfiada, mil vezes mais desconfiada do que orgulhosa, que é o paulista. Vencido logo no primeiro dia da revolução pelo não reconhecimento do seu direito ao próprio governo; esmagado mais tarde na guerra civil pelas armas federaes, o bandeirante retrahiu-se sobre si mesmo, fechou-se na sua individualidade intratável, e, altivamente, não articulou uma queixa, do calvário que elle arrastava, aos outros irmãos do Brasil...

---

<sup>669</sup> O Estado de S. Paulo, 18/08/1933.

Dictador e responsáveis pelos destinos das outras unidades federativas, estão vendo agora, de uma forma concreta, o espírito de colaboração e de trabalho com que S. Paulo entra na ordem superior das realidades e das necessidades nacionais...

Os paulistas levam os frutos do esquecimento desses três anos de erros e pesadelos. Que os outros brasileiros vejam nesse gesto, a expressão imortal da continuidade da pátria brasileira.<sup>670</sup>

A coloração épica do momento é traduzida na idealização do paulista como inatamente individualista – Alfredo Ellis Junior, sem dúvida, reiteraria essa classificação – e voltado para o trabalho em prol ao progresso da nação. Nessa condição, teria sido tolhido pela revolução de 1930 em seus direitos inalienáveis e, da mesma forma que as vítimas de sacrifícios religiosos, aceitara o sofrimento sem murmurar contra os seus irmãos. A Constituinte representa, todavia, uma nova aliança, caracterizada pela retomada do espírito de colaboração, absolutamente sem ressentimentos contra o calvário enfrentado pelo bem da pátria.

Lamentavelmente, porém, a candura com que Chateaubriand descreve a conjuntura condiz muito pouco com a realidade social do período. A despeito da redenção que fora alcançada com o envio dos “novos bandeirantes” à Constituinte, as marcas mais pesadas do levante, que incidem sobre os voluntários mutilados, dependentes de entidades assistenciais, pouco equipadas e com escassos recursos, ficam submersas, assim como os interesses partidários dos políticos antigos<sup>671</sup> e a busca de vantagens comerciais dos grandes capitalistas, que estão integrados no processo e, muitos deles, ocupando postos diretivos na Chapa Única Por São Paulo Unido.

Mas, independentemente das ambigüidades do discurso, as palavras de Assis Chateaubriand manifestam o alvissareiro momento social que se instaura em São Paulo, em meados de 1933, e fortalece, de modo tangível, a memória ufanista do confronto, à medida que as conquistas aludidas denotam uma certa dose de euforia e até mesmo revanchismo por parte dos vencidos em 1932.

Essa corrente ainda não vinculada oficialmente ao Estado inicia-se, furtivamente, calcada, com cautela e recuo político, no culto aos mártires da batalha, já que o primeiro aniversário dos dias 23 de maio e 9 de Julho – vivenciados sob o governo do general Waldomiro Castilho de Lima –, marcos mais significativos da luta passam praticamente sem

<sup>670</sup> O Estado de S. Paulo, 11/11/1933.

<sup>671</sup> O PD apoiara integralmente a nomeação e os atos de Armando Salles de Oliveira na interventoria, enviando mensagens alentadoras ao governador em prol à restauração da inserção de São Paulo na política nacional, sob os auspícios “do *Christianismo, da Justiça, da Democracia e da Federação*”. Em 18 de novembro de 1933, assinavam o ofício alguns dos políticos ainda no exílio: “Francisco Morato, Paulo de Moraes Barros, Joaquim A. Sampaio Vidal, Aureliano Leite, Antônio Prudente de Moraes, Cesário Coimbra, Prudente de Moraes Netto”. *O Estado de S. Paulo*, 18/11/1933.

menções na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, à exceção das ligeiras notas dedicadas aos casos de soldados vitimados com repercussão ampla no ano anterior,<sup>672</sup> como Fernão Salles, tenente do batalhão de voluntários “Fernão Dias Paes Leme”: “*Em homenagem à memória do bravo paulista, os soldados da primeira companhia daquela unidade mandam rezar uma missa... na Basílica de S. Bento*”.<sup>673</sup>

Destarte, as mudanças na interventoria – inclusive na Chefia de Polícia – e a suspensão da censura à imprensa trazem as claras os sentimentos entalhados no culto aos mortos e sua articulação à memória do levante e às transformações políticas. O jornalista Vivaldo Coaracy, da sucursal de *O Estado de S. Paulo* no Rio de Janeiro, pouco tempo depois de regressar do exílio a que fora submetido por consequência da intensa participação no processo conspiratório e também no decorrer da “rebelião”, explorava, com sagacidade, os elementos do plano cultural e simbólico na arena do político. Com sensibilidade ímpar, captou o apelo social embutido na memória atinente aos combatentes mortos e a comoção que o falecimento, muitas vezes, trágico propiciava<sup>674</sup> no sentido de heroicizar os mártires de São Paulo e elevá-los à condição de protótipos, talvez, como sucessores hodiernos dos bandeirantes, para a ação paulista posterior.

Na matéria intitulada *O que os Mortos Mandam*, o articulista inter-relacionava, habilmente, a memória dos que tombaram nos campos de batalha com o dever dos candidatos eleitos por São Paulo à Constituinte, que chegavam ao Rio de Janeiro:

O dever supremo de São Paulo é erguer, sobre o túmulo desses mortos o único monumento que é digno do ideal, pelo qual deram a vida. Esse monumento é a concretização das suas aspirações. Sacrificaram-se para que o Brasil readquirisse a liberdade sob a égide da lei...

<sup>672</sup> As homenagens à memória dos combatentes tombados em 1932, primando pela ordem social e o afastamento da vinculação dos fatos passados com o momento político não se restringe à capital paulista. Em Casa Branca, a “Associação Cívica dos Voluntários” enviava ofício de agradecimento ao Chefe de Polícia do Estado de São Paulo para “*agradecer a s. exa. a autorização e o valioso auxílio... para a transladação dos despojos dos combatentes casabranquenses e, ainda, por se ter feito representar nas solenidades fúnebres e homenagens cívicas prestadas aos mesmos...*”. Em seguida, evidencia o controle estatal em referências a 1932: “*Conforme minha promessa pessoal a v. exa. e como já deve ter sido devidamente informado, as referidas solenidades e homenagens, sem nenhum caráter político, correram na melhor ordem e respeito, sem nenhuma nota dissonante...*” *O Estado de S. Paulo*, 03/08/1933. Marcelo Abreu, em interessante reflexão sobre as comemorações relacionadas à memória do levante propõe que o culto e a exumação dos mortos se inicia em 1934. ABREU, Marcelo Santos de. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 – 1955). **Estudos Históricos**, RJ, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 154-171.

<sup>673</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21/07/1933.

<sup>674</sup> A memória é, portanto, como assinala Dosse, “*A memória é portanto, como a história, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento*”. DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e ciências sociais**. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004. p. 183.

Esse grupo de homens, que na Assembléia representa a vontade de São Paulo, não é composto apenas de mandatários do eleitorado paulista. São mais do que isso, mandatários daquelles cujo sangue e cujo sacrifício foram hontem extemporaneamente invocados...

Aqui vieram para construir o estatuto da nacionalidade.<sup>675</sup>

Na relação extremamente fluida que se instaura entre a memória e a política em 1933,<sup>676</sup> enquanto a primeira serve como base para a retórica que legitima a ação partidária, as conquistas da outra fortalecem, sobremaneira, as correntes que tendem a exaltar 1932, em detrimento a memória das minorias excluídas e do contraponto “tenentista”. No período ulterior as eleições de 1933, com o regresso dos primeiros grupos de exilados, o ressentimento que perpassa as lembranças acirra ainda mais os embates pela memória, tratados por muitos dos que retornam ao país como a desforra pela derrota na luta e a humilhante condenação ao afastamento da pátria.

Essas candentes disputas pelo campo cultural podem ser acompanhadas na superabundante produção memorialística, da qual os elementos do “tenentismo” também não se furtam, que atinge entre 1932 e 1934 – a profusão maior deriva de meados de 1933, com a cessação da censura – pouco mais de uma centena de livros.<sup>677</sup> Ainda no exílio, o capitão Othelo Franco organizava o pequeno volume *Nós e a Dictadura*, reunindo o testemunho de cinco militares que combateram por São Paulo, inclusive o general Klinger, e almejavam, após alguns meses de prisão e segregação do país, explicar, em suas concepções, a verdade dos fatos.

Obviamente, a crítica acerba recai sobre a questionada condução administrativa da nação pelo Governo Provisório, depois da revolução de 1930, e as rivalidades internas aos meios militares. *Nós e a Dictadura*, segundo o general Klinger, almejava dar:

á Nasão notísia aotentica sobre os aspectos capitaes do nóso movimento armado”, todavia, “pouco tempo esteve esposto á venda: aolicos da remanesente ditadura, maes ditatorianos ce o ditador, o julgaraom perigoso, moveraom a polísia a casalo. Contudo, ao meu regresso do ezílio, em junho de 34, ainda pude obter alguns ezemplares escesidos em ignorada loja de livraria.<sup>678</sup>

<sup>675</sup> O Estado de S. Paulo, 18/11/1933.

<sup>676</sup> Halbwachs já havia sublinhado as imbricações entre a estruturação da memória e a política, especialmente a partir dos interesses do Estado. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

<sup>677</sup> SERRAZES, Karina Elizabeth. **As Faces da Memória: a Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais**. Franca, 2000. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista. 2000. p.15.

<sup>678</sup> KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953. p. 22.

A menção do autor à perseguição policial ao livrinho desvela a abrasadora importância conferida pelos contemporâneos, à memória do levante. Provavelmente, a contribuição maior para a ordem de supressão do material advenha da incandescente e vigorosa emulação entre as correntes militares brasileiras que se chocavam com crescente intensidade, sobretudo, a partir dos anos de 1920<sup>679</sup> e, no caso do volume em questão, repercutiu na resposta imediata do general Góes Monteiro à alteração dos sublevados. Ciente da interpretação feita por seus pares, que lutaram a favor de São Paulo, o general Góes rebateu pontualmente, na imprensa carioca, a alusão realizada na obra a suas relações com o também general Tasso Fragoso. Fica evidente, na carta enviada pelo chefe do Exército Governamental ao “Jornal do Comércio”, a intenção de desqualificar a explicação dos “rebeldes”:

O general Góes Monteiro refere-se ao velho ódio que lhe vota o general Tasso Fragoso, ódio que culminou quando, em Outubro de 1930, as armas victoriosas da revolução detiveram certas ambições mal encobertas... Elle ficou porém recôndito – o ódio – espreitando a sua (delle) oportunidade.

Várias vezes tentou explodir, mas teve que se conformar com o argumento de que o seu dia não era chegado. Afinal, Julho de 1932.<sup>680</sup>

A pugna abrigaria, na ótica de alguns membros do Governo Provisório e do “tenentismo”, ao contrário do que diziam seus protagonistas, ambições pessoais e interesses mesquinhos que turvavam as finalidades proclamadas. Desse modo, mesmo com o afastamento de quase um ano em relação ao confronto bélico, a intensidade do ressentimento entre os militares e civis, que dele participaram, reverbera nas disputas pela memória, dentro de São Paulo e, igualmente, em outros estados da federação.

A Força Pública constitui, também, uma matriz importante da alteração envolvendo questões militares. A controversa atuação da corporação na deposição de armas e a reestruturação a que é submetida após o levante fomentam as rivalidades preexistentes entre os próprios membros da milícia estadual, vertidos, em última instância, na linguagem discursiva e no “dever de memória”. Os capitães reformados, administrativamente, Heliodoro Tenório e Odilon Aquino de Oliveira, a despeito do rancor pelo afastamento das funções desde 1932, aguardam ansiosamente a nomeação de Armando de Salles Oliveira para a interventoria, quando, por contingência da ampliação das pressões sociais, foram revertidos à

<sup>679</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **O tempo do liberalismo excludente**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. V.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano).

<sup>680</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02/06/1933.

atividade e classificados em unidades aquarteladas em pontos diferentes do interior do estado, para publicar o volume militante, atinente à memória, *São Paulo Contra a Dictadura (Da invasão revolucionária de 30 à queda do Governo Waldomiro e nomeação do dr. Armando Salles para a Interventoria Paulista)*.

O texto lançado traz claramente as marcas dos traumas internos aos articuladores da insubordinação, dilacerados pelas desventuras do debate travado no período classificado como o *salve-se quem puder*. Trata-se, nos dizeres dos autores, de “trazer luz às dúvidas suscitadas pela incongruente attitude assumida pela Força Pública no final da gloriosa jornada”<sup>681</sup> e rebater as ações oportunistas contra os vencidos:

a derrota material de São Paulo seguiu-se uma insidiosa campanha no sentido de desnaturar as causas e objectivos do movimento paulista e deslocar para os ombros dos constitucionalistas as responsabilidades da hecatombe. A essa campanha, ditada pelas paixões e conveniências políticas dos dictatoriaes, não foram estranhos as trânsfugas e apóstatas da causa, na ancea de se insinuarem á confiança dos pseudos vencedores...

O SÃO PAULO CONTRA A DICTADURA aparece precisamente como uma contra-offensiva a essa campanha...<sup>682</sup>

Em detrimento a ruptura provocada pelas palavras e ações do coronel Herculano de Carvalho Silva – comandante da Força Pública – na aliança bélica de 1932, após a Convenção Militar de Cruzeiro, no entanto, *São Paulo Contra a Dictadura* almeja, primordialmente, rediscutir a inserção da corporação no levante, a fim de mostrar a sinceridade do ideal que movia as forças paulistas e, conseqüentemente, refutar, a interpretação encaminhada pela trupe de Herculano ao negar a participação espontânea da Força Pública no processo conspiratório.

Nesse sentido, não poupa munições e nem críticas, inclusive *ad hominen*, ao comportamento do coronel Herculano de Carvalho no comando da Força Pública:

Nascido para servir os fortes e perseguir os fracos, o coronel Herculano pertence ao número dos indivíduos que, por incapacidade de servir desinteressadamente ou sem sacrificar na defesa de um ideal, têm sempre a consciência desmontável ao sabor dos interesses immediatos ou da vontade dos potentados.

Duma vaidade que toca ás raias do ridículo, ambicioso, atartufado ou equilibrista, viveu sempre a parecer, a fingir ser isto ou aquillo, conforme as

<sup>681</sup> TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). **São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933. p. 7.

<sup>682</sup> Idem, p.7-8

circunstancias do momento, de modo a tirar partido de todas as situações, sem jamais ‘collocar a proa na direcção do mais leve obstáculo.’<sup>683</sup>

O teor ácido da avaliação feita pelos capitães, acerca do carácter do coronel Herculano, demanda, indubitavelmente, desqualificar a assertiva formulada pelo ex-comandante da Força Pública para o confronto bélico e contribuir para o fortalecimento da perspectiva ufanista da memória, mais condizente com o momento social em que escrevem. Na versão contrapropugnada, não obstante, não haveria cisão alguma entre os militares do Exército Nacional e da Força Pública, que articularam a insurreição, a não ser a precaução e o sigilo maior quanto aos oficiais afeitos à conduta titubeante de um dos ex-comandante da corporação, o “tenente” Miguel Costa.

De outra parte, se o grupo “miguelista” chefiado pelo coronel Herculano constituía a minoria na Força Pública e chegara ao comando da corporação por consequência de falhas na comunicação com os líderes do governo sublevado, após a morte do coronel Júlio Marcondes Salgado – o qual participara ativamente da conspiração –, os autores não aceitam, em hipótese alguma, a consolidação, no âmbito da memória, da ação geral da Força Pública como restrita aos atos do coronel Herculano e, menos ainda, a responsabilização oportunista, interligada a imagem negativa dos “miguelistas”, pelos erros no preparo da “guerra”. Por isso, confronta diretamente um dos arautos do ufanismo de 1932, que lançava em menos de um ano sua segunda obra sobre o assunto:

O sr. Alfredo Ellis, reconhecendo embora a generalização das causas que determinaram a guerra paulista de 1932, culpa os chefes militares, inclusive o general Salgado, pelo desencadeamento da revolução. Só por incherência poderia fazel-o...

Temos, contudo, a lealdade de afirmar que São Paulo não entrou na revolução tão desprevenido quanto apregoam os apóstatas da causa bandeirante.<sup>684</sup>

Em contraposição à pecha da precipitação e despreparo do levante, classificados como fatores cruciais para o malogro de uma vitória tida como certa, os membros da Força Pública admitem que o feitio estratégico do programa militar poderia ter sido melhor conduzido, todavia, remetem as eventuais falhas aos políticos da Frente Única Paulista, pois, “*constituiu um erro grave o facto da Frente Única não ter indicado para o governo, como mais convinha aos altos interesses do Estado, somente homens que tivessem conhecimento íntimo do*

---

<sup>683</sup> Idem, p. 241.

<sup>684</sup> Idem, p. 265-267.

*verdadeiro sentido do movimento de opinião que tivera a sua primeira vitória a 23 de maio, para que esse governo pudesse melhor se aperceber do dever que lhe cumpria*".<sup>685</sup>

Na concepção expressa pelos capitães, após o dia 23 de maio de 1932, os civis e paulistas investidos no comando do estado deveriam, em primeiro lugar, preparar-se militarmente para a reação certa do Governo Provisório e o desencadeamento lógico dos acontecimentos revolucionários. Ao invés disso, "*o governo paulista mostrou-se, porém, receoso de assumir as responsabilidades da preparação da luta armada*", o que resultou na inviabilização dos planos do general Salgado.

Por conseguinte, não haveria argumentação concreta que permitisse qualificar a ação da Força Pública como negligente, uma vez que, em sua maioria, os oficiais da corporação empenharam-se muito mais do que os civis durante a conspiração e o embate: "*só por desmedida paixão poderia alguém, como fez o sr. Alfredo Ellis, insinuar que a Força Pública não resistiria a duas horas de fogo contra as tropas da Região Militar*".<sup>686</sup>

Mas, as querelas travadas na defesa do desempenho da polícia de São Paulo na luta armada não eram insuperáveis. Acima dos aspectos pontuais que deveriam ser lembrados sobre 1932, estava a intenção de imortalizar a memória triunfal da insurreição,<sup>687</sup> de acordo com o momento vivido em 1933, e, nesse expediente, a argumentação central consiste na idéia de que o levante paulista completou a revolução de trinta, como já vinham acenando há tempos Menotti Del Picchia e Arnon de Mello:

A Revolução de 1930 veio e fracassou... São Paulo, como o principal centro nervoso da vida econômica e cultural do país havia de ser a maior vítima da criminosa obra...

Qual gigante dominado momentaneamente por lilliputianos, que a elle chegaram pela escada da perfídia e do embuste, quebrou, por suas próprias mãos, os grilhões que o prendiam: fez o 23 de maio e o 9 de julho de 1932. Depois de combater o bom combate, numa heróica resistência contra os innumeráveis factores que, num factídico determinismo, conspiraram para a sua derrota material, cahiu de pé, moralmente victorioso...

---

<sup>685</sup> Idem, p.264.

<sup>686</sup> Idem, p.27.

<sup>687</sup> Conforme os capitães Heliodoro Tenório e Odilon Aquino, o tratamento dispensado a São Paulo pelo Governo Provisório, após o levante, não teria sido brando: "*Investindo o sr. Herculano do governo militar do Estado, para servir de carcereiro dos companheiros traídos, entregando esse mesmo governo, logo depois, a um dos generaes invasores, como prêmio da victoria; encarcerando, deportando, demittindo e reformando administrativamente, sem qualquer critério jurídico, funcionários civis e militares envolvidos no movimento constitucionalista e cassando os direitos dos adversários, a dictadura parecia empenhada em isolar São Paulo do resto do Brasil, em aprofundar o abysmo das dissensões resultantes da guerra civil que acabava de sacudir a Nação*". TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). **São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933. p. 323



Mas o Brasil consciente, independente, resistente á insidia dictatorial, sabe que se já conseguimos, em parte, os benefícios que a revolução de 1930 prometeu á Nação, isso se deve á heroica resistência daquelles que enfrentaram a dictadura, na paz e na guerra, forçando-a tomar o caminho da Constituição...<sup>688</sup>

O entrincheiramento de 1932 foi, exclusivamente, constitucionalista e nada teve de direcionamento político-sedicioso, como sinalizara Vargas:

a revolução constitucionalista foi lentamente elaborada por força dos desatinos commettidos por aquelles que, assenhoreando-se dos destinos da república nova, intentaram prolongar indefinidamente, em proveito próprio, os dias de vida da dictadura. Veio em consequência do fracasso da revolução de 1930 e do tratamento humilhante que a política dictatorial dispensou a São Paulo, desde a victoria do movimento ‘outubrista’. Por isso, mesmo foi a mais legitima das reacções feitas por um povo consciente e culto, na defesa dos seus direitos, das suas liberdades e da sua soberania.<sup>689</sup>

Assim, ao refutar as fissuras abertas quanto à atuação da Força Pública na luta, os capitães Heliodoro Tenório e Odilon Aquino corroboram a memória aclamativa, classificando a motivação constitucional e autonomista como a finalidade espontânea daquilo que seria a verdadeira revolução.<sup>690</sup> Esses são indicativos fortes de que, em sintonia com o otimismo trazido pelo instante político, germina, no âmbito nacional, um processo violento de enquadramento da memória de 1932. Não se trata, evidentemente, de uma simples “montagem ideológica”, por definição frágil, mas intentos, ainda não vinculados ao Estado, de, a partir de elementos presentes na conjuntura, fazer submergir, sobretudo em São Paulo, as lembranças críticas e minoritárias quanto ao confronto armado.

Tal percurso, no entanto, não se desenlaça de modo harmonioso, como bem sinalizou Michäel Pollak.<sup>691</sup> A emolduração da memória é perfilada por ações uniformizadoras que, não raramente, relegam ao silêncio as lembranças mais dolorosas e delimitam o que é permitido ou não dizer. Os produtores de signos culturais envolvidos nessa realidade social, voluntariamente ou de modo despropositado, inebriados pelo aparente triunfo da causa que mobilizara os seus mais intensos sentimentos, condenam ao emudecimento as recordações daqueles que aderiram à pugna premidos pelas agruras sociais, como insistia Florentino de

<sup>688</sup> Idem, p. 315-319.

<sup>689</sup> Idem, p.7.

<sup>690</sup> Cumpre observar que para haver uma revolução é preciso que ocorram mudanças na organização da sociedade, como indica Hannah Arendt e, diante do exposto, em 1932 não estava em pauta tal transformação. ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Lisboa: Moraes Editores, 1971. p.34.

<sup>691</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

Carvalho na conjuntura anterior, e de outros que consideraram o embate bélico injustificável e, por isso, não se integraram à insurreição.

No instante em que a Chapa Única Por São Paulo Unido vence as eleições e a interventoria é concedida a um paulista e civil, do agrado do escol político do estado, a memória dolorosa da periclitância popular pós-beligerância, demarcada pela paralisação dos negócios, desorganização das cidades do interior e da capital, carestia do voluntariado e dos feridos, órfãos e mutilados de “guerra”, é soterrada pela transmutação da derrota militar em retórica de vitória.<sup>692</sup>

Os traumas das vítimas e a argumentação dos opositores, destarte, são, habilmente, transformados em partes do “dever de memória”, não como indícios das falhas dos beligerantes paulistas, mas como provas da humilhação e dos sofrimentos impostos ao estado pelo “tenentismo”, que, por conseguinte, não deveriam ser esquecidos.

Na disputa pela memória que se avolumava em São Paulo, seria a corrente interpretativa mais ufanista, beneficiada pelos mecanismos do político, que teria a supremacia de pautar aquilo que deveria ser lembrado e preservado para as gerações posteriores. A derrota bélica, assim, passa para a posteridade filtrada, sem os inquietantes percalços econômicos e traumas sociais vivenciados, asperamente, pelos exilados e miseráveis, notadamente, no período que vai de outubro de 1932 a junho de 1933. Em seu lugar, erigem-se as conquistas obtidas somente a partir da nova partilha do poder, quando a burguesia rearticulada vence o pleito e compele o Governo Provisório a construir uma nova aliança política.

O volume publicado pelos capitães Heliodoro Tenório e Odilon Aquino participa intensamente desse processo, esquivando-se de interpretar o enfrentamento como um capítulo isolado da luta de *São Paulo contra a Dictadura. 1932*, portanto, não é o limite do confronto, mas um sacrifício da jornada épica que culminaria, na periodização que escolhem, na entrega do estado aos paulistas, por meio do governo Armando de Salles Oliveira. Entrementes, ainda que retoricamente não seja declarado o epílogo do embate, o levante, na prática, é laureado como o ponto chave das disputas.

---

<sup>692</sup> Ao nível da análise do discurso, Aparecida Sellan segue ao enalço da transmutação retórica da derrota, inclusive, nos discursos da atualidade. SELLAN, A. R. Borges. **Cognição, Discurso e Sociedade: aspectos da identidade cultural do paulista e os descaminhos da Revolução de 1932**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### 4.3 - A Constituição de 1934. “São Paulo Venceu!”

Em função da satisfação das aspirações sociais mais imediatas daqueles grupos que tomaram parte na sublevação e que detinham o poder de enunciação no campo cultural, a interpretação que predomina quanto ao levante de 1932, em detrimento a memória de grupos minoritários, é aquela produzida a partir de uma ótica aclamativa e que, não raramente, negligencia o caráter elitista do confronto.

Isso pode ser percebido, no período aludido, não apenas na profusa produtividade dos memorialistas, mas, igualmente, nas efemérides em desagravo aos mortos *por São Paulo* no confronto, que, sobretudo, nas datas cívicas regionais constituem momentos preciosos de integração simbólica à corrente que interpreta o luto e o sacrifício da vida como a base para a redenção da pátria e, particularmente, dos descaminhos da revolução de 1930. Conseqüentemente, os mártires de 1932 não são imortalizados apenas por interpretarem o heroísmo do paulista na “guerra civil”, mas em virtude de terem assegurado as conquistas vividas em 1933 e 1934, quando se fortalece a vertente ufanista de leitura do passado recente.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, valendo-se dos elementos presentes na conjuntura, por ocasião dos primeiros dias da atividade da Assembléia Constituinte, em novembro de 1933, alardeava jubilosamente:

S. Paulo bateu-se pela Constituição. Outro objectivo não teve o movimento em que sacrificou a vida dos seus filhos e arriscou a sua riqueza material. Qualquer outro sentido que se queira dar a esse movimento, será um erro ou uma falsidade... O seu gesto desesperado, que foi um dos lances mais heróicos da sua história, abriu os olhos da nação e removeu de vez a possibilidade de se adiar, sob que pretexto fosse, a reunião da Constituinte.<sup>693</sup>

Os ex-insurrectos de 1932 detêm, emblematicamente, as principais instâncias de consagração social da memória, que lhes interessa preservar.<sup>694</sup> A imprensa, recém liberada da censura, ecoa o grito regionalista, forjado pelo jornalista carioca Arnon de Mello, de que *São Paulo Venceu!*. O retorno à pátria dos melhores jornalistas do estado e, talvez, do país, evitados pelo rancor das privações afetivas e, em menor grau, materiais, corrobora singularmente para robustecer o “dever de memória” que o momento impõe – encarado,

<sup>693</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/11/1933.

<sup>694</sup> DE CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

possivelmente, como a forma de impedir a ameaça futura às conquistas do instante de “abertura política”.

De regresso do exílio, o poeta Guilherme de Almeida selecionou e organizou rapidamente as diversas crônicas difundidas no Brasil, durante o período em que esteve no exterior, e publicou-as, sob o emblemático título *O Meu Portugal*. Lançado pela Companhia Editora Nacional, mas composto e impresso na empresa gráfica da *Revista dos Tribunais*, a mesma que ao final do levante trouxera a público *A Revolução Paulista*, de Menotti Del Picchia,<sup>695</sup> o livro reveste-se de especial valor histórico, à medida que em virtude da ferrenha censura que recaía sobre os textos enviados à publicação por exilados políticos, tematiza o “dever de memória” atinente a 1932, sem abordar explicitamente as questões políticas ou econômicas que se entrelaçavam ao exílio da gente paulista e, nem mesmo, avaliar os méritos da causa constitucionalista.

Almeida traduzia, dessa forma, em linguagem literária os aspectos do cotidiano dos sujeitos forçados a deixar a pátria e habitar em terras, a princípio, desconhecidas, em função da luta pela lei, sugerindo à sensibilidade, veladamente, lições de vida ensinadas pela abnegação do exílio. Por conseguinte, não por acaso, a primeira crônica selecionada, redigida em 05 de novembro de 1932, *A Clandestina*, faz menção, por metáfora, ao princípio do afastamento da nação e à saudade embutida no processo, vivida pelos exilados de seus familiares, subjacente nos mais recônditos lugares do navio que os transportava rumo a Portugal.

Aos poucos, todavia, o pesar pelas dolorosas ausências divide espaço com um novo ardor trazido pelas esperanças que a chegada do ano de 1933 encerraria. Em contraposição ao clima nebuloso que ainda perpassaria São Paulo, o autor representa Portugal como a terra da liberdade, donde também procura estabelecer vinculações com o que o “estado bandeirante” deveria ser.<sup>696</sup> Nesse sentido, o texto intitulado *Lisboa*, de fevereiro de 1933, explora, com grandiloquência, a história oficial da tradição europeia e a importância da cidade em empreendimentos decisivos para a humanidade e, particularmente, para a história do Brasil, tais como as *grandes navegações*. Lisboa, nos versos de Guilherme de Almeida, seria a matriz gloriosa, o ápice da civilização que se instaurara na América e, “coincidentemente”, a base

---

<sup>695</sup> A *Revista dos Tribunais* foi fundada no ano de 1912 por Plínio Barreto, membro ativo da conspiração e do levante de 1932. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.539.

<sup>696</sup> A idéia atinente a Portugal como sinônimo da liberdade, evidentemente, constitui uma representação idealizada, mesmo porque aquele país vivenciava os dias de governo rígido comandados por Salazar.

das ações que São Paulo pujantemente continuaria a desenvolver: “*Gosto dos homens que têm um futuro e das mulheres que têm um passado.*”

(...) *E é por isso que eu, paulista, gosto de São Paulo e gosto de Lisboa*”.<sup>697</sup>

Por essa afinidade histórica os paulistas em Lisboa teriam recebido acolhida singular, perceptível nos detalhes mais ínfimos como os descontos e cortesias nas compras realizadas e no relaxamento da revista às bagagens durante as viagens, e até em situações denotadamente vistosas, a exemplo da preferência aos de São Paulo, a despeito dos turistas ingleses que para lá acorriam ocasionalmente.

Semelhante caracterização, é bom que se diga, valeu a Guilherme de Almeida os cumprimentos do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e, mais tarde, a ampla divulgação de seu livro, *O Meu Portugal*, na imprensa paulista e, segundo anuncia-se, “em todas as livrarias”, como a homenagem ao nobre país que hospedou os exilados brasileiros.

Intercalando notas melancólicas, e até de recalque por estar impedido de acompanhar, entre outras coisas, o carnaval brasileiro, as vinculações entre a civilização europeia e a paulista, eventualmente, arrolam crônicas com sentido dúbio quanto a perspectivas políticas do seu país natal. Em *O Regresso a Origem*, escrito em abril de 1933, narrava a ansiedade pela visita que faria, em 3 de maio, ao túmulo de Pedro Álvares Cabral, o *descobridor da Brasil*. Pode-se supor que, em tempos de censura, a perspicácia da linguagem artística visasse expor as expectativas dos exilados quanto ao pleito eleitoral, cuja consecução se processaria no dia aludido e poderia levar a revolução de 1930 ao *retorno a origem*, da qual não deveria ter se desencaminhado.

A obra traz como epílogo o advento da primavera em Portugal e o desabrochar auspicioso das belezas naturais das diversas regiões do país, vistas através das janelas do trem em que viajaria como admirador. Emblematicamente, ao final do percurso, nos limites do país e com as últimas palavras do volume, indaga-se: “*Ter-se-á mesmo acabado Portugal?*”.<sup>698</sup>

Infere-se, a partir das condições de produção da obra e da linguagem que o autor – um exilado político – é compelido a fazer uso, que o despontar da primavera corresponde ao final do exílio a que fora coagido e ao otimismo que parece predominar em São Paulo, no período que sucede ao pleito eleitoral – e traz entalhada a esperança de, enfim, vencer a “ditadura”. *Por estradas Portuguesas*, que encerra a obra, ao narrar a passagem de um paulista por todas as regiões lusitanas e concluir-se com a afirmação céptica mencionada acima, talvez almejasse, com isso, fazer um balanço do percurso iniciado com a condenação e a viagem ao exílio e a

<sup>697</sup> ALMEIDA, Guilherme de. **O meu Portugal**. São Paulo: Nacional, 1933. p.26.

<sup>698</sup> Idem, p.144.

advertência derradeira para que Portugal, tomado como sinônimo de exílio, não mais fosse permitido pela posteridade.

Organizando, *a posteriori*, os artigos que lançou durante o período em que esteve fora do país, pode-se supor que Guilherme de Almeida estava conferindo um sentido ao curso dos acontecimentos por ele vividos, como se estivesse construindo a sua autobiografia. Dessa forma, embora as crônicas tenham sido publicadas em momentos diversos e não almejassem, a princípio, narrar a vida do autor, o ordenamento escolhido por ele para o enredo, quando já estava livre do exílio e inserido numa realidade diferente, adquire o teor de uma obra autobiográfica, como tematiza Levi.<sup>699</sup>

Encadeada como um percurso, entretantes, cujo limiar pauta-se pelas agruras da viagem ao exílio e o ápice é atingido com a chegada ao limite de Portugal (sinônimo do termo da provação), a narrativa de Guilherme de Almeida incorre, também, na ilusão biográfica, teorizada por Pierre Bourdieu,<sup>700</sup> ao ceder às tentações da suposta linearidade que perpassaria a vida e, conseqüentemente, negligenciar as tensões e ambigüidades inerentes a qualquer trajetória.

Guilherme de Almeida, assim, homenageando Portugal a partir da representação de sua experiência individual,<sup>701</sup> refere-se, num período chave do enquadramento da memória de 1932, ao exílio como uma vitória purificada pela abnegação, o sofrimento e a superação dos limites. Sua trajetória individual, contudo, coincide na narrativa não apenas com a do grupo que com ele foi apartado da pátria em 1932, mas, simbolicamente, com o povo de São Paulo, *vítima* da punição.

O livro constitui também uma resposta interna ao âmbito intelectual, que erigira o confronto, a rigor, como a luta entre a *civilização* e a *barbárie* e, neste ínterim, vira-se coagido a explicar a derrota daqueles que estariam no estágio evolutivo superior. Almeida, integrando-se como Del Picchia e Alfredo Ellis Junior ao “verde-amarelismo” e sendo, provavelmente, o intelectual que recebera as maiores punições após a “revolução”, justificou a condenação ao exílio como o inusitado retorno às origens do povo de Piratininga, fundindo “tradição” e “modernidade”. Na linguagem que lhe era permitida, pelas circunstâncias,

---

<sup>699</sup> LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

<sup>700</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>701</sup> Partindo da complexidade da experiência individual permite-se, assim, como lembra Revel, compreender melhor a organização social almejada.

reiterou a grandeza de São Paulo erigindo o próprio exílio como parte indispensável da trajetória épica, que culmina no advento da enigmática *primavera*.

Esse grupo amplo que celebra detém as principais instâncias de consagração da versão que defende. Guilherme de Almeida é jornalista de *O Estado de S. Paulo*, o que facilita sensivelmente tanto a divulgação da obra, quanto a difusão das idéias que são atinentes a memória. O jornal, aliás, se mostra amplamente revigorado já no segundo semestre de 1933, e comemora o retorno ao país, no dia 19 de novembro, de Júlio de Mesquita Filho, festivamente recebido, junto com o ex-governador Pedro de Toledo.

Além disso, o próprio interventor do estado, Armando de Salles Oliveira, era presidente da sociedade anônima proprietária de *O Estado de S. Paulo*. Essas redes de relações sociais são indispensáveis para a compreensão da reorganização política de São Paulo e, particularmente, do fortalecimento da corrente ufanista da memória, à medida que simultaneamente a suspensão da censura à imprensa, consolidada por Salles de Oliveira, os jornais conferem irrestrito apoio a administração do interventor e fomentam a legitimação, perante a população, de seu governo, como que o filiando a tradição épica regional, articulada a 1932.

Isso é, notoriamente, perceptível na convocação ao povo paulista para recepcionar,<sup>702</sup> no dia 7 de dezembro de 1933, o retorno do interventor da viagem que fizera ao Rio de Janeiro para *defender São Paulo*: “*Será a melhor oportunidade de manifestar, mais uma vez, ao digno paulista o seu applauso e solidariedade pela maneira por que vem defendendo os interesses de S. Paulo, no alto cargo que em boa hora, lhe foi confiado*”.<sup>703</sup>

As redes de sociabilidade que se travam, sobretudo, neste momento, entre as correntes políticas e intelectuais em São Paulo são interessantíssimas. Ao mesmo tempo em que o poeta Guilherme de Almeida, vinculado aos “verde-amarelos”, trabalha para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o periódico, propriedade do interventor, serve à sua legitimação. Em outro ponto, enquanto Alfredo Ellis Junior e Menotti Del Picchia dedicam-se, com um recuo maior dos cargos políticos, à continuação da formulação do modelo épico da história regional, cujo levante de 1932 constitui, a partir de então, uma das laudas mais notórias, o intelectual José de

<sup>702</sup> Assinam a proclamação justamente as entidades que pugnaram com maior empenho no levante de 1932 e que pertencem, em grande medida, a elite paulista: *Liga das Senhoras Católicas, Associação Cívica Feminina, Federação dos Voluntários de São Paulo, Partido Republicano Paulista, Liga Eleitoral Católica, Partido Democrático, Acção Nacional do PRP, Associação Comercial de São Paulo, Federação das Indústrias de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, Instituto dos Advogados de S. Paulo, Instituto de Engenharia de S. Paulo, Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, Instituto Brasileiro de Contadores, Instituto Paulista de Contabilidade, Centro Acadêmico XI de Agosto, Grêmio Polytechnico, Centro Acadêmico “Oswaldo Cruz” e Liga Acadêmica. O Estado de S. Paulo, 07/12/1933.*

<sup>703</sup> *O Estado de S. Paulo, 07/12/1933.*

Alcântara Machado de Oliveira integra e lidera a bancada paulista na Assembléia Constituinte.<sup>704</sup>

Nessa relação estreita e bastante fluida, o cultural legitima e influencia o político que, por sua vez, fortalece as bases interpretativas da história regional propugnada, sobretudo, pelos “verde-amarelos”. O levante de 1932 é um dos elos centrais que propicia o cruzamento dos grupos que celebram a “Revolução Constitucionalista” como um sacrifício indispensável para a redenção da pátria – e precisam da vitória política posterior de São Paulo para validar suas teorias interpretativas – e as correntes políticas que se valem da comoção pública que envolve o levante, para angariar bases eleitorais e estabelecer alianças capazes de reatar o confronto com o Governo Provisório.

Nesse momento decisivo do enquadramento da memória e do “dever de lembrar” 1932, os intelectuais regionalistas, cientes da oportunidade aberta, lançam as laudas mais exacerbadas da interpretação que deveria ser preservada sobre a “Revolução Constitucionalista”. Alfredo Ellis Junior, em meados de 1933, publicava *A Nossa Guerra*, um “*estudo de síntese crítica político-militar*” dedicado a apurar, a partir de documentos, métodos das “ciências positivas”, e das recordações pessoais do autor, as causas técnicas do mau êxito do confronto armado que deveria confirmar a superioridade paulista e, mesmo com a derrota, o imponente significado histórico do mesmo. A despeito de sua inserção extrema à causa, Ellis Junior mantém a postura dita científica adotada em outras obras<sup>705</sup> e alega produzir um trabalho de historiador, livre, pelo afastamento de alguns meses da luta, das paixões despertadas pelas horas de agonia. Arvora-se, neste íterim, dos métodos narrativos e científicos não mais para amainar as conseqüências sociais da derrota, mas para transmitir à posteridade a versão dos acontecimentos, proposta pelo grupo vencedor no estado em 1933. Isso fica evidente já no prefácio do livro:

---

<sup>704</sup> O discurso de Alcântara Machado, líder da bancada paulista, durante o almoço concedido pelo interventor, no ato da despedida da comitiva de São Paulo, reforça os intuitos federalistas: “*S. Paulo não pode viver senão dentro do governo federativo, isto é, governado por si mesmo, no que respeita aos interesses locais e dotado de recursos que permitam a expansão de sua actividade creadora, não pleiteando em absoluto um estatuto de excepção, como o de Catalunha, e sim reclamando para si nada menos do que exige para os demais Estados... a Federação é uma dessas instituições que não mais se podem remover, sem a destruição dos tecidos vitais*”. *Correio da Manhã*, 09/11/1933. Alcântara Machado é, no entanto, um dos escritores que mais se empenham na atualização do mito bandeirante, pensando-o com brilhantismo em relação a São Paulo cosmopolita das décadas de 1920 e 1930. Autor de *Vida e Morte do Bandeirante*, FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002. p.328-329.

<sup>705</sup> Ellis Junior, como um dos homens de letras que fomentara o história regional, publicou, entre outros trabalhos sobre a epopeica trajetória de São Paulo: *Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, trata da “reconstituição da epopéia das bandeiras, com pesquisas nos documentos paulistas”; *Raça de Gigantes*, “estudo bio-sociológico dos paulistas nos três primeiros séculos”; *Pedras lascadas*, investigação político-social e econômica de São Paulo; *O Tesouro de Cavendish*, “romance histórico paulista em colaboração com Menotti Del Picchia”.



É imperioso que o futuro tenha conhecimento que, S. Paulo sem a mais ligeira preparação prévia, fez um esforço de Hércules; que, mobilizou exércitos phantásticos, pelo número, pelo ardor cívico e pela combatividade dos soldados, os quaes, antes, eram simples civis, de todos os graus de cultura, de todas as classes sociaes, de todos os degraus econômicos, e das mais variadas edades.

É imprescindível que, as gerações vindouras, saibam que os paulistas não tiveram falta de homens e que, para a guerra movimentaram todos os seus recursos em um prodígio de actividade. A América, jamais viu tanto civismo, tanto amor a terra, como nesses dias luminosos de 1932.<sup>706</sup>

Para garantir a credibilidade científica reportada, o autor examina minuciosamente os efetivos e os materiais bélicos que São Paulo dispunha e o que poderia produzir durante os combates, em contraposição à superioridade militar patente que gozavam as tropas fiéis ao Governo Provisório, assim como, as alianças e acordos políticos interestaduais do período que antecede o levante e que redundaram, no entanto, no isolamento paulista.

A partir da documentação arrolada, Alfredo Ellis Junior diagnostica os responsáveis pelo inaceitável insucesso da “raça de gigantes” e, em alguns trechos, promove críticas viscerais às atitudes dos líderes militares e civis da sublevação, não poupando sequer os políticos da Frente Única Paulista – ainda que defenda o levante como forma de reaver as boas conquistas de São Paulo durante o período em que o PRP, partido pelo qual fora deputado, governou o país. Na concepção de Ellis Junior, os paulistas não venceram a luta, sobretudo, porque perderam a oportunidade ímpar que tiveram de surpreender as tropas federais nos primeiros momentos da disputa e isso em função da espera equivocada pelo apoio do interventor gaúcho Flores da Cunha, fato que não iria ocorrer e os do PD teriam ciência antecipadamente, como comprovariam as fontes. Assim, “*se os chefes do PD sabiam da traição do sr. Flores, só uma por uma ignomínia, ou uma ingenuidade imensa se pode comprehender em como elles permittiram o ‘declenchement’ da revolução*”.<sup>707</sup>

Os militares, também, haveriam se precipitado em diversos pontos cruciais durante o período conspiratório e a eclosão do confronto, que não deveria, em hipótese alguma, segundo arquitetavam, ter se transformado em guerra civil. Em síntese, as causas da derrota bélica são sistematizadas em sete itens, os quais incidem em erros inerentes às lideranças da conspiração: a) “*Falta absoluta de preparo prévio*”; b) “*Falta de material bélico*”; c) “*Inferioridade numérica das tropas de linha, e a falta de quadros nas tropas de voluntários*”; d) “*Defficiencia de commando*”; e) “*Trahições*”.

<sup>706</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933. p.8.

<sup>707</sup> Idem, p. 213.

Ao lançar sobre os comandantes civis e militares de São Paulo e os conluídos de outros estados, imersos na conspiração “constitucionalista”, mas que não aderiram a radicalização, as responsabilidades pelo fracasso do levante, está implícita a idéia de que São Paulo, como entidade intangível, não perderia, jamais, a peleja, desde que ela tivesse sido minimamente organizada, relativamente bem comandada e livre da perfídia dos desertores da causa. E não sairia derrotado porque o povo bandeirante era supremo. Prova disso o autor detecta no fato de que, mesmo mal conduzido, ele transformou a revolução fracassada dos militares – que deveria se restringir a um ataque fulminante – em uma verdadeira guerra e:

quem ousasse contrariar-o, seria esmagado. O povo é sempre assim. Sinceridade, bravura e cegueira eis o mixto dos seus sentimentos. Além disso, não creio que se os militares se tivessem oposto a continuação da revolução fracassada, por uma guerra, elles tivessem sido ouvidos sequer.

O povo em delírio teria por certo os estraçalhado em praça pública, se porventura, elle ou qualquer outro houvessem querido impedir a lucta.

... nunca vi tanta paixão collectiva!

Nunca vi tanta vibração!<sup>708</sup>

Desta feita, depreende-se, a partir de dados e documentos produzidos até 1933, que a “raça de gigantes”, na realidade, não foi derrotada militarmente. O povo de São Paulo – o mais avançado do Brasil<sup>709</sup> – não logrou o êxito no momento em que almejava apenas porque foi traído por desleais aliados, sucessivamente mal dirigido pelos chefes militares, entrou em uma guerra para a qual não estaria suficientemente preparado, e, ainda, foi surpreendido pela rendição precipitada de seus comandantes, quando, de fato, “*avançavam os inimigos. Mas vinham cambaleando, trôpegos, ex-sangues, maltrapilhos, com olhar baço dos agonizantes. Nós recuávamos, sim, mas com o passo firme, o andar recto e o animo invicto, porque armávamos melhor o pulo para o avanço, que seria incontido*”.<sup>710</sup>

<sup>708</sup> Idem, p 219.

<sup>709</sup> A concepção do autor sobre o caráter do povo de São Paulo é expressa em termos como: “*S. Paulo era já um grande paiz, pelo grau de cultura do seu povo, pela importância das suas cifras.*

*Foram os paulistas que fizeram as fronteiras do Brasil, para dirigir em todos os grandes movimentos do seu passado.*

*A independência foi feita pelos Andradas.*

*A unificação do paiz foi obra do immortal Feijó.*

*Para a libertação de 13 de maio, foram os paulistas, que tanto fizeram e para a República, foi São Paulo um ninho fagueiro de abnegados apóstolos.*

*Depois S. Paulo dera ao paiz, quatro grandes presidentes, que realisaram obras imperecíveis...*

*S. Paulo, depois de uma evolução sensacional, attingira ao ponto em que, na América, tirante a República Argentina, o Canadá e os Estados Unidos, aos outros mais sobrepujava...*

*Na Europa, apenas 8 ou 10 nações soberanas, sobrelevam a S. Paulo, no relativo ao magno conjuncto de factores, que formam a importância de uma região... Todos os paulistas sabiam bem disso”. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933. p.67-68.*

<sup>710</sup> Idem, p. 284.

Saída bastante perspicaz, considerando a contingência literária de encontrar uma solução de continuidade para as teorias sociais adaptadas à trajetória de São Paulo, por determinados segmentos da intelectualidade paulista. Levanta as falhas de todas as lideranças do entrincheiramento, especialmente o PD, e acusa tais erros como os responsáveis pelo malogro, a despeito dos méritos do Governo Provisório e motivações dos demais estados da federação na luta em apreço.

Se essa postura fomenta querelas com os militares e políticos no âmbito da memória, como visto, ela corrobora perfeitamente a epopéia regional, inserindo-lhe o confronto de 1932, ao classificar o levante – *a posteriori* e enquadrando os elementos selecionados – como uma resposta pujante da briosa e evoluída gente paulista ao jugo que lhe havia sido imposto. Sobressaindo-se aos outros intérpretes, que celebram a vitória moral de São Paulo, Alfredo Ellis Junior escreve, talvez, as laudas mais veementes e ufanistas dedicadas à sublevação. Em sua ótica, o povo paulista não foi, na realidade, derrotado no enfrentamento:

Depois desse relato... ainda pode alguém dizer que S. Paulo foi batido?

(...) Um povo trahido, vendido, sem armas, sem munições, sem quadros para as suas forças de voluntários, e sempre novamente trahido, não pode ser considerado como vencido, depois de sósinho, haver enfrentado impávido, todo o poder bélico de uma nação de 42 milhões de habitantes, com todas as forças de seu Exército, com toda a sua Marinha, com todas as polícias de 20 Estados, com todos os seus jagunços mercenarizados de norte a sul.

Só é considerado vencido um povo cujas energias abatidas e esgotadas fazem com que elle creia na sua inferioridade.

(...) Não foi pela extinção dos recursos bélicos paulistas que a lide terminou. A guerra acabou pela defecção de alguns elementos que compunham as linhas paulistas.

... Esses, sim, foram os vencidos e bem marcados pela execração pública, essa mesma que, nos séculos, fizeram fundo o sulco mórbido e trágico de Calabar e dos Sylverio dos Reis.<sup>711</sup>

Semelhante interpretação, concatenada a partir de documentos a disposição do autor até o momento de produção da obra, que conferem um caráter “imparcial” ao texto, é, entretanto, desenvolvida, no ano de 1933, por Menotti Del Picchia no âmbito da literatura de ficção. Em *O Despertar de S. Paulo (Episódios do Século XVI e do Século XX na terra bandeirante)*, o autor inscreve, oficialmente, a “Revolução Constitucionalista” no modelo épico de representação da história regional, romanceando e inter-relacionando a tradição do período colonial e o levante de 1932.

---

<sup>711</sup> Idem, p.287-291.

Com o objetivo primordial de demonstrar que o caráter aguerrido seria inerente aos paulistas, – e, assim, vincular a epopéia da luta armada à tradição estadual – Del Picchia retoma, de início, a áspera convivência entre os jesuítas e os nativos nos idos do século XVI, narrando a aliança estabelecida entre os padres ligados a Anchieta e os grupos indígenas, liderados por Tibiriçá, na resistência aos ataques desferidos à vila recém-fundada pelos Tamoios confederados. Ganha destaque na narrativa a impiedosa vitória dos comandados de Tibiriçá no confronto travado, simbolicamente, no dia 10 de julho de 1562, data em que se manifesta a vocação destemida do paulista.

Aos primeiros tempos de São Paulo, demarcados pela audácia e a valentia dos guerreiros mamelucos e das bandeiras civilizadoras, não obstante, sucedera-se um período de maior pacificação dos habitantes de Piratininga, dedicados ao desenvolvimento material e a fixidez territorial. Pela extensão duradoura desse interregno, parecera que São Paulo aguerrido houvera adormecido perpetuamente *“e a fama correrá que o paulista, o filho dos Leme, dos Fernão Dias, dos Borba Gato, se tornara o cartaginez mercante, de alma levantina, cigano não mais das entradas desbravadoras, mas das barganhas ambiciosas”*.<sup>712</sup>

Todavia, o século XX e, particularmente, o ano de 1932, haveria de assinalar o despertar de São Paulo. “Coincidentemente”, a 10 de Julho se iniciaria uma nova etapa da epopéia na defesa do estado:

9 de Julho é a noite fecundada pelo mysterio. 10 de Julho, data duas vezes gloriosa, a Revelação!

As jornadas de Maio haviam sido o despertar de um lethargo três vezes secular de um povo que substituíra suas armas de guerra pelos instrumentos do trabalho. Fora esse um longo sonno pacífico, sem pesadelos, nem alarmas. Alguma coisa profunda, porém – o choque traumático de uma humilhação – tinha ferido a alma bandeirante.<sup>713</sup>

Enquadra 1932, portanto, como expressão da vocação histórica de São Paulo para a luta contra a incivilização, ora batendo-se na disputa com o bravo tamoio, ora opondo-se aos, inconcebivelmente, refratários a lei. Ao eleger como motivação suprema para o combate a defesa da soberania humilhada, o resultado da “guerra” seria incapaz de turvar os ideais que a motivaram, sobretudo, porque na epopéia São Paulo não fora derrotado.

Desse modo, na linguagem literária, a imagem que se escolhe preservar é:

<sup>712</sup> DEL PICCHIA, Menotti. **O despertar de São Paulo**. São Paulo: scp, 1933. p. 200.

<sup>713</sup> Idem, p. 200-201.

9 de Julho foi a metempsychose da raça. Sahiram dos seus jazigos as almas de Raposo, Borba Gato, Anhanguera...

O mesmo sonho da penetração, das bandeiras, renovou-se no ano da reconquista da civilização. Reintegrar a lei! Hontem era mister integrar a pátria. Mas a lei é a pátria dos povos civilizados e cultos. Dahi o bandeirismo de 10 de Julho, dia da partida das novas monções articuladas no mysterio da noite de 9.<sup>714</sup>

A pugna de 1932, assim, apesar de derrotada, não desmentiria as concepções da intelectualidade paulista sobre o estado. Enquanto Alfredo Ellis Junior busca nos números, dados e documentos um encadeamento capaz de redimensionar o fracasso e transmutá-lo em princípio auspicioso, Menotti Del Picchia encontra na imaginação literária os elos que legitimariam a vitória moral da civilização que, conforme supunham, encontrava-se em um estágio evolutivo superior aos demais membros da federação: “*Raça de gigantes... Os gigantes do Brasil colonial agitavam-se em meio aos fogachos das settas incandescentes e dos clarões phosphorescentes dos lendários boitatás. Os gigantes da Piratininga constitucionalista destacaram-se, como estátuas de bronze, dos clarões das granadas e das explosões cegantes dos canhões dictatoriaes*”.<sup>715</sup>

Ao entorno dessa emolduração literária da memória, não faltaram epígonos dispostos a reproduzir a formulação épica da “Revolução Constitucionalista” de 1932, disputando o *status* da mais destacada grandiloquência narrativa. Delcide Carvalho, que adota o pseudônimo de Antoine Renard (Antonio Raposo) para homenagear São Paulo, expressa um elevado grau de ufanismo no volume *São Paulo é Isto!* Revelando, sem receios, a despreocupação com as determinantes políticas do levante, o autor o destaca, entretantes, como um dos capítulos da pujante história do estado. Não se concentra, por conseguinte, em narrar minuciosamente os acontecimentos de 1932, mas inscreve-os no centro do livro, que tem como capítulo inicial *a riqueza econômica de S. Paulo*, sobretudo no século XX, e encerra-se com a tematização da epopéia das bandeiras.

A “Revolução Constitucionalista” aparece exatamente como a enunciação dessa *alma cívica que fez o Brasil*, entremeada pela valentia dos primeiros sertanistas e o desenvolvimento material do estado. O levante teria tido o mérito de sintetizar a bravura aguerrida, adormecida durante três séculos, e a grandeza de uma das mais brilhantes civilizações do mundo. 1932 seria o despontar da vocação histórica de São Paulo dentro da federação, tal como um “destino manifesto”, e, por coincidir na trilha interpretativa de Del

---

<sup>714</sup> Idem, p.202.

<sup>715</sup> Idem, p.203.

Picchia – o próprio autor admite a admiração pela obra *A Revolução Paulista* –, Renard define a insurreição em termos aproximados aos de *O Despertar de S. Paulo*:

S. Paulo, que, nestes dois últimos séculos, sempre viveu para a paz e para o trabalho, construindo, nesse ambiente, todo o seu maravilhoso progresso, mostrou, agora, aos olhos do mundo, que Deus não o fez grande apenas para ser o obreiro principal, infatigável e constante da riqueza econômica do seu paiz, mas, também, para ser, na terra de Santa Cruz, o padrão de civismo e de bravura da raça brasileira.<sup>716</sup>

O tom homérico com que inscreve a insubordinação na tradição épica regional minimiza completamente a derrota do levante. Se o fracasso militar constitui um problema que mobiliza o considerável esforço intelectual de Alfredo Ellis Junior e que culmina, frente à ausência de melhor solução, na acusação aos próprios líderes da sublevação – ponto em que fica subjacente a incapacidade das forças externas, aliançadas ao Governo Provisório, de derrotar a “raça de gigantes” –, Antoine Renard despreza o peso do malogro, diante da eloqüente demonstração cívica de São Paulo que, correspondendo aos seus progenitores, *tudo soube improvisar de um dia para o outro*:

Paulistas! Que vos importa, a vós que soubestes cumprir o vosso dever, que vos fosse adversa a sorte pelas armas?!

Lutastes sozinhos contra um adversário poderoso, ao qual sobejavam todos os recursos bellicos modernos, para uma victoria fácil e rápida. No entanto, não foi senão depois de um longo período de árduas pejejas que tivestes de depor a armas, por meio de um accordo a que falhou a justiça a que tínheis direito!

Com as minguadas armas que levastes para o campo de batalha, vós vos excedestes a vós mesmos!

Voltastes, por isso, mais gigantes ainda!<sup>717</sup>

A recusa a destringir as causas e conseqüências da derrota caracteriza perfeitamente o movimento aclamativo da memória, que alude Pierre Nora.<sup>718</sup> Enquanto à história compete, de modo predominante, a reconstrução problematizante dos aspectos demarcados no tempo, a memória é seletiva, dedica-se ao vivido e é cotejada, em grande medida, pela predileção por aquilo que se julga digno de ser lembrado e celebrado.

Os produtores de signos vinculados a elite paulista, ao que parece, trabalharam acerbamente no sentido de enquadrar a memória que se deveria celebrar e conservar, para a

<sup>716</sup> RENARD, Antoine. **São Paulo é Isso!** São Paulo: Nacional, 1933. p. 101.

<sup>717</sup> Idem, p. 114-115.

<sup>718</sup> NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº. 10, p. 7-28, dezembro de 1993.

posteridade do levante de 1932. Esse movimento, não obstante, de acordo com o exposto, está articulado intimamente, em ambivalência, a perpetuação do modelo épico de representação da história regional, cujas raízes são bem mais antigas e envolvem contingências internas do meio literário e intelectual, e, de outra parte, as transformações político-econômicas que recaem sobre São Paulo, após o pleito de 1933. Não resta dúvida, que, se no primeiro momento, o combate visceral entre as vertentes mais ufanistas e as correntes críticas de interpretação do fracasso em São Paulo – com preponderância da versão triunfal – favoreceu a rearticulação de forças para a vitória da Chapa Única por São Unido, o cenário que se criou, na seqüência, fomentou amplamente o “dever de memória”, cuja tese central adviria, sobretudo, dos pensadores “verde-amarelistas”, ainda que dividissem espaço com inúmeros outros envolvidos no confronto.

É fundamental, nesse processo, a inter-relação entre intelectuais, políticos e os meios de difusão para as idéias. O jornal *O Estado de S. Paulo*, certamente entre os mais importantes periódicos da época, congregava tanto o interventor do Estado, quanto jornalistas e colaboradores aderentes da formulação explicativa épica para a disputa de 1932. Não raro, constitui-se numa das elementares instâncias de consagração da memória que se preferiu celebrar.

Veja-se a avaliação sumária que o jornal faz da obra *São Paulo é Isto!*, a despeito de outras versões interpretativas dissonantes: “*É mais um desses muitos fructos, producto ainda da multiforme e exuberante floração literária do ‘após-guerra’ – mas este, felizmente, fructo são e bem sazonado*”.<sup>719</sup>

Com o cânone elaborado já em 1933, as diversas atitudes favoráveis aos ex-aminotados, desencadeadas no ano de 1934, corroboram a formulação traçada e o soterramento das lembranças minoritárias. A reversão à atividade dos oficiais “constitucionalistas” é tratada como uma conquista gloriosa e realimenta a convicção da legitimidade da causa que abraçaram. Ao mesmo patamar é elevada a recondução dos funcionários federais aos respectivos cargos, após a insistência do governador Armando de Salles Oliveira e do embaixador José Carlos de Macedo Soares junto a Getúlio Vargas, em janeiro de 1934.

---

<sup>719</sup> *O Estado de S. Paulo*, 15/12/1933.

As efemérides do aniversário da cidade de São Paulo e as festividades pelo retorno dos últimos exilados que ainda se mantinham afastados do país, constituíam outros aspectos favoráveis à consolidação da vitória moral de São Paulo.<sup>720</sup>

Isso não quer dizer, evidentemente, que todos os fatores convergissem para a consagração de 1932. A situação política de São Paulo, após a nomeação do governador Armando de Salles Oliveira, continuava a apresentar sérios sobressaltos. A “coligação esquerdista”, os opositores do PRP – que romperam com a Chapa Única Por São Paulo Unido – e as demais “perturbações sociais” motivaram *O Estado de S. Paulo* a apoiar, no princípio de 1934, inclusive, a revelia de suas “tradições liberais”, a proibição dos comícios: “*Se o ódio partidário tira o juízo aos homens e os leva a sacrificarem os interesses do Estado aos seus apetites de vingança, não há outro remédio senão a polícia impedir, por todos os meios, que as manifestações desse ódio se tornem nocivas a ordem pública...*”.<sup>721</sup>

De certa forma, parte das insatisfações partidárias – sobretudo do PRP – dirigia-se contra a atuação da bancada paulista na Constituinte e, particularmente, à frágil resistência da mesma à candidatura<sup>722</sup> e eleição indireta de Getúlio Vargas à presidência do país.<sup>723</sup> Embora *O Estado de S. Paulo* declarasse que o importante para o momento seria a promulgação da Constituição, a permanência de Vargas no poder não contribuía para a vitória plena de São Paulo. De todo modo, a elevação da popularidade de Armando de Salles Oliveira no estado e a fundação do Partido Constitucionalista amainavam a intensidade dos gritos oposicionistas.<sup>724</sup>

Tão logo se amplia o distanciamento no tempo, em relação ao levante, criam-se as primeiras agremiações destinadas a preservar a memória da “Revolução Constitucionalista”. A *Associação dos Ex-Combatentes de S. Paulo*, no dia 21 de abril de 1934, solicitava

<sup>720</sup> A chegada de Ibrahim Nobre provocou manifestações jubilosas em Santos e também São Paulo, em 24 de fevereiro de 1934. O coronel Basílio Taborda foi igualmente aclamado em 10 de março de 1934.

<sup>721</sup> *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1934.

<sup>722</sup> Os deputados da Chapa Única teriam apresentado um projeto visando impedir a candidatura de Getúlio Vargas no escrutínio, mas fora demovida por Armando de Salles Oliveira. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.5178.

<sup>723</sup> O jornal *Correio Paulistano*, do PRP, disputava com *O Estado de S. Paulo* a memória de 1932 e acusava a Chapa Única Por São Paulo Unido de apoiar Getúlio Vargas.

<sup>724</sup> O Partido Constitucionalista constitui-se numa tentativa de rearticular a Chapa Única Por São Paulo Unido, após as cisões internas ao PRP, que enfraqueceram a representação do grupo politicamente dominante em São Paulo. Com a criação do Partido Constitucionalista, Armando Salles de Oliveira esperava combater “*os riscos que passava a ficar sujeita a interventoria civil e paulista e com ella S. Paulo, pela era de agitações e de pánicos que immediatamente se reabriria. Pois não é certo que o governo Salles Oliveira, combatido no Rio, nesta capital e em todo o interior pelo PRP, pelos remanescentes do Partido Socialista e do Partido da Lavoura, por outros agentes da perturbação, não conseguiria manter-se no poder apenas com o apoio isolado da Acção Nacional, da Federação dos Voluntários e do Partido Democrático e com o auxílio de entidades cívicas e moraes que se recusam a ter feição política ou partidária*”. *O Estado de S. Paulo*, 26/06/34.



publicamente a adesão dos “*bravos soldados constitucionalistas*” aos seus propósitos e anunciava o apoio ao “*governo que imprimir progresso ao nosso Estado*”. A MMDC, por sua vez, após alguns momentos inativa, retoma a atividade pública. Essas entidades, aliadas a outras que representam, sobretudo, as “elites paulistas de quatrocentos anos”, encarregam-se de converter, com maior intensidade, a retórica predominante no âmbito discursivo em ações simbólicas e rituais concretos, nas datas celebrativas do movimento, salvaguardando o “dever de memória”.

O dia 23 de maio de 1934, nesse sentido, traduz amplamente as tentativas de congregação da coletividade ao culto ufanista da “Revolução de 1932”. O episódio do confronto entre manifestantes de São Paulo e adeptos do “tenentismo”, no estado, passa a representar um símbolo da tradição aguerrida histórica paulista. Pode-se dizer até mesmo, valendo-se das reflexões de Maurice Halbwachs, que esse processo de enquadramento e celebração social da memória provém de tentativas mais ou menos conscientes de reforçar o sentimento de pertença individual à coletividade estadual, e definir as fronteiras culturais que diferenciam São Paulo dos outros estados da nação.<sup>725</sup>

Os guardiões do “dever de memória”, daquilo que se optou por imortalizar, tomam a dianteira na celebração social do 23 de maio. Por isso, o “Club Athletico Bandeirante”, a MMDC, a Associação Comercial de São Paulo, o Partido Constitucionalista, o PRP, a Federação dos Voluntários e a Liga Confederacionista coordenam os esforços e procuram todos os meios de comunicação do estado, notadamente o rádio, para convocar a população para “*festejar condignamente, uma das maiores datas do seu kalendário cívico, 23 DE MAIO.*

*As associações promotoras das comemorações projetadas para esse grande dia escusam-se de relembrar ao heróico povo paulista, o feito glorioso que vive na memória de todos os filhos dignos desta nobre terra...”*.<sup>726</sup>

A despeito das disputas discursivas e dos cerimoniais controlados pela polícia nos anos anteriores, as efemérides de maio de 1934 reúnem e congregam os paulistas na consolidação das lembranças compatíveis com o momento político vivido pelo estado, que encontram, de certa forma, ressonâncias na tradição regional. Privar 1932 do esquecimento é, ainda, dialogar com a memória dos mortos no confronto e prosseguir a luta pelos objetivos que lhes ceifaram a vida. Não por acaso, a programação dos festejos de 23 de maio inicia-se com a missa solene na Basílica de São Bento e envolve visitas ao cemitério da Consolação, onde estavam enterrados alguns dos mortos na insubordinação e no embate de maio.

<sup>725</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

<sup>726</sup> *O Estado de S. Paulo*, 23/05/1934.

Não se trata, obviamente, de lamentar a perda das vítimas na “guerra”, a fim de fortalecer exclusivamente o luto doloroso, mas, enfatizar o heroísmo com que os *constitucionalistas* se vinculam a seus progenitores ancestrais e servem, portanto, como protótipos para a identidade cultural paulista e a inserção do estado na vida nacional. Afinal, as vidas que pereceram e o sacrifício de São Paulo representam um holocausto para o bem do Brasil, como fica claro nos discursos de Pedro de Toledo e de outros ícones do levante que se pronunciam nas solenidades públicas e nas rádios.

Pouco tempo depois, a Federação dos Voluntários de São Paulo, integrada ao Partido Constitucionalista, com a cooperação do MMDC, iniciava os preparativos para a sugestiva *Parada da Vitória*, a realizar-se no dia 9 de Julho de 1934. A dois meses da data organizavam-se comissões incumbidas de viabilizar as comemorações, que deveriam ter “*um caracter nitidamente paulista, reunindo, num abraço fraterno, todos os ex-combatentes que em 32, souberam se unir num mesmo carinhoso applauso do ideal de São Paulo*”.<sup>727</sup>

Os líderes de batalhões convidavam os ex-integrantes a se reunir, as associações e agrupamentos estudantis fomentavam uma campanha cívica de divulgação das festividades, distribuía-se broches com insígnias que lembravam a data. Ao mesmo tempo, anunciava-se a construção de um grandioso mausoléu para receber os despojos dos mortos na ocasião.

Chegado o dia, procedem-se atividades celebrativas em todo o estado.<sup>728</sup> Na capital, com maior evidência, ganha destaque o desfile dos ex-combatentes, que traduzem nos lugares por onde passam uma determinada representação do passado há pouco vivido, como lembra Marcelo Santos de Abreu:

O percurso dos ex-combatentes em sua marcha criava um princípio ordenador do espaço da cidade que articulava os tempos da história recente. Partia-se, nas proximidades dos cemitérios, de um presente carregado da memória dos mortos para chegar ao largo de São Francisco, ao ‘berço civil da revolução’, lugar que remetia ao passado ainda vivo nas lembranças dos primeiros dias do movimento constitucionalista. Mas a ordem dos “paulistas” no desfile, como um procedimento metonímico, também articulava toda a história da revolução inscrita na hierarquia dos ‘setores’ do teatro de operações: era como se todo o espaço regional marcado pela experiência da guerra afluísse para a capital.<sup>729</sup>

<sup>727</sup> *O Estado de S. Paulo*, 07/06/1934.

<sup>728</sup> Sobre as comemorações do aniversário da “Revolução Constitucionalista” em 1934 ver ABREU, Marcelo Santos de. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 – 1955). **Estudos Históricos**, RJ, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 154-171.

<sup>729</sup> Idem, p. 158.

As solenidades públicas, que perpassam o 9 de Julho e reverberam em outras datas simbólicas importantes de São Paulo, perpetuam, assim, talvez mais do que os fatos de 1932, os êxitos obtidos no período de reorganização do estado após o levante. Na difícil negociação com o luto e as lembranças inquietantes é, certamente, interessante aos grupos que detêm as instâncias de consagração e, não raro, vinculam-se ao escol político-econômico, imortalizar, nos diversos lugares de memória, a sensação positiva e apaziguadora de uma vitória moral da gente bandeirante, marco fundador da redefinição da partilha do poder nacional, obtida, entretanto, no processo posterior ao ocaso bélico. As lembranças mais críticas no estado, que desvelam o caráter de uma luta sem o preparo militar adequado, ambicionando impor à federação uma condução política exclusivamente favorável ao desenvolvimento econômico de São Paulo, e que não prima pela melhoria das condições de vida da população trabalhadora, ficam soterradas pelo violento processo de enquadramento da memória que, aos poucos, conta com a apropriação oficial do Estado.

Esse “dever de memória” consolida-se em palavras, lugares,<sup>730</sup> ritos e atos e é reavivado diariamente. A promulgação da Constituição de 1934, o retorno da bancada paulista ao estado, recebida em vinte de agosto de 1934 com festejos e discursos, e até mesmo a nomeação de um representante paulista para a Pasta da Justiça do governo eleito de Getúlio Vargas corroboram para fixar a “Revolução Constitucionalista” como um marco político da história estadual. Como um discurso de poder, *a posteriori* vitorioso, a memória que se escolhe celebrar aparece estampada em *O Estado de S. Paulo* nos limites de julho de 1934, por ocasião da promulgação da Constituição: “A NOSSA GUERRA NÃO FOI INUTIL PORQUE VENCEU NOS OBJECTIVOS DE S. PAULO: CONSTITUIÇÃO, AUTONOMIA, HEGEMONIA”.<sup>731</sup>

Não por acaso, a memória do levante tornou-se um poderoso móvel da disputa política entre o Partido Constitucionalista e o PRP, por ocasião das eleições para o Governo Estadual. Enquanto o Partido Constitucionalista tinha em *O Estado de S. Paulo* sua principal base de apoio dentre a imprensa e vociferava “9 DE JULHO É UMA DATA DE S. PAULO, NÃO É UMA DATA DO PRP”, o rival respondia em termos semelhantes no *Correio Paulistano*, durante a campanha eleitoral. Como resultado da disputa pelo cargo e pelo legado da sublevação, Armando de Salles Oliveira, candidato dos “constitucionalistas”, torna-se, ainda

<sup>730</sup> SILVA, M. A. Políticas culturais na cidade de São Paulo. In: DEAECTO, Marisa M.; SECCO, Lincoln; SILVA, Marcos; GLEZER, Raquel. (Org.). **São Paulo - Espaço e História**. 1 ed. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1, p. 193-202.

<sup>731</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27/07/1934.

em 1934, governador estadual aclamado pelo voto direto e, com isso, a versão celebrativa de 1932 encontra no Estado um caminho alvissareiro para a oficialização.

Se, em São Paulo, a “Revolução Constitucionalista” erige-se como um marco da identidade regional, calcado nas conquistas ulteriores ao levante, no Rio de Janeiro, no entanto, a versão interpretativa que, em linhas gerais, prevalece provém da contra-campanha capitaneada pelo “tenentismo” e avalizada por incontáveis obras de memorialistas e alguns meios de comunicação, como o jornal *Correio da Manhã*. Este periódico, ao contrário de *O Estado de S. Paulo* que enfatiza a unidade de São Paulo após a insurreição e celebra as vitórias da burguesia reagrupada como indícios do êxito da luta armada, aponta todas as cisões e ambigüidades dos partidos paulistas e, sobretudo, da bancada que representa o estado na Constituinte. Desse modo, a todo instante procura desqualificar os discursos dos deputados e as ações controversas, como a passividade perante a candidatura de Vargas à presidência do país e a decretação da anistia plena, que, em última instância, expiaria não apenas os “sediciosos”, mas, em ambivalência, todas as falhas do Governo Provisório.

Em detrimento a comemoração do 9 de julho, no Rio de Janeiro celebra-se com maior vigor o dia 5 de Julho em homenagem aos “heróis” de 1922 e 1924 que, por sua vez, também são inscritos como candidatos à paternidade da “renovação espiritual” do Brasil. Promulgada a Constituição de 1934, dividem-se mais acentuadamente os grupos que almejam colher os louros da vitória. Para os paulistas, o retorno do país à legalidade constitucional representa a coroação dos esforços realizados durante a “Revolução Constitucionalista” de 1932, a qual serviu para corrigir os descaminhos da Revolução de 1930 e reverter a ordem democrática ao país, missão histórica de São Paulo, como insistiam os “verde-amarelos”. Do outro lado, os “revolucionários” de trinta não deixaram por menos e consideravam-se vitoriosos porque superaram a “*reação armada da oligarquia política decaída*” e mantiveram o comando da nação, sob os auspícios da mentalidade “renovadora”.

O levante de 1932 tornou-se, assim, objeto de acirradas disputas que extravasariam os limites e significados restritos do próprio confronto militar, vinculando-se, como bem percebeu Emília Viotti da Costa, às redefinições do âmbito político posterior no país e traduzindo-se em imagens contraditórias que permanecem vivas, ainda que um tanto embotadas, na sociedade hodierna.<sup>732</sup>

Se, porém, no presente evidenciou-se que “*o peso da história nas memórias coletivas é, pois, muito variável, desde a ausência até a obsessão... E os grandes acontecimentos*

---

<sup>732</sup> COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p.8.

*colectivos são desigualmente interiorizados”,<sup>733</sup> a lembrança épica de 1932, fruto do violento processo de enquadramento social, segue seu viço na batalha travada diariamente, pautando o que deve ser comemorado pelos *bandeirantes constitucionalistas* dos intrincados tempos *pós-modernos*.*

---

<sup>733</sup> RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 319.

## Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa espero ter fornecido elementos para compreender melhor o significado histórico do confronto armado, envolvendo parcelas expressivas da sociedade paulista e o Governo Provisório, comandado por Getúlio Vargas nos limiares da década de 1930 e, com isso, repensar a conformação do *dever de memória*, preservado esmeradamente por seus guardiões hodiernos.

É indispensável sobrelevar, a título de considerações finais, o inequívoco viço das imbricações entre o político e o simbólico na conjuntura em apreço. Não resta dúvida, ao final desta investigação, que entre a Revolução de 1930 e o levante de 1932 houve, sobretudo em São Paulo, uma esfera de insatisfações que incidia, em ambivalência, sobre o “tenentismo” e a classe dominante paulista, em virtude da situação econômica da população e das espinhosas relações de trabalho no período. Mediante este quadro e as cisões que se processam entre os dirigentes do estado, conquistar o apoio das massas descontentes passa a ser uma tarefa elementar, a fim de arregimentar adeptos e decidir quem deteria a preponderância política na república dos anos trinta.

Nesse âmbito, os aliados do Governo Provisório acreditavam na eficácia da construção de uma representação negativa de seus opositores, amparada, fundamentalmente, na depreciação da via partidária anterior a 1930, desqualificada, não sem certa dose de razão, como corrompida pela fraude e pelos interesses pessoais. Os sediciosos da Frente Única Paulista seriam, de certa forma, continuadores da obra interrompida pela revolução.

Já a classe dominante adotaria postura mais incisiva na disputa. Para além de representar o “tenentismo” como o responsável pelas mazelas sociais, o que, talvez, não fosse o bastante para alavancar uma reação consistente, ela partiu em busca das aspirações e dos valores que compunham o núcleo da identidade paulista, apropriando-se da força da tradição regional.

Não se trata, entretanto, é preciso frisar, de uma dominação maniqueísta e, simplesmente, mal intencionada, deturpando o real por meio do ilusório como se o povo não tivesse vontade própria ou combatesse plenamente iludido por ideais que não eram seus. De outra parte, porém, subestimar a disputa ideológica em razão da eventual mobilização

espontânea da população implica em reduzir, sensivelmente, o jogo de forças presente na conjuntura. Dessa forma, o que se desvela na análise em questão é a premência de um embate, no qual a elite se vê compelida a explorar uma parte das tendências preexistentes na sociedade – mas que provavelmente não se manifestariam de modo espontâneo – na luta contra o Governo Provisório e seus aliados.

Não obstante, tal apropriação passa por nuances próprias, de acordo com o cenário da porfia. Enquanto o desentendimento se restringe ao comando estadual, no plano simbólico ganha força a retomada dos valores que definem a paulistanidade, centrada no caráter aguerrido dos primeiros paulistas, notadamente na defesa do território. Essa formulação, que também serve de fundamentação ao radicalismo separatista, identifica nos adversários políticos da classe dominante não apenas a causa cabal e exclusiva dos males conjunturais do estado, eximindo o escol dirigente de suas responsabilidades, mas, classifica-os como exploradores intencionais de São Paulo e concita o povo, seguindo suas tradições, a defender a sua terra contra os *estrangeiros* do presente.

Quando se vislumbra a oportunidade de estender a pugna à redefinição do poder em âmbito nacional, entretanto, promove-se um deslocamento significativo no discurso ideológico em São Paulo. A despeito da luta agressiva do início da conspiração, em prol a expulsão dos *invasores* e a *reconquista do território*, pouco atraente no arremate de alianças estaduais, a tradição recobrada passa a ser aquela atinente a protuberante atuação de São Paulo na formação – territorial e material o que, de certa forma, contemplaria também a contribuição dos imigrantes – e, particularmente, no resguardo da nação. Nessa etapa, merece destaque o superdimensionamento conferido a epopéia bandeirante, entendida como a peleja gloriosa dos paulistas na ampliação das fronteiras do país e no combate aos bravios. Por analogia, tomar a defesa da Constituição, no momento em que o desentendimento se radicaliza no confronto armado e extravasa as fronteiras de São Paulo, implicaria em interpretar a luta como um novo episódio da batalha para redimir o Brasil dos *incivilizados* que o maculavam, missão histórica do paulista, defensor intemerato da nação.

Fora do estado, todavia, a situação que se desvela é outra. Em detrimento a plataforma alusiva à implantação do Estado de Direito – que, certamente, seria apoiada pela opinião pública nacional – e a despeito das boas intenções dos paulistas no amparo a nação, pesa contra os sublevados a representação negativa da *República Velha*, habilmente explorada pelos aliados de Getúlio Vargas. Ainda mais prejudicial, nesse sentido, seria a responsabilidade de São Paulo pelo desencadeamento da radicalização armada entre os

próprios brasileiros. Como apoiar um levante que ameaçava trazer de volta a *mentalidade antiga e impor o predomínio de um estado da federação sobre todos os outros*, quando a palavra de ordem era renovação? Tal é a indagação que se impõe ao restante do país, ao observar o confronto sob a ótica representada, essencialmente, pelo Governo Provisório.

Mas a relevância da paulistanidade no período não se restringe aos limites regionais de sua abrangência. Frente à inevitável derrota de São Paulo no confronto bélico e em meio à desorganização que se abate no estado após a beligerância, um novo e decisivo deslocamento semântico na apropriação da tradição se revela, calcado na negação absoluta da derrota e na concitação ao prosseguimento da campanha oposicionista. No âmbito discursivo, afirmava-se que São Paulo não foi derrotado, simplesmente, porque não se bate uma *raça de gigantes*.

Fora sim abandonado, de forma desleal, por seus aliados de conspiração e justamente quando superava a dolorosa perfídia e, lutando com um exército numericamente inferior, vislumbrava sensivelmente a materialidade da vitória, eis que surge nova trama traiçoeira, perpetrada pela própria Força Pública estadual. A vinculação desta representação com o tumultuado momento pós-levante é nítida. Incapaz de vencer o combate bélico e esfacelada pela derrota, a classe dominante, por meio de seus ideólogos, procura superar as agruras do estado, valendo-se da paulistanidade. Nesta perspectiva, se, por detalhes, São Paulo não pôde vencer a batalha, o adversário também não haveria logrado êxito. O retorno assegurado ao Estado de Direito, por obra dos paulistas, garantiria a vitória moral da sublevação. Aliás, em diálogo perspicaz com a representação negativa dos políticos, conclui-se, emblematicamente, que o malogro havia sido mais proveitoso do que a vitória, porque o seu advento expurgou dos nobres paulistas o retorno das disputas partidárias e abriu caminho a manifestação da nova mentalidade, purificada pelo espírito renovador das trincheiras.

Na consolidação da ordem constitucional, por conseguinte, a paulistanidade desvela meridianamente sua relevância e o impacto do embate pelo simbólico no estado. Partícipe do ressentimento pela humilhação de São Paulo, a sociedade civil, sem a coordenação política direta dos esfacelados partidos, mas orientada pelas ressonâncias da campanha proselitista, organiza-se e em curto espaço de tempo elege massivamente a maior parte dos candidatos da *Chapa Única Por São Paulo Unido* à Assembléia Constituinte. Fica evidente, por este fato, que a luta popular se dá menos pela reação às posições políticas do Governo Provisório, do que pela força da tradição – canalizada pela classe dominante em seu embate pelo poder – e pelo anseio de ver São Paulo em seu *lugar de direito*.



Finalmente, a partir do êxito da Chapa Única, alavancado pela sensibilizada sociedade civil, e das conquistas obtidas por ela no processo subsequente, que não são apenas benesses do Governo Provisório, dá-se ensejo a uma nova partilha política no estado, culminando justamente na nomeação de Armando de Salles Oliveira para a interventoria, fundador do IDORT, filiado ao PD, conspirador em 1932 e proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Bom articulador de forças entre a classe dominante paulista, Salles Oliveira pugnará, no início de seu governo, pelo apoio da Chapa Única à eleição presidencial de Getúlio Vargas, indício clarividente de conformar uma nova aliança entre o escol dirigente, sobrepujando, por conseguinte, as interpretações críticas do levante.

Consagra-se, assim, no âmbito da memória como um discurso de poder, uma versão ufanista, aclamativa e narcisista de interpretação do passado recente. São Paulo concedera uma nova dádiva a nação, após emprestar seu território à Independência do Brasil, ampliar as fronteiras do país, lutar pela Proclamação da República e realizar outras proezas de semelhante envergadura, restabeleceu, com o sacrifício de sua gente, a pátria ao Estado de Direito. Não por acaso, nas eleições estaduais subsequentes, a autoria do feito seria acirradamente disputada entre as forças políticas paulistas.

Em contrapartida, a realidade social da época foi violentamente soterrada pelas manifestações ufanistas. Reavaliada sob o prisma das imbricações entre o político e o simbólico, no entanto, as marcas das intrincadas correlações de forças que sustentam essa memória narcisista fazem-se clarividentes. Se é legítimo supor que a pugna almejava, de fato, o retorno à ordem Constitucional, não se pode aceitar que esta seja a motivação exclusiva do levante.

Sob a capa dessa plataforma aburguesada, que se arvora como revolucionária, embora não primasse por mudanças significativas na estrutura social do país, abriga-se, assim, uma complexa disputa pelo poder entre os grupos dominantes. Talvez, pela ausência de um programa condizente com as aspirações sociais, a paulistanidade tenha sido um dos elementos centrais no percurso da beligerância e da estruturação da memória. Não obstante, disputada hodiernamente com desvelo pelo Estado, numa sociedade em que se desenlaça mundialmente a erosão de memórias coletivas vigorosas, a celebração elitista da “Revolução Constitucionalista” de 1932 carrega o ônus do enquadramento arbitrário e sofre as conseqüências do embotamento social, nas tentativas de atualizar o seu mito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I – FONTES

#### Jornais

*O Estado de S. Paulo* – 1932.

*Correio da Manhã* – 1932

*O Separatista* – Janeiro a Junho de 1932

*Jornal das Trincheiras* – Agosto a Setembro de 1932

#### Coletâneas de Documentos:

COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE São Paulo. **São Paulo: 1932**. São Paulo: Imesp - Daesp, 1982.

**CINQUENTENÁRIO da Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1982.

MARTINS, José de B. **Álbum de Família: 1932**. São Paulo: Martins, 1954. 102p. (ilust.) (Reedição fac-similada em 1982 pelo Sistema Financeiro Haspa).

MEC/ FUNARTE. **Revolução de 32: A Fotografia e a Política**. Rio de Janeiro: Edição Funarte FGV/ CPDOC, 1982.

#### Obras de Memorialistas:

ALMEIDA, Benedito Pires. **A Revolução de 1932**. Tietê: scp, 1970.

ALMEIDA, Gil de. (General). **Homens e Fatos de uma Revolução**. Rio de Janeiro, 1936.

ALMEIDA, Guilherme de. **O meu Portugal**. São Paulo: Nacional, 1973.

ALVES SOBRINHO, Rufino. **São Paulo Triunfante: Depoimento e subsídio para a história das revoluções de 22, 24, 30 e 32, no Brasil**. São Paulo: O autor, 1932.

AMERICANO, Jorge. **São Paulo nesse Tempo (1915 – 1935)**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

- ANDRADE, Euclides P. de. **Estilhaços de Granada, a Revolução Anedótica**. São Paulo: Unitas, 1933.
- ANDRADE, Oswald de. **Marco Zero: a revolução melancólica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Romance).
- BARRETO, Gabriel Menna (capitão). **Memórias de duas campanhas: 1930 – 1932**. Rio de Janeiro: Alba, 1933.
- BARROS, Guilherme de Almeida. **A Resistência do Túnel: revolução de julho de 1932**. São Paulo: Piratininga, 1933.
- BRITO, L. Tenório de (coronel). **O Papel da Força Pública na Revolução de 32**. São Paulo: scp, 1958.
- BRUSSOLO, Armando. **Tudo pelo Brasil: diário de um repórter sobre o movimento constitucionalista**. São Paulo: Paulista, 1932.
- CAMARGO, Áureo de Almeida. **A epopéia: o batalhão 14 de julho**. São Paulo: Saraiva, 1933.
- CARVALHO, Álvaro de. **Nas Vésperas da Revolução**. São Paulo: scp, 1932.
- CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: Solução Imediata Dos Grandes Problemas Sociais**. São Paulo: Ariel, 1932.
- CASASANTA, Mario. **As Razões de Minas**. Prefácio de Gustavo Capanema. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1932.
- CASTRO, Sertório de. **A República que a Revolução Destruiu**. Rio de Janeiro: scp, 1932.
- COARACY, V. de Vivaldi. **O Caso de São Paulo**. São Paulo: Ferraz, 1931.
- COUTINHO, Lourival. **O general Góis depõe**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.
- DEL PICCHIA, Paulo Menotti. **A Revolução Paulista de 32: através de um testemunho do gabinete do governador**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1932.
- DINIZ, Almacchio G. **São Paulo e sua guerra de secessão**. RJ: Irmão Porgetti, 1932.
- DUARTE, Paulo. **Palmares pelo Averso**. São Paulo: Progresso, 1947.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. São Paulo: Piratininga, 1932.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933.
- FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira. **Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Martins, 1954.
- GONÇALVES, Clóvis. **Carne para Canhão! O front em 1932**. RJ: Renascença, 1933.
- KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. RJ: scp, 1949-1953. 6v.
- LEITE, Aureliano. **Memórias de um Revolucionário**. Slp, scp. 1931.

- MESQUITA FILHO, Júlio de. **Memórias de um Revolucionário**. São Paulo: scp, 1956.
- MORGAN, Arthur. **Os Engenheiros de São Paulo em 1932: pela lei e pela ordem**. São Paulo: O autor, 1934.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo Nogueira. **Ideais e lutas de um burguês progressista: a guerra cívica – 1932**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- OSORIO, Manoel. **A Guerra de São Paulo, 1932: esboço crítico do maior movimento armado no Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Americana, 1932.
- ROCHA, Heliodoro T. Marques e OLIVEIRA, Odilon A. **São Paulo contra a ditadura**. 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Distribuição “ELO” – Simão e Del Picchia, 1934.
- ROCHA, Heliodoro T. Marques e OLIVEIRA, Odilon A. **São Paulo contra a Ditadura**. SP: Ismael Nogueira, 1933.
- VARGAS, Getúlio Dorneles. **A Nova Política do Brasil. O ano de 1932: a Revolução e o Norte 1933**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

## II – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Marcelo Santos de. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 – 1955). **Estudos Históricos**, RJ, n° 40, julho-dezembro de 2007.
- ABUD, Kátia M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o Bandeirante**. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1986.
- ABUD, Kátia Maria. O Bandeirante e o Movimento de 32: Alguma Relação? In: QUEIROZ, M. Isaura P. de. **O Imaginário em Terra Conquistada**. São Paulo: Ceru, 1993.
- ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz: o paulistano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo.
- AMARAL, Antonio Barreto do. **Pedro de Toledo**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1969.
- ANDRADE, Antônio de. **1932: Os Deuses Estavam com Sede**. São Paulo: Stiliano, 1997.

- ANDRADE, Jéferson Ribeiro. **Um Jornal Assassinado: a última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- ANTONACCI, M. Antonieta M. **A Vitória da Razão (?)** São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Lisboa: Moraes Editores, 1971.
- ARRUDA, Maria A.N. **A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.5
- BEZERRA, Holien Gonçalves. **Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O Jogo do Poder: revolução paulista de 32**. 2ªed. São Paulo: Moderna, 1988.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: História de uma Esperança e Muitos Desenganos**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997.
- BRESCIANI, M. S. e NAXARA, M. (orgs). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- CALMON, Pedro. O Movimento Constitucionalista. In: \_\_\_\_ **História do Brasil**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: José Olympio , 1963.
- CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: imprensa paulista (1920 – 1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero/ ANPUH, v. 12, nº. 23/24, p. 55 – 75 set. 91/ agosto/ 1992.
- \_\_\_\_\_. **Multidões em cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: Papirus, 1998.
- CARDOSO, I. de A. R. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
- CARMO, Dulcinéia Souza do. **Voluntários de 32: perfiz de uma revolução no interior de São Paulo**. Franca, 1998. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista, 1998.

- CARNEIRO, Maria L. Tucci. O Discurso da Intolerância: Fontes para o estudo do racismo. In: DI CREDO, M. C. E. (Org.). **Fontes Históricas: Abordagens e métodos**. Programa de Pós-Graduação em história – FCL – UNESP, Assis, 1996.
- CARONE, Edgar. **A República Nova (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel, 1974
- CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CASTRO, Rondon M.S. **Non Ducor, Duco – O Jornal “O Estado de S. Paulo” na Revolução Constitucionalista**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992.
- CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976.
- DEBES, Célio. **Júlio Prestes: 1932, uma tentativa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **O Silêncio dos Vencidos**. 3ªed. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ªed. Campinas: Unicamp, 1999.
- DOMINGUES, Petrônio José. **Os “pérolas negras”: a participação do negro na revolução constitucionalista de 1932**. AfroÁsia, n°. 29/30 (2003), p. 199-245. Disponível em: <[www.afroasia.ufba.br](http://www.afroasia.ufba.br)>, acesso em 29/10/2008.
- DONATO, Hernani. **História da revolução constitucionalista de 1932: comemoração aos 70 anos do evento**. São Paulo: IBRASA, 2002.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. 3ª.Ed. São Paulo: Brasiliense. 1975.

\_\_\_\_\_. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: \_\_\_\_\_. (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 2 vol., São Paulo: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme.(org) **Brasil em Perspectiva**. 10º ed. Difel. RJ e SP. 1978.

\_\_\_\_\_. **Pequenos Ensaio de História da República (1889 – 1945)**. São Paulo: Cadernos Cebrap, 1972.

\_\_\_\_\_. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, Heloisa R. **Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Histórico-Sociais**. São Paulo: Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **O tempo do liberalismo excludente**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. V.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano).

FIGUEIREDO, A.C.C.M. “**Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada**”. **Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GOMES, Ângela M. de Castro. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. Confronto e compromisso no processo de Constitucionalização (1930 – 1935). In: FAUSTO, Boris e HOLANDA, S.B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Col. *O Brasil Republicano*. Vol.III. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, A. Castro *et alii*. **Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos Trinta**. Rio de Janeiro: Nova Froteira, 1980.

\_\_\_\_\_. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCS, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
- HILTON, Stanley. **A Guerra Civil Brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, T. W. A indústria cultural. O Iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa. (org.) **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.
- KOSSOY, B. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.
- KOSSOY, B. **Realidades e Ficções na trama fotográfica**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- LAZARSELD, Paul F. e MERTON, Robert K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática: os limites do Totalitarismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEITE, M. M. **Retratos de família. Leitura da fotografia histórica**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993.
- LIMA, S. F. , CARVALHO, V. C. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo. Álbuns da cidade de São Paulo. 1900-1954**. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1997.
- LOPES, Raimundo Hélio. **A luta entre os “verdadeiros amigos do Brasil” contra os “inimigos da revolução”: Política, alistamento e seca no Ceará em 1932**. Disponível em: <<http://www.enapet.ufsc.br>>, acesso em 20/12/2008.
- LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889 – 1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Unesp, 1999.
- LUCA, Tânia Regina de - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.
- MACHADO, Arlindo. **A Ilusão especular: introdução à fotografia**. São Paulo: Brasiliense/Funarte, 1984.



- MARANHÃO, Jorge. **A arte da publicidade: estética, crítica e kitsch**. Campinas: Papirus, 1988.
- MARCUSE, Herbert. A arte na sociedade unidimensional. In: LIMA, Luiz Costa. (org.) **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.
- MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso. A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINO, João Paulo. **Alguns Fatores da Crise Paulista de 1930/32**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1999.
- Marx, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MORAES, J. G. Vinci de e REGO, José M. **Conversas com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº. 10, p. 7-28, dezembro de 1993.
- OLIVEIRA, Clovis de. **A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Federação e Centro de Indústrias, 1956.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Elite Intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1980.
- PANIAGO, Maria C. Tafuri. **Os Voluntários de 32**. Minas Gerais: O Escriba, 1995.
- PIRES, José Mauro Martins. **O Resgate da história do rádio paulista Am até anos 60**. São Paulo, 2000. Dissertação (mestrado em Comunicação). Universidade Paulista, 2000.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004.
- PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, M. H. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.
- ROCHA, Vera Lúcia. **Cronologia do Rádio Paulistano: anos 20 e 30**. São Paulo: CCSP/Divisão de Pesquisa, 1993.
- SALLES, Alberto. **A Pátria Paulista**. Campinas: Tip. Gazeta de Campinas, 1887.
- SCHMIDT, Afonso. **A Locomotiva: A outra face da revolução de 1932**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- SCHWARCZ, L. K. M. . **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Pensamento Racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, Ideologia e Representação Social. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. UFSC: Nº. 52 – Dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br>> Acesso em 20 de março de 2004.
- SERRAZES, Karina Elizabeth. **As Faces da Memória: a Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais**. Franca, 2000, 132 fl. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista, 2000.
- SILVA, Ana C.T. **Juventude de Papel: Representação Juvenil na imprensa contemporânea**. Maringá: Eduem, 1999.
- SILVA, Hélio. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SILVA, M. A. Políticas culturais na cidade de São Paulo. In: DEAECTO, Marisa M.; SECCO, Lincoln; SILVA, Marcos; GLEZER, Raquel. (Org.). **São Paulo - Espaço e História**. 1 ed. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1, p. 193-202.
- SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A República dos Anos 30. A Sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na Constituinte de 1933 – 1934**. Londrina: UEL, 1999.
- TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou: Do Galena ao Digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Editora Harbra, 1999.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** (3 vols). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TORAL, André. A imagem Paulista do Caipira ao Bandeirante. In: CAMARGO, Ana M. de Almeida (org). **São Paulo, Uma Longa História**. São Paulo: CIEE, 2004.
- TOTA, Antonio Pedro. **A Locomotiva no Ar: Rádio e Modernidade em São Paulo 1924 – 1934**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ PW, 1990.
- VESENTINI, Carlos A. **A Teia do Fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VILLA, M. A. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ZIZEK, S. (org). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.